

coleção
EVENTOS

História da África e Relações com o Brasil

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Aloysio Nunes Ferreira
Secretário-Geral Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Ministro Paulo Roberto de Almeida

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Gelson Fonseca Junior

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães e Silva
Embaixador Gelson Fonseca Junior
Embaixador José Estanislau do Amaral Souza
Embaixador Eduardo Paes Saboia
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor Eiiti Sato

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

História da África e Relações com o Brasil

Organizador: Nedilson Jorge



Brasília - 2018

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília-DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

André Luiz Ventura Ferreira
Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Luiz Antônio Gusmão

Projeto Gráfico:

Yanderson Rodrigues

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2018

H673 História da África e relações com o Brasil / Nedilson Jorge
(organizador). – Brasília : FUNAG, 2018.

554. – (Coleção eventos)
ISBN 978-85-7631-757-9

1. África - aspectos históricos. 2. História econômica - África. 3. Política externa - Brasil - África. 4. Política econômica - África. 5. Cooperação econômica - Brasil - África. 6. Crescimento econômico - África. I. Jorge, Nedilson. II. Série

CDD 327.81916

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

APRESENTAÇÃO

A política externa do Brasil tem-se tradicionalmente pautado pela confluência de aspirações, interesses e percepções, oriundas de distintos setores de nossa sociedade. O Itamaraty, caixa de ressonância no exterior dos nossos desígnios, auxilia no planejamento e na execução de medidas e iniciativas que têm por objetivo precípua refletir coerentemente a convergência desses vetores, ensejando sinergias. Cumprindo essa tarefa, a diplomacia brasileira tem logrado acolher as demandas dos brasileiros em relação ao modo como aspiramos à nossa inserção internacional, a dialogar com outros países e organizações internacionais, assim como a tecer linhas de cooperação, nos mais distintos âmbitos, gerando benefícios mútuos para nós e os nossos parceiros no exterior.

A África tem despontado cada vez mais como um dos continentes preferenciais para clássicos e novos atores de nossa sociedade engajados na projeção internacional do Brasil. Esse fenômeno é, praticamente, consequência direta da importância que esse continente recobra nas últimas duas décadas. Suas taxas de crescimento foram impressionantes no período da bonança

dos gêneros de base. Nem sequer a crise financeira de 2008 e seus efeitos posteriores foram capazes de frear o progresso de muitos países africanos. Na sub-região da África Oriental, por exemplo, prossegue ritmo de desenvolvimento respeitável: em 2017, essa área cresceu mais de 5%.

Em face dessas tendências, a atenção internacional recentrou-se no continente, e os investimentos forâneos certamente continuarão fluindo para a África. Além dos exportadores de capital mais convencionais – EUA, França, Reino Unido, demais europeus e Japão – já entraram na cena econômica africana China, Índia, Malásia, Turquia e países do Golfo, entre outros. No próprio continente, mobilizam-se empresariados poderosos, que alentam o passo do desenvolvimento, como eloquentemente demonstram os empreendedores sul-africanos e marroquinos.

Ademais, já distante de seus primeiros tempos pós-coloniais, quando as então jovens nações africanas davam os seus passos iniciais de afirmação de soberania em meio a contingentes de maioria rural, agora vemos uma África de maior complexidade. Desmentindo preconceitos e falácias absurdas como a do “fardo do homem branco” e a do “Estado falido”, muitos governos e suas respectivas populações, que enfrentaram crises institucionais e humanitárias nos anos 90, reemergem com capacidades organizativas promissoras, como Gana e Ruanda. Há já também países de renda média, cujo perfil demográfico e econômico-social vai assemelhando-se gradualmente ao do Brasil e ao do restante da América Latina, como a África do Sul, a Namíbia e a Tunísia.

Se as perspectivas de crescimento econômico e robustecimento institucional animam países do resto do mundo a interagir com a África, os desafios que esse continente enfrenta no início do século XXI concorrem, em proporção semelhante, para atrair a atenção internacional: negociações comerciais, migrações,

questões de segurança, fortalecimento da democracia, os impactos geopolíticos da Primavera Árabe, mudança do clima, etc. Eles não são poucos, mas os africanos têm-se esforçado para lidar com esses fenômenos. A União Africana (UA) e demais entes sub-regionais têm estabelecido foros de concertação e mecanismos operacionais para tratar desses temas. Buscam soluções cada vez mais africanas para temas candentes na ordem global. Emblema dessa maior autonomia no tracejar de suas políticas comuns foi o nascimento, neste ano de 2018, na capital ruandesa de Kigali, da Área Continental Africana de Livre Comércio, a qual, nos próximos anos, acarretará na livre movimentação de mercadorias pelo continente.

Ciosos de sua soberania, os africanos querem, assim mesmo, quando reputam necessário, dialogar com atores extracontinentais, com o objetivo de compartilhar experiências e expandir frentes de cooperação.

Jamais alheio ao mundo africano, o Brasil lhe confere no decorrer de uma década e meia acrescida prioridade. Às históricas e estruturais forças-motrizes que entrelaçam o nosso destino ao da África – o componente étnico-cultural africano e nossa determinação em compensar o continente pelos efeitos nefastos do odioso tráfico negreiro – juntam-se as novas motivações. A dinamização das economias africanas impele nossas empresas a venderem aos seus mercados consumidores e comprarem de seus parques produtivos. A África, recorde-se, como um todo, ocupou 4,3% do destino de nossas exportações em 2017, implicando a absorção de cerca de US\$ 11,67 bilhões em artigos brasileiros. Ao mesmo tempo, no ano passado, 3,6% do conjunto de importações pelo Brasil vieram de países africanos, perfazendo a soma de US\$ 5,53 bilhões.

A maior pujança das economias africanas vem demandando a melhoria de infraestruturas, e aí vemos novamente uma mais vocal contribuição brasileira. Nos últimos 15 anos, muitas de nossas companhias de reconhecidas capacidades em engenharia civil participaram de importantes empreendimentos na África, de maneira que, se fizermos um levantamento, encontraremos estradas, aeroportos, mercados públicos, pontes e barragens em todas as sub-regiões africanas edificadas por nossas construtoras. Além disso, temos investimentos no setor industrial africano – veículos, cimento, máquinas – e no agrícola.

A identidade cultural comum e a percepção compartilhada de que os passivos sociais e econômicos contra os quais o Brasil e os países africanos lutam são os mesmos que encorajam o estreitamento de redes de solidariedade transatlântica. Temos movimentos sociais, ligados à cultura afro-brasileira, que adensam a comunicação com expoentes das sociedades africanas. No que tange ao governo brasileiro, a carteira de projetos de cooperação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem a maioria de suas iniciativas devotada à África: agricultura, educação, saúde, segurança alimentar, entre outras áreas. Variadas instituições de renome participam de missões ao continente africano: Caixa Econômica Federal, EMBRAPA, FGV, FIOCRUZ, IBGE, INEP, SEBRAE, etc.

Esses feixes de colaboração entre o Brasil e a África conjugam-se com o incremento de nossa interlocução acerca da agenda internacional. Se, nos organismos multilaterais, brasileiros e africanos advogam por uma ordem mundial mais horizontal, mais segura e mais conducente ao bem estar material de nossos países, não nos furtamos de nossos próprios canais para alcançar esses objetivos. É de acordo com essa lógica que o governo brasileiro tem mantido interação direta com seus pares africanos, seja em suas capitais, onde há cada vez mais embaixadas brasileiras, seja

junto à União Africana, da qual o Brasil participa como observador, ou mediante as organizações sub-regionais da África: CEDEAO, CEEAC, COMESA, IGAD, SADC, etc. Nesse mesmo espírito, incentivamos a CPLP, espaço de concertação simétrico, lastreado pela herança lusófona, no qual seis países africanos trocam pontos de vistas e cooperam com o Brasil, na América do Sul, Portugal, na Europa, e Timor Leste, na Ásia.

Todo o capital político erigido pelo Brasil na África a partir dessas plataformas econômico-comerciais, culturais, cooperativas e diplomáticas foi mantido na gestão do presidente Michel Temer. O panorama econômico nacional, cuja curva recessiva tem sido revertida, não comprometeu os pilares da política externa brasileira para os países africanos.

Ao contrário, imprimiu-se versatilidade nas relações com o continente, evidenciada nos programas de visitas. O ex-chanceler José Serra, em sua primeira ida ao exterior, esteve em Cabo Verde. Em 2017, o ministro Aloysio Nunes Ferreira realizou dois périplos ao continente. O primeiro contemplou principalmente a África Austral, onde o ministro avistou-se com autoridades em países com os quais cultivamos excelentes relações, como Moçambique e Namíbia, e mesmo de caráter estratégico, como a África do Sul, nossa parceira no IBAS e no BRICS. Outros três destinos no roteiro do chanceler foram Botsuana, São Tomé e Príncipe e Maláui, este último recebendo pela primeira vez em sua história um chefe da diplomacia brasileira. O segundo giro abrangeu a África Ocidental. Em Benim e Gana, o ministro impulsionou a já diversificada agenda bilateral com esses dois países. Na Nigéria, reafirmou-se igualmente a natureza estratégica de nossa parceria. Em Côte d'Ivoire, por sua vez, presenciou-se pela primeira vez desde 1983 a missão de titular do Itamaraty, episódio que revitalizou os laços bilaterais.

O deslocamento a Angola, para onde nosso ministro foi neste ano durante a sua terceira viagem a África, carregou imenso significado simbólico, afora valorosos avanços práticos para as relações tão fraternas que o Brasil sustenta com este outro parceiro estratégico. Na ocasião, foi assinado o Memorando de Entendimento Brasil-Angola, novo arcabouço para promoção de comércio e investimentos.

No que respeita à CPLP, assumimos a sua presidência em 2016 e deveremos entregá-la em julho de 2018. Com denodo, o Brasil organizou quase todas as suas reuniões setoriais, com o propósito de entrecruzar os seus programas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Tudo o que muito brevemente resumo quanto à importância intrínseca da África e à sua relevância para o Estado e a sociedade brasileiros não são novidade, mas espelham algo que julgo fundamental: a imensa massa crítica que se acumulou, em termos de visões, projetos e, sobretudo, informações no atinente à realidade africana e aos nossos contatos com ela. Coligi-los e processá-los não parece tarefa fácil, mas o Itamaraty e outras agências governamentais já de algum tempo não estão mais sozinhos nesse exercício. Testemunhamos, na atualidade brasileira, singular efervescência intelectual e acadêmica sobre dossiês relativos ao continente africano e aos elos que forjamos com ele. Multiplicam-se núcleos de pesquisa independentes ou adscritos a universidades por todo o país que se dedicam parcial ou integralmente ao estudo dessas matérias.

Avançamos mais ainda. Criamos instituição de ensino superior especializada em receber alunos da África lusófona: a UNILAB. Ela traz aporte decisivo para a nossa longa política de atração de estudantes e pesquisadores da África para o Brasil, sob

o amparo dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG).

O vigoroso interesse brasileiro pela África e as redes de intercâmbio que incrementamos com países desse continente nos brindam oportunidade única de construir pontes com investigadores do continente africano e adquirir diretamente conhecimento de lá. Trata-se de percursos científicos e educacionais no eixo Sul-Sul, aptos a complementar, senão contornar os centros tradicionais de ensinamento sobre a África, via de regra localizados nas antigas metrópoles ocidentais. Com eles, conseguimos instrumentos para superar o entrave da “colonialidade do saber”, isto é, o monopólio da produção e da difusão pelos países desenvolvidos de informações no tocante à história e ao presente de países em desenvolvimento.

Diante do que precede, o título da FUNAG “História da África e Relações com o Brasil” sobressai por três razões. Primeiramente, os textos compilados de debates nesse título nos suprem justamente com esse olhar horizontal: diplomatas e peritos brasileiros, alguns cuja formação acadêmica incluiu enriquecedora passagem em institutos universitários africanos, abordam aqui a trajetória e o momento vigente das relações entre o Brasil e a África.

Em segundo lugar, ao reunir essas transcrições, o livro viabiliza ao leitor, especializado ou não, manancial invejável de dados e interpretações, auxiliando no que mencionei como a necessidade de ordenar com racionalidade o volume continuamente em alargamento de dados que aparecem quotidianamente sobre a África e suas relações com o Brasil. Devo repisar que esse trabalho revela-se crucial para os formuladores de política externa brasileira, os quais, seguramente, para lograrem processo decisório exitoso, têm de basear-se não só em informações acuradas do momento, mas, igualmente, em análises previamente condensadas, como as oferecidas no livro.

Por fim, e voltando aos participantes dos diálogos que o tomo “História da África e Relações com o Brasil” reproduz, assinalo o que o leitor constatará muito facilmente: a elevada qualidade de suas intervenções, nas quais nos deparamos com fins diagnósticos e inovadores conceitos. Não poderia ser diferente. Os panelistas – incluindo meu caro colega, Embaixador Nedilson Ricardo Jorge, a quem cabem os elogios por lançar a ideia desta publicação e torná-la factível – distinguem-se por suas sólidas e brilhantes carreiras profissionais – acadêmicas e diplomáticas – no curso das quais tanto contribuíram para entender a África e aproximá-la do Brasil.

Embaixador Fernando José Marroni de Abreu
Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio (SGAO)

SUMÁRIO

PREFÁCIO **17**

EMBAIXADOR NEDILSON JORGE

PRIMEIRA PARTE

Brasília, 19 de outubro de 2016

Sessão de abertura **23**

**Painel 1 – Os estados e as culturas da África:
África Austral, os países do Zambeze, África do Sul,
Golfo da Guiné, Alta Guiné, Guiné Inferior, Delta do
Níger, Haussas, Daomé** **37**

Acácio Sidinei Almeida Santos

**Painel 2 – Do mercantilismo ao capitalismo: as
transformações da economia africana. As relações
econômicas e comerciais da África com a Europa e
com o Brasil** **75**

Williams da Silva Gonçalves

SEGUNDA PARTE

Brasília, 20 de outubro de 2016

Painel 3 – Leituras do Colonialismo **107**

Marcelo Bittencourt

Painel 4 – As independências africanas: violência e diversidade	135
--	------------

Marcelo Bittencourt

Painel 5 – A diáspora africana: as influências culturais da África no Brasil e no mundo	159
--	------------

Monica Lima

TERCEIRA PARTE

Brasília, 21 de outubro 2016

Painel 6 – Relações bilaterais Cabo Verde-Brasil: perspectiva histórica	207
--	------------

António Correia e Silva

Painel 7 – O Brasil e a África do século XIX: relações políticas e sociais. A África na cultura europeia do século XIX	253
---	------------

Monica Lima

Painel 8 – O Chifre da África e a África Oriental: Somália e Abissínia. Norte da África: o Império Otomano e sua herança, o Sudão. Região dos Grandes Lagos	293
--	------------

Arlene Elizabeth Clemesha

QUARTA PARTE

Brasília, 22 de outubro 2016

Painel 9 – A África no mundo bipolar: relações internacionais e construção do Estado-Nação	325
---	------------

Paulo Fagundes Vizentini

Painel 10 – Cooperação entre o Brasil e a África no contexto das relações Sul-Sul **379**

Carlos Milani

Painel 11 – A construção dos estados modernos africanos. A crise e conflitos pós-independência e suas origens. As distintas realidades econômicas do continente africano pós-independência **417**

José Flávio Sombra Saraiva

QUINTA PARTE

Brasília, 23 de outubro 2016

Painel 12 – Passado e presente nas relações África-Brasil **453**

Kabengele Munanga

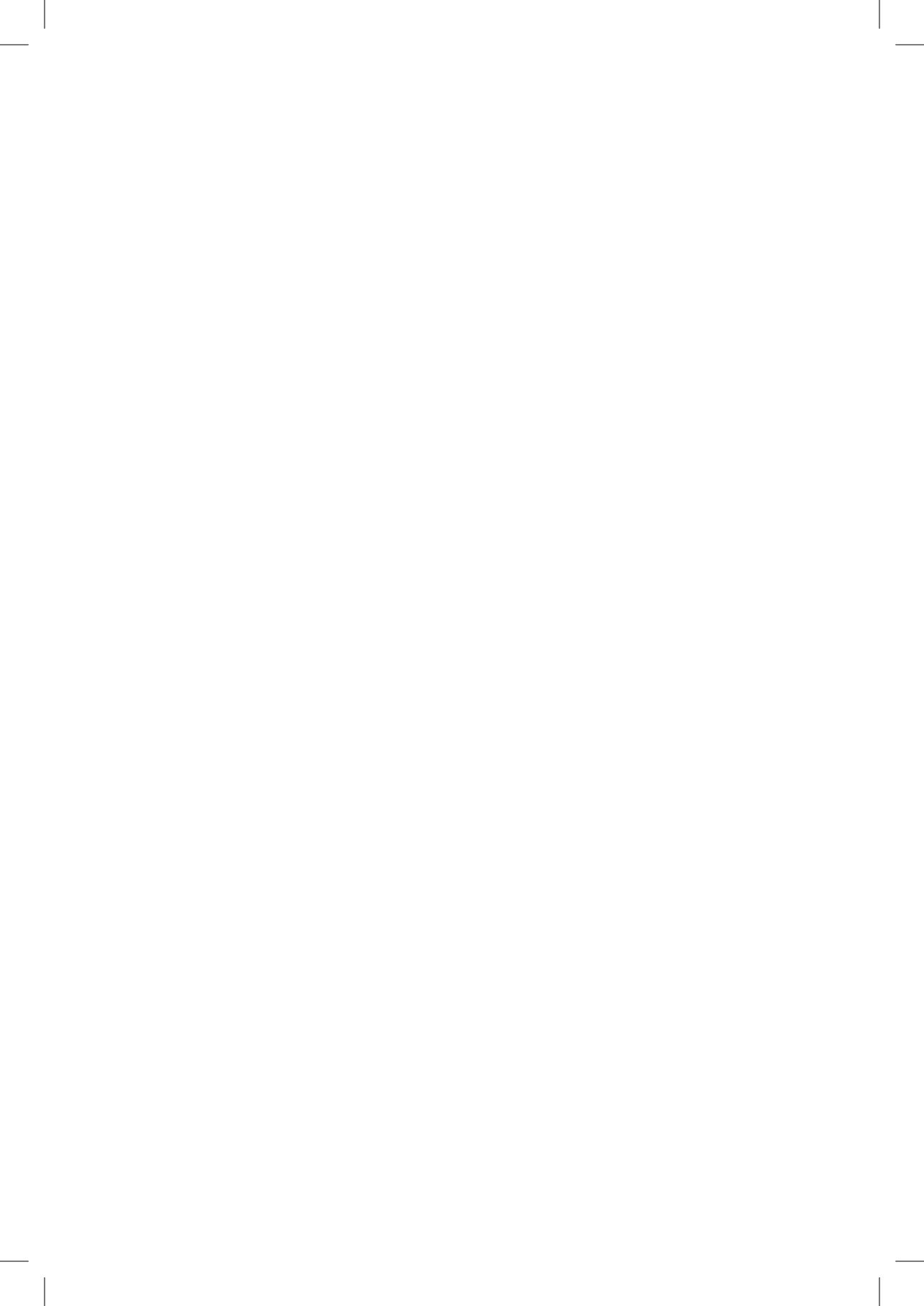
Painel 13 – A Nova África: crescimento econômico e estabilidade política. Neocolonialismo: dependência e interdependência africana **489**

Pio Penna Filho

Painel 14 – Política externa: relações Brasil-África **519**

Nedilson Jorge

Sessão de encerramento **557**



PREFÁCIO

A ideia de organizar o seminário “História da África e as Relações com o Brasil”, realizado em outubro de 2016, surgiu após ter observado, como diretor do Departamento da África desde 2010, uma necessidade patente de fazer-se a ponte entre a produção acadêmica sobre o tema africano e as necessidades concretas de profissionais e membros do setor privado, uma vez que todos buscam adensar as relações Brasil-África, mas por meios distintos e, frequentemente, isolados uns dos outros. O seminário, a meu ver, propiciou oportunidade para esses grupos distintos interagirem e trocarem experiências cruciais para o enriquecimento do debate sobre o tema no Brasil.

Outra força motriz na conceptualização do seminário foi a importância de democratizar-se o acesso às informações e às experiências dos acadêmicos, dos membros do governo e do setor privado sobre a África. A participação no evento de diversas organizações não governamentais e de representantes de movimentos sociais e estudantis ilustrou a demanda latente pelo tipo de evento que propusemos. As contribuições com as quais

pudemos contar ao realizar o seminário foram determinantes para o resultado final, que expôs uma miríade de visões diferentes sobre o continente africano, sobre suas relações com o Brasil e sobre a própria sociedade brasileira.

O caráter histórico e multifacetado das relações Brasil-África reveste-se de especial importância com a necessidade de constante debate sobre o tema e a participação de distintos setores da sociedade. Historicamente, recorda-se que o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, até antes dos Estados Unidos, foi o Reino do Benin, em 1823. Desde então, com maior ou menor intensidade, a África exerceu papel distinto na formação e execução da política externa brasileira, observando-se o nadir, no final do século XIX e início do XX, e sua retomada, com a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart, no início da década de 1960. Nas primeiras décadas do século XXI, no entanto, podemos identificar o zênite das relações, acompanhado pela atribuição ao continente de uma prioridade estratégica, desde então, na política externa brasileira.

A intensificação de iniciativas e de contatos com parceiros africanos, evidenciada ao longo dos últimos anos, vem ocorrendo de forma ampla e generalizada, não se restringindo apenas aos países de língua portuguesa, nem a temas de ordem econômica e comercial. Tratam-se, ademais, de movimentos simultâneos e recíprocos, uma vez que se pode observar, igualmente, a tendência do Brasil de figurar como parceiro estratégico de diversos países africanos.

Indiscutivelmente, pode atribuir-se ao fenômeno, pelo menos parcialmente, o vertiginoso crescimento econômico do continente africano ao longo das últimas décadas, o que permitiu o aproveitamento do potencial de intercâmbio comercial Brasil-África, que cresceu substantivamente desde o início do século.

A profundidade das relações do Brasil com o continente africano, entretanto, ultrapassa os interesses econômicos e comerciais. Observa-se, na sociedade brasileira, crescente interesse pela África, em função de diversos vínculos históricos, entre os quais sublinha-se o mais aparente: a estrutura social do país, que conta com cerca de 50% de sua população que se autodeclara afrodescendente. A necessidade patente dos afrodescendentes brasileiros em se aproximar com o continente africano, ora em termos acadêmicos, ora em termos pessoais ou comerciais, pode ser evidenciada, por exemplo, além dos números de comércio exterior, pelo aumento vertiginoso no número de teses, dissertações e artigos sobre temas africanos, em universidades e centros acadêmicos brasileiros, ao longo da última década.

Outra manifestação da intensificação das relações diz respeito ao turismo. Observa-se o contínuo crescimento da participação do continente africano como destino turístico brasileiro na medida em que se intensifica a conectividade, com o aumento, não apenas do número de voos diretos para a África, mas também de destinos. Hoje, realizam-se voos diários para Joanesburgo, bem como voos regulares para Luanda, Adis Abeba e Casablanca.

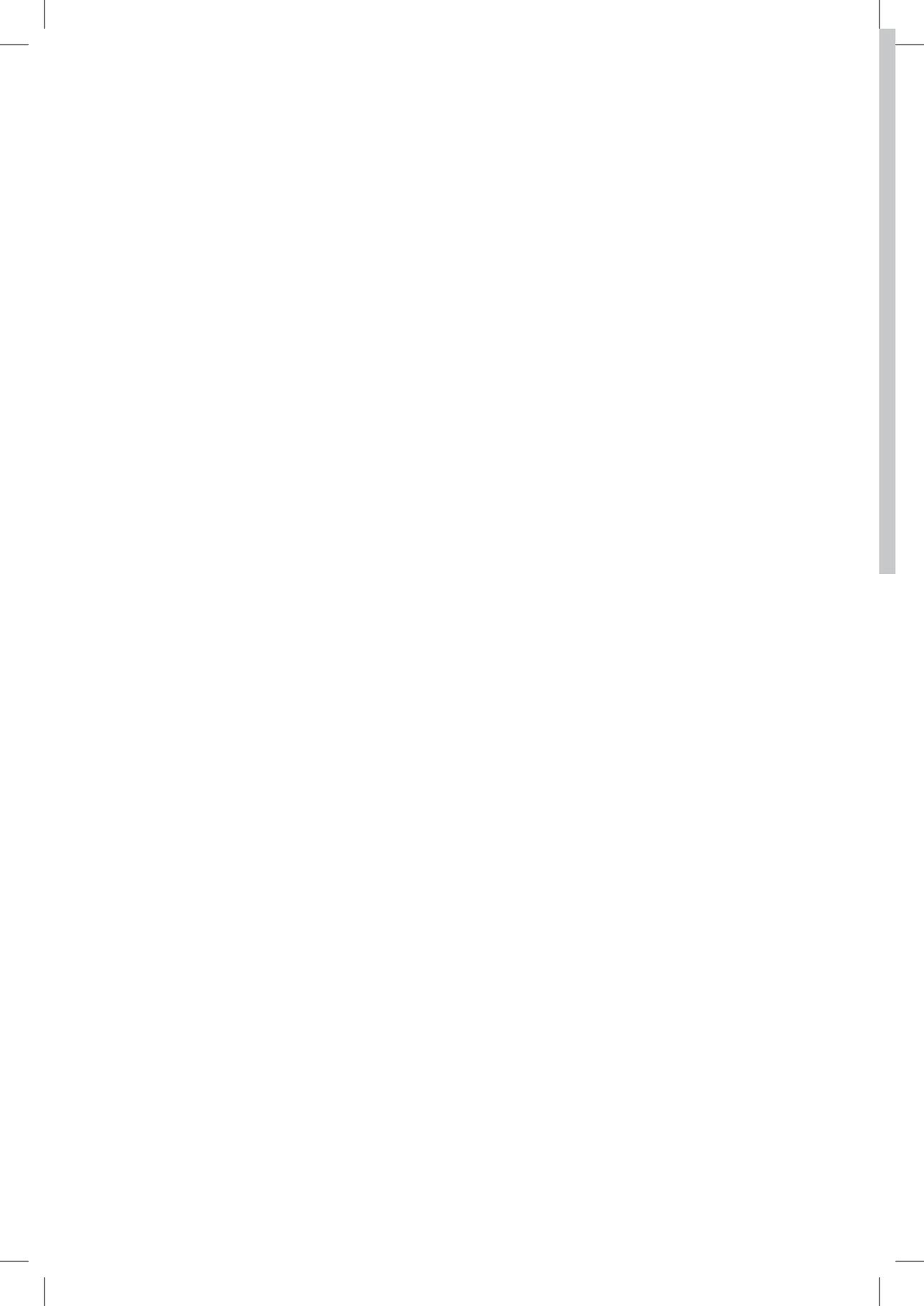
É importante ressaltar que a aproximação Brasil-África, com o adensamento das relações políticas e comerciais ou turismo, é claramente reciprocada pelo lado africano. Em termos políticos, os últimos dez anos testemunharam um esforço inédito do lado africano para o estreitamento das relações com o Brasil. O movimento de abertura de embaixadas brasileiras na África, por exemplo, foi bem reciprocado com a criação de representações de países africanos no Brasil, tornando Brasília uma das capitais mundiais com o maior número de missões diplomáticas africanas. Igualmente no turismo, o Brasil cresce constantemente como opção para viajantes africanos.

A realização do seminário “História da África e as Relações com o Brasil” foi uma exitosa tentativa de abrir o debate, de forma democrática e inclusiva, para os diversos setores da sociedade brasileira, sobre as inúmeras possibilidades de cooperação, aproximação, troca de conhecimento e cognitivismo mútuo entre o Brasil e o continente africano. O seminário, buscando fazer a ponte entre a produção acadêmica e a atuação profissional, no que diz respeito à África, logrou reunir importantes atores (individuais e coletivos), que compartilham a atração e o fascínio pelo tema, em iniciativa que deverá ser repetida no futuro para que se possa continuar a amadurecer e enriquecer o conhecimento coletivo sobre tema tão relevante ao nosso país.

Embaixador Nedilson Jorge
Embaixador do Brasil em Pretória

PRIMEIRA PARTE

BRASÍLIA, 19 DE OUTUBRO DE 2016



SESSÃO DE ABERTURA



Embaixador Gonçalo Mourão – Muito bom dia a todos. Excelentíssima Senhora Ministra Nilma Gomes; Excelentíssimo Senhor Ministro António Correia e Silva, de Cabo Verde; Excelentíssimo Senhor Embaixador Fernando Abreu, subsecretário-geral político para a África e Oriente Médio; Excelentíssimo Embaixador Nedilson Jorge, diretor do Departamento da África; Excelentíssimos Senhores Embaixadores aqui presentes a quem agradecemos a presença; Excelentíssimos Senhores membros de outros órgãos do governo, estudantes e público em geral, que aceitaram esse nosso convite para participar desse seminário sobre a África *lato sensu* e o Brasil, também *lato sensu*, nas suas relações mútuas. Naturalmente, é uma honra para o Instituto Rio Branco receber a todos e muito especialmente a Ministra e o Ministro António Silva, que vão poder nos apresentar também uma das palestras desse seminário. O Itamaraty na política externa sempre foi ousado, com moderação, e foi então com muito entusiasmo que nós aqui no Instituto Rio Branco recebemos essa proposta de ousadia moderada que nos trouxe o Departamento da África e a Subsecretaria Política para a África de organizarmos um seminário sobre a história da África e as relações com o Brasil em 15 lições. É uma ousadia porque naturalmente é uma impossibilidade, mas é uma moderação porque de alguma maneira isso tem de ser feito. A maneira que nós encontramos de fazê-lo foi por meio desse seminário em 15 lições, proferidas não só por brasileiros mas também por autoridades de outros países. É importante para nós o relacionamento com a África. Eu acredito na finalidade desse seminário porque nós, em geral,

quando pensamos na nossa herança africana, pensamos como uma herança de sentimentos, e a herança europeia como uma herança de racionalidade, mas nós temos na nossa herança africana talvez a que seja mais importante das racionalidades de nosso perfil como país, como povo: é uma racionalidade que nos permite a possibilidade da liberdade. A Europa andou sempre buscando a liberdade. A história da Europa é uma história de construção da busca pela liberdade e isso nós herdamos, mas da África nós herdamos a racionalidade de que a liberdade existiu em algum momento, e que nós podemos recuperá-la. Então a recuperação da liberdade é uma herança racional que nós recebemos da África e que nós vamos atrás dela e que corre no nosso sangue – atrás dessa liberdade de nos relacionarmos é que temos nossas relações com a África e é atrás disso que vamos .

Há pouco tempo aqui, em uma reunião sobre a francofonia, tive a oportunidade de citar um poeta haitiano importante, chamado Léon Laleau, e que num poema desafiadoramente chamado *Traição* ele perguntava como era possível expressar em francês as coisas de um coração senegalês, ele dizia: “comment d’apprivoiser, avec des mots de France, ce coeur qui m’est venu du Sénégal?”. Isso é o que vamos tentar aqui: expressar desde o Brasil e desde a África o que temos em comum como Brasil e África. E uma coisa nós temos em comum com certeza e será objeto desse seminário: o olhar para frente. As nossas relações com a África naturalmente têm todo um passado, têm muito de presente, mas nós queremos que elas tenham sobretudo muito mais de futuro; e eu acho que isso também é parte importante desse seminário. Esse seminário, como disse no começo, é uma ousadia, mas nós temos que ousar de alguma maneira, e para essa ousadia contamos com a colaboração das embaixadas africanas aqui também e de alguns oradores que vieram nos ajudar, vindos especialmente da África. Não me cabe aqui fazer nenhuma preleção; cabem-me apenas

essas palavras de boas-vindas. E sem mais delongas, eu tenho o prazer de passar a palavra à Ministra Nilma Gomes para que ela declare oficialmente aberto esse seminário. Obrigado a todos pela participação, o Instituto Rio Branco está à disposição para qualquer coisa que vocês acharem que possamos ajudar em algum sentido. Muito obrigado a todos.

Sra. Nilma Lino Gomes (Ministra das Mulheres, da Igualdade)

– Bom dia a todas e a todos. Tenho um grande prazer de estar aqui neste momento. Quero saudar os meus colegas de mesa: o ministro António Correia e Silva, de Cabo Verde, um querido amigo de longas jornadas; ex-reitores e agora ministros em suas trajetórias comuns. Quero cumprimentar o embaixador Nedilson Jorge, do Departamento África; um prazer estar aqui também o embaixador Fernando Abreu, subsecretário-geral da Política III e o embaixador Gonçalo Mourão, diretor do Instituto Rio Branco, que sempre me recebe aqui com muito carinho, com muita gentileza. Eu gostaria de dizer da importância desse seminário sobre História da África e Relações com o Brasil. Eu vejo aqui, dentre as pessoas que vão participar desse encontro, alguns conhecidos e conhecidas de longa história de trabalho com as questões raciais no Brasil, com as questões africanas, uma luta para que na sociedade civil também nossas relações, se deem de forma diplomática e de forma muito interessante possam também se enraizar nas relações que a sociedade civil também estabelece entre o Brasil e o continente africano no campo da educação e da cultura. Tenho certeza de que esse seminário, é muito profícuo para o Instituto Rio Branco e para os demais participantes, como bem disse o embaixador Gonçalo Mourão: que nós possamos olhar adiante e pensar ações futuras baseadas no que estamos construindo hoje, com base em nosso passado. A relação do Brasil com o continente africano tem uma relação diaspórica, como se sabe. O Brasil tem uma grande herança

africana, que aos poucos começa a ser mais conhecida pela própria sociedade civil; começa a sair dos fóruns mais restritos; da própria discussão diplomática; das discussões comerciais; dos negócios; e começa a ser melhor entendida, eu diria, pelo cidadão e pela cidadã comum. Estamos em um processo de avanço nessa questão. E para fazer essa relação, essa ponte, digamos assim, entre os governos, a política e a sociedade civil aqui no Brasil, contamos com um potente ator público, que é o movimento negro na população brasileira, na organização política dessa população. No Brasil, esse desejo de se aproximar e de conhecer mais o continente africano, seus países e suas diferenças tem sido uma iniciativa do governo – do Ministério das Relações Exteriores – e vem da militância do movimento negro, que articula a sociedade civil organizada. Digo isso porque, quando ela surgiu, algumas pessoas não entendiam o porquê de o Brasil colocar dentro da sua legislação maior o tema do estudo do continente africano, mas nós entendíamos, tendo em vista nossos vínculos ancestrais. Sabemos que a chegada dos africanos ao Brasil não foi fácil: havia um processo de escravização, de colonização; e também o próprio Brasil, com sua luta dos africanos escravizados, foi construindo espaços de luta, resistência e liberdade. Hoje há a figura dos quilombos, que muito nos orgulham e que ainda simbolizam a resistência dos negros à escravidão. Temos agora políticas públicas, aprimoradas e direcionadas para as comunidades quilombolas, que significam o elo de resistência e de libertação, para além de muitas outras ações que tivemos como exemplo de resistência, de liberdade, de olhar sobre a natureza, de olhar sobre o homem e a mulher, vindas dos nossos ancestrais africanos. Então esse seminário, todo o nosso esforço do Brasil de aproximação com a África, tem toda uma razão de ser: a razão de ser da existência do nosso país e de uma população de 53% que se declaram negros no país; ou afrodescendentes, afro-brasileiros, como algumas pessoas costumam chamar. Isso possibilitou a aprovação da Lei 10.639/03,

que alterou a LDB e tornou obrigatório o ensino de história da África e das culturas afro-brasileiras, além da discussão das relações étnico-raciais para todas as escolas brasileiras do ensino fundamental e médio. Com parecer e a resolução do Conselho Nacional de Educação, tornou-se obrigatório esse ensino para toda a educação básica, desde a educação infantil. Dessa forma, desde 2003 temos tido produções no Brasil, tanto acadêmicas quanto didáticas ou paradidáticas, literárias e outras que se têm esforçado em trazer o elo entre o Brasil e a África para dentro de nossa própria relação com o continente: a África real, a África que temos. Não só viver do passado, do que aconteceu; nunca nos esquecendo das nossas responsabilidades, mas pensando como é o continente africano hoje, quais são seus países, quais são as suas diferenças, as suas lutas, a sua dimensão política, histórica, educacional. E quando fazemos isso no Brasil, por que na educação? Porque sabemos que a educação tem uma importância estrutural na formação das novas gerações e na formação das gerações adultas. Essa legislação que temos lutado para implementar a nível federal, estadual e municipal, junto com a participação da sociedade civil, com os movimentos negro e quilombola, movimento dos direitos humanos e outros tem nos reeducado a compreender melhor o continente africano e, ao compreendê-lo melhor, compreendemos melhor nosso próprio país. Há um continente e um país com dimensões continentais que, em vários aspectos, assemelham-se. Este seminário tem uma perspectiva diferente de pensar as relações do Brasil e da África. Na realidade, o correto é dizer continente africano e Brasil. São um continente e um país; e é isso que estamos aprendendo nesse país com dimensões continentais. No Brasil temos uma série de iniciativas do governo federal que vai além da questão da história e da cultura. Hoje já se pensa em políticas públicas para essa população brasileira descendente dos africanos no Brasil e para a superação e a correção de desigualdades

não só raciais mas também socioeconômicas. É um avanço para o Brasil admitir hoje que há desigualdades raciais, admitir no Capítulo V da nossa Constituição que existe racismo no Brasil e que o racismo é crime inafiançável e imprescritível. Muitas vezes lemos isso com certa timidez: “Mas por que isso no nosso país?”. Isso demonstra a força democrática dessas populações, junto com todos os outros grupos étnico-raciais da população brasileira, que implantaram políticas de cotas da forma como as conhecemos hoje, programas sociais como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, em que os afrodescendentes pobres têm capacidade de serem beneficiados. Mas não nos restringimos a essas políticas. Como o país é multiétnico e multirracial, nós temos um dever político também de trabalharmos articulação entre os diferentes grupos étnicos-raciais, então entendemos que negros, brancos, indígenas, descendentes de outros imigrantes no Brasil, todos nós nos potencializamos, todos nós nos fortalecemos quanto mais conhecemos o continente africano. E vai ser muito importante para todos aqui a participação das pessoas dos diferentes países que trocarão experiências e farão análises críticas. Ressalto a presença do ministro Antônio Correia e Silva, que tem toda uma discussão histórica muito relevante e uma atuação tanto na universidade quanto também no Ministério Ensino Superior, que é um dos Ministérios mais importantes para fazer caminhar essas ações inclusive no plano cultural, educacional da África com o Brasil. Eu gostaria também de destacar, para nesse momento, que nós temos então um desafio, na minha perspectiva, vários, mas eu vou destacar um desafio dessa relação Brasil-diáspora africana, África-Brasil.

É o desafio da herança, como já foi falado aqui; o desafio de histórias de lutas que fazem parte de um processo da nossa vida e uma história de cooperação e hoje cada vez mais nós temos caminhado numa perspectiva da cooperação Sul-Sul, a

cooperação em que um escuta o outro, um colabora com o outro e reconhece o saber, as especificidades e as realidades do seu país, do continente, dos países desse continente. Essa perspectiva, na cooperação internacional, tem trazido muitos elementos positivos. Temos aprendido muito e é um exercício de, ao se aproximar do continente, nos países do continente, entendermos que temos ali uma relação horizontal e que podemos pensar nos diferentes planos da economia, da educação e da cultura, como estabelecer contato sul-sul entendendo que estamos em uma situação de horizontalidade sem hierarquias. É um desafio também a cooperação sul-sul, mas volto a dizer que é muito importante, muito corajoso que o Brasil estabeleça essa perspectiva de relação, cooperação internacional, não só com o continente africano, mas também com o continente latino-americano e outros. A iniciativa do Instituto Rio Branco é muito importante. Ao final deste seminário, por mais especialistas que sejamos em temas ligados às questões africanas e às questões afro-brasileiras, todos nós aqui sairemos mudados, todos nós nos reeducaremos de alguma forma. A expectativa é de que este seminário seja não só bem-sucedido, mas que seja um momento importante de aprendizagem para todos. Estou à frente de um novo Ministério com a nossa reforma administrativa, um ministério que carrega todos os temas desafiadores que antes eram da SEPPIR, a Secretaria de Política de Promoção de Igualdade Racial. Atualmente essa pasta é Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Nosso desafio é que os pontos de interseção entre essas diferentes pastas não sejam perdidos pelo Ministério, que essas interseções sejam uma iniciativa articulada de governo dentro de um único ministério.

Esse é o grande desafio que está colocado nesse momento para a Ministra e para sua equipe, que aumentou sensivelmente. Assim como na SEPPIR, onde se caminhava para um processo de internacionalização que visava não só a América Latina, mas

também o continente africano, agora, como ministério, que seja possível levar também a perspectiva da internacionalização, articulando direitos humanos, igualdade racial e questões de gênero. Não são questões só do Brasil ou só dos países do continente africano, são internacionais cada uma a seu modo, cada uma a seu jeito, com sua história, com sua política. Mas que nós possamos agora fazer de fato uma articulação que na prática traga resultados, ações positivas no campo das políticas públicas, porque isso significa mudança na vida do cidadão e da cidadã, mudança na vida das pessoas, e este é o compromisso de um governo democrático: que as mudanças das políticas possam se refletir numa mudança, numa emancipação social. Estamos em um momento internacional de crises, um momento em que o capitalismo se reestrutura, então colocar essas pautas como prioritárias e como política de Estado é um grande desafio. Certamente no Brasil e no continente africano existem pessoas, grupos, que estão irmanados nessas ideias, que o seminário vai fortalecer. Acho que esse seminário vai ser muito importante para fortalecer essas ideias, essas políticas e o nosso conhecimento uns sobre os outros. Precisamos ainda conhecer muito mais sobre o continente africano e o continente africano conhecer sobre o Brasil. Nessa esfera do interconhecimento nós temos possibilidades de construir emancipação social. Quero desejar que esse diálogo seja sempre um diálogo muito profícuo, reconhecendo que nós estamos sempre num campo de lutas quando trabalhamos com as questões de inclusão social, relações de superação de colonialismo, superação de fenômenos que ainda existem nas sociedades do mundo todo e que ainda não atingem os direitos humanos de todos, mas nós queremos construir isso no Brasil e acho que aqui tem um público privilegiado que vai nos ajudar a fazer isso. Muito obrigada.

Embaixador Gonçalo Mourão – Muito obrigado, Ministra. Eu acho que suas palavras são inspiradoras para os trabalhos desse seminário. Já que a senhora se referiu às suas novas funções, eu queria também, em nome do Instituto Rio Branco, parabenizá-la por isso e dizer que nós, dentre nós aqui que somos cristãos, achamos que quem melhor governa o mundo é a Santíssima Trindade. Talvez a senhora nesta Trindade, que é hoje o seu ministério, seja a melhor pessoa para governar esses três aspectos da realidade brasileira de maneira que desejamos muito sucesso nessas funções. Sem mais delongas, eu passo a palavra então ao embaixador Nedilson Jorge, que nos explicará um pouco como é, como pretendemos que seja esse seminário, que naturalmente não será o que nós pretendemos, mas será o que vocês fizerem dele, muito obrigado.

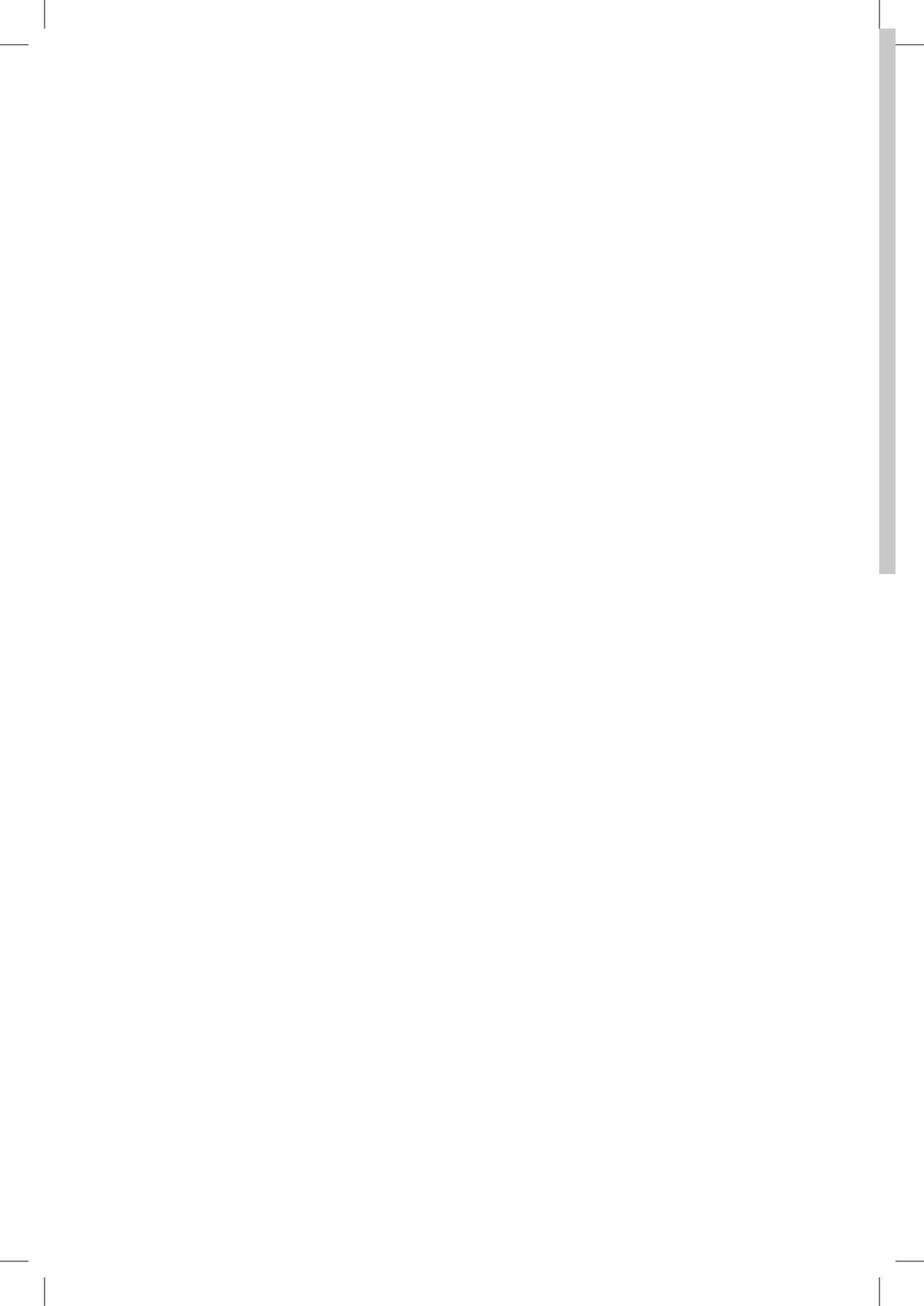
Sra. Nilma Lino Gomes (Ministra das Mulheres, da Igualdade) – Embaixador, o senhor me permitiria só um acréscimo? Esqueci-me de mencionar que também estamos na década internacional dos afrodescendentes em que justiça, reconhecimento e desenvolvimento têm muito a ver com o que vamos discutir aqui. Eu não poderia deixar de registrar a importância da década, obrigada.

Sr. Nedilson Jorge (Embaixador/Diretor do DEAF e Coordenador do Seminário/MRE) – Muito obrigado Excelentíssima Ministra Nilma Gomes, é um prazer tê-la aqui. Excelentíssimo Senhor Ministro de Cabo Verde, António Correia e Silva, nosso convidado especial, também é um prazer tê-lo aqui, embaixador Gonçalo Mourão, Diretor do Rio Branco, embaixador Fernando Abreu, embaixadores africanos, tenho muito prazer em vê-los aqui. Senhoras e senhores, é com muita satisfação que, como coordenador do seminário, vou apresentá-lo muito rapidamente: A História da África e as Relações com o Brasil, seminário organizado

pelo Departamento da África, com o apoio do Instituto Rio Branco, e que foi concebido como forma de contribuir para a formação dos diplomatas e de todos os estudiosos do tema e do público em geral sobre a História da África. O seminário vai contar com várias palestras individuais e ministradas por eminentes historiadores, professores, especialistas no tema. Para ministrar essas palestras, nós convidamos onze professores de universidades brasileiras, um deles é africano de origem; cada um especialista no seu tema, contamos também com um convidado especial vindo do exterior: o ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde, António Correia e Silva, que vai também ministrar uma palestra, se eu não me engano, mais especificamente sobre relações bilaterais dentro de uma perspectiva histórica. Aproveito para mencionar, baseado no que a Ministra acabou de mencionar sobre as relações Brasil-África, que, quando estivemos recentemente em Cabo Verde, com o ministro Mauro Vieira, o ministro António Correia e Silva estava lá também. Ressaltamos a seguinte curiosidade: os cabo-verdianos, de maneira muito carinhosa e simpática com o Brasil, às vezes mencionam que Cabo Verde é um pedacinho do Brasil, mas historicamente nós podemos dizer que o Brasil é um pedaço de Cabo Verde, o que seria até muito mais apropriado. Voltando às palestras, queria esclarecer que com vistas justamente a permitir o debate mais amplo possível sobre o tema, todos os palestrantes e professores têm plena liberdade para expressar suas opiniões pessoais, não necessariamente refletem a posição oficial do Itamaraty, mas nós acreditamos que vai ajudar a contribuir para um debate mais transparente sobre o assunto. Além das palestras, nós contaremos com um depoimento em vídeo do ex-presidente de Moçambique, Joaquim Chissano. Nesta sessão de abertura, vamos mostrar os primeiros dois minutos do vídeo.

O seminário foi idealizado em quatro módulos: I) a África dos séculos XVI ao XIX e o Brasil; II); a Europa na África e o imperialismo;

III) a África no século XX e todo o seu processo de descolonização; e IV) a África contemporânea e as perspectivas de futuro. A ideia é que em cada palestra haja minutos finais para interação do público com os palestrantes. O objetivo é proporcionar a oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre o continente africano e em particular dentro do espírito da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira nos ensinos médio e fundamental no Brasil. Foi dentro desse espírito que nós organizamos esse seminário. Então eu gostaria de agradecer a participação de todos. Da mesma maneira como a Ministra, espero que esse seja apenas um entre vários outros seminários e eventos que vão acontecer para discutir a África, a História da África, a relação com a África em todos os seus multifacetados aspectos. Considero o debate muito importante não só do ponto de vista acadêmico mas também para os profissionais que lidam com o tema na sociedade brasileira como um todo. Foi realmente com muito prazer que organizamos esse seminário que espero seja uma semana muito produtiva e que todos aproveitem o que estamos trazendo para vocês. Muito obrigado.



PAINEL 1
OS ESTADOS E AS CULTURAS DA ÁFRICA:
ÁFRICA AUSTRAL, OS PAÍSES DO ZAMBEZE,
ÁFRICA DO SUL, GOLFO DA GUINÉ,
ALTA GUINÉ, GUINÉ INFERIOR,
DELTA DO NÍGER, HAUSSAS, DAOMÉ

Acácio Sidinei Almeida Santos



Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Bom dia. Senhoras e senhores mais uma vez sejam bem-vindos ao Seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento de África do Itamaraty com apoio do Instituto Rio Branco. O tema da palestra a seguir é “Os Estados e as culturas da África, África Austral, os países do Zambeze, África do Sul, Golfo da Guiné, Alta Guiné, Guiné Inferior, Delta do Níger, Haussas, Daomé”. A palestra será ministrada pelo professor Acácio Sidinei Almeida Santos. O Acácio possui graduação e mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; doutorado em Sociologia pela mesma Universidade de São Paulo; pós-doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP e atualmente é presidente do Conselho Deliberativo da Casa das Áfricas, membro fundador do SSIM, Southern Spaces in Movement, pesquisador associado do grupo de antropologia e comunicação da Universidade Félix Boigny de Côte d’Ivoire, e professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Paulista ABC. O conteúdo da palestra é de responsabilidade do palestrante e não reflete necessariamente as posições oficiais do Itamaraty. Com a palavra, o professor Acácio Santos.

Sr. Acácio Sidinei Almeida Santos (Prof. PUC/SP) – Bom dia. Eu vou tomar a liberdade de utilizar o púlpito, talvez me aproxime um pouquinho mais de vocês do que na grande mesa. Sempre lembro do Júlio Cortázar, do maravilhoso conto do Júlio Cortázar, em que ele fala exatamente sobre as mesas e como às vezes elas distanciam

as pessoas, não que o púlpito seja diferente. Eu quero iniciar agradecendo a oportunidade de dialogar com vocês em um espaço tão importante como é o Instituto Rio Branco, acerca da continuidade das relações Brasil-África e também da construção de uma agenda que fortaleça o diálogo no universo do Sul global. Eu não sou verdadeiramente um especialista na área de África Antiga. Uma parte do meu processo de conhecimento sobre África se deu exatamente no continente africano, na Côte d'Ivoire, país que de alguma maneira se tornou, nos últimos anos, a minha segunda casa. Mas, de alguma forma, o tema da África Antiga cruza o meu caminho já que eu trabalho e venho trabalhando há bastante tempo no universo da saúde, especialmente no universo da migração e saúde, com destaque para os problemas advindos do HIV-Aids em três corredores: o corredor que liga Abidjan a Lagos, o corredor que liga Abidjan a Uagadugu e o corredor que liga Abidjan a Bamako. Faço questão de abrir aqui rapidamente uma lembrança e dizer que quero dedicar essa minha palestra ao falecido professor José Maria Nunes Pereira, que nos deixou há bem pouco tempo e que foi um dos maiores estudiosos de África no Brasil; um professor que certamente deixará saudades pela forma e pela vitalidade com que tratava de assunto de tão grande importância. Eu faço isso, mas ao mesmo tempo com bastante cuidado, porque se eu digo que estou dedicando aquilo que vou comunicar ao professor, precisaria saber se o professor aprova aquilo que eu vou dizer. Sempre me lembro das palavras dos Griôs, que antes de começar a narrativa sempre dizem: "Aquilo que eu falo, eu aprendi dos meus avós, que por sua vez aprenderam dos seus avós, que por sua vez aprenderam dos seus avós e que se eu estiver errado que cortem minha cabeça". E a audiência sempre responde: "E cortaremos". Eu espero que vocês não cortem a minha cabeça. O meu agradecimento ao professor José Maria Nunes Pereira e também a esta casa, o Instituto Rio Branco, não é uma mera demonstração da minha boa educação

recebida em casa, mas é antes de tudo o reconhecimento das inúmeras ações pensadas e conduzidas pelo Ministério das Relações Exteriores. Eu poderia aqui citar inúmeras, poderia destacar aquelas das quais eu tive a oportunidade de participar, como foi o Congresso de Intelectuais Africanos e da Diáspora, mas eu gostaria de destacar uma que vai ao encontro das palavras da professora e Ministra Nilma Lino Gomes. Eu quero destacar aqui o programa de ação afirmativa Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, que a meu ver é um dos elementos mais distintivos e mais importantes das políticas que podem gerar maior aproximação com o continente africano, mas quero destacar também o fato de estarmos em 2015. Estamos completando 50 anos do Programa Estudante Convênio (PEC), também com a forte participação do Itamaraty. É necessário lembrarmos que o Brasil tem sido nesses 50 anos uma importante sede, uma importante casa, na formação de quadros para os países africanos. Estamos nos aproximando do final do ano e não tivemos ainda nenhum grande evento tratando especificamente do PEC. Houve um evento no ano passado, mas eu acho que nós precisamos lembrar, até porque ouvimos a palavra do Professor Chissano, ex-presidente de Moçambique. Se chegarmos a Moçambique hoje, formos à Universidade Eduardo Mondlane e perguntarmos entre os professores quantos estudaram no Brasil, muitos levantarão a mão dizendo que sim, que estudaram no Brasil. Além disso, nós temos hoje embaixadores formados pelo Instituto Rio Branco e ministros formados em outras instituições brasileiras. Por fim, para terminar os meus agradecimentos, quero parabenizar a iniciativa, especialmente por ter incluído o movimento negro na lista de convidados. Na desqualificação que pesa sobre o continente africano, certamente as senhoras e os senhores tiveram pouca oportunidade na escola de estudar algo diretamente relacionado ao continente africano que não seja o aspecto mais nefasto da escravidão, grande crime contra a humanidade. Então essa mesma

desqualificação que pesa sobre o continente pesa também sobre os seus filhos que fazem parte da diáspora que, como bem lembra a União Africana, é a sexta região da África. Precisamos instrumentalizar politicamente isso que vem sendo proposto, esse projeto que vem sendo proposto pela União Africana para que efetivamente a sexta região da África tenha assento na União Africana e possamos então construir, na perspectiva do Sul global, projetos de maior reconhecimento do papel e da importância do continente africano em todas as suas dimensões e não apenas naquilo que diz respeito aos quase 400 anos de escravidão. No Brasil, como é do conhecimento de todos, existe uma espécie de alegoria sobre a África e sobre o mundo negro. Ouvíamos e ainda seguimos ouvindo colegas que acusam o movimento negro de ter inventado uma África que não existe. Eu concordo com os colegas quando dizem que o movimento negro inventou *uma* África, mas discordo quando dizem que inventou *a* África e não vejo também nisso um problema. O escritor argentino Jorge Luís Borges, em um texto de 1972, conta a história de um imperador que encomendou um mapa exato de seu império e insistiu que o mapa deveria ser fiel até nos mínimos detalhes. Os melhores cartógrafos da época foram chamados e empenharam-se então na execução daquele projeto. No final, produziram um mapa com exatidão insuperável que coincidia ponto a ponto com o império, mas ele não era prático, porque era exatamente do tamanho do império. Para ser prático, o mapa não pode coincidir ponto a ponto com a realidade, no entanto, a distorção da realidade que isso implica não significa que a representação seja arbitrária, desde que os mecanismos de distorção da realidade sejam conhecidos e possam ser então controlados. Dessa maneira, entendo que o movimento negro e seus ativistas forjaram um direito à simbolização da África, que é a fase mais visível da representação da realidade: não é estranho falarmos de reinos, não é estranho falarmos de impérios, e

apontarmos isso como algo significativo. É claro que às vezes trazem problemas e aqui vou lembrar algo ocorrido há bem pouco tempo em minha casa. Eu tenho uma filha de nove anos que se chama Asantewaa e ela está na fase de querer se vestir de princesa toda semana. Isso foi me incomodando a tal ponto que em dado momento disse para ela: “Olha, precisamos parar com isso, por que quem é a princesa? A princesa é alguém que explora o trabalho do outro, é alguém que não trabalha, é alguém que não contribui”. E a minha filha então disse: “Mas você falou que na África também há princesas e lá também é assim”. Aí eu disse: “Eu preciso ter mais cuidado com aquilo que eu falo”. Dessa forma, penso que a representação construída pela diáspora e na diáspora não pode ser levemente acusada de ser simplista, arbitrária e mítica, inclusive porque o mito, como bem lembra o filósofo Mudimbe, “é um texto que se pode dividir em partes e revelar a experiência humana e a ordem social”. Mudimbe, conhecido de muitos aqui no Brasil, tem um excelente livro, quase uma bibliografia obrigatória para aqueles que querem entrar no universo da História da África e do conhecimento sobre as sociedades africanas. O título da obra é *A invenção da África, filosofia e ordem do conhecimento*. Ali ele problematiza os conceitos e discursos do que conhecemos como uma África mitificada, as verdades veiculadas por filósofos, antropólogos, missionários religiosos e ideólogos, bem como imagens ocidentalizadas ou eurocêntricas inerentes aos processos de transformações dos vários tipos de conhecimento. No Brasil e no mundo, tem sido comum o uso da letra “S” com o objetivo de afirmar a diversidade da África, então tem sido cada vez mais comum falarmos de Áfricas no lugar de África, querendo com isso apontar a diversidade linguística, social, política e cultural. Eu acho que parece haver o desconhecimento sobre as artimanhas da Sociologia da década de 70, que instituiu o “S” como indicador da pluralidade e da diversidade. Passaram a falar de Áfricas como se o plural

implicasse alguma mudança metodológica. No singular África ou no plural Áfricas, o continente segue sendo, no trato de alguns, um mero Objeto Político não Identificado (OPNI). Penso que um dos nossos problemas no Brasil é o fato de termos uma área de estudos africanos ainda incipientes, que sofrem de uma febre eurocêntrica, não reconhecem a África e os africanos como sujeitos e produzem conhecimento a partir de dicionários etnocêntricos. Por isso, acredito na grande importância daquilo que estamos fazendo aqui e vou dar uma justificativa. Nos últimos dez anos, a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) deu a brasileiros e brasileiras aproximadamente 35 mil bolsas de estudos para que fossem a alguma instituição de ensino superior fora do Brasil para realizar parte dos seus estudos. Esse número parece enorme e absurdo, mas nele incluem as bolsas concedidas para o Ciência sem Fronteiras. São cinco categorias que passam pelo mestrado, mestrado pleno, doutorado, doutorado pleno, bolsas sêniores e também as bolsas do Ciência sem Fronteiras. Desse total de aproximadamente 35 mil bolsas, apenas 32 delas foram concedidas a brasileiros que foram estudar em algum país do continente africano, com destaque para África do Sul, Moçambique, Egito e uma bolsa para a Nigéria, que é de um mestrando brasileiro que escolheu a Nigéria para a continuidade dos seus estudos. Esses dados estão disponíveis no site da CAPES, no GEOCAPES. Minha pergunta, seguindo um pouco aquilo que diz o filósofo Polon Tondi: até que ponto são africanos os estudos africanos? Entendo que para que possamos desenvolver efetivamente estudos africanos no Brasil vamos ter de criar uma massa crítica que só poderá ser criada no encontro e no diálogo com especialistas africanos, com intelectuais africanos, com as instituições africanas e com a produção realizada por africanos. Atualmente sou professor da Universidade Federal do ABC, depois de ter passado por outras instituições, inclusive pela UNILAB, instituição que por alguns meses teve a

Ministra Nilma Lino Gomes como reitora. Em teses sobre a África, a primeira coisa que faço é olhar a bibliografia que está sendo utilizada pelo candidato e normalmente ele não utiliza mais do que 20% da sua bibliografia de autores africanos. Significa que os africanos não produzem? Significa que não estamos tendo acesso. Existe o problema colocado por alguns intelectuais africanos que é o de publicar fora e se tornar conhecido, o que, aliás, é o problema que todos nós aqui enfrentamos desde que, no processo evolutivo, passamos de *Homo sapiens* para *Homo lattes*. O sociólogo Fábio Leite, do Centro de Estudos Africanos, meu orientador, pessoa que conheço desde a década de 80, período em que foi professor leitor na Universidade de Cocody, que atualmente é a Félix Houphouët-Boigny. Foi por sua vez orientando de um outro grande conhecedor e africanista, o professor Fernando Mourão. O professor Fábio Leite chamava a atenção, na década de 70, para a cristalização equivocada de conceitos e teorias e contra elas a importância das pesquisas de campo e de metodologias diferenciais para obtenção de dados de realidades das sociedades africanas, o que significa a necessidade de campo. Eu desconfio de qualquer um que diga que aprendeu África ou que é autodidata nos estudos africanos e vou mostrar o porquê. Peço licença, vou abrir aqui, apenas a título de curiosidade, a linha do tempo, ela está dividida nas várias etapas do desenvolvimento da história do continente africano, iniciando justamente por aquilo que me parece já não existe mais nenhuma disputa, que é do reconhecimento de que África é o berço da humanidade e termina em 2010 de forma bastante interessante tratando de África contemporânea. Não é produto nacional, foi feito pelos franceses a partir daquela coleção, conhecida hoje de todos nós, que é a *História Geral da África*, que todos nós também sabemos que é uma coleção hermética. Para minimizarmos esse problema, a União Africana e a Unesco acham o projeto bastante interessante para os países africanos, para os

estudantes africanos e também para nós brasileiros: transformar a *História Geral da África* em uma coleção de livros didáticos e paradidáticos. Só assim nós teremos verdadeiramente acesso, porque senão ficaremos naquela mesma etapa de quem lia o livro I d’*O Capital* e se tornava mais marxista do que o Marx, sem que tivesse lido o restante. Ele diz o seguinte: “Parece útil voltar a afirmar que os estudos e análises relacionados com as sociedades negro-africanas formulam-se, pelo menos no campo das Ciências Sociais, em duas principais correntes que por questões de métodos levam necessariamente a conclusões diversas e geralmente conflitantes. Uma delas, que se pode denominar com brandura de visão periférica, nasce do pensamento dominado por uma metodologia não diferencial eivada de preconceitos e fundamentada nos limites de suas proposições, que pela sua própria essência não atinge o núcleo de outras realidades históricas. Bem antes do tráfico negreiro, transatlântico e da colonização ocidental, a África Subsaariana foi palco” – agora não é citação – foi palco de uma grande efervescência política caracterizada pela formação dos Estados políticos centralizados variados como impérios, reinos e chefias. Da historiografia colonial, ainda persistente no imaginário coletivo contemporâneo, a história desses Estados foi silenciada na formação dos africanos para destruir a consciência histórica dos oprimidos e conseqüentemente sua entidade coletiva. Fazer uma palestra, uma comunicação sobre a história desses Estados é uma tarefa complexa que exigiria um exercício de alguns dias. Vamos aqui então descrever sucintamente e a título de ilustração apenas alguns desses Estados, muito especialmente aqueles que estão diretamente relacionados ao universo geográfico em que se situam as minhas pesquisas. Mesmo existindo informações primorosas sobre o passado glorioso da África, especialmente na Antiguidade, persiste ainda hoje a desqualificação da África e dos africanos e essa desqualificação é conhecida de todos nós. Quem tem a minha

idade ou próximo da minha idade, deve ter ainda lembrança de um livro que fez muito sucesso e que de alguma forma tentava explicar os avanços tecnológicos, principalmente no campo da arquitetura no continente africano, que livro era esse? *Eram os Deuses Astronautas*? Era o livro que explicava desde o Império Monomotapa até as grandes pirâmides, sempre dizendo de alguma maneira que não eram obras de africanos, mas sim obras de alienígenas. É claro que alienígena significa estranho. Descobri isso trabalhando com migração. Certa vez peguei um documento da Polícia Federal sobre um africano e havia no texto: “O alienígena não tem origem”. E aí recorri aos dicionários e descobri que a palavra, que alienígena não é aquele que vem, não apenas o alien, mas qualquer um que não tenha origem definida. Vou por esse caminho e vou apresentar aqui dois exemplos para então entrar naquilo que mais nos interessa. Como é do conhecimento de muitos de vocês, a antropologia escolheu, no seu processo, a antropologia de todas as ciências. Há quem diga que a antropologia não é ciência, que é uma arte, mas a antropologia, entre todas as ciências, é aquela que mais foi acusada de ter tido um papel colonial de primeira ordem. Há quem diga que sem a antropologia o processo colonial não teria tido o êxito que teve. Não concordo muito, não só porque sou antropólogo, mas porque acho que todas as ciências daquele período estavam diretamente relacionadas ao processo colonial. Os antropólogos escolheram alguns grupos aqui no Brasil e esses grupos se tornaram objetos de suas pesquisas e no continente africano não foi diferente: alguns grupos foram mais estudados do que outros. Por exemplo, em Côte d’Ivoire, o grupo Baulé foi um grupo muito estudado pelos africanistas franceses. No Mali, o grupo mais estudado pelos africanistas foram os Dobons. Marcel Griaule, que é um antropólogo conhecido da antropologia francesa e importante nos processos de conhecimento e reconhecimento de sociedades tradicionais da África, e outros antropólogos e

antropólogas também trabalharam exaustivamente no território Dogon, que é um território conhecido pelas falésias – são quase 200 km delas. Os Dogon, pelo que as pesquisas arqueológicas indicam, chegaram à região de Bandiagara, em direção a Timbuktu, em que é conhecida pelas escarpas, pelas falésias, mas também por outra razão: os Dogon, segundo alguns, e parece que isso já não é mais discutido, têm sua cosmologia e sua cosmogonia estabelecidas a partir da estrela Sirius. Sirius é a estrela mais brilhante do céu e teve um lugar de destaque em muitas culturas antigas, está a cerca de 8,7 anos-luz da Terra e tem como companheira uma estrela anã branca, que é a Sirius B, que não pode ser vista a olho nu. A primeira suposição da existência de Sirius B por astrônomos foi em 1830. Eles matematicamente desenvolveram um modelo teórico da sua órbita em torno da Sirius. Então nós temos Sirius A, que aparece ali, e a Sirius B. A Sirius B gravita em torno da Sirius A e leva 50 anos em sua rotação. A grande pergunta é: até que ponto ia o conhecimento dos Dogon a respeito dessa realidade que não era visível a olho nu? Digo isso porque o calendário e o sistema, como eu disse, da cosmogonia e da cosmologia Dogon estão baseados exatamente na existência da Sirius A e da Sirius B. Vou repetir a grande questão: como um povo que não possui telescópios potentes poderia ter desenvolvido um sistema baseado nessas duas estrelas? Boa parte do trabalho da Germaine Dieterlen inclui esse estudo sobre a forma como a cosmogonia e a cosmologia estão baseadas na Sirius. Existem inúmeros registros arqueológicos exatamente sobre isso. Dessa forma vem, a pergunta: Como? Há alguns anos, Carl Sagan foi chamado para tentar explicar esse grande mistério e ele dizia o seguinte: aproximadamente há 2000 anos a Sirius B era visível a olho nu. Não era necessário qualquer instrumento mecânico para que ela pudesse ser observada. Ele termina dando um tiro de misericórdia, que é o mesmo tiro dado por tantos outros em outras análises, e termina dizendo: certamente os Dogon

aprenderam isso com os ocidentais ou muito provavelmente aprenderam com os árabes. A desqualificação combatida por um pesquisador hoje ainda não traduzido no Brasil, Cheikh Anta Diop, e outros vários pesquisadores, têm tido um papel importante no resgate daquilo que, de alguma maneira, para usar uma expressão talvez não tão polida, foi roubado das sociedades africanas: o direito à produção tecnológica. É compreensível de alguma maneira as análises que são feitas. Vamos lembrar que os evolucionistas nunca falaram de raças, falaram em raça, no singular, e eles hierarquizaram os diferentes grupos dizendo: “Existem dentro dessa grande família...” – família sou eu que estou dizendo – “dentro dessa grande família aqueles mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos”. E a inteligência estava diretamente relacionada à cor da pele, quanto mais escuro, menos desenvolvido, menor a capacidade de abstração, e menor a capacidade tecnológica para desenvolver instrumentos ou construir sociedades, ou construir impérios, ou construir Estados. Por isso, era muito comum o entendimento de que as sociedades africanas da antiguidade eram acéfalas, não existia um poder central. Talvez tenhamos e verdadeiramente temos algumas sociedades sem um poder centralizado, mas temos inúmeros exemplos de sociedades ou civilizações de mais de 200 anos. O que nós temos de elementos para chegarmos a essas conclusões, um antropólogo da universidade, já falecido em 2002, da Universidade Félix Houphouët-Boigny, o professor Georges Niangoran-Bouah dizia: “É nos destroços de uma civilização que vemos sua grandeza”. Exatamente isso, são dos destroços que é visto aquilo que é mais importante. Então o tiro de misericórdia dado pelo Carl Sagan e por outros é o da desqualificação desse período das sociedades africanas, desse longo período do continente africano marcado por inúmeros Estados, como veremos mais à frente, marcado por sociedades, que entre outras coisas domesticaram animais,

desenvolveram a metalurgia e as ciências. Outro exemplo que nós podemos, e agora para entrar definitivamente no nosso tema, outro exemplo que nós poderíamos tratar aqui está situado em 1888, o que aconteceu em 1888? Um caçador branco de nome Post, deixou a África do Sul e embrenhou-se para o norte, assim que a história é contada, e foi um dos primeiros brancos a penetrar o território do Xonas e dos Ndebeles, a terra dos Zimbabues, que posteriormente se transformou na colônia britânica da Rodésia. O que fazia esse branco caçador naquela região? Já existiam inúmeras histórias contadas na África do Sul sobre a existência de um lugar com muralhas, lugar esse que tinha sido importante no comércio com o Índico e lugar esse também que possuía grandes riquezas. Então ele era na verdade um caçador, como aconteceu também com as pirâmides e com o patrimônio do Egito, nós dizemos aqui caçadores, quando na verdade são saqueadores. Outros exploradores vieram nessa mesma esteira e acabaram descobrindo a grandeza dessas muralhas de pedras que, se olharmos, são as muralhas existentes ainda hoje na região do conhecido Zimbabue. A pergunta é: quem teria conhecimento tão refinado para fabricar elegantes pulseira de ouro como as que foram encontradas? A resposta foi a mesma dada em relação aos Dogon. Nenhum povo negro, disseram eles, poderia ter erguido tal civilização, ela fora criada sem dúvida por um povo branco desaparecido, talvez os súditos do rei Salomão ou da rainha de Sabá, visto que os povos negros, diziam eles, não possuíam história própria e nunca tinham criado civilização própria. Os levantamentos arqueológicos feitos nessas muralhas revelam algo muito interessante: a existência de um comércio, que já se dava na região do Monomotapa, Mwene Matapa, que é o nome do grande dignitário, e esse grande império que é a China. Como se sabe disso? Foram encontradas inúmeras moedas chinesas de dinastias que recuam no tempo e também porcelanas chinesas que

mostravam que não eram apenas adornos, mas que eram utilizadas no cotidiano. A pergunta é: como essas porcelanas chegaram? Eu faço essa pergunta com um tom meio risonho, porque outro dia um amigo veio discutir comigo como o coco chegou a todos os lugares do mundo e aí ele disse: “Saiu da Ásia”. Parece que tudo saiu da Ásia, hoje já se sabe que não. No Caribe há a Ilha do Coco, de onde hoje está provado que o coco se dispersou, já que ele consegue ficar na água por meses sem apodrecimento e depois é de fácil germinação. Essa teoria vale para cocos, mas não vale para porcelanas, que afundam e não poderiam ser levadas pelas correntes marítimas. Quando eu disse do peso que nós temos dessas visões ainda etnocêntricas e quando falo do dicionário etnocêntrico, volto então ao meu orientador que insistia em uma metodologia diferencial, e essa é a metodologia utilizada pelo Cheikh Anta Diop e outros pesquisadores, para que não saíamos fazendo meras traduções daquilo que não pode ser meramente ou facilmente traduzido. Nós precisaríamos conhecer isso um pouco mais a fundo. Para conhecer isso um pouco mais a fundo, a linguística é uma ferramenta importante, a antropologia é uma ferramenta importante e quem sabe daqui a alguns anos possamos sair daquilo que pesa ainda sobre nós, que é o que foi escrito por Hegel e que de alguma forma permanece ainda hoje: “A África propriamente dita é a parte característica deste continente. Começamos pela consideração desse continente, porque em seguida podemos deixá-lo de lado, por assim dizer. Não tem interesse histórico senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria sem fornecer nenhum elemento à civilização”. “Por mais que retrocedamos na história, acharemos que a África está sempre fechada no contato com o resto do mundo; é um eldorado recolhido em si mesmo, é o país criança”, vale a pena grifar: “é o país criança envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente. Nessa parte principal da África não pode haver história”. Encontramos

aqui, isto é, Hegel: “Encontramos aqui o homem em seu estado bruto, tal é o homem na África, porquanto o homem aparece como homem, põe-se em oposição à natureza, assim é como se faz homem, mas, porquanto se limita a diferenciar-se da natureza, encontra-se, no primeiro estágio, dominado pela paixão, pelo orgulho e pela pobreza, é um homem estúpido. No estado de selvageria, achamos o africano, enquanto podemos observá-lo e assim tem permanecido. O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência. Para compreendê-lo, devemos esquecer todas as representações europeias, devemos esquecer Deus e a lei moral. Para compreendê-lo exatamente, devemos abstrair de todo respeito e moralidade, de todo sentimento. Tudo isso está no homem em seu estado bruto, em cujo caráter nada se encontra que pareça humano”. Então a importância da discussão sobre os reinos é exatamente para fazer o papel inverso, desqualificar esse ramo do conhecimento científico, ou pretensamente científico, que afirmava, informava e criava teses para provar que não existia história na África ou que a África era um continente a-histórico. Lembro um fato importante. O presidente Nelson Mandela, assim que assumiu o poder, entrou com um processo na França, pedindo a restituição dos restos mortais da Saartjie Baartman, também conhecida como Vênus Hotentote. Quem quiser conhecer um pouquinho mais de perto essa história, há o filme *Vênus Negra*, um filme tão impactante que, assim que foi apresentado na mostra internacional de cinema, uma boa parcela do público da sala retirou-se, não porque a produção não seja boa, mas sim pelo que o filme significa. É de conhecimento de todos nós a existência de zoológicos humanos em um determinado período da história da Europa. Homens, mulheres ou famílias inteiras eram levados e expostos nos palácios de Londres e de Paris. Na região da África do Sul, existem dois povos que são assemelhados, segundo a antropologia: os khoi e os san, que falam uma língua de estalo.

A linguística organizou esses dois grupos em um único grupo, que falam a língua Khoi-San. A área ocupada pelos khoi e pelos san é uma área muito menor do que no século XVI. No século XIX, Saartjie Baartman, uma khoi, é retirada dessa região da África do Sul e levada para a Europa, mais especificamente para Londres. Chegando lá, ela fica em exposição durante um tempo, durante o qual ela poderia ser vista e apalpada por quem pagasse. Em seguida, ela foi comprada por um adestrador de animais e levada para Paris. Ficou por alguns anos na mesma condição e depois foi colocada na prostituição, e é nessas circunstâncias que ela morre. Naquele momento se fazia uma profunda discussão sobre o conceito de raça e a existência de raças. Não somente os antropólogos e os médicos franceses, mas os europeus de um modo geral, acreditavam que a pequena Saar talvez fosse o exemplar do elo perdido. Ela estaria mais para um símio do que para um ser humano. Qual a prova disso? Para eles a prova era a estrutura do corpo, que estaria mais próxima da de um símio. Quando ela morreu, o corpo foi vendido para o museu do homem. Até 1972, quem fosse à região do Trocadéro, onde ficava o museu do homem, um museu colonial importante que não existe mais, podia ver o corpo dela, reproduzido em gesso. Ao lado dessa réplica, a réplica de sua vagina. Existem muitos livros do período colonial, alguns franceses, sobretudo portugueses, sobre vaginas. Imaginemos de que forma era possível fazer fotografias de vaginas de mulheres africanas naquele período. Entendia-se que a vagina poderia provar se Saar era humana ou símia. Seu corpo e sua vagina ficaram expostos até 1972 e, em seguida, foram para a reserva técnica do museu do homem. Quando Nelson Mandela assumiu o poder, quis a restituição não apenas dos restos mortais, mas muito especialmente da dignidade. Tratava-se do respeito às civilizações, às culturas africanas que foram importantes para que chegássemos aqui. Voltando ao Zimbábue, hoje se sabe que aqueles exploradores estavam errados.

A descoberta da história da África mostrou que as paredes do Zimbabue foram iniciadas há quase mil anos. Mais tarde foram reconstruídas para rodear a habitação de uma dinastia de poderosos reis naquela região. Foram erguidas por africanos, antepassados dos que vivem ainda hoje no Zimbabue. Um dos primeiros desses reis foi Mutota, que reinou há cinco séculos aproximadamente. O império de Monomotapa foi o império que floresceu entre os séculos XV e XVIII na região do Rio Zambeze, entre o planalto do Zimbabue e o oceano Índico, com extensões provavelmente até o Rio Limpopo. O território desse império corresponde aos atuais países Moçambique e Zimbabue. Então não é estranho que depois de ter passado por um período sendo chamado de Rodésia do Sul, o presidente tenha escolhido chamar aquela região de Zimbabue, resgatando aquilo que era o de mais importante. O mesmo foi feito por Kwame Nkrumah, quando ele fez com que o país deixasse de ser conhecido como Costa do Ouro e recuperasse o brilhantismo do que foi o Império do Gana, que não estava localizado onde hoje está Gana, mas mais próximo do Mali. O mesmo vale quando pensamos na decisão de não mais chamar o Alto Volta de Alto Volta, mas sim de Burkina Faso, recuperando algo de muita importância, porque Burkina Faso significa terra de homens dignos e essa dignidade é a herança. A palavra herança precisa ser recuperada. Um provérbio muito conhecido na África do Oeste diz que, se você não pode subir a árvore do seu pai morto, que você pelo menos regue essa árvore para que ela não morra. Em sentido simbólico, se você não consegue subir a árvore, ou seja, se você não consegue atingir aquilo que o seu pai atingiu, a sua tarefa é pelo menos a de manter a herança daquilo que foi construído. Para terminar falando ainda sobre o Moçambique, sobre Monomotapa, esse Estado africano era extremamente poderoso, pelo que se sabe hoje, uma vez que controlava uma grande cadeia de minas de ouro e da metalurgia do ferro, cujos produtos eram muito procurados

por mercadores de outras regiões do mundo. Inúmeros pesquisadores já disseram que o Saara era intransponível, mas isso não é verdade. Além dos jovens que, na atualidade, atravessam o Saara andando desde a floresta equatorial até chegar ao Mediterrâneo, podemos lembrar também o papel que as caravanas tiveram especialmente depois do século VI, quando o camelo foi introduzido naquela região. Podemos ir um pouco mais longe, 2000 anos antes de Cristo, aquilo que hoje é o Saara era um espaço verdejante. As pesquisas mais aprofundadas e o professor Paulo Farias fazem questão de lembrar isso. As pesquisas mais aprofundadas conseguem mostrar inclusive o nível de chuva que caiu em determinados momentos naquela região, o que favoreceu muito o trânsito, seja da região da floresta equatorial para o norte da África como também do norte da África para a floresta equatorial. Para terminar aqui falando do Mwene Mutapa, que era a designação dada a um rei que não formava uma cadeia de descendentes. O sucessor do Mwene Mutapa falecido ou deposto era escolhido pelo conjunto de seus conselheiros e do chefe de seus aliados, guiados por um ou mais chefes espirituais que interpretavam sinais enviados pelos espíritos ancestrais. Eu trabalho com África contemporânea e às vezes dói no ouvido quando alguém diz que a tradição da África sempre foi uma tradição contrária à democracia. Minha vivência na Côte d'Ivoire mostra muito especialmente duas coisas: primeiro, o papel que parece de uma atriz subjugada, que é o papel das mulheres nas sociedades africanas, o embaixador Costa e Silva mesmo em certo momento disse: "Aquilo que as mulheres africanas conseguiram há 500 anos somente agora as mulheres ocidentais estão conseguindo." Ou seja, precisamos relativizar essa ideia de que as mulheres africanas foram, são e sempre serão mulheres exploradas e que não têm papel político, porque as vivências têm provado exatamente o contrário. É claro que na Côte d'Ivoire ocorre uma ruptura muito grande nas

estruturas sociais, principalmente quando aquele país passa a fazer parte do mercado internacional com a produção de cacau e de café e isso desorganiza aquele território de forma muito drástica, a meu ver. Akuaba, conhecida de alguns, alguns de vocês já viram essa boneca chamada Akuaba? Akuaba é uma boneca ashanti, mas é uma boneca akam também, não apenas os ashantis têm essa boneca como um símbolo, que é o símbolo da fertilidade. A primeira vez que eu ouvi a palavra akuaba foi em 1996 no aeroporto de Abidjan e ali foi a grande prova de que eu não entendia nada da língua na qual eu estava sendo tratado, as pessoas diziam no aeroporto: “Akuaba”. E eu respondia: Akuaba. A meu ver, as pessoas estavam dizendo bom dia, quer dizer, ali já era dar boa tarde para boa-noite, era um voo que saía do Charles de Gaulle, chegava por volta das 19h em Abidjan; para mim era boa tarde ou boa-noite, então eu respondia akuaba. Depois eu aprendi que akuaba significa seja bem-vindo. Eu venho propondo que façamos aqui no Brasil um grande akuaba, o que é esse grande akuaba? Nesse momento em que o Brasil está na rota das migrações internacionais e muito especialmente na rota das migrações africanas é necessário dizer seja bem-vindo, ao contrário do que tem sido feito: quando é que vocês vão embora? É a nossa possibilidade de ter de perto um maior contato com as sociedades africanas. Eu venho trabalhando na Côte d’Ivoire há aproximadamente 20 anos. A palavra trabalho talvez não seja a melhor palavra para designar aquilo que eu venho fazendo. Quando eu cheguei lá em 1996, Félix Houphouët-Boigny, primeiro presidente da Côte d’Ivoire, já tinha falecido em 1993. Estava no governo o presidente Bédié. Para as minhas pesquisas isso foi muito importante, porque lembra um debate entre o Kwame Nkrumah e o Félix Houphouët-Boigny numa discussão sobre o pan-africanismo e o Félix Houphouët-Boigny diz ao Kwame Nkrumah: “A história dirá quem está certo, se a proposta de humanidade africana ou se cada um por si”. Não é à toa que a Côte

d'Ivoire foi um país que cresceu economicamente de forma assustadora, se tornou um espelho da África do Oeste e conviveu durante muito tempo com uma proposta, que eu acho que é aquilo que revela também a dinâmica e a permanência das estruturas mentais, sociais, culturais, econômicas e políticas do passado, como diria de alguma maneira o Carlos Lopes: "O passado influencia o presente indiscutivelmente". O que eu quero dizer com isso? Em 1963, Félix Houphouët-Boigny resolve, como também outros presidentes, falar da importância da modernidade. Era necessário destribalizar, acabar com as tribos para construir a nação e nós ouvimos isso em diferentes lugares, em língua francesa, em língua inglesa e também em língua portuguesa. De alguma forma significava acabar com a tradição para construir um Estado Moderno com progresso e desenvolvimento. Boa parte das sociedades da África Ocidental não possui a palavra desenvolvimento em suas línguas. Significa que os africanos não buscavam, não buscaram e não buscam desenvolvimento. Mas o que é efetivamente o desenvolvimento? Um escritor chamado Amaduco Romar fala de uma sociedade na África Ocidental, acredito que muito provavelmente o Senegal, em que existe uma tribo conhecida por dois fatores importantes: primeiro porque são os maiores lutadores da região; segundo porque andam nus. Ele diz que um desses lutadores desafiou todos os lutadores daquela região e se saiu vitorioso, não tendo mais com quem lutar. O que faz um lutador quando não tem com quem lutar? Ele fica sabendo que a França está em luta com a Alemanha, era a guerra. Ele embarca então para a França para lutar ao lado dos franceses e diz que era muito chato lutar ao lado deles, porque os franceses ficavam entrincheirados o tempo todo. De vez em quando levantavam, davam um ou outro tiro e voltavam para a trincheira. Ele diz: "O lutador quer lutar". Então ele sai da trincheira, avança sobre os alemães e começa a bater neles. Os franceses vendo aquilo também

saem das trincheiras. Esse lutador é ferido e, por ter sido um combatente heróico, deverá ser condecorado e devolvido a sua tribo, como foi traduzido aqui no Brasil, porque está ferido. Ele tem um problema, qual? Ele vai ser condecorado, mas faz parte da sociedade de homens que andam nus. Onde você coloca a medalha quando anda nu? O problema é: deixar de ser o que eu sou e colocar a roupa do outro para ser condecorado ou continuar sendo o que eu sou. Sem nenhum essencialismo, e o professor Kabengele Munanga trabalha muito bem essas questões, sem essencialismo eu não estou dizendo que africano é uma questão de essência, mas estou dizendo que aquilo que marca a África de alguma maneira é a existência de valores civilizatórios que de alguma forma respondem aquilo que o Serge Latouche colocou como questão no encontro de africanistas de 2005. Serge Latouche escreveu um texto em que começa com a seguinte pergunta: A África pode contribuir para resolver os problemas do Ocidente? Nós sabemos que os destinos da humanidade estão sendo dados por gente que compra a felicidade na farmácia, o que significa isso? Gente que vive à base de antidepressivo quer ensinar aos outros o que é felicidade. Quem vive à base de antidepressivo não pode ensinar ninguém o que é a felicidade. Então ele lança essa pergunta e eu estou aqui quase brincando com a pergunta dele, mas o Serge Latouche é um economista extremamente respeitado e que, com uma longa produção de respeito, ele não está delirando ao fazer isso. A Côte d'Ivoire está geograficamente ao lado de Gana, antiga Costa do Ouro. Félix Houphouët-Boigny manteve o nome Côte d'Ivoire, embora o marfim não esteja mais lá. Esse é o mapa que eu chamaria de mapa étnico do país. Trabalho exatamente na região Any, onde vive a parte da população conhecida como grupo akam. Definimos grupos étnicos a partir do tronco linguístico. A composição étnica em Côte d'Ivoire é aproximadamente esta: 42% akans; 16% mandês do Norte e 10% mandês do sul. Os mandês estão na região

Mandinga, que no Brasil quer dizer outra coisa, mas é uma região de povos falantes da língua mandê, os crus e os antigos voltaicos, porque estão naquela região do Rio Volta, logo ao norte da Côte d'Ivoire. A população akan é extremamente importante não apenas numericamente, mas naquilo que diz respeito aos aspectos jurídicos, políticos e econômicos. Vou destacar aqui um elemento do que eu estou chamando de aspectos jurídicos. Qualquer um de nós que vá a uma aldeia do país e queira ali se instalar; pode solicitar ao chefe de terras autorização para tal. Ao contrário do que se diz de que existem conflitos étnicos e de que esses conflitos marcam o subdesenvolvimento do continente africano, Walter Rodney já negou que os conflitos étnicos levem ao subdesenvolvimento no livro *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Existe um sistema akan de tutorado, o que significa que qualquer um de nós pode solicitar autorização para permanecer na terra e inclusive, segundo as regras locais, explorá-la. A única coisa que não se pode fazer, segundo as leis do tutorado, é sepultar, porque o sepultamento cria ancestralidade, cria o vínculo com a terra. Mesmo com todas as mudanças ocorridas nesses últimos 50 anos pós-independência de Côte d'Ivoire, o sistema de tutorado ainda permanece muito vivo e com grande importância. Depois do golpe de 1999 os burquinenses ocuparam de forma autorizada as terras de Côte d'Ivoire e depois passaram a ser acusados por alguns dos problemas do subdesenvolvimento, principalmente por jovens que diziam que não tinham mais acesso a terra, porque as terras estavam nas mãos dos estrangeiros. O conceito de estrangeiro é um conceito também muito relativo e que precisa ser mais bem compreendido. Tem um provérbio que diz que não é porque um pedaço de madeira ficou 50 anos dentro de um rio que ele terá se transformado em um crocodilo; dessa forma, uma vez estrangeiro, sempre estrangeiro. Boa parte dos reinos e impérios que nós conhecemos são multiétnicos e sem que necessariamente tenha se destruído nem a

etnicidade nem transformado ou criado xenofobias. Não estou fazendo uma leitura romântica, estou tratando da questão a partir dos dados existentes. Essa população akan que está hoje em Côte d'Ivoire é uma população que no século XVII migrou dessa região. Existem dados arqueológicos, fartas informações inglesas, trabalhos de linguística e mitos sobre esse êxodo. Para os antropólogos, mito não é nem verdade nem mentira, mas normalmente nós associamos mitos a mentiras. Não, mito não é uma mentira. O que os relatos históricos indicam? Primeiro eles indicam que no século XVIII há uma convulsão militar, política e social nesse antigo Reino Ashanti e que isso levou então ao êxodo, porque os Ashantis se tornam, segundo alguns pesquisadores, um Estado raptor. Eles começam a comercializar carne humana, que era o produto mais comercializado além do ouro, do ferro, do marfim, do sal e da noz-de-cola. O mítico conta, mas é sustentado pelo relato histórico, que quando esse grande êxodo começa, Abla Pokou, uma rainha baulê, chegando às margens do Rio Komoé, situado no território, não conseguia ultrapassá-lo. Ela consulta o comiã, que diz que é necessário darem um sacrifício para os gênios do rio, daquilo que é mais precioso para a população. A história diz que eles lançaram várias coisas para o rio e nada aconteceu até que alguém lembrou que o mais importante para eles eram e continuam sendo as crianças. Nenhuma criança no mundo, a meu ver, é tão mimada quanto criança africana. As crianças africanas são aquelas que têm o desenvolvimento motor mais precoce, todas as pesquisas indicam isso, porque estão sempre nas costas da mãe, da tia, de uma irmã; e o movimento que fazemos ao andar, de nos projetarmos para cima e para baixo, para frente e para trás, ajuda no desenvolvimento motor dessas crianças. Não vamos, a partir desse mito, achar que as crianças africanas são maltratadas. Lembro Darcy Ribeiro falando de crianças, em algumas aldeias indígenas, às vezes brincando perto da água em que é retirada a mandioca e que é uma

água extremamente venenosa e nenhum adulto falava: “Menino, sai daí”. Eu também me assustava quando eu via crianças brincando com fogo e nenhum adulto falava: “Sai daí, sai daí”. Isso significa uma despreocupação? Não, significa a possibilidade de explorar o mundo e de conhecê-lo, nós é que protegemos talvez de forma exaustiva os nossos. A história conta que quando a criança foi jogada no rio alguém disse: “Bauli”. Bauli em língua akam significa a criança morreu. Então ali começa a nova história do povo akam e ali começa todo um projeto, que ainda é amparado no projeto Ashanti, que se constituiu em um império sob o comando do Osei Tutu, que é aquele que unificou todo o império Ashanti para lutar contra os invasores, já que a localização de Gana é uma localização extremamente estratégica. Boa parte do que nós temos de ouro que chegou aqui no mediterrâneo saiu exatamente de Gana e era trocado por sal na região de Timbuktu. As trocas eram feitas não só por ouro, mas por noz-de-cola, que tem uma função ritualística em alguns lugares e é utilizado nos refrigerantes cola. A Coca-Cola é o único refrigerante que não usa mais cola, um produto que de alguma forma continua sendo importante. Essa localização tornava o império Ashanti extremamente vulnerável, então se constituiu a confederação Ashanti, com o objetivo de ter o maior domínio dessa região e ter acesso ao litoral. Valeria a pena uma discussão sobre os vários acordos assinados entre ingleses e o império Ashanti no século XVIII, quase nunca respeitados pelos ingleses, porque assinavam com os Ashantis, mas assinavam com os Denkyiras também. O mito diz que quando a criança foi jogada alguém disse: “Bauli.” Então começava ali um novo grupo akam, os baulés, que não existem em Gana, mas só do lado de Côte d’Ivoire, assim como quase todos os grupos existentes nesse país, nominalmente conhecidos como grupo akam, não existem na região de Gana. Esses grupos que migraram levaram consigo as cadeiras ancestrais, exibidas em diferentes museus, as biá. Elas não foram feitas para

sentar, mas são a grande marca do pertencimento a um determinado grupo. Perguntar a que grupo você pertence é o mesmo que perguntar a que cadeira você pertence. Temos dois tipos de cadeiras, uma que ainda é a cadeira que está do lado de Gana antes do êxodo, e depois as cadeiras dos quase cem anos de êxodo de toda essa população. E a história diz o seguinte, que quando a criança foi jogada, os hipopótamos se levantaram e as pessoas atravessaram usando os hipopótamos como ponte. No relato anir não foram os hipopótamos, mas sim os jacarés. Alguém sempre pergunta: “Professor, mas o senhor acredita nisso?”. Eu respondo: “O importante é que eles chegaram ao outro lado”, entre os akans na região de Gana eu não identifiquei nenhuma pesquisa que indicasse que mulheres podiam ser chefes de aldeia. Do lado da Côte d’Ivoire, Abla Pokou foi a primeira chefe de aldeia e, entre os baulés, as mulheres podem ser chefes de aldeia, por quê? Há de se lembrar que a estrutura de muitos grupos akam é uma estrutura matrilinear. As mulheres escolhem os chefes das aldeias e têm um papel político extremamente importante. Não é à toa que normalmente as mulheres seguram o cetro, símbolo do poder tão importante para os akam e que, quando os ingleses subjugaram os Ashantis, pediram exatamente o cetro, porque era a grande prova de que os Ashanti se renderiam. A história conta que os homens concordaram, mas as mulheres não, entrando em ação uma mulher extremamente importante, a Asantewaa, que lidera um exército de mulheres contra os ingleses. Ela acaba perdendo a luta, porque naquele momento os ingleses já tinham a Maximum, uma metralhadora extremamente potente que coloca fim a toda liderança que os Ashanti tinham. Minha filha se chama Asantewaa por isso, mas eu passei a ter um problema: cheguei à Côte d’Ivoire depois do nascimento da minha filha e eles disseram: “Então quer dizer que você agora é pai novamente?”. Eu disse: “Sim”. Porque eu tenho um filho de 28 e uma filha de 8. Ainda brinquei: “faço filhos de vinte

em vinte anos”. “E qual é o nome dela?”. Eu disse: “Asantewaa”. E vi que ninguém recebeu com muita alegria. Passado um tempo eu descobri qual foi o erro. O processo do êxodo foi provocado por questões políticas colocadas no império de Gana, que como eu disse para vocês era um império extremamente importante. Na história dos Any, que é o grupo com o qual eu trabalho, akam animorofuê, Asantewaa está diretamente implicada com o processo do êxodo, então é como se eu tivesse dado à minha filha o nome do inimigo. Quer dizer, eu trabalho há tanto tempo aqui na sua casa e na hora de dar o nome a minha filha eu dou o nome do outro, e não é qualquer outro, é aquele que é responsável por tudo que aconteceu com você. Eu não tenho como corrigir isso. Eu disse para vocês que eles são matrilineares e ainda hoje isso é extremamente importante. Não é que haja um tribalismo, como querem alguns, mas não dá para não analisar e não pensar os microestados existentes em diferentes países africanos. O provérbio diz o seguinte, “quando a cabeça está presente, o joelho não porta o chapéu”, Félix Houphouët-Boigny tenta construir uma ideia a partir de leis de que família é uma instituição formada por um homem e por uma mulher e o poder deverá ficar nas mãos dos homens. Tente imaginar o que isso significou em uma sociedade em que as mulheres têm um papel extremamente importante. A herança entre os akans é passada de pai, de irmão para irmão ou de tio para sobrinho e não de pai para filho, o que é um outro problema também. Para chocar ainda mais aqueles que acham que existe alguma barbárie em deixar as crianças com os pais, já que eles são matrilineares e patrilocais. Havendo o divórcio, desde que a criança já tenha sido desmamada, ela fica com o pai e não com a mãe. Isso é visível numa história recente, uma história ocorrida em 2002, de Georges Niangoran-Bouah. Niangoran-Bouah foi um antropólogo da maior importância, responsável pelo melhor e mais completo estudo feito sobre os pesos de pesar ouro. Esses pesos revelam a dinâmica

comercial do império Ashanti, que comercializava ouro internamente e também com os árabes e com os portugueses. Esses pesos não apenas pesavam o ouro; eles são acima de tudo a grande biblioteca akam, porque a partir deles é possível aprender geometria, matemática e geografia. Todo o universo da biblioteca akam está nos pesos. E Georges Niangoran-Bouah foi, a meu ver, orientador dos africanistas que precisavam de alguém capaz de interpretar as realidades que eles não conseguiam alcançar. Um dos mais interessantes trabalhos de Georges Niangoran-Bouah é a fundação da dromologia, ciência que se tornou conhecida da década de 1980 em diante. Estuda os tambores de fala, mas não a partir da etnomusicologia. Enquanto os etnomusicólogos fazem estudos dos tambores, Niangoran-Bouah faz estudo do texto dos tambores. Ele consegue provar que os tambores de fala produzem textos e diz: “Esses são os melhores textos sobre a história da África, porque os europeus ou os estrangeiros não tinham acesso a eles e não os manipularam”. Ele consegue provar que existem inúmeros textos sobre o império Ashanti. O tambor e seu tocador têm uma relação direta estreita. O tocador de tambor é formado para, a partir do tambor, emitir textos que não são construídos por ele, mas sim uma reprodução. Georges Niangoran-Bouah reuniu em 1983 inúmeros tambores e tocadores no estádio nacional de Côte d’Ivoire para mostrar a vitalidade desses instrumentos. Quando cheguei ao país, minha pesquisa era sobre os impactos do HIV-AIDS. Nas aldeias onde vivi, os akans só sepultavam seus mortos aos sábados. Todos os sábados, de oito a nove pessoas eram sepultadas. Como antropólogo, eu estava muito preocupado em fazer o registro do funeral e não estava preocupado com os tambores, pois pensava serem músicas tocadas nos ritos funerários. Descobri, porém, que tenho um acervo maravilhoso de texto dos tambores, alguns dos quais somente são tocados em ocasiões especiais, quando, por exemplo, um indivíduo específico morre.

Em uma aldeia de Côte d'Ivoire, um certo tambor somente foi tocado porque uma senhora importante havia morrido, o que significa que aquele texto, que somente é reproduzido por aquele tambor, foi tocado apenas naquela ocasião. A transmissão do conhecimento dá-se pela oralidade. Na década de 1990, foi publicada uma obra sobre Sudiata e Popeia Mandinga, de cuja história se passa no século XIII. Quem chegar a Bamako no século XXI pode encontrar um menino de 12 anos que conta a história como se tivesse convivido com Sudiata. A história do Império do Zimbábue também vive nas pessoas. Como se diz: "Se fechar os olhos você ainda consegue ouvir os tambores". Descobriu-se em 1999, durante uma assembleia com diferentes tocadores de tambores de fala, que a carta de Kurukan Fuga, da Assembleia Constitutiva do Império Manden, que parecia desaparecida, vivia nas pessoas. Essa carta mostra que a preocupação dos africanos com direitos humanos é anterior à Carta das Nações Unidas, que discute o direito universal. Aquela Carta não estava registrada nem em uma pedra, tampouco em um pergaminho. A carta de Kurukan Fuga discute os direitos das mulheres, o direito dos sentenciados e também tem o seguinte dizer: "Toda mentira que tenha durado 40 anos deverá ser considerada verdade". Não vou me estender na discussão sobre outros reinos, como o reino Mossi, o reino Kong, entre outros, mas gostaria de afirmar que, assim como outros pesquisadores, também partilho da ideia de que o passado influencia o presente de diversas maneiras e explica as raízes dos problemas contemporâneos, a continuidade e a permanência de certos aspectos das instituições africanas, certas dificuldades para empreender novas mudanças, o discurso sobre a África na política mundial e a maneira pela qual os seus povos se definem. Não podemos nos esquecer, porém, que a África já era habitada há mais ou menos três milhões de anos e que, no primeiro século da era cristã, numerosos Estados, alguns grandes e outros pequenos, já

eram desenvolvidos. As instituições políticas, econômicas e sociais se adaptaram a diferentes épocas e a diferentes necessidades, além de responderem de maneira bem criativa às ideias trazidas de outras regiões. Há de se destacar, por exemplo, como na África Ocidental, a cultura da mandioca e do milho foi rapidamente dominada pelos agricultores locais. Na África do Norte, a exploração precoce de metais, a utilização dos camelos e a troca com o interior do mundo mediterrâneo permitiram às civilizações prosperarem e a disseminação das ideias em um quadro regional mais amplo, conhecido até hoje. Na África do Oeste, numerosos e grandes reinos foram fundados, a agricultura alcançou um alto nível de complexidade. Samir Amin diz: “O problema da África é que ela produz aquilo que ela não come”. E vai mais à frente propondo aquilo que ele intitulou teoria da desconexão, para que se mude essa situação da África, de sempre produzir aquilo que o outro vai comer. Trata-se de recuperar a autonomia alimentar que existia em algumas regiões. Vamos lembrar que o Senegal foi de alguma forma convertido a monoprodutor de amendoim, a Côte d’Ivoire, a monoprodutora de cacau. Mais de 40% de todo o cacau produzido no mundo vem desse país do tamanho do Maranhão. Precisamos entender que as instituições de Bretton Woods, o Banco Mundial e o FMI, comprometeram de alguma forma o desenvolvimento dos países africanos e de alguma forma inclusive a autoestima, como é possível ver em um bom filme chamado Bamako, feito em um quintal da cidade. É um filme no qual a população resolve colocar o Banco Mundial e o FMI no banco dos réus e discutir efetivamente qual foi o papel ou quais foram os problemas gerados pelos planos de ajuste estrutural. Eu continuo acreditando que soluções, como aquelas pensadas pelo Hampâté Bâ, são aquelas que podem ser acionadas no plano das relações internacionais da diplomacia. Quando Hampâté Bâ foi embaixador do Mali, à época de Modibo Keita, presidente do Senegal, e de Félix Houphouët-Boigny,

presidente de Côte d'Ivoire, o Mali estava prevendo que haveria um problema na relação com o Senegal, sua porta de saída para o oceano. Ao ser recebido por Houphouët-Boigny, este disse à Hampâté Bâ: "O país da cola sempre teve boas relações com o país do sal; por essas boas relações, vocês terão sempre acesso ao oceano". Nessa situação, acionou-se um entendimento que não estava nas cartas escritas, mas que, de alguma forma, estava na configuração que a África teve antes da grande partilha. Encerro minha participação com essa fotografia do meu tutor da época de Côte d'Ivoire, já falecido e vestido, no retrato, com um tecido muito usado em todo o comércio e com o qual Muaamar Al Kadafi aparecia em suas últimas fotografias. Encerro com o provérbio: até que os leões tenham os seus próprios historiadores, as histórias das caçadas continuarão glorificando o caçador. Obrigado.

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Abrimos o espaço para intervenções e perguntas.

Interlocutor não identificado – Diz-se que o movimento negro inventou a África e o branco inventou a Europa. Aprendemos na escola que a Europa é um continente, mas não existe o continente europeu. Existe a Eurásia, uma grande porção de terra cercada de água por todos os lados. Quando se fala do mito dos hipopótamos e jacarés e se é questionado sobre acreditar ou não, é possível lembrar que o ocidental cristão acredita que Moisés dividiu o Mar Vermelho e também não questiona que Abraão sacrificaria seu primogênito. Diz-se também que um europeu, ao ver um oriental levando uma tigela de arroz para o seu morto, perguntou ao asiático: "Quando é que você espera que o seu morto venha comer desse arroz?" O asiático retrucou: "No mesmo dia em que seu morto vier cheirar suas flores". Às vezes achamos que a colocação do outro não faz sentido, mas a nossa pode não fazer também.

Interlocutor não identificado – Sou do Reino de Daomé e gostaria de dizer que para nós a África não é uma realidade, a África é um conjunto de realidades, a África não é só Daomé, a África é mais do que isso. Antes da colonização, tivemos muitos reinos, alguns dos quais já fizeram trocas com o Brasil. São muitos reinos com uma organização política e cultural bem desenvolvida. Não posso afirmar que a realidade de Daomé é a mesma da realidade Baulé. Tampouco posso dizer que a realidade de Daomé é a mesma do Zimbabue. Sobre o ditado da mentira de mais de 40 anos poder se transformar em verdade, também se pode dizer que a mentira pode ser superada, o que é diferente. Na África, a maneira de comer ou acolher pode ser bastante edificante, daí destacar-se que a África tem muitas realidades.

Interlocutora não identificada – Carlos Lopes diz que é necessário que os africanos parem de culpar ou responsabilizar o Ocidente pelo nível de desenvolvimento do continente. Eu gostaria de saber se vocês concordam com essa visão. David Kelman esteve na Jamaica e lhe foi pedido que o Reino Unido ressarcisse a Jamaica pela escravidão. Queria a sua opinião a respeito dessa posição. A respeito dos pesos que você nos distribuiu, em um deles havia um símbolo parecido com a suástica, mas ao contrário. Fiquei curiosa para saber o que o símbolo representa.

Interlocutor não identificado – Ainda a respeito dos pesos, fiquei curioso em saber se a unidade de base numérica de massa é de base dois, três, cinco ou dez. Sobre os tambores, não me causa espanto saber que um povo possa transmitir mensagens por meio de uma membrana. No século XIX, os ocidentais transmitiram mensagens em código Morse por meio de uma cigarra elétrica, por que não uma invenção assim por parte dos africanos? Sobre o provérbio de a mentira se tornar verdade depois de 40 anos: uma mentira pode não se sustentar por esse período, como o eufemismo da década de

70, que chama a África de Áfricas, mas não altera em nada. Gostaria de saber se o senhor acha que muito do vocabulário politicamente correto não vai passar de papo furado daqui a 40 anos?

Sr. Acácio Sidinei Almeida Santos (Prof. PUC/SP) – Começando pela mensagem cifrada segundo a qual uma mentira com mais de 40 anos deverá ser considerada verdade. A verdade é aquilo que é construído e protegido coletivamente. Porém, existem as distorções, sobretudo no que diz respeito à história da África, que cria um monolítico e diz-se tratar de uma: “É uma história só, quando há várias. A linha do tempo pensada horizontalmente também deve, mas ela possui os cortes na vertical, para conhecermos o que foi o Daomé, o que foram os Ashantis, mas também para conhecermos a história que é produzida no dia a dia, na luta de todos os homens e de todas as mulheres. Eu concordo totalmente com o senhor da necessidade de sairmos do “S” falseado de Áfricas, pois significa que “estamos tratando do todo quando na verdade não estamos”. É comum ouvirmos a seguinte afirmação: “O Brasil tem dois IDHs, um próximo da Europa e outro próximo da África”. Mas de que África estamos falando? Quando as pessoas dizem: “A educação do Brasil vai muito mal. Estamos com uma educação de Zimbabue”, vamos conhecer melhor o que é a educação de Zimbabue, não apenas a educação formal de hoje, mas a educação corânica, a de algumas escolas tradicionais que desapareceram. Concordo com o Cheikh Anta Diop: as diferenças são muitas, mas eu continuo achando que existe uma unidade e não vejo nisso nada de romântico. Qual a unidade? Valores civilizatórios. O continente africano ainda aporta valores civilizatórios que poderão ajudar a pensar em uma outra possibilidade de desenvolvimento. Joseph Ki-Zerbo diz: “A África não está atrasada, pois não estamos na mesma avenida”.

Propus uma discussão sobre a AIDS e o desenvolvimento da epidemia em três países. Escolhi um país africano, um europeu e um latino-americano. Por que, no início da epidemia, alguns países conseguiram controlá-la e outros não? Durante muito tempo ouvimos que existe promiscuidade e que a poligamia é promíscua. A estrutura da poligamia não é de promiscuidade, é bem diferente das relações extraconjugais. Construiu-se uma ideia de que os problemas no combate à AIDS estavam nas práticas culturais. Se eu perguntasse a todas as mulheres que estão nesta sala quantas têm estojo com tesoura e alicate, muitas diriam que têm, mas as pesquisas mostram que não. Existe o conhecimento, mas também existem a atitude e as práticas. Isso não diz respeito apenas aos africanos, mas diz respeito a todos nós. Nós fizemos uma pesquisa com alunas de medicina perguntando depois de quanto tempo de namoro elas abandonavam o preservativo. Depois de três meses, elas o abandonavam sob a justificativa de que já conheciam o namorado, já tinham ido à casa dele. Além do fator cultural no controle à epidemia de AIDS, o fator econômico também foi muito importante, porque o ajustamento estrutural cortou dinheiro exatamente nas áreas de saúde e educação. Ministrei um curso de formação para médicos e enfermeiros e um curso sobre África, porque esse grupo ia trabalhar em Angola e Moçambique. Uma médica me contou que trabalhava no hospital Cachoeirinha em São Paulo e ela disse que atendeu uma criança africana acompanhada de uma mulher com quem ninguém conseguiu se comunicar. A criança estava com febre muito alta e a primeira coisa que a equipe fez foi solicitar um exame para saber se o menino era soropositivo. Só depois de comprovado que o menino não era soropositivo, fizeram-se os exames para malária. Por que primeiro pedir para soropositividade? Ele não poderia estar com uma infecção urinária? Além de tudo isso, a equipe se lembrou de que o médico anestesista de plantão era negro e deixou a mãe e a

criança em sua companhia. Segundo essa médica, hoje ela entende o absurdo de toda a situação. Gosto do Carlos Lopes, de suas discussões sobre desenvolvimento e cooperação, mas defendo que é necessário continuar dizendo que esse subdesenvolvimento não é natural. Lembro-me do livro da socióloga Axelle Kabou intitulado *E se a África recusasse o desenvolvimento?* publicado na década de 1980. Ela discute um outro tipo de desenvolvimento. Podemos nos perguntar: o que é desenvolvimento? Nunca produzimos tantos grãos como na atualidade, mas eles não servem para alimentar a população que morre de fome. Meninos da África do Sul produziram um vídeo de ajuda à Noruega. Do que a Noruega precisa? Precisa de calor, vamos ver se eles estão precisando de aquecedores. Ajuda atrapalha. É muito fácil matar um produtor de milho se você mandar por cinco anos consecutivos o excedente da sua produção. Para não estocar, você vende seu produto a preços baixos por cinco anos e no sexto as pessoas vão passar fome. Não se trata apenas de culpar. Diz-se: “Vamos perdoar a dívida dos países africanos”, porém, todas as pesquisas têm revelado que muitos países consomem 30% da sua receita para o pagamento de dívida. É muito fácil dizer-se hoje defensor da ética e da justiça, mas vamos fazer uma arqueologia das grandes fortunas do mundo. Se nós fizermos essa arqueologia, vamos descobrir que muita gente enriqueceu fazendo tráfico de carne humana e que depois esse capital foi lavado. Não acho correto simplificar dizendo: “Ah, mas os africanos também faziam tráfico”. Isso é muito simplista, porque seria preciso fazer o estudo de cada uma das sociedades.

Interlocutor não identificado – Fiz uma ligação com a fala de abertura da ministra e que diz respeito, por exemplo, às novas relações Sul-Sul, que a gente precisa estabelecer, de cooperação. Os países do continente africano ganharam a independência há 60 anos. No Brasil, a igualdade jurídica chegou em 1888, com a

abolição, e mesmo assim as desigualdades raciais estão postas. Então, não se trata de culpar eternamente, mas a denúncia e o legado da escravidão estão aqui hoje nessa sala e a gente não pode abrir mão dessa discussão, porque, se a gente for abrir mão dessa discussão, qual é a consequência lógica? É que a desigualdade racial no Brasil é culpa da nossa incompetência, para não dizer da nossa inferioridade, que não conseguimos alcançar o topo dessa sociedade, já que há 100 anos nós temos a igualdade jurídica à nossa disposição.

Sr. Acácio Sidinei Almeida Santos (Prof. PUC/SP) – Claro e você está muito correto, todo mundo sabe que aqueles que subiram e atingiram o topo da escada chegaram no muro e depois chutaram a escada. Eu acho que a partir disso que você disse e que eu concordo totalmente, talvez precisemos repensar um pouquinho o sul global em outra perspectiva. Acho que política externa é política pública e ela deve ser pensada como tal, com participação mais ativa da sociedade civil. Só existe o sul global porque existe o norte global e o sul global continua refém daquele norte global. Quando penso o que foi Bandung, voltando à ideia de herança, precisamos continuar herdeiros de uma outra via. Alguns amigos me chamam de afro-pessimista, mas, às vezes, eu sou afro-otimista. Será que não precisamos discutir mais solidariedade do que cooperação? Porque a cooperação tem sido às vezes muito mais benéfica ao que transfere a tecnologia do que àquele que a recebe. Talvez precisássemos discutir. Em uma discussão mais aprofundada sobre solidariedade eu colocaria isso na pauta, mas sei que tem gente fazendo isso. Sobre a pergunta dos pesos, uma das unidades é o metical. Sou um apaixonado pelos pesos, mas não sou um profundo conhecedor.

Interlocutor não identificado – A moeda, qual é a atual moeda de Moçambique?

Sr. Acácio Sidinei Almeida Santos (Prof. PUC/SP) – O metical é a atual moeda de Moçambique e é uma das unidades dos pesos, que eu utilizei muito mais como pesos proverbiais do que como unidade de medida na transação com o ouro. Sobre o símbolo gravado em um dos pesos e que lembra a suástica, explico: a suástica está ligada à dinâmica do tempo, à construção e à reconstrução, por isso eu comecei mostrando uma “sankofa”, que é de conhecimento de muita gente e trata da necessidade de você olhar para o passado. Nem toda sociedade faz o futuro, tem gente que diz “o futuro está atrás”, porque o futuro é aquilo que eu não vejo, então, se eu não vejo, ele está atrás. O passado é que está na frente, porque eu consigo ver. Hoje, temos a possibilidade de conhecer a África como nunca conhecemos. Continuo achando que o melhor conhecimento não se dá pelos livros, mas é a possibilidade de um dia irmos ao antigo Daomé, a possibilidade de um dia irmos à África do Sul, a Moçambique ou à Côte d’Ivoire, ou de conhecermos o Mali. E aí eu vou terminar dizendo aquilo que eu ouvi do meu orientador, logo no primeiro dia da orientação. Primeiro ele te dava o livro do Sundiata Keita e pedia que você lesse e depois falasse com ele a respeito. Ele me perguntou se eu havia gostado do livro e eu respondi que sim, ao que ele retrucou: “Mas o Sundiata era um agente do Islã”. Essa era uma forma de ele assustar os orientandos, mas ele dizia o seguinte: “Quem passa um dia na África escreve um livro, quem passa alguns meses na África escreve apenas um artigo e quem passar mais de um ano na África não escreve nada”. Quanto mais você conhece ou quanto mais você cresce, mais você percebe o quanto essas realidades são dinâmicas e que falar delas ficando só um dia é uma coisa, porque aí você faz aqueles registros fotográficos e fala: “Olha, lá eles fazem assim, eles fazem, tal e tal”. Mas quanto mais você fica, você diz: “Olha o quanto eu sou ignorante dessas realidades, o quanto eu preciso aprender sobre elas”. E o tempo é o tempo das pessoas e não é o tempo acadêmico;

então ler esses livros todos eu acho muito, muito importante, mas não é tudo. Quero reforçar aqui a minha alegria de vir a essa Casa, de saber que é nessa Casa que acontecem importantes seminários como esse. Importante porque nós sabemos que a partir daqui outros eventos vão acontecendo. Nós estamos em um momento maravilhoso, quem é mais velho aqui lembra que falar de África era realmente um objeto político não identificado e, se as pessoas ficavam em um evento como esse, é porque você tinha prometido que ia fazer um sorteio de um carro zero quilômetro no final. Chegamos a um momento que não precisa mais sortear nada e que as pessoas ficam e se revelam extremamente interessadas naquilo que diz respeito aos estudos africanos. Nós precisamos da África com os africanos e se não fizermos isso nós estaremos transformando a África em simples objeto de pesquisa e a África tem um papel importante, porque é o berço da humanidade. Se não tivermos outros argumentos esse já seria suficiente para aquilo que estamos fazendo. Muito obrigado, foi um grande prazer.

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Eu dou por encerrada a nossa sessão da manhã. Muito obrigado.

PAINEL 2

**DO MERCANTILISMO AO CAPITALISMO: AS
TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA AFRICANA,
AS RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS DA
ÁFRICA COM A EUROPA E COM O BRASIL**

Williams da Silva Gonçalves



Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Boa tarde, senhoras e senhores. Eu gostaria de dar as boas-vindas à parte da tarde do Seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento de África do Itamaraty com apoio do Instituto Rio Branco. O tema da palestra a seguir é “Do mercantilismo ao capitalismo: as transformações da economia africana, as relações econômicas e comerciais da África com a Europa e com o Brasil”. A palestra será ministrada pelo professor Williams Gonçalves. O professor Williams graduou-se em história pela Universidade Federal Fluminense; tornou-se mestre em filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, é doutor em sociologia pela Universidade de São Paulo e, atualmente, é associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a UERJ, com curso de doutorado em relações internacionais pela Universidade Nacional de Rosário. É professor convidado do Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro e aposentado como professor associado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de história com ênfase em relações internacionais, política externa do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, Estados Unidos, América do Sul, política externa brasileira e relações internacionais. Recordamos que o conteúdo da palestra é de responsabilidade dos palestrantes e não reflete necessariamente a posição oficial do Ministério de Relações Exteriores. Com a palavra o professor Williams Gonçalves.

Prof. Williams da Silva Gonçalves (Prof. UFF) – Obrigado, boa tarde a todos. Em primeiro lugar, quero agradecer a gentileza do convite feito pelo embaixador Nedilson Jorge, diretor do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores, agradecer também ao secretário Jackson Lima e à secretária Raquel Pires pelo convite para participar desse Seminário História da África e Relações com o Brasil. Quero que saibam que é uma honra para mim muito grande estar aqui. A mim coube o tema do mercantilismo, capitalismo, as transformações da economia africana, um tema que diz respeito ao período do século XVI ao final do século XVIII. Vamos iniciar um período bastante remoto em relação ao tempo presente, mas que eu penso ser bastante importante, bastante interessante para nós entendermos a África do presente e as relações da África com o restante do mundo. É necessário que nos debruçemos sobre esse período para entendermos a situação atual. Bom, como dizem os especialistas, os africanistas, e eu cito um africanista de primeira linha, o embaixador brasileiro Alberto da Costa e Silva, a interação do homem negro com a civilização ocidental é bastante remota. Os gregos, os etruscos, os cartagineses e os romanos conheciam e integravam em suas respectivas sociedades o homem negro. Mas essas sociedades nada sabiam a respeito da África ao sul, do deserto do Saara. O homem negro com o qual tinham relação, que integrava a sua sociedade, era proveniente do norte da África ou, se do sul da África, chegava à Europa pelo norte. Apenas no século XV, portanto, em um período já bem adiante daquele que mencionei, é que os europeus começaram a “arranhar” o litoral da África abaixo do deserto do Saara; e o objetivo dessas viagens exploratórias era a busca de especiarias, a busca do exótico, mas fundamentalmente a busca de ouro. Esse desconhecimento sobre a realidade da África subsaariana durante muito tempo alimentou as mais delirantes fantasias a respeito desses lugares. Os europeus sonhavam, ima-

ginavam, deliravam com o ouro em abundância exposto para ser recolhido, e enriquecer aquele que tivesse a fortuna de chegar àquelas terras. O conhecimento a respeito da África começou a mudar com essas viagens iniciadas no século XV, mas a ideia de uma África rica, de uma África em que existiam cidades com ruas pavimentadas com ouro; essa fantasia, essa ideia continuou na cabeça dos europeus até o século XIX. O contato com a África subsaariana, o contato com as sociedades africanas não suprimiu, não apagou essas ideias que continuaram na cabeça dos europeus. No século XV, começam a acontecer as viagens e o principal responsável, pode-se dizer, pelo conhecimento, pela exploração, pelo contato com os africanos, foi Portugal. O Estado português, sob o impulso do infante Dom Henrique, o Navegador, fez importantes descobertas. A partir daí, a economia africana vai passar por uma autêntica revolução. Haverá uma mudança muito importante. Historiadores, como Marianne e Robert Cornevin, afirmam que ocorreu uma verdadeira revolução a partir da chegada dos portugueses. O Henrique navegador, um cristão muito zeloso, teve participação decisiva no ataque português contra Ceuta, tornando-se governador dessas terras. Foi também um homem muito estudioso, interessado nas ciências da época, que reuniu em Sagres, no promontório de Sagres, vários matemáticos, geógrafos e experientes navegadores, e elaborou o plano de atacar o Islã pelas costas juntando-se ao suposto rei destes, João, que seria um rei cristão que governava na África Oriental. A partir dessa base, nessa perspectiva missionária, Portugal passa a promover, desde 1418, contínuas viagens que resultaram em novas descobertas no litoral africano: as ilhas da Madeira, o arquipélago dos Açores, o Cabo Bojador, depois a embocadura do Senegal, Serra Leoa, Costa do Ouro. Descobriram-se o rio Congo e as ilhas de São Tomé. Em 1488, Bartolomeu Dias consegue ultrapassar o Cabo das Tormentas, que passa a ser denominado Cabo da Boa Esperança e que, um

pouco depois, será completamente contornado por Vasco da Gama. Portanto, os portugueses, nessas viagens contínuas, nesse esforço contínuo para encontrar o caminho, o outro caminho, o caminho alternativo para as Índias, vão estabelecendo contato com as sociedades africanas. O resultado desses contatos foi a escravidão. De acordo com um historiador africano de alta reputação, como Joseph Ki-Zerbo, o tráfico de escravos não foi uma operação premeditada, o que se queria encontrar era o ouro, isso é o que mais interessava, mas, nesse contato com os africanos, os portugueses se depararam com a realidade da escravidão praticada pelos árabes. É necessário que se diga que a escravidão praticada pelos árabes era uma escravidão muito diferente daquela que veio a ser praticada tempos depois. Os indivíduos escravizados pelos árabes estavam destinados à realização de trabalhos domésticos e, também, de trabalho industrial, manufatureiro, portanto, um tipo de escravidão que supunha relações sociais muito diferentes daquelas relações sociais que a escravidão nas grandes plantações irá estabelecer. Mas, seja como for, os europeus tomaram conhecimento dessa possibilidade de escravidão observando aquela praticada pelos árabes. Portanto, mas é importante fixar aqui nessa parte, nesse momento da exposição, que esses empreendimentos marítimos portugueses, esse esforço em procurar ouro e especiarias, constituíram o primeiro decisivo passo para vincular a economia europeia à economia africana, caracterizando a tal revolução econômica de que falam Robert e Marianne Cornevin. Portanto, a revolução econômica na verdade é o resultado da articulação da economia africana com a economia europeia, na verdade é disso que estamos falando. As viagens dos portugueses forjam um vínculo e criam nova realidade: a realidade da economia mundial. Até então as civilizações coexistiam e os contatos eram casuais e assistemáticos. A partir do século XV, com essas viagens, vai-se estabelecer um contato regular, sistemático, que vai forjando o que

nós conhecemos como economia mundial. Para que isso acontecesse, houve um segundo decisivo passo para a criação dessa economia mundial. Esse passo foi dado quando Dom João II, rei de Portugal, ouviu de viva voz do navegador genovês Cristóvão Colombo que havia atingido a Índia. Surpreso e sentindo-se ludibriado pelos reis católicos, Fernando e Isabel, com a novidade que Colombo lhe havia contado, Dom João pressiona o Papa Alexandre VI no sentido de rever a *Bula Inter Coetera*, que a seu ver beneficiava indevidamente os castelhanos. Depois de muita pressão diplomática sobre o Estado espanhol e sobre o próprio Papa, Portugal consegue que seja negociado um novo tratado, o Tratado de Tordesilhas, cujo nome correto é *Capitulación de La Partición Del Océano* (Capitulação da Partição do Oceano), que foi assinado em junho de 1494 e ratificado em setembro desse ano. Pelo Tratado de Tordesilhas, o mundo foi dividido em dois hemisférios por meridiano distante 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, deixando para a Espanha tudo que ficava ao ocidente e para Portugal tudo o que se situasse no oriente. Assim, a bula papal tinha o poder de legitimar as conquistas realizadas por Portugal na África, aos olhos do mundo cristão, ao mesmo tempo em que estimulava os portugueses a descobrir terras que lhes cabiam no espaço delimitado pelo Papa. Ora, portanto, com o Tratado de Tordesilhas e com essa legitimação papal da divisão, uma divisão assim algo semelhante àquela entre os Estados Unidos e a União Soviética após a Segunda Guerra; quer dizer, dois poderes que buscam definir o seu espaço e tendo a igreja como fator de legitimação. Após isso, Portugal procura descobrir tudo o que lhe cabia. Portanto, Portugal estabelece contato com a África, realiza um trabalho de exploração de ouro e também de escravos. Os primeiros escravos vão para a Europa com uma destinação semelhante àquela dada pelos árabes, isto é, os cativos africanos eram empregados em trabalhos domésticos e industriais em

Portugal e em outros países da Europa, como a França e a Espanha. Logo depois, no espírito do Tratado de Tordesilhas, Portugal descobre o Brasil. Temos aí os dois momentos importantes da estruturação da economia mundial. É importante assinalar que todo esse trabalho de pesquisa, de exploração e também de dominação tem um arcabouço teórico; isso não se faz às cegas, não se faz de uma maneira completamente empírica. Esse arcabouço teórico foi denominado pelos historiadores, muito tempo depois, como mercantilismo. Portanto, nós estamos aqui a tratar de práticas econômicas, de orientação econômica que, mais tarde, veio a ser denominado mercantilismo. Mercantilismo não é uma orientação econômica, uma prática econômica. É muito fácil de definir isso, porque nunca houve uma teoria mercantilista definida, nunca houve quem se apresentasse como mercantilista. Essa maneira de pensar a economia dos séculos XVI, XVII e XVIII como mercantilismo foi definida pelos liberais no século XIX. Os pensadores liberais, com a finalidade de marcar bem, de assinalar com muito vigor a racionalidade da economia liberal, da economia de mercado, passam a designar tudo aquilo que era anterior como mercantilismo. Isso significa que a economia dos monopólios e a intervenção do Estado seriam práticas mercantilistas, segundo os liberais, e deveria ser evitada para que houvesse crescimento econômico, para que houvesse progresso. Até hoje, quando os liberais querem fazer críticas a qualquer tipo de dirigismo econômico, referem-se às práticas neomercantilistas. Mas o que se identifica mais com mercantilismo, o que seria o traço mais importante do mercantilismo, além do intervencionismo estatal e dos monopólios? O metalismo, a busca do ouro, a ideia de que quanto mais metal precioso houvesse no Estado, mais rico esse Estado seria. Não, naturalmente não é o nosso objeto específico aqui, nós estamos apenas fazendo um parêntese para entender melhor o nosso objeto. Mas apenas como indicação, como sugestão

de reflexão, de debate, eu cito as reflexões feitas pelo filósofo Michel Foucault no livro *As palavras e as coisas*, em que ele pensa o mercantilismo como um campo discursivo, como uma determinada forma de pensamento estruturado que se liga a outras formas discursivas da mesma época. E Foucault nos sugere que podemos entender o mercantilismo como uma forma de conceber a riqueza, quer dizer: para os mercantilistas, a riqueza estava na natureza, portanto, a identificação do metal com a riqueza é na realidade uma identificação imediata. O metal remete à riqueza, e a riqueza remete ao metal. De modo que a ideia, na verdade, do mercantilismo é de que a riqueza está na natureza, ou seja, a riqueza preexiste o indivíduo. Ficam ricos aqueles que conseguem se apropriar da maior quantidade possível da riqueza, portanto, a ideia de que a riqueza é limitada. O pensamento liberal mais tarde rompe com essa ideia, já presente nas reflexões de John Locke, no *Segundo Tratado do Governo Civil* e depois em *A Riqueza das Nações* do Adam Smith, e a riqueza é entendida como resultado da produção, do trabalho; a riqueza é o resultado da ação transformadora que o homem exerce sobre a natureza, enquanto que os mercantilistas veem a riqueza como limitada e fixa e, portanto, a nação mais rica é a nação que se apropria da maior parcela possível da riqueza. E essa, portanto, essa ideia de riqueza, de riqueza limitada, da riqueza que está na natureza, ela tem uma importância muito grande, ela orienta o comportamento dos Estados europeus, especialmente desses Estados que são pioneiros ou desse Estado, Portugal, que é pioneiro no contato e na relação com os africanos. Portanto, os portugueses procuram se organizar da maneira mais articulada possível para extrair todo o ouro possível da África, além dos escravos usados como os usavam os árabes. Mas havia um problema para os portugueses, porque era necessário realizar troca. Todas essas viagens que eu mencionei, toda essa expansão é realizada pelo litoral, o europeu não penetra na África, não vai

ao interior da África, toda a relação é com o litoral, com os povos do litoral, que exercem uma relação de intermediação com os povos do interior. Portanto, para obter aquilo que era muito valorizado na Europa era necessário dar algo em contrapartida, coisas que não tinham muito valor para os europeus, mas que tinham valor para os africanos, como produtos exóticos, produtos diferentes, raros e que davam prestígio e também poder, coisas como o ferro, por exemplo. Isso exigia de Portugal produção, era necessário produzir essas mercadorias para que elas pudessem ser trocadas pelo ouro e isso era um problema para Portugal, que não tinha aquela produção. Portugal precisava comprar artigos junto aos europeus ou então pedir empréstimos aos banqueiros italianos e alemães para comprar mercadorias que seriam trocadas pelo ouro. Portanto, o processo português, a estrutura portuguesa era uma estrutura comprometida pela incapacidade de Portugal de produzir manufaturas que pudessem ser trocadas pelo ouro. Ademais, havia uma outra questão que era a própria estrutura do Estado português, que foi o primeiro Estado europeu: Portugal foi o país que mais precocemente se estruturou na forma de Estado desde o século XIV. Se isso foi algo importante que garantiu a Portugal certa estabilidade política e a manutenção da sua integridade territorial, por outro lado, foi problemático para o setor mercantil português, porque o Estado tinha uma estrutura fiscalista muito pesada. Muito do que se ganhava com o comércio acabava parando nas mãos do Estado, porque todo o setor social português, os nobres, os proprietários de terras que foram sendo deslocados em prestígio, em riqueza em relação ao setor mercantil, acabaram tomando conta do Estado e vivendo dos impostos cobrados do setor mercantil. Portanto, Portugal monta uma estrutura, chega à África, estabelece relações com o continente, descobre o Brasil, mas a estrutura portuguesa é uma estrutura muito pesada e emperrada; e Portugal acaba cedendo seu lugar

para os outros mais ágeis, mais capacitados, mais livres para realizar esse comércio. Os primeiros a herdarem a estrutura portuguesa serão os holandeses, depois os franceses e até os ingleses a partir de meados do século XVII. E a hegemonia portuguesa nesse processo vai entrar em colapso já no século XVI, em 1580, em virtude de uma crise dinástica. O rei português, Dom Sebastião, desaparece numa batalha, a batalha de Alcácer-Quibir no Marrocos e Portugal fica sem herdeiro consensual para o trono e acaba que a crise dinástica será resolvida com a Espanha. Filipe II, da dinastia filipina, vai então assumir o controle do trono português. Entre 1580 e 1640, Portugal fica submetido ao trono espanhol. E aí Portugal declina bastante, porque os holandeses viviam em guerra com os espanhóis. Os holandeses se libertaram do jugo espanhol e depois decidiram investir contra o Estado espanhol. Entretanto, era muito difícil para os holandeses tomarem as riquezas dos espanhóis, que estavam praticamente todas escondidas. A grande riqueza espanhola eram as Minas de Potosí, mas como chegar a elas? Havia duas maneiras: a primeira seria atacar as minas espanholas entrando pelo Estuário do Rio da Prata, mas isso era uma verdadeira ratoeira, porque implicava avançar pelo Prata adentro até as minas e sair com a prata. A outra solução seria atravessar a Amazônia. Os holandeses até pensaram nisso, chegaram a constituir uma companhia por ações com a finalidade de atravessar a Amazônia para chegar às Minas do Potosí, mas apareceu alguém mais sensato e disse: “Não façam isso, pois não vai dar certo”. E os holandeses desistiram. Agora, se as riquezas espanholas estavam protegidas, as riquezas portuguesas estavam todas expostas e desprotegidas, de modo que os holandeses, sem muita cerimônia, tomaram as posições portuguesas, as feitorias portuguesas na Ásia, ocuparam o Nordeste do Brasil e chegaram durante algum tempo a controlar São Paulo de Luanda. Quando chegamos a 1640, Portugal estava reduzido a uma parcela pequena

das suas feitorias do seu grande império. Os holandeses lhes haviam tomado tudo ou, como diz o já citado historiador Ki-Zerbo, os portugueses criaram todo o esquema, mas quem deles se aproveitou foram os holandeses e, depois, os franceses por um curto período de tempo, e posteriormente também pelos ingleses. A partir de meados do século XVI, esse esquema começa a mudar e as relações com a África também vão mudar, por quê? Porque em meados do século XVI nas Américas, tanto na América espanhola, nas Antilhas, como no Brasil verifica-se que os indígenas não conseguiam realizar o trabalho que os colonizadores deles esperavam; o indígena não conseguia realizar o trabalho pesado, o trabalho escravo violento a que eram submetidos. No século XVI, há uma virada no comércio de escravos na África. Essa virada já vinha acontecendo com os portugueses começando a usar trabalho escravo nas ilhas da Madeira e Açores, na cultura da cana-de-açúcar e do algodão. Mas comparado com a escala que se vai estabelecer depois, isso era muito pouco, porque essas ilhas eram pequenas, a extensão dessas plantações não era muito grande, mas o fato é que serviu como balão de ensaio. Então aquela escravidão urbana, aquela escravidão doméstico-industrial nas ilhas controladas por Portugal - Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe - começa a usar o cativo africano na plantação. A partir daí, vamos dizer assim, com o fracasso do trabalho indígena, na ótica do colonizador evidentemente, passa-se a usar intensamente o trabalho do africano como escravo nas Américas na segunda metade do século XVI. Assim, vemos criada a estrutura do comércio mundial, aquilo que conhecemos como comércio triangular e que é a base da economia mundial e do desenvolvimento do capitalismo, porque não se pode atribuir uma consciência antecipatória aos agentes desse processo. Eles não sabiam que estavam participando do que mais tarde se chamou acumulação primitiva do capital. A verdade é que esse comércio triangular com os europeus escravizando os africanos e utilizando

seu trabalho nas Américas, nas plantações, e obtendo elevados lucros com a venda desses produtos das plantações, e que terá um papel importantíssimo para a economia europeia, é a origem da Revolução Industrial. É esse processo que possibilita a acumulação de grandes fortunas que depois serão transferidas para outras atividades dentro do mundo europeu, particularmente na Inglaterra. Essa é a maneira como a África participa, como o continente ingressa na economia mundial. Isso condiciona toda a história da África. Quer dizer, essa exposição a respeito do mercantilismo, das viagens, isso pode parecer, a princípio, uma coisa muito periférica, que não vem ao caso quando a gente quer, quando a gente tem a África como objeto da nossa reflexão, como centro da reflexão. Mas a verdade é, se nós pensamos a economia africana, se pensamos nos problemas que a África enfrenta, nós não podemos negligenciar, não podemos esquecer a maneira como a África ingressa ou participa da economia mundial no seu processo de estruturação, porque a partir do século XVI se realiza um intenso tráfico de escravos para as Américas. É muito difícil, segundo todos os especialistas, aqueles que fazem pesquisas empíricas, pesquisa de campo, é muito difícil quantificar o número de africanos que foram atingidos pelo tráfico de escravos. É possível até se chegar ao número aproximado daqueles que foram transportados pelos navios, tomando como base os diários de bordo. Agora, o tráfico de escravos não atingiu apenas ou exclusivamente aqueles que foram transformados em escravos. A economia escravista desestruturou e reestruturou a economia africana e as sociedades africanas, porque a captura e a transformação do indivíduo em escravo eram atos que não incidiam exclusivamente sobre ele, mas sobre sua família, sobre a sua sociedade. Então temos que pensar naqueles que resistiam à captura e que preferiam morrer a serem capturados e transformados em escravos, temos que pensar naqueles que morreram quando ainda cativos na África antes de serem trans-

portados nos navios negreiros. Há aqueles também que morreram durante a viagem e de todas as famílias que se desestruturaram e perderam os seus entes, portanto, a sangria populacional, é colossal. As estimativas mais conservadoras falam em cerca de 60 milhões de pessoas e há aqueles que falam em 100 milhões de pessoas, são números muito elevados e que realmente não é possível ter qualquer tipo de previsão, mas que não tenham sido 100 milhões, vamos admitir que esse número seja exagerado, tenha sido um pouco menos ou mesmo se ficarmos no número mais conservador de 60 milhões, isso é um número colossal, 60 milhões de pessoas é um número enorme, fantástico na verdade. E, portanto, isso causa um prejuízo enorme à África. Pensar a África na sua integração à economia mundial é pensar nesse processo, porque há autores, há estudiosos que dizem o seguinte: “A África já estava, quando os europeus chegaram no século XV, em processo de mudança, porque havia uma pressão muito forte de Norte para o Sul, uma pressão da islamização”. Muitas sociedades africanas logo abaixo do Saara foram islamizadas. Mais tarde, isso veio a se revelar como um fator de progresso, um fator de desenvolvimento, porque ainda que houvesse resistência, que a islamização fosse observada, fosse sentida como um processo opressor, o fato é que o islamismo impunha determinados preceitos que se revelavam importantes, como a alfabetização, a especialização no trabalho, tudo isso. Inclusive nas Américas, os escravos islamizados, aqueles que sabiam ler e escrever, tinham uma especialização no trabalho, eram vistos de uma maneira diferente, eram vistos, mesmo com desconfiança, como um fator de perigo. Mas o fato é que a islamização, que ocorre desde o século VII pelo Norte da África, já determinou um processo de deslocamento populacional, quer dizer, as pessoas fugiam, se deslocavam fugindo daquilo que consideravam uma opressão. Ora, a chegada dos europeus com a cristianização, porque os europeus procuraram

sempre, não vamos aqui entrar no mérito se era uma coisa sincera, hipócrita, isso não importa, mas os europeus queriam cristianizar todo esse processo de contato, de busca do ouro, de escravização, isso era revestido de uma cristianização e combate ao islamismo, tinha a sua versão de guerra religiosa. Portanto, a chegada dos europeus e o processo da escravidão criam um outro fator de pressão, pressão porque muitos povos se deslocavam do litoral fugindo da escravização, outros participavam da escravização, quer dizer, a possibilidade da escravização fomentou rivalidades dentro da África. Ora, tudo isso causou um prejuízo econômico muito grande, porque esse deslocamento populacional, em que se fugia da opressão religiosa, e o deslocamento populacional e a guerra determinada pela escravização praticamente inviabilizavam qualquer atividade econômica mais estável, reduziram essas pressões, reduziram além, claro, da sangria populacional sobre a qual já falamos. Então, essas pressões reduziram a economia africana, a economia de subsistência. Não havia como pensar em economia de longo prazo, de ocupação do território, de pesquisa empírica, de aperfeiçoamento de métodos, de trabalho industrial manufatureiro, em que alguns pontos, como no noroeste da África, haviam se desenvolvido bastante, todas essas atividades são retraídas. Portanto, nós temos aí uma sangria populacional arrasadora e depois uma desestruturação da produção dentro da África, quer dizer, não se pensa, os africanos não podiam pensar em longo prazo, quer dizer, passou-se a ter uma economia que a qualquer momento podia ser suspensa ou devia ser suspensa para que houvesse deslocamento, para que houvesse fuga. Aí chegamos onde eu penso que é o mais interessante dessa reflexão sobre a passagem do mercantilismo ao capitalismo na África e onde eu sublinho as ideias que considero mais importantes e que valem a pena nós refletirmos mais acuradamente sobre elas. Em primeiro lugar, a chegada dos europeus torna-se um instrumento impor-

tante, fundamental para a estruturação de uma economia mundial. A África, portanto, passa a ser uma parte importante nessa economia mundial, nessa economia mundo que se estrutura no século XVI, e o faz de uma maneira subordinada, e essa subordinação vai se acentuar e se calcificar com a exploração do Novo Mundo com o comércio triangular. Portanto, o desenvolvimento do capitalismo e a exploração colonial, eram parte de um processo do qual a África participava dando a sua cota, vamos dizer, a cota mais penosa. A criação da economia mundial, portanto, é uma estrutura que se forma a partir da exploração e da sangria. Veja que, para se pensar a situação da África, não apenas da África, mas de outros países do Terceiro Mundo, do mundo periférico como se queira chamar, a situação desses países está vinculada à economia mundial a partir dessa estrutura, portanto, pensar a reversão disso dentro dessa estrutura, que só fez até hoje se aperfeiçoar, é muito difícil. Acredito que hoje está mais amadurecida do que antes a consciência sobre a necessidade de uma nova ordem econômica internacional. Essa consciência, sobre a necessidade de uma nova ordem econômica internacional, formou-se nos anos 50 e o marco dessa consciência foi a realização da conferência afro-asiática de Bandung. Mas Bandung e depois o movimento dos países não alinhados, que se formou em 1961, tinham uma coisa ainda de nebulosa, uma coisa assim de sonho que está escrito na própria expressão Terceiro Mundo, porque, como os senhores sabem, essa expressão foi cunhada por um francês, por um demógrafo francês em 1952 que comparou os países da periferia, a África, a Ásia, a América Latina ao Terceiro Estado da sociedade francesa do Antigo Regime. Então, assim como o Terceiro Estado, em 1789, realizou e liderou uma revolução que acabou com a sociedade de privilégios na França, o Terceiro Mundo também realizaria essa revolução mundial. E hoje essa consciência está, vamos dizer, mais amadurecida. Não se pensa mais nessa revolução mundial do Terceiro Mundo, mas

alguns países, alguns importantes países emergentes hoje lideram o processo de mudança na ordem econômica internacional. Eu me refiro ao BRICS, me refiro à ação do G20, à criação do novo Banco de Desenvolvimento e todas essas medidas que vêm sendo tomadas, que são bastante realistas, porque atingem a questão central, que é uma ordem econômica internacional controlada pelo mundo anglo-saxão e que se cristalizou ao longo do tempo e hoje é questionada. Como eu disse, a ideia de uma revolução mundial é fantasiosa, assim como considero fantasiosa também a ideia de que os países periféricos podem chegar ao centro dentro da ordem mundial existente. A ordem mundial existente, desde o seu nascedouro, desde o seu início no século XVI, é uma ordem excludente e, portanto, é necessária uma nova ordem. E penso que essa ideia da nova ordem é uma ideia cada vez mais madura com o desenvolvimento alucinado do capitalismo da ordem internacional. A ideia smithiana da economia de mercado já cria uma certa repulsa quando analisamos em profundidade o que ela significa. Essa economia foi motivo de toda a contestação do pensamento socialista no século XIX. O que pensar da nossa atual sociedade de mercados? Quer dizer, de um capitalismo que não respeita nenhum limite ético? A solução, portanto, está em uma nova ordem econômica internacional. Bom, eu acho que eu já falei demais e é necessário dar oportunidade para que vocês falem também. Eu agradeço, mais uma vez, o convite e agradeço a generosa audiência dos senhores, muito obrigado.

Moderador – Obrigado, professor Williams. Agora a gente abre para observações, colocações e perguntas.

Interlocutor não identificado – Muito boa tarde a todos. Na verdade, não é bem uma pergunta, eu gostaria de ouvir um pouco mais o professor sobre a leitura que o senhor faz da construção dessa nova ordem mundial e com o papel dos diversos países do

continente africano, como eles poderiam contribuir ou como eles têm contribuído para a emergência dessa nova ordem mundial? Nós tivemos essa tentativa na década de 50 em Bandung e parece que agora os BRICS são uma remontagem dessa nova iniciativa.

Sr. Williams da Silva Gonçalves (Prof. UFF) – Muito obrigado pela pergunta. Vale a pena nós pensarmos a respeito disso. Eu acho que nós, aqui no Brasil, não estamos debatendo a questão BRICS com a intensidade e a profundidade com que os chineses, os russos e os indianos estão debatendo. Eu afirmo que há uma conspiração da grande mídia para evitar o tema BRICS, tudo, quando se fala do BRICS, é colocado à margem e sempre se remete a uma concertação econômica, a um suposto bloco econômico sem futuro. Ora, o BRICS não é nada disso, o BRICS nasceu como uma concertação política, como um entendimento político. Nós poderíamos, se fôssemos fazer a história do BRICS, ir muito longe, não é o momento aqui para se fazer isso. Mas podemos dizer que a partir de 2006, de uma maneira formal, a diplomacia do Brasil, da Rússia, da Índia e da China passa a atuar de uma maneira concertada e depois África do Sul, que acrescenta o “S” de South Africa ao BRIC. A África no Sul não é uma adventícia, não é uma intrusa, porque já estava articulada com o Brasil e com a Índia num importante programa de cooperação internacional denominado IBAS, quer dizer, África do Sul já estava ali e apenas formalizou a sua presença, mas o que é concertação política? A concertação política é o entendimento dos ministros das Relações Exteriores, é o entendimento das delegações diplomáticas desses países nos diversos fóruns internacionais, de uma maneira muito simples de entender. Quer dizer, se há uma votação importante num fórum multilateral, quaisquer dos diplomatas desses países se reúnem e se perguntam: “Como vamos votar? Qual será o nosso voto? Qual será a nossa posição? Temos diferenças entre nós, vamos resolver

aqui para ter um voto em bloco”. Essa é a concertação política. Isso começou a ser feito em 2006, telefonema dos ministros e diplomatas conversando, trocando ideias e tomando posições comuns, quer dizer, um bloco importante tomando posições comuns. Agora vejam só, isso só é possível, a reunião de russos, chineses e brasileiros para transformar o voto deles num único voto, quando se tem uma visão comum do mundo, quando se tem a mesma leitura, quando se tem a mesma percepção das questões internacionais, se não, não é possível votar em comum, e qual é a percepção comum? Qual é a ideia comum? A necessidade de democratizar as relações internacionais, esse é um tema caro da diplomacia brasileira. O embaixador Araújo Castro, nos anos 60, já falava do descongelamento do poder mundial, os chineses e russos nem se fala, pois esses queriam acabar com a ordem mesmo e criar uma outra ordem. Então nós temos aí, nós temos um bloco de países que, apesar de todas as suas diferenças, diferenças étnicas, linguísticas, culturais, de estrutura econômica, de estrutura política, de estrutura social, apesar de todas essas diferenças têm uma percepção comum de que é necessário democratizar as relações internacionais. Falar sobre essas diferenças é muito importante, por quê? Porque muitos críticos do BRICS dizem: “Um bloco tão diferente não podia funcionar, o que se pode esperar de uma reunião de gente tão diferente?”. Ora, mas isso é um erro de percepção ou uma tentativa de se induzir ao erro, porque a força do BRICS não está na sua homogeneidade, a força está na heterogeneidade, por quê? Porque a maioria da humanidade não é branca, anglo-saxã e protestante, a maioria da humanidade é preta, é amarela, é morena, é mestiça e professa as mais diferentes formas de religião e de culto, falam as mais diversas línguas. Então, não é mais possível admitir que uma minoria branca, anglo-saxã e protestante dite as regras de funcionamento do mundo. A democratização das relações internacionais implica que é a maioria que

fixa essas regras. Os críticos falam mal do banco do BRICS. Ora, o novo Banco de Desenvolvimento e o Fundo de Convergência, não é um banco qualquer, não é um fundo qualquer. Trata-se de um banco e de um fundo que questionam os pilares da ordem econômica internacional criado em Bretton Woods. O banco que o BRICS criou, que se está estruturando, é um banco destinado a financiar a infraestrutura dos países em desenvolvimento, então a participação dos países africanos é fundamental. A participação de países como África do Sul, como Nigéria e como Senegal, países que têm uma tradição de liderança na África, é fundamental. Então eu acredito, sim, que estamos assistindo a um processo de mudança da ordem. Agora, evidentemente que isso não se faz na conversa, isso não é uma questão de discurso racional e persuasivo, é luta política e luta política séria, luta política dura. Tudo aquilo que aqueles que detêm o poder nessa ordem internacional puderem fazer para minar esses países do BRICS, para vê-los explodir em crise, eles farão, o jogo é pesado. Vejam que o jogo está mudando na participação da Rússia na crise da Síria, os russos avisaram: “Deixem que nós vamos resolver isso”. E agora os americanos estão reclamando: “Não, mas não era para resolver desse jeito”. “Não”, dizem os russos, “nós dissemos que vamos resolver e estamos resolvendo”. Resolvendo à base de que princípio? Um princípio que a diplomacia brasileira ao longo da história sempre subscreveu, o respeito à autodeterminação dos povos. Só quem tem direito a mudar governos, só quem tem direito a fazer mudanças é o próprio povo. Claro que os conflitos podem acontecer, não vamos imaginar uma ordem internacional sem conflitos, isso não existe, não adianta sonhar com isso, mas se houver conflitos, esses conflitos têm que ser regionalizados, daí a importância da UNASUL, daí a importância dos blocos regionais africanos para que os vizinhos à base da diplomacia, da conversa, do diálogo racional intervenham para arbitrar, para dirimir esses conflitos e não uma potência que

se desloca por todo o globo fomentando guerras. Então a luta é dura, mas ela está sendo travada.

Sra. Jaqueline – Professor Williams, meu nome é Jaqueline, teria duas perguntas para o professor. A primeira, eu queria que o professor fizesse um balanço das políticas de ações afirmativas no Brasil, haja vista que a Índia começa a implantar essas políticas. Então se o professor puder fazer um balanço desses países e pensando na Conferência de Durban, pensando todo esse contexto que o professor apresentou, quais são as perspectivas para o nosso país, se a gente tem um cenário aí positivo e de boa receptividade, pensando que o nosso país ainda é um país racista, que as desigualdades econômicas e raciais ainda são bem gritantes em relação à população negra. A segunda pergunta professor, é sobre se o processo migratório dos africanos não seria uma resposta a esse processo de escravidão, de exploração que esses países sofreram.

Sr. Williams da Silva Gonçalves (Prof. UFF) – A senhora fala da migração quando? Agora?

Sra. Jaqueline – Agora. E a gente está vendo aí milhares de pessoas morrendo, os navios negreiros e atuais e como a mídia lida com isso. Como o professor faz essa análise para os dias de hoje, se não é uma resposta a todo esse processo, de exploração desse continente, o continente africano.

Sr. Williams da Silva Gonçalves (Prof. UFF) – Tudo bem, obrigado Jaqueline. Olha, a primeira questão, você me pede que faça um balanço. Para fazer um balanço é necessário um conhecimento de todas as variáveis e eu não tenho esse conhecimento, seria de minha parte uma irresponsabilidade eu me meter a fazer balanço. Mas não há a menor dúvida, de minha parte, que as políticas afirmativas são importantes e necessárias e elas estão mexendo

e mexeram com a sociedade brasileira. A crise que nós estamos envolvidos, no meu entendimento, é uma crise do Estado, quer dizer, ela é uma crise do Estado que se apresenta como uma crise de políticos derrotados, inconformados, de corrupção aqui, tudo isso existe, corrupção existe, inconformismo existe. Mas no meu entendimento isso é superfície, é espuma, porque o que está em jogo mesmo é o Estado que nós queremos. É o tal Estado, o Estado mínimo, o Estado que não intervém e deixa a sociedade, que deixa o mercado funcionar ou é um Estado democrático. E o Estado autenticamente democrático tem que ser um Estado democrático na base, na sociedade e na economia. Aqui no Brasil nós sempre pensamos assim, a democracia, o aprofundamento da democracia de uma maneira muito idealizada e costumamos nos referir à Europa, admiramos a democracia dos europeus, mas não estudamos, porque a democracia dos europeus foi o resultado de muita luta social, de muita luta social e de muita guerra. O século XIX até o início do século XX é um século de lutas sociais intensas, de guerras na Europa, onde estava em questão o direito das camadas populares. Seja pela luta, pela constituição, pelas revoluções liberais, sejam depois as revoluções democráticas, as revoluções socialistas. E aqui a gente só pega o resultado achando que nós vamos chegar lá assim, vamos acordar, um dia vamos dormir e vamos acordar democráticos no dia seguinte, não. Essa luta mexe com direitos adquiridos, os direitos cristalizados e a reação daqueles que não se conformam com a aquisição dos direitos, portanto, nós estamos vivendo uma crise, uma crise do Estado de uma parte da sociedade que não aceita que uma outra parte de direitos participe integralmente do processo social. Penso que esse processo, essas ações afirmativas de todas as políticas públicas democratizantes, elas têm tido um impacto enorme na sociedade brasileira e nós estamos vivendo um momento de definição em relação a essas questões, temos que estar atentos

e vigilantes para isso. Até os anos 90, toda a violência que havia no mundo e toda violência suposta, presumida, era decorrente da Guerra Fria, da oposição entre Estados Unidos e União Soviética. O mundo soviético se dissolveu, entrou em colapso e, no entanto, as guerras aumentaram. A OTAN, que foi criada com a finalidade de impedir a expansão soviética e a expansão comunista, ao invés de se dissolver, porque perdeu sua razão, pelo contrário, ampliou-se, aumentou a sua competência. As forças da OTAN vivem aqui nas nossas praias. Os ingleses aumentaram a pressão sobre as Malvinas e, ao arrepiar das leis internacionais, estão explorando o petróleo nas Malvinas e aumentaram o seu efetivo. Os franceses, a pretexto de proteger as suas Guianas, também metem os seus navios no Atlântico Sul. Os Estados Unidos recriaram há poucos anos a quarta esquadra. Estamos falando das forças da OTAN. Na Europa, no Oriente Médio, elas romperam o perímetro da Europa e passaram a fazer incursões fora da Europa. As forças da OTAN no Afeganistão pressionam para que o Brasil se associe à OTAN. Portanto, a violência aumentou, a pressão das grandes potências aumentou, e qual é a lógica? Qual é a lógica dessa ação militar? Porque essa ação militar não se dá no vazio, nem esses chefes militares são loucos desvairados. Sabem o que estão fazendo, qual é a lógica? Ter acesso às fontes de energia e de matérias-primas; a lógica americana não é só ter acesso ao petróleo e às matérias-primas fundamentais, é garantir o acesso aos seus aliados, porque petróleo os Estados Unidos até têm, mas os seus aliados não têm e os seus aliados não podem entrar em colapso se o sistema financeiro internacional quebra e os Estados Unidos não podem permitir que isso aconteça. Quem se coloca no meio do caminho perturbando de alguma maneira deve ser varrido do mapa. Essa é a lógica no Iraque, no Afeganistão e na Síria. A questão é garantir o acesso às fontes de energia e matérias-primas para si e para os seus aliados. Para isso, existem as forças armadas

que estão prontas para intervir a qualquer momento. O problema dos refugiados não é dos migrantes. Os refugiados têm suas bases de vida completamente destruídas, esfaceladas. Os responsáveis são as forças dos Estados Unidos e as forças da OTAN, não são outros.

Interlocutor não identificado – Muito obrigado pela sua palestra. Eu estava aqui discutindo com a minha colega e uma pergunta que a gente pode pensar em fazer é em relação à forma como a África pode se inserir novamente no mundo de uma maneira não subordinada. Desde o mercantilismo, de acordo com a narrativa que o senhor trouxe, essas portas se fecharam para a África, tanto no mercantilismo quanto até as formas mais modernas do capitalismo. E a África ficou fechada a esse sistema, a não ser como uma mera subordinada ou, enfim, fornecedora de matérias-primas e recursos. Como a África poderia dar a volta por cima nesse novo momento da história?

Sr. Williams da Silva Gonçalves (Prof. UFF) – Temos que ser realistas e pensar o seguinte: estamos falando de um mundo capitalista, um mundo que busca o lucro, de modo que vender matérias-primas é uma necessidade e não é necessariamente um mal. Evidentemente que isso tem de ser combinado com o desenvolvimento da produção, o desenvolvimento da produção industrial, porque é a indústria que gera emprego, é a indústria que pressiona pela elevação do padrão educacional e pelo padrão tecnológico. No caso da África tem de ser feito por meio da cooperação. Vejam que é muito interessante o seguinte: há algum tempo, os chineses ultrapassaram os americanos, os ingleses e os franceses em investimentos na África. Chega mesmo ser divertida a reação de ingleses e franceses dizendo o seguinte: “Os chineses não passam de colonialistas, porque o que eles querem dos africanos são as matérias-primas”. Eu não sei de onde vem tanto

cinismo para proferir ideias como essas, mas eles proferem e tem muita gente que assimila. Isso é o trágico; tem o lado divertido e tem o lado trágico. Mais uma das acusações aos chineses é que eles apoiam ditaduras, governos não democráticos. Vejam só o que eu afirmava há pouco sobre a tradição diplomática brasileira, o respeito à autodeterminação dos povos. Não estabelecer condicionalidades, para os europeus e para os americanos, é apoiar ditaduras. Eles não falam em respeito à soberania. Uma das ideias-chaves dos americanos e dos europeus é de que a democracia deve prevalecer custe o que custar. Foi assim que fizeram no Iraque. Mas o interessante é o seguinte: só falam em democracia dentro dos Estados, mas não falam em democracia entre os Estados. Se quiserem impor uma ordem democrática à revelia da sociedade, por princípio não é democrático e está desrespeitando a democracia entre os Estados. O processo de desenvolvimento é um processo de esforço do próprio povo; ninguém dá o desenvolvimento para o outro, é um esforço do próprio povo, que pode ser bloqueado e tem sido bloqueado. Uma nova ordem internacional pode desbloquear e tornar mais factível, mais produtivo, o esforço de cada um. Eu penso assim.

Sr. Marcelo – Meu nome é Marcelo. Hoje é inegável que a gente está em outro momento de relações diplomáticas entre Brasil e África e principalmente com os países que falam português. Só que também há uma nova ordem sendo construída diplomaticamente. Dentro dessa nova ordem, há velhas formas de capitalismo sendo engendradas pelos países centrais. Qual a sua opinião, por exemplo, no caso entre Brasil e Moçambique? No primeiro momento, é uma parceria muito festejada internamente. Hoje há vários grupos políticos que estão questionando algumas ações de empresas brasileiras na justiça, há quem diga que sejam novas formas de

colonialismo ou de uma colonização do sul. Gostaria de saber sua opinião a respeito.

Sr. Williams da Silva Gonçalves (Prof. UFF) – As relações Brasil-África são um tanto complicadas aqui no Brasil, porque em tese todos são favoráveis à relação com a África, mas na prática não. Ao longo da história, nossa ação diplomática revelou a existência de duas formas de pensamento: a primeira é a dos liberais, para quem o Brasil deve ter relações privilegiadas com o primeiro mundo, com os Estados Unidos e com a Europa, se possível formando área de livre comércio com os americanos (ALCA) e com os europeus. Há outra linha de pensamento, que eu chamo de nacionalista, a qual atribui importância às relações com a África. Para os liberais, política externa é exclusivamente economia, e faz sentido para eles: política externa é comércio, investimento e empréstimo. Então, se política externa é comércio, investimento e empréstimo, nós temos que ter relações com aqueles que têm capitais excedentes que podem ser investidos aqui e com aqueles que têm os maiores mercados, para onde nós podemos exportar; para aqueles que controlam os organismos econômicos financeiros internacionais. O resto do mundo não interessa, são mercados pequenos, só pedem dinheiro e não pagam. Essa é a ideia dos liberais. E como os liberais entendem que tudo é mercado, não se pode imaginar que o Brasil se desloque da periferia para o centro, isso só poderia ser feito mediante os mecanismos de mercado, e não pela ação política. Para os liberais, política é a cereja do bolo, é retórica, é fanfarronada. Já os nacionalistas pensam de outra maneira, entendem que a ação política é indispensável. Para o nacionalismo brasileiro, as relações com a África são muito importantes. Quem pensa o Brasil grande, o Brasil potência, pensa o Brasil forte na América do Sul, aliado e integrado com seus vizinhos e também integrado com os países africanos, especialmente aqueles banhados pelo Atlântico Sul e

também Moçambique. Mas nós temos de saber distinguir uma coisa: uma coisa é a diplomacia, outra coisa são os empresários. Em uma ordem capitalista, não há relações exteriores sem os diplomatas, os militares e os empresários. Os militares cuidam da defesa e pensam uma política externa na dimensão da defesa e da segurança do país. Os empresários são o sangue que dá movimento a isso. O diplomata é meio, a diplomacia abre canais, cria situações, mas quem as explora são as organizações da sociedade, sejam as organizações intelectuais, culturais ou empresariais. No capitalismo é assim: os diplomatas pensam em cooperação, os empresários querem o lucro. Eu penso que é um erro achar que o Brasil tem um projeto imperialista, colonialista – nós não temos. Nós não temos e nem vou fazer maiores comentários a respeito disso para não me comprometer, mas nós não temos. Não temos porque carecemos de consenso entre as nossas elites. Não há um projeto para o Brasil e não existe uma identidade formada. O BRICS tem um núcleo duro formado por russos e chineses que sabem quem são e sabem o que querem, como dizia o Salazar: “Sabe o que é e sabe para onde vai”. Os russos e chineses pensam assim, nós não, somos um tanto instáveis. Nossa elite não se identifica com o povo, pega seu rico dinheirinho e coloca em paraísos fiscais, compra casa em Miami. Não tem identidade com o povo.

Interlocutor não identificado – Boa tarde, professor. Os acordos de Lomé e Cotonu, deram errado, pois eram estritamente comerciais. Qual é a diferença deles no sentido do IBAS, Fiocruz, Embrapa, Cooperação Brasil e países ASEAN?

Sr. Williams da Silva Gonçalves (Prof. UFF) – Os acordos de Lomé foram acordos entre as nações europeias – países europeus e africanos – dentro do espírito da UNCTAD. Esses acordos estabeleciam tarifas preferenciais, de estabelecimento de cotas. Os acordos de Lomé são acordos entre os europeus e os africanos

no âmbito da UNCTAD, no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, ao passo que o IBAS é outra coisa. O IBAS é uma cooperação politicamente orientada, uma cooperação que integra a Índia, a África do Sul e o Brasil, faz aí um triângulo interessante que não foi proposto pelo Brasil; foi uma proposta da África do Sul. A África do Sul tem um contingente de população de origem indiana muito importante e por isso essa ligação não é aleatória. E foi uma proposta, vamos dizer antiga, do início dos anos 90, do Congresso Nacional Africano, que propôs ao governo brasileiro, que não se interessou na época e se efetivou mais tarde em 2003. Mas é uma ação política, uma cooperação com vistas a ajudar, contribuir para o desenvolvimento dos povos menos desenvolvidos. É uma ação importante no âmbito da cooperação. Quero dizer, nesses últimos anos, na última década, o Brasil mudou bastante seu perfil. O Brasil era um país mais demandante de ajuda, de cooperação internacional e inverteu este processo. Continuou demandando ajuda, porque isso é uma via de mão dupla. Não há país exclusivamente demandante ou exclusivamente cooperante, mas nós invertemos isso. É uma das características da diplomacia dos últimos tempos e o IBAS se inscreve nisso. Portanto, para finalizar, tem características diferentes do acordo de Lomé.

Em relação às missões de paz da ONU, eu acho que o problema é o seguinte: há algumas dúvidas que precisam ser superadas. Porque o Brasil é um grande país da periferia por sua população, por seu PIB, apesar de crises conjunturais. Contudo, é um grande país e tem de ter uma projeção internacional compatível, tem de ter uma participação, uma projeção internacional compatível com sua grandeza e com suas aspirações. Temos de suprimir aquela ideia de que as coisas que ocorrem no mundo ocorrem lá no mundo distante e que só é vista pela televisão, com a qual nós não temos nada disso, não nos achamos parte. Nós somos parte desse

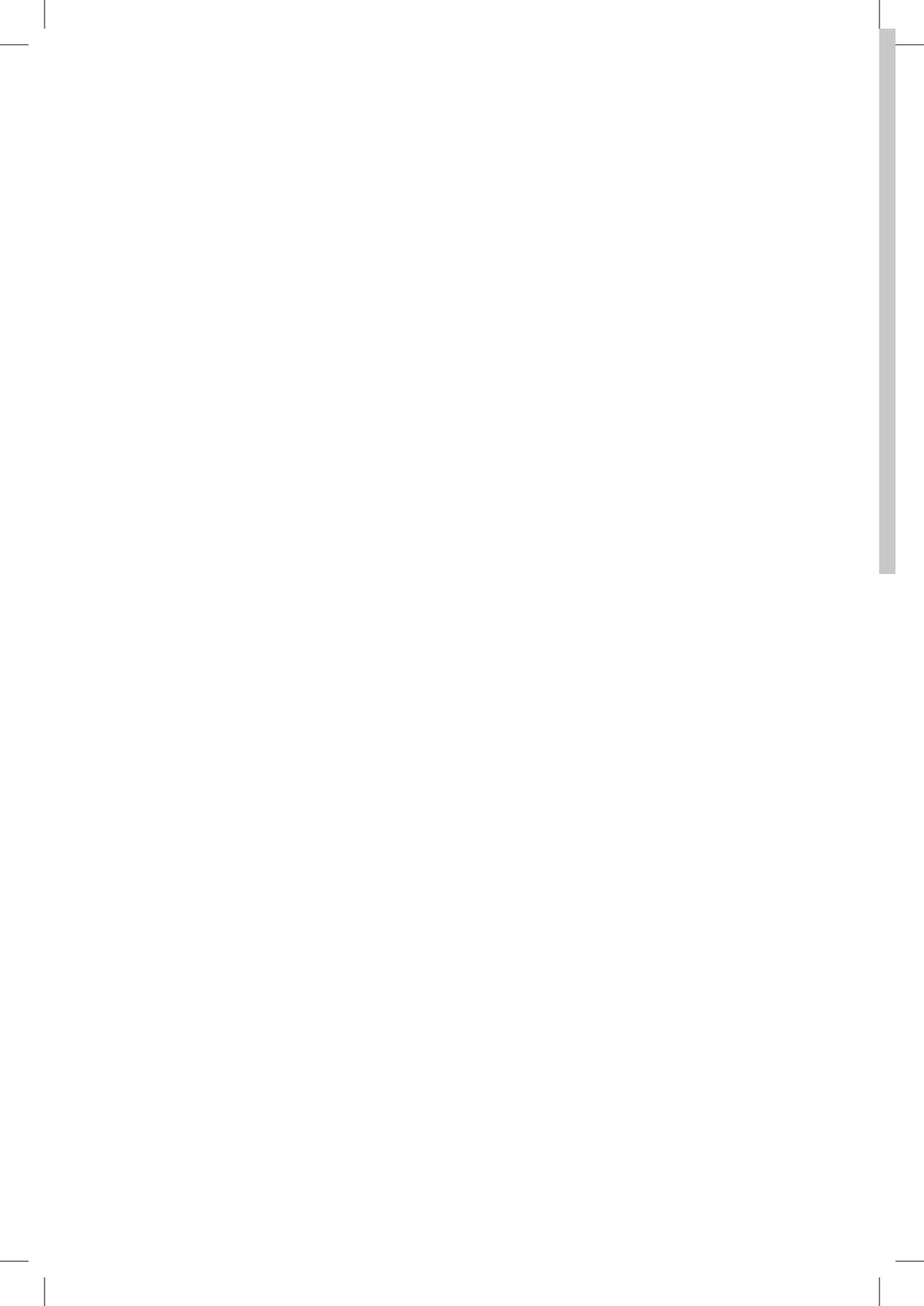
mundo, temos contribuição a dar, podemos ajudar a melhorá-lo. Não podemos ter essa ideia pessimista de que a gente não tem nada para contribuir, não tem nada para dizer; e se os outros não fazem, não somos nós que faremos. Absolutamente, nós podemos, sim. Temos um perfil cultural específico, especialmente o povo, eu falei das elites, mas como dizia Darcy Ribeiro, nossas elites são muito ruins, mas o povo é muito bom. O histórico, o balanço das operações de paz pelo Brasil é muito positivo; por onde as forças armadas brasileiras passam deixam simpatia, lembranças, um sinal positivo para o país. Portanto, nós não temos de criticar as missões de paz; é uma participação importante a contribuição que temos para dar, a marca da nossa nacionalidade no mundo, mas também temos o que dar, temos o que trocar. Democratizar as relações internacionais é isso também.

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Vamos encerrar nossa sessão da tarde do seminário. Muito obrigado e até amanhã.



SEGUNDA PARTE

BRASÍLIA, 20 DE OUTUBRO DE 2016



PAINEL 3
LEITURAS DO COLONIALISMO*

Marcelo Bittencourt

* Originalmente esse texto foi apresentado na forma de palestra para o painel "Colonialismos: revisão bibliográfica". O convite para a publicação implicou a revisão do material transcrito, buscando resolver problemas como marcas de oralidade, frases truncadas e omissão de referências, a fim de que o leitor possa melhor acompanhar os argumentos apresentados. Buscou-se, no entanto, manter seu caráter didático e introdutório ao tema.



INTRODUÇÃO

O tema colonialismo possui um amplo leque de possibilidades de análise. Poderia começar tratando das alterações nas sociedades africanas com o fim do tráfico atlântico e terminar com as últimas independências na África Austral, como seriam os casos de Angola, Moçambique e Sudoeste Africano, atual Namíbia. Diante da dimensão do tema, a opção foi abordá-lo a partir de dois tópicos que considero fundamentais e que sofreram profundas mudanças na forma de serem estudados.

Primeiro discutirei a própria expansão colonial ou como é comumente conhecida nos manuais de história da África, ainda que evidenciando certo eurocentrismo: a partilha da África. Posteriormente, analisarei as experiências coloniais a partir de uma visão crítica ao colonialismo genérico ou ao colonialismo observado a partir das lentes metropolitanas, dos impérios coloniais.

O ESTUDO DA EXPANSÃO COLONIAL

No que diz respeito à expansão colonial, o primeiro formato ou modelo de abordagem do assunto consiste na própria justificativa europeia para tal. É a ideia de que a Europa estava “entrando”, “partilhando” e “correndo” para a África, ainda que esses termos não sejam sinônimos, para levar a civilização, a religião, o comércio e, sobretudo, a pacificação aos africanos. O colonialismo era apresentado como uma alternativa à presença e à permanência da escravidão na África.

Curiosamente, nos anos de 1980, se chamará a atenção para o fato de que nas décadas de 1950 e 1960 estudava-se o combate ao colonialismo como algo próximo ao combate à escravidão. Ou seja, criticar o colonialismo era algo similar a criticar a escravidão na África e nas Américas no século XIX. Chamo a atenção para o fato de ser curioso, porque a justificativa europeia de final do século XIX e início do XX, para a expansão colonial, é exatamente acabar com a escravidão na África. Mais ainda, em grande medida, grupos abolicionistas ingleses e franceses, que eram críticos à manutenção da escravidão, também defenderam a expansão colonial como caminho para acabar com a escravidão na África (Cooper, 2005).

Nos anos de 1930 e 1940 ganha destaque uma nova interpretação acerca da expansão colonial, de base econômica e alinhada com os pressupostos marxistas. Seu ponto de partida é a ideia de que o avanço europeu para a África ocorreu no quadro da Revolução Industrial e, portanto, de busca pela aquisição de matérias-primas e de mercados consumidores dos produtos manufaturados. Essa talvez seja a interpretação mais comumente difundida e ainda presente em muitos livros didáticos. Seu poder de convencimento é reforçado quase sempre por uma imagem da Conferência de Berlim, na qual se pode ver a reprodução de um mapa da África, sobre uma mesa muito grande, com os diversos embaixadores europeus à sua volta, “partilhando o continente”.

Tal interpretação tem o mérito indiscutível de dar uma feição econômica para a explicação da expansão colonial europeia, questionando o caráter benevolente da tese anterior. Consiste ainda numa crítica contundente a uma determinada forma de se fazer história, predominante ainda no início do século XX, que valorizava em demasia a atuação das autoridades governamentais, dos homens de Estado.

No entanto, ainda que tenha apresentado mudanças significativas em relação à primeira interpretação, a da própria justificativa europeia, essa nova perspectiva mantém um grave problema: os africanos não aparecem na sua própria história. Ainda se constrói uma história da Europa na África.

As críticas iniciais a essas interpretações elaboradas a partir de um prisma europeu surgiram no pós-Segunda Guerra, mais precisamente na segunda metade dos anos 1950, com historiadores africanos como Joseph Ki-Zerbo (1953) e Kenneth Onwuka Dike (1956). Seus trabalhos buscaram realçar a história dos africanos na África, em grande medida alterando a lente de observação, deixando de lado o foco exclusivo nos europeus e na história da Europa. É o caso por excelência de Kenneth Dike, historiador nigeriano pouco conhecido no Brasil, que buscou aprofundar a análise da participação dos africanos na história da expansão colonial através do comércio no Delta do Níger.

Posteriormente, novas críticas surgiram à interpretação de base econômica, colocando dúvidas, por exemplo, quanto à capacidade de o continente africano ser considerado de imediato um mercado consumidor dos produtos manufaturados europeus. Afinal, a África continuou sendo um mercado frágil para o consumo de produtos manufaturados até a Segunda Guerra Mundial (Iliffe, 1999).

Os historiadores africanos não ficaram sozinhos. Nos anos 1960 um grupo de historiadores britânicos, como David Birmingham (1965), Terence Ranger (1967) e John Iliffe (1969), também passou a lançar o foco de suas análises para os africanos e sua própria história, no tocante ao tema da expansão colonial e do colonialismo.

Não obstante os avanços historiográficos dessas correntes, os historiadores responsáveis por essa nova produção, africanos

e africanistas das décadas de 1950, 1960 e 1970, inevitavelmente entraram em diálogo com as mudanças políticas que se processavam no continente. Era o tempo das lutas pelas independências dos países africanos, dos diferentes nacionalismos que se esboçavam e também dos projetos modernizadores, em alguns casos de orientação socialista. A história passou a ser um importante terreno de luta política, pois tanto permitia a criação de supostas linhagens nacionalistas e territórios pretensamente nacionais de longa tradição, como dificultava tais construções.

Por outro lado, as independências africanas promoveram um maior interesse pela história da África, quer na própria África, com a criação e a expansão de cursos universitários e, em maior escala, dos níveis iniciais de ensino, quer fora dela, em especial nos Estados Unidos da América, que passariam a ser, na década de 1970, um novo espaço de pesquisa para temas africanos. No tocante ao tema do colonialismo, entre outros autores podemos destacar Allen Isaacman (1972) e Frederick Cooper (1977).

O aprofundamento da pesquisa histórica levou a uma diversificação das análises e das regiões estudadas, reforçando a grande conquista dos estudos sobre África que é a crítica contundente a uma perspectiva homogeneizadora sobre o continente, seus habitantes e sua história. Ainda assim, vale reforçar que o surgimento dessas diferentes e por vezes divergentes correntes historiográficas não ocorre em substituição às anteriores. Elas convivem e, em muitos casos, se entrelaçam em novas análises.

Novas interpretações também tiveram lugar na forma de se analisar as relações entre europeus e africanos. Buscou-se chamar a atenção para o fato de que a expansão colonial europeia para a África não foi um primeiro momento de contato entre europeus e africanos. Essas relações passaram a ser contextualizadas levando em consideração o que acontecia tanto na África quanto na Europa.

Os interesses e as possibilidades de negociação de ambos os lados ganharam destaque, assim como determinados casos em que tais interesses se conjugaram.

É preciso ter em conta que a própria forma de se fazer história passava por grandes alterações no período. De um lado, a crítica a um marxismo esquemático e ao economicismo; de outro, a crítica ao abandono da história política, levando à construção de uma história política “renovada” (Rémond, 2003). Também é preciso acrescentar o fortalecimento da chamada história cultural e a entrada em cena de uma história social em diálogo com a Antropologia, promovendo o que seria nomeado como uma história social da cultura. Portanto, um alargamento dos horizontes e das possibilidades de se investigar o passado, que inevitavelmente alcançaria os estudos africanos.

A partir dessas novas teorias e metodologias, alguns historiadores retornaram a antigas perguntas acerca da expansão colonial, tais como: Por que, depois de tanto tempo de relações, só no final do século XIX a Europa investe numa dominação de tipo colonial formal? Por que a penetração na América e não na África? Porque os europeus nunca conseguiram chegar às fontes produtoras de ouro? Anteriormente, tais perguntas eram respondidas tendo em consideração questões como o clima, as doenças, o fato de os rios não serem navegáveis, todas elas questões importantes, mas que deixavam de lado a própria história das relações entre africanos e europeus.

A aproximação entre a historiografia da escravidão e do tráfico com a historiografia do colonialismo foi o que permitiu enxergar o casamento de interesses entre esses agentes, facilitando o entendimento de que as relações comerciais, apesar de algumas crises, se intensificaram e se diversificaram. O fim do tráfico de escravos e a exploração do trabalho africano na própria África

passaram a ser encarados como fenômenos complementares e fundamentais para o entendimento da alteração nessas relações. Do ponto de vista econômico, a descoberta em larga escala de ouro e diamante no que hoje é a África do Sul, na segunda metade do século XIX, acentuaria essa mudança no padrão das relações políticas entre europeus e africanos.

Evidentemente, não caberia negar alguns fatores que ajudaram nessa expansão europeia, como o avanço médico-científico, exemplificado pelo uso do quinino no combate à malária, e o avanço tecnológico, verificado pelo surgimento de novas embarcações, que permitiram o comércio no interior dos rios africanos, e pelas ferrovias, que facilitaram o deslocamento tanto de tropas coloniais como de mercadorias extraídas do continente. Também no aspecto militar a tecnologia deve ser realçada, em especial a fabricação e o uso da metralhadora pelos impérios europeus. Todos eles consistem em fatores importantes, que facilitaram a mudança nas relações, mas esta última deve-se, sobretudo, ao novo interesse econômico europeu sobre o continente.

O próprio olhar para a história da expansão a partir da lente europeia sofreu alterações. Os fatores explicativos elencados por diversos historiadores passaram a contemplar a análise dos grupos de pressão que exerceram influência sobre a ação dos governos europeus, bem como a ideia, que segundo esses autores se popularizara na Europa, de que nenhum império poderia se dar ao luxo de perder o “trem da história”, ou seja, abrir mão de novos mercados produtores de matérias-primas. Sobre tais perspectivas, John Mackenzie tem um comentário interessante: a partilha é uma “combinação de esperanças exageradas com preocupações excessivas” (Mackenzie, 1994).

Por outro lado, os novos olhares sobre a história da expansão colonial levaram a uma importante polêmica acerca do papel dos

africanos nesse processo. Passou-se a discutir quem foram os “heróis” e quem foram os “traidores” da pátria. Ou seja, quem resistiu e lutou contra a implantação colonial e quem se associou a esta, em certa medida auxiliando no controle sobre o território. É muito curiosa essa discussão, já que é preciso alertar para o fato de que, no final do século XIX, ainda não existiam pátrias na África, no formato que assumiriam na segunda metade do século XX. Para completar, cabe enfatizar que essa construção polarizada impede a percepção das nuances e das mudanças de interesse que o jogo político implica.

A consequência mais importante dessa forma de analisar a expansão colonial é que ela extrapolou o terreno da história e passou a fazer parte do arsenal político de diferentes atores, levando ao surgimento de inúmeros problemas nas jovens nações africanas, quer pela tentativa de transformar “heróis” locais em “heróis” nacionais, quer pela tentativa de transformar em “traidores” regiões ou determinados grupos etno-linguísticos, em função de sua maior ou menor proximidade às autoridades coloniais. Daí a importância de textos como o de Terence Ranger (1991), no volume 7 da *História Geral da África*, editada pela Unesco, que critica os trabalhos que ajudaram em certa medida a criar um fio condutor entre a resistência de final do século XIX e a luta anticolonial dos anos de 1950 e 1960.

Novas perspectivas passaram a despontar nos estudos sobre a expansão colonial, ainda nas décadas de 1970 e 1980, no que dizia respeito a ideia de que as organizações políticas centralizadas, os chamados estados ou impérios africanos, apresentaram maior resistência ao processo de expansão colonial do que às sociedades mais descentralizadas, também conhecidas como sociedades sem Estado. As pesquisas mais circunscritas regionalmente e temporalmente permitiram quebrar essa “regra”, demonstrando que as variações entre comportamentos mais refratários ou de

maior proximidade aos avanços coloniais coexistiram em várias regiões, fossem essas organizadas em sociedades mais ou menos centralizadas.

Essas novas perspectivas promoveram dois importantes desdobramentos. Em primeiro lugar, se afastaram da polêmica acerca da construção de biografias de heróis e traidores. Em segundo lugar, diversificaram o olhar sobre a ideia de resistência. Tanto ao demonstrarem que a resistência não ficou limitada aos grandes chefes africanos, quanto ao alargarem a sua compreensão.

A resistência passou a ser estudada como um fenômeno também levado adiante pelo homem comum, pelos africanos nas suas relações de trabalho e na tentativa de escapar às imposições coloniais. Em certa medida, essa alteração no enfoque levou a um afastamento da polarização entre “heróis” e “traidores”, passando a privilegiar o questionamento do engessamento dessas designações, fornecendo elementos para uma ampliação da ideia de resistência (Cooper, 2008).

O ESTUDO DO COLONIALISMO

O debate acerca da ideia de resistência atravessou também o segundo tópico elencado para essa discussão. É preciso lembrar, uma vez mais, que na segunda metade do século XX o continente passava pelo efervescente processo de construção e fortalecimento dos nacionalismos e, posteriormente, dos estados nacionais, e o estudo do colonialismo e da resistência a ele teve implicações importantes na condução da vida política dos jovens países.

Grupos políticos mais urbanizados tenderam a ter maior ascendência sobre organizações como sindicatos, partidos políticos e movimentos de libertação, ainda que isso não tenha se constituído numa regra, afinal casos como o do Senegal e dos Camarões, entre outros, com suas lideranças rurais, embaçam essa

colocação. No entanto, é razoável afirmarmos que essas lideranças urbanizadas constituíram a maioria dos regimes africanos pós-independência, apresentando-se como aqueles que resistiram à dominação colonial, em certa medida contrapondo-se às lideranças rurais, de perfil mais acentuadamente regional ou étnico e que mais dificilmente encabeçaram lutas anticoloniais de perfil nacional.

Evidentemente, os historiadores que se debruçaram sobre o tema também tiveram certa responsabilidade ao valorizarem as lutas de caráter nacional, que tinham por objetivo as independências, deixando de lado os enfrentamentos também anticoloniais, mas que não assumiram uma postura nacional. Obviamente tal perspectiva dos historiadores esteve relacionada tanto ao fato de se debruçarem sobre aqueles que derrubaram o colonialismo, o que por si só já explicita a sua importância, como as facilidades de pesquisar em acervos documentais mais vastos, tanto nos jovens países africanos, como nas antigas metrópoles (M'Bokolo, 2007).

No entanto, as consequências desse enfoque não param por aí. Algumas daquelas lutas de caráter regional ou local contra o poder colonial se mantiveram no período pós-independência em relação a esse novo poder central. Outras surgiram em novos espaços. Em muitos desses casos, em função de sua agenda e de sua formação local, foram assinaladas por governos e intelectuais como lutas de perfil étnico, sendo caracterizadas como contrárias aos interesses nacionais e aos que libertaram a pátria. Daí decorria o pressuposto óbvio de que precisavam ser combatidas (Mamdani, 1998). Foi preciso esperar uma crítica mais aguda às primeiras experiências governamentais do pós-independência africano para que esse olhar privilegiado do perfil nacional pudesse ser contrabalançado pelas “leituras” locais.

Entre as principais mudanças de perspectiva nos estudos sobre o colonialismo, em certa medida relacionada aos questionamentos acerca da ideia de resistência, caberia destacar uma visão crítica ao colonialismo genérico ou ao colonialismo observado a partir das lentes metropolitanas, dos impérios coloniais. Ou seja, a lente de observação do historiador deixou de estar sobre o império colonial britânico ou português e passou a se direcionar para estudos de caso concretos.

O estudo do colonialismo a partir da metrópole foi direcionado para a análise da legislação e da ideologia colonial – e suas variações –, afastando-se de uma história do cotidiano, necessariamente dependente das ações de colonos e africanos, em cada momento e lugar. Dessa forma, continuou a ser feita uma história da legislação colonial francesa, uma história da justiça colonial inglesa, dos discursos ou da ideologia colonial portuguesa, aspectos importantes da história do colonialismo, mas que não alcançam a história da relação colonial, das tensões vividas entre europeus e africanos e no interior desses segmentos na África.

O primeiro passo, portanto, foi quebrar essa lente, esse foco a partir da metrópole, como se existisse um colonialismo inglês, francês ou português. Diferentes experiências coloniais tiveram lugar no continente africano e, em alguns casos, foram muito próximas, ainda que se tratasse de colonizadores diferentes. O segundo passo foi ter em consideração que em uma mesma colônia foi possível coexistirem experiências coloniais diversas, quer no tempo quer no espaço.

Evidentemente, o que se estava afirmando era que a vivência colonial foi muito diferente no norte do Quênia, nas chamadas terras altas, com sua produção de café, tabaco e chá onde se concentraram cerca de 40 mil ingleses, do que ocorreu na costa queniana, com sua forte influência árabe muçulmana, e onde a

presença inglesa era mais rarefeita. Ou ainda nas áreas de produção de café do centro norte de Angola, repartido em várias fazendas de colonos portugueses, resultantes da expropriação de terras dos africanos, e no sul da mesma colônia, numa zona desértica ou semidesértica com pecuária de transumância na mão dos próprios angolanos. É a mesma experiência colonial? O país colonizador é o mesmo, mas são experiências coloniais muito diferentes, com colonizadores e colonizados com interesses, estratégias e comportamentos também muito diferentes.

Investindo nesse caminho de análise é possível perceber que tanto o estudo da descolonização ajuda a pensar a colonização, quanto o contrário também é verdadeiro. Ou seja, áreas de exploração colonial tão diferenciada tendem a dar lugar a lideranças anticoloniais também diferenciadas. Recorrendo aos exemplos acima, esses africanos começam, no pós-Segunda Guerra, a expandir a ideia de que são quenianos e angolanos. É preciso ter em conta que essas fronteiras coloniais que estão sendo traçadas entre finais do século XIX e o início do XX darão forma às jovens nações africanas da segunda metade do século XX. Não existia uma nação queniana ou uma nação angolana; os africanos conquistam suas independências a partir de uma base colonial. E passam a se pensar nacionalmente tendo como patamar inicial uma construção colonial, só que com um colonialismo que não foi uniforme (Iliffe, 1999).

Nesse sentido é possível afirmar que o estudo do colonialismo passou a contemplar a ideia de que o colonialismo resulta da proposta de exploração pensada pelas potências, das potencialidades do território em questão e das organizações sociais encontradas, além do grau de desenvolvimento do país colonizador. É preciso ter em consideração, no entanto, que todos esses diferentes fatores foram temperados pelo tempo, já que eles sofreram inúmeras alterações no decorrer do século XX.

Ao entendermos dessa forma o colonialismo, reforçamos a ideia da especificidade das relações coloniais e enfatizamos a necessidade de termos em consideração o tempo e o espaço, dois parâmetros muito caros aos historiadores. Assim, a referência ao processo de colonização de qualquer metrópole, sem se mencionar o momento e o local em questão, limita drasticamente a análise.

Poderíamos mesmo falar em colonialismos para não deixar dúvidas quanto à variedade de situações encontradas. Afinal, de ambos os lados dessa vivência colonial existem forças, desejos e projetos diferentes, quase sempre em disputa entre eles. Tanto do colonizador que congrega os interesses de funcionários, comerciantes, aventureiros, missionários e militares, como do colonizado que abarca populações urbanas, rurais, mestiças, cristianizadas, islamizadas, isoladas, todas elas mais ou menos influenciadas por sentimentos de pertença regional e/ou étnica.

Por tudo isso, como montar de forma tão esquemática uma oposição genérica entre colonizados e colonizadores que dê conta da diversidade de experiências que o continente conheceu? E se essa oposição binária – colonizador x colonizado – apresenta inúmeras limitações, o que dizer do seu desdobramento que coloca em oposição dominadores e resistentes (Cooper, 2008)?

As respostas a essas indagações, obviamente, caminham no sentido de defender o estudo aprofundado das diferentes vivências coloniais que tiveram lugar no continente africano, valorizando em especial a crítica apontada anteriormente a um “colonialismo genérico” para toda a África, que tente dar conta da diversidade de relações estabelecidas no continente.

Do ponto de vista da prática do historiador essa nova forma de olhar para o colonialismo tornou mais complexo o seu trabalho. O acesso aos arquivos coloniais dos países africanos nem sempre foram ou continuam a ser fáceis. No entanto, novas fontes foram

testadas e passaram a angariar respeitabilidade e mais do que isso mostraram-se únicas e fundamentais para o entendimento de determinados aspectos da presença colonial, como seria o caso das entrevistas, das músicas, dos provérbios, dos tecidos, da literatura e de uma série de outros fenômenos (Moorman, 2008; Vail e White, 1984).

A respeito das fontes, vale abrir um parêntese para lembrar que em determinadas regiões do continente africano, em função do tráfico de escravos, houve uma presença europeia mais longa, ainda que extremamente circunscrita territorialmente, por vezes intermitente, envolvida em trocas culturais muito intensas com os africanos. Tal situação gerou o surgimento de grupos populacionais capazes de circular entre universos culturais africanos e europeus, com suficiente domínio das línguas para produzir uma imprensa africana já a partir das quatro últimas décadas do século XIX, bem como para intervir nos processos judiciais e administrativos das colônias que se construía.

Esse fenômeno auxilia na demonstração de como as crescentes máquinas administrativas, policiais, judiciais e exploratórias coloniais, dos diferentes impérios europeus, tiveram que se deparar com diferentes situações. Por outro lado, também os africanos podiam ter estratégias e interesses diversos. Não obstante, permite apontar ainda para o fato de que a própria presença e as relações coloniais estabelecidas transformam-se em mecanismos de diferenciação e estratificação social para os africanos.

A própria administração colonial, independentemente da sua bandeira imperial, usou frequentemente de mão de obra africana nas diferentes funções que a gestão de um território exige. Os africanos atuaram como mensageiros, escriturários, intérpretes, soldados, policiais, cobradores de impostos, além das atividades já desempenhadas anteriormente, voltadas para o comércio e a

produção de bens agrícolas. A participação africana, todavia, não alteraria um outro fenômeno também de grande incidência nas diferentes experiências coloniais: a violência (Lawrance, Osborn e Roberts, 2006).

Essa participação dos africanos na engrenagem colonial deve ser entendida tendo em conta a própria experiência colonial a que eles estavam sujeitos. O colonialismo para os africanos era, acima de tudo, a instalação no seu território de um novo poder. Um poder extremamente forte, militarizado, com grande capacidade tecnológica, capaz de mobilizar rapidamente, através do telégrafo, dos barcos a vapor e das ferrovias, tropas fortemente armadas, sem vínculos com a região e dispostas a impor a vontade e o controle do governo colonial.

Por outro lado, o colonialismo também era sedutor aos olhos dos africanos. Ele era sinônimo de riqueza, de tecnologia, de melhores condições de vida. Assim como ele era a arma moderna, também era a máquina de escrever, a ferrovia, a máquina de costurar e a máquina fotográfica. E é a partir dessa complexidade de fenômenos e relações que o estudo do colonialismo tem sido estudado ultimamente (Marzano e Bittencourt, 2013).

Não obstante esse estilhaçar das análises, um determinado fenômeno aproximou as experiências coloniais: a necessidade dos diferentes impérios europeus de obter mão de obra para a exploração. Todas as experiências coloniais na África adotaram o trabalho forçado. A Inglaterra e a França eliminaram isso do seu cardápio mais cedo, ao final da Segunda Guerra Mundial. Portugal manteve esse mecanismo de exploração mais explícito e violento até 1961, quando o início da luta de libertação em Angola forçou a mudança.

Portanto, apesar dos limites de uma análise menos circunscrita territorial e temporalmente, é possível apontar alguns

elementos, como o uso da força no recrutamento de trabalhadores e a cobrança de impostos, que atravessam diferentes experiências coloniais. Quanto ao uso da força, esse poderia ser exercido diretamente pelas tropas coloniais ou através das chefias africanas, que se responsabilizavam pelo envio de trabalhadores para o cumprimento do trabalho forçado nas fazendas e plantações coloniais, em troca do respaldo do governo colonial à manutenção do seu poder local.

No tocante ao imposto, este consistiu num importante mecanismo indutor de recrutamento de trabalhadores africanos, já que o seu não pagamento poderia gerar como penalidade o trabalho correcional. Seu propósito era inserir o africano na economia colonial. O argumento metropolitano era de que sua cobrança, em benefício do governo colonial, era feita em troca de sua atuação no processo de “pacificação” e “civilização” dos africanos. Sua existência também era defendida como forma de “educar” o africano para o trabalho remunerado.

De fato, as economias de exportação na África basearam-se e mantiveram-se em função do uso de diferentes formas de trabalho compulsório. Mas não foi apenas o setor voltado para a exportação que contou com esse tipo de trabalho. Agentes coloniais, a serviço das autoridades britânicas, francesas, belgas, portuguesas e alemãs, recrutaram trabalhadores forçados também para serviços em obras públicas, como a construção de estradas e ferrovias. Todas as metrópoles experimentaram o uso do trabalho forçado em diferentes momentos até o final da Segunda Guerra Mundial (M’Bokolo, 2007).

Vale referir, ainda, que ao lado do uso de diferentes mecanismos de recrutamento compulsório dos trabalhadores africanos, os governos coloniais e as empresas envolvidas no sistema de exportação de produtos agrícolas e minerais investiram, entre

finais do século XIX e início do XX, na construção de ferrovias. O impacto desse sistema teria grandes consequências para os africanos. Em primeiro lugar, liberou mão de obra africana até então usada no transporte de mercadorias (como carregadores). E em segundo lugar, as ferrovias transformaram-se em ágeis canais de comunicação dos próprios africanos, levando produtos e informação a regiões distantes dos principais centros coloniais.

Depois das ferrovias, foi a vez das rodovias, que já nos anos 1920 cresciam com extrema rapidez e versatilidade, alcançando regiões que as ferrovias não conseguiam atingir. Os transportes potencializaram o avanço da agricultura comercial em moldes capitalistas entre os africanos. No entanto, essa participação africana seria muitas vezes limitada ou impedida pelos governos coloniais. Isso ocorria por pressão dos colonos, das empresas exportadoras ou mesmo por temor dos próprios governantes quanto aos possíveis desdobramentos políticos que o fortalecimento de uma classe de empresários africanos poderia gerar. A principal demanda de uma parcela dos africanos era o reconhecimento da propriedade privada da terra, mas os interesses coloniais preferiam negociar com camponeses, baseados na propriedade comunitária da terra (Iliffe, 1999).

CONCLUINDO.....

O que podemos perceber por tudo que foi exposto anteriormente é que, em diferentes níveis, houve uma relação colonial e que os africanos sempre estiveram presentes na gestão desse espaço colonial. Dessa forma, é fundamental ter-se em conta as estruturas políticas e econômicas africanas pré-existentes ao período de expansão do colonialismo.

Sem desconsiderar a importância do estudo das ideologias e das legislações coloniais, o que o estudo do colonialismo tem

apontado é para a importância de se analisar com maior precisão as tensões, as vivências e o embates coloniais ocorridos nos múltiplos espaços africanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIRMINGHAM, David. *The Portuguese conquest of Angola*. Oxford: Oxford University Press, 1965.

COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.27, p. 21-73, 2008.

COOPER, Frederick. “Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África”. In: *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COOPER, Frederick. *Plantation Slavery on the East Coast of Africa*. New Haven: Yale University Press, 1977.

DIKE, Kenneth Onwuka. *Trade and politics in the Niger Delta 1830-1885: An introduction to the economic and political history of Nigeria*. Oxford: Clarendon Press, 1956.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

ILIFFE, John. *Tanganyika under German Rule, 1905–1912*. New York: Cambridge University Press, 1969.

ISAACMAN, Allen F. *Mozambique: the africanization of a European Institution the Zambesi prazos 1750-1902*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1972.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1991.

KI-ZERBO, Joseph. *La pénétration coloniale française dans les pays de la Haute-Volta*. Université de Paris, Mémoire de Maîtrise, 1953.

LAWRANCE, Benjamin N.; OSBORN, Emily Lynn e ROBERTS, Richard L. (ed.) *Intermediaries, interpreters and clerks. African employees in the making of colonial Africa*. Wiscosin: The University of Wisconsin Press: 2006.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e civilizações. Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MACKENZIE, J. M. *A partilha da África 1880-1900*. São Paulo: Ática, 1994.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito. África contemporânea y el legado del colonialismo tardío*. México: Siglo Veintiuno, 1998.

MARZANO, Andrea; BITTENCOURT, Marcelo. *História da África*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013.

MOORMAN, Marissa. *Intonations. A social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Athens: Ohio University Press, 2008.

RANGER, Terence. "Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista". In: BOAHEN, A (Org). *História Geral da África. A África sob dominação colonial*. São Paulo: Ática / UNESCO, v.VII, 1991, pp. 51-72.

RANGER, Terence. *Revolt in Southern Rhodesia, 1896-7: A Study in African Resistance*. London: Heinemann 1967.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

VAIL, Leroy e WHITE, Landeg. "Formas de resistência: canções e noções de poder na colônia de Moçambique". In: *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, n.2, jun./dez. 1984.

PERGUNTAS E RESPOSTAS AO FINAL DA PALESTRA¹

Participante não identificada – Então a exploração do trabalhador no período colonial podia ser mais grave do que no período não colonial?

Sr. Marcelo Bittencourt (Prof. UFF-RJ) – Teoricamente sim. Os europeus querem colocar os africanos para trabalhar na própria África, mas os africanos têm acesso à terra. Como é possível obrigá-los a trabalhar para outros se eles têm acesso à terra? Usando o mecanismo da força e do imposto. A administração colonial cobra um imposto. Como é que o africano vai conseguir dinheiro para pagar esse imposto? Vendendo sua força de trabalho. Mas se ele não pagar o imposto? Aí ele vai para o trabalho obrigatório ou correcional, porque ele não pagou o imposto. Todas as experiências coloniais utilizaram do mesmo mecanismo, esse tripé entre trabalho, imposto e polícia.

O imposto em alguns casos era pago com parte da produção. Em outros, era pago a partir do salário. Do ponto de vista do africano, era importante ter um comprovante de sua situação de trabalhador em dia com o imposto, que podia ser uma caderneta dada pelo seu patrão ou pelo estado colonial. Isso o livrava do recrutamento obrigatório.

Para além disso, porque em muitos casos é interessante trabalhar na área colonial? Vender “espontaneamente” sua força de trabalho, e não arriscar o recrutamento obrigatório? Porque era possível conseguir salários mais altos, sobretudo no caso de trabalhadores que estavam, por exemplo, na África Austral, que

¹ Mantiveram-se algumas das perguntas e respostas realizadas ao final da palestra por estarem relacionadas diretamente ao tema abordado e por complementarem alguns aspectos tratados de forma muito rápida. Buscou-se ainda, manter o caráter didático que o evento comportou.

podiam trabalhar nas minas de ouro e diamante da África do Sul, onde se pagava mais do que em Moçambique, por exemplo. O trabalho migratório também tem de ser entendido como uma estratégia do africano de tentar vender sua força de trabalho. Além disso, ao receber um salário e, portanto, pagar o imposto, o africano deixa de estar vulnerável ao trabalho obrigatório, podendo estar um tempo com a família ao invés de ir para o trabalho forçado, obrigatório e, por vezes, em outra área colonial.

Participante não identificado – Essa lógica é um pouco como cativo da terra.

Sr. Marcelo Bittencourt (Prof. UFF-RJ) – Há muita proximidade com a historiografia da escravidão. Podemos nos remeter, por exemplo, ao caso do Congo Belga, hoje República Democrática do Congo. O rei Leopoldo da Bélgica consegue, no momento da expansão colonial no final do século XIX, aproveitar as sucessivas reuniões internacionais com vistas à expansão colonial sobre a África e se insinuar como um possível presidente vitalício do Reino Livre do Congo. As demais potências europeias acharam interessante a ideia, porque garantiria a livre navegação nos rios do Congo. Em certa medida, como França e Inglaterra estavam com muito receio da expansão alemã, que já tinha se consolidado no Tanganica e nos Camarões, e havia certo receio da ambição alemã sobre o Congo, tornou-se conveniente deixá-lo nas mãos do rei Leopoldo.

Esse seria o caso mais brutal de exploração colonial, voltada para a obtenção de marfim e sobretudo látex para a indústria da borracha nascente na Europa. Como os africanos eram obrigados a extrair borracha? Uma aldeia que não aceitasse a coleta do látex era totalmente destruída, como demonstração para as populações próximas daquela região. O segundo artifício era o sequestro

das mulheres, para obrigar os homens a irem para o interior da floresta. As mulheres só eram devolvidas após o retorno dos homens com determinada quantidade de látex. Por fim, as mutilações. É importante, para entender o processo, perceber que a área de produção vai cada vez mais para o interior. A força militar colonial era também africana e havia um certo receio disso. Por isso os militares belgas criaram esse sistema de mutilações. Para cada munção que os soldados deixassem de apresentar no retorno ao acampamento, deveriam trazer uma mão decepada. Assim demonstravam que a bala foi gasta para manter a exploração.

Eu vou terminar essa resposta lembrando do texto que citei ao longo da apresentação do Frederick Cooper, no qual ele afirma que, no final do século XIX, o discurso colonial inglês e francês alegava que os agentes do colonialismo estavam tentando tirar os africanos da escravidão. A curiosidade reside no fato de que, em determinadas áreas coloniais na Costa do Marfim, a presença colonial vai inibindo a prática da escravidão. Isso por um lado demonstra que os africanos estão atentos ao que está acontecendo. Eles sabem que a presença de tropa francesa e inglesa possibilita escapar, fugir da condição de escravo. No entanto, quando se olha para a figura do administrador colonial, que alegadamente tem a missão de acabar com a escravidão, defender os africanos contra suas chefias e seus senhores, implantar o trabalho assalariado livre, percebe-se que ele também está ali para comercializar café e cacau, produzido por africanos na condição de escravos de outros africanos. O que acontece? Ele tem um discurso colonial francês, que é o de acabar com a escravidão, e tenta ao máximo acabar com isso da forma mais óbvia possível: mudando a palavra que designa escravo. Essa é a primeira alteração que ele faz. O escravo que continuava escravo passa a ser cativo, não livre, até mesmo liberto.

Pelo lado africano, nem todos se interessaram pelo trabalho assalariado com remuneração mensal, queriam muitas vezes

pagamento em diárias; por jornada e não por mês. Por outro lado, continuavam tendo acesso à terra, mesmo quando escravos de outros africanos, enquanto a exploração colonial não permitia essa possibilidade. Vai-se gerando uma tensão e ao mesmo tempo uma negociação entre os trabalhadores africanos e esse estado colonial; os governos coloniais, a administração colonial; uma tensão e uma negociação de difícil resolução. Daí os poderes coloniais passarem a falar nas “peculiaridades do trabalhador africano”. O que facilitaria a defesa do trabalho forçado exercido por parte dos diferentes impérios coloniais.

Sobre isso, um interessante trabalho é o filme de Jean Rouch, *Jaguar*. Esse filme mostra a Costa do Ouro de meados dos anos de 1950, quando diferentes jovens migram do Níger para a Costa do Ouro para conquistar a cidade, ganhar dinheiro e voltar à sua terra natal. O filme é muito interessante por demonstrar o quanto o colonialismo afeta a vida dos africanos que, por sua vez, vão africanizando o colonialismo.

Participante não identificado – Gostaria de agradecer ao professor Marcelo. Acredito que todos tenham gostado muito da aula como eu. O cerimonial recomenda que quem está mediando não faça perguntas, mas eu não consigo resistir e vou quebrar o protocolo e fazer a primeira pergunta. Toda minha formação é do tempo da antiga historiografia que o professor mencionou e fiquei com uma pergunta na minha cabeça, uma vez que estudo a questão africana, a questão da escravidão no Brasil e o paralelo que o professor fez. É quase inevitável que eu faça a pergunta. Sempre aprendemos; pelo menos eu aprendi, na condição de um dos mais velhos na sala, que aquilo que o senhor chamou de adaptação e de novas maneiras de resistência; era visto como conciliar, se adaptar ao sistema colonialista e, no caso do Brasil, à escravidão. Minha pergunta é:

como a nova historiografia vê ou responde à acusação, mesmo na África, de que esses modos de adaptação mais ajudavam a perpetrar e a manter o colonialismo, assim como aqui manter a escravidão. Por exemplo, todos nós sabemos que o capitão do mato, na grande maioria das vezes, era negro. Claro que algumas vezes, ou em alguns momentos, ele tirou alguns negros de situações difíceis, salvou alguns de ter perdido a mão e a orelha. Daí a pergunta que gostaria que o professor nos elucidasse. Por que é criada uma classe intermediária que é preenchida, tanto no colonialismo quanto na escravidão? Aquela que a antiga historiografia diz que suavizava e criava a possibilidade de alguns negros ascenderem para uma classe intermediária e não criava a oportunidade para romper com o sistema de uma forma geral.

Sr. Marcelo Bittencourt (Prof. UFF-RJ) – Eu vou falar da parte africana. O pano de fundo da sua pergunta é: por que os africanos fizeram isso com outros africanos? Começo por dizer que os africanos, no início do século XX, não sabem que são africanos, eles o são para nós. Não existe ainda uma identidade continental, africana. O pan-africanismo ainda não chegou à África. Mesmo para o período da escravidão na África, o africano não escraviza o seu irmão, ele escraviza seu rival, seu oponente. Por que isso é importante? Porque há no Brasil, e não só no século XX e no XXI, um olhar racial. Levamos para outros tempos históricos a percepção racial que temos hoje. Dessa forma, não se pode querer que os africanos não escravizassem outros africanos, porque eles eram seus irmãos. Eram todos negros, escravizavam seus rivais. Um outro africano era rival porque morava em outra região e falava outra língua. Era rival porque era o “outro” e se distanciava do seu grupo. Essa percepção do período da escravidão na África deve ser levada em consideração quando se estuda o período colonial. Mas como alguns africanos vão negociar com os europeus? Vão

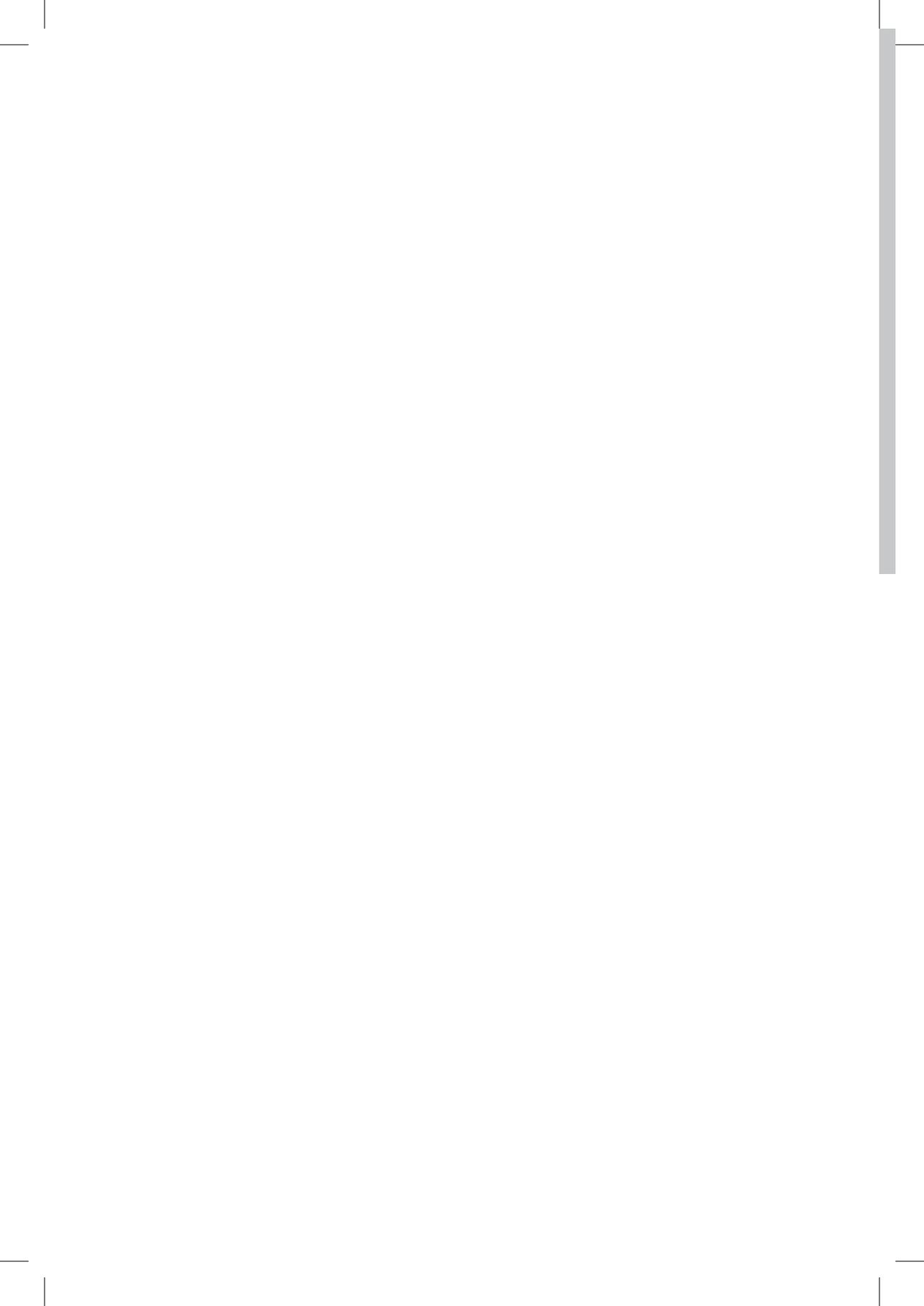
ser militares? Vão ser policiais? Vão trabalhar na administração colonial? Vão ser recrutadores de trabalhadores? Temos de pensar que a ordem mudou, iniciou-se uma nova ordem naquela região.

No período colonial novas possibilidades se abrem aos africanos que até então estavam suscetíveis ou mais suscetíveis que outros à escravidão. É importante pensar porque um jovem africano vai entrar numa força militar colonial. Ele é jovem e está na sua aldeia muito dependente dos homens mais velhos do grupo. Só que ao ingressar em um exército colonial, ganha uma arma, uma farda, um soldo e o espírito de corpo, uma certa respeitabilidade da força colonial. Passa assim a ter outra representação junto aos seus. Essa é uma das novidades dessa historiografia; é pensar mais nesse indivíduo. Pensar mais nos africanos, descolados dessa ideia racial.

Participante não identificada – Bom dia a todos. Gostei muito dessa perspectiva, vou fazer uma pergunta que não sei se poderá ser respondida, mas ficou uma curiosidade. Em relação à produção de subjetividade que começa a se adensar, qual é a escolha desse novo sujeito diante de uma nova ordem política e econômica? Como ela é subjetiva a ele? Fiquei pensando qual é o papel da religião nesse contexto, tanto de resistência como de colonização, uma vez que a questão do trabalho foi colocada de maneira muito forte. Como esse novo sujeito é desenhado?

Sr. Marcelo Bittencourt (Prof. UFF-RJ) – Foi uma ótima pergunta. A vivência da religião também é contraditória. A experiência colonial comporta diferentes experiências por parte dos africanos. Do ponto de vista da religião é a mesma coisa. É preciso fazer uma ponderação inicial. A partir do final do século XIX e início do século XX, começam os acordos internacionais entre as potências europeias para que as áreas coloniais sejam abertas às

missões cristãs. Portanto, mesmo sendo um país católico, Portugal tinha de ceder à presença de missões protestantes nas suas áreas coloniais. O inverso acontecia com a Inglaterra. Por que isso é importante? Porque gerou, desde muito cedo, no caso inglês, no caso português e no caso belga, a participação das missões cristãs, católicas e protestantes no ensino fundamental. Na França, o anticlericalismo era muito forte e a República Francesa defendia que a educação, mesmo na área colonial, era função do Estado. Para mencionar um caso mais conhecido, o primeiro presidente de Angola, Agostinho Neto, filho de pastor protestante, veio de missão protestante metodista. Holden Roberto, outro líder da luta pela independência de Angola, vinha de missão Batista, e Jonas Savimbi, da UNITA, vinha de missão protestante congregacional. Citei três missões protestantes para uma área colonial em princípio católica, portuguesa. Isso foi válido também para a costa oriental inglesa. A religião foi um canal de formação. É sempre complicado usar o termo elite para uma experiência colonial, então vamos chamar de segmentos intermediários africanos. Ou seja, a religião também foi um canal para uma vivência colonial diferenciada.



PAINEL 4
AS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS:
VIOLÊNCIA E DIVERSIDADE*

Marcelo Bittencourt

* Originalmente esse texto foi apresentado na forma de palestra para o painel “Descolonização”. O convite para a publicação implicou a revisão do material transcrito, buscando resolver problemas como marcas de oralidade, frases truncadas e omissão de referências, a fim de que o leitor possa melhor acompanhar os argumentos apresentados. Buscou-se, no entanto, manter seu caráter didático e introdutório ao tema.



INTRODUÇÃO

Ao olharmos para o mapa político do continente africano nos damos conta da complexidade de se construir uma perspectiva panorâmica para tratar do tema das independências. Diante desse desafio, a opção adotada foi a de elencar alguns temas que atravessam diferentes processos de descolonização, pontuando-os com exemplos específicos. Antes, porém, cabe fazer um alerta prévio no tocante a essa mirada continental. É fundamental perceber que, da mesma forma que o estudo do colonialismo tem deixado de lado uma lente de observação metropolitana, também as análises sobre os processos de luta pela independência na África têm buscado escapar a modelos ou padrões de embates anticoloniais de acordo com a potência imperial em questão.

DIVERSIDADE DE PROCESSOS

Alguns exemplos pontuais podem nos ajudar a esmiuçar essa questão. A Argélia e a Guiné-Conacri foram colonizadas pela mesma França, mas sofreram processos de colonização muito distintos e tiveram processos de independência também diferenciados. No caso argelino, uma longa guerra de libertação, entre 1954 e 1962, foi levada adiante pela *Front de Libération Nationale* (FLN) contra o domínio francês até que o governo de Charles De Gaulle passasse a discutir a independência argelina. Na Guiné-Conacri, o processo seguiu por outro trilha. No plebiscito de 1958, a Guiné, liderada pelo *Parti Démocratique Guinéen* (PDG), de Sekou Touré, decidiu

ficar de fora da proposta de uma comunidade francesa, o que levou à sua independência no mesmo ano.

O exemplo acima pretende reforçar a ideia de que olhar pela lente do colonizador pode turvar, quando não impedir, um entendimento mais aprofundado dos diferentes processos de independência ocorridos na África. Algo semelhante ao caso francês pode ser encontrado, por exemplo, para a experiência colonial inglesa. A Costa do Ouro, atual Gana, e o Quênia, foram colônias inglesas mas conheceram trajetórias muito diversas em sua caminhada para a independência. Na Costa do Ouro, na década de 1950, depois de uma luta de perfil sindical e partidário e após várias prisões, abre-se um período de negociação e, na sequência, a eleição de Kwame Nkrumah para o cargo de primeiro-ministro, após ter ficado preso por aproximadamente um ano. Em 1957 Nkrumah proclama a independência de Gana (Marzano e Bittencourt, 2013).

No Quênia, a mesma Inglaterra levaria adiante, ao longo dessa década de 1950, mais precisamente entre 1952 e 1956, uma guerra de grandes dimensões contra grupos regionais, que ficou conhecida como Guerra dos Mau-Mau e que vitimou um número enorme de africanos (os números oscilam entre 20 e 100 mil mortos), com milhares de execuções realizadas pelo exército colonial inglês. Jomo Kenyatta, jovem ativista da independência do Quênia que ficaria preso por aproximadamente sete anos, acusado de ser um dos articuladores da revolta kikuyu, só em 1963 proclamaria a independência do país (Anderson, 2005 e Elkins, 2005).

Os exemplos citados indicam que não é a ideologia colonial, o discurso do colonizador ou a sua forma de governo na metrópole que indicam o caminho a ser seguido pelo processo de independência. Uma vez mais é preciso olhar para o local e sua história, tempo e espaço, a fim de melhor entender a questão.

É importante, portanto, conhecer a colonização. Esse é um elemento que nos auxilia no entendimento da diversidade de experiências no processo de descolonização. Voltando aos exemplos acima, a Argélia tinha uma população de ascendência europeia, não muçulmana, de cerca de 1 milhão de pessoas, entre franceses (aproximadamente 700 mil), italianos e espanhóis. Na Guiné Conacri, o número de colonos brancos não ultrapassava os 10 mil. Evidentemente, esses dados ajudam a entender uma discrepância tão grande na estratégia francesa seguida em cada caso.

Todavia, tão importante quanto o número de colonos em cada caso é saber que na Guiné-Conacri a produção agrícola estava na mão dos africanos. Eles produziam e comercializavam os produtos, enquanto na Argélia, a produção, não só do petróleo e do gás, fundamentais para a França, mas também a gestão do território e mesmo de alguma indústria ligeira, estava nas mãos dos franceses. Isso é muito importante para entender os processos diferenciados de independência.

No caso do Quênia, oscilou entre 30 e 40 mil o número de colonos ingleses que estavam diretamente ligados à produção das culturas do café e do chá, os principais produtos da exploração colonial. Enquanto na Costa do Ouro a produção de cacau se encontrava nas mãos dos africanos (Iliffe, 1999).

O contexto, portanto, nos permite perceber as diferentes demandas dos colonos e as estratégias de ação dos africanos. O apelo pela permanência do colonialismo junto aos respectivos governos metropolitanos estará diretamente relacionado ao peso econômico e numérico dos colonos em cada colônia, influenciando a estratégia a ser seguida pelos impérios coloniais em relação aos diferentes processos de independência ocorridos na África.

É preciso considerar, ainda, que apesar da presença da ideia da negociação em diferentes processos de independência

no continente, de forma alguma tal negociação resultou de uma pré-disposição da parte dos impérios europeus para uma independência totalmente pacífica. O fato de a grande maioria dos processos de descolonização ocorridos na África não conhecerem uma luta de tipo militar, de guerrilha prolongada, que só ocorreu nos casos de Angola, Argélia, Guiné Bissau e Moçambique, não significou a ausência de luta política, greves, manifestações, prisões e assassinatos. Nenhuma experiência colonial acabou sem que existisse pressão para tal por parte dos colonizados (M'Bokolo, 2007).

É possível pensar um sentido geográfico da onda das independências no continente africano, ainda que tal perspectiva aumente a altura do sobrevoado proposto, dificultando o aprimorar do foco. Esse sentido seria na direção do Norte para o Sul.

A movimentação no Norte e as conquistas começam já no início dos anos de 1950, com a Líbia em 1952, que conquista sua independência já não mais da combalida Itália, após sua derrota na Segunda Guerra Mundial, mas de representantes ingleses e franceses. Seria seguida por Marrocos e Tunísia em 1956, essas até então sob o controle francês.

Na África Ocidental, tanto as colônias britânicas da Costa do Ouro (atual Gana), Nigéria, Serra Leoa e Gâmbia, como as colônias francesas do Senegal, Mali, Guiné, Costa do Marfim, Níger, Alto Volta (atual Burkina Faso) e Benin passaram a conhecer o sistema de eleição de representantes para os governos coloniais. Esse embrião de vida eleitoral foi responsável pelo surgimento de organizações políticas, sobretudo partidos políticos que acabariam funcionando como canais de comunicação com a metrópole, o que não impediu o combate recorrente às greves e manifestações dos trabalhadores africanos por parte das autoridades coloniais, assim como o uso das prisões como forma de pressão e desmobilização

das lideranças políticas africanas. Todavia, entre 1957 e 1960 todas essas colônias alcançariam suas independências.

No Congo Léopoldville, a pressão exercida pelos trabalhadores africanos por melhores salários e condições de vida, ao longo dos anos 1950, acabou sendo canalizada por sindicatos e movimentos políticos para o desejo de independência. A ausência de um sistema representativo nos moldes existentes nas colônias francesas e inglesas da África Ocidental dificultou o aparecimento de lideranças africanas nacionais. Em 1959 os boicotes dos africanos avançaram para as greves e na sequência para alguns levantes localizados. Após uma série de prisões e a manutenção do clima de contestação, o governo belga acolheu a reivindicação de eleições, tentando manter o controle administrativo e militar. O partido de Patrice Lumumba saiu vencedor e a independência foi proclamada em 30 de junho de 1960, atrapalhando os planos do governo belga e das empresas mineradoras que atuavam na região mais ao sul do país (Ilfie, 1999).

Na África Oriental as independências, à exceção do caso moçambicano, ocorreriam entre 1960 e 1965. A região possuía a peculiaridade de reunir muitas colônias britânicas, o que certamente pesou para um efeito em série, sendo que esse seria influenciado decisivamente pelos acontecimentos no Quênia, com a já citada Guerra dos Mau Mau.

Na parte central do lado oriental do continente, as colônias inglesas que formavam a *Central African Federation* também conheceram a violência da repressão das forças policiais inglesas aos protestos dos africanos. As autoridades coloniais inglesas atenderam enquanto puderam ao clamor dos colonos envolvidos na exploração mineira e agrícola. Foi necessária uma fase mais aguda de desobediência civil, encampada por partidos políticos

com crescente penetração popular, para que tivessem lugar as independências do Malauí e da Zâmbia, antiga Rodésia do Norte.

A Rodésia do Sul, atual Zimbábue, declarou sua independência em 1965, ainda que controlada pelos colonos brancos. Enfrentou uma longa guerrilha que forçou a negociação com o governo racista em 1979, abrindo espaço para as eleições que promoveram a vitória da *Zimbabwe African National Union (ZANU)*, de Robert Mugabe (Ilfte, 1999).

Nas colônias portuguesas, onde não se construiu qualquer cenário de liberdade política, os movimentos de libertação conquistaram espaço por meio de lutas de libertação nacional. Em Angola, os combates tiveram início em 1961; na Guiné Bissau, em 1963; e em Moçambique, em 1964. Angola teve a presença de três movimentos de libertação: Frente Nacional pela Libertação de Angola (FNLA), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e União Nacional para a Libertação Total de Angola (UNITA). A independência, em 1975, conduziu ao poder o MPLA, apoiado pela União Soviética e por Cuba, dando origem a uma longa guerra civil com a UNITA, que naquele contexto de guerra fria passou a ser apoiada pela África do Sul, representando as forças capitalistas.

Em Moçambique, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), formada em 1962, libertou grande parte do Norte da colônia e estava prestes a libertar o centro quando ocorreu, em 1974, a Revolução dos Cravos em Portugal, que derrubou o regime salazarista, conduzido à altura por Marcelo Caetano. A ação dos militares portugueses foi motivada em grande parte pelo cansaço do exército com as guerras coloniais. A FRELIMO assumiu o poder em Moçambique em 1975. Seguiu-se uma longa guerra civil, opondo a FRELIMO à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), um movimento criado pelo governo da Rodésia e posteriormente

apoiado pela África do Sul do Apartheid para desestabilizar o projeto socialista defendido pela FRELIMO e minar seu apoio às guerrilhas da ZANU e do *African National Congress* (ANC).

As negociações para a paz na África Austral, em especial os conflitos envolvendo Angola e Moçambique de um lado e de outro a África do Sul, que suportava as guerrilhas que atuavam naqueles países, respectivamente UNITA e RENAMO, abriram espaço para a última independência ocorrida na região, a do sudoeste africano, atual Namíbia, em 1990.

A diversidade dos processos, brevemente apresentada, nos leva a refletir sobre o uso dos termos descolonização e independência, já que estes tendem a sugerir uma certa unidade, ainda que englobem, por vezes, dependendo da perspectiva adotada, países tanto da Ásia quanto da África, dada a proximidade temporal do fenômeno envolvendo os dois continentes no pós-Segunda Guerra Mundial.

Dessa forma, tais termos precisam ser ponderados pela reflexão quanto às diferentes formas de luta, quer da parte dos colonizados quer da parte dos colonizadores, que podem ser encontradas nos diversos exemplos asiáticos e africanos. Além disso, conquistar a independência e descolonizar também foi estabelecer novas leis em substituição às coloniais, definir quem podia ou não ser cidadão, em suma, dar os passos iniciais e por isso mesmo decisivos para a criação de um país. Ou seja, uma vez mais o que se impõe é a importância da delimitação do caso em discussão e a profundidade com que se pretende analisá-lo (Pereira, 1978).

A CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS INDEPENDENTISTAS

As manifestações iniciais em busca de mudanças e até mesmo do fim dos regimes coloniais, ocorridas no continente africano, especialmente no período entre as duas Guerras Mundiais, não

assumiram um perfil nacional. Seus projetos de ordem política e cultural possuíam um horizonte muito amplo quanto às ideias do que era a África e os africanos, como seriam os casos do pan-africanismo e da negritude.

O pan-africanismo, termo cunhado por intelectuais negros das Américas e do Caribe que lutavam por direitos civis na segunda metade do século XIX, chegaria à África através de estudantes africanos que na Europa tomaram contato com tal ideia. Teria, desde o início, uma conotação política, de busca de melhoria das condições de vida dos africanos submetidos ao colonialismo e de igualdade de direitos. Acabaria tendo maior penetração nas colônias de língua inglesa e assumiria, já nos anos de 1940, a defesa de que a libertação dos africanos deveria ser um fenômeno continental. Um dos seus principais expoentes, Kwame N'Krumah, líder da independência de Gana, resumiu esse projeto ao afirmar ser necessária a criação ou dos Estados Unidos da África ou da União das Repúblicas Socialistas Africanas para dar conta do sentido de unidade que deveria presidir a relação entre os diferentes povos africanos.

A negritude, por sua vez, teve maior impacto nas colônias francesas, estando relacionada, de início, à atividade literária. Seu desdobramento foi no sentido de construir uma identidade comum para os africanos e afrodescendentes, capaz de alimentar uma coesão cultural necessária à luta política. Sua politização, no entanto, ficaria limitada a esse terreno da valorização do negro, não chegando a propor projetos de independência e unificação política como o pan-africanismo (Pereira, 1978).

As duas correntes de pensamento, pan-africanismo e negritude, foram indiscutivelmente uma base fundamental de reivindicação política, contribuindo decisivamente para a crítica contundente à permanência do projeto colonial no continente

africano. Além disso, consistiram num terreno propício para germinar novas lideranças políticas. Todavia, acabaram ultrapassadas pela eclosão dos projetos nacionalistas. Os movimentos de libertação, os partidos políticos e as guerrilhas vitoriosas na luta pela independência na África assumiram faces nacionais. Qualquer que tenha sido o processo de descolonização, esse assumiu um formato limitado às fronteiras coloniais.

Outras organizações políticas, sindicais e estudantis de amplitude regional também seriam suplantadas pelas lutas de caráter nacional, como foram os casos do *National Congress of British West África*, das elites comerciais e profissionais da Costa do Ouro, Nigéria, Serra Leoa e Gâmbia, e do *Rassemblement Démocratique Africain*, um grande partido que reunia jovens universitários e comerciantes das colônias francesas na África Ocidental, além de Camarões, Congo Brazzaville e Gabão. Ou, ainda, da *West African Students Union*, que representava muitos jovens africanos de diferentes colônias inglesas (Benot, 1980).

Passada a fase regional, a reivindicação assumiu um formato nacionalista, encampado em grande parte dos casos por lideranças africanas que tinham maior proximidade ao colonialismo, viviam nas cidades e possuíam algum grau de instrução formal. Também as regiões mineiras do interior, que tinham sindicatos, foram fundamentais para o avanço dos movimentos de independência.

Muitos partidos surgiram em função da abertura política promovida pela França e pela Inglaterra na sequência do desfecho da Segunda Guerra, mas não foram todas as suas colônias que conheceram a liberdade de criar organizações políticas e sindicatos. A atuação legislativa ao nível das colônias reforçaria as reivindicações de cunho nacional. O nacionalismo urbano chegaria também ao campo, essencialmente através do comércio. Muitos fazendeiros africanos tinham contatos nas cidades e se preocupavam com as

políticas comerciais traçadas pelos governos. Em alguns casos acabaram sendo vitais para o avanço do nacionalismo nas zonas rurais (Cooper, 2005).

A alteração na forma de reivindicação por parte dos africanos, assumindo cores nacionais, implicou que os africanos construíssem previamente uma ideia de nação, para na sequência lutar pela sua independência. Esse processo foi desenvolvido a partir da noção de território construída ou moldada pelo colonialismo. Angolanos, quenianos, senegaleses, entre outros, passam a se pensar enquanto tais e a reivindicar essas nacionalidades e identidades, em certo desdobramento do processo colonial. Evidentemente, os mais próximos ao colonialismo ou às instâncias coloniais foram os mais suscetíveis a apostar nesse novo ideal (Iliffe, 1999).

Os que viviam mais distantes do controle colonial, das cidades, da exploração mais brutal no cotidiano do trabalho, também tiveram maior dificuldade de se fazerem representar nas organizações políticas de perfil nacional. Suas ações, mesmo que pautadas pela luta anticolonial, ainda que nem sempre com um projeto nacional, foram combatidas, em muitos casos, tanto pelas autoridades coloniais como pelas lideranças nacionalistas. Tal processo demonstra que muitos dos jovens países africanos nascem divididos (Mamdani, 1998).

O CONTEXTO INTERNACIONAL

Mantendo a arriscada perspectiva panorâmica de abordagem das independências africanas, é preciso ter em conta que elas ocorreram num contexto pós Segunda Guerra, de crescente tensão entre os EUA e a URSS, que daria lugar à chamada Guerra Fria. No entanto, as participações mais efetivas dos Estados Unidos e da União Soviética nos diferentes embates africanos foram mais evidentes apenas nos últimos anos da década de 1950. Afinal,

os Estados Unidos valorizavam as suas alianças com a OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o que vinculava suas ações internacionais aos interesses das potências ocidentais europeias, detentoras das colônias africanas. A União Soviética, por sua vez, apostava sobretudo nos processos políticos que eram liderados por partidos comunistas que estabelecessem alianças com o PCUS, o que nem sempre foi o caminho seguido pelas lutas de independência no continente africano.

Por outro lado, as tentativas de criação de um caminho “neutro”, ou pelo menos não diretamente vinculado a qualquer um dos lados em conflito, EUA e URSS, que levaria à formação do bloco dos “não alinhados”, surtiu impacto nas forças políticas africanas que lutavam pelas independências. A participação das nações africanas já independentes na Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 1955, como seriam os casos da Líbia, do Egito, da Etiópia e da Libéria, e de dois observadores em vias de conquistar suas independências, Gana e Sudão, repercutiu no continente. Ainda que tal participação não tenha se desdobrado em apoios efetivos de maior envergadura do ponto de vista militar e econômico às diferentes lutas independentistas em curso na África, gerou uma importante caixa de ressonância internacional para esses projetos. Nesse sentido, é a própria mobilização dos africanos que se constitui no principal motor das lutas pelas independências. Os apoios internacionais tenderam a surgir *a posteriori*, na sequência das ações africanas e como resultado de um movimento independentista aparentemente incontornável no continente (Iliffe, 1999).

Não obstante essa efervescência africana, o cenário internacional de crescente bipolarização acabaria por criar repercussões no continente. A Guerra Fria não será o único elemento explicativo para entender o surgimento de dois grupos de países africanos,

já independentes, e que ficariam conhecidos como os grupos de Casablanca e Monróvia, mas ajuda na sua inteligibilidade.

É preciso lembrar que só no ano de 1960, 18 países africanos proclamaram suas independências, somando-se aos dez já existentes, o que fez surgir também diversidade de projetos governamentais, políticos, econômicos e continentais entre eles.

Nesse sentido, o grupo de Casablanca, defendia a ideia de se avançar para uma unidade africana, política e econômica. Nele destacavam-se Gana, Mali, Guiné-Conakry, República Árabe Unida (Egito) e Marrocos. Recebera esse nome por ter sido na cidade marroquina que decorreria, entre os dias 4 e 7 de janeiro de 1961, a conferência decisiva para a explicitação de seus objetivos. Outro ponto importante em suas declarações dizia respeito ao apoio explícito à luta de libertação que ainda era travada em diferentes colônias no continente. Tais posturas lhe renderiam a designação de radicais, e sua opção ou simpatia pelo socialismo acabaria por reforçar essa imagem.

O grupo de Monróvia, capitaneado por Senegal, Costa do Marfim e Libéria, recebera esse nome por ter sido na capital liberiana a reunião mais importante na definição de suas perspectivas, ocorrida entre os dias 8 e 10 de maio de 1961. Considerado por muitos autores como um bloco mais conservador, esse segundo grupo, também chamado de “moderado”, era oposto a qualquer intervenção direta ou indireta nos assuntos internos dos Estados africanos recém independentes e, conseqüentemente, contrário a qualquer ideia de unificação continental. Defendia a solidariedade política entre os países africanos e não a integração de Estados soberanos.

Ambos os blocos seriam suplantados, ainda que tão somente numa perspectiva formal, já que as divergências políticas permaneceriam por muito mais tempo, pelo nascimento da Organização

da Unidade Africana (OUA), ocorrido na conferência de Adis-Abeba entre os dias 22 e 26 de maio de 1963. A OUA se definiria nitidamente como uma organização de Estados. Sua criação é, portanto, o princípio do fim da ideia de unificação total no continente, o que se traduz na aprovação de uma proposta de não ingerência nos assuntos internos dos Estados-membros, muito próxima da defendida pelo grupo de Monróvia. Em contrapartida, adiciona-se aos propósitos da OUA a erradicação de todas as formas de colonialismo do continente, uma das principais bandeiras do grupo de Casablanca (Benot, 1980).

Uma outra decisão fundamental da conferência de Adis Abeba seria a de que os Estados africanos deveriam respeitar as fronteiras territoriais legadas pela colonização. De acordo com a compreensão dos países participantes, mesmo sendo arbitrárias, elas já estavam estabelecidas, e qualquer alteração possível ou desejável se transformaria em um perigoso risco de conflito.

OS PROJETOS NACIONALISTAS DO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Obtida a libertação, as novas nações africanas teriam que defrontar com um cenário internacional pouco amistoso, engessado pela bipolarização do mundo. No plano interno, os jovens países africanos acusavam falta de crédito, de capacidade de endividamento, de recursos humanos, medicamentos e alimentos. Na ausência de ajudas caridosas e desinteressadas, iria prevalecer o duro jogo das alianças político-econômicas, comandadas pelo desejo da exclusividade.

Esse contexto de múltiplas tensões ajudou a impulsionar as novas elites políticas africanas a buscarem projetos de desenvolvimento para seus países recém independentes, fossem de orientação capitalista, fossem socialistas. O fundamental é que tais projetos alimentassem o sonho de potencialização de

suas economias. Não se questionavam as ideias de progresso e desenvolvimento, muito menos o custo social e político para implementá-las. A opção mais comum para pavimentar esse caminho seria a do partido único, sem alternância prevista ou partilha do poder, assegurando-lhes um eficaz mecanismo de preservação dos seus respectivos regimes. Externamente, era importante a consagração de uma aliança sólida com alguma potência internacional europeia, muitas vezes o antigo colonizador, quando não os EUA ou a URSS (Iliffe, 1999).

Cria-se um descompasso entre uma visão desenvolvimentista redentora e acelerada e as experiências rurais da grande maioria dos africanos, vinculadas às práticas locais, quando muito regionais. O resultado desse embate agudizou a leitura construída pelos movimentos de libertação, detentores de um discurso nacionalista, que tenderam a desvalorizar os defensores das autonomias e das lógicas sociais locais, que passaram a ser acusados de serem étnicos, conservadores, tribais. Era a hora e a vez dos *slogans* do tipo “abaixo a tribo, viva a nação”. Tal cenário tornou ainda mais complexo o processo político em curso de construção do Estado-Nação. O que se seguiu foi uma sequência de conflitos internos e golpes de Estado que tiveram lugar no continente nas décadas de 1960 e 1970 (Bayart, 1999).

O respeito às fronteiras construídas e deixadas pelos colonizadores, com o argumento de que uma única mudança poderia deslanchar um efeito dominó de consequências imprevisíveis em virtude do complexo e controverso mapa étnico existente na África, assegurava, paralelamente, a manutenção da vitória dos novos poderes que haviam conquistado a independência (Marzano e Bittencourt, 2013).

Entretanto, os diferentes países recém-independentes não se mostraram próximos apenas na busca do desenvolvimento.

O passado colonial deixara marcas profundas na sua estrutura de produção. Suas economias, construídas para a exportação de matérias-primas, agrícolas e minerais, tinham grande dificuldade, mesmo quando estimuladas pelos novos projetos, em escapar a tal armadilha. A diretriz básica continuaria sendo a expansão da produção para exportação, num formato muito parecido com o do empreendimento colonial (Arrighi, 2002).

CONCLUINDO....

O balanço do imediato pós-independência no continente demonstra que quase todos os países passaram por experiências ditatoriais, à esquerda ou à direita, com partidos únicos, perseguições políticas, forte apoio do exército e muitos conflitos localizados. Golpes de estado e guerras civis também tiveram largo espaço no continente, frustrando os discursos mobilizadores da ideia de conquista da independência como primeiro passo para a melhoria de vida das populações.

A crise econômica que atingiu o continente de forma generalizada nas décadas de 1970 e 1980 permite especular o quanto ela foi fruto de lógicas econômicas que extrapolaram as possibilidades de ação dos dirigentes africanos, o que não os exime das críticas quanto às opções tomadas, responsáveis pelo maior ou menor impacto da crise sobre a vida dos seus povos (Arrighi, 2002).

Foi preciso esperar pelos anos de 1990, com o fim do Apartheid e a inauguração do multipartidarismo em vários países africanos, para que uma nova onda de otimismo, tal como nos anos de luta contra o colonialismo e de conquista das tão sonhadas independências, voltasse a tocar o continente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). *Pelos meandros da etnia. Etnias, tribalismo e estado na África*. Lisboa: Pedagogo/Mulemba, 2014.

ANDERSON, David. *Histories of the Hanged: The Dirty War in Kenya and the End of Empire*. London: Weidenfeld & Nicolson, 2005.

ARRIGHI, Giovanni. *La crisis africana. Aspectos derivados del sistema-mundo y aspectos regionales*. 2002. In: <http://www.uruguaypiensa.org.uy/imgnoticias/897.pdf>

BAYART, Jean François. *El estado en África. La política del vientre*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 1999.

BENOT, Yves. *Ideologias das independências africanas*. Lisboa: Sá da Costa, 1980. 2 Volumes.

BOAHEN, A ADU (Coord.). *História Geral da África. A África sob dominação colonial*. São Paulo: Ática / UNESCO, v.VII, 1991.

COOPER, Frederick. "Condições análogas à escravidão: imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África". In: *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COOPER, Frederick. "Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África". In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.27, p. 21-73, 2008.

ELKINS, Caroline. *Imperial Reckoning: The Untold Story of Britain's Gulag in Kenya*. New York: Henry Holt and Company, 2005.

ILIFFE, John. *Os africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra. História e civilizações. Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MAMDANI, Mahmood. *Ciudadano y súbdito. África contemporânea y el legado del colonialismo tardío*. México: SigloVeintiuno, 1998.

MARZANO, Andrea; BITTENCOURT, Marcelo. *História da África*. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2013.

PEREIRA, José Maria Nunes. Colonialismo, Racismo, Descolonização. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.º 2, maio - agosto de 1978, p. 16-29.

PERGUNTAS E RESPOSTAS AO FINAL DA PALESTRA¹

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Mais uma vez agradeço ao professor, realmente eu percebo que a gente acertou em colocar as duas aulas juntas, colonialismo e descolonização. Ficou realmente brilhante a apresentação. Eu vou abrir para duas perguntas. Os dois primeiros serão os dois únicos, se o professor concordar. A gente ouve as duas perguntas e o senhor aborda as duas de uma vez.

Participante não identificada (1) – Boa tarde. Eu sou um pouco leiga no assunto, então qualquer termo que eu usar errado, me desculpa. Você falou de como a descolonização começou na Ásia e eu queria saber quanto pesa o caráter étnico na descolonização tanto na Ásia como na África.

Participante não identificado (2) – Nossa imprensa é terrível, porque quando eles falam do Zimbábue, quando falam da Líbia, chamam de ditador mesmo que ele tenha sido eleito, não importa, é ditador. Por que não está na nossa lógica e a gente acaba

¹ Manteve-se algumas das perguntas e respostas realizadas ao final da palestra por estarem relacionadas diretamente ao tema abordado e por complementarem alguns aspectos tratados de forma muito rápida. Buscou-se ainda, manter o caráter didático e introdutório que o evento comportou.

aprendendo dessa forma? A imprensa tem um serviço muito grande nessa parte?

Sr. Marcelo Bittencourt (Prof. UFF-RJ) – Primeiro sobre o fator étnico. Eu estive aqui dando essas duas aulas e falei muito pouco de etnia e de etnicidade. Eu gosto muito do trabalho do Amselle e do M'Bokolo, um livro organizado por eles em 1985, que recentemente foi editado em português com o nome de *Pelos meandros da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*. Os autores que participam daquele livro defendem que determinadas etnicidades ou filiações étnicas foram criadas durante a presença colonial, enquanto outras foram reforçadas durante aquela presença. O mais interessante é perceber que o processo de elaboração da representação de muitos grupos étnicos, definindo e sistematizando suas práticas e o que os diferencia dos demais grupos da região, contou com o auxílio das autoridades coloniais, religiosas, administrativas e militares, além, é claro, de alguns africanos que, dominando os meandros do poder colonial, se apresentavam como portadores de determinada identidade local.

Da mesma forma o processo de sistematização de algumas línguas contou com o esforço de muitos missionários europeus que participaram do exercício de expandir línguas com um maior número de falantes sobre grupos menos numerosos, facilitando dessa forma o processo de evangelização.

Esse é um mecanismo de criação de uma uniformidade linguística e ao mesmo tempo de fortalecimento de uma determinada identidade étnica. Isso foi feito só pelos pastores protestantes que evangelizavam nas línguas locais? Não, foi feito por diferentes esferas do poder colonial que tinham muita dificuldade em se relacionar com as múltiplas identidades e línguas africanas. Esse seria o caso também dos exércitos coloniais compostos por tropas africanas de diferentes regiões.

Mas isso quer dizer que não existe rivalidade étnica? Que todas as guerras travadas em função desses embates identitários foram criadas pela mídia? Não, quer dizer que também as identidades devem ser analisadas historicamente, também elas sofrem a ação do tempo e das mudanças de interpretação daqueles que lhe dão vida. Várias dessas identidades existiam anteriormente à presença colonial, mas não necessariamente eram conflituosas, até porque poderiam nem ter uma grande proximidade.

O caso de Ruanda, em função do genocídio acontecido em 1994 naquele país, pode nos ajudar nessa exemplificação. Hutus e tutsis conviveram durante muito tempo naquela região, antes da presença alemã e da presença belga. Tinham divergências e particularidades, que redundavam em diferenças quanto à concentração populacional, quer na área montanhosa, quer na planície, ou ainda no que dizia respeito à produção agrícola e pecuária, mas nada que os impedisse de compartilhar aspectos religiosos e a mesma língua. Não houve impedimento, por exemplo, para casamentos entre hutus e tutsis. Aliás, sobre isso, quase todos os filmes sobre o genocídio do Ruanda valorizam esse ponto. Há sempre um casal formado por um homem e uma mulher, tutsi e hutu.

Todavia, a presença alemã e, posteriormente, a colonização belga, fortaleceram as diferenças, destacaram as particularidades e construíram um processo de hierarquização social num rígido ambiente colonial. Parte dos tutsis passaram a ser privilegiados na administração e no exército, ficando mais próximos da colonização, obtendo melhor formação. Com a independência, eles se apresentaram como uma elite letrada e com maiores conhecimentos técnicos para comandar as principais esferas governamentais.

Ou seja, nesse caso, não podemos deixar de reconhecer que existe um sentimento de pertença diferenciado, anterior ao colonialismo, mas ele também precisa ser analisado como tendo sido alterado pela presença colonial.

Quanto à segunda pergunta, vou tentar respondê-la no prolongamento da parte final da resposta a essa primeira, sobre o fator étnico.

Voltando ao tema da etnia, vou me debruçar agora sobre o caso angolano. Também em Angola o colonialismo intensifica os contatos entre diferentes grupos étnicos. Para situarmos os mais conhecidos e também mais numerosos, podemos nos concentrar em três regiões. No Norte de Angola há uma área Bakongo, de falantes da língua Kikongo. Outra mais ao centro de Mbundus, falantes da língua Kimbundu, enquanto no Centro-Sul se destacam os Ovimbundu, falantes do Umbundu.

Vale aqui um parêntese para comentar que muitos antropólogos e historiadores usam o termo etnolinguístico, pois é comum a troca entre os termos que designam os povos e os que nomeiam as línguas para dar conta desses diferentes grupos.

Voltando à nossa resposta, os Bakongo do Norte de Angola tinham pouco contato com os Ovimbundu do planalto, na região Centro-Sul da colônia.

No entanto, a partir dos anos de 1940 começou a se intensificar o processo de expropriação colonial de terras, sobretudo nas áreas ricas para o plantio do café na região Norte da colônia, levando a um processo de fuga dos Bakongo para a colônia do Congo, situada mais ao norte e sob controle Belga. Em seguida, as autoridades coloniais portuguesas começam um regime de migração forçada de trabalhadores Ovimbundu para trabalhar nessas fazendas de café.

Quando se inicia a insurreição armada por parte da União das Populações de Angola (UPA), em 15 de março de 1961,

posteriormente transformada em Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que é de base Bakongo, entre as vítimas vão estar colonos portugueses, mas também muitos trabalhadores Ovimbundu. Ou seja, estes últimos foram associados àqueles que expropriaram as terras dos Bakongo.

Criou-se uma nova tensão étnica. A rivalidade foi em parte controlada pela aliança construída entre o líder da UPA, Holden Roberto, e um jovem líder Ovimbundu, Jonas Savimbi, ainda que o acordo entre as duas lideranças tenha durado pouco tempo. Quando Jonas Savimbi abandona a FNLA, acusa o movimento de ser uma organização de base étnica, que só valorizava os Bakongo, deixando de lado as demais etnias.

Por fim, tentando ligar a questão da etnia com a pergunta sobre a imprensa, eu diria que a presença do componente étnico na política angolana no pós-independência oscilou muito, mas nunca deixou de ser considerada para a montagem dos grupos de poder existentes nos diferentes partidos, por exemplo.

Quando da prolongada Guerra Civil que Angola enfrentou entre 1975 e 2002, a imprensa internacional fez uma leitura quase sempre colada a uma suposta grade étnica, que apresentava o governo capitaneado pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) como sendo de base Mbundu, enquanto a guerrilha da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) defenderia os interesses dos Ovimbundu.

A leitura de base étnica se encaixava nos estereótipos existentes em relação à política na África, além de parecer possuir um argumento inquestionável, já que “eles” guerreavam porque “eles eram” assim. A superficialidade da explicação casava bem com a ligeireza das matérias jornalísticas.

Todavia, era uma guerra civil. Como elencar os demais angolanos que não se encaixavam nas rubricas de Mbundu e

Ovimbundu? Mais ainda, como explicar que aproximadamente 40% da tropa do exército governamental fosse composta por Ovimbundu? Em se tratando de uma guerra tão prolongada, que destruiu violentamente as infraestruturas do país cortando pontos de contato entre diferentes partes do território, e na qual a Unita conseguiu estabelecer diferentes áreas sob seu controle, o recrutamento militar obrigatório não parece ser dos elementos mais importantes para explicar essa composição do exército governamental.

O que podemos afirmar é que não existe uma perfeita sobreposição entre vínculos de ordem étnica e partido político no caso angolano, ainda que a imprensa internacional tenha a tendência, de forma recorrente, a “usar” da explicação étnica para entender os mais variados embates políticos existentes no país.

PAINEL 5
A DIÁSPORA AFRICANA:
AS INFLUÊNCIAS CULTURAIS DA
ÁFRICA NO BRASIL E NO MUNDO

Monica Lima



Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Boa tarde, senhoras e senhores. Dando continuidade ao Seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento da África do Itamaraty, com o apoio do Instituto Rio Branco, informo que a próxima palestra tem como tema “A diáspora africana: as influências culturais da África no Brasil e no mundo”. A palestra será ministrada pela doutora Monica Lima. A professora leciona atualmente no Instituto de História da UFRJ; é doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense com tese em História da África; tem longa experiência docente atuando desde 1992 com ensino da História da África em cursos de graduação e pós-graduação; realizou pesquisas em arquivos de centros de documentação na África, em Angola, no Senegal, na França e no Brasil; publicou recentemente os livros *África Antes dos Portugueses*, em coautoria com o embaixador Alberto da Costa e Silva, e *As Heranças Africanas no Brasil*. Recordamos que o conteúdo da palestra é de responsabilidade dos palestrantes e não reflete necessariamente a posição oficial do Ministério de Relações Exteriores. Passo a palavra para a professora Monica Lima.

Sra. Monica Lima (Profa. UFRJ) – É um prazer enorme estar aqui. Agradeço o convite que me foi feito; é sempre bom encontrar uma audiência interessada e disposta a refletir e a discutir aspectos da história africana, sobretudo aqueles que se relacionam com a história e a formação do nosso país. É nesse sentido que a minha fala se encaminha. É claro que junto desses objetivos centrais

da fala, de compartilhar experiências e reflexões, existe também uma história de pesquisa, de experiência em arquivos, em centros de documentação no continente africano, bem como uma longa história de docência, passando por diferentes níveis de ensino que acompanham sempre minha grande e central preocupação: os desdobramentos dos conhecimentos, a disseminação dos conhecimentos sobre a história da África e os africanos do Brasil na educação básica brasileira. Também acompanha minha postura histórica de estudos e de pesquisas, algo que não faz parte do estrito campo acadêmico, mas dá sentido a esse tema que vamos tratar hoje, que é a luta contra o racismo em todas as suas formas. Depois de uma longa trajetória de estudos e pesquisas sobre o tema, reconheço e sei que não se podem separar os dois campos. Não se ensina, não se estuda e não se pesquisa história da África sendo brasileiro e no Brasil, não se faz isso sem estar lidando, tratando a questão do racismo na sociedade brasileira. Esse racismo, que também é um racismo epistemológico no campo acadêmico, esse racismo que também se expressa de diferentes formas, das maneiras pelas quais os conhecimentos sobre a história africana são disseminados e reconhecidos. Portanto, é desse ponto de partida que, de minhas reflexões, ideias e informações, inserem-se minhas considerações. Eu trouxe um texto, vou tentar lê-lo, comentando. Eu o trouxe justamente para não me perder. Ele será distribuído, da mesma forma que essa palestra, mas é importante nesse momento guiar a fala com o texto, justamente porque são tantas as ideias, tantos os aspectos a serem tratados, que se eu não me ativer a algo escrito e fechado, fatalmente me perderei, e como ideias vêm atrás de outras ideias, algumas fogem do controle e vão buscar outros campos. Preferi então trazer o trabalho escrito. E seguramente conversaremos na hora das perguntas de forma mais livre. Enfim, também trouxe uma apresentação de *slides* que pretendo que funcionem ao final como uma síntese do que foi dito;

não só como uma síntese, mas um tanto como provocação para que possamos discutir aquilo que espero se encaminhe em termos de reflexões sobre o tema.

Mais uma vez agradeço a presença de vocês. Começo expondo os fundamentos históricos das heranças africanas, porque, por um dever de ofício ou por um vício do ofício, não é possível falar sobre influências culturais africanas no Brasil, das sociedades africanas, das africanas e dos africanos no Brasil, sem observar a longa história. Vou mencionar alguns aspectos: para entender melhor as heranças e contribuições africanas em nossa identidade e na formação do Brasil contemporâneo, há que se olhar para a história dos nossos ancestrais. Ela evidencia que muitos povos da África tinham longa história de contatos com outros povos e culturas antes de se encontrarem com os europeus no litoral atlântico no século XV. Essa história faz parte da memória e da identidade africanas também trazidas ao Brasil – a longa história da África. A história da humanidade começou na África; no continente africano surgiram as primeiras instituições gregárias das sociedades humanas, que mais tarde originaram formas mais básicas de organização social: as famílias extensas e os clãs. Partiram daquele continente os primeiros seres humanos a povoar o planeta. Na África, durante a antiguidade, surgiram, entre outros, os impérios egípcio e núbio, que deixaram testemunhos de suas riquezas e de seu poder, além de monumentos e registros escritos. Os estudos de história geral sobre o período conhecido como História Antiga muito raramente contemplam o continente africano, ou raramente revelam a profundidade da contribuição africana. Isso é perceptível quando se apresenta a história do antigo Oriente Próximo, onde está inserida a história do Egito. Apesar de todos os mapas e referências geográficas localizarem-no no continente africano, o Egito é descrito como parte de um mundo oriental, sem situar os povos em seus limites meridionais. Privilegia-se o enfoque em

seus contatos com a península arábica e a antiga Mesopotâmia. Em segundo plano, coloca-se sua ligação com as terras meridionais africanas, onde se localizam hoje a Etiópia e o Sudão. Conhece-se outra parte dessa história: as contribuições dos conhecimentos técnicos e da filosofia egípcia para o mundo mediterrâneo levaram à Europa e à Ásia Ocidental um conjunto de saberes que foram desenvolvidos também no interior da África. Havia e sempre houve o contato com outros povos e culturas, mas não foi uma via de mão única no intercâmbio cultural. Da mesma forma, quando se estuda a história do Mediterrâneo Ocidental na Antiguidade, escuta-se falar, e se pode ler sobre Cartago e das guerras dessa cidade africana contra a poderosa Roma, sem mencionar os dados internos daquela cidade. O que fazia de Cartago uma cidade tão rica e poderosa? Seu papel comercial, sem dúvida. Mas, o que de tão valioso comerciava Cartago que enriquecia seus governantes a ponto de fazer dela a rival temida da cidade mais poderosa do Mediterrâneo? O domínio sobre Cartago a partir de 146 a.C. significou não só o início do poder de Roma sobre o Norte do continente, mas também o estreitamento das relações do mundo europeu mediterrâneo com os povos do deserto. Provavelmente, graças aos romanos e suas relações comerciais, os berberes tomaram contato com o camelo, chamado navio do deserto, animal de carga e de transporte que se adequou especialmente às condições do Saara. Com o camelo, os africanos da região puderam dirigir-se mais ao sul. Não vou me alongar por toda a história africana, quero somente destacar alguns aspectos que vão ajudar a entender essa longa história de contatos e de trocas que faz com que muitas sociedades africanas sejam muito mais habituadas ao contato com diferentes povos, além de terem estabelecido relações de trocas culturais em sentido muito mais amplo do que normalmente se divulga. Na história da chamada Idade Média europeia, desenvolveram-se na África subsaariana grandes reinos

e cidades. Na África Ocidental, havia centros de estudos desde o século XIV. Na cidade de Timbuktu, os livros estavam entre as mais caras e cobiçadas mercadorias nos séculos XIV e XV. Timbuktu situava-se numa das mais importantes e ativas rotas de comércio transaariano, ligando Marraquexe, passando pelas minas de sal de Tagaza e chegando ao antigo reino de Gana. No que hoje é o norte da Nigéria atual, havia uma rota que cruzava o deserto Triple até o Sul de Borno, na região do Lago Chade. Havia também a longa e importante rota Gaw – cidade do Cairo. Essas rotas centrais se dividiam em caminhos secundários e estabeleciam o contato entre sociedades africanas ao sul do Saara com o mundo mediterrâneo, com o sul da Europa e com a Ásia Ocidental, pelas rotas de longa distância com o Extremo Oriente. Esses aspectos, muitas vezes ignorados, nos dão a ideia dessa longa história de contatos e trocas. Igualmente, pelo menos desde o século V, a África Ocidental tem documentado ativo comércio e relações culturais com a Índia, com a Península Arábica, com as ilhas da Indonésia, com a China e com as regiões próximas ao Japão. Igualmente, esses nossos ancestrais da África Oriental, das regiões que hoje compreendem o Norte de Moçambique e seu interior, também tinham uma longa história de contatos e trocas. Essa história se torna especialmente ativa a partir do século VII com a presença do Islã, que além da fé e do Alcorão, trouxe também conexões de longa distância que aproximaram e que permitiram trocas muito intensas entre sociedades africanas e povos que se situavam em regiões distantes em outros continentes. Certamente, a formação do mundo atlântico e o comércio de africanos escravizados intensificaram as trocas, trazendo até as Américas um grande número de africanos que foram impedidos de carregar seus bens, naquilo que ficou conhecido como o mais longo processo de migração forçada da história da humanidade. Carregavam a cultura, o espírito, suas ideias, seus conhecimentos técnicos e uma imensa gama de saberes.

Esse é o nosso tema central de hoje: as heranças culturais africanas no Brasil. Vou intensificar a análise inicialmente em dois aspectos: as religiosidades e a linguagem. Aos africanos escravizados não era permitido carregar nada na travessia, às vezes algum talismã protetor, às vezes um adorno ou um pequeno objeto conseguiam passar nas durezas da viagem, mesmo naqueles porões dos navios escravistas. Por outro lado, tudo o que levavam em suas mentes veio transformar e criar novos aspectos na sociedade brasileira. No entanto, ainda que carregassem poucos objetos, os africanos trouxeram muitas coisas importantes para as Américas e para o Brasil. As heranças que nos legaram, em conhecimentos, em espiritualidade e em linguagem faz-nos pertencer à história da África, faz com que essa riqueza imaterial também nos pertença, independentemente de nossa origem familiar. Os brasileiros carregam dentro de si parte da África. E há aqueles que além do pertencimento cultural, também carregam o continente biologicamente, os descendentes biológicos de africanos. Apesar de não trazerem nenhum bem, os africanos trouxeram outros bens mais valiosos: a força do seu trabalho e da sua fé. Sua força vital, portanto. A inventividade, engenhosidade, talento artístico e visão de mundo vieram com os africanos, além de uma série de conhecimentos acumulados em uma longa história. É possível dizer sem dúvida que os africanos trouxeram contribuições determinantes para o que há de mais representativo e belo na vida brasileira. Não é sem razão que o embaixador Alberto da Costa e Silva diz que os povos africanos civilizaram o Brasil. Quanto à religiosidade, sempre foi um fator definidor da organização social e política das sociedades africanas ao longo de toda a história. Nessa religiosidade, encontram-se aspectos comuns a diversos povos, em especial na África ao sul do deserto saariano. Dentre muitos desses povos presentes, se encontra o culto aos ancestrais, que se caracteriza pela fé em um ente familiar fundador, que teria assumido

poderes divinos desde o nascimento ou a partir de determinado momento. O ancestral adquire uma importância basilar, pois ser parte de uma descendência define o pertencimento ao grupo que o cultua e define a identidade da pessoa. Outro elemento fundamental nas expressões religiosas africanas nativas é o culto a elementos da natureza. Há povos na África para os quais o entendimento da essência da vida engloba todas as dimensões do mundo natural, incluindo os diferentes seres vivos. Assim, uma árvore como um baobá, conhecido como imbondeiro em algumas partes da África, pode ter um caráter espiritual; assim como um animal ou um rio. Tornar esses elementos da natureza sagrados, assim como o ser humano também pode ser sagrado, exprime um entendimento holístico, totalizante do mundo. Não haveria uma separação entre a natureza e as pessoas, todos fariam parte de um mesmo universo sagrado. Imaginem os desdobramentos disso para as relações com o meio ambiente. Outro ponto importante a ser destacado situa-se na ênfase à dimensão espiritual da vida nas sociedades de onde foram retirados os povos africanos e trazidos para o Brasil. Não há, em muitas delas, uma separação entre o mundo material e o mundo espiritual; tudo se relaciona e se entende que há uma ligação entre a vida cotidiana e as forças imateriais que a governam. Assim, toda ação humana tem um sentido e a ordem da vida respeita a vontade de forças que se encontram em um mundo não visível, mas perceptível e alcançado por meio de consultas, preces e cultos. As pessoas que foram envolvidas na diáspora africana trouxeram para as Américas os resultados de todas essas histórias. Tudo veio em suas mentes, na memória, pois não lhes permitiam trazer nada enquanto escravos. Eram retirados de diferentes partes da África.

Alguns foram trazidos de cidades, outros de pequenas aldeias; uns vinham do litoral, outros da região das savanas. Eram muitos, falavam muitas línguas e tinham diversas práticas religiosas, algumas muito antigas e próprias de sua região. Nem

só de religiões nativas da África se compunha esse universo de crenças; havia também muçulmanos, trazidos do oriente africano, e grupos que já conheciam o cristianismo oriundos do Congo e da África Centro-Occidental. É possível concluir a importância da religiosidade na bagagem cultural trazida ao Brasil. A dureza da travessia e a própria condição de escravo em um território distante e totalmente desconhecido eram circunstâncias em que a força da fé se tornava o elemento que fazia a diferença entre viver e morrer. A escolha pela sobrevivência em uma situação dessas, muito provavelmente, necessitar-se-ia firmar na crença em forças superiores ou em um destino de maior dimensão do que aquele que se apresentava. Explicar o acontecido e acreditar na superação das condições mais duras são possibilidades que a fé em deuses e espíritos pode oferecer. Os sistemas religiosos também podem contribuir para organizar o mundo social. Na África, uma série de funções sociais era determinada pelas regiões. Pertencer a uma comunidade, como já foi dito, era pertencer a um grupo que se colocava sob a proteção de uma ou mais divindades cultuadas em comum. As cerimônias religiosas eram mecanismos também para reforçar o pertencimento ao grupo e ao lugar de cada um na sociedade. Cultivar a fé na vida, renovar a esperança, encontrar razões para o infortúnio, além de organizar mental e concretamente o mundo a sua volta; tudo certamente fazia com que buscassem suas religiosidades. Em muitos casos, o simples fato de estarem vivos os colocava diante de explicações espirituais – sobreviver a essa travessia já era um fator. Retirados de seus territórios, afastados das terras de seus ancestrais, encontraram na criação de comunidades religiosas de matrizes africanas um novo lugar que, não sem razão, em muitos lugares do Brasil ficaram conhecidos como terreiros. O terreiro também é uma forma de se apropriar do território, é uma forma de reconstruir um território de onde foram retirados. Destituídos de suas famílias, os africanos também

encontraram nas irmandades, nas comunidades de terreiros, nos grupos de cultos e preces, as suas novas famílias extensas, conquistavam assim novos irmãos, mães e pais espirituais e a força de uma comunidade para lutar pela vida. As irmandades negras são outro ponto a ser lembrado. No catolicismo, os africanos introduziram práticas e interpretações que deram novas cores à religião no Brasil. Muitas vezes eram obrigados a aceitar a fé dos senhores escravistas e acabavam por transformar as bases da doutrina imposta. Levaram para a Igreja Católica algumas novas dimensões de ritual e de formas de representar o sagrado.

As igrejas do barroco brasileiro receberam uma estética própria de seus construtores africanos e afrodescendentes. As procissões viraram cortejos ainda mais coloridos e mais animados, as festividades receberam os sons dos tambores e outros instrumentos, trazendo meios de comunicação com os deuses da África para a celebração cristã. As histórias de santos e de mártires ganharam novos relatos na tradição oral africana no Brasil. Seres mágicos e deuses nascidos do outro lado do mar passaram a habitar o calendário religioso católico, misturados ou traduzidos como entidades do catolicismo. Forçados, e em alguns casos convencidos a entrar na igreja, levaram consigo seus pertences espirituais. As irmandades católicas foram as expressões mais vivas do catolicismo popular na formação do Brasil – associações que congregavam fiéis em torno do culto especial a um santo, a uma expressão de Nossa Senhora ou a outra entidade católica, como o Divino Espírito Santo ou o Sagrado Coração de Jesus, entre outros. As irmandades ou confrarias já existiam em Portugal, mas ao se constituírem aqui, receberam outros ingredientes, entre eles vários trazidos pelos africanos. O caráter excludente da sociedade fez com que fossem criadas as irmandades de pretos e de pardos para escravos e libertos. Eram assim as dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, ou a de Santo Elesbão e Santa Efigênia.

Esses três últimos santos são negros. Nessas irmandades, escravos, escravizados e libertos, africanos e crioulos descendentes nascidos aqui se juntavam muitas vezes. Nas irmandades, além de ser criado um espaço de encontro de ajuda mútua, podiam conquistar outro olhar da sociedade dominante. Conseguir esmolas para irmandades nas festas, procissões e construções de igrejas e capelas também significava poder realizar essas celebrações, mostrar a capacidade de organização e de iniciativa, além dos talentos artísticos que apareciam durante os eventos. As irmandades iam para as ruas desfilar, mostravam em seus cortejos as muitas cores e sons da tradução negra do catolicismo popular. Ainda havia outras importantes funções da acumulação de pecúlio na irmandade; a compra da alforria, a ajuda aos irmãos doentes, os auxílios para enterros; eram gastos previstos no compromisso das irmandades, estabelecido em um documento que elencava os objetivos e as regras de funcionamento. Nessas associações religiosas surgiram lideranças e se reforçaram autoridades na comunidade negra. A visibilidade das irmandades e maneira como apareciam para o público mostravam um estilo próprio de cultivar a fé católica que impregnou nossa sociedade. As religiões de matriz africana foram uma das mais importantes heranças de nossos ancestrais.

Duramente perseguidas ao longo de sua história no Brasil, essas religiões preservaram tradições em idiomas, conhecimentos médicos e valores éticos trazidos do continente transatlântico. Nos terreiros, guardavam-se, por meio de rituais de iniciação religiosos, cânticos, práticas curativas, danças, receitas de comida, lições de vida. Essa rica bagagem cultural foi cuidadosamente preservada além de ser utilizada para o conforto, a proteção e o apoio de nossos antepassados. Os terreiros, espaços religiosos de matriz africana, se tornaram lugares de memória. Em nenhum outro espaço da vida social negra houve tanta preocupação com a recuperação e a guarda do passado, como nas comunidades religiosas de matriz

africana. Nas casas de cultos e templos, o uso das línguas africanas, dos instrumentos, das vestimentas, dos produtos africanos nos rituais, era a garantia de maior proximidade com o que havia de mais genuíno naquela fé. Por isso tornaram-se lugares de afirmação das identidades de origem e de transmissão de memória social. Portanto, ao se falar de religiões de matriz africana hoje, refere-se a um conjunto de práticas e de saberes que atuam e atuaram de forma decisiva na preservação e na afirmação de identidades que reivindicavam a afrodescendência. Em uma sociedade como a brasileira, que desde os tempos da escravidão procurava negar a origem negra, apareceram verdadeiros movimentos de resistência à dominação e de recusa ao esquecimento. Ainda que não empunhassem explicitamente nenhuma bandeira, ainda que acolhessem pessoas de todas as cores, o conteúdo era manifesto: celebrava-se o pertencimento a um passado africano. Influências e preconceitos, ou seja, não se pode olhar o passado sem perceber o nosso mundo hoje. Uma das mais fortes crenças nas religiões de matriz africana é a possessão por espíritos, que leva ao transe e coloca a entidade diretamente em contato com o mundo terreno. Outra ideia e prática muito presente é a de limpeza espiritual com rituais de purificação do corpo e da mente. Há religiões cristãs não católicas, que mesmo combatendo e disputando hoje corações e mentes com as religiões afrodescendentes, utilizam os mesmos elementos, não poucas vezes o próprio vocabulário das religiões afro-brasileiras: descarrego, corpo tomado, entre outras expressões. Essas religiões disputam com as religiões afro-brasileiras em um universo comportamental que, ainda sem querer reconhecer, recupera muito dessas heranças. Nas religiões católicas, as influências também foram profundas, além daquelas já citadas, no ritual, no visual e nas celebrações. Em suas bases, as religiões de matriz africana são profundamente valorizadoras da vida humana e da natureza; suas práticas procuram manter

o equilíbrio entre os seres humanos e as forças do universo, estimulam o respeito aos ancestrais e à solidariedade, têm um olhar amoroso para a diferença e são em geral menos repressoras em termos de sexualidade. São religiões nas quais não se reza apenas com a fala, mas com o corpo, que é sagrado e se consagra inteiro à prece que se faz em movimento e ritmo. Há dança, música e gestos para se louvar e saudar os deuses, para agradecer e para pedir. Um dos preconceitos mais comuns quanto às religiões afro-brasileiras é em relação às suas práticas e a um suposto caráter maligno intrínseco às mesmas. Esse tipo de entendimento não resiste ao confronto com nenhum dado mais consistente de pesquisas sobre as religiões africanas e sobre a maioria das religiões afro-brasileiras. Por exemplo, não há a figura do diabo, o chamado demônio, nas religiões da África tradicional, nem de outro ser ou entidade que personifique o mal. As divindades africanas e suas descendentes no Brasil podem até se encolerizar, se não forem corretamente cultuadas e consideradas, podem castigar o infrator, mas jamais agem para o mal de forma independente dos agentes humanos que demandam a elas. O grande adversário das forças do bem não existe, não há este poder em nenhum ente do sagrado africano, a não ser naquelas religiões influenciadas pelo monoteísmo cristão e islâmico. À parte das influências no campo religioso, há também as presenças, mais que influências, das africanidades no nosso modo de falar, que certamente influenciam nosso modo de pensar e de ser.

Falam-se palavras africanas; denago, carimbo, farofa, moleque, neném, quitanda, samba, querem palavras mais brasileiras que essas? De fato, são brasileiras, mas nasceram na África, foram trazidas da ampla região central africana banhada pelo Atlântico, onde se encontram hoje Angola e os países que levam Congo em seus nomes. As palavras citadas, apenas exemplos entre as muitas de origem africana que integram o português usado no Brasil,

não sem razão chamado de forma afetiva de pretoguês – termo cunhado pela intelectual negra Lélia Gonzalez – têm suas origens no tronco linguístico banto, que engloba línguas como Kimbundu, Umbundu e o Kikongo – as línguas da África Ocidental. Outra região importante de origem de nossos ancestrais, as vertentes mais relevantes do Brasil, foram os povos da África Ocidental do grupo Ewe-Fon, chamados de Minas ou Jejes e os Iorubás da Nigéria e do Benim atuais. As palavras desse grupo de línguas são mais conhecidas no vocabulário da culinária e da religiosidade. No entanto, é importante ressaltar que tanto as línguas do tronco linguístico banto, como as dessas regiões da África Ocidental, são da grande família Niger-Congo; línguas aparentadas e que estão no nosso idioma. Muitas palavras com origem na África substituíram no Brasil vocábulos portugueses utilizados para os mesmos fins pelos colonizadores do reino; por exemplo, o termo “benjamin” virou “caçula”, “selo” virou no português brasileiro “carimbo”, “mulambo” substituiu o termo “trapo”, “insultar” virou “xingar”, as “nádegas” passaram a ser chamadas de “bundas” e “aguardente” definitivamente passou a ser “cachaça” no Brasil. Como a língua é viva, algumas palavras mudaram um pouco e outras adquiriram significados distintos, não muito distantes do original. Além das palavras, o sotaque, o ritmo da fala, a cadência, a sonoridade e a vocalização. Como sinaliza Yeda Pessoa de Castro, grande pesquisadora das línguas africanas no Brasil, no nosso país se pronunciam as vogais átonas: aqui se fala *pineu* em lugar de pneu; *adivogado* em lugar de advogado; *subimarino* no lugar de submarino; entre outras. A linguagem é sem dúvida um dos aspectos mais visíveis da contribuição cultural de africanos trazidos ao novo mundo, mas existem outras. Uma delas se expressa também pela cultura corporal afrodescendente. As manifestações expressivas corporais das pessoas passaram a ser tratadas nos estudos mais recentes sobre o tema de cultura corporal em movimento. Essa

cultura se relaciona a uma das dimensões subjetivas que definem a identidade da pessoa: sua corporeidade. A corporeidade, a forma pela qual o corpo da pessoa mostra sua identidade, como se movimenta, como se cobre ou como se mostra, como se modifica e se enfeita, os trabalhos e pesquisas sobre a corporeidade estão ligados aos estudos sobre a expressão da identidade de indivíduos e de comunidades a partir das manifestações do corpo. Ou seja, esses estudos revelam o quanto a maneira de se mover e de se adornar mostra como a pessoa é ou como ela deseja ser. Assim, ao se debruçar sobre a presença das heranças africanas no Brasil, não se pode deixar de reconhecer a forte herança das manifestações corporais em nossos ancestrais. Essas manifestações se expressam na corporeidade em movimento, traduzindo-se nas danças de matriz africana, na ginga, no rebolado, na estética afro-brasileira, que ficam evidentes no modo de vestir e de enfeitar o corpo, desde o tempo da escravidão até a recuperação, hoje em dia, de penteados e de padrões de tecidos africanos nas cabeças e nos trajes daqueles que desejam eventualmente celebrar esse pertencimento cultural hoje em dia. As diferentes danças brasileiras com origem no continente africano relacionam-se a parte fundamental da vida das sociedades locais. A dança mostra e reforça a unidade e a ligação entre os integrantes de uma comunidade, pela repetição de movimentos e de sons a partir do corpo, palmas e ruídos com a boca, passados de geração a geração. A pessoa aprende que faz parte de um grupo. Em geral, as danças são circulares, o que reforça a ideia de igualdade e as condições e as possibilidades de participação. No Brasil, temos o jongo, o maculelê, o coco, o tambor de crioulo, o afoxé, o maracatu, a congada, o catumbi, o samba de roda, o samba de escola, o samba de paulista, o hip hop, entre muitas danças de matriz africana. Cada uma delas tem uma história e uma especificidade, mas também revela pontos em comum. São danças coletivas em que até mesmo o dançarino virtuoso se insere no movimento de um grupo

que o cerca. Muitos estudiosos também sinalizam a presença do rebolado, o movimento de quadris e da pelve que marca muitas danças afro-brasileiras. Pesquisadores e folcloristas chegam a afirmar que o rebolado é característico da cultura corporal dos povos da África centro-ocidental, o que levaria a reconhecer que na memória do corpo brasileiro se encontra a ginga congo-angolana. Hoje, professores e pesquisadores das áreas de expressão corporal e de educação física ressaltam os aspectos saudáveis da prática de danças afrodescendentes, pelo fortalecimento dos vínculos coletivos e pelo cooperativismo, além do desenvolvimento de componentes das funções motoras como coordenação, ritmo, equilíbrio e a percepção ao nível do corpo, objetos, formas, linhas e cores.

Passo agora a outro aspecto dessas heranças que muitas vezes é pouco destacado. É mais comum falar dessas questões já abordadas do que sobre a contribuição dos africanos: suas influências nas tecnologias, nas práticas terapêuticas e na alimentação. Há pouco reconhecimento sobre as contribuições africanas para a sociedade brasileira. Quando se menciona a presença das heranças africanas, o máximo que se fala é nas questões referentes ao vocabulário, à música e às danças. Há ainda uma tendência a se desvalorizar esses campos da vida social como se fossem menos importantes, o que é totalmente errado. Acompanhando esse olhar que minimiza o peso das contribuições na linguagem e nas manifestações culturais está outro equívoco: reduzir a esses setores as contribuições de nossos ancestrais trazidos da África. Os estudos hoje revelam que africanos trouxeram em sua bagagem conhecimentos de outra natureza. O trabalho de Guadalupe Nascimento Campos, arqueóloga, doutora em ciência dos materiais e em engenharia metalúrgica, além de pesquisadora do Instituto de Arqueologia Brasileira, é uma dessas pesquisas que trouxeram novos dados sobre a atuação dos africanos nas áreas técnicas de produção de

riquezas no Brasil. Seu estudo demonstrou que a contribuição africana inclui também atividades ligadas à tecnologia, como a confecção de cerâmica e de peças de metal exercida pelas mulheres. Esses africanos pertenciam a grupos que tinham conhecimentos técnicos avançados, pois faziam parte de uma cultura de especialistas. Assinala-se a existência de alguns grupos que tinham origem na Costa da Mina, por esse nome conhecida, por ser por onde se escoava o ouro proveniente do interior do continente. Os habitantes da Costa da Mina no começo do tráfico atlântico chegaram a comprar, com ouro, cativos trazidos pelos portugueses de outras partes do continente. No Brasil, a atividade de busca de jazidas de ouro sempre esteve presente, desde que chegaram os portugueses, mas foi a partir do final do século XVII que as buscas se intensificaram. Na última década do século, as primeiras jazidas foram encontradas em uma área que, por essa razão, passou a ser chamada de região das Minas Gerais. Para lá, muitos africanos foram levados como cativos para trabalhar na mineração, atividade que se tornou fundamental para o império português e para o Brasil. Havia africanos que conheciam bem os ofícios ligados a esse campo de trabalho. No seio da população da região das minas do Brasil existia uma antiga crença, principalmente entre os mineradores durante os séculos XVIII e XIX, de que todo minerador deveria ter uma negra de nação mina como amante para que tivesse sucesso em suas atividades de extração do metal. É claro que se fala de uma sociedade patriarcal, altamente marcada pelo sexismo e com poder sobre o corpo dessas africanas. Chamo a atenção agora para o aspecto mágico dessa história, de um conhecimento técnico apurado, construído durante centenas de anos, desde antes de qualquer contato com os europeus na época moderna. Os grandes proprietários de escravos das regiões mineradoras, quando se dedicavam exclusiva ou principalmente às atividades dessa área, não escolhiam preferencialmente as mulheres. Eles, sempre que

podiam, escolhiam os homens originários da Costa da Mina. Uma amostragem realizada entre testamentos e inventários, coordenada pelo pesquisador e professor Eduardo França Paiva, da UFMG, revela que homens proprietários de dez ou mais cativos tinham 40% dos cativos da região conhecida como Costa da Mina na África Ocidental, mas também não eram só eles que conheciam essas atividades. Em outras comarcas das próprias Minas Gerais, africanos da região Congo-Angola ocupavam o lugar majoritário e também desenvolveram instrumentos e técnicas de mineração. Os povos do tronco linguístico banto, os povos chamados Banto, são conhecidos no continente africano e em seus processos migratórios, que duram muitos séculos. Explica-se em parte por seus conhecimentos de metalurgia, por seus saberes sobre o controle da temperatura do forno e sobre a composição do material para fundição. Por meio de estudos recentes da arqueometalurgia, pode-se constatar a sofisticação dessa tecnologia de fundidores do grande espaço ocupado por povos bantos na região ao sul do Saara. Grupos africanos apresentavam uma relação especial com o metal, especialmente o ferro. Esse valor aparece também no universo religioso trazido para o Brasil por grupos da África Ocidental, não bantos. Um dos orixás mais populares do Candomblé é Ogum, que além de guerreiro é ferreiro. Esses aspectos da história africana são facilmente encontrados não só nos documentos escritos sobre essa história, como também nas ilustrações realizadas pelo monge italiano Cavazzi, que no século XVII esteve na região Congo-Angola. No Brasil, muitos desses especialistas eram comprados e escravizados para fabricar e abastecer suas atividades de fabrico de ferramentas, porque havia uma necessidade constante desses utensílios de uso múltiplo. Instrumentos como machados, pás e foices eram fabricados por africanos com sua própria tecnologia trazida para o Brasil. A transferência do trabalho do ferro ocorrida no Brasil está relacionada diretamente com essa tecnologia e com

a tecnologia do cadinho, recipiente de argila refratária utilizado em operações químicas a temperaturas elevadas, também trazido por africanos e africanas. Há uma série de escritos de viajantes do século XIX, como o do geólogo inglês John Mayer, no Brasil em 1807, que sinaliza: “Alguns dos grãos do ouro são tão pequenos que flutuam na superfície, podendo ser arrastados nas repetitivas mudanças da água que se fazem. Para prevenir esse inconveniente, os negros esmagam algumas ervas em uma pedra e misturam com um pouco do seu suco a água de suas gamelas. Não afirmarei que esse líquido contribua realmente para precipitar o ouro, mas é certo que é empregado com grande confiança e resultado”. Outro viajante, como o engenheiro de minas, barão Wilhelm Ludwig, escreve entre 1810 e 1821: “Somente mais tarde, aprendendo com a prática, principalmente depois da introdução dos primeiros escravos africanos, que se tinham ocupado da lavagem do ouro, e com o natural espírito inventivo e esclarecido dos portugueses e brasileiros, logo tiraram proveito, ocasião em que aperfeiçoaram os processos de extração”. Certamente pode-se imaginar que esses conhecimentos sofriam adaptações às condições encontradas e também se beneficiavam dos saberes sobre a natureza que os indígenas brasileiros possuíam e das informações e das experiências que portugueses trocavam no trabalho. No entanto, trazem uma base inegavelmente africana, que transformou o cotidiano do trabalho na mineração, produzindo ainda mais riquezas para os exploradores. Além disso, além desses conhecimentos na área de mineração e metalurgia, os africanos trouxeram práticas curativas e se encontravam entre a maioria dos chamados cirurgiões-barbeiros, que eram os médicos populares do Brasil no século XVIII e XIX.

A partir de agora, espero poder ouvir suas dúvidas e suas ideias. Para terminar e para provocar também, vou trazer uma apresentação de *slides* em powerpoint. Estamos em meio a muitas

Áfricas, trazidas para o Brasil por esses africanos que eternizaram aquelas Áfricas e que eternizam a história da escravidão. Claro que o cativo movimentou homens e mulheres naquilo que chamei de o maior processo de migração forçada da história da humanidade. Mas, é muito mais que isso: são conhecimentos acumulados por detentores de saber em suas aldeias, em suas cidades de origem. Esses conhecimentos trazidos por meio do infame comércio e dessa infeliz história transformaram e se transformaram na sociedade brasileira, fazendo com que muitas pessoas pudessem viver e sobreviver melhor. Reafirmo o que disse no início da fala e cito uma parte de um lindo samba que foi criado por Wilson Moreira e Nei Lopes para a escola de samba Quilombo, agremiação nascida de uma resistência, de uma reação à mercantilização das escolas de samba no Rio de Janeiro. Chamo a atenção para três imagens femininas. Primeiro em honra de nossas ancestrais porque do ventre africano muitos de nós viemos e de diversas maneiras: biologicamente pelas mãos africanas, dos nossos antepassados, quando os médicos não davam conta de todos os partos no Brasil e as parteiras faziam esse trabalho. Trouxe três imagens e vou passar rápido por elas. Na verdade vêm de regiões diferentes do continente africano. Aqui está essa família de Uganda, família que é abraçada e pode parecer com uma família do interior do Brasil. É tão próxima que relembra a humanidade próxima, a semelhança daquilo que nos faz parecidos, aquilo que nos faz próximos às Áfricas. Nessa próxima imagem, uma mulher iorubá da região da África Ocidental, de onde foram trazidos para o Brasil, chamados aqui de nagôs e que tantas contribuições deixaram para a cultura e para a sociedade brasileira. Essa última fotografia é de uma mulher retratada em uma região de onde não partiram tantos africanos para o Brasil, mas que faz lembrar quantas Áfricas existem. Uma mulher Masai que vive na região entre o Quênia e a Tanzânia. No Brasil, existem muitas Áfricas diferentes em suas origens, diversas

no tempo em que foram trazidos, diversas no espaço e onde aqui se realizaram misturas e se reinventaram identidades. São desafios para a nossa compreensão quando se fala de um tema como esse. A diáspora africana e as influências africanas no Brasil, as muitas Áfricas e as diversas combinações e recombinações de identidade. Há muitos caminhos para se encontrar essas Áfricas no Brasil. A cultura sem dúvida é um ponto de contato e uma via privilegiada de acesso a essas Áfricas, às múltiplas identidades, mas também à percepção dos pontos em comum, à percepção da importância das redes de sociabilidade e de solidariedade. A descoberta dessas Áfricas no Brasil envolve reconhecer e se reconhecer sem esquecer que essa é também uma história de dor. Quando falo de dor, não penso na história de vítimas inertes, mas sim de vítimas, agentes da história que foram mais prejudicados. Novamente cito uma poetisa de Moçambique, Noémia de Sousa, que indaga: “Quem pôs o mistério e a dor em cada palavra tua?”. Mostro aqui o mapa da diáspora africana para lembrar as muitas rotas. Na história da travessia, apenas seus corpos e seus espíritos, bagagens de memórias escritas nas mentes e nos corpos. Áfricas recordadas e ressignificadas, reconstruídas para sobreviver. Essas heranças são nossas, bem como os tambores e seus sons. Esses desafios também são nossos, essas lutas também são nossas. Vejam essa imagem.

Gosto muito dessa foto que me lembra de uma história que vou contar rapidinho. Tirei eu mesma essa foto na biblioteca da Universidade Cheikh Anta Diop, no Senegal. Era de manhã cedo e fomos visitar a biblioteca. Estava em um grupo e fazia pesquisas por lá. Entrei na biblioteca guiada pela bibliotecária e era um silêncio, às 7h30, acho, era bem cedo e eu disse: “Bom, não chegou ninguém, nessa hora compreendo esse silêncio”. Porque em uma biblioteca você tem sim um burburinho ali e acolá. Nessa hora, a bibliotecária me faz olhar para baixo, porque eu estava numa espécie de mezanino, e estavam todos os assentos ocupados, todo

mundo lendo, estudando e quem saía para fazer alguma coisa, deixava a mochila, porque não queria perder o seu lugar. Era um silêncio e não havia lugar para sentar às 7h30. Todos os assentos estavam ocupados por estudantes com seus livros e textos. Estudando, lendo. Isso também é África e a gente vê tão pouco. Então eu digo: “Valeu, Zumbi. Valeu, Zumbi”, lembrando da luta de africanos e seus descendentes, nos quais me incluo. E eu digo isso sem o menor pudor de parecer panfletária, piegas ou qualquer outra coisa. Digo como símbolo de luta, de resistência. E o que eu estou querendo dizer com “valeu Zumbi” é que essa luta é nossa e é um caminho para um país melhor; portanto, um caminho para a felicidade. Obrigada.

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Eu queria agradecer à professora e abrir para perguntas.

Sr. Jorge Luís – Boa tarde. Eu sou Jorge Luís da embaixada da Guiné-Bissau. Eu queria que, se possível, a senhora retratasse a questão da espiritualidade africana e católica; ou evangélica. Obrigado.

Sr. Eten – Sou Eten, da República Democrática de Congo. A mim chamou muita atenção quando a senhora explicava acerca da fé ou da religião na África. Aquilo que mais me chamou atenção, o que me chamou mais atenção foi a relação que há entre natureza e seres humanos. Eu lamento muito, porque no Congo não se encontra mais essa relação que havia antes. Em Luanda e em parte da República Democrática do Congo havia uma tradição, uma religião tradicional. Havia uma relação entre os seres humanos e a natureza e havia uma hierarquia entre o mundo e os seres humanos. Supõe-se que essa relação seja um ser supremo do governo nos termos com a natureza e abaixo os outros seres vivos. Essa era a teoria dos sacerdotes, um do Congo e outro de Ruanda. É importante verificar

como a colonização e todo o conhecimento dessa concepção de mundo, que têm os bantos dessas regiões, levaram à Europa e não se compreende mais nada de tudo isso. Para mim, foi muito impressionante escutar a professora, agradeço-lhe muito.

Sr. Rony – Boa tarde, professora. Meu nome é Rony. Agradeço pela exposição com que a senhora nos brindou essa tarde. E pelo panorama que a senhora fez, vieram à mente algumas sugestões, alguns encaminhamentos para a construção, por exemplo, de uma abordagem sobre a cultura afro-brasileira que ultrapasse aquele período restrito da escravidão. Nesse sentido, gostaria de ouvir um pouco sobre o que seria um itinerário para uma abordagem dentro da perspectiva da Lei 10.639. E também um comentário, se a senhora se sentir à vontade de fazer, sobre a base nacional curricular que tem gerado muitas críticas em relação a uma perspectiva da história do Brasil com maior enfoque na contribuição africana para a nossa formação social.

Sra. Monica Lima (Profa. UFRJ) – Eu vou ser objetiva. Prometo que ninguém vai ficar sem resposta. Estamos com tempo ainda para responder e me políci para falar dentro desse tempo para poder conversar. Sua pergunta, Sr. Jorge Luís, muito obrigada, vai permitir tratar de aspectos que eu não tratei aqui. Há uma história do cristianismo na África muito antiga, que remonta ao início do próprio cristianismo. Fora do cristianismo, há as religiões de base monoteístas que, ainda que não sejam monoteístas, como o Islã, mas são de base monoteísta muito antiga no seio do continente africano. Religiões que têm um ser supremo, que reconhecem a existência do ser supremo que governa a humanidade e se relacionam muito com esses outros elementos que mencionei, mas são religiões que têm esse ser supremo como centro de sua doutrina. Isso é fundamental a gente lembrar: essa diversidade também de origem de que falei, mas não dei exemplos. Não é

possível falar no singular; é sempre plural e se encontram elementos comuns que ressaltei, como no caso da relação com a natureza e da crença de que a religião é algo que o ser humano escolhe para fazer parte. Não existe na maioria dessas religiões, pelo menos quando trazidas para o Brasil, a necessidade de conversão como um imperativo. Isso diferencia essas religiosidades de outras religiosidades monoteístas presentes na história brasileira. O cristianismo no continente africano é uma força em expansão até onde acompanho. As diversas modalidades do cristianismo, inclusive e especialmente as não católicas, encontram um solo fértil. As informações que amigos e amigas trazem de África e as minhas visitas menos frequentes do que gostaria revelam o crescimento dessas formas religiosas. E pode parecer estranho, mas eu não acho isso necessariamente prejudicial. Acredito que as escolhas religiosas das pessoas têm a ver com suas histórias de vida. O que eu temo é a falta de respeito pela fé do outro. Isso é meu grande medo, mas esse é meu grande medo em qualquer lugar em que religiosidades que se autoproclamam donas da verdade se apresentam. Esse é o meu grande medo e busco valorizar o aspecto da palavra tolerância, mas procuro reforçar outra ideia a ela relacionada. Trata-se de respeito, não apenas de tolerância. Respeito. Digo isso porque esse é o aspecto que eu quero valorizar nas religiões de matriz africana cujas bases foram trazidas para o Brasil. Esse é o aspecto que quero valorizar nas religiões cristãs; as diversas expressões do cristianismo que existem na África hoje. Concordo com você que isso se vem perdendo. Quando escolhi esse tema para iluminar foi porque quero que seja recuperado, a gente não estuda a história; eu pelo menos acho isso, e não escolhe um tema para tratar simplesmente porque ele existe na história. A história tem vários exemplos, vou escolher abordar aspectos que considero fundamentais para aquilo que o embaixador Alberto da Costa e Silva, nosso historiador africanista mais importante no

Brasil, chama de civilização que os africanos trazem para cá. São esses aspectos das religiões africanas e da solidariedade. É ajuda mútua, de irmão para irmão; é isso que quero valorizar nessas manifestações religiosas. Elas estão presentes no Brasil hodierno, e não se pode negar que de religiões de diferentes matizes proveem seus fiéis. Ajuda mútua, solidariedade, redes e sociabilidade são fundamentais, mas esse aspecto não deve e não pode ser acompanhado pela intolerância. Acho que isso é o que busco na história africana no Brasil. Estou buscando o melhor e ele existe; e é esse o caminho que quero iluminar.

Com relação à abordagem de que sempre se fala, por exemplo: como é que a gente vai tratar desses temas além da escravidão? Primeiro, acho que a gente tem de olhar para questões do passado com aquela velha metáfora: você olha para o passado, mas com os pés no presente e o olhar no futuro. Estou falando isso aqui hoje e, portanto, é claro que minha preocupação são questões do hoje. Acho fundamental estudar as novas imigrações, as novas ondas migratórias de africanos para o Brasil hoje; isso está acontecendo. No Rio de Janeiro, onde moro e vejo mais de perto, há uma leva importantíssima de gente que vem da República Democrática do Congo (RDC). Acho fundamental estudar o que está acontecendo com esses africanos chegando hoje, o que estão trazendo? Como estão se relacionando com a nossa sociedade? Quais são as redes de solidariedade? Existem redes de sociabilidade que eles estão criando naquela cidade nos dias de hoje. Isso é fundamental. Essa é uma agenda contemporânea e não perde a visão de longa duração. Até bem pouco tempo, a chegada do voo da TAG no aeroporto do Rio de Janeiro, proveniente de Luanda, era uma chegada incrível em termos de intercâmbio de mercadorias. É um comércio que se faz há muito tempo; é um comércio que atravessou esse mar desde o tempo em que não vinham nos navios somente pessoas escravizadas, mas também uma série de mercadorias

fundamentais para aquelas sociedades. As quitadeiras de Luanda e de Benguela, assim como as quitadeiras do Rio, são parentes e se comunicavam, com idas e vindas de mercadoria. Quando essas mulheres angolanas maravilhosas vão para a região de confecção têxtil, na região serrana do Rio de Janeiro, para fazer compras e levar sacos e sacos de volta, é um sucesso. A roupa brasileira importa muito para o mundo de hoje, mas eu não quero perder o movimento de longa duração porque estudo história, e sempre busco encontrar esses laços de longo tempo.

Na outra pergunta, pede-me para falar sobre a base nacional comum, na Educação. Infelizmente, não tenho base ainda para abordar esse assunto, porque eu não a li com toda a atenção. Estou lendo e acompanhando os debates com cautela. Acho que algumas das críticas vêm banhadas em um desconhecimento do que é história hoje, para que e para quem ela deve servir? Estamos cansados dos conhecimentos e argumentos eurocêntricos. Estamos cansados disso. Falo na primeira pessoa do plural com a maior tranquilidade, porque eu fui professora da Educação Básica por dois anos da minha vida e isso me acompanha até hoje. Ao mesmo tempo, comecei a dar aula no ensino superior e hoje eu estou dedicada também à pesquisa e à história da África. Entretanto, essa parte da minha vida não me deixa, felizmente, porque acho que me faz olhar para aquele conteúdo de uma forma mais ampla. Aquele que enxerga a história da África hoje no ensino universitário como eu está formando professores, pesquisadores e não pode esquecer esse aspecto. Mais perguntas?

Sr. Gustavo – Meu nome é Gustavo. Gostaria de saber um pouquinho mais sobre a presença da cultura brasileira na África. A senhora falou muito da influência africana no Brasil, tanto do ponto de vista histórico como do que interessava no processo histórico. Pela manhã tivemos uma palestra que ressaltou a

importância da independência do Brasil, que já no final do século XIX se falava muito do exemplo brasileiro para as independências africanas. Quanto hoje em dia, com a expansão da presença do Brasil, seja por meio de novelas transmitidas em canais de televisão seja pela vinda de estudantes africanos para o Brasil, se pode falar da influência brasileira naquele continente?

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Antes de passar o microfone, eu também vou fazer uma pergunta na mesma linha do Gustavo, que é o papel dos retornados, tanto lá quanto aqui. O pessoal no Togo e no Benin. Qual é a avaliação que a senhora faz desse processo dos que vieram - foram colonizados? Eu estou acabando de ler um livro, que sugiro fortemente: *Um defeito de cor*, que conta toda a história de uma africana que veio para o Brasil, passou todo o processo aqui na Bahia e depois volta para a África. Eu queria que a professora analisasse esse processo dos retornados.

Participante não identificado – Muito obrigado pela sua palestra, que foi muito interessante. Na verdade, também faria a pergunta do Jackson, mas acrescentarei outro aspecto, mais especificamente cultural. Já li que os próprios rituais religiosos, no caso do candomblé – a própria reinvenção da tradição africana nos terreiros de Candomblé. Quando recomeçou o contato com África, o Pierre Verger e os próprios africanos acabaram também incorporando. Ajudamos a se reinventarem também. Eu queria saber um pouco de como você vê isso. E já que se está falando de religião, tenho uma reflexão que talvez você possa agregar alguma coisa. Quando se fala justamente das tradições religiosas monoteístas e da questão do deus supremo, se há deus supremo ou não, eu também leio de vez em quando matérias que tentam demonstrar que o candomblé na verdade é uma religião que tem o deus supremo, o que não é mentira. Enfim, tem Olorum, que é considerado um deus supremo, mas a sensação que tenho quando

leio da maneira como é colocado é que se torna uma necessidade tornar determinadas tradições religiosas monoteístas, para dar maior legitimidade, como se o modelo monoteísta fosse um modelo de religião bacana, desenvolvida, civilizada e avançada. As religiões não monoteístas seriam primitivas. Às vezes, vejo esse esforço das pessoas dentro do candomblé tentarem se legitimar por meio de um embranquecimento ou de uma monoteização da própria religião, o que pessoalmente me incomoda muito. Eu queria saber se dentro da historiografia você acha que há isso também: essa coisa de achar que a religião monoteísta é mais completa ou é mais complexa do que as outras religiões?

Sra. Monica Lima (Profa. UFRJ) – Posso ficar nas três? Até porque essas três perguntas dialogam, especialmente a primeira e a segunda, e a outra também, ao trazer o candomblé. Acho ótimo. Esse é o meu objeto de estudo: os brasileiros na África. Eu poderia falar mais cinco horas; combinaremos uma tarde inteira ou um dia inteiro para a gente conversar sobre os brasileiros na África, mas aqui vou dar apenas uma pincelada. Primeiro, essa presença brasileira na África começa a se fazer notar especialmente a partir do século XVIII. É um século em que se intensificam essas gerações. O século XIX tem essa coisa muito interessante de contatos e comunicações, amanhã vou falar disto: do século XIX e das relações entre Brasil e África. Essa presença brasileira na África se intensifica no século XIX, até porque, na virada do século XVIII para o XIX, os brasileiros, se não os brasileiros de nascimento, pelo menos os residentes no Brasil, vão ser os grandes comerciantes das idas e vindas do continente africano para o Brasil e haverá alguns que vão ter famílias de um lado e do outro. Há filhos de chefes africanos que são enviados ao Brasil para estudar, para se formar e para se enfronhar no negócio escravista também e que, portanto, fortalecem essas relações. Eu tenho uma orientanda, por falar

agora em estudos em trâmite, o nome dela é Cristina Portella, que é uma brasileira e estudou por um tempo em Portugal. Ela está pesquisando justamente as relações entre as elites brasileira e a angolana nas primeiras três décadas do século XIX na luta pela independência. Como é que circulavam nos jornais angolanos as ideias de independência que estavam nas cabeças e bocas brasileiras no início dos 1800, portanto antes mesmo de 1822. Já havia importantes filhos de famílias angolanas que vinham e iam de Luanda para o Rio de Janeiro, e vice-versa. Sobretudo levavam as ideias para o outro lado do mar. Não sem razão os portugueses, que tanto temeram a aliança Brasil-Angola, estão trazendo os dados interessantíssimos, inclusive da presença de africanos nessa área, sobretudo na escola de medicina, a primeira escola de medicina no Brasil, fundada nos tempos de dom João VI: havia 12% de angolanos. Há aí um filão. Eu já falei o nome dela; ninguém vai roubar o tema, mas é claro que eu brinco com isso. Não existe roubo de tema, existem campos a serem explorados dessa estreita relação entre Brasil e África no início do século XIX. Isso não se rompe com o fim da escravidão, continua no fim do tráfico, na libertação e continua até o final do século XIX. Arrefece um pouco no início do século XX com a força do colonialismo, mas depois é retomado. Você citou a questão das novelas. Tem outro tema que é interessantíssimo, que quem trabalhou foi muito mais o pessoal de literatura do que o de história ou outras ciências sociais: a importância dos romances brasileiros. Todos aqui já devem ter ouvido falar como a literatura e a escrita são fundamentais na formação de lideranças africanas, em especial nos países de língua oficial portuguesa. Em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, a gente tem uma presença forte de lideranças políticas que se expressam por meio da literatura. Os romances brasileiros têm um papel incrível. Os romances de Jorge Amado, que se criticam tanto por outras razões, mas em que se reconhece a riqueza literária, vão

inspirar, como também Guimarães Rosa, os depoimentos de alguns escritores angolanos e moçambicanos. A descoberta desses autores os habilitou a se tornarem independentes da literatura de literatura portuguesa. Também trouxe elementos de pensamentos e de concepção de mundos novos, que são um campo riquíssimo a ser explorado nessas relações de trocas culturais em outras dimensões. Com relação aos retornados, amanhã eu vou falar mais, mas essa história ainda merece ser muito visitada, porque se sabe sobre os mais conhecidos apenas. Os retornados mais conhecidos são os que voltaram para a região da Costa da Mina, a região do litoral do Benin. A Nigéria também é destino de retorno de libertos bem importante. Para Lagos foi muito bem estudado por Manuela Carneiro da Cunha, uma antropóloga de São Paulo. Temos os agudás do Benin, que Milton Guran magistralmente estudou, publicou um livro que é de leitura necessária. Pierre Verger, antes de todos, maravilhoso na sua abordagem sobre o fluxo e refluxo do tráfico de africanos escravizados e o embaixador Alberto da Costa e Silva, com o belíssimo livro de ensaios chamado *Um rio chamado Atlântico*. Trago outra visão sobre esses retornos, que, conforme pude observar em meus estudos, ocorrem em fases: na primeira fase do XVIII ao início do XIX, muito vinculado ao movimento do tráfico escravista, a partir da década de 30 do século XIX, já motivados por uma repressão forte aos libertos, especialmente em Salvador, especialmente após a revolta dos malês, vão fazer com que uma leva desses retornados saiam contra a vontade, mas há também o retorno voluntário, que acontece especialmente depois dos anos 1950, depois do fim do tráfico. É um retorno buscando manter a África fora do circuito escravista e até com certo olhar de que se está levando algo diferente para a África a partir da experiência no Brasil. Curioso imaginar que essas pessoas trazidas e escravizadas nos porões dos horríveis navios sobreviveram às travessias e conseguiram dar a volta por cima em suas vidas e

amealhar o pecúlio para voltar. Do Brasil não saíram retornos financiados como em outras partes das Américas. Os retornos foram marcados pelos próprios cidadãos que decidiam retornar, eles voltaram e muitas vezes em condições de estabelecer um lar em situações de certo conforto. As últimas levas de retornados carregam consigo essa pujança. Há documentos escritos por eles próprios em que se registram: temos todas as condições, somos artesãos, agricultores, vamos reconstruir a África. E há retornos, muito menos retornados também para a região de Angola. Eu consegui iluminar na minha pesquisa alguns retornos não só para a cidade de Luanda, Benguela como para a região de Cabinda, no entorno da baía, onde povoações com nomes brasileiros e caribenhos foram fundadas e receberam retornados. É uma história incrível! Você mencionou o romance *Um defeito de cor*. Cheguei a utilizá-lo quando escrevi minha tese de doutorado há alguns anos. Tinha acabado de sair o livro da Ana Maria Gonçalves e utilizei a história de alguém em uma das narrativas sobre os retornos. Eu gostaria de lembrar também do belíssimo *A casa da água*, de Antônio Olinto, que lá nos anos 1960 também trata da história de uma retornada, Catarina, de quem não me esqueci. Há dois belíssimos romances que vão ajudar a compreender um pouco essas histórias extraordinárias daqueles que voltam. Quanto aos rituais religiosos, eu não sou a melhor pessoa para me aprofundar nesse assunto, claro que tenho algum estudo sobre eles, mas não o suficiente para poder ir muito mais longe. O candomblé é uma invenção afro-brasileira, mas é filho da África, com contribuições fortíssimas afro-brasileiras. É também uma criação brasileira, mas tem um forte pertencimento à África. Nasceu aqui e seu nome é uma palavra que é um efeito da diáspora. Suas divindades têm a história da diáspora e refletem nessa diáspora. Candomblé é uma palavra, inclusive do tronco linguístico banto, e não vem da região de onde foram trazidos os orixás; os africanos escravizados.

O retorno do Candomblé para a África é um movimento muito interessante porque é uma criação belíssima da diáspora. Quando ele volta para o continente africano, assim como retornados, voltam juntos muitos aspectos da cultura, como a capoeira, por exemplo. A capoeira é uma criação brasileira, brasileiríssima, mas tem as bases na dança da zebra. Há uma foto muito bonita que é capa do livro *Raízes africanas*, uma edição de bolso da Fundação Biblioteca Nacional. É um livro de divulgação científica em que se encontram vários artigos da então *Revista de História* da Biblioteca Nacional. Na imagem de capa há um rapaz no Congo tocando berimbau, a fotografia é maravilhosa. Claro que o berimbau veio, juntamente com a dança da zebra. Aqui foi transformado e se tornou a capoeira, essa fortíssima criação afro-brasileira que atravessa o mundo e retorna para a África. Há grupos de capoeira em diversas partes do continente africano; essa é a vitalidade dessa cultura, capaz de recriar e voltar com os ritmos, a rumba zairense. Acho isso simplesmente maravilhoso. Os movimentos, a percussão da rumba, cruzaram o Atlântico, recriaram-se no Caribe, onde nasceu a rumba, outra maravilha, e volta para ganhar o Zaire com uma tradução particular. São esses movimentos que enriquecem. Com relação aos monoteísmos, acho que existe uma parte disso que é valorizar o caráter monoteísta de certas religiões, seja o candomblé ou outra como forma de legitimá-las. Assim como em alguns lugares se presumiu a descendência, o perdão ou o pertencimento de longa duração ao Egito ou ao Oriente Médio, como uma forma de valorizar povos e culturas africanas, foi também uma maneira de reagir ao desprezo, à desqualificação, adquirindo aspectos que se colocam em outro patamar. Eu acho que é mais do que isso, como aquela história da “volta do cipó de aroeira no lombo de quem mandou dar”. Na verdade, a gente tem de deixar o cipó de aroeira de lado, nada de bater no lombo de ninguém. Mas é muito difícil, quando se está em uma luta, largar

mão do que nos torturou e que nos tornou mais sofridos e tristes. Então, para se defender, há os que pegam o cipó de aroeira, mas acho que existe mais, por quê? Porque nessas religiosidades de matriz africana, existem divindades e existem as figuras unificadoras e criadoras que poderiam naturalmente se aparentar com o deus do catolicismo ou do islamismo. Eu digo aparentar, nem diria que não é o mesmo. É igual, mas não é o mesmo, podendo ser muito semelhante. Eu acho que hoje há um terceiro movimento, já passou da fase do cipó de aroeira. Penso que a ideia é entender as religiosidades também de formas diversas e complexas; aliás, muito complexas, e não fazer disso nenhuma maneira de dizer que temos e não temos muitas. Eu acho que o candomblé por si só é uma maravilha, uma religião repleta de riquezas e de simbolismos. Se é uma religião de base monoteísta ou de um deus supremo, melhor dizendo, os fiéis dirão isso melhor que eu. É um campo em que fico sempre receosa de me expressar. O que eu faço são essas reflexões em torno do tempo, obrigada.

Sr. Ernesto – Eu me chamo Ernesto, sou aluno do Rio Branco, gostaria de agradecer a palestra. Estou aqui pensando nesses três eixos das heranças que a senhora colocou, no âmbito da religiosidade, da linguagem e da corporeidade, extrapolando um pouco a relação África-Brasil e pensando no Atlântico negro, que é o que alguns estudiosos andam pesquisando: a influência africana nos outros países do continente americano. Eu me lembrei de que a senhora falava da capoeira. Há algum tempo, li um livro de um pesquisador nigeriano – o livro abrange as artes marciais no continente africano, mapeia todas as artes marciais já encontradas e encontra manifestações dessas artes marciais na América. A capoeira é apenas um subconjunto disso. Há no Caribe, no Haiti, em Cuba, no Sul dos Estados Unidos, artes marciais que se assemelham ao boxe, à luta greco-romana, e as que se mantêm

na linha da capoeira. Eu queria saber se, nos departamentos de história no Brasil, onde se fazem estudos do continente africano e do Brasil, há diálogo com pesquisadores de outros países do continente americano e se há movimento no sentido de fazer estudos dessa herança nesses três eixos, pensando no Atlântico Negro em uma perspectiva brasileira.

Sra. Maria (Coordenação-Geral de Comunidades de Países de Língua Portuguesa) – Boa tarde. Sou Maria, diplomata lotada na Coordenação-Geral de Comunidades de Países de Língua Portuguesa. Mônica, é um prazer imenso a gente se reencontrar aqui, tantos anos depois dos bancos escolares, seja bem-vinda. Minha pergunta é sobre a implementação da lei de ensino de história da África. Eu sei que você se envolveu muito nisso, principalmente por meio da formação de professores, acredito. Aparentemente, você não está mais lidando com isso, pelo que você deu a entender. Minha pergunta é: mais de dez anos já se passaram da aprovação da lei, da entrada em vigor. Gostaria de saber se você tem uma avaliação sobre a aplicação da lei hoje; como anda o ensino da história da África no sistema escolar brasileiro?

Sr. Leonardo Cardote – Boa tarde, professora. Obrigado pela palestra. Sou aluno do Instituto Rio Branco da turma de 2014. Minha pergunta é mais pragmática, um pouco mais ampla; sobre cultura. Nos diapositivos que a senhora apresentou, consegui identificar a menção a dois sambas e a dois sambistas: o valioso *Zumbi* do Luiz Carlos da Villa, daqui da festa da raça; e o Ney Lopes, que estudou também conosco na UFRJ. E eu queria saber se a senhora, se o meio acadêmico brasileiro contemporâneo, consegue identificar no meio musical, especialmente nesse meio carioca, a preservação da cultura negra. É possível ainda enxergar nesse meio os mesmos elementos que caracterizaram esse espírito de resistência? Preservação de cultura e de intercâmbio. A gente

sabe quantas vezes o Martinho da Vila foi à África em troca de experiências. Isso ainda é rico? Como isso tem sido avaliado e visto pelo meio acadêmico e pelas pessoas que militam nessa área em geral? Se eu ainda posso enxergar como a gente sempre costuma enxergar, como algo romântico, interessante e importante. Obrigado.

Participante não identificado – Hoje de manhã já se falou da questão da capoeira. Fala-se da capoeira como se aqui no Brasil fosse de origem única. Em São Paulo, não era a capoeira, mas a tiririca que morreu, porque foi englobada pela capoeira. Depois veio a questão da divisão entre capoeira angola e capoeira regional. Eu já não conheço como estão as expressões nos outros estados. Nem mesmo o samba tem uma origem única; ele vem da Bahia para o Rio de Janeiro e para São Paulo, de onde vai do interior para a capital. Há ainda as expressões mineiras, que têm outra forma. É interessante o curso que a gente está tendo aqui, o tempo todo são várias fábricas, mas também são vários Brasis. As pessoas precisam começar também nessas horas para não nomear tudo como se fosse a mesma coisa. Uma coisa é você ser negro em São Paulo; outra coisa é você ser negro na Bahia. Ser negro no Rio Grande do Sul, em Minas ou no Tocantins, onde moro atualmente, a gente tem, nessas horas, de dar uma matizada e dizer: “Olha, eu estou partindo de tal matriz, que tem uma preferência”. Só para encerrar, você colocou uma coisa agora do candomblé que eu estranhei: Candomblé Banton. Isso porque o professor Capinguelê diz: “A palavra candomblé não existe. O candomblé é iorubá, segundo aquilo que Cabin fala. O professor não conheceu aquilo no grupo dele, de onde ele vem não tem essa origem”.

Sra. Monica Lima (Profa. UFRJ) – Ernesto, a sua pergunta, sobre o Caribe – se tem gente estudando isso hoje aqui no Brasil? Há pessoas, pesquisadores, estão tentando fazer disso uma coisa maior, e eu pessoalmente estou muito interessada nessas histórias grandes. Acho que foi uma história associada à historiografia brasileira. Durante muito tempo, os estudos de caso foram muito importantes, porque revelavam os detalhes das histórias, a multiplicidade, a diversidade. Isso foi fundamental porque as generalizações excessivas apagavam uma série de histórias vivas. Hoje eu já prefiro o olhar panorâmico. Acho importante, não as generalizações, mas a visão geral e, sobretudo, a visão da diáspora complexa. Estamos tentando um projeto, e dele faz parte uma professora da Universidade de West Indies, uma brasileira que está lá, mas que vai nos trazer outras pessoas da universidade, inclusive estudantes. Alguns estudantes brasileiros poderão ir para aquela universidade na Jamaica para poder viver as experiências diaspóricas contemporâneas. A gente ainda precisa encontrar um parceiro do lado de lá no continente africano para se juntar a essas três universidades, que estão começando um trabalho nessa direção. Deve haver mais gente fazendo isso; estou falando por mim porque conheço. Menciono, no caso, esse trabalho que sonho fazer com a professora Elaine Rocha, de West Indies. Os estudos de caso foram tão enriquecedores, ficaram tão bacanas esses negócios de micro-história, que levaram as grandes sínteses a se tornarem ultrapassadas. Eu acho que hoje a gente já está em outro lugar, a gente já pode fazer grandes sínteses com todo rigor e cuidado, mas trabalhando nessas dimensões atlânticas. Acho que isso é um aspecto muito bacana a ser recuperado e a ser tratado seriamente pelas universidades, pensando que essas experiências são atlânticas, trazidas de diferentes imagens em diferentes campos da musicalidade, da corporeidade e da tecnologia. Maria Kallás, a Lei 10.639 continua sendo o meu interesse. Acho que quando eu falo

nunca vou deixar de ser professora. Isso se dá porque estou preocupada com a Educação Básica, porque eu acho que também formo historiadores, formo professores de história na universidade e eu estou muito preocupada com isso. Por isso vou ler a base nacional curricular para poder me apropriar disso. E de fato acompanhei, venho acompanhando experiências da entrada em vigor da Lei 10.639. Houve uma época, que acompanhei muito de perto, que viajei muito às escolas, às secretarias estaduais e municipais de educação pelo Brasil afora. Eu fazia muito esse trabalho, hoje em dia faço menos. Hoje estou ligada na UFRJ a um grupo de formação grupo de formação de professores pós-graduados em história em 18 universidades brasileiras. Trata-se de um mestrado profissional de ensino de história nas universidades públicas – o mestrado público – gratuito e assim deve ser. Os alunos são professores de escola pública que recebem bolsas da CAPES. Uma das linhas de pesquisa desse mestrado profissional é a questão do ensino da história da África e da história afro-brasileira. Acho que essa lei caminha muito lentamente em sua implementação. Eu poderia elencar uma série de razões para isso, mas o que eu quero dizer é o seguinte: ainda que caminhe muito lentamente e haja diversos obstáculos de falta de investimento, é necessário mudar muitas coisas. Para essa lei vingar, precisa ser feita uma revisão curricular; rever tudo: não dá para você enfiar a história da África nos buracos do programa curricular de história, você tem de rever a história, seu ensino e para que ele serve. Porque senão é mais uma coisa que será colocada no ensino de história e o professor não dá conta. A história é uma matéria que todo ano ganha mais um pouco de conteúdo, continua e você vai colocar a história da África, que vira aquele apêndice. Não vamos falar aqui da história da África comendo pelas beiradas, mas tem de fazer uma revisão curricular. Por isso quero acompanhar a elaboração da Base Nacional Curricular Comum para ver se esse caminho é um caminho

possível, porque não dá para mexer no ensino de história e de outras disciplinas sem mexer no geral, sem mudar as prioridades. Eu acho que a implementação da lei 10639/2003 caminhou devagar, mas caminhou; vou ser otimista. Recebo muitas notícias de experiências concretas, levadas a cabo por professores do que há de melhor no campo da educação com suas atividades e iniciativas, escolas e redes públicas. Acho que essa é uma lei que pegou, com todas as dificuldades, na cabeça e nas bocas dos educadores. É um fato: tem algumas coisas acontecendo. O que a gente tem de fazer é recuperar e transformar essas experiências em conhecimento, ver como caminhar mais e de forma mais célere. Caminhou, foram criados cursos de pós-graduação em diferentes locais do Brasil, à distância e presenciais, e com estímulo governamental nessa área. Esses cursos estão funcionando e formando gente. Enfim, como eu vi como era anteriormente. Eu dou aula de história da África para o ensino universitário desde 1992, quando eu comecei a dar esse curso na Universidade Federal do Maranhão. Hoje vejo que avançou; disso eu não tenho a menor dúvida. O que tenho medo é que pare de avançar e contra isso a gente tem de estar muito atento e forte para não deixar retroceder e continuar. Acho importante o acréscimo que foi feito com a Lei 11.645, com a entrada da história das populações indígenas, dos povos originários das Américas. Isso veio ampliar o nosso campo, tornou o campo mais completo e essas histórias vão se abrir para outras histórias. Leonardo, você fala da tiririca que era diferente da capoeira. Eu também passei muito rápido por isso, tinha uma frase que dizia: “Diferentes espaços, diferentes origens”. Eu acho que é importante frisar essas múltiplas origens. Eu ouço o Maurício Tizumba, de Minas Gerais, nos seus tambores: como é diferente o ritmo que ele traz! E tem tudo a ver com o samba em última análise, lá longe com maracatu, mas é outra coisa. Há uma série de ritmos que têm origens africanas que precisam ser revisitados e não ficar só na mesmice, até porque

mesmice durante um tempo já não é mais a mesma, e pode correr o risco de se plastificar e não se quer que isso aconteça. É fundamental não bancar o inocente e achar que não há disputa. Só porque a comunidade afrodescendente é bacana não vai disputar mais espaço? Aí também é uma questão de afirmar a minha origem, o meu lado, e isso vai ser o melhor, porque acho que a gente tem de rever isso aí, porque o raciocínio sobre a história dos africanos, afrodescendentes e dos indígenas não é para ter disputa, é para ter multiplicidade. Isso é o que faz da gente um espaço melhor e mais rico culturalmente. Aí chego à questão do Leonardo. Existe gente nessa contracorrente, mas ainda é uma contracorrente de resistência cultural, academicamente falando, utilizando esses espaços. Temos jovens interessados nessas novas conexões e aí eu conto para vocês a história de um jovem brasileiro que foi meu aluno há muito tempo; Bernardo Aguiar. Bernardo me dizia: “Professora, estou aprendendo pandeiro”. Assim, quando ele estava no sétimo ano, antiga sexta série. E eu: “Ah tá”. Olhava aquele moleque branquinho, magrinho, eu falava: “Está tocando pandeiro. Tá bom, brinque aí”. Ele sabia que eu estava interessada nessas questões de trocas culturais. Vai que queria me agradar? Passaram-se os anos e um dia ele me falou já no ensino médio: “Professora, eu estou indo para o PercPan. Eu falei: “O que, meu filho?”. “Eu vou para o PercPan, é aquele maravilhoso festival de percussão, com gente de todo mundo e com os caras de ponta”. Eu falei: “Como, Bernardo, você vai para o PercPan? Vai para o PercPan?”. Passaram-se os anos e Bernardo é um músico extraordinário e um dia eu o encontro, toca um pandeiro com um amigo; eles têm um grupo chamado Pandeiro Repique Duo, são uma dupla que toca repique e pandeiro. Bernardo por vias que têm a ver com a vida dele caminhou e conheceu um dinamarquês que o levou para a Europa. Lá eles conheceram os músicos da Tanzânia e fizeram uma conexão. É uma coisa linda o trabalho que eles fizeram;

eles foram para a Tanzânia e ficaram bom tempo lá. Ritmos que vão, ritmos que vêm, e Bernardo vem com uma frase que eu acho fabulosa. Ao conversar com esses músicos no pôr-do-sol em Zanzibar, toca de lá, toca de cá, eles falaram: “Ah, a gente está aqui compartilhando essas sonoridades”. E aí o jovem músico tanzaniano, de cujo nome não me lembro agora; mas eu vou procurar, porque acho fundamental dar os créditos; virou para Bernardo e disse: “A gente não está compartilhando, a gente está fazendo mais do que isso, a gente está desenvolvendo, porque quando a gente faz essas trocas, a gente cresce, eu cresço, você cresce e a música cresce. Essas relações são para isso”. Quando a gente fortalece e estuda a complexidade dessas novas culturas no mundo localizado, desses desenvolvimentos culturais possíveis no mundo localizado, eu acho uma questão do momento. Tem pouca gente trabalhando isso na academia, mas tem um grupo bacana que eu conheço na UFF, sob a coordenação da Professora Marta Abreu. Eu tenho alguns alunos muito interessados. Acho que ainda falta acontecer aquilo que também está na letra do “Dia de Graça”, de Candeia, grande compositor: cantá-lo na universidade, porque somente quando se cantar o samba na universidade o negro e a negra vão ser príncipes de verdade e poder sair do barracão. A gente está caminhando, a gente está ocupando esses espaços, a gente somos todos, porque somos nós, todo mundo, para não deixar a Lei 10.639 virar letra morta, é não permitir que a força dessa cultura popular vire só um folclore que a gente olha de longe o que não é nosso, porque esse que é o perigo do “folclore” entre aspas, porque folclórico é uma palavra bonita, quer dizer uma cultura popular, mas quando a gente começa a olhar aquilo como manifestação exótica vira um outro que não é a gente e aquele outro nunca vai ser igual a gente. Então tem de evitar esses descaminhos, por isso é importante, como você falou, que se venha também para ocupar esses espaços. E não deixa de ocupar,

porque se não a gente vai sempre olhar de fora e o negócio é entrar na roda mesmo.

Sr. João Batista Botelho (MA) – Boa tarde a todos e a todas. Eu sou o professor João Batista Botelho, eu e minha esposa estamos vindo do Maranhão. Nós somos do Instituto Federal do Maranhão e estou no momento como diretor de Direitos Humanos e Inclusão Social profissionalmente, mas também como cidadão militante, fazemos parte do NEAB do Instituto Federal Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e de Descendentes. Estamos na coordenação do Fórum Permanente de Educação para a Diversidade Racial do Maranhão, somos agentes da pastoral negro e negra do Brasil. Por que essa breve apresentação? Primeiro para contribuir com, espero, a reflexão quando a senhora nos convence de que nós estamos avançando a partir da pergunta sobre a questão da implementação das duas leis ou da alteração da LDB, melhor a gente passar por esse caminho. Então, só que como membro do fórum que tem a responsabilidade de acompanhar tudo nesse processo, e como militante do NEAB, dos APNs, profissional da educação, e principalmente, na sala de aula a gente percebe que esse avanço é ainda muito lento e às vezes cruel, os embates, os enfrentamentos têm sido muito fortes em razão da resistência que está colocada, resistência de colegas professores e professoras que não estão dispostos a abrir para esse processo, minha formação, a formação inicial não entende, portanto, não sou obrigado a fazer. Resistência de gestores que não estão comprometidos, pedagogos e pedagogas que não perceberam o papel estratégico que têm nesse processo. Então a reflexão que eu quero, em nosso nome, em nome da família e comprometidos com o nosso processo nos inquieta e gerou um diálogo particular entre nós rapidamente aqui; inquieta-me ouvir a afirmação de que estamos avançando. Então, quero registrar, até para confortar o nosso coração, que seu conceito de

que estamos avançando é deixar de ter a leitura de que não estamos tão bem assim nesse avanço. Então é só mesmo nesse sentido para não sair com a sensação de que está tudo bem e não está. Obrigado.

Sra. Monica Lima (Profa. UFRJ) – Eu me lembro de ter falado que é preciso estar atento e forte, ou seja, é nesse sentido, estamos avançando, se eu olho em perspectiva e aí eu vou e falo do meu lugar de quem percebe a história em longa duração. Eu acompanhei esse processo, o primeiro curso que eu dei de História da África para a universidade foi na Universidade Federal do Maranhão, em 1992. Foi o primeiro e foi uma das primeiras universidades a estabelecer como disciplinas obrigatórias antes da Lei. Se eu olho daquele tempo para hoje, é claro que eu não tenho como negar que avançou. Estive lá recentemente e tem uma licenciatura específica lá; o Professor Carlos Benedito, da UFMA, está a frente disso. Se eu olho nessa perspectiva percebo esse avanço. Eu lido com professores diuturnamente, meus alunos, meus ex-alunos, enfim, o contato direto com as secretarias, com regiões fora da cidade do Rio de Janeiro, no interior, interior do interior, o que vocês possam imaginar eu já tive acompanhando experiências da Lei. É isso que me faz acreditar que avançamos. Agora, eu não tenho a menor dúvida de que é difícil e está ficando cada vez mais difícil justamente porque a gente está avançando. Eu acho que a reação ocorre na medida do nosso avanço, e quando falo isso não é que a gente está bem. Não, a gente não está bem, mas a gente está muito melhor do que esteve: é não deixar a peteca cair, mas consciente de que a gente conseguiu o espaço. Acho que é preciso, sim, uma série de políticas mais explícitas e diretivas da parte das secretarias municipais e estaduais de educação, na formação dos professores, irem instando os professores a trabalharem com essas gramáticas, porque é melhor, não é, porque é obrigatório, só. Existe no Rio de Janeiro um escritório de advocacia – eu não conheço os outros

estados, que se especializou em ações públicas sobre escolas e redes de ensino que não implementam a Lei 10.619. Humberto Adami, desse escritório, é o presidente da Comissão da Verdade da Escravidão da OAB. O escritório dele fez ações públicas, junto com o Ministério Público, e eu particularmente tive contato com vários desses questionamentos judiciais. Claro que a gestora pode fazer ouvidos moucos? Pode, mas, se receber um documento da justiça dizendo: “Olha, agora a senhora diga-me se tem aqui História da África, História dos africanos no Brasil”. Isso cria no mínimo um clima, então existe a esfera da reivindicação aos poderes públicos e existe a esfera republicana de nos organizarmos para reivindicar algo que se encontra em uma lei legitimamente aprovada, encaminhada pelos movimentos sociais. Dá o maior desespero, eu sei, já fui chamada em várias escolas: “Ah, a gente recebeu, aí agora, o que a gente faz?” Acho que falta muito, eu não quero de jeito nenhum que passe essa ideia alienada de que a gente já ganhou, não “já ganhamos”, ainda não, mas estamos assim, caminhando em direção a muitas vitórias, se não arrefecermos. É fundamental reconhecer que se caminhou para a gente continuar avançando, acho que isso a gente já aprendeu, mas reconheço a sua preocupação. É fundamental olhar para a educação infantil. Há trabalhos hoje de pesquisa que estão disponíveis na rede, dissertações de mestrado, monografias de professores da educação infantil que estão olhando para esse segmento. Eu acabei de orientar um trabalho de uma jovem professora de educação infantil que trabalha com crianças de três a oito anos e ela escreveu sobre a literatura infanto-juvenil usando livros com contos, lendas e histórias africanas. Essas experiências são muito importantes. Essas literaturas e outras podem ser utilizadas nas salas de educação infanto-juvenil, para implementar essa lei. Já têm trabalhos nessa área. Claro que isso precisa ser mais divulgado, precisa chegar às pessoas, mas já existe felizmente. Repito, não é um otimismo alienado, mas a ideia é que

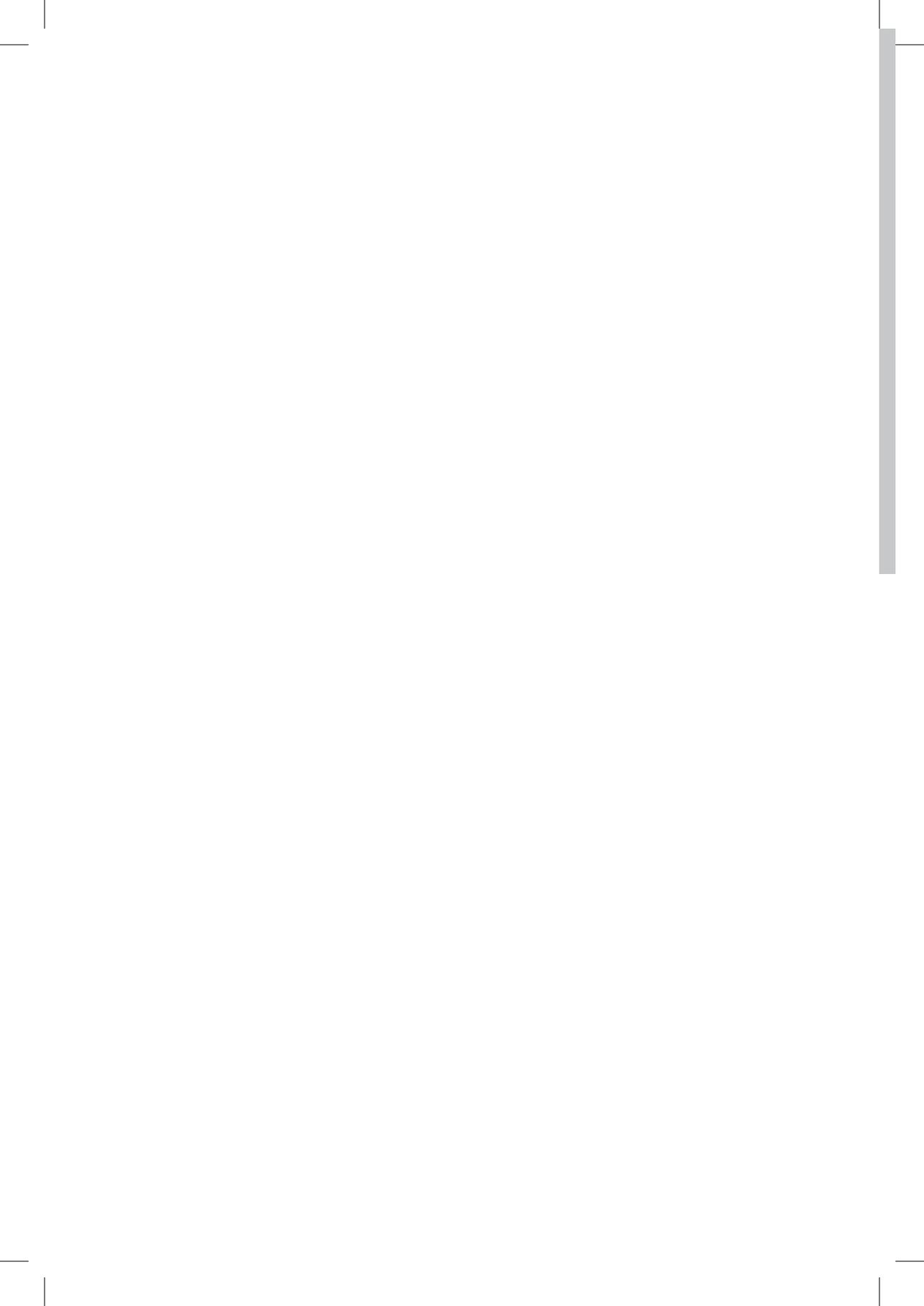
a gente já caminhou. Só para não deixar a história do Candomblé sem resposta: de fato as práticas do Candomblé, da religião dos orixás, realmente não têm nenhum parentesco direto com esse outro universo, mas a palavra sim. Lembremos que os calundus - antepassados dos candomblés - eram praticados por africanos das regiões bantas. Na Bahia, o pessoal que estuda a história dos Candomblés rememora os Calundus. Renato da Silveira, um grande pesquisador baiano que trabalha com essa história de longa duração mostrando a forte influência, a presença banta anterior ao Candomblé propriamente dito, mas era só palavra mesmo.

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Eu queria pedir uma salva de palmas para a apresentação da professora. E aproveito para agradecer em nome do Departamento da África.



TERCEIRA PARTE

BRASÍLIA, 21 DE OUTUBRO 2016



PAINEL 6
RELAÇÕES BILATERAIS CABO
VERDE-BRASIL: PERSPECTIVA HISTÓRICA

António Correia e Silva



Moderador – Bom dia, senhoras e senhores. Sejam mais uma vez bem-vindos ao Seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento de África com o apoio do Instituto Rio Branco. O tema da palestra a seguir é “Relações bilaterais Cabo Verde-Brasil – perspectiva histórica”. A palestra será ministrada pelo doutor António Correia e Silva, ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde. O doutor António Leão de Aguiar Correia e Silva nasceu em Praia em 14 de novembro de 1963, exerce atualmente o cargo de ministro do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia de Cabo Verde; é doutor em História Econômica e Social Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa; fez doutorado em Estudos Africanos no Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da empresa ISCTE em Lisboa; doutorando em História Econômica e Social Contemporânea na Universidade Nova de Lisboa; é mestre em Desenvolvimento Social e Econômico em África pelo Centro de Estudos Africanos de Lisboa; possui licenciatura em Sociologia pela Faculdade das Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa; entre as principais funções desempenhadas ao longo de sua carreira, pode-se ressaltar a do reitor da Universidade de Cabo Verde; conselheiro cultural do Presidente da República de Cabo Verde e membro da equipe luso-cabo-verdiana para a elaboração da História Geral de Cabo Verde. Recordamos que o conteúdo da palestra é de responsabilidade dos palestrantes, não refletindo necessariamente a posição oficial do Ministério das Relações

Exteriores. Com a palavra, o ministro Antonio Correia e Silva, estamos a sua disposição.

Sr. Antonio Correia e Silva (Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde) – Bom dia a todos. Gostaria de começar por cumprimentar todas as pessoas que se prontificaram a vir assistir essa palestra e lhes agradecer, mas agradecer primeiramente o Itamaraty que fez o convite honroso para mim e para o meu país para participar deste evento. Também felicito o Itamaraty por esse seminário. Um seminário importante do ponto de vista acadêmico, mas também oportuno do ponto de vista político, por todo lado as chancelarias, as empresas, os grandes *players* pensam África e pensam o seu posicionamento para a África e, portanto, esse seminário está alinhado com as novas tendências, uma política para a África que seja, conseqüentemente, mais sustentável e mais durável. Durante muito tempo, a África foi vista como um lugar de enriquecimento fácil, de exploração dos recursos naturais e essa perspectiva nos tem mostrado insustentável, durável dentro desse ponto de vista. Por todo lado, intelectuais, sociedades civis e governos pensam a relação com a África. A própria África pensa a relação consigo própria. É importante nesta hora pensar nesse recomeço, nessa conceitualização, se há uma articulação virtuosa entre políticos, governantes, mas também acadêmico. As academias têm muito a dizer nessa matéria; as chancelarias, a própria sociedade civil. Seus parceiros não são exclusividades, e na verdade não são exclusividades pelos governos. Quando me convidaram para falar da relação África-Brasil, confesso que esse tópico revela para nós africanos muitas vezes uma noção muito genérica e global do continente, então quis expor o caso de Cabo Verde dentro de um contexto africano, mas particularizar o caso de Cabo Verde. Exatamente porque muitas vezes essa generalização tem subjacente um conhecimento deficiente generalizado e vago do continente. Eu

vou falar sobre Cabo Verde. Falei da questão da África como continente com várias realidades. Essa singularidade traduz muitas vezes um deficiente conhecimento das realidades, por isso é preciso falar da África, sim, com a sua aspiração de agir no contexto mundial como um continente, como uma unidade, mas uma unidade plural África e Áfricas. Eu venho falar de uma África particular, que é a África insular ou mesmo microinsular que traz características próprias. Os arquipélagos africanos, Cabo Verde é um deles, São Tomé e Príncipe é outro, um conjunto deles tem desempenhado historicamente o papel de zonas de penetração europeia e árabe no continente. Mas no contexto dos arquipélagos africanos, eu gostaria de perguntar a mim mesmo o que caracteriza essa preferência, essa microinsularidade cabo-verdiana no contexto dos arquipélagos. Cabo Verde é muito marcado por duas características geográficas e raramente a geografia foi tão determinante na trajetória coletiva de um povo como é no caso de Cabo Verde. Cabo Verde caracteriza-se muito por duas determinantes geográficas fundamentais. Para os árabes, a palavra Sahel significa litoral, os árabes igualavam o deserto a um oceano, está à beira do deserto, está num litoral e Cabo Verde faz parte de uma faixa litorânea do deserto do Saara, o grande deserto, que vem desde o continente ou mesmo desde a Península Arábica, atravessa continentes e se prolonga no mar até Cabo Verde. Portanto, essa sazonalidade traduz-se em coisas importantes desde logo a um regime de chuvas muito aleatório, relativamente escasso, que marca grandemente a trajetória e a história de Cabo Verde. E por outro lado, uma insularidade longínqua, por que eu digo uma insularidade longínqua? A África é composta por um conjunto de ilhas litorâneas, mas próximas como é Gorée, por exemplo, o arquipélago Los em Conacri, mas Cabo Verde está num adentramento do oceano, aquilo que os portugueses antigos chamavam mar oceano, mar não costeiro e 500 km adentro do mar oceano, portanto, é

uma insularidade já longínqua, portanto, enfrenta não só salinidade, como isolamento oceânico. Ainda daquele jeito de anedota devo contar que a distância de Cabo Verde ao continente é algo muito problemático na sociedade cabo-verdiana, porque ela marca uma distância física, mas muitas vezes também outras distâncias culturais. Produziu-se um estudo muito interessante que viu que, em função das conjunturas políticas em Cabo Verde, o posicionamento nos mapas cabo-verdianos relativamente ao continente altera-se e foi modelo dos mapas e viu que em determinados momentos Cabo Verde procura outros aliados e produz mapas nos quais essa distância se prolonga. Portanto quando houve o projeto unidade Guiné e Cabo Verde. Representava-se Cabo Verde do Sul muito próximo da Guiné-Bissau e tendo uma bola ligando os dois sobre o desenho, sobre o mapa ligando os dois. Com o golpe de estado em 1980, o arquipélago deslocou um pouco mais a norte e a oeste do Senegal. Bom, para dizer que a representação cartográfica traduz também as extensões de identidade que têm povos, como cabo-verdianos. Mas a singularidade cabo-verdiana provém que no Sahel é o único espaço arquipelágico em todo o Sahel, portanto, que sofre o constrangimento da seca no Sahel, mas é o único que está no isolamento oceânico. Cabo Verde pertence a um outro conjunto geográfico que se chama Macronésia das ilhas Canárias, Madeira e Açores. Entre essas ilhas, Cabo Verde é o único salesiano. Nas Canárias, Madeira e Açores há um outro contexto geográfico, portanto, é no entrecruzamento entre Sahel e insularidade, aliás meu primeiro livro chama-se *Histórias de um Sahel Insular*, porque exatamente marca a questão da história de Cabo Verde, esse enquadramento duplo de Sahel e insularidade. Outra particularidade no contexto africano é a lusofonia. Somos, juntamente com a Guiné-Bissau, no nosso espaço geográfico, ilhas lusófonas no continente e tudo isso também nos traz um patrimônio histórico de pertencer ao velho império colonial português,

portanto, são esses dados, digamos assim, de caracterização. Eu gostaria muito topicamente de dizer que desenhei essa aula, as relações Cabo Verde e Brasil na longa duração e dizer “por que longa duração”? Eu acho que temos de pensar as relações internacionais não na autodefinição das chancelarias, não em base de princípios abstratos, mas na análise de dados concretos das trajetórias dos países. E também, porque a história compõe ou contribui largamente para a produção da inteligibilidade do presente. Joseph Schumpeter tem uma frase que eu gosto de repetir quando falo de história para não historiadores. Ele diz que os carros andam mais depressa quando têm retrovisores, portanto, é preciso ter sempre retrovisão quando queremos andar depressa, isso em defesa da utilidade da invocação da história para não historiadores, mas dando-lhe uma utilidade que é a produção da inteligibilidade. As relações entre Cabo Verde e Brasil podem ser priorizadas e são relações de cinco séculos, podem ser priorizadas de forma simples assim, a relação entre duas colônias do império colonial português de 1500 a 1822, uma segunda fase entre um estado soberano que é o Brasil e uma colônia de 1822 a 1905, por fim a relação entre dois estados soberanos. Uma hipótese de partida é com o Atlântico e as diversas ordens, diversos ordenamentos geopolíticos e geoeconômicos. Diversas molduras atlânticas determinaram as modalidades e a intensidade das relações entre as duas sociedades, a cabo-verdiana e a brasileira. No quadro do império português, do império colonial português, houve relações intensas e multidimensionais, como espero poder mostrar aqui. Há um segundo momento, que é o momento da independência do Brasil, que eu queria realçar aqui, que são as independências descompassadas. Eu digo isso porque Cabo Verde esteve alinhado com a independência do Brasil, esteve alinhado num projeto de um Cabo Verde brasílico que falhou e, portanto, falo em independências descompassadas, portanto, um

distanciamento ou um novo tipo de relações. E, por fim, a relação entre dois estados soberanos, mas que têm muitas afinidades como vão ver, mas que têm algumas diferenças fundamentais: um microestado insular e um macroestado continental. Vários poetas cabo-verdianos choraram soldados do Brasil e sempre vendo a impossibilidade de uma boa relação pela diferença de tamanho. Grande parte da relação que vou mostrar, Cabo Verde do Brasil é uma relação de Cabo Verde com o Brasil, mas uma relação romântica, distante e exatamente, segundo muitos, inviabilizada pela diferença de tamanho. Normalmente, os grandes países, como o Brasil, veem a África muito pelo aspecto do potencial das relações econômicas, ausente no comércio das matérias-primas ou de oportunidade para as grandes empresas construtoras. Cabo Verde não tem grande virtualidade nesse sentido e por isso foge do clássico das relações, do clássico da conceituação das relações Cabo Verde e Brasil, mas tem um grande potencial da valorização da língua, na formação de elites letradas e empreendedoras e no lançamento de uma base de cooperação entre economias ausentes no conhecimento, pois é disso que quero vos falar. Bom, posto isso, vamos à história. Cabo Verde é a mais antiga relação afro-brasileira conhecida, a referência do Atlântico Ocidental a partir de Cabo Verde fez de Cabo Verde um marco na referência do Atlântico Ocidental, enquadrando o Brasil antes de ser. O tratado de Tordesilhas, que é referenciado a partir de Cabo Verde, naquela altura dominava-se muito mal a longitude e, portanto, a referência do arquipélago foi fundamental no traçado, que permite depois o enquadramento do Brasil enquanto colônia portuguesa já em referência a Cabo Verde. A maior parte dos brasileiros que ouvem falar de Cabo Verde ouvem na lição de história sobre Tratado de Tordesilhas e descobrimento do Brasil. No primeiro Atlântico, Cabo Verde representou um grande ponto de escala na abertura devido à sua situação geoestratégica, como sabem. Naquela altura

a navegação a vela no Atlântico se fazia em função dos ventos em um oito e Cabo Verde está no centro do oito, o que significa que rapidamente é possível desenvolver uma economia em um arquipélago sem constrangimentos. Trago aqui algumas citações. Em 1512, os moradores da ilha de Santiago, que é a maior ilha de Cabo Verde, afirmam ao rei que Santiago era a grande escala para os navios e não de sua alteza mas também para os navios de São Tomé, Ilha do Príncipe e para os navios que vão do Brasil dominar em todas as partes da Guiné. Então Cabo Verde está no centro do turbilhão, da rede de circulação. Antônio Corrêa de Souza, corregedor do rei em 1544, afirma que o porto da Vila da Praia era a passagem de todos os navios para essas ilhas. Portanto, as razões da posição geoestratégica de Cabo Verde têm a ver com a tecnologia de navegação, que é veleira, e dos rumos do vento. Por causa disso, Santiago, a principal cidade de Cabo Verde, torna-se um centro de reabastecimento e reparação de navios e também base do controle fiscal e político dos tráficos transatlânticos no século XVI. Portanto, os portugueses utilizavam Cabo Verde não só como escala, mas também como uma base de controle fiscal e político de toda a circulação. O Atlântico de que estamos a falar é um Atlântico que é um lago ibérico ordenado pelo Tratado de Tordesilhas. Como ponto de escala, Cabo Verde se converte em um centro de redistribuição de homens desde logo escravos; escravos guineenses. Muitas vezes fala-se dos 500 anos do colonialismo português no continente africano, mas no primeiro século do povoamento, Cabo Verde era o único entreposto português da alta Costa da Guiné, era uma espécie de feitoria *offshore*. Os portugueses não tinham soberania para se fixarem no continente e encontraram um espaço que era suficientemente longe da tal insularidade longínqua para conferir segurança, para instalar uma base de penetração, mas perto o bastante para assegurar incursões rápidas. É isso que dá a Cabo Verde o seu valor geoestratégico na relação com o continente,

portanto, a tal feitoria *offshore*. A primeira feitoria portuguesa era a Costa da Guiné. Nasce não no século XV, mas no final do século XVI. Até então os portugueses não tinham sequer direito a uma ocupação pontual, epidérmica, litorânea na Costa da Guiné, e Cabo Verde funciona como um falso litoral para penetração. A partir da Audiência de Haiti em 1517, que revela exatamente essa expressão do lago Atlântico como lado ibérico ao acordo da transferência de escravos guineenses, já não para a Península Ibérica, que foi o primeiro grande destino do tráfico de escravos, as pessoas esquecem isso. O primeiro destino do tráfico de escravos foi a própria Europa, mas a partir de 1517 há um primeiro barco que sai de Santiago do Cabo Verde e chega ao Haiti, ilha espanhola, em 1517. Portanto, há uma reorientação do tráfico de escravos da Península Ibérica e das ilhas adjacentes, falo de Canárias, dos Açores e da Madeira, para as Américas, e os primeiros escravos que chegam ao Brasil são os Gelofo, Mandingas, os Bisagos. Portanto, há às vezes uma conceituação muito militante, contudo empobrecedora, sobre o tráfico de escravos, que tende a ver o tráfico apenas como transferências da mão de obra ou de homens muito impressionados com as condições desumanizantes do tráfico, e esquece de ver o tráfico como também uma via de difusão de saberes, de tecnologias e de culturas. Há um livro que eu recomendo a todos àqueles que não são historiadores e àqueles que o são, mas que não leram, que é do John Thornton, *África e os Africanos Construindo o Mundo Atlântico*, uma visão de que a escravatura não é apenas a exploração do africano como mão de obra, mas também propicia a difusão dos saberes de tecnologias e um deles, que estuda a escravatura como eu estudei há muitos anos, vê isso rapidamente através da valorização dos escravos que são tecelões, são vaqueiros, são agricultores e trazem um enorme valor a acrescentar. A escala cabo-verdiana também se valorizou como um lugar de formação de escravos, onde faziam escala em Cabo Verde e muitas vezes

passavam um ano naquelas ilhas submetidos a um processo que os portugueses chamavam de ladinização, isto é, aprendizagem da língua portuguesa, uma língua portuguesa falada já abastardada pela “colonização” entre aspas, mas também o cristianismo, além de todo um processo de criouliização nessa viagem. E daí, por exemplo, no Brasil rapidamente o escravo de Cabo Verde torna-se um escravo caro, diferenciado, porque o escravo que nessas escalas é submetido, falando do ponto de vista colonial, do ponto de vista dos escravos, a uma apropriação também de novos saberes que, muitas vezes, permitem a sua valorização no quadro da escravatura. A escravatura não é uma relação indiferenciada entre os novos escravos, mas dentre os escravos há várias gradações e diversas posições. Como ponto de escala, Cabo Verde se converte também em centro de redistribuição de plantas e animais, já que a ilha de Santiago se torna um lugar de aclimação. As primeiras vacas, cabras, cana-de-açúcar e inhames que chegam à Bahia vêm de Cabo Verde e depois de São Tomé. Há um belo livro que eu recomendo também a todos que se chama *Aventura das plantas*, do professor Mendes Ferrão, um português que foi representante da FAO que mostra exatamente a abertura do Atlântico por motivo da redistribuição de plantas e Cabo Verde funcionou muito como um lugar da aclimação de plantas que vieram para o Brasil, mas que nem sequer eram de Cabo Verde. Por exemplo, o coqueiro, o coco, os portugueses inicialmente chamavam de forma expressiva, noz da Índia, noz de Portugal, uma coisa assim, e quando virou coco chamavam noz da Índia, mas chamavam pepinos da Índia para a banana etc. Tudo isso era aclimatado numa cidade do porto fundamental em Cabo Verde, que é a cidade de Ribeira Grande, patrimônio mundial hoje. Também era uma agrocidade que vivia muito de transferências de sementes e de vender água. A meio do Atlântico, água e refrescos são bens preciosos. Então a escala cabo-verdiana se impôs também nisso. E Gabriel Soares de Souza,

senhor de engenho no Brasil registra a chegada de Cabo Verde. Mas no Brasil não nos fica de ver muito, porque também recebemos do Brasil aquilo que é uma espécie de chave do povoamento de Cabo Verde, que é o milho mays chamado inicialmente em Cabo Verde também milho Brasil. O milho mays é o maior dos contributos para a expansão do povoamento das ilhas em Cabo Verde, por ser o único cereal que se adapta a um curto-circuito pluvial do Sahel insular. Tanto os portugueses quanto os africanos tiveram traumatismo imenso no povoamento de Cabo Verde, por quê? Porque o ciclo pluvial em Cabo Verde, quando é bem-sucedido, vai de agosto a outubro. Os portugueses logo assinalaram nas suas inscrições que as chuvas eram escassas, porque o inverno era muito pequeno, o inverno que é verão, mas eles identificam inverno pelas chuvas, diziam isso. E de fato grande parte das suas plantas trazidas da Europa, e os portugueses são muito dependentes da oliveira por causa do azeite, dos cereais de inverno, não eram cultiváveis em Cabo Verde, e os africanos que vinham do continente, a maior parte da zona da Guiné, também vinham de grandes planícies aluviais, de chuvas abundantes, assim como os portugueses que têm um inverno, uma estação das chuvas que vai desse tempo a maio, e a fixação em Cabo Verde representa para todos, colonizadores e colonizados, escravos e senhores, um grande traumatismo psicológico e cultural, e então há uma verdadeira composição da natureza, da busca de plantas úteis para Cabo Verde. Eu costumo dizer que somos ensinados na escola a ver a natureza como uma coisa que é um dado, uma coisa que nos precede, mas na história de Cabo Verde a natureza também foi inventada, porque foi composta exatamente por estar no centro dessas rotas e o milho mays é o que permite ser cultivado em julho muitas vezes, e mesmo com essa estação curta, em 90 dias completa o seu ciclo. E a história de Cabo Verde foi povoada exatamente pelo domínio desse cereal e pelo seu cultivo. Como em Cabo Verde, no Sahel as chuvas são aleatórias,

grande parte das vezes não chove em outubro. Aliás, em crioulo cabo-verdiano, pessoa de outubro quer dizer uma pessoa pouco confiável, com desculpas para todos os nascidos neste mês. Quando não chove em outubro, o milho morre depois de todo o investimento. A história de Cabo Verde é um verdadeiro jogo de azar nesse aspecto. Há muitas fomes provocadas exatamente por outubros que não chovem e o milho depois de todo o investimento falha, mas é o milho, em todo caso, o milho Brasil, o milho mays que permite o povoamento de Cabo Verde. Mas, como escala, ainda volto a dizer, Cabo Verde se converte em base da transferência do próprio modelo societário. Quero dizer que não foram só os elementos a vultos que falamos aqui, as plantas e os animais que cruzaram o Atlântico do Cabo Verde em direção ao Brasil, mas também estilos de vida e o modo de organização da sociedade. Cabo Verde é a primeira cidade escravocrata e crioula do Atlântico e faz esse triângulo: Cabo Verde, São Tomé, depois o Brasil, é o mais velho triângulo da experiência colonizadora dos portugueses no Atlântico. Portanto, quando digo cidade escravocrata, eu defino aqui, tirada de um livro meu, foi em Cabo Verde que se construiu pela primeira vez uma cidade que integrou num convívio prolongado africanos e europeus, uma cidade que a sociologia histórica designaria de crioula visando dar conta não apenas da historicidade das origens, como também das dinâmicas de interação cultural que o novo meio geográfico e social propiciou aos que nela participaram. Ao dizermos isso, podemos facilmente cair na mistificação se ocultarmos que se tratou de uma cidade que além de crioula foi também escravocrata, a qual o negro chegava amarrado para ser vendido como escravo logo que desembarcado. É a primeira cidade em que africanos e europeus vivem coexistindo, criando vínculos e criando dinâmicas de interação cultural. As experiências anteriores a Cabo Verde ou são como a Madeira e os Açores de transferência da população do reino da matriz europeia

para o atlântico. É uma colonização adjacente da reprodução de uma matriz societária europeia no Atlântico ou então são pequenas feitorias que não geram interação social. É o caso da Arguim, ocupação das praças do Marrocos. Mas é em Cabo Verde que se funda uma cidade em que já não é a transferência do modelo da cidade do Reino, é uma cidade nova e esta novidade, este ponto de ruptura, faz de Cabo Verde uma espécie de Equador histórico e antropológico do Atlântico. A partir de Cabo Verde são essas sociedades, cidades escravocratas, crioulas, mercantis, digo aqui. Podemos definir essas cidades de modo policêntrico como sendo crioulas, escravocratas, coloniais, tropicais, mercantis. Esse tipo de cidade que vai ser difundido, passo a expressão, exportado para São Tomé, mas depois para o Caribe, para o Brasil, para a Nova Espanha, atual México, para a Colômbia, mas o berço, a experiência inaugural desta sociedade é Cabo Verde. De lá Freire diz a alguns que a ilha da Madeira é a irmã mais velha do Brasil, mas isso com injustiça a Cabo Verde, a irmã mais velha do Brasil é Cabo Verde. E a ilha de Santiago, uma ilha na qual se fundou essa experiência inédita, nova, a verdadeira produção da história no sentido que Focker diz: “A produção do novo”. Portanto, o modelo cabo-verdiano, como disse aqui, vai ser reproduzido nas antigas Colômbia, Nova Espanha, Brasil. Cabo Verde, do ponto de miragem no mapa histórico antropológico do Atlântico, o Equador geoes-tratégico e antropológico do oceano criando um norte. No Norte são experiências que reproduzem o modelo societário, e o Sul é um mundo verdadeiramente novo, doloroso, mas novo. Portanto, quando nós estudamos a história, vemos a mesma fonologia social própria da sociedade escravocrata, já na história de Cabo Verde se veem as tensões entre escravos e senhores, as fugas, os quilombos, os meirinhos da serra que aqui são os capitães do mato. E quando a gente vê as novelas brasileiras, conclui-se porque a literatura brasileira faz tanto sucesso em Cabo Verde: porque volta a esse

patrimônio arcaico, arquétipo comum que partilhamos daquele momento fundamental. A mestiçagem e a problemática das legitimações; eu estudei isso em Cabo Verde, os filhos mestiços, os filhos não legitimados, legitimados na hora da morte, os morgados, tudo isso é a nossa partilha de um fundo histórico comum, as mesmas tecnologias de produção do açúcar, os mestres do açúcar, que em Cabo Verde muitas vezes eram escravos e herdavam, porque os escravos mestres do açúcar eram escravos especiais. E, portanto, entre Cabo Verde, São Tomé e o Brasil, há esse triângulo inicial das nossas histórias. Portanto, como escala e lugar de experimentação, Cabo Verde desempenhou o papel de base da construção do Brasil colonial, mas quando há contestação ao domínio ibérico atlântico, a ordem de Tordesilhas de ser conquistada a meados do século XVI, primeiramente por franceses. Francisco I da França diz que não havia nada no testamento de Adão, que excluía a França do Atlântico Sul e, portanto, começam as incursões em primeiro lugar sobre Cabo Verde, mas depois da Costa da Guiné e depois ao Brasil. Portanto, essa contestação não hesitou a utilizar a mesma posição estratégica, geoestratégica do arquipélago, sobretudo nas suas ilhas desertas ou pouco povoadas para conquistar o domínio e impedir a criação e a consolidação de uma grande colônia portuguesa na América do Sul. Portanto, Cabo Verde, como caminho do Brasil, como escala do Brasil, também serviu para desconstruir a ordem atlântica do Tratado de Tordesilhas e propiciar a penetração dos franceses, dos ingleses e depois dos holandeses. Portanto, o arquipélago converte em fatos a versão do atlântico ibérico, a ilha de São Vicente, então deserta, serviu aos holandeses como base estratégica para a conquista de Pernambuco e base também dos barcos das Companhias Holandesas das Índias Ocidentais. É curioso que toda a estratégia portuguesa e ibérica para refazer a ordem atlântica passe muito por Cabo Verde. Um grande estrategista espanhol, Flórez de Valdés, escreve um texto muito interessante.

Ele vem ao Rio de Janeiro com a proposta de defender o Brasil em 1580 e tem um texto em que diz: “Quem quiser ser senhor do Atlântico tem que controlar a ilha de Cabo Verde”. Que é a forma como se chamava a ilha de Santiago, por quê? Porque dentro da navegação náutica veleira, que vos falei, todo o acesso ao Atlântico Sul se fazia por um estreito entre Senegal e Cabo Verde, chamado La Garganta, então a defesa do Brasil se julgava muito no controle da Garganta, um corredor estreito da penetração do Atlântico e, portanto, há toda uma teoria que nasce na altura de uma defesa conjunta desse Atlântico. Estamos a viver a primeira guerra verdadeiramente atlântica, que é entre o mar fechado e o mar aberto, entre a União Ibérica, já a partir de 1580, contra os holandeses e os ingleses. E a defesa do Brasil se faz largamente a partir de Cabo Verde e essa teoria é defendida por estrategistas do tempo. Eu quero dar um salto, esse Atlântico depois que vai ser retalhado, o sonho de Felipe de fechar o Atlântico, de controle de Garganta, na Garganta de acesso ao Atlântico Sul é impossível, exigia muitos meios, desloca uma frota muito forte e a Garganta é sucessivamente violada. Mas começa por ser magistralmente violada pelo Francis Drake no seu célebre assalto a Cabo Verde e não só para enfraquecer a capacidade de defesa, mas também para roubar um piloto, já naquele tempo o conhecimento era estratégico, o segundo assalto do Francis Drake a Cabo Verde para roubar um piloto que sabia navegar nos mares do Sul, isto é, sabia navegar na costa do Brasil e a passagem para o Pacífico. Mas vamos dar um salto, um outro momento marcante da nossa relação é o tempo das companhias. Para os portugueses, a única forma de sobreviver a isso é reconfigurar o império. O império é feito por um conjunto de comunidades de portugueses nascidos nas colônias dos vassallos com seus escravos, com suas propriedades já não vai sobreviver. E o mercantilismo gera a ideia do pacto colonial, não, todos os que estão do outro lado do mar têm um estatuto submetido às

companhias metropolitanas. Há duas grandes companhias que ligam Cabo Verde e o Brasil que são importantes nessa relação, que é a Companhia Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Paraíba e Pernambuco, que liga Cabo Verde à Companhia Grão-Pará e Maranhão. A partir daqui, e há muitos protestos no Pará e no Maranhão, porque a partir daqui há um monopólio exclusivo do comércio externo das colônias pelas companhias. Portanto, o mercado da colônia passa a ser abastecido completamente, unicamente pelas companhias metropolitanas e as exportações da colônia compradas pelas companhias. Isso representou um mecanismo fundamental de aceleração da exploração colonial. Diria que o verdadeiro colonialismo nasce nessa altura no século XVIII, sobretudo com Marquês de Pombal, que é a expressão acabada, perfeita, do mercantilismo português. E Marquês de Pombal faz uma delegação através da Companhia Grão-Pará e Maranhão, uma ligação draconiana entre Brasil e Cabo Verde em favor da companhia. Há dois livros muito interessantes sobre isso, um é de António Correia, o livro revela uma vida dele que é sobre a Companhia Grão-Pará e Maranhão, em que mostra todas as ligações políticas que há no Brasil e em Cabo Verde contra a companhia. Os moradores não sabiam que a companhia afinal tinha um laço com a própria coroa, não era uma companhia, era uma companhia de estado em que o próprio Marquês de Pombal era também um dos donos e a companhia traz tropas metropolitanas, marginaliza as *milícias* locais e diminui os poderes camarários das colônias e há de fato a afirmação de um colonialismo que há no Brasil e em Cabo Verde. Esse momento das companhias é fundamental. Outro historiador brasileiro canaliza isso muito bem, sobretudo do ponto de vista teórico, Fernando Novais. Bom, o tempo das companhias é importante, porque ele faz germinar um sentimento de contestação à relação colonial, digamos assim, o exclusivo foi o caminho para a contestação colonial. É claro que

relacionado a seguir as companhias, há em Cabo Verde, por exemplo, deputados políticos brasileiros que exerceram uma enorme influência e que como deputados eram gentes relativamente livres na colônia de Cabo Verde, mas que transmitiram esse azedume contra o exclusivo colonial. Como a mudança da corte para o Rio de Janeiro e sobretudo com o vintismo que era a Revolução de 1820, a Revolução Liberal Portuguesa, que é liberal em Portugal, mas traz o sonho de reafirmação de Portugal e, portanto, do exclusivo de o perigo de reeditar exclusivos para a metrópole. Muitas vezes isso acontece, os rivais no centro são monopolistas no Sul. E, portanto, há nessa fase um período forte de aceleração de um sentimento nacionalista brasileiro, e quando o Brasil chega à independência em 1822, há rapidamente em Cabo Verde um movimento no mesmo sentido de unir Cabo Verde ao Brasil. Eu digo, aqui, chega a Cabo Verde em 1823. Na escalada dos acontecimentos de setembro no Brasil, o governador português João da Mata Chapuzet encontrou um arquipélago com uma manifestação com os seguintes objetivos: 1) depor a junta governativa portuguesa nomeando outra em seu lugar; 2) declarar-se a favor do Brasil, não recebendo o governo de Portugal nem as tropas europeias mandadas para essa província e pedindo pelo meio da força o seu desembarque; 3) enviar uma delegação ao Rio de Janeiro para pedirem socorros e discutirem os termos da negociação. Eu costumo dizer ao embaixador do Brasil que Cabo Verde não é Brasil por um triz e ele costuma dizer: “Ainda bem, porque a esta hora eu não teria este posto”. Bom, entre 1822 e 1825, os negros fazem parte da história. Em Cabo Verde, as tropas portuguesas tinham o ritual de vigiar as praias contra um hipotético desembarque brasileiro. Eu acho que o desembarque existia muito na cabeça deles. Mas de qualquer maneira, há a ideia de que o Brasil haveria de reivindicar Cabo Verde e algumas praças no continente. E no acordo de 1825 aconteceu o reconhecimento da independência do

Brasil. Portugal, em princípio, feito muito sob a pressão britânica, o Brasil é obrigado, digamos assim, a renunciar às suas pretensões de ligação a Cabo Verde e algumas praças, se não me engano, Luanda e Benguela. Portanto, há aqui um forte sentimento. Em Cabo Verde, eu estudei o movimento do Cabo Verde do brasilico que é um pouco mais complexo, mas tão verdadeiro movimento de ligação de Cabo Verde ao Brasil que falha por razões também operacionais. Esse movimento volta depois nos anos 30, mas sem força. O certo é que a independência do Brasil representou um novo ciclo em Portugal, que é o Terceiro Império, como diz Clarice Smith. O Terceiro Império é um império africano. O primeiro trata-se do império mercantil da Índia, da busca da Índia, das mercadorias preciosas, das especiarias. O Segundo Império é o brasileiro, império territorial, mas feito muito com a retaguarda de Cabo Verde. E o Terceiro Império, o império africano, os novos brasis em África que surge nos anos 30. E em Cabo Verde isso foi importante, porque se vai reconceitualizar dentro do espaço colonial português o lugar de Cabo Verde e este seria apoiar a criação de um terceiro império português na África. É assim que se funda a cidade do Mindelo, que é no norte do arquipélago em uma ilha praticamente vazia. Os liberais portugueses sonham com a fundação de um grande entreposto de mercadorias tropicais a cultivar no continente africano, mas a revender para os parceiros europeus em Mindelo. E o sonho do entreposto tem uma motivação muito explícita: fazer concorrência e boicotar a independência do Brasil, substituir o Brasil para novos brasis na África. Mas isso não ocorrerá, o colonialismo português é demasiadamente fraco, a transição de uma economia escravocrata, no Brasil se diz escravista. Mas eu gosto do termo escravocrata, porque o “crata” significa poder, é uma relação muito marcada pelo poder. Mas uma economia, um Atlântico pós-escravista demora a nascer. Há toda uma fase em Cabo Verde de proibição inglesa e de contrabando,

sobretudo agora com Cuba, com porto como Baltimore, Nil Castro, mas de fato há aqui um pacto lento para o Novo Atlântico que surge. O abolicionismo está como um discurso extremamente importante, quer em Cabo Verde, quer no Brasil, faz redobrar tensões sociais. E há uma coisa, um mistério para mim como historiador, que é a relativa coincidência ou mesmo sincronização entre as revoltas. As revoltas dos anos 30 em Santiago do Cabo Verde são muito parecidas com as revoltas baianas no mesmo período, e ao longo da história a gente vê uma coisa curiosa que quer os escravos quer os escravocratas têm conhecimento. Por exemplo, o Zumbi dos Palmares e a Serra da Barriga têm um impacto enorme no século XVIII em Cabo Verde e também a revolta dos escravos no Brasil. Mas o Atlântico que vai surgir no meio do século XIX reorienta os fluxos, a intensificação, sobretudo dos fluxos nordeste e sudoeste que são compostos não por escravos mas sobretudo por imigrantes e investimentos europeus a caminho da América do Sul e matérias-primas sul-americanas em direção à Europa industrial. Todo esse fluxo vai passar por Cabo Verde, mas um Cabo Verde ao norte do Porto Grande do Mindelo, como eu vos falei. E o Porto Grande do Mindelo torna o grande centro Atlântico a rota dos vapores, isso por razões já não temos o Atlântico da vela, da navegação veleira, mas o Atlântico do vapor e a partir do carvão, o carvão é um combustível pesado e vai exigir novas escalas, escalas de reabastecimento, e Cabo Verde se torna uma estação de reabastecimento carvoeiro. Produzido pelos ingleses, que dominam o Atlântico, o Atlântico está sob a praxe britânica claramente e então permite que todo o fluxo para e do Brasil passe por Cabo Verde e há rapidamente um grande desenvolvimento desse Porto Grande do São Vicente mobilizando o cabo-verdiano de todas as ilhas e compondo um cantinho plural que é a cidade do Porto. O Brasil nomeia um vice-cônsul em 1837 neste porto, e grande parte das companhias vão passar por Cabo Verde. É nesta data que se

constitui a comunidade cabo-verdiana do Brasil e da Argentina, que ainda hoje existe. Depois disso, a ligação direta de Cabo Verde no Brasil fica cada vez mais esparsa e, portanto, a presença cultural brasileira faz-se por intermédio dos marinheiros e dos passageiros dos vapores. Havia um âmbito dos barcos brasileiros, sobretudo os barcos da marinha, darem concertos na praça central do Mindelo e a música cabo-verdiana foi muito influenciada pela passagem dos barcos brasileiros. Então em Cabo Verde se cultivam muito as músicas modinhas, os baiões do Brasil, que vêm exatamente nesse fluxo. E o nascimento da primeira literatura verdadeiramente cabo-verdiana, que tem aspirações não do mais técnico com o universal, mas de criar uma estética local a partir da especificidade cabo-verdiana no quadro do império português, nasce muito por influência do Brasil. A recessão, a dinâmica de recessão como Yosso nos diz: “A resenha da literatura brasileira de escritores como Graciliano Ramos, Lins do Rego, Ribeiro Couto, Jorge Amado vai ser fundamental para uma nova estética literária de Cabo Verde que se inspira no Brasil muito aproveitando dessas afinidades de base que temos com essa sociedade”. E, portanto, em Cabo Verde vive-se a busca da independência literária de Cabo Verde. Estamos diluídos no império português, mas nós somos cabo-verdianos, nós nos expressamos de uma determinada forma, temos essas especificidades. E o Brasil foi um espelho para Cabo Verde, Cabo Verde se reconheceu no Brasil exatamente se inspirando nos seus escritores e a saudade do Brasil foi um tema muito usado, quer na música, quer na literatura. Eu não trouxe para mostrar um poema central da literatura cabo-verdiana do Jorge Barbosa que se chama *Você é Brasil*. Ele imita o brasileiro e diz: “Você é Brasil”. Mas há todo um cultivar a saudade do Brasil. E a revista *Clareza*, que nasce em 1936, tem muito essa ideia do mundialismo brasileiro e dessa ruptura. Curiosamente há um encontro que vai se revelar um desencontro; há um encontro muito aguardado que se vai revelar

um encontrão que é a vinda ou a ida de Gilberto Freyre a Cabo Verde. O lusotropicalismo foi algo que para Cabo Verde foi extremamente importante, porque realçou, gozou, exaltou a experiência da mestiçagem, do encontro e dos africanos na reinterpretação dos padrões europeus. E por esse lado, no lusotropicalismo tinha uma virtualidade positiva, contestatária para os cabo-verdianos e aguardaram a ida do Gilberto Freyre. O Gilberto Freyre que foi não era o Gilberto Freyre da *Casa-grande & senzala*, escreve um outro livro que se chama *Aventura e rotina*, um livro quase ofensivo para os intelectuais cabo-verdianos, porque Gilberto Freyre exalta o colonialismo português, não reconhece as diferenças de tratamento no momento que Cabo Verde quer se afirmar. Porque os intelectuais cabo-verdianos desse tempo não defendiam a independência, defendiam a valorização de Cabo Verde no espaço colonial português e muitas vezes uma valorização até quase racista, isto é, “nós cabo-verdianos somos diferentes, não nos importamos que outros não sejam, mas nós temos que ter um estatuto especial dentro do império”. E quando chega Gilberto Freyre com um olhar muito metropolitano vindo de Portugal, isso deu um livro do Baltasar Lopes, o escritor que era de Cabo Verde. Visto por Gilberto Freyre, que é uma reação ofendida relativamente a Gilberto Freyre. Eu acho que foi um enorme desencontro, porque havia no arquipélago uma expectativa ansiosa da chegada de Gilberto Freyre. Portanto, o fato de o lusotropicalismo ter exaltado a experiência colonial como diferenciadora, atraiu os intelectuais cabo-verdianos que se batiam nos anos 30, quer contra uma diferenciação desvalorizante, quer contra o novo conhecimento de identidade cultural própria. Contudo, ao usar a harmonia racial, ao reconhecer o colonialismo, o lusotropicalismo gerou repulsa nas elites literárias e políticas pós-claridade. Mais tarde, o fato de o Brasil reconhecer Portugal no tratado da amizade como país irmão fez com que o Brasil não estivesse tão ligado assim aos movimentos

independentistas em Cabo Verde. As independências dos países afro-lusófonos tiveram um ponto do conhecimento do Brasil contrariando a lógica da Guerra Fria. Cabo Verde, como eu disse, é um arquipélago mestiço de passagem de muitos povos e esses arquipélagos de “não vale a pena sermos moralistas” relativamente têm dilemas de identidade, têm processos de identificação diversos; a independência podia ser com o Brasil, mas acaba por ser no quadro da Unidade Africana, o que não é pacífico para Cabo Verde, mas foi um movimento do PAIGC, Guiné, Cabo Verde, que leva Cabo Verde à independência, num quadro de Guerra Fria, numa aliança ideológica e, portanto, com os países do Leste europeu. Portanto, a independência representava a ruptura com o capitalismo na sua versão de colonialismo, do neocolonialismo, mas mesmo assim há laços mais fortes hoje que levam o Brasil a estar na linha da frente do reconhecimento do país afro-lusófono: Cabo Verde, mas o caso mais problemático ainda é o caso de Angola. Cabo Verde, apesar de estar dentro desse movimento pan-africano de inspiração socialista, define-se sempre do ponto de vista ideológico como não alinhado, como mais à frente direi. Mas Angola chega à independência no quadro da confrontação da Guerra Fria, com sul-africanos a invadir Angola, com cubanos e, portanto, mesmo assim, o regime brasileiro da época não reconhece prontamente esse estado. Cabo Verde faz uma diplomacia logo alinhada com o não alinhamento, digamos assim, não alinhamento efetivo, uma comparação centrada, comparação para o desenvolvimento. Há um texto do Renato Cardoso, *Cabo Verde uma opção para a paz*, que teoriza muito as linhas da política externa cabo-verdiana. E outra linha será potencializar a língua comum para o desenvolvimento da educação, em especial a educação superior e a forma administrativa: são os dois pilares do sucesso cabo-verdiano e essas opções nos ligam diretamente ao Brasil. Portanto, Cabo Verde, desde muito cedo, faz um investimento na preservação do

estado. Grande parte dos fracassos e dos processos em desenvolvimento da África se devem pela fragilização do estado colonial. Cabo Verde faz uma evolução, não uma revolução, do seu estado. Nós sabemos, há um livro interessante do Bayart, Jean-François Bayart, que é *El estado en Africa: la politica del vientre*. Ele mostra os estados africanos pós-coloniais como estados frágeis, fracos, capturados por lógicas patrimonialistas e muitas vezes dependentes de estratégias de enriquecimento pessoal dos partidos. Cabo Verde compõe um estado de ética burocrática, desde logo há separação entre o estado e o partido. O estado, a preparação daqueles que dirigem o estado, uma classe administrativa. É claro que para tudo isso, há um tempo, parecia revisionismo, mas Cabo Verde mantém o estado colonial para reformá-lo e vai fazer quer a formação do quadro para o estado quer a reforma administrativa com apoio fundamental do Brasil. Eu quero crer que o segredo de uma evolução constante na trajetória pós-colonial de Cabo Verde não é como é a África, se deve muito a essa preservação do Estado, como colocaram de estática, de capacidade de gerir políticas públicas, de conseguir gerir políticas públicas, de captar meios no exterior e de redistribuir esses meios contendo o risco muito bem presente espectral do regresso às formas dos anos 40, do século XX e gerando segurança alimentar. Não se pode dizer que o estado em Cabo Verde tenha sido capturado pelo interesse de um grupo ou por estratégias individuais de poder e de enriquecimento, sacrificando o diário da segurança alimentar, da escolarização básica universal, da vacinação massiva, da restauração ecológica. Restauração ecológica, porque na época Cabo Verde vivia uma verdadeira ruptura ecológica. Amílcar Cabral, que é o fundador da nacionalidade cabo-verdiana, dizia que o colonialismo, além de tudo, também representava um crime ecológico. Cabo Verde estava em um processo de desertificação muito forte em 1975. Logo depois há todo um conjunto de programas de reflorestar Cabo Verde,

tornar Cabo Verde verde, eu mesmo quando criança plantei muitas árvores nessas campanhas cívicas entusiasmadas de tornar Cabo Verde verde. Portanto, há uma clara distinção mesmo no partido único que vigorou entre 1970 a 1990, a distinção entre o estado e o partido, portanto, quais são as razões disso? Cabo Verde tem algumas características que se revelaram vantajosas nesse percurso, a nação por ser um estado em séculos. A nação cabo-verdiana se compõe por mestiçagem profunda não só de africanos e europeus, mas os africanos são muitos e com muitas línguas, os europeus também são diversos. A identidade, devido exatamente à discriminação relativa ao reino, faz com que todos aqueles que vivam nesse espaço se sintam isolados, irmanados e encadeados no meio do Atlântico, partilhando as secas cíclicas, partilhando o empobrecimento e com um forte sentido de fraternidade e de identidade cabo-verdiana, por vezes de orfandade cabo-verdiana. Mas isso foi fundamental para inspirar um projeto político que fosse comum, que fosse coeso e, portanto, não há fraturas sociais que têm minado tantos projetos nacionais na África, quer fratura étnicas, todos têm características culturais comuns, a partilha de um Catolicismo difuso mesmo quando as pessoas professam outra religião. A língua cabo-verdiana materna ou crioulo não é filha de português, mas nosso, feito por nós e há um conjunto de características de forte identidade que dá coesão à sociedade cabo-verdiana. Outra característica importante é de diáspora precoce. Às vezes os brasileiros acham uma piada quando sabem que Cabo Verde tem mais cabo-verdianos fora de Cabo Verde que em Cabo Verde, mas os cabo-verdianos que estão fora de Cabo Verde se sentem mais ligados a Cabo Verde ainda. Como dizia um velho imigrante: “A gente larga a terra, mas a terra é que não nos larga”. Portanto a diáspora foi da diáspora, aliás, que nasceram os primeiros textos reivindicativos da entidade cabo-verdiana. Nos Estados Unidos, a comunidade cabo-verdiana é velha, é do final do

século XVIII, e começa com a pesca da baleia com a ilha dos cabo-verdianos e depois fixando na região de Nova Inglaterra, Massachusetts, naquela zona. E, portanto, desde cedo a imigração, a diáspora, a circulação entre Cabo Verde e o entorno atlântico, e nós estamos no Atlântico, abraçamos o Atlântico por todos os lados. Há em Angola uma grande comunidade. O senhor embaixador foi embaixador também em Angola, no Sul, e estamos até a Noruega ao norte e do outro lado estamos na Nova Inglaterra; estamos na Argentina. Há uma grande diáspora cabo-verdiana no Atlântico e essa diáspora sempre representou uma fonte de críticas sociais, o conhecimento de outras sociedades cria uma comparação e cria abertura da sociedade. E outra, a história ainda não fez essa justiça, nós fomos a Cabo Verde alimentar um nacionalismo cabo-verdiano, passa a expressão e a sua ironia. As formas disputaram um sentimento de revolta, mas uma ideia que outro mundo era possível. A forma, a experiência da América, a experiência do longe que deu a Cabo Verde uma unidade cultural, bases de um projeto político que fazem com que o estado possa desenvolver, com base na parte civil, continuamente, suas políticas públicas. Com a fundação do estado de Cabo Verde, Cabo Verde vivia de ajuda, mas desde logo adotou esse *slogan* “ajuda-nos a nos libertarmos da ajuda”. Minimizar os efeitos da ajuda. Em 1975 houve um primeiro conflito entre Cabo Verde e o Programa Alimentar Mundial, um conflito que foi muito interessante. O Programa Alimentar fazia doações a Cabo Verde, de alimentos, e um belo dia descobriram que os alimentos não eram doados às pessoas necessitadas, que os alimentos eram vendidos, e PAM logo ameaçou Cabo Verde de bloqueio e mandou uma missão a Cabo Verde para verificar isto. E quando chegaram, o governo de Cabo Verde disse: “Não, a doação gratuita gera dependência, gera mendicância, o que nós vamos fazer com a ajuda é vender sim, fazer com que o alimento seja uma riqueza, seja a base contrapartida de emissão de moeda, abrir

projetos, pagar pessoas e as pessoas vão ter esses alimentos se trabalharem, mas não vão ter alimentos como esmola, mas vão ter moedas e podem ser cidadãos e não dependentes”. O PAM saiu de Cabo Verde convencido de que foi a melhor solução e, portanto, hoje se adota isso em diversos países. A convenção da ajuda alimentar é uma fonte de emprego e de emissão da moeda, dizia agir de forma dinâmica e com o sentido prospectivo, foi algo conseguido no Cabo Verde pós-colonial. Portanto, uma reforma administrativa, como disse, a trajetória foi muito mais reformista que revolucionária no estado e um enorme pragmatismo nas relações internacionais, promover a paz e a segurança em África e no Atlântico. Cabo Verde foi um grande promotor dos acordos da África Austral, mas também na nossa zona foi um grande promotor do diálogo e da paz. No domínio da educação, desde logo, Cabo Verde reconheceu no Brasil, pela potencialidade linguística, educativa e cultural, um grande parceiro e se ligou a ele em um conjunto de acordos que aí estão, mas todos eles acabam na educação. A educação foi a pedra de toque, mas, sobretudo, educação é vista como um investimento desde logo na consolidação do estado e na maioria das suas políticas públicas. Portanto, formar elite cabo-verdiana no Brasil pelo convênio, este vale os relatórios da aplicação do convênio PEC-G e PEC-PG. Cabo Verde é o país mais beneficiário desses programas. Em Portugal a queixa é a mesma, isto é, há uma enorme fome, há uma procura em Cabo Verde relativamente à educação. Não só formamos uma elite importante no Brasil, nas melhores escolas do Brasil, e isso marcou levemente a cidade cabo-verdiana. O primeiro-ministro entre nós e o nosso governo parlamentarista, o primeiro-ministro é um homem formado no Brasil, mas digo isso apenas como um símbolo, porque há toda uma elite formada no Brasil, das melhores escolas do Brasil. O Brasil nos ajudou a fundar a primeira universidade pública do país, quando o presidente Lula visitou Cabo Verde.

Naquele dia, eu tomei posse como presidente da comissão para instalar a universidade e tinha sido antes, como disse aqui, senhor embaixador conselheiro do presidente da República. Então estava a tratar da viagem do presidente Lula enquanto conselheiro, mas naquele dia tomei posse como presidente da comissão para instalar a universidade. E quando cheguei, fiquei sem saber onde sentar, porque havia assento para o conselheiro do presidente da República e um assento para o novo presidente da comissão para instalar a universidade pública de Cabo Verde: “Tal embaixador de Cabo Verde”. Diga. “Fique com a universidade, vamos colaborar”. E o presidente Lula num discurso disse: “Dentro de 40 dias virá uma equipe de especialistas brasileiros para ajudar a comissão a pensar uma universidade cabo-verdiana”. E foi uma equipe e a partir daí nasceu uma dinâmica muito interessante na construção da primeira universidade pública de Cabo Verde, não só no seu nascimento, mas depois na sua consolidação através do apoio, por exemplo, da CAPES, das diversas universidades na consolidação da pós-graduação em Cabo Verde. O rendimento per capita em 1975 era de US\$120,00 e hoje ultrapassa US\$3.800,00. Em 75 havia apenas duas escolas secundárias em Cabo Verde, uma no Norte do arquipélago, outra no Sul e hoje há 50. Há dias encontrei um velho colega e eu lhe disse: “Eu não me lembro do time do Liceu”. E meu filho, que é novo, disse: “Mas pai, tu lembras de todas as pessoas dos liceus de Cabo Verde”. Eu comecei a rir, eu disse: “No meu tempo só havia dois liceus”. E ele pergunta: “Depois tu estranhas quando eu digo se o vovô conheceu dinossauros”. A esperança de vida era de 56 anos em 1975. A pobreza atingia metade da população em 75 e em 2013 cai para 20%, portanto, tudo isso se deve a um bem importante que é a estabilidade política. Cabo Verde faz uma transição exemplar do regime de partido único para a democracia, isto é, uma transição participativa em que a oposição participa com o governo. Não conheci as regras. Como sabe, a

grande questão das transições é exatamente anunciar regras. Quem está no poder cria regras conforme conveniência a sua estratégia de vitória eleitoral. Isso acontece por todo lado no nosso continente. E nós tivemos dentro do quadro institucional; não há rupturas, não há conferências nacionais paralelas, não há golpe de estado. A oposição vem discutir as regras da transição e o modelo, o regime eleitoral, o acesso à comunicação social, as exigências de formalização partidária com o governo que está a governar Cabo Verde no momento. Portanto, a transição se faz de forma pacífica, eleitoral, há uma alternância nas primeiras ilhas legislativas, há alternância, o partido que esteve quinze anos como partido único perde as eleições e passa à oposição. E durante esses 25 anos de democracia, todos os governos chegam ao fim, portanto, a democracia conferiu instabilidades, mas também conferiu competitividade devido a alternâncias quer no parlamento, quer nas maiorias presidenciais, quer nas câmaras municipais das prefeituras. Portanto, há uma enorme instabilidade política na democracia e isso representa exatamente a capacidade que hoje Cabo Verde tem de cumprir os objetivos do milênio. Cabo Verde venceu a terceira edição do Prêmio Africano de Inovação no setor das licenças, mas está na posição 122 da Global Computer Driving Licences. A nossa grande fraqueza tem a ver com a dimensão do mercado – ganhos irreversíveis e a crise de mudança do paradigma do desenvolvimento. Cabo Verde fez uma grande trajetória até agora e se encontra em uma crise de mudança de paradigma de seu desenvolvimento. Em 2008, Cabo Verde se gradua, passa de país menos avançado para país de rendimento médio, ainda que baixo. É uma vitória, mas com algum preço. Essa vitória significa alterações nos critérios das Nações Unidas. Cabo Verde tem acesso, menos ajudas, perde constitucionalidade nos seus empréstimos, que passam a ser mais caros, os juros mais altos, prazos mais curtos. Devido a esse ganho de Índice de Desenvolvimento

Humano, Cabo Verde de certo modo é penalizado do ponto de vista econômico e o país mantém muitas vulnerabilidades. Viver em um Sahel insular é um enorme constrangimento, o desafio de uma economia pós-ajuda pública ao desenvolvimento, isto é, durante todo esse ciclo gerimos, reciclamos ajuda pública e as remessas de imigrantes de forma proza, imaginativa, criativa, mas riqueza alheia. Portanto, o nosso grande desafio hoje em dia é não só gerir como gerar riquezas, e gerar riqueza em um país que não tem um grande mercado de dimensões continentais como este, que não é dotado de recursos naturais, Cabo Verde não é mesmo dotado de recursos naturais. Quando se diz isso a um brasileiro, ele tem verdadeira dificuldade em perceber essa des-herança, tem que ser feita pela inserção competitiva no mercado mundial. Portanto nem sequer tem aquelas oportunidades de exploração rentista de recursos naturais como muitos países africanos têm. Aqui é o ponto onde estamos, isto é como fazer que todo esse percurso seja irreversível e que Cabo Verde consiga agora inserir-se no mercado mundial não por via de ajuda e das remessas, mas por via das trocas. Isso implica captar o custo para fazer investimentos de base e infraestruturais na formação e preparar a economia para ser competitiva, portanto, nesta fase perguntamos, que comparação com o Brasil nesta fase de desenvolvimento de Cabo Verde. Eu disse no início da nossa conversa que invocava a história, porque Schumpeter dizia que andamos mais depressa, os carros andam mais depressa quando têm retrovisores, mas os carros descobrem a rota certa em função da potência dos seus faróis. Portanto, a grande questão hoje é como contextualizar novos caminhos para Cabo Verde. Economia do conhecimento e da inovação é onde não há recursos naturais prontamente a serem valorizados, prontamente a serem exportados. Não há uma economia do rentismo que dispensa a eficiência, que dispensa a produtividade, que dispensa a inovação, porque o petróleo está ali e podemos alugar o petróleo,

não existe isso. Portanto, Cabo Verde tem que construir, tem que continuar a aperfeiçoar o estado como instrumento fundamental das políticas públicas, mas dar um salto em matéria de educação. Tivemos preocupações iniciais de cuidado na educação, educação para todos foi fundamental e cumprimos as metas todas do México, que é importante para criar cidadania, para ter um denominador comum em termos de educação para todos, isso é a base de todas as outras políticas públicas. Fica mais fácil fazer saúde pública, fica mais fácil fazer segurança alimentar, todos partilham educação de base, mas acima dessa exigência de equidade é preciso ter novas exigências de relevância, de qualidade na educação e isso implica cada vez mais um investimento na educação avançada, na formação superior. Eu diria que o desenvolvimento de Cabo Verde assenta historicamente em três “E”s. O primeiro “E” é o estado ético e probó, a ética weberiana burocrática no sentido weberiano; o segundo é educação universal. Cabo Verde não pode ter quadros medianos, porque é preciso reinventar Cabo Verde; e o terceiro “E”, como dizem os angolanos, é o “E” que estamos com ele, é fundar uma Economia com base no conhecimento, a empresa, nós não temos uma cultura empresarial, herdamos dos portugueses uma cultura burocrática, estadual, estatal, mas não temos uma economia baseada no empreendedorismo, em atitudes empreendedoras, mas ausente no conhecimento. E aí eu vos pergunto e estive ainda ontem na CAPES discutindo isso, como é que podemos cooperar com o Brasil no sentido de vencer esse desafio histórico para Cabo Verde? Muito obrigado.

Moderador – Gostaria de agradecer ao ministro António Correia e Silva e agora abrir para colocações e perguntas.

Sr. Alexandre Galante – Bom dia, senhor ministro. Eu me chamo Alexandre Galante, eu sou capitão de fragata da Marinha do Brasil e da Escola de Guerra Naval e atualmente faço mestrado em estudos

estratégicos na Universidade Federal Fluminense. Inclusive o tema da minha dissertação versará sobre a cooperação no Brasil com Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, como muito bem o senhor falou, que faz esse triângulo histórico. Inicialmente gostaria de dizer que não nasci em outubro, nasci em junho. Gostaria de perguntar ao senhor, já que o senhor falou sobre essa grande ligação histórica do Brasil com Cabo Verde, principalmente na cooperação em educação, eu pude verificar nos arquivos do Itamaraty pesquisando a moldura temporal da minha dissertação de 2000 a 2013, realmente a cooperação em educação foi muito grande. Mas eu percebi, também consultando esses documentos, que a cooperação em defesa teve um incremento a partir do governo Lula, haja vista sua maior assertividade nas relações Sul-Sul que acabaram por culminar agora com acordo de uma missão da marinha em Cabo Verde. Eu gostaria que o senhor comentasse sobre essa cooperação em defesa com o Brasil especificamente. Como o senhor vê, se realmente começou durante o governo Lula da Silva? E como o senhor vê também a chegada das potências extrarregionais na África visando, no meu entendimento, não só a cooperação, mas uma nova partilha da África, como o senhor vê a presença dessas potências extrarregionais, como muito bem o senhor falou, que no período do colonialismo, do imperialismo europeu sangraram a África? Eu gostaria que o senhor pudesse comentar um pouco a respeito disso.

Sr. Gustavo – Bom dia, ministro. Meu nome é Gustavo, sou estudante aqui do Instituto Rio Branco, diplomata. A minha questão é sobre mudança climática em Cabo Verde. Recentemente foi apresentado ao plano de contribuição voluntária. Gostaria de saber um pouco mais do senhor sobre medidas tecnológicas e de inovação que vêm sendo implementadas no país para buscar adaptação e talvez até compensação, obrigado. Inicialmente eu queria parabenizar pela

sua palestra, de fato foi muito esclarecedora. E eu queria lhe fazer alguma, duas perguntas se fosse possível. A primeira delas é: o senhor é ministro de estado e está muito próximo da realidade da África Ocidental, eu queria saber do senhor o seguinte, qual é o papel efetivamente da CEDEAO para Cabo Verde, ou seja, efetivamente há uma operação importante em relação a isso? E até que ponto ela vai colaborar para o desenvolvimento econômico de Cabo Verde? A segunda pergunta, se me permite, é uma pergunta mais delicada, que é a seguinte, nós aqui no Brasil acompanhamos muito de perto a última crise em Guiné-Bissau, a gente acompanhou de perto e eu fiquei com muitas dúvidas se de fato a crise em Guiné-Bissau foi uma questão meramente pessoal entre o primeiro-ministro e o presidente ou se a resposta disso está naquilo que o senhor acabou de dizer agora. Em Cabo Verde, há uma postura em relação ao estado, em separar o estado do partido, é uma questão muito clara que o senhor apontou aí. Do outro lado do arquipélago, está a Guiné-Bissau em que o partido tem uma presença muito forte dentro do estado, a minha pergunta é a seguinte, isso responde um pouco que essa questão da última crise em Guiné-Bissau vai para além de uma questão pessoal entre o primeiro-ministro, o ex-primeiro-ministro e o presidente de Cabo Verde? Muito obrigado.

Moderador – Então vamos dar a palavra para o ministro responder essas três, depois a gente abre para novo bloco de perguntas.

Sr. António Correia e Silva (Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde) – Bom, irei responder em função da ordem das questões. Alexandre Galante, desde logo bem-vindo ao Instituto de Cabo-Verdianos e estamos abertos para colaborar na viabilização da sua pesquisa em Cabo Verde. A questão é que Cabo Verde sempre defendeu, como o Brasil, um Atlântico Sul desmilitarizado. Chegamos à independência no auge da Guerra Fria, onde havia pressões sobre Cabo Verde de lado a lado para obrigar

bases militares, e sempre defendemos uma política de paz, não ausente numa paz armada, mas ausente no diálogo, e esta é uma linha de fundo da política externa cabo-verdiana. Daí estamos perfeitamente sintonizados com uma política de defesa do oceano que evita a sua militarização, sobretudo a sua militarização com tecnologias nucleares. Hoje estamos perante ameaças novas, ameaças de diversos tráficos. O tráfico de drogas desde logo é uma ameaça muito presente e com um potencial desestruturante para as cidades da nossa região. Cabo Verde pensa a si próprio como um ator rude da comunidade internacional e visa colaborar com diversos países, nesse caso o Brasil. Temos a ZOPACAS e temos um diálogo político e de defesa para exatamente criar um oceano seguro relativamente aos tráficos de drogas, tráficos de pessoas e tráficos de armas. A outra ameaça importante para Cabo Verde, ameaça de poluição marítima, que é uma ameaça que pesa muito, estamos em um ambiente ecologicamente frágil que pode estar suscetível a danos muito importantes e com consequências no modo de viver das comunidades pesqueiras e outras e, portanto, temos um diálogo muito forte com o Brasil, mais com nossos parceiros europeus no sentido de assegurar um Atlântico seguro, que não quer dizer necessariamente um Atlântico que tem bases militares em uma lógica de confronto de interesses de potências. E continuamos abertos ao diálogo com diversos parceiros, portanto, essa linha de política externa cabo-verdiana prossegue. Cabo Verde tem tido um diálogo muito franco com os parceiros extrarregionais que não se entendem às vezes entre si, relativamente à nossa zona, mas no básico queremos estabelecer um ordenamento do nosso espaço marítimo que assegure os valores fundamentais, a integridade do ambiente, a redução dos tráficos e permitir também a segurança e a exploração dos países ribeirinhos africanos. Fazemos parte de um grupo de diversos países africanos, eu não sei quantos, com o apoio da Noruega reivindicando o alargamento...

São sete países. Portanto defendemos também o desenvolvimento de economias marítimas dentro do acesso às riquezas, ainda as inexploradas, muitas vezes desconhecidas do nosso mar. Quero dizer que podemos conversar na viabilização da sua pesquisa propiciando-lhe fontes sobre isso. Não percebi o seu nome... Quanto à questão das mudanças climáticas, nós somos países vulneráveis às mudanças climáticas, desde logo ilhas pequenas, temos muitas ilhas que perante cenários de aumento do nível do mar estão sob riscos, no caso a Ilha do Sal, da Ilha do Maio, da Ilha da Boa Vista e parte de várias ilhas e, portanto, somos defensores de todas as políticas que visam combater mudanças climáticas que estão em curso e temos subscrito os diversos tratados nesse sentido. Internamente temos tido uma política muito assertiva de combate às mudanças climáticas desde logo. Por exemplo, temos um dado importante, que é a penetração das energias renováveis, acho que estamos entre 20% e 25% de penetração de energias renováveis, mas a nossa ambição é grande, é chegar em 2030 com praticamente toda a energia fornecida através de energia eólica, energia solar e eventualmente energias maremotrizes, portanto, isso é um investimento enorme para um pequeno país nesta matéria. E temos alianças internacionais com o grupo de pequenos estados insulares em que também temos tido uma diplomacia muito ativa. O líder da revolução cabo-verdiana era um agrônomo muito sensibilizado com as questões climáticas, questões ambientais e também questões agrícolas, luta contra a fome etc. Recentemente descobri a relação intelectual entre Amílcar Cabral, que é nosso líder, e Josué de Castro, o pernambucano. Tivemos sempre grandes preocupações com a sustentabilidade, uma agricultura sustentável, porque o colonialismo representou, além de outros danos, um enorme dano ao nosso patrimônio histórico. Hoje, ligado ao Ministério da Ciência, temos muitos projetos para amplos estudos da biodiversidade, quer marinha, quer terrestres, e

é uma das áreas que queremos cooperar também com o Brasil, o conhecimento da biodiversidade; ninguém preserva aquilo que conhece mal. O conhecimento é quase uma pré-condição de uma boa política de luta contra as mudanças climáticas. O professor da UnB tem duas perguntas embaraçosas, sendo uma mais embaraçosa do que a outra. Bom, nós estamos na CEDEAO, nós estamos na CEDEAO do corpo inteiro e a CEDEAO representa para Cabo Verde um dos grandes constrangimentos de desenvolvimento do país, que é a dimensão do mercado; e nós precisamos estar dentro do mercado da CEDEAO. Mas também estamos na CEDEAO porque partilhamos um conjunto de valores desde logo o espírito pan-africano, que está na base também da criação da fundação de Cabo Verde, no mais o espírito de um desenvolvimento cooperativo, pacífico, regional africano e temos colaborado em diversas dimensões. Nós inclusive gostaríamos que o processo de integração, se traduzisse em ganho concreto, mas temos, participamos na coordenação de várias políticas, inclusive política da ciência. Temos um conselho de ministros de Ensino Superior e da Ciência da CEDEAO e nós participamos com os nossos parceiros. Acontece que dentro da CEDEAO há uma relação geométrica variável, temos parceiros como Senegal ou Guiné-Bissau que estão mais próximos. A CEDEAO é um conjunto vasto, quer dizer, desde países entre *urianos* como Chade, Cabo Verde, que representa 0,2% da superfície da CEDEAO e, portanto, há relações que são mais estreitas do que outras. Já passou o tempo em que a visão da CEDEAO constituiu matéria de discussão ou de dissenso na cidade cabo-verdiana. Cada vez mais a cidade cabo-verdiana vê a CEDEAO como um espaço de inserção. Vou sair um pouco, não falo como ministro, o que eu falo aqui nem vincula Itamaraty, nem vincula o governo de Cabo Verde, agora eu falo como acadêmico. As sociedades do tipo cabo-verdianas têm, e falei de passagem, ministro, têm propensões a identificação e alianças diversas, são muitos vetores nesse sentido, temos uma

ligação histórica com os Estados Unidos; a maior comunidade dos cabo-verdianos fica nos Estados Unidos; temos uma ligação muito forte com o Brasil, temos com Portugal um laço muito grande, com a União Europeia. Portanto, isso faz parte da dinâmica dessas cidades, porque nas mestiças, insulares etc., vão ter vários direcionamentos no seu espaço de aliança. Mas não constitui hoje diferente do político nem social a adesão de Cabo Verde à CEDEAO, fiquemos por aqui. É sempre delicado um governante cabo-verdiano comentar a crise da Guiné-Bissau, nós somos muito próximos e temos paixões e guerras de irmãos. Eu suponho que a crise tem a ver com o aspecto interpessoal e institucional, e a crise interpessoal só vem à tona porque há fragilidades institucionais, é um déficit de estado. As instituições não têm força, tanta força como deveriam ter, e as rivalidades interpessoais e intrapartidárias etc. têm um reflexo enorme na estabilidade social. Eu suponho que o relacionamento da classe política em todos os países tem as suas tensões. Em alguns países a institucionalidade do estado absorve essas tensões e noutros a fragilidade não permite absorver tensões. Mas o regime que vivemos, e aí você não está me pondo numa situação mais delicada, nós temos um regime político que tem as suas virtualidades evidentemente. Eu disse que em Cabo Verde funcionou parlamentarismo, funcionou muito bem, mas ele tem as suas tensões, um presidente que o preside, um governo que governa e que inclusive podem ser, como no nosso caso, de maiorias políticas de frente. Portanto, há algumas competências que o primeiro-ministro tem, mas essas competências muitas vezes têm que ser validadas pelo presidente da república; isso contém virtualidades de controle recíproco de instabilidade, mas também é portador de tensões. Eu mesmo fui conselheiro do presidente da República, chamava essas tensões de tensões dinâmicas, mesmo quando são da mesma família política. Às vezes as pessoas nos dizem que o poder na África Continental é demasiadamente

personalizado para essa aparente bicefalia do regime político. Será isso a razão da crise? Isto é o próprio regime, como está desenhado, com um presidente que é eleito por sufrágio universal, mas que, chegando não pode governar, não pode determinar as políticas públicas, não pode fazer opção de política externa, nem de política de defesa, nem de política educativa etc., mas, entretanto, foi eleito por sufrágio universal por toda a nação e há um primeiro-ministro que é eleito num quadro de um parlamento e que tem o poder executivo. É um regime que tem as suas delicadezas e que implica que os seus intérpretes compreendam bem a natureza do regime. Às vezes comenta que a crise provém exatamente da adoção de um regime que pode lidar mal com a cultura política na África Continental. Às vezes nos dizem isso “pode ser, nas ilhas pode resultar, mas no continente não, não sei”. Mas o que eu estou dizendo é que o regime com essa aparente bicefalia não é propenso à ideia do chefe grande, do homem, do presidente que tudo pode ou de um primeiro-ministro sem limites, implica aqui um diálogo. As leis, as instituições, definem as competências, mas a história se passa para lá das linhas definidas pela lei e, portanto, há espaços que têm que ser naturalmente negociados. Quando há um projeto político sólido e as instituições são inclusivas, há um controle democrático por parte da sociedade sobre as instituições; essas tensões são absorvidas; quando há uma cidade escolarizada, com opinião pública, com a imprensa independente e com tribunais constitucionais e outros etc., eventualmente essas tensões serão geridas de uma outra forma, quando ainda na fragilidade das instituições essas tensões ou do regime ou interindividuais deflagram. Mas eu não queria ir muito longe, mas pronto, é assim que eu interpreto a crise da Guiné-Bissau. Agora a instabilidade que ela gera é algo que afeta a todos; isso tudo afeta o povo guineense e afeta também aqueles que são aliados da Guiné, como nós todos e, portanto, nós somos sempre pró-diálogo, soluções

duradouras, institucionais. Amílcar Cabral que é Guiné ou cabo-verdiano, dizia que as revoluções, as bandeiras, só têm sentido se geram resultados opostos e, portanto, a soberania inclusive. Então é importante para que a própria independência se legitime que ela possa traduzir enganos e não há maior ativo econômico que a paz, a estabilidade, a previsibilidade; quem governa sabe isso. A paz, a paz civil, a previsibilidade, a capacidade de resolver conflitos por via pacífica negociada é um ativo incontornável. Quem quer o desenvolvimento da África não pode investir na instabilidade, pode conseguir ganhos de circunstâncias na valorização temporária de uma matéria-prima, mas não um desenvolvimento; desenvolvimento implica instituições inclusivas, participativas, controle democrático, capacidade de absorver tensões sociais que são normais. O que queremos hoje é um desenvolvimento duradouro da África. Já passamos da fase de aceitar aqueles que dizem: “Boa democracia não se adapta à África, democracia é uma invenção europeia”. Já passamos dessa fase, nós entendemos que a democracia é um mecanismo fundamental de gestão de tensões políticas, de formação da vontade coletiva e de instabilidade, por isso é importante. Guiné-Bissau nos faz sempre interpelar a ideia de qual é a melhor configuração do estado e a configuração política para assegurar essa estabilidade e um desenvolvimento duradouro do povo da Guiné, mas em verdade da África, porque nós nos sentimos sempre solidários com a causa do desenvolvimento africano, o desenvolvimento dos povos do Sul. E Cabo Verde sempre esteve na linha da frente como facilitador do diálogo e não como partes em conflitos.

Moderador – Eu vou pedir desculpas, senhoras e senhores, mas em função de novos compromissos do ministro a gente vai aceitar mais duas perguntas.

Sr. Paulo André – Bom dia, ministro. Meu nome é Paulo André, eu sou diplomata e acompanho os assuntos relacionados com a CPLP aqui no Ministério. Primeiro eu queria lhe agradecer pela apresentação. O senhor se referiu à mudança de paradigma de desenvolvimento em Cabo Verde e fez referência também ao cumprimento por Cabo Verde dos objetivos do milênio. Há um mês, no âmbito das Nações Unidas, foram adotados novos objetivos, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, uma nova agenda que de certa maneira aponta também para uma mudança de paradigma de desenvolvimento a nível global. Minha pergunta é como o senhor enxerga a visão de Cabo Verde de seu próprio desenvolvimento, de que maneira se harmoniza ou não com esses objetivos de desenvolvimento sustentável? E qual seria o papel da cooperação com o Brasil no âmbito da CPLP?

Sra. Mirella – Bom dia. Meu nome é Mirella, sou cabo-verdiana e já estou há seis anos em Brasília, onde fiz minha graduação pelo convênio PEC-G. Minha preocupação ao longo da graduação é o retorno ao país, aquele momento em que muitas vezes se espera para retornar. Ao longo dos anos, convivendo com outros cabo-verdianos, a preocupação era o desemprego; como o país estaria pronto para me receber e me dar a oportunidade de minha contribuição. Minha pergunta é exatamente como Cabo Verde está pronto para receber esses novos quadros que acabaram de se formar e não quiseram continuar os estudos mas voltar para sua terra e sua família. Como Cabo Verde está preparado para receber esses estudantes que retornam à pátria? Obrigada.

Sr. Jorge Lugimen – Bom, me chamo Jorge Lugimen, sou diplomata. Em relação à influência que o professor se referia do partido, do aparelho do estado, com a queda do artigo 4º da Constituição de Guiné-Bissau em 1990, ou 1991, o país já não terá influência no aparelho do estado, pois compete em pé de igualdade

com qualquer cargo eletivo com outros partidos políticos. Não é aquele dono da Guiné, como havia no período da luta de libertação ou logo após a independência, obrigado. Senhor ministro, houve uma passagem aqui referente à questão da Companhia Maranhão e Grão-Pará, mas eu acho que o senhor esqueceu de mencionar a questão da Companhia de Cacheu.

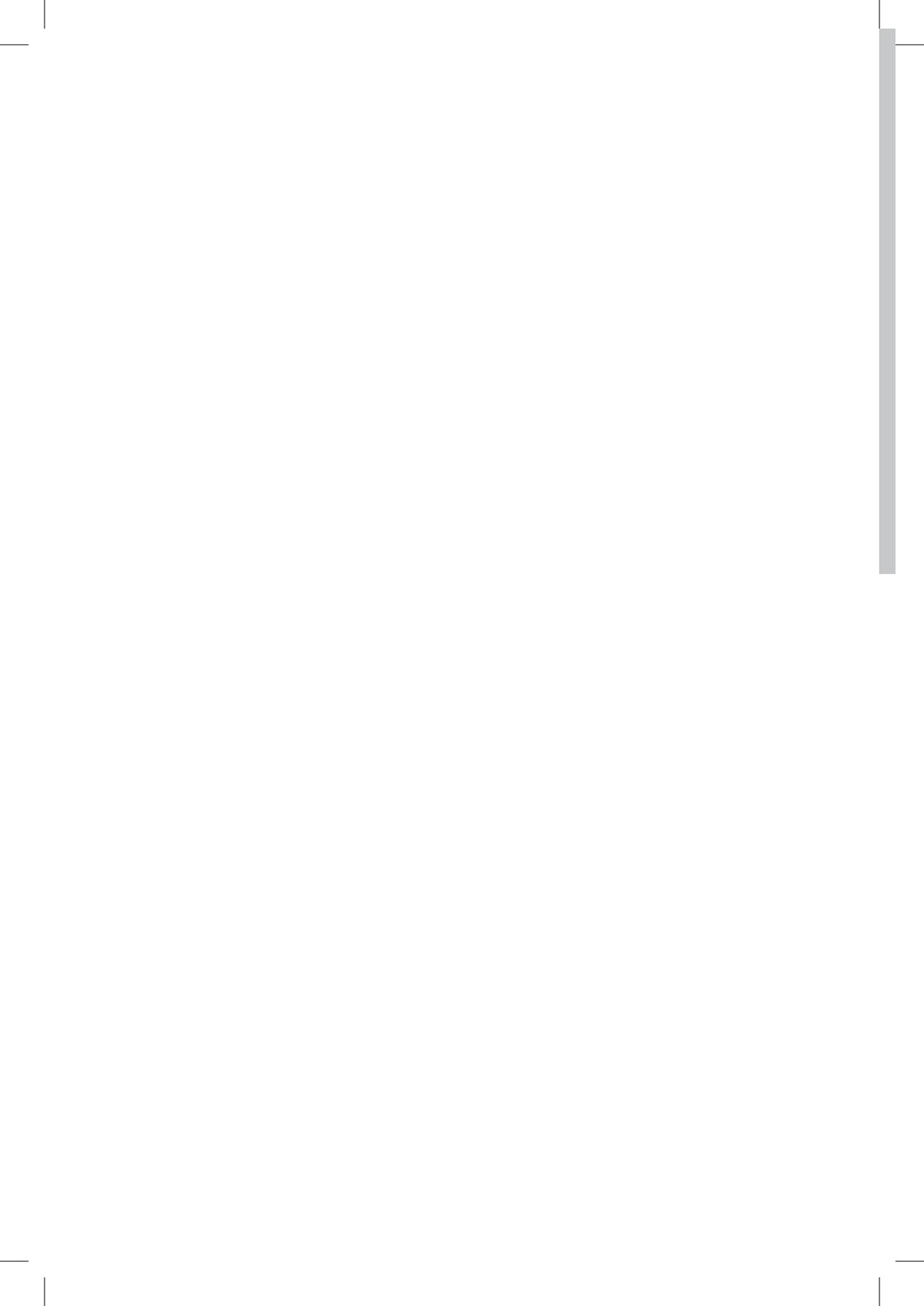
Sr. António Correia e Silva (Ministro do Ensino Superior, Ciência e Inovação de Cabo Verde) – Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vêm ao encontro de várias políticas públicas que Cabo Verde já desenvolvia. Cabo Verde fez um desenvolvimento social muito inclusivo, por exemplo. Já não há na cultura cabo-verdiana nada que exclui, por exemplo, em termos de gênero, a participação das mulheres na educação. E por meio dos incentivos à participação das mulheres na educação, hoje aumentamos imensamente o período das mulheres na sociedade cabo-verdiana. Eu pertenço a um governo que não só tem mais mulheres do que homens, como talvez as pastas mais importantes do governo, se é que isso se pode dizer, estejam entregues às senhoras do governo. Alien dizia que o ministro das finanças é a metade do governo, a ministra das Finanças em Cabo Verde é mulher; a ministra da Saúde é mulher; a ministra da Educação Básica é mulher. E há uma grande participação na sociedade cabo-verdiana nesse aspecto. Adotamos leis contra, por exemplo, a violência com base em gênero; leis hoje muito avançadas na sociedade. A participação da mulher é extremamente importante na cultura e na economia, portanto há aspectos fundamentais ligados aos novos objetivos que Cabo Verde adotou como política de fundo. Por exemplo, toda a questão da educação ao longo da vida: trabalha-se a educação no contexto da economia do conhecimento, visto que hoje as pessoas precisam não só de educação inicial mas também de educação ao longo de toda a vida, fazendo novas apostas. Cabo Verde faz o dever de casa; segue de

perto o desenvolvimento sustentável. O país tem investido muito, por exemplo, em questões ambientais e em segurança alimentar. Os planos do desenvolvimento no horizonte de 2030, ainda antes de Nova York, foram debatidos em Cabo Verde para estabelecer os objetivos de desenvolvimento do país em 2030. Há uma convergência enorme entre esses objetivos. A Patrícia Mirella colocou aqui uma questão central no debate em Cabo Verde. Fez-se da educação a principal bandeira e forma-se muita gente de muitos países do mundo em Cabo Verde. A partir de 2011 vive-se um abrandamento econômico que tem a ver com a nossa inserção no espaço, com a articulação com a zona do euro, com os principais parceiros, quer Portugal, quer Espanha. A Espanha é nosso principal parceiro comercial, teve uma conjuntura econômica difícil. Essa desaceleração do crescimento diminuiu a capacidade de absorção de mão de obra, inclusive qualificada. Nesse momento vive-se, e espera-se que conjunturalmente, um período de baixa capacidade de absorver mão de obra qualificada, que sai quer das universidades em Cabo Verde, quer de fora. As políticas ativas de emprego lidam com isso, com a possibilidade de aumentá-los. Se quiser que eu fale mais como pessoa, eventualmente como amigo, aconselho especialização cada vez maior. Houve um tempo em que as pessoas tinham sua graduação, ou sua licenciatura, e chegavam a Cabo Verde, como quando cheguei há muitos anos, e havia um leque de empresas que se ofereciam para me escolher. Esse tempo acabou ou porque formamos muita gente ou porque há dificuldades conjunturais. A luta contra esse cenário é um investimento cada vez maior na especialização. Houve também a minha geração, que acabava a formação, dirigia-se ao estado empregador e pronto. Esse tempo também acabou e um dos desafios do novo estado é a educação, a empresa, exatamente o incentivo à criação e ao empreendedorismo jovem e qualificado. Isso implica também políticas concertadas de informação e de

crédito. O caminho é esse, mas há muito jovens que se formaram no Brasil e em outros lugares que têm voltado e têm tido uma inserção bem-sucedida no mercado de trabalho. Porém, há hoje reais dificuldades de absorver. Havia um tempo em que formação superior equivalia a emprego, era um passaporte garantido com visto posto *a priori* para o mercado de emprego; não é mais assim. Quanto ao colega de Guiné-Bissau, um cumprimento incrível, falamos o mesmo crioulo. Eu tenho a impressão de que quando o professor da UnB falou da separação, é claro que o PRGC compete em igualdade de circunstâncias. A ideia é quando os governantes encaram o estado como o lugar de concretização de seus interesses partidários. Isso só não acontece quando existe uma sociedade que exerce esse controle, porque as políticas de estado têm de ser as políticas com racionalidade pública. Desde logo, por exemplo, na alocação dos recursos humanos, na distribuição dos cargos. Em Cabo Verde, caminha-se cada vez mais para limitar o número de cargos de confiança e para pôr o maior número de cargos como cargos de carreira, para os quais a pessoa precisa ter um perfil próprio e uma trajetória que evite a partidarização do aparelho do estado. Muitas vezes, o partido vencedor vê o Estado como troféu, por vezes não quer dizer que seja o caso, mas há aqui um conjunto de mecanismos que evitam isso ou contribuem para a democracia. É um jogo em que não há resultados garantidos que contribuam para essa diminuição. A mim parece que a Guiné-Bissau tem feito uma grande evolução nessa matéria e que essas crises já são epifenômenos prontamente ultrapassados. Aliás, o retorno à ordem constitucional na Guiné-Bissau foi aplaudido por todos e estou certo de que há maturidade acumulada, além de rejeição unânime da instabilidade por parte da sociedade. Isso fará Guiné-Bissau encontrar rapidamente um caminho duradouro de desenvolvimento. Eu tenho a impressão de que é mais nesse sentido que o professor se expressava. Existem várias companhias

monopolistas, entre as quais a Companhia de Cacheu de Cabo Verde, que é uma companhia dirigida com quadros cabo-verdianos. Não teve grande sucesso, durou pouco tempo. Eu citei mais das companhias pombalinas. Marquês de Pombal encarna em sua plenitude o mercantilismo português, as tentativas antes de Pombal são tentativas parciais e limitadas. A Companhia Grão-Pará e Maranhão arruína sim toda a classe local dos coronéis em Cabo Verde, e tem pujança econômica. Não é por acaso que tem um exército próprio, quer aqui no Brasil quer em Cabo Verde. Exemplifica o estado dentro do estado, as companhias e foi por isso que citei as duas, Paraíba e Pernambuco, que têm mais semelhança com a do Grão-Pará e Maranhão. Meu objetivo não foi propriamente uma aula de história, a ideia foi ilustrar alguns pontos fundamentais. No século XIX, na ideia de novos Brasis na África há uma simplificação talvez pedagógica, que vista em um diálogo entre historiadores exigiria uma aproximação maior de alguns aspectos e um aprofundamento. Eu quis fazer uma comunicação panorâmica e é preciso pensar alguns períodos, alguns fatos e marcos, caso contrário seria algo longo e eventualmente enfadonho. Não havendo, eu gostaria de agradecer vivamente ao Itamaraty de me dar a oportunidade de partilhar esse momento convosco, que como disse, é honroso para mim como historiador acadêmico, mas também como governante. É honroso também para Cabo Verde. Suponho que o Brasil seja um lugar sempre importante para discutir a África, pelas ligações e interesse que têm com o continente. Espero que esse encontro de acadêmicos, diplomatas, políticos, que também é um encontro virtuoso em suas virtuosidades. Amílcar Cabral dizia que um dos grandes programas da revolução africana e do desenvolvimento africano é um déficit de conhecimento. Portanto, quero ver esse encontro como esforços coletivos para superar esses déficits de conhecimento relativos à África, que, apesar de tudo, é mal conhecida, a começar pelos

africanos que têm imagens místicas, mistificadas, fantasiosas, imaginativas sobre o continente e sobre o potencial africano. Dessa forma, vejo nesse seminário não um ritual acadêmico nem diplomático, mas um esforço coletivo para trazer o conhecimento que subsidiará novas políticas para a África. Uma nova África é necessária. E como dizia Caetano Veloso: “o que tem de ser...” É engraçada a força que as coisas têm quando precisam acontecer; a nova África precisa acontecer.



PAINEL 7
O BRASIL E A ÁFRICA DO SÉCULO XIX:
RELAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS. A ÁFRICA
NA CULTURA EUROPEIA DO SÉCULO XIX

Monica Lima



Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Dando continuidade ao nosso seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento da África do Itamaraty com apoio do Instituto Rio Branco, informo que a próxima palestra terá como tema “O Brasil e a África do século XIX: relações políticas e sociais, a África na cultura europeia do século XIX”. A palestra será ministrada pela professora doutora Monica Lima e Souza. Leciona atualmente no Instituto de História da UFRJ; é doutora em história social pela Federal Fluminense com tese em história da África; tem longa experiência docente atuando desde 1992 com ensino da história da África em cursos de graduação e pós-graduação; realizou pesquisas e arquivos em centros de documentação na África, na França e no Brasil; publicou recentemente o livro *Heranças Africanas no Brasil*. Com a palavra, a professora Monica Lima.

Sra. Monica Lima (Profa. UFRJ) – Bom dia a todas e a todos. É um prazer renovado estar aqui e agradeço uma vez mais à organização desse evento pelo convite. Particpei ontem de um animado encontro com debates e perguntas que espero se repitam nesta manhã. Fico feliz porque a palestra que antecedeu a minha deixou o público, como se diz, de coração quente, com as ideias e a fala do palestrante anterior. Espero que esta discussão sobre outro tema, de outro tempo e lugar, igualmente aqueça os nossos corações e mentes e que possamos ter um diálogo após a exposição. Assim, lerei um texto que dá base a esta fala: O tema que abordamos hoje, “O Brasil e a África no século XIX: relações políticas e sociais”, está

muito ligado ao universo de investigação que eu e algumas pessoas do meu laboratório de pesquisa, o LEÁFRICA – Laboratório de Estudos Africanos – da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desenvolvemos nesse momento. Como podem ver, é um tema extenso, por isso dei um recorte que, em vez de reduzir o universo a ser abordado, de certa forma o ampliou. Ao tratar do Brasil e da África no século XIX, não pude deixar de pensar em uma perspectiva atlântica, em uma perspectiva das relações transatlânticas e em uma perspectiva que abrange as Américas, para onde se dirigiu a diáspora africana, incluindo a região caribenha. Esse “Brasil” é um país mais amplo que suas fronteiras. Esse Brasil, que se relaciona com a África, é um país inserido nessa perspectiva de mundo a partir da qual serão tratadas as questões. Falar do Brasil e de suas relações com a África do século XIX nos leva necessariamente ao comércio atlântico de africanos escravizados. Não há como evitá-lo, embora esse não seja o tema central da apresentação hoje. O recorte será outro, mas temos, por obrigação de ofício e por compromisso com a história, de começar por abordar esse duro aspecto da nossa história em comum. O comércio atlântico de africanos escravizados conectou não só o Brasil e a África como parte do império português, que se estendia até as cidades costeiras da Índia e de Macau na China. Essa ampla rede colocou todo um conjunto de lugares distantes em contato permanente e sistemático. As naus da rota da Índia chegavam carregadas ao nosso litoral, pois antes passavam pelo litoral da África trocando por cativos os panos que traziam do sul da Ásia – que à época eram conhecidos como “panos de negros” ou “panos de preto”. No Brasil, os africanos escravizados que eram trazidos para o trabalho forçado nas cidades e nos campos serviam para adquirir açúcar e aguardente, produtos cobiçados no comércio marítimo de então. Tratava-se de uma ampla rede de comércio que envolvia diferentes parceiros, em diferentes partes do mundo, durante o tempo que

durou o comércio de africanos escravizados. A primeira parte desta exposição trata do tema “África e Brasil: relações diplomáticas para além do tráfico”. O Brasil foi o país que, por mais tempo em maior volume demográfico, recebeu africanos escravizados na história mundial. Nenhum outro território que mais tarde tivesse vindo a formar um país teve em seus portos a entrada de tantos africanos, por tanto tempo e em tal número. Do total de cativos trazidos da África que chegaram vivos às Américas, em torno de 45% desembarcaram no litoral do que é o Brasil hoje. O comércio atlântico de africanos escravizados era uma rede que envolvia mercadores de ambos lados do Atlântico. E os participantes desta rede mercantil se preocupavam em serem bem aceitos na África. Não se tratava de ir ao continente e simplesmente capturar pessoas de comunidades incautas à beira do mar. Era muito mais complexo. Havia resistência, as ações de captura enfrentavam o combate e a fuga dos que desejavam escravizar. Ao longo do tempo, se formou uma empresa com vários agentes, que atuavam desde a captura ao transporte, nas milícias contratadas localmente, até os que iriam atuar como guias e capatazes no caminho pelas rotas internas até o litoral. E além disso, os que eram contratados para ficar no controle dos cativos nos armazéns e feitorias – havia sempre o medo do motim (por que ocorria) – e na venda aos comerciantes das embarcações escravagistas. Para que ocorresse tal circulação de gente e se realizasse a atividade comercial em terras africanas, se tornavam necessárias a autorização e o pagamento de taxas aos chefes locais, e, muitas vezes, a oferta de presentes aos soberanos. Em suma: era fundamental um investimento nas boas relações com os locais e a obtenção de um apoio logístico – evidentemente, remunerado – para que tudo funcionasse. O interesse em manter em boa operação esse negócio não era apenas dos estrangeiros, pois havia, como se pode concluir, quem lucrasse em nível local com o – mais tarde chamado – *infame comércio*. Os soberanos africanos

sempre buscaram manter boas relações diplomáticas com seus parceiros no Brasil e este relacionamento não era simplesmente entre os comerciantes de um lado e do outro do oceano, mas entre altos funcionários de governos. Há diversos exemplos na história brasileira. Quando os holandeses ocuparam o Nordeste brasileiro no século XVII, entre 1630 e 1654, dominaram a grande região onde se situa hoje Pernambuco (área de produção de açúcar mais importante do Brasil à época e um dos mercados mais intensamente conectados aos portos do tráfico escravista na África). O rei do Congo enviou entre 1643 e 1644 três missões diplomáticas ao Recife, capital do Brasil holandês. Os representantes do soberano congolês estavam encarregados de resolver questões referentes à presença holandesa em Luanda e sobre negócios em comum. Albert Eckhout, pintor que veio com a missão artística trazida por Maurício de Nassau, registrou um dos enviados do rei congolês e o grupo que o acompanhava com toda a pompa e circunstância. Esse representante diplomático retratado por Albert Eckhout durante a ocupação holandesa se chamava Dom Miguel de Castro. Houve outros exemplos no século XIX, como o soberano de Onin ou Èkó, nome da atual cidade de Lagos na Nigéria, que enviou embaixadas ao Brasil para tratar de negócios. Em 1807, essa mesma cidade novamente mandou representantes ao nosso país, logo após a vinda da família real portuguesa. E há outros registros. Em 1810, o soberano Adadonzan, do então Daomé (no atual Benim), mandou representantes ao Brasil para tratar com a Corte portuguesa. O mesmo fez o rei do Ngoio, do norte de Angola, região de Cabinda, que mandou um alto funcionário se entrevistar com Dom João à época Príncipe Regente. Este deu ordens a seus assessores para receberem bem na Bahia o enviado de soberano tão importante, do tão importante reino de Cabinda. Em uma outra vertente, as questões políticas de chefes e de reis africanos também haviam tido desdobramentos para o Brasil,

quando, ainda no século XVII, a rainha Nzinga, de Matamba de Angola (conhecida na sua reinterpretação como rainha Ginga) guerreava com portugueses pela autonomia do reino. Vários de seus soldados foram escravizados e trazidos ao Brasil, muitos destes eram membros de um grupo que ficou conhecido como Jagas ou Imbangalas - guerreiros que se organizavam em acampamentos de treinamento. Esses acampamentos eram chamados de quilombos na África; acredita-se que alguns desses combatentes da Rainha Nzinga terminaram escravizados sendo trazidos ao Brasil, e terminaram por levar a experiência africana no combate ao Quilombo de Palmares na Serra da Barriga. Enfim, o Brasil se formou como país também nas suas relações com a África, de onde foram trazidos milhões de trabalhadores, os quais, além de sua função na produção, exerceram uma série de outros papéis sociais como sacerdotes, soldados, contadores de história, inventores, artífices de mil talentos, dançarinos, médicos de medicina popular e artistas. Na sua bagagem espiritual e mental trouxeram os conhecimentos e talentos que a longa história do continente lhes permitiu acumular. Nós somos herdeiros dessa história.

Neste ponto, chega-se a uma perspectiva mais ampla, reconhecendo o Brasil como destino da maior parte dos africanos escravizados, trazidos pelas rotas atlânticas no século XIX. Pensemos esse século também como um século de grandes mudanças nas relações entre Europa e África, entre as Américas e a África, entre as Américas e a Europa. Até o século XIX, os locais de efetiva presença europeia se restringiam quase todos à costa, as inserções estavam no entorno de Luanda, da África do Sul e do norte do continente. No primeiro caso, os portugueses haviam conseguido construir certo tipo de domínio político, com base nas alianças com chefes locais e com uma forte presença da administração do estado português, com autoridades vinculadas ao império lusitano. Na África do Sul, na cidade do Cabo e arredores,

havia a presença de imigrantes da região dos Países Baixos desde o século XVII, inclusive na área rural, e a Argélia foi parcialmente ocupada pelos franceses, em 1830. Até o final do século XIX, houve forte resistência até que conseguiram dominar essas regiões. Durante toda a história do tráfico de africanos escravizados, das relações comerciais que corriam paralelamente, o interesse de grupos privados prevalecia sobre as ações dos estados europeus. Esse comércio foi um negócio de comerciantes, mercadores e não de governos europeus ou da América escravista. Os negócios com os europeus eram feitos entre os chefes locais e os representantes comerciais. Os governos raramente entravam diretamente. Mas isso começou a mudar em especial em meados do século XIX. Inicialmente, os países europeus enviaram exploradores e estudiosos patrocinados por seus governos e apoiaram alguns missionários religiosos que também foram para a África. A justificativa era conhecer e civilizar a África, e, em alguns casos, combater o tráfico de escravos que nessa época começou a ser visto como atividade condenável. O até então comércio de escravos passou a ser conhecido com o nome que hoje a conhecemos: tráfico. Juntamente com o combate e o tráfico de escravos, caminharam interesses econômicos e políticos. O século XIX é o século do fim do tráfico atlântico de africanos escravizados. O que levou países europeus, sobretudo a Inglaterra, a iniciar no século XIX o combate ao comércio de africanos escravizados, quando se passou a ser nomeado como *tráfico de almas* ou *infame comércio*? Houve várias razões. Uma delas, nada desprezível, foi o crescimento das rebeliões nas Américas escravistas. Desde o fim do século XVIII, em diversas regiões do Caribe, africanos e descendentes escravizados, além de libertos, comandaram e participaram de rebeliões e de ações coletivas e individuais de lutas contra a situação de opressão a que eram submetidos. Em alguma dessas lutas, a revolta contra a escravidão se juntou à rebeldia contra a opressão colonial.

O ocorrido na ilha de São Domingo, cuja parte francesa veio a ser o Haiti independente, não foi fato isolado. O Caribe negro se incendiou em fins do século XVIII e início do século XIX. Aos negros se rebelando nas cidades se juntaram os quilombolas das montanhas antilhanas. A escravidão foi-se tornando um fator de instabilidade e de insegurança para os proprietários de terras e homens de negócios em uma região de população branca reduzida. Outra razão importante no combate ao tráfico de africanos escravizados no espaço atlântico foram as campanhas de caráter humanitário, nascidas dentro de algumas igrejas protestantes que ganharam apoio em setores populares e proletários e, com o passar do tempo, em setores médios urbanos. Esses grupos, juntamente com setores das elites ilustradas, engrossaram as fileiras dos que passaram a enquadrar a escravização de africanos como algo moralmente condenável. Para fortalecer essa visão, em muito contribuíram os primeiros escritos de africanos libertos, relatando suas terríveis experiências. As narrativas autobiográficas de Olaudah Equiano e Muhammad Baquaqua são exemplos de textos que serviram como arma de combate ao comércio de escravos; ambos colocados para o público europeu em fins do século XVIII e princípio do século XIX. Uma terceira e não menos importante razão foram os novos interesses que mobilizavam os ingleses de se lançarem sobre a África, não mais para obterem a mão de obra escravizada, mas para conseguirem seus recursos naturais, matérias-primas e metais; e para plantarem em solo africano, sob o comando e controle de empresas colonizadoras, os produtos agrícolas de clima tropical.

Todas essas metas econômicas seriam atendidas se mantendo os africanos em suas próprias terras. Afinal, quem melhor que os locais para trabalhar nas minas? Ou na coleta de produtos vegetais valiosos como óleo de palma e mais tarde a borracha/látex? Ou nas plantações de algodão, cacau e amendoim? Essas razões se entrelaçavam como a quarta motivação de combater o

tráfico escravista. Até então a presença europeia tinha sido em parte controlada pelos limites impostos por chefes e governantes locais que, ao mesmo tempo em que atendiam às demandas dos negociantes europeus na costa, também impediam seu livre acesso ao interior do continente. Alguns poucos europeus e, nas áreas portuguesas, alguns brasileiros conseguiram passar dos limites estabelecidos pelos africanos que controlavam as áreas costeiras, mas sempre com a necessidade de apoio e aliança com os governantes locais. Esses poderosos senhores africanos da costa atlântica tinham grande parte de seu poder e riqueza vinculados ao lucrativo comércio. Ao se combater o tráfico atlântico de pessoas, a base de seus poderes seria atingida e a possibilidade de resistência a uma entrada estrangeira seria menor. E esses chefes e soberanos eram os que teriam maior chance de oferecer uma resistência armada efetiva. Durante muito tempo, e de forma equivocada, explicou-se o empenho inglês em combater o tráfico de escravos pelo interesse de formar um mercado consumidor para produtos industriais ingleses. Essa ideia não resiste a algumas ponderações básicas: combater o tráfico não significava terminar a escravidão, nem mesmo na África. E mesmo que isso viesse a ocorrer como consequência a médio prazo – no Brasil demorou trinta anos – o ex-escravizado não necessariamente viraria um consumidor dos produtos ingleses ou de outra parte. A transição não era imediata e muitas vezes o trabalho livre nas Américas não significava trabalho remunerado, muito menos as populações da África atingidas pelas expedições escravistas se tornariam promissor mercado, ao menos de imediato, somente mesmo muito a longo prazo.

As consequências desagregadoras do tráfico também facilitaram a entrada europeia e seu estabelecimento no continente, chamado colonialismo ou imperialismo do século XIX. Houve resistências ao colonialismo europeu, comandadas inclusive por traficantes de escravos e seus aliados; combatida com força pelos

conquistadores com ajuda de alguns locais. Mas, afinal, as marcas da história do tráfico estavam muito visíveis. Havia rivalidades, disputas internas, conflitos latentes e vivos na África, entre os locais, como resultante dos séculos de escravização. Mas, aos europeus, para assenhorar-se daquelas terras, era necessário, se tornava fundamental dominar sua geografia. Com o conhecimento e reconhecimento do território africano ao longo do século XIX, motivados pelas grandes viagens de reconhecimento desde o início do século ou ainda no final do século XVIII, travou-se uma complexa corrida política e diplomática para que se obtivessem relações privilegiadas com os africanos. A França fez, por exemplo, entre 1819 e 1890, segundo pesquisa com documentos de época, 344 tratados com chefes africanos. Porém esses acordos devem ser vistos com cautela. Por um lado, não era muitas vezes explicado para os chefes africanos o real significado da relação de protetorado reivindicada pelos parceiros europeus. E, por outro, muitos chefes que se apresentaram eram inventados e assinaram tratados com os europeus sobre regiões e povos que não existiam com os quais não tinham relação alguma e, portanto, não se sentiram obrigados a nada – deixando os europeus a dizer que neles não se poderia confiar.

Pouco a pouco a presença europeia se fortaleceu e foi-se impondo em diversas partes da África. A Conferência de Berlim foi o momento em que as potências europeias tentaram organizar a corrida sobre a África. Mesmo antes da realização desse encontro, principalmente Inglaterra e França já estavam em diversas áreas do continente e Portugal procurava garantir sua presença onde já se estabelecera, além de fortalecer seu domínio em áreas vizinhas. No entanto, há de se lembrar e de reforçar a ideia de que a conferência de Berlim não partilhou a África. Os europeus nem conheciam o mapa do continente africano suficientemente para que pudessem fazer como se representou naquela famosa imagem da partilha

divulgada por charges de época: um grupo de governantes se reúne em torno de uma mesa e partilha a África como uma grande *pizza* geográfica. Na época da Conferência de Berlim, os europeus ainda não tinham o conhecimento do território africano e, ao pesquisar os documentos, a própria ata da conferência e a ata da Conferência de Bruxelas em 1890, não há menções à partilha. O que se criam são regras para a ocupação do território, que focam sobretudo em duas regiões de grande interesse: a bacia do Congo e a bacia do Níger, duas áreas prioritárias na disputa europeia naquele momento. A própria Conferência de Berlim foi chamada por jornais de época como “Conferência do Congo”. Essa ideia equivocada é quase fruto de uma suposição que os europeus naquela época já teriam esse poder: em primeiro lugar, que já teriam esse conhecimento do território africano; em segundo lugar; e que conseguiriam montar essa geografia sobre, digamos assim, corte de régua. Isso não existia ainda naquele momento. Essa conquista colonial foi sendo superada, sobretudo no início do século XX e ao longo da primeira metade desse século, ao mesmo tempo em que as resistências ocorriam.

Na África, houve muita resistência ao colonialismo europeu. Esse mundo africano, que se modificava com as novas relações estabelecidas a partir do fim escravista e do combate aos antigos soberanos e chefes que dominavam a costa, formava a conjuntura com a qual o Brasil também tinha de dialogar. Desde o início do século XIX, com a presença desses representantes comerciais e diplomáticos africanos em terras brasileiras, as relações se pautavam também pelo Estado. Já no século XIX, eram comerciantes brasileiros os mais importantes parceiros no que foi chamado de infame comércio e que o Brasil manteve até 1850 de uma forma muito dinâmica e ativa. Pode-se dizer que, nessas quatro primeiras décadas do século XIX, há um grande movimento de africanos entrando em portos brasileiros, sobretudo nos portos do sudeste

brasileiro, porta de entrada para rotas em direção ao interior do País. Ao mencionar o fim do comércio escravista, entende-se a repressão e a atuação inglesa, sobretudo ao norte da linha do Equador; as áreas situadas ao sul do Equador serão muito menos policiadas. Haverá um decréscimo dos africanos escravizados trazidos da região da Costa da Mina na África Ocidental e um aumento representativo de africanos trazidos da região do Congo e de Angola. Todo esse novo quadro gera novas relações com o Brasil escravista e o combate ao chamado infame comércio nas regiões ao norte do Equador faz da costa ocidental africana um cenário propício a novas parcerias comerciais. Essas novas parcerias comerciais, que no início não operarão diretamente com mercadores brasileiros, vão lidar com mercadorias que não serão mais seres humanos. Serão produtos primários, produtos agrícolas; toda uma série de matérias-primas que crescerão aos olhos europeus em termos de interesse. Um desses exemplos de produtos trazidos da região da África Ocidental equatorial, chamada de Golfo da Guiné ou de Costa da Mina, é o azeite de palma. Não à toa que o Rio Níger era chamado de *rio do óleo*. O óleo de palma servia não apenas para fins alimentícios que vieram a torná-lo célebre posteriormente, mas também como lubrificantes e matéria-prima para fabricação de velas. Há de se lembrar de que no século XIX, não há luz elétrica nas residências e o óleo de palma se torna matéria-prima fundamental, além de ser a base para a fabricação de produtos de higiene. O famoso *palm olive*, que depois virou o Palmolive, o sabonete da conhecida marca, nada mais é que originário dessa matéria-prima: o azeite de palma dessas regiões do continente africano.

Essas partes da África estavam sob outras formas de relação pelas quais a vigilância e o combate ao comércio escravista eram muito mais eficazes. Essas regiões vão assistir a um processo que vai interligá-las ao Brasil de outra maneira, porque esse processo já existia sob outras modalidades desde o final do século XVIII

– o retorno de libertos para o continente africano. Libertos em sua maioria africanos, por isso vale a palavra retorno, ainda que para seus descendentes esse movimento possa ser pensado como um retorno simbólico para a costa africana. Será justamente para a região em que o comércio escravista estava sendo mais duramente combatido e na qual se enfraquecia sensivelmente, que retornaram aqueles ex-escravos que no Brasil conseguiram a liberdade e recursos para fazer o retorno. É sobre essas histórias que qualificam outra relação Brasil-África que eu vou me ater agora. No século XIX e em especial a partir da década de 1830, libertos africanos e seus descendentes empreenderam, muitas vezes em grupos, viagens para a África a partir de diferentes regiões da América. Esses movimentos migratórios começaram no final do século XVIII e tiveram diferentes fases, motivos e circunstâncias e são comumente chamados de retorno ou de volta para a África, ainda que para alguns tenha sido somente a primeira viagem ao continente. Em uma concepção que contempla as representações simbólicas, as localidades de destino na África foram adquirindo, mesmo para os nascidos nas Américas, contornos de uma volta à terra de origem de seus ancestrais. A historiografia que se dedicou ao estudo do tema dos retornos de libertos à África, a partir de portos brasileiros no século XIX, privilegiou os movimentos que partiram do porto de Salvador, pouco ou nada mencionando as saídas do Rio de Janeiro ou de Recife. A pesquisa que sustentou meu discurso revelou que sem dúvida as partidas de africanos libertos e seus descendentes da então capital do império, o Rio de Janeiro, para portos africanos foram muito mais reduzidas do que aquelas partidas da capital baiana. No entanto ainda assim foram expressivas e diversas em suas modalidades. Outro elemento a ser analisado sobre os retornos seria sua dimensão atlântica em termos das Américas escravistas. Desse ponto de vista das relações com a África, ampliar o enfoque sobre esses movimentos

migratórios da população negra nos oitocentos permite perceber novos aspectos das conexões transoceânicas entre as duas margens, olhando os retornos em uma perspectiva continental e atlântica. Saindo inicialmente do Caribe e dos Estados Unidos, grupos de ex-escravos africanos e seus descendentes, estimulados nessas localidades por sociedades religiosas e autoridades dos governos norte-americano e inglês, empreenderam sua negação, sobretudo para Libéria e Serra Leoa, situadas na costa extremo-ocidental do litoral africano. Do lado inglês, sociedades humanitárias e outras autoridades procuravam dar um fim ao problema gerado pela presença de uma população negra livre nas cidades inglesas e nas áreas coloniais. Esses grupos se originavam também de negociações com rebeldes nas colônias inglesas ou de cooperação nas guerras de independência, em ambos os casos levando a manumissão. O que fortaleceria o projeto inglês de criação de uma colônia para negros libertos também eram organizações religiosas como, por exemplo, os quakers, que combatiam a escravidão. Entre as colônias britânicas já se ouviam discursos pelo fim da escravidão, além do encaminhamento da proposta pelo fim do tráfico atlântico desde finais do século XVIII. No caso inglês, houve uma associação entre os abolicionistas e grupos apoiadores do projeto de criação da colônia em Serra Leoa, da cidade de Freetown, que recebeu a primeira leva de migrados em 1787, após um acordo celebrado entre autoridades inglesas e chefes do povo Temne. No início, esse acordo não foi respeitado e o primeiro assentamento foi destruído pelos sucessores do chefe que negociara a concessão. Somente em 1791, a criação de uma companhia intitulada *Sierra Leone Company* empreende a reconstrução da cidade e a nomeia simbolicamente de Freetown. Chegaram lá em setembro de 1800, trazidos pela companhia, 550 integrantes de um grupo que participara de uma rebelião ocorrida na Jamaica na segunda metade do século XVIII. Depois de muitos revezes, conseguiram dos ingleses a promessa de

levá-los de volta para uma terra mais próxima de onde haviam sido retirados.

Nos Estados Unidos, logo após a independência, a história se revestiu de outros matizes, os libertos de cor eram vistos como indesejáveis, por colocar em questão um projeto de cidadania pensado exclusivamente para a porção branca da sociedade. Além disso, havia o temor de que surgissem lideranças ou articuladores de ações rebeldes antiescravistas. Para se livrarem do que era considerado um problema – a população negra liberta – o caminho da migração de retorno passa a ser pensado como solução. O exemplo inglês na criação da colônia de Freetown em Serra Leoa fortaleceu os argumentos dos que viam na transferência dos libertos para seu continente de origem uma boa saída para se livrarem da presença de negros livres dos laços de cativeiro em uma nação que se construía sobre a bandeira da liberdade. Ao longo das duas primeiras décadas do século XIX, religiosos norte-americanos associados a figuras proeminentes na política buscaram caminhos para viabilizar a fundação de uma colônia, para onde enviariam os libertos dos Estados Unidos da América. Foi criada a *American Colonization Society* (ACS) que se preocupava em repatriar os libertos, mas de uma forma que não fossem abaladas as estruturas da escravidão. Entre os membros da sociedade estavam escravocratas convictos, como John Randolph, secretário do Tesouro, e Henry Clay, porta-voz da Assembleia dos Deputados em 1816. A posse de James Monroe como presidente dos EUA em 1820 trouxe o apoio que o projeto precisava e se conseguiu verba aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos e o compromisso de defesa de território. Ainda assim a maior parte do capital investido veio de financiadores privados.

Em 1822, o ano da Independência do Brasil, fundou-se pequena colônia no Cabo Mesurado, que se tornou o polo irradiador de assentamentos e recebeu o nome em homenagem ao presidente que

tanto defendera a ideia: Monróvia. Houve grupos de negros norte-americanos que combateram o projeto no seu início, vendo na ACS um grupo de racistas desejosos de se verem livres da presença dos negros libertos, e garantir a continuidade da escravidão. Houve grande manifestação que reuniu 3 mil pessoas na Filadélfia em 1817, protestando contra aquela política, mas o movimento *Back to Africa*, mesmo sob acusações, foi encontrando ressonância no seio da população negra vinculada aos projetos missionários na Libéria, que funcionaram como uma força importante de ocupação, promovendo a formação de uma elite negra ocidentalizada a partir dos grupos repatriados, reforçados pelos que chegavam capturados pelo tráfico legal após 1830. As ideias do *Back to Africa* passaram a ser defendidas por jornais financiados pela ACS, como *The Africa Intelligence*, editado por Jehudi Ashmun, jovem professor que desejava ser missionário na África e que finalmente realizou seu sonho em 1822, tornando-se uma das lideranças locais. Além desse jornal de curta existência, outros periódicos foram financiados por aquela sociedade, como o *The African Repository and Colonial Journal*, concebido originalmente como órgão de propaganda. A força das igrejas protestantes nesse processo também cresceu na medida em que logravam consolidar a adesão de negros norte-americanos.

Elas investiram na cristianização como instrumento de progresso da população de cor na América e na África. Estiveram na vanguarda dos primeiros grupos nesse retorno, financiaram viagens para suas campanhas e formaram lideranças para promove-las. As escolas religiosas eram núcleos para a educação e a formação de retornados, recapturados tanto na Libéria como em Serra Leoa. A partir daí poderiam partir em missões evangelizadoras de outras partes da África, fazendo alianças e estabelecendo novos centros de formação e conversão. Para esse objetivo, promover a formação de um clero negro e imbuído de funções civilizadoras, convencido de possuir uma missão de resgate dos seus povos de origem,

era um discurso poderoso e aliado à ideia do retorno à terra de origem, muito mais imaginada que vivida, uma vez que alguns dos primeiros emigrados dos Estados Unidos eram nascidos nas Américas, outros capturados muito jovens na África e ainda havia os trazidos de regiões distantes daquelas para onde se dirigiam ou para onde seriam levados. No entanto, seria reducionista limitar esse processo como iniciativa de governos vinculada a uma quase deportação disfarçada de negros livres; ou mesmo de igrejas interessadas em ampliar o número de seguidores e pregadores. O movimento foi além e ganhou a adesão de africanos de nascimento ou afro-americanos que viram na ida para a África a oportunidade de recomeçar a vida, sem se sentirem indesejados ou inferiores e com a possibilidade de assumir outro papel. A nova função seria resultado de experiência e de aprendizagem que haviam adquirido na maioria das vezes superando dificuldades, como a própria situação do cativo, em que haviam sido colocados direta ou indiretamente, caso fossem filhos de cativos. Acreditar que teriam algo a fazer pelas sociedades africanas e que haveria outro lugar e outro destino mobilizaram muitos a se lançarem no retorno e se dirigirem à Libéria e à Serra Leoa, em um movimento em que teorizaram sobre aquela opção e se lançaram em campanhas pelo *Back to Africa*. Um desses pensadores foi Edward Blyden, filho de africanos libertos, nascido nas ilhas Virgens. Em um de seus discursos, intitulado *O chamado da providência negra para os descendentes da África na América*, Blyden destacou a importância para os negros nos Estados Unidos de estabelecerem ligação com a África. Ele acreditava que os afro-americanos seriam a chave para integrar a África ao mundo moderno, considerando tudo o que já havia sido feito, ainda que involuntariamente, pela construção dos Estados Unidos. Acreditava que os negros estariam desperdiçando energia na América e que a missão estaria na África, onde poderiam fazer a diferença. Foram dele as seguintes palavras: “Eu me arrisco a

prever que, dentro de um período de curto tempo, essa terra posta à inferioridade, em lugar de ser vista com preconceito e desgosto, vai atrair a atenção e o prazer, o mais cáldo interesse de todos os homens de cor”.

Libertos de outras sociedades escravistas nos Estados Unidos e no Caribe empreendiam seus retornos algumas vezes, praticamente expulsos, outras vezes por vontade própria, certamente também influenciados por circunstâncias locais. Muitos entre esses, além do citado Blyden, fizeram do seu retorno uma causa e de sua realização uma campanha na qual utilizavam diferentes meios para realizar seu proselitismo. O discurso religioso fortalecia uma atitude de reação frente às políticas segregacionistas, não pelo enfrentamento, mas pelo resgate de uma identidade africana orgulhosa, que buscava valorizar seu pertencimento ao reatar vínculos com o lugar de origem. Nessa conjuntura, foram sendo criadas as bases fundadoras da identidade em construção. A África era uma ideia que foi tendo seus contornos estabelecidos e se fortalecendo nesse processo. A convergência de fatores parece ter contribuído em diferentes medidas para o desenho dado aos caminhos escolhidos nesses retornos e que os comunicados na imprensa da época expressavam. Notícias sobre esse movimento e as ideias que o sustentavam não deixavam de circular naquele mundo conectado pelos portos atlânticos. As notícias sobre os retornos para a África de libertos da colonização inglesa nas Américas poderiam igualmente chegar às ruas de Salvador, do Rio de Janeiro e de Recife, assim como às cidades da África. Havia pessoas que circulavam por esses mundos interligados, faziam parte das rotas de idas e vindas, eram personagens que construíaam e representavam as ligações entre os dois lados do oceano. Se as rebeliões escravas e as ações diversas de libertos e cativos na América escravista cruzavam os portos atlânticos e se influenciavam mutuamente, por que não as muitas histórias que delas se desdobravam ou as acompanhavam em outra

dimensão? Tem-se conhecimento por vasta e consistente produção historiográfica de muitas evidências dessas conexões no mundo atlântico; tratava-se de conexões que ultrapassaram os limites das trocas comerciais e se evidenciaram nas influências expressas nos escritos e nos discursos de líderes rebeldes, além de se apresentarem na própria eclosão dos movimentos contestatórios em forma e em conteúdo. Os retornos também se fizeram de outras partes das Américas escravistas além do Caribe inglês e dos Estados Unidos.

Em Cuba se encontram registros de movimentos de libertos em direção à África desde a década de 1840. Na verdade, as rotas cubanas inicialmente haviam passado pela Jamaica, de onde também vinham ventos de rebeldia e de pressão abolicionista. Entre 1831 e 1844, houve rebeliões negras com participações de libertos escravos em Cuba, algumas conectadas e estimuladas por grupos da Jamaica. Esse estímulo teria vindo tanto da parte de indivíduos envolvidos na luta pela liberdade como de plantadores jamaicanos interessados em desestabilizar a agricultura canavieira escravista. A presença de libertos de cor na ilha caribenha, assim como na cidade de Salvador pós-malês e em áreas do sul escravista dos EUA, não era bem vista e os discursos sobre os libertos eram muito semelhantes. Pode ser observado, por exemplo, na correspondência de Leopoldo O'Donnell, capitão geral da ilha de Cuba e ministro do estado espanhol. Em 21 de novembro de 1844, como registra à época: “A saída dos ditos negros livres é um bem para o porvir da ilha; a experiência e os fatos têm justificado e a razão demonstra que o negro boçal e o escravo pobre são pouco temíveis, porque suas pretensões e desejos são moderados, mas o negro livre, que obteve sua alforria criou sua independência ou ainda alguma fortuna, tiveram suas ideias, suas ambições e suas experiências aumentadas proporcionalmente, porque é sempre em preto e branco a história do ser humano. Assim não é difícil reconhecer a vantagem: diminuir o número nesses domínios de

elementos de inquietude e, uma vez que o solicitam e que têm os meios para fazê-lo, longe de se opor a seu intento. Sempre será feito o possível para favorecê-lo.” Os primeiros retornos cubanos ao continente seguiram o caminho da Jamaica até Serra Leoa, onde recebiam o apoio dos ingleses para a viagem, segundo presume Rodolfo Sarracino, pesquisador cubano, um dos primeiros a tratar do tema. Dirigiam-se para Lagos tão logo as ações dos ingleses afastaram qualquer possibilidade de tráfico de escravos naquela localidade. As viagens de libertos de Cuba, que se fizeram a partir da década de 1850, sem que as autoridades se opusessem, como se pode deduzir do trecho da carta acima, passaram a ir direto a Lagos. Essa migração, não só desde Cuba como também do Brasil, passava a ser cada vez mais bem vista pelos representantes ingleses em Lagos, como se pode depreender de uma carta escrita pelo cônsul britânico naquela cidade em 1854: a adição desses africanos autoemancipados do Brasil e de Cuba na população de Lagos é muito desejada, uma vez que por seus hábitos industriais e seus costumes e condições semicivilizadas fazem um bom contraponto ao grupo ligado ao tráfico de escravos daquele lugar, permanecendo separados e não se envolvendo nas velhas contradições e animosidades. Estimulados pelos ingleses, vistos com suspeição pelas autoridades cubanas, os forros de Cuba integraram seu movimento que conduzia de volta ao continente africano muitas vezes ex-cativos. O apoio dos ingleses na maioria das vezes não se traduzia em financiamentos, mas na criação de algumas facilidades. Ade Ajayi, historiador nigeriano de origem iorubá, um dos fundadores da escola de Ibadan, uma das mais importantes no campo dos estudos históricos na África, em uma de suas primeiras análises sobre o retorno de libertos escreveu: “Para a maior parte dos negros no novo mundo, a África era só vagamente um lar. Os africanos cativos, sem conhecimento da geografia mundial, transportados sobre o mar e deitados normalmente com as costas

nos porões dos barcos, separados frequentemente de pessoas com quem poderiam falar sua língua, logo perderam o contato mesmo em nível de imaginação com a África. Para seus filhos nascidos na escravidão em uma terra estrangeira, o lar era geralmente a colônia que eles conheciam”. Certamente essa análise do grande historiador nigeriano, feita nos anos 1960, demonstra desconhecer aspectos da vida dos escravizados e dos libertos do Brasil, ou mesmo em outras áreas das Américas. Hoje em dia, diversas pesquisas demonstram a presença de costumes, práticas, linguagens verbais, corporais e estéticas entre os africanos escravizados, que foram transmitidas, ainda que resignificadas, aos seus descendentes. Essas memórias alimentaram a sociabilidade e fomentaram a formação de novos laços e a recriação de laços antigos, tendo suas bases nas histórias que carregavam essas pessoas, que incluíam a vida em seus locais de origem, a captura, a travessia e a situação no novo mundo. Entretanto, valeria ressaltar o comentário de Ade Ajayi, a menção ao desconhecimento de uma África geograficamente definida como seu lar. A afirmação permite que se retorne a hipótese de que a construção da ideia de um pertencimento à África pode estar também vinculada a esse movimento de retorno empreendido pelos libertos em meados do século XIX. Isso fortalece a ideia de que a identidade africana tenha sido forjada também em uma perspectiva atlântica. Quase todos os estudos sobre o movimento de retorno de libertos para a África, de alguma forma, buscaram considerar a conjuntura brasileira ou africana, que teriam favorecido ou mesmo estimulado os processos migratórios, olhando o Brasil mais diretamente. No caso da África, as pesquisas geralmente se direcionam muito mais à região do Golfo do Benim, local onde se construiu uma forte expressão da comunidade de retornados. O ponto de partida das pesquisas e de trabalhos tem sido sempre a existência da comunidade de “brasileiros” na costa ocidental africana, que chama a atenção pela forma como se constituiu e

como se colocou na sociedade local. Os Agudás do Benim, os Tábom de Gana ou simplesmente os *brasileiros* em itálico, são resultados visíveis da formação dessas comunidades e, ao mesmo tempo de seus principais agentes. A constatação de sua existência ao longo do tempo, chegando aos dias de hoje, foi o que levou a maior parte dos cientistas sociais e historiadores a desejarem compreender sua trajetória. Devo dizer que esse tema foi tratado por alguns historiadores, antropólogos e estudiosos de linguística; várias vezes ao longo da história dos retornados para a África, no caso daqueles que saíram do Brasil. Há estudos importantes, como o de um brasileiro, Conselheiro Macedo Soares, ainda no século XIX, sobre o português falado na costa africana. Esse trabalho foi publicado na revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB. Há no século XX alguns estudos feitos por intelectuais ingleses que mencionam a presença dessa comunidade local. O grande trabalho de Pierre Verger, *Fluxo e refluxo*, já na segunda metade do século XX, traz uma documentação preciosa para o estudo dessas comunidades. Temos mais tarde uma grande pesquisa feita por Michael Tunner (um pesquisador estadunidense que visita o Brasil na década de 1970). Logo depois há o trabalho de Milton Guran sobre os Agudás, que vira sua tese de doutorado, fundamental no campo, utilizando a fotografia como instrumento de pesquisa e o trabalho de Alcione Amós que derivou no livro *Os que voltaram*; entre outros trabalhos de pesquisadores que escreveram sobre esse tema. Estamos falando de um tema sobre o qual já há uma produção. Proponho aqui nessa apresentação, que também derivou de uma pesquisa da documentação sobre esses retornos, tanto em arquivos brasileiros como em arquivos europeus e africanos, pensar sob outras perspectivas, em uma perspectiva atlântica, nas conexões atlânticas desses retornos e em suas diferentes fases, que vão derivar na formação daquelas comunidades. Essa é a novidade que meu discurso traz, porque por mais que um tema tenha sido

visitado é importante voltar a enxergá-lo de uma forma mais completa e por diferentes pontos de vista.

O segundo aporte que essa fala pretende trazer são os números desses retornos: quantos, quando, de que lugar, para quais lugares, mulheres, homens, como foi essa história? Será que a história brasileira dos retornos, que por muito tempo ficou restrita à interpretação de que aqueles libertos saíram daqui por pressão, desgostosamente. Isso foi verdade para um grande grupo que na década de 1830, início dos anos 1840, volta à África. Mas, tal afirmativa não pode ser tida como verdadeira para todos os outros movimentos e todos os outros grupos que, sobretudo na segunda metade da década de 1840 e nos anos 1850, empreendem os movimentos de retorno. Tampouco é verdade que esses retornos não desejados são aqueles primeiros retornos, que desde o final do século XVIII se davam para a região costeira, sobretudo da África Ocidental; e que tinham conexão com o comércio escravista. Há de se pensar nessas fases dos retornos de libertos do Brasil para a África e há de se pensar na dimensão atlântica, pensando também nas identidades que se constroem dentro dessa conjuntura. No lado brasileiro, a pressão sobre os libertos africanos esteve presente na historiografia mais recente como uma das razões determinantes. Essa característica que dá aos movimentos de retorno um forte viés de contragosto encontra plena justificativa na atmosfera repressiva da segunda metade dos 1830 em diante. A volta à África se colocaria como uma forma de deportação não explícita. Do lado africano havia a presença de migrados do Brasil desde o século XVIII, africanos e seus descendentes que se assentaram em terras da costa ocidental ou, em alguns casos, situando-se muito bem nas sociedades locais. Esses primeiros brasileiros da Costa da África, os retornados do século XVIII e início do XIX, chegaram a criar famílias ampliadas e grupos de dependentes em torno de si, o que lhes deu poder e influência. Ademais, relacionavam-se com

os chefes soberanos locais de maneira próxima, operando trocas de favores e prestações de serviços. Esses primeiros retornados muitas vezes passavam a ser pessoas que, conhecendo os dois lados do oceano e mantendo as conexões, poderiam operar como representantes comerciais. Vale lembrar que esse tipo de relação entre os dois lados do oceano, favorecida pelo comércio atlântico de africanos escravizados, não era exclusiva da costa ocidental no século XIX. Em Luanda se formou uma sociedade extremamente vinculada ao Rio de Janeiro, por meio de negócios e relações de parentesco, com muitas e constantes viagens de habitantes de uma margem a outra, famílias cujos membros inclusive viviam em margens diferentes. No entanto, os registros de idas de africanos libertos para Luanda não revelaram estratégias de viagens em grupos, tampouco a formação de uma comunidade única chamada de “brasileiros”. É certo que a cidade de Luanda era um dos portos mais *crioulizados* da costa atlântica africana, portanto um retornado do Brasil falando a língua portuguesa, com experiência da travessia e do Brasil escravista, seria muito mais facilmente absorvido nos esquemas identitários locais. A cidade de Luanda no século XIX era domínio português, não estando submetida a reinos nem vinculada a povos africanos em especial, como era o caso do Daomé ou das cidades Iorubá. Há também o caso de Cabinda, em que desde o século XVII surgiram articulações de linhagens antigas, soberanas nos reinos locais e com os grupos ligados ao comércio escravista, chegando a fazer com que ao longo do tempo fossem criadas novas linhagens nascidas dessas relações.

As novas linhagens encontraram, no fortalecimento dos seus vínculos com o Brasil, uma estratégia de ampliação do poder e, no estabelecimento das comunidades de retornados na região de Cabinda, um mecanismo de ativação daqueles mesmos vínculos. Nesse caso, vale ainda destacar a dimensão do processo de chegada de libertos nas Américas com grupos oriundos do Brasil e muito

provavelmente do Caribe, indo para a região no entorno da baía de Cabinda, onde povoações foram nomeadas como Pernambuco, Povo Grande, Porto Rico e Martinica, uma corruptela de Martinica em Cabinda. Os resultados da pesquisa dos retornos de portos brasileiros para a África entre 1830 e 1870, período escolhido para ser foco da pesquisa correspondente às quatro décadas centrais do século XIX, centrais porque se situam realmente no meio do século XIX e porque nelas ocorrem grandes mudanças nas relações entre o Brasil e a África e entre a África e as Américas. São décadas de uma grande intensidade na entrada de africanos escravizados nos portos brasileiros e, ao mesmo tempo, do tráfico ilegal após 1831 e da extinção do tráfico atlântico para o Brasil e regiões do Caribe, com consequências continentais e transoceânicas. Nas diferentes margens do oceano, também foram tempos de agitação social e política. Conectar esses processos de retorno não apenas a essas novas conjunturas atlânticas, mas também às conjunturas internas, possibilitava e permitia a formação de redes que viabilizavam a criação das comunidades na África, como também no Brasil as conjunturas rebeldes antiescravistas. No Brasil, foi o tempo da rebelião de carrancas em Minas Gerais; da insurreição do malês na Bahia; entre os anos 1830 e 1870, da Balaiada no Maranhão, com os quilombolas do Preto Cosme; da revolta de Manuel Congo no Vale do Paraíba; dos quilombos da Bacia do Iguaçu na província do Rio de Janeiro; de uma série de outras ações de cativos e libertos. Foi um tempo de repressão e de violência sobre os agentes das rebeliões negras e também sobre os prováveis suspeitos de participarem ou de um dia poderem se comportar de forma semelhante.

Toda uma legislação restritiva sobre esses grupos foi discutida e criada para fazer frente àquela movimentação. Ainda assim, nos debates políticos se discutia acaloradamente o direito à cidadania dos libertos de cor nascidos no Brasil. Havia um entendimento bem generalizado, que negava essa possibilidade aos africanos,

sem considerar que não estavam no Brasil por opção. Ao mesmo tempo, a sociedade brasileira vivia um período de mudanças no campo econômico; oportunidades abertas com o crescimento das atividades urbanas desde os anos 1830 trouxeram uma parcela da população negra cativa e liberta; trouxeram a essa população a possibilidade de acumulação de pecúlio, ainda que com muitas dificuldades, mas um pecúlio vinculado ao trabalho, por meio da prestação de serviços em ofícios qualificados. Nas décadas de 1830 e 1840, pode-se observar uma relativa ascensão de libertos de cor por meio do trabalho em diversos setores das cidades brasileiras. Ainda que nos anos após 1850, essa situação se alterasse, em termos de possibilidade de ascensão social, os espaços ocupados pelos negros libertos anteriormente favoreceram a organização e a efetivação de empreendimentos, como a realização de viagens para retorno à África, porque, no caso brasileiro, nunca houve apoio oficial para essas viagens. Não houve estímulo de sociedades filantrópicas, de igrejas de qualquer espécie. Aqueles que retornaram, retornaram com seus próprios recursos. Há uma exceção: o caso de um grupo de libertos que pede apoio aos representantes ingleses em 1851. Mas a regra não é essa.

Nos anos imediatamente após o fim do tráfico, verificou-se o crescimento considerável da população negra africana e crioula nas cidades brasileiras. As chamadas cidades negras no Brasil dos 1800 também se tornaram focos de agitação e de seguidas medidas em busca do controle sobre a temida parcela de seus habitantes de cor. Nesse contexto, ocorreu a greve negra de 1858 em Salvador; a formação de quilombos na periferia da capital da corte e em diversas partes do país; e muitas ações policiais em busca dos chamados “ajuntamentos de negros”, onde libertos e cativos estariam em estado de conspiração permanente. Os representantes e porta-vozes da boa sociedade chamavam para que fosse dada uma solução para as tensas relações raciais, que não

poucas vezes se traduziam em protestos e conflito. Para muitos, a solução para o Brasil era o envio dos indesejáveis de volta para suas terras de origem, algo como uma deportação para os mal adaptados. Isso nunca se realizou no Brasil. Essas notícias de ações rebeldes ocorridas não só no Brasil e em Cuba, mas também na Jamaica e em diversas partes da América do Sul, na região que hoje é nossa fronteira com a Colômbia e com a Venezuela, também se alastravam. As cidades da África estavam estreitamente conectadas com as Américas, havia ida e vinda, especialmente no caso dos portos brasileiros; e as notícias também chegavam. Os que se moviam de um lado e de outro do “mar oceano” eram muitas vezes mensageiros e testemunhas oculares dos acontecimentos, e dentre eles também os retornados. O tremor que abalava as montanhas atlânticas foi também percebido por outras imagens e algumas vezes produziam um efeito “bumerangue”. Robert Linebaugh e Marcus Redike estudam esses processos que chamam de “efeitos bumerangues” das rebeliões de cativos nas Américas como um todo. Eles têm um trabalho publicado no Brasil que se chama *A hidra de muitas cabeças*, um belíssimo livro que trata dessas ações rebeldes numa perspectiva atlântica.

A escolha dos espaços a serem pesquisados também obedeceu a critérios semelhantes: as conexões transatlânticas operavam de forma muito mais intensa nas cidades costeiras do Brasil, em seus principais portos: Rio de Janeiro e Salvador. Nos relatos sobre as comunidades de retornados, percebe-se a referência constante à capital baiana como lugar de partida no Brasil, além de haver também na cidade um ambiente onde fora gestada a viagem. As lembranças da “cidade da Bahia”, como se conhecia popularmente a capital da província, encontram-se presentes também na memória dos descendentes de retornados no Golfo do Benim. O Rio de Janeiro como capital do império do Brasil não era lembrado, até a época dessa pesquisa, nos estudos nem nas falas

como foco de origem importante. Eventualmente se mencionava como possibilidade, mas uma primeira aproximação com a documentação coloca a cidade como cenário de expressivo retorno de libertos à costa africana. Portanto, foram eleitos dois pontos de partida centrais para essa apresentação, a partir dos quais se investigariam os destinos das viagens. A delimitação do estudo no que tange aos espaços de chegada inicialmente obedeceu ao que a documentação assinalou: a região da “costa da África”, no litoral da África Ocidental, compreendendo uma área que se estende desde a antiga Costa dos Escravos, no litoral de Gana, até a cidade de Lagos, incluindo, portanto, o Golfo do Benim. Cidades como Badagri, Lagos e muito mais frequentemente a costa da África são nomeadas na documentação pesquisada em proporção absolutamente majoritária. No entanto também eram mencionadas (no caso do Rio de Janeiro, com incidência muito maior), a cidade de Luanda, em Angola, ainda que em movimentos individualizados ou em pequenos grupos. Ainda como lugar de destino está o porto de Cabinda, no litoral da África centro-ocidental, hoje parte de Angola como um dado novo nesta pesquisa.

Estariam assim definidos os lugares majoritários de destino. Essas áreas do litoral do continente africano também estavam vivendo profundas mudanças no período. Com o fim do tráfico de escravos e as alterações nas economias locais para o chamado comércio legítimo, produziam-se desdobramentos nas sociedades afro-atlânticas desses portos antes conectados ao comércio negreiro como principal atividade. Ao mesmo tempo, havia as guerras entre iorubás no sudoeste da Nigéria, as disputas localizadas por cargos e pelo domínio nas cidades do Daomé, atual Benim, e a ascensão de novos grupos dinásticos entre a nobreza Cabinda e outros fatos e processos. Completando esse quadro de reajuste interno da África, a chegada cada vez mais intensa de estrangeiros, sobretudo europeus que buscavam suas fatias nos negócios e no

poder político, principalmente no caso da Inglaterra, que levava o combate ao tráfico de africanos como alavanca de entrada e derrubada de famílias e chefes africanos poderosos. Em 1851, marco da conquista de Lagos e, nos anos seguintes, de toda a costa ocidental, com a chegada de missionários e militares, a penetração colonial começava por meio de tratados que significavam a obtenção de faixas de terras e exclusividade no comércio. Essa conjuntura de uma transição vinculada a processos internos e também atlânticos caracteriza as regiões que se tornam os lugares de chegada dos retornados nas Américas. O desenvolvimento da pesquisa conduziu a um olhar ainda mais abrangente, geográfica e epistemologicamente falando, não tanto para tornar-se objeto de levantamento de dados, mas para constituir-se como uma referência de experiências de retorno ocorridas em tempos semelhantes e espaços muitas vezes compartilhados, como é o caso dos retornos a Serra Leoa. Não somente nos objetivos e nos planos a cercavam os libertos de outras partes das Américas com aqueles retornados do Brasil. Uma vez na África, os libertos de outras partes das Américas, sobretudo do Caribe, disputaram espaços no mesmo registro e não poucas vezes se fundiram no mesmo grupo. Essa aproximação se tornou ainda mais visível quando os libertos que haviam ido para Serra Leoa migraram para as cidades do Golfo de Benim e lá reivindicaram ao mesmo tempo seu pertencimento aos grupos procedentes daquela região, sobretudo os Iorubás, como também reivindicaram suas experiências atlânticas como elementos identificadores. Foram estabelecidas relações de parentesco levando à absorção dos provenientes de Serra Leoa, retornados do Caribe e sobretudo na comunidade dos “brasileiros” do Golfo do Benim.

Em alguns discursos de retorno, como pode ser lido em uma carta de libertos congolezes no Rio de Janeiro em 1850, as justificativas poderiam ser praticamente as mesmas daquelas

dos migrantes para Serra Leoa, e as posturas observadas na constituição das comunidades de brasileiros eram pautadas em uma diferenciação com os locais, fundamentada em um discurso de civilização que também criou pontos de interseção entre os grupos. Apesar de serem libertos da escravidão das Américas, compreendendo viagens de retorno ao continente de origem, onde haviam vivido experiências de liberdade, onde haviam sido escravizados e de onde haviam sido retirados à força. Se nascidos nas Américas, essa trajetória havia marcado a geração que os antecederam. A história em comum da experiência vivida, da travessia e do cativo, também articulava a geração de libertos que, entre 1830 e 1870, migravam para a África desde o Brasil e de outros diferentes pontos das Américas negras, reforçando a perspectiva de que os retornos também podem ser vistos a partir de um movimento geral. Uma vez na África, as realidades locais também vinculadas ao mundo atlântico contribuíram para a forma como os diferentes grupos se constituíram, enquanto comunidades nascidas nas relações transoceânicas. Nos registros de passaporte do porto de Salvador, entre os anos 1834 e 1870, encontram-se 2087 libertos africanos partindo para a África. São 1356 do sexo masculino e 770 do sexo feminino. Entre as mulheres, uma minoria de 139 viajava com os maridos, enquanto 631 viajavam sozinhas. Havia ainda 461 crianças nesses registros, acompanhadas dos pais. O período de maior refluxo desse porto foi entre os anos de 1835 e 1836, em uma relação clara com a repressão à Rebelião dos Malês, como já anunciara o historiador João José Reis.

Em seguida, entre os anos de 1857 e 1858, há 261 retornos, e nos anos de 1868 e 1869, 314 libertos dirigiram-se à África. Do total de libertos que declararam se dirigir à África sem perspectivas de voltar ao Brasil no registro de passaporte, 90,6% informaram como destino a costa da África, a região do Golfo do Benin, também conhecida como Costa da Mina. Essas totalizações não desmentem

o destaque dado aos retornos dirigidos a essa região nos trabalhos de Pierre Verger, Michael Toner, Manoela Carneiro da Cunha – que tem um trabalho fundamental chamado *Negros Estrangeiros*, reeditado recentemente – entre outros que estudaram esses processos. Já nos registros do porto do Rio de Janeiro, é possível verificar que durante as décadas de 1830, 1840 e 1850/55, 692 embarcações com retornados deixaram a capital do Império rumo a diversos portos no litoral da África Centro-Occidental: 29% para Angola, 8.9% para Angola via Benguela, 10.2% diretamente para Benguela. Percebe-se que 48% dos destinos situavam-se nessa região da margem afro-atlântica. Há nos embarques 202 retornando para Angola, 62 para Angola via Benguela, 71 para Benguela, 91 para o Cabo da Boa Esperança, 104 para Cabo Verde, 101 para a Costa da Mina, 59 para Angola por portos da África. Essas são as saídas do porto do Rio de Janeiro. Dentro do período selecionado para a pesquisa, de 1830 a 1870, os retornos se deram de forma mais intensa na segunda metade da década de 1830, tendo um decréscimo relativo nos anos 1840 e um crescimento notável na primeira metade da década de 1850. Depois do fim do tráfico, houve diferentes momentos para esses refluxos migratórios, tomando emprestado o termo de Pierre Verger, refletindo conjunturas atlânticas e locais. Não se pode uniformizar o movimento de libertos para a África no século XIX. Olhando o processo como um todo, outros contextos caracterizam esses momentos de tantas mudanças nas margens oceânicas. A repressão ao tráfico e, ao mesmo tempo, fases de intensa entrada de escravizados no Brasil correspondem a conflitos internos na África. De um lado, o fim do tráfico de africanos escravizados, o crescimento do comércio ilegal e a entrada de europeus com objetivos colonizadores na África compõem conjunturas distintas. O mundo atlântico estava em permanente contato. Como já se sabe e já se disse; esses contatos não se realizavam apenas entre os que lideravam o comércio ou detinham as rédeas do poder. Havia

tudo um mundo conectado há tempos, realizando e manobrando ao sabor das transformações em curso nas esquinas das ruas das cidades brasileiras, nos cais de Luanda, no porto da baía de Cabinda, no litoral do Golfo do Benim, nas docas de Havana e aonde quer que as rotas levassem navios e pessoas trazidas da África em idas e vindas. Negros libertos e cativos criaram meios estratégicos de comunicação e contato que constituíram parte dinâmica das relações transoceânicas, porque não seriam capazes de realizar um empreendimento tão extraordinário em suas vidas cientes do que se passava e se pensava no mundo dos negros libertos migrados da América do Norte ou do Caribe, em direção à África. As fontes revelaram inspiração e mobilização apoiadas em discursos muitas vezes semelhantes. Isso tudo deve ser levado em conta quando analisados os retornos e suas razões.

Moderador – Queria agradecer à professora Mônica, que realmente nos abre uma perspectiva completamente diferente, com lentes de aumento sobre o processo. Eu fiz o mestrado aqui no Instituto Rio Branco sobre a presença de negros na diplomacia. Estudei muito a escravidão, fiz um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos e percebo o quanto deixei de fora. Pode-se abrir para perguntas e colocações.

Sr. Paulo André – Bom dia. Acho interessantíssima essa perspectiva dos retornados que você detalhou muito bem hoje e da qual nos deu um panorama muito mais abrangente. Enquanto você falava, lembrei-me de uma leitura recente de um livro que se chama *Black Atlantic Religion*, de Lorand Matory, antropólogo americano. Ele trata a questão de como o candomblé se formou por meio do diálogo, do deslocamento e das migrações entre as duas regiões. Para o autor, há toda uma rede de relações entre pessoas que iam e vinham da Costa da África. No candomblé, fala-se muito no pano da costa, no sabor da costa, na palha da costa.

Participante não identificado – Apenas um comentário para complementar a linha que o Conselheiro Paulo André está trazendo, com relação ao candomblé. Eu queria fazer um contraponto com relação à capoeira. Ela também foi formada nesse mesmo processo de intercâmbio com o Atlântico negro, cujos principais vetores seriam os marinheiros. Na Bahia, por exemplo, a capoeira começou a ser praticada nos cais dos portos e muitos marinheiros levavam esse conhecimento, em suas horas vagas, a vários lugares aonde iam e o transmitiam a outros afrodescendentes nesse mundo do Atlântico negro .

Participante não identificado – Professora Monica, obrigado pela sua fala que trouxe diversas questões a todos nós. Eu queria fazer uma pergunta que tem a ver com seu trabalho e vai um pouco além. A senhora sabe que é uma batalha de vários historiadores, sociólogos e antropólogos a implementação da Lei 10.639, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do tema “História e cultura afro-brasileira”. Há um grande esforço em diversos campos do conhecimento para definir o que deveria ser incluído na lei. Pergunto: a senhora acha que a história dos retornados mereceria um capítulo?

Sra. Socorro Botelho – Boa tarde a todos e a todas. Sou a professora Socorro Botelho, do Maranhão, e sou integrante do NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Índio-Descendentes), assim como também do FEDERMA (Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico Racial), dos APNS e do Instituto Federal de Educação. Trabalho no campus Maracanã, onde encontramos ribeirinhos, indígenas e descendentes. Estou nessa luta porque busco a minha identidade quilombola, já que meus ancestrais também participaram do quilombo de Santa Rosa, no Maranhão. Esse é o embate, eu também quero me aliar ao senhor. Aí está o

embate quando vem a alteração do 26-A e do 79-B da LDB, que a gente se pauta sempre dizendo: uma nova lei. Não é nova lei, estamos cumprindo o que diz a LDB e o desafio é enorme. Embora tenhamos avançado, lógico, isso é resultado de um avanço, mas o desafio é muito grande. Estamos nessa luta de implementação da lei nas escolas, nas salas de aula – o desafio e a discriminação são enormes; precisamos nos encontrar. Chamo a Nádía Nadel também para dialogar conosco, quando ela diz que todos vamos nos encontrar um dia e saber quem somos. Gostaria de saber da senhora o que vamos fazer, descendentes desse povo, para encontrarmos nossa identidade e sabermos realmente de onde somos.

Sra. Monica Lima (Profa. UFRJ) – Bom, há aqui um bom conjunto de questões com relação ao comércio, às idas e vindas. Primeiro, quando os retornados saíam do Brasil, nos navios no século XIX, não podiam simplesmente sair: havia um controle portuário muito restrito. Por causa do risco de alguns escravizados entrarem no navio, tinham de sair com a documentação; saíam quando registravam seus passaportes. Pode ter havido um ou outro saindo clandestino, mas seguramente não era simples. Boa parte da documentação que pesquisei são justamente os passaportes dos que retornaram. Entre os grupos de africanos e filhos de africanos – em sua maioria africanos de nascimento – que fazem viagens à África, estão muitos que receberam no seu passaporte a autorização de voltar ao Brasil, que era indicada pela expressão “vai para (tal lugar da África) de onde há de voltar”. Ou seja, para um africano dar entrada nos portos brasileiros nessa época, ele tinha de ter saído com uma autorização para voltar – a lei de 1831, a famosa “lei para inglês ver”, do fim do tráfico, que ao contrário, foi uma lei com efetividade para muitas coisas – proíbe a entrada de africanos no Brasil, a não ser que eles tenham obtido expressamente essa autorização. Aqueles que faziam esse comércio de idas e vindas

saíam com o passaporte carimbado de ida e volta, com autorização para voltar. Então dá para seguir essas viagens. Eu percebi na documentação do arquivo de Salvador que há grupos de mulheres que iam e vinham, e se declaravam comerciantes. Algumas iam com os filhos, não com crianças pequenas, mas com um filho mais velho, provavelmente para auxiliar nesse negócio. Essas mulheres que vão e vêm são numerosas, mais até do que os homens no Brasil, a partir dos anos 1830. Percebe-se que havia um pequeno comércio operado nessas idas e vindas, que trazia o pano da Costa, os artigos religiosos, noz-de-cola, uma série de produtos que eram vendidos em Salvador, no Rio de Janeiro e no Recife naquele período. Eu pude localizar também, cotejando com outros documentos, sobretudo documentos estudados por Luis Nicolau Parés, professora da Universidade Federal da Bahia, algumas pessoas que iam por motivos religiosos. Havia sacerdotisas que partiam para fazer parte de sua formação nas religiões africanas, a religião dos orixás. Eram sacerdotisas do candomblé, que iam à África receber ensinamentos e compartilhar seus conhecimentos, o que reforça o argumento de que o candomblé nasce nessas trocas, tornando essa hipótese altamente provável. Sobre os marinheiros e a capoeira, temos estudos do Álvaro Nascimento já em décadas finais do século XIX e início do século XX. Mas se formos estudar, por exemplo, quem eram os marinheiros desses navios, o historiador brasileiro Jaime Rodrigues estudou um pouco essa história. Marcus Rediker não trabalhou com o Brasil, mas estudou as trocas transatlânticas nesse mundo de trabalhadores livres, libertos e cativos no Atlântico. Havia vários africanos que não só iam e vinham, mas também traduziam essas informações em movimentos de criação cultural, levando e trazendo também notícias. Há uma série de documentos – não eram notícias escritas porque eram transmitidas pela oralidade, mas há sobre esse assunto alguns documentos da polícia – em que se dava o conhecimento dos conspiradores que estavam

recebendo auxílio exatamente dos marinheiros, e que tinham de ver aquela história de como vinham trazendo notícias do Caribe, como vinham trazendo notícias de rebeliões na África e como o capitão do navio tinha de tomar providências, porque aquilo era muito perigoso. Pode-se imaginar que nesse caldo de trocas e de notícias de gente que ia e vinha, muita coisa aconteceu. Quantas histórias se teciam nesse subterrâneo da história, nesses porões? Esse atlântico negro é muito mais amplo do que se pode imaginar. Quanto à Lei 10.639, fui professora de história na Educação Básica por muitos anos. Quando falo dos conteúdos de história da África, de história dos africanos para a Educação Básica no Brasil, falo do que vivi no chão da sala de aula de escola pública. Foi uma história do meu passado, que se carrega consigo, nós somos a memória. Acho que, para um ensino de história, a gente tem de pensar no ensino de história como um todo e integrar o ensino da história da África e dos africanos ao ensino de história nos seus objetivos mais amplos. Acho fundamental que seja pensado na implementação dessa lei, que é exatamente o cumprimento da LDB. Eu penso numa história mais ampla, numa história diferenciada. Acredito que essa história deva ter uma perspectiva mais ampla, que contemple a história da América, diferente da história que se acostumou a ver. Sabe-se pouco da história da América, menos ainda das Américas negras. É preciso entender as Américas também como Américas negras. Nesse sentido, essa história merece entrar em uma perspectiva de ensino que contemple os diferentes povos e grupos que estiveram construindo esse continente no nosso país. Claro que essas histórias dos povos originários devem entrar no ensino de história, porque acho que o ensino de história deve contemplar essa perspectiva ampliada. Quando você vai falar de um ensino de história, não vai trabalhar um caso particular. Quando se tem o ensino de uma história que se quer seja abrangente, se elencam também os povos indígenas e os povos do Oriente, e o mundo

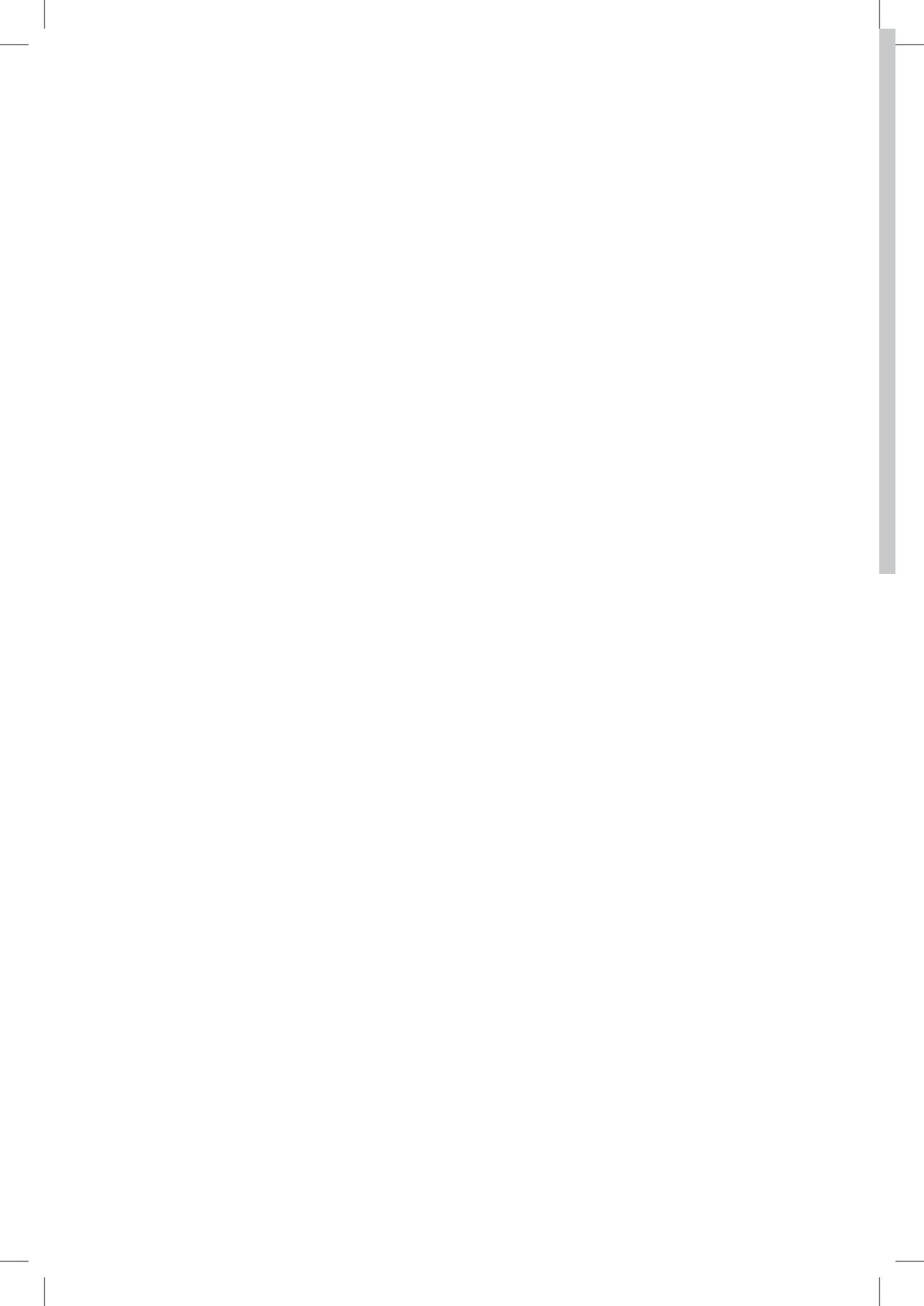
muçulmano. E , se a gente quer tudo, vai ter de trabalhar com outros conceitos, com uma concepção de histórias conectadas, uma concepção que seja ampliada e que espelhe outras relações que não são apenas as relações de domínio, as que se deram no convés dos navios. Queremos os porões também, queremos as ruas, queremos esses espaços contemplados no ensino da história. Essa perspectiva é uma mudança de perspectiva, não é apenas a entrada de um novo conteúdo; é um olhar diferente e, para isso, devem entrar todos esses povos.

Nós brasileiros, descendentes de africanos e ameríndios, fomos parte dessa história, mais ampla do que nossa história pessoal. Temos de estar cientes de que essa é a nossa busca. Eu não tenho a menor dúvida de que é um embate difícil. Essa história ninguém me contou, eu vivi. Não estou falando de algo que passou ao largo da minha vida pessoal e profissional, que eu olhei do gabinete. Eu vivi essa dificuldade com os colegas, nas discussões com as secretarias de ensino. Essa história é de uma luta que se ganha no dia a dia. O que fazer? Temos de escrever mais. Dediquei parte da minha vida, abandonando até as minhas atividades acadêmicas, digamos assim estrito senso, para escrever textos para professores. Cada vez mais se veem, pessoas da academia fazendo isso. O professor Kabengele Munanga, da USP, que estará aqui abrilhantando esse seminário, é um dos que se dedicou a escrever para professores. Boa parte de seus escritos está disponível na internet. Assim como eu, vários professores estão hoje produzindo textos para subsidiar esses trabalhos. A bibliografia de literatura africana e afro-brasileira dedicada ao público infanto-juvenil é cada vez mais abundante.

Já há uma produção que cresce. Sim, é ainda muito pouco. Falta formar os professores, falta que a formação seja um direito, falta que a LDB seja respeitada de fato, falta que cada encontro dessa natureza bata nessa tecla e que a importância de estudar

essa história faça parte de sua cartada final. Hoje me dedico a formar professores e há alguns anos não leciono mais em sala de aula da Educação Básica. Mas, estou sempre com colegas do chão da escola, e nos cursos e palestras, digo: “Trazer essas temáticas para a Educação Básica só melhora nossa sala de aula; só contribui para tornar nossas aulas mais inteiras”, porque estaremos mais inteiros nessa história. “O Brasil fica melhor para se entender ao africanizar sua história, ao latino-americanizar a sua história, ao americanizar a sua história, numa dimensão mais ampla desse continente, muito maior do que a gente pode perceber e muito mais próximo de nós.” O desafio é enorme, mas eu acho que desses encontros e desses compromissos saem essas histórias. Por isso, tantos de nós vamos às escolas, e procuramos ouvir numa escuta sensível porque reconhecemos a fala qualificada dos professores. E vamos às secretarias estaduais de educação, escrevemos material para serem trabalhados em sala de aula. Esse é o nosso espaço de contribuição e de pressão sobre as autoridades para que se cumpra a lei. É o espaço republicano de atuação, uma vez que a nossa LDB é uma lei que foi aprovada pelos nossos representantes. A resposta que eu tenho é de continuar na luta, acreditando que este é um bom combate. A luta vale muito a pena; como diz a letra da linda canção de Gilberto Gil em homenagem à Zumbi: “a felicidade do negro é uma felicidade guerreira”. Portanto, nessa terra que é o Brasil, de tantos negros e negras, e de não negros que se encontram imersos nas matrizes africanas, nossa felicidade também é uma felicidade guerreira. O bom combate não cria rupturas que não se consertam, ao contrário, o bom combate constrói pontes, ele constrói possibilidades. Muito obrigada.

Moderador – Em nome do Departamento de África eu agradeço imensamente à professora Monica, tanto pela apresentação de ontem quanto pela de hoje.



PAINEL 8
O CHIFRE DA ÁFRICA E A ÁFRICA ORIENTAL:
SOMÁLIA E ABISSÍNIA. NORTE DA ÁFRICA:
O IMPÉRIO OTOMANO E SUA HERANÇA, O
SUDÃO. REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

Arlene Elizabeth Cledesha



Moderador – Boa tarde, senhoras e senhores. Dando continuidade ao Seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento da África do Itamaraty, com o apoio do Instituto Rio Branco, a professora Arlene Clemente Santos discursará sobre o Norte da África, o Império Otomano e sua herança.

A professora e doutora Arlene Santos possui graduação em História pela Universidade de São Paulo, mestrado e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. É professora doutora do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo e atual diretora do Centro de Estudos Árabes da USP. Membro do Comitê de Coordenação da United Nations International Coordinating Network on Palestine. Tem experiência na área de história, com ênfase em história contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: história da Palestina, história árabe, marxismo, questão judaica, questão palestina. Seu projeto de pesquisa atual é: representações da história árabe no século XX, ente o orientalismo e a historiografia árabe contemporânea.

Recordo que o conteúdo da palestra é de responsabilidade da palestrante e não reflete necessariamente a posição oficial do Ministério da Relações Exteriores. Com a palavra, a professora doutora Arlene Clemesha.

Sra. Arlene Elizabeth Clemesha (Departamento e Letras Orientais da Universidade de São Paulo) - Muito obrigada pela apresentação. Obrigada pelo convite para vir aqui conversar com vocês sobre o legado otomano no norte da África. É um prazer estar

aqui. Menos do que uma palestra, acho que o espaço vai permitir uma boa conversa.

O que eu pesquiso e é o que espero trazer um pouco para vocês é a história árabe que tem tudo a ver com o norte da África, especificamente o legado otomano no norte da África, que já não é mais árabe: os árabes chegaram antes dos otomanos e os otomanos vieram bem depois.

Para começar passando por toda essa história: quando os árabes chegaram à África? Após o advento do islamismo no ano 632 d.C. O islamismo, comparativamente a outras religiões, é uma religião bastante recente. Antes do advento do islamismo, as tribos árabes ou os povos árabes, como quiserem, não eram uma formação homogênea (por isso usa-se o plural). Habitavam a Península Arábica. Não tinham muito trânsito fora dessa península, apenas circulavam um pouco por rotas comerciais, mas não chegaram a expandir sua língua e cultura muito além do que seria o sul da atual Síria e Jordânia, para além da península.

Os árabes estavam na península desde o século XXII antes de Cristo, mais ou menos. A historiografia data a origem dos árabes ao processo de domesticação do dromedário, que permitiu que esses povos conquistassem os terrenos áridos e semiáridos e vivessem de maneira seminômade de oásis em oásis, levando suas ovelhas e cabras para pastar, com uma atividade mercantil importante, inclusive em caravanas. Havia alguma agricultura também. Por exemplo, Medina – que antigamente se chamava Yatribé – era uma cidade de agricultores. Meca não era uma cidade de comerciantes, era um ponto importante de atração de comerciantes por causa da Kaaba, o monumento para onde os muçulmanos peregrinam no Raga.

Antes do islamismo, a Kaaba era um local para adoração de 300 deuses pagãos, tópicos da cultura árabe pré-islâmica. Nesse

período pré-islâmico, os árabes atribuem a construção da Kaaba a Abraão. Quando surge o islamismo, que se enquadra na tradição das religiões abraâmicas, a Kaaba foi reivindicada. Retiraram-se todos os ídolos de dentro dela, a idolatria foi proibida e se passou a firmar a unicidade divina, a ideia do Deus único.

O advento do islamismo foi muito importante na história árabe, não só porque fundou uma religião, mas porque levou à expansão árabe, período em que os árabes saíram para a península em um processo de conquista territorial, que a história mais antiquada retrata como sendo uma conquista à ponta de lança.

A história mais recente trabalha de maneira melhor documentada e afirma que a expansão islâmica a partir de 622 d.C. ocorreu segundo vários modelos ou vários modos. Houve terras conquistadas por acordo e houve terras conquistadas pela força, quando havia resistência. Mas ao fim nunca foi uma expansão que tivesse como objetivo imediato a conversão religiosa. Digo de imediato porque também não se pode separar a ideia da expansão do islamismo da expansão geográfica e política árabe. Entretanto, ela não ocorria no sentido de chegar em um local e forçar a população a se converter: “Converta-se ou saia”; esse nunca foi o teor da expansão islâmica.

Quando os árabes se expandiram (saindo da península arábica para conquistar em cem anos territórios da península Ibérica e além do atual Irã, Rio Hindu, atual Afeganistão e Índia), a ideia de abertura dessas terras para o Islã foi fundamental. Mas, como eu estava explicando, essa conversa forçava a conversa religiosa. Há inclusive uma passagem no Alcorão que lembra que a religião não pode ser forçada. A história e a documentação baseada em registros de nascimento e de óbito mostram que foram necessários 400 anos de Islã, de governos árabes islâmicos para que os registros de nascimento e de óbito mostrassem uma população

90% muçulmana nas regiões conquistadas pelos árabes. Nesses 400 anos, passou-se de governo árabe para reinos e monarquias de etnia turca e para misturas berberes.

Enfim, não se está falando em reino árabe apenas, porque a primeira expansão do islã é uma expansão árabe, feita por árabes, e que criam o reino árabe do Califado Omíada. O primeiro grande califado, a primeira grande dinastia, foi a Omíada, que governou toda a região do ano 660 até 750 d. C. Esse califado colocou a língua e uma série de símbolos árabes como a língua da administração e começou a construir as grandes mesquitas. A Mesquita de Al-Aqsa foi construída em 680 d.C. A monarquia que viria depois foi a ainda árabe Abássida. Também um grande reino que deu muito fomento à filosofia, à ciência, e que representou um período de muita contribuição dos árabes para a humanidade, para o pensamento humano e para o progresso da ciência no mundo.

Depois desse período Omíada e Abássida de cerca de 400 anos, começa um período de fragmentação política. Essa fragmentação política em toda a região vai dar lugar a muitas monarquias que não são etnicamente árabes em suas camadas governantes, mas principalmente turcas.

De onde vêm os turcos? Não vêm exatamente da Turquia, mas da Ásia Central. As grandes levas de migração turcas vieram principalmente entre os séculos X e XII, período do Califado Abássida. Como surgiu o Império Otomano? O termo otomano vem do nome de família de Osman, filho de Ertrugrul, que no ano 1299 fundou um emirado, um pequeno principado na Anatólia Central, dentro do que era o islã de legado árabe de toda a região. No período do século XIII ao XIV deu-se a fragmentação política que permitiu certo vácuo de poder na Anatólia, favorecendo a expansão de um dos vários emirados da região. Eram emirados dentro de outros impérios, mas o emirado de Osman se organizou

de tal forma que adquiriu poder e força suficientes para se tornar uma monarquia expansionista.

A primeira expansão otomana foi para o norte – Grécia, Balcãs. A conquista de Constantinopla foi muito difícil. Constantinopla era aquela capital magnífica do Império Bizantino – sucessor do também antiquíssimo Império Romano do Oriente – e tinha sido alvo de muitas tentativas de dominação, inclusive pelos árabes.

O Império Turco até o século XX, mas ainda como império otomano, é caracterizado por ser o império que gira em torno daquela família e não do caráter étnico dela. Só no século XX, e com a ascensão dos nacionalismos, que se coloca o caráter turco como motor do nacionalismo, que vai se transformar nesse decadente, quase esfacelado império turco-otomano. Especificamente em 1908, com a revolução dos jovens turcos, o nacionalismo turco ganha força.

Foi quando o império otomano caiu, na Primeira Guerra Mundial, e dele surgiu a Turquia. O ano de 1922 marcou o fim oficial do império otomano e a fundação da Turquia moderna. Atatürk teve o cuidado de inserir uma série de símbolos étnicos turcos na construção do imaginário desse novo país, mudando inclusive o alfabeto. O turco, que sempre tinha sido escrito em caracteres árabes, passou a ser apenas elemento dos artistas. Não é mais com o alfabeto em caracteres árabes que se escreve o turco, mas o idioma árabe ainda está muito presente no vocabulário. Ainda há muitas palavras árabes dentro do turco, assim como há muitas palavras de origem turca em árabe: aquelas terminadas em *gui*, *bustaghi*, *carteiro* e tantas outras; principalmente essas são todas originárias do turco.

Isso nos aproxima de nosso objeto, do Império Otomano e de sua relação com o norte da África, região árabe, berbere, de várias etnias. De 1516 a 1566, os otomanos conquistaram o norte

da África e o conquistador da época foi Suleiman Al Kanuni, o legislador, também chamado de Suleiman, o magnífico.

O que acontece com essa relação árabe-otomana, para não falar de tantas outras etnias que estão inseridas nesse contexto e que vão ter também suas questões culturais próprias? Ao tratar da questão árabe-otomana, a historiografia árabe, principalmente aquela produzida na segunda metade do século XX no contexto do nacionalismo árabe, observa muitas vezes o Império Otomano e declara: “Aqui não houve história árabe, fomos colonizados pelos otomanos”. Havia certo historiador árabe que em sua história dos árabes saltava o período otomano. Simplesmente pulava ou terminava em 1500, a partir de quando não há história árabe. Albert Hourani, um grande historiador de origem libanesa, professor de Oxford, após muita resistência e por insistência dos colegas, escreveu um livro de história árabe. Em sua leitura da história árabe foi guiado pela oposição aos colegas da geração anterior, que tinham ignorado o período otomano. O Império Otomano, com toda a sua característica colonialista, com todos os problemas e o difícil legado, e que deixa instituições econômicas e políticas muito difíceis de serem modernizadas no século XX, vai em grande medida responder e explicar certo atraso dessas regiões no século XX. O império otomano não apagou a presença árabe, não apagou a língua árabe. Pelo contrário, a historiografia apresenta aquele império como um grande arcabouço que reuniu diferentes culturas e permitiu a convivência de diferentes culturas e religiões nesse arcabouço.

A tolerância religiosa, nesse aspecto, não é tolerância absoluta. Mas em termos de relação cristã, muçulmana e judia, o império romano foi caracterizado por uma boa dose de tolerância no seu sistema de funcionamento das instituições, e isso veio como um legado do período árabe, que por sua vez tomou esse sistema de tolerância dos persas, quando conquistaram a Pérsia. A tolerância

religiosa já era parte do império persa que se explica porque a elite era zoroastra, mas não estava nem um pouco preocupada em impor o zoroastrismo a toda a população.

Criou-se o sistema de convivência de religiões que os árabes incorporaram e que veio a ser incorporado no Alcorão. O império otomano também herda e incorpora isso, inclusive por ser um império islâmico, e vai tratar as minorias da mesma forma que os impérios islâmicos árabes anteriores. O império islâmico árabe também não se colocava no sentido nacionalista que hoje a palavra tem. O fato de ser árabe não significa uma imposição do árabe sobre outras línguas, que vão continuar existindo. Essa imposição vai acontecer, mas não em um sentido de eliminação de nacionalismos exacerbados que vai caracterizar o século XX.

O império otomano chega a essa região em 1516. Sua expansão é bastante rápida porque se processa com uma estrutura e um exército muito poderoso, além de uma ideologia francamente expansionista. Se os árabes realizaram de forma responsável a primeira expansão islâmica da história, pode-se dizer que os otomanos, os safávidas, origem do Irã moderno, e os mugais na Índia foram os responsáveis pela segunda expansão islâmica.

Portanto, a segunda expansão islâmica acontece no século XIV e já não é mais árabe. Um dos grandes responsáveis otomanos será a família de Osman. As instituições desse império são altamente extrativas e não conseguirão se modernizar. Por exemplo, na agricultura as terras são todas do Estado, que sobrevive da coleta de impostos em primeiro lugar; da produção agrícola, em segundo lugar; e do indivíduo, em terceiro lugar. Se o indivíduo é cristão, muçulmano ou judeu, paga um imposto diferente. O comércio será fundamental também. Por último, mas não menos importante, o butim de guerra, que compunha as riquezas desse imenso e glorioso Estado entre os séculos XIV, XV e XVI. Mas o Estado, no

tratamento da terra, não permite a propriedade privada até o século XIX, quando tentará se modernizar de diversas formas, inclusive permitindo-a. Será uma modernização algo esquizofrênica, pelo receio de sair do controle central do sultão. São instituições que vão tomando um caráter enrijecido e cristalizado em um estado muito expandido, como vocês veem pelo mapa: um estado que conquista.

Depois de ser interrompido no norte, onde começa a perder guerras na Europa; avançam a conquista ao Sul, em praticamente todas as terras árabes: o Levante, a Mesopotâmia, as províncias que atualmente compõem o Iraque – Basra, Mossul, Bagdá – tudo isso até o limite do atual Iraque é antigamente otomano. Vindo pelo norte da África, avançou pelo Egito, por toda a Líbia, Tunísia e Argélia. Mas nunca conquistou o Marrocos, onde se instaura uma monarquia própria, também do começo do século XVII, que perdura até hoje. Esse Estado extremamente expandido tem graves problemas de coleta de impostos, e acaba terceirizando a indivíduos, o que deixará evidente uma das fraquezas do Estado.

Quando termina o período de expansão militar não há mais butim de guerra e a agricultura vai gerar recursos para o poder central mediante apenas coleta de impostos, elevadíssimos, na faixa de 50% a 75% da produção agrícola. Não conseguirá coletar para o poder central, e muito da receita ficará nas mãos dos coletores locais de impostos. Isso será decisivo para o declínio econômico e político que se segue.

Continuamente, no norte da África e no Oriente Médio, os otomanos serão desafiados, por correntes ideológicas ou tribais, políticas em todo caso. Esse estado otomano, além de se constituir por instituições tipicamente agrárias, colonialistas, enrijecidas, e que não conseguem progredir, encontra-se alicerçado na velha ideia mongol de um poder central, fundamentado sobre um enorme exército à disposição do sultão.

Esse exército otomano dos janízaros era uma potência na sua época. Por quê? Em vez de o exército ser a conscrição de forças regionais, cujas alianças nem sempre estão muito bem solidificadas em torno dos interesses do Sultão, podem estar mais ligadas a interesses regionais.

O império otomano criou esse exército formado basicamente por pessoas, rapazes não livres e escravos, não no sentido de trabalho forçado, mas no sentido de ausência de liberdade: eles são incorporados ao sistema, criados e educados nessas casas de janízaros e seguem uma carreira dentro desse exército de janízaros.

Os que são mais intelectuais vão para um ramo de estudos e de planejamento; os que são fortes vão para a linha de frente de guerra. Mas o fundamental dessa lealdade é estar diretamente ligada ao Sultão. Esses rapazes eram muitas vezes convertidos ao islamismo; às vezes capturados e entregues pelas famílias ao poder otomano, porque não tinham como criá-los e achavam que o rapaz teria um futuro mais garantido se fosse criado junto aos janízaros.

Custava muito manter esse exército de janízaros. Ao chegar aos séculos XVII e XVIII, quando o Império começa a perder guerras para a Rússia e para a Grécia, em sua luta pela independência – 1821 a 1829 – o Império Otomano vai desesperadamente tentar reformar seu exército. Acaba com o corpo de janízaros que não consegue sustentar e tenta criar um exército nos moldes do exército moderno francês.

O Império Otomano no século XIX vai tentar implantar várias reformas, seguindo instituições europeias. O exército obedecia a uma só pessoa, o sultão. A ideia de um estado sem fronteiras, dedicado à Jihadi, que luta primeiro contra a Europa e depois contra os safávidas, xiitas; é um estado sunita, de que não mencionei. A religião da família de Osman, a religião que se tornará oficial no estado otomano é o islã sunita; o islã sunita de interpretação bem

rigorosa se comparado com o islã sunita anterior, que houve no período árabe até 1500. Essa é a versão madura do islã sunita do tipo achari, da linha achari; ou dos radares, que é o islã de origem sunita.

A linha otomana, e vou explicar como se instaura na linha sunita oficial, é uma religião de estado, mesmo dentro do Império Otomano; e vai dar um caráter, uma atenção especial àquela linha religiosa: a implantação da xaria, que se vai tornar uma xaria bastante enrijecida, comparada com o que tinha havido em épocas anteriores.

Sob o Suleman Al Kanuni, o fazedor de leis, Suleman, o magnífico, o Império Otomano organiza-se administrativamente em províncias. Essas províncias vão cada uma delas responder ao Sultão, vão ter um cadî, espécie de governador. Primeiro o governador, o cadî, o mufti. Pode-se separar em dois campos: os governadores que os otomanos vão chamar de paxás, e depois a elite vai cuidar dos postos religiosos. Essas províncias vão ser divididas nessa imensa região, vão ter o paxá, governador sob o comando direto do Sultão, respondendo diretamente a ele e geralmente indicado por ele. Juntamente com o governador, uma série de postos de caráter religioso ocupados por elites locais. É assim que os otomanos conseguem governar essa região; sem anular ou apagar as elites locais, a cultura e o modo de vida. Nessa região do norte da África, se está falando de uma aliança otomana árabe, essa é a linha que eu quero desenvolver aqui.

Essa historiografia que eu estava mencionando vai dizer: “Olha, não só houve história árabe durante o período otomano, estamos falando dos anos 1500, 1600, 1700, 1800 e 1900, são 500 anos em que não só houve história árabe mas se vê como as elites árabes do norte da África foram fundamentais para garantir e

possibilitar ao governo otomano e ao Sultão formarem um elo e se tornarem aliados nesse Império que tem um caráter colonialista”.

Esse colonialismo não prescinde da cooperação das elites locais e nunca prescindiu. Os árabes vão ocupar justamente esses postos religiosos e não os administrativos. Para fazer uma separação simplificada, um pouco grosseira, mas para ficar um pouco mais claro na nossa memória. Não que não haja árabes e todos os ayan, os notáveis, dentro de cargos administrativos, mas esses cargos são apontados pelo Sultão e os grandes cargos religiosos são da elite árabe.

Agora, por que vocês acham que nesse império; que é um império otomano, onde a língua da administração vai ser o turco e não mais o árabe; os árabes mantêm o poder local por meio de postos religiosos? Por que são os árabes a ocupar os postos religiosos? Você já viu turco rezando? É como o iraniano que vai rezar em árabe, porque se reza em árabe, a reza é feita em árabe, o Alcorão está em árabe. O Alcorão pode ser traduzido, eu não falei no sentido depreciativo, falei no sentido literal. A religião depende do conhecimento do árabe: o Alcorão não pode ser traduzido e a reza é feita em árabe.

A teologia islâmica levou 400 anos para consolidar escolas legais, as quatro escolas. Para criar não, mas consolidar: as quatro escolas legais sunitas, a escola legal xiita, pelo menos cinco escolas legais, além das formas e diferentes correntes.

Toda essa teologia, essa *firk*, ou seja, teologia em árabe, é feita pelos árabes, em língua árabe, não só por árabes, mas em língua árabe. Mas nessa divisão de poderes vai ser assim que a coisa vai-se acomodar, e vai ser muito importante para acomodar essa elite árabe. Isso vai justificar e possibilitar o poder otomano em toda a região, salvo períodos de crise e de revolta contra esse Império

Otomano e suas típicas instituições, que muitas vezes vão se tornar opressivas, portanto.

Agora, há mais um aspecto, foi falado em instituições políticas e econômicas que se cristalizam e que foram difíceis de serem atualizadas ou modernizadas no século XIX, o grande século das tentativas de modernização dentro do império otomano. A instituição religiosa, e digo isso usando o termo em sentido amplo, porque não existe igreja no islã sunita. Existe um corpo de religiosos e de estudiosos, mas não a instituição igreja. Dentro desse corpo de religiosos que gira em torno do papel dos ulemás, que são empoderados ao ocupar seus cargos e são doutores da lei, estudiosos do islamismo, há uma faca de dois gumes, porque ao mesmo tempo em que será permitida a permanência do poder árabe na região, também será muito eficaz segurar e controlar os ulemás, que passarão a obedecer ao Sultão, sob pena de terem financiamentos, fundos e incentivos cortados. Dessa forma, os ulemás, que até esse momento tinham vários reinos diferentes, que tinham tido um caráter de contestação do poder absoluto e de estudo da religião como forma até mesmo de contestação dentro do império otomano, começam a ser controlados de maneira muito mais eficiente, o que também vai tornar mais rígida a própria *firk*, a própria teologia.

Esses ulemás acabam se tornando dependentes do poder otomano e começam a perder prestígio. Se estão nesses cargos para ter prestígio, com o tempo a dependência em relação ao poder otomano vai extrair aquele prestígio, e vão passar a ser controlados como parte do sistema otomano.

A própria xaria passa nas mãos desses ulemás para servir ao propósito de justificar o poder central otomano. Outro ponto importante nesse sistema bem controlado de estado, de instituições e de religião são as madrassas, que significam escolas em árabe.

Essas madrassas controladas pela elite vão-se tornar também centros de oposição à renovação do islã no império otomano.

Os ulemás no século XIX, com suas inúmeras inovações, a impressão de livros começa a ser proibida. Livros islâmicos não podem ser impressos e assim por diante. Uma série de formas de controlar o pensamento, a educação, em um império que, a partir do século XVIII se torna decadente. O império otomano nos séculos XIV a XV está em ascensão e é bastante rico, conseguindo mesmo garantir muita riqueza para os súditos. As coisas funcionam bem até aí. Quando os árabes se inserem nesse império, após um período de conquista, fazem-no em uma relação muitas vezes de aliança, como eu dizia e mostrava aqui.

No século XVIII, a balança muda, a Europa está em ascensão e o islã otomano em franca decadência e tudo se torna problemático. Esse enrijecimento e esse controle pelo poder começam a ser buscados com muito mais afinco. Quanto mais decadente o império, com mais afinco o poder central vai tentar controlar as providências, as elites locais e a população. No século XVIII, aquele declínio já é bem evidente. Começam a surgir tentativas de respostas para esse declínio, em primeiro lugar dentro do próprio islamismo.

Algumas tentativas de reforma islâmica vão ser ao menos uma de teor fundamentalista e extremista. A resposta será dada pelo lado do extremismo islâmico, mas não no norte da África, nosso objeto de estudo. Essa resposta fundamentalista se dará na península, de onde surgirá o arabismo, obra política e ideológica levada a cabo por Muhammad ibn Abd al-Wahhab, que viveu de 1709 a 1792 na península, aliou-se a uma tribo local e a liderança local dos Al Saud, a tribo saudita que deu origem à Arábia Saudita posteriormente. Mas isso é uma história da península, a gente pode até falar disso depois, mas no norte da África, outras respostas

e outras reformas islâmicas, em sentido contrário, chegaram a acontecer, com vistas à abertura do islã, pensando em tentativas de abertura.

O reformismo do teólogo sufi Ahmad Ibn Idris, que viveu no final do século XVIII e viajou do norte da África ao Iêmen ensinando-nos vários dialetos locais, apontava onde os otomanos teriam falhado, e em que os ulemás árabes a serviço dos otomanos tinham falhado em ensinar. Ibn Idris foi ensinando o próprio islamismo, a versão reformista do islamismo que ele pregava e que seria muito mais aberta. Ibn Idris é apenas um sufi, apenas um exemplo de neossufismo.

Para quem não conhece ou não ouviu falar do sufismo, é um dos principais ramos do islã. É bastante diversificado, tem várias correntes, mas é um ramo que dá muita ênfase à mística. Esteve presente em muitos movimentos de contestação ao poder em diferentes reinos árabes, mas Ibn Idris era um desses sufis que resolveu ensaiar, tentar uma reforma e fez um trabalho no norte da África. Outro neossufi, assim se pode falar, foi o Senussi, ou o próprio criador do movimento sanussi no Norte da África, que até hoje é a corrente de boa parte do islamismo na Líbia.

Então, têm toda uma série de reformas que começam a surgir dentro mesmo do islamismo, para tentar responder a essa situação de decadência, enrijecimento e controle do próprio pensamento. Durante o período otomano e antes no final do período árabe, a corrente de pensamento filosófica, ou a que se pode chamar de *falsafa*, segundo o nome da filosofia em árabe, ou de todo movimento herdeiro dos mutasili, é aquela em que será colocado o foco na possibilidade de interpretação, de livre raciocínio, e que é uma corrente dentro do próprio pensamento islâmico: os mutasilis.

Os mutasilis são uma das correntes do islamismo e dele sai a filosofia na época entre os árabes, que foi um movimento muito

forte. No final do período árabe e no período otomano há muito menos possibilidade de se desenvolver a filosofia – torna-se mesmo proibido – e todo o foco vai ser colocado sobre a *firk*.

Na história islâmica, é muito interessante observar a relação entre a *falsafa* (filosofia) e a *firk* (teologia). No Império Otomano, fica muito clara a decadência da *falsafa* e a luz colocada sobre a *firk*, a teologia. A filosofia, o livro e o pensamento passam a compor uma teologia que não vai permitir muito o livre pensamento, vai ser muito controlada segundo a interpretação dos ulemás a serviço do sultão. Na corrente sufi que mencionei, esse foi talvez um dos primeiros movimentos reformistas, e aí também tem muita ignorância quando hoje se ouve falar: “o problema do islamismo é que não houve uma reforma islâmica”. Gente, não é que não houve uma reforma islâmica, houve várias reformas islâmicas, mas a gente está falando de uma série de correntes que vão ora ou outra preponderar sobre as demais.

Outro momento de reformas aconteceu no século XIX, finalzinho do século XVIII para o século XIX. Reformas não só dentro da religião, mas agora reformas administrativas. O Império Otomano vai dizer: “Chega, a gente está em franca decadência”. Eles reconhecem no século XIX essa decadência, e começam tentando reformar primeiro o exército, para assegurar o poder central. Vão criar novas províncias e fundir outras em todas as regiões conquistadas, para conseguir ter controle mais de perto. Ao invés de se ramificarem em uma série de províncias e subprovíncias, como era a vila Yet Sanjak, subprovíncias vão-se fundir com subprovíncias para poder chegar mais diretamente ao controle das regiões. O sistema de coleta de impostos sofrerá tentativas de reformas também, mas no século XIX já se inicia forte dominação e competição comercial na Europa, deixando o império otomano em relação de dependência.

No século XIX, o Império Otomano está tentando se reformar enquanto está sendo conquistado, e fica quase realmente impossível sair desse processo. Em uma grande escala, o Império Otomano está fazendo isso, e em menor escala, o Egito faz seu próprio movimento de reformas dentro do império otomano. A história do Egito é fascinante porque nunca deixou de fazer parte do império otomano; foi conquistado pelos ingleses separadamente do império otomano. Egito e Sudão; tratados sempre até o século XX como uma coisa só.

Volta-se ao Egito e todas as reformas não conseguem salvar o império otomano da decadência. No final do século XIX, só para tomar o segundo momento de reformismo islâmico, há mais uma onda de reformas que procuram encontrar respostas para a modernização necessária do Islã para escapar da decadência. E aí vão dizer o seguinte: “O islamismo não é incompatível com a modernidade, porque anteriormente não estavam falando em modernidade ainda”. No final do século XIX estão falando em modernidade: “Queremos ser modernos no norte da África, mas será necessário apagar o legado islâmico? Voltar as costas para o islamismo? Incorporar as instituições, o pensamento e a filosofia europeia? E tudo aquilo que é a cultura europeia? Será que é isso?”.

É evidente que esses pensadores islâmicos, esses reformistas islâmicos vão dizer que, muito pelo contrário, o islamismo pode ser um motor de modernidade e de progresso. Há autores inclusive que vão falar em direitos das mulheres, direitos não – a palavra direito não é usada – igualdade, introduz-se a ideia de igualdade, inclusive para as mulheres dentro do islã. Não é verdade que os movimentos tenham tido sucesso absoluto, isso é como um pêndulo que vai e volta, transformação leva muito tempo mesmo. É interessante que um desses grandes reformistas, modernistas, – não os reformistas islâmicos do final do século XIX, como Mohamed Abdul – colocariam as bases e toda a fermentação ideológica que pavimentariam o

terreno para o surgimento do nacionalismo árabe, por um lado, e de correntes fundamentalistas, por outro. Dentre os grupos mais voltados para o nacionalismo, que estão surgindo agora no começo do século XX, há o Kauaqb, por exemplo.

Kauaqb foi um grande intelectual, cujo neto é um dos líderes da revolta síria. No século XIX, onde quero chegar com a explicação dessas instituições otomanas que deixarão um legado muito difícil para o Norte da África, e que se vai tornar mais difícil ainda em um contexto de colonialismo, que começa a penetrar no final do século XVIII e início do XIX, por meio do comércio, de missões de comerciantes, acompanhados por missões diplomáticas e religiosas. O século XIX é o século dessa penetração. Naquele momento, o Império Otomano era poderoso, forte em relação à Europa e ao próprio império safávida, que criou um tipo de acordo que chamava de capitulação.

Esses acordos no século XVII permitiam que comerciantes de outros países, por exemplo, europeus, realizassem comércio no norte da África e até mesmo na Anatólia, livres das leis otomanas. Diante de qualquer problema seriam julgados pelas leis do seu país, por cortes presididas por cônsules do seu país.

Essas capitulações no século XVII funcionaram muito bem e criaram núcleos pujantes de comerciantes e a favor dos otomanos. No século XIX, cria-se uma situação de desigualdade, de acirramento de uma desigualdade já clara, visível com a penetração de influência europeia, chegando com uma superioridade de capital, de forças, de produtos e ainda levando à agricultura. O Egito vai ser então um fornecedor de algodão para as fábricas da revolução industrial inglesa. A dívida pública, a dívida externa, tanto otomana quanto das províncias otomanas, como o Egito, vão subir astronomicamente.

O Egito e o próprio Império Otomano central vão ter de criar instituições para lidar com a dívida externa no final do século XIX. Junto com essa penetração pela via do comércio, ocorrem as primeiras conquistas militares de regiões centrais do império otomano. Agora o mapa mostra como acontecem essas conquistas. A primeira conquista, de uma região central do império otomano, foi após a vitória napoleônica no Egito. Essa conquista napoleônica traz consigo muita coisa divertida. Napoleão se converteu ao islamismo, ou seja, ele fez profissão de fé – uma conversão. É muito fácil se converter ao islamismo, muito rápido; você faz a profissão de fé, que é uma frase dita em árabe, pronunciando que não há nenhum Deus senão o Deus, e Muhammad é seu profeta. Depois disso, você está convertido. Só que nenhum membro da elite do Egito acreditou em Napoleão; eles deram risada. Quando ele falou que tinha feito profissão de fé ninguém acreditou.

Napoleão tentou, fazendo essa profissão de fé, colocar essa dominação como dominação amigável, do tipo: “a gente veio ajudar vocês, então a gente vai criar instituições francesas, vai trazer nossa cultura”. Ao mesmo tempo, a conquista foi com o exército que, durante duas horas, bombardeou Alexandria e entrou em direção ao Cairo, acabando com o exército mameluco egípcio, naquilo que se transformou em uma nuvem de fumaça e, segundo os cronistas na época, uma dominação bastante brutal, que durou três anos. Os ingleses não ficaram nada contentes porque avisaram os otomanos, mesmo o Sultão, de que os franceses iriam atacar o Egito e o Sultão não acreditou e disse: “imagina se vão atacar”. Ainda estavam com uma ideia de poder, de que era o grande império. E depois a Inglaterra inclusive ajudou, mas quem expulsou os franceses foi o exército otomano, que teve à frente uma figura de origem étnica albanesa, albanês, e general do exército chamado Muhammad Ali. Lembram-se do Cassius Clay, que se tornou Muhammad Ali? Foi o libertador do Egito, que expulsou o governo napoleônico do

Egito. Esse governo durou três anos, e Muhammad à frente desse exército otomano expulsou os franceses. Isso foi no ano de 1801, justamente no período de penetração europeia.

Eu não quero entrar na história do Egito, porque é uma delícia, mas não quero ir por aí, porque senão não falo da dominação europeia, importante para entender a passagem do império otomano para o século XX. Muhammad Ali só chegou rapidamente à frente de um exército otomano, e ele era tão habilidoso politicamente, e poderoso na maneira como conseguiu o apoio da elite mameluca local, que instaurou um poder próprio e em pouco tempo desafiou o próprio sultão. Só que de maneira muito indireta.

Muhammad Ali começou a expandir seu poder primeiro ali pela península para o Iêmen; combateu os uaabitas; conseguiu derrotar depois de uma batalha de dez anos ou mais o poder uaabita na península; mandou de presente para o sultão o líder saudita, o líder uaabita e mais uma liderança local para o sultão poder pendurar em praça pública e exibir sua vitória. Ele fez muito para o sultão, mas ao fazer tudo isso para o sultão turco, começou a se expandir para a Síria.

O filho de Muhammad Ali, à frente do seu exército, conquistou a Palestina, a Síria e já estava chegando perto do próprio poder central quando a Inglaterra interveio para ajudar os otomanos a barrarem o avanço do Muhammad Ali. Por isso é importante explicar esse caso, o porquê de a Inglaterra não querer a queda do império otomano. Por que a Inglaterra não queria a queda do império otomano?

É o concerto da Europa, envolve todo o continente e a Rússia, que tinha saído do período de guerra e estava conseguindo manter a paz dentro da Europa. Se o Império Otomano caísse, seria uma corrida dos Estados europeus para conquistar os territórios otomanos. Colocaria Rússia, França e Inglaterra em guerra. Além

da Áustria. Bom, aí a gente já tem o panorama da Primeira Guerra Mundial.

Foi só na Primeira Guerra Mundial que o Império Otomano caiu, mas ao longo de todo o século XIX a Europa tratava o Império Otomano como a Questão do Oriente. A ideia era não deixar esse império cair: é um império decadente, antigo e velho, mas cumpre uma função. Enquanto não deixa cair, começam a conquistar. Argélia seria a primeira grande conquista, porque a França foi muito rápida.

A primeira conquista que vem e fica é a conquista francesa da Argélia, que começa em 1830. Aqui tem a data de 1902, não porque terminaria em 1902, mas porque a conquista só termina em 1902. É um longo período, durante todo esse período estão descendo, conquistam primeiro a costa e levam muito tempo, 40 anos, para conseguir avançar para o sul e se completar. Aqui é tudo, Argélia e Tunísia faziam parte do império otomano, até um pouco antes da chegada dos franceses. Um pouco antes já tinham se destacado do império otomano, mas não muito antes.

A gente está falando de uma conquista que chega sobre uma região de legado otomano. Depois, há a própria conquista inglesa do Egito, e quando os ingleses conquistam o Egito, houve a revolta de Hurabe, uma revolta dentro do exército egípcio e que chega a colocar em risco a monarquia e a estabilidade. Os ingleses diziam: “a gente vai ter de intervir, temos muitas ações no canal de Suez, muitos interesses no Egito, a dívida externa egípcia é principalmente com a Inglaterra. Eles dizem que vão intervir para estabelecer e garantir a ordem e sair rapidamente”.

A gente conhece essa história, os ingleses entraram em 1882 e só saíram com a própria derrubada da monarquia em 1952. Essa monarquia egípcia era a monarquia instaurada por Muhammad Ali, que, ao ser barrado na Síria, fez um acordo com o Sultão, voltou

para o Egito, estabeleceu seu poder e ganhou o direito de criar uma monarquia, que foi criada e da qual Faruk foi o último rei, chamado de rei *playboy* do Egito, derrubado pela revolução dos militares do Nasser.

O Egito passou a ser ao mesmo tempo parte do império otomano, governado por um rei e dominado pela Inglaterra. A Líbia foi região de influência italiana – a conquista foi italiana. Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, colocou-se um fim ao império otomano. Nesse segundo colonialismo, nessa segunda dominação externa ocorre a primeira derrota e movimentos de independência local. As elites locais vão então criar nova estrutura que também não vai conseguir tirar o norte da África da relação de fornecedor de matéria-prima, importador de manufaturado ou dependente e subjugado às forças externas.

Muitas das características dos atuais países se remetem à forma como saíram do império otomano. Na Tunísia e na Argélia, de dominação francesa, a conexão otomana foi enfraquecida pouco antes da chegada dos franceses. Isso vai permitir um tipo de governo diferente daquele líbio, caracterizado por uma resistência maior dentro do otomanismo ainda como forma de resistência à dominação italiana.

No começo da existência da Líbia dominada pela Itália ainda há uma permanência maior de estrutura, instituições e culturas vindas do império otomano, enquanto Argélia e Tunísia já estão mais distantes disso. No Egito, em uma situação muito particular do país, há muitos aspectos que demonstram como o país teve um governo modernizante, com mais sucesso do que as próprias modernizações otomanas do século XIX. Lá continua o legado otomano mais do que em qualquer outra região no norte da África. Ao mesmo tempo em que a cultura é árabe, não será nunca turca.

É assim o legado otomano, para o qual se pode olhar como um Império, uma força de colonização extrativa, que criou instituições que não puderam ser de fato modernizadas no século XIX. Até hoje a questão agrária no Egito é extremamente complicada. Foi uma das grandes questões do regime do Nasser, a reforma agrária, que foi também realizada em partes, limitada e, em muitos aspectos, revertida posteriormente por Sadato. É um legado otomano também. Há várias coisas visíveis no norte da África desse legado otomano.

Lembra que eu falei da burocracia otomana muito eficaz, particularmente no período de ouro, porque há uma transformação daquele império e daquela burocracia, inicialmente eficaz, mas que já deixa de ser no século XIX. E assim por diante, todas as estruturas sociais, políticas e religiosas de estado presentes hoje no norte da África em diferentes graus são herdeiras e se remetem à influência otomana na região. Talvez o maior legado seja o próprio Egito muito marcado por Muhammad Ali.

Vou terminar por aqui e abrir para perguntas, até porque já foi bastante extensa essa explicação.

Interlocutor não identificado – Parece que nos séculos XVII e XVIII, os moradores da Nova Inglaterra fabricavam navios, destinados à Jamaica. Lá, compravam melado de cana, levavam para Massachusetts, fabricavam o rum, que era levado para o norte da África e trocado por escravos negros trazidos para a Jamaica. Faziam o “comércio triangular”. Eu gostaria que a senhora falasse alguma coisa sobre a participação árabe no comércio de escravos.

Interlocutor não identificado – Professora, poderia explicar melhor essa questão dos sunitas e xiitas?

Sra. Arlene Elizabeth Clemesha (Departamento e Letras Orientais da Universidade de São Paulo) – Sobre a primeira pergunta, sobre se existe alguma possibilidade de unificação, eu estava falando anteriormente: dentro do islamismo existem pelo menos cinco grandes escolas legais, quatro escolas sunitas e uma xiita. Elas se formaram todas entre o século VIII e IX, ou seja, bem depois da origem do islamismo. Hoje essas escolas correspondem a diferentes regiões. Há predominância de uma escola em uma região, e de outra escola em outra região.

Essas escolas têm diferentes interpretações mais ou menos rígidas. Na época de origem, todas são aceitas e todas são islâmicas. É diferente quando se fala em correntes: os vários sunismos, o sufismo, as linhas xiitas. O que acontece com essas correntes é que se envolvem muito em disputas políticas. Por se envolverem em disputas de poder dentro de diferentes reinos, ao longo de toda história, elas vão ser duramente perseguidas. Muitas vezes essa perseguição é justificada por uma formulação do tipo: “eles são perigosos para nossa interpretação do islamismo porque trazem outra interpretação”.

As escolas legais não entram nessa categoria de perseguições, de conflitos, de choques, porque não se investem da mesma forma, do mesmo caráter político e são aceitos e legítimos. No sunismo há várias escolas legais com diferentes corpos de teólogos, de estudiosos, de ulemás, de práticas e de fatwas. Na origem, as principais normas não diferem muito entre si; vão diferir na evolução da jurisprudência: algumas mais abertas e outras menos. Mas quando se remete às práticas islâmicas do século VIII, as escolas legais não vão diferir muito em relação às principais. As formas de dizer o que é permitido, o que é vedado ou o que é proibido hoje não são muito divergentes do que existia no passado.

Entretanto, quando hoje um Estado, um regime ou uma autoridade buscam as normas do século IX para afirmar que adultério é proibido e deve ser punido com a morte, como no Irã; isso é fundamentalismo, é um retrocesso.

Na época de origem, muitas dessas normas tinham caráter progressista. Em relação à mulher, por exemplo, quando o próprio Muhammad diz que “Todo homem pode ter até quatro mulheres” institui uma regulamentação que em 622 provavelmente tenha significado uma melhora na condição de vida das mulheres naquela época e naquela região. Por que Muhammad teve sete esposas? Muitas dessas esposas eram viúvas de combatentes que caíram nas guerras, que ficam desamparadas e são por ele amparadas. Não se pode ignorar o contexto histórico. Agora um regime hodierno que vai lá atrás é outra história.

Será que existe uma possibilidade de unificação? E é por isso que eu estou falando sobre o mundo atual. Hoje as realidades são tão diferentes, desde uma aplicação e de uma interpretação rigorosa da xaria, até uma aplicação da xaria só para costumes ou para a lei civil, que muitas vezes acontecem.

A tradição, a lei tradicional e a xaria vão ser aplicadas no âmbito civil – casamento, divórcio, herança. Outras legislações serão criadas independentemente, sem ter relação com a xaria, para dar conta de outros âmbitos da vida moderna, que não estão contemplados nela. O império otomano começou a fazer isso no século XIX, adotando novas legislações inspiradas no modelo francês, sem eliminar a xaria no âmbito civil. É um longo processo que resulta em várias diferenças, entre os diversos países islâmicos ao redor do mundo, e não há qualquer possibilidade de padronização porque são estados nacionais que têm seus próprios interesses e suas próprias realidades, não havendo como o Islã unificar tudo em uma interpretação.

Se preciso tomar cuidado com o que falo, assinalo que moro no Brasil e não sei bem do que você está falando. No meu tratamento da história, eu uso fontes históricas. Eu não represento qualquer tipo de desafio a um poder islâmico, porque eu não sou mulçumana e não estou inserida na realidade de um país mulçumano. O problema da liberdade de expressão é algo que está sendo, felizmente, muito tratado entre ímãs, lideranças, e muitos que saem a público para dizer que a liberdade de expressão é um antigo valor muçulmano. Porque se olharmos na própria formação das escolas legais, houve a possibilidade de interpretação do texto, senão não teriam formado a jurisprudência. O que aconteceu posteriormente em períodos diferentes, como controle da população, controle do pensamento, controle da religião foi outra história. Mas a liberdade de interpretação, a *stihad*, que é o livre raciocínio sobre o texto, faz parte da tradição islâmica. Onde pode haver perigo? Dentro de um grupo, de um estado extremamente autoritário, intolerante, extremista. Mas tem havido uma série de ímãs e de lideranças no norte da África e na Europa, que têm vindo a público defender a liberdade de expressão e mostrar que faz parte da tradição islâmica, que o fundamentalismo não é parte daquela tradição.

Se olharmos a longa história desde a origem, sem a possibilidade de livre raciocínio, como o islamismo teria dado origem a tanta filosofia, poesia, literatura, se não dessa forma? Sua pergunta é interessante para entender que a liberdade de raciocínio e de expressão vêm juntas. Elas são antigas no islamismo e hoje não se percebe por que o extremismo ganha a mídia muito facilmente. A mídia gosta mais de um ataque ao Charlie Hebdo a falar daquele filósofo lá no norte da África que está sendo lido por muita gente. Acaba-se desconhecendo uma realidade muito mais ampla e complexa.

O islamismo, como o cristianismo e o judaísmo, tem suas interpretações; a visão da sua própria história baseada nos textos religiosos. São visões baseadas em textos religiosos; a historiografia não pretende competir com isso, é outra coisa.

Em relação ao orientalismo e à percepção ocidental dos árabes e mulçumanos. O primeiro quadro orientalista desenhou a independência, pintou a independência: o quadro de La Cluade, que retratou a independência da Grécia dos otomanos. Ele chamou de o massacre de Sil, e retrata um turco de turbante sobre seu cavalo, com uma lança e algumas figuras no chão, abaixo do tacão e da lança do turco, com panos sobre corpos, como estátuas romanas e gregas. Ele colocou a estátua, produto da cultura grega clássica, sendo massacrada pelo turco bárbaro. Isso inaugura toda uma arte pictórica e uma literatura românticas que contribuíram para justificar o colonialismo europeu sob a justificativa de que “são bárbaros atrasados e precisam receber o desenvolvimento, a civilização através de nós”. Um quadro orientalista da conquista napoleônica do Egito retrata a esfinge no deserto e Napoleão sobre seu cavalo, olhando para o Oriente vazio e deserto, esperando de braços abertos a chegada do Imperador com toda sua cultura por trás. O orientalismo está nas artes, na origem das nossas disciplinas acadêmicas: a história, a historiografia, a filosofia.

Não acho que pelo fato de o orientalismo ser tão marcante, pode ter justificado a penetração, a conquista e a dominação europeia por meio do retrato que se fazia do outro islâmico. Não acho que ele deva também ser desprezado pela história, a não ser certos quadros como descrevi. Mas há orientalistas que contribuíram para o avanço da própria historiografia árabe. Não se pode expurgar tudo da história por causa do caráter político. Como disse um historiador, Maxim Rondason, que foi muito crítico do orientalismo, inclusive o relacionado a Champolion, que decifrou os hieróglifos.

O que me importam as ideias de Champolion sobre o Egito? Ele decifrou os hieróglifos. Sim, esse francês está certo: quem estava trabalhando para ele não apareceu no relatório final e eram todos árabes egípcios. Mas teve o seu papel, o orientalismo foi isso. Em muitos aspectos, ele está reciclado: o choque de civilizações é o orientalismo reciclado. O extremo relativismo cultural também faz parte do mesmo tipo de concepção. Aquela ideia de que é impossível dialogar com o muçumano, de que é outra cultura, não tem fundamento; é um radicalismo dentro desse campo, uma vez que as questões estão colocadas para os muçumanos e postas para todos dentro da sua cultura.

Aquilo que está na origem da possibilidade de elaboração do orientalismo é o pensamento binário, a divisão do mundo em duas partes, como no caso do ocidente e do oriente. Entretanto, o pensamento binário não é exclusivo do ocidente. Há também orientalismo turco e ocidentalismo turco. O pensamento binário é a raiz do problema, que no episódio do Charlie Hebdo se manifestou da seguinte maneira: “Ou você está com os cartunistas e você diz eu sou Charlie; ou você está a favor de massacrá-los”. Não há outras possibilidade; não se pode ser rigorosamente contra o massacre do Charlie Hebdo, dizer que aquilo é um crime brutal e que aquelas pessoas teriam de ser mortas e, ao mesmo tempo dizer “na minha opinião, critico algumas dessas charges e me dou o direito de criticar, porque acho que algumas delas são racistas”. Existem tantas possibilidades além do pensamento binário, mas infelizmente dizer ou você é uma coisa ou você é a outra é bem mais interessante.

O massacre dos armênios foi um grande crime contra a humanidade, realizado no contexto da Primeira Guerra Mundial, assim como o holocausto o foi no contexto da Segunda Guerra Mundial, nada como uma guerra para dar um contexto para um genocídio e uma razão para um crime contra a humanidade.

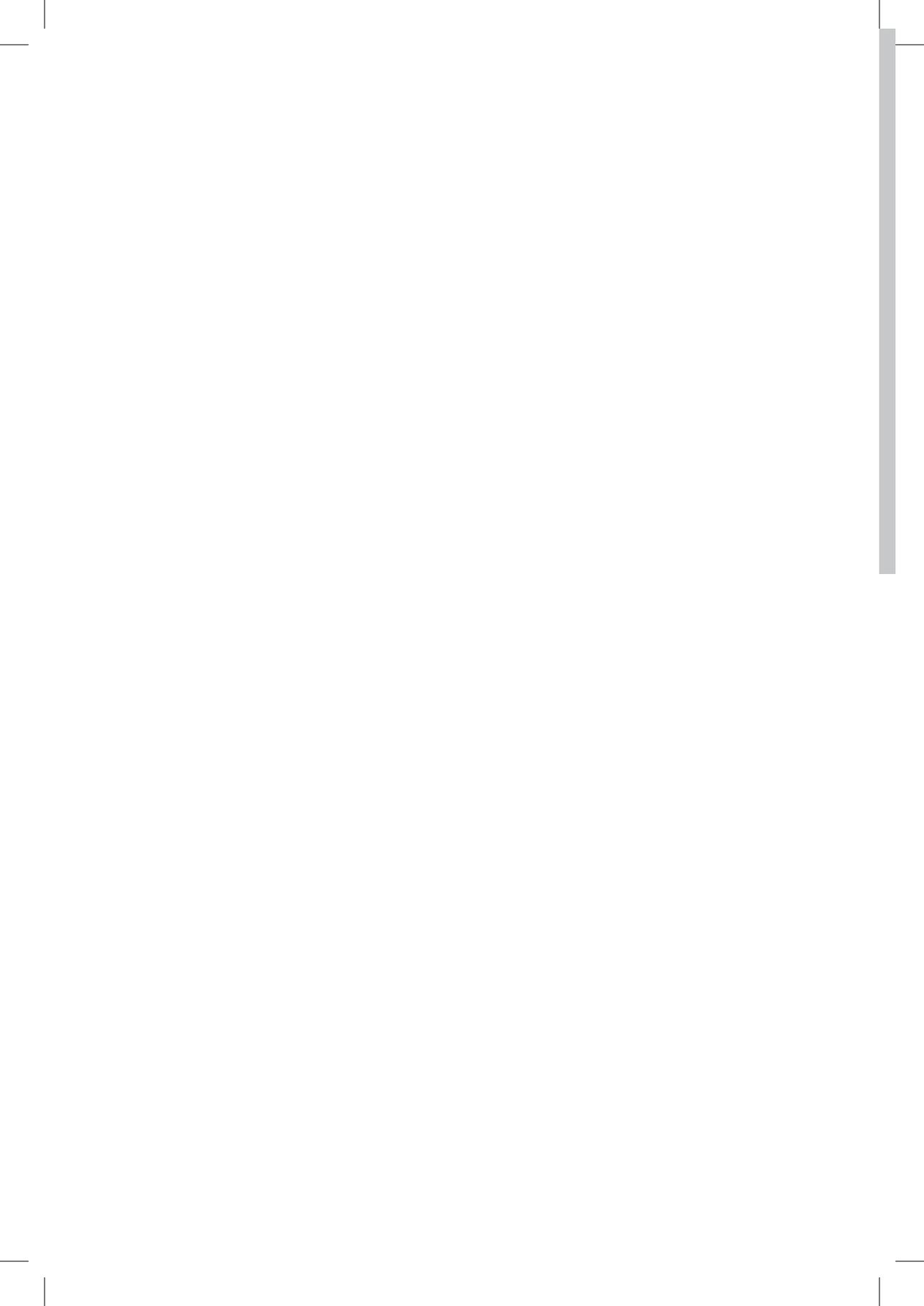
Realizou-se uma limpeza étnica. Como? Alegou-se traição e agora você alega traição de um milhão e meio de armênios. A questão toda é que havia uma elite armênia em posse de terras que se queria eliminar e limpar etnicamente. E isso foi feito, colocaram-se todos na grande marcha ao longo da qual pereceram e morreram. Foi um genocídio como tantos outros genocídios.

Sobre o Chifre da África, os otomanos não o dominaram. O islamismo chegou ali por incursões comerciais e de pregadores. A expansão do Islã ao sul do Saara não foi feita pelos otomanos, mas foi feita a partir do século XIV, quando os otomanos chegaram, mas nunca incorporaram aquela região. Às vezes acontecia em alguma parte, especificamente ao Norte, no Chifre da África, mas não vou saber te dizer, porque não estudo essa parte. Em muitos casos há o seguinte: uma incursão militar que deixa ali e que volta àquilo não vai fazer parte. Isso foi verdade em relação à Ásia também, mas principalmente no litoral da Índia e Ásia como na África, você tem uma incursão por reinos menores, na mesma época do otomano, mas são reinos menores. Há também as incursões comerciantes.

Moderador – Em nome do Departamento de África do Itamaraty, gostaria também de agradecer à senhora pela excelente apresentação. Muito obrigado.

QUARTA PARTE

BRASÍLIA, 22 DE OUTUBRO 2016



PAINEL 9
**A ÁFRICA NO MUNDO BIPOLAR:
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
CONSTRUÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO**

*Paulo Fagundes Visentini**

* Historiador, Professor Titular de Relações Internacionais na UFRGS, Pós-Doutorado na London School of Economics. Fundador do CEBRAFRICA/ UFRGS, Pesquisador do CNPq e Titular da Cátedra Rui Barbosa de Estudos Brasileiros (Leiden, Holanda, 2009) e da Cátedra Rio Branco de Relações Internacionais (Oxford, 2014). <paulovi@ufrgs.br>.



INTRODUÇÃO

A maioria esmagadora dos países da África obteve a independência na passagem da década de 1950 para a de 1960. Este breve período, contudo, foi marcado por um intenso processo histórico, com seus golpes de Estado, conflitos internos e externos, projetos políticos frustrados, bloqueio do desenvolvimento econômico-social e intensa intervenção das grandes potências, particularmente das antigas metrópoles, bem como de algumas de porte médio. Essa terrível, mas riquíssima história tem, por outro lado, sido marcada também por guinadas espetaculares, além de contrariar determinadas tendências previamente anunciadas.

Na esteira do fracasso de vários modelos impostos a partir de fora, bem como de tentativas de traçar uma via totalmente original, o chamado continente negro vai produzindo, dolorosamente, uma síntese rumo ao desenvolvimento. Trata-se da retomada de uma evolução histórica local, distorcida pelo tráfico escravo e pela dominação colonialista direta, vinculada agora às grandes transformações universais. Assim, depois da “década perdida” do desenvolvimento, de conflitos caricaturizados pelos meios de comunicação e da marginalização inicial dentro do processo de reordenamento mundial que acompanha a globalização, a África vai se reafirmando na cena internacional.

Considerando a realidade africana contemporânea em suas múltiplas dimensões, o continente pode ser dividido em três subsistemas geopolíticos, definidos mais por suas interações

políticas (competitivas e cooperativas) desde as independências, do que pela herança cultural ou do fluxo de comércio regional. O primeiro subsistema é o transaariano, que engloba os Estados árabes do Mediterrâneo, os do Sahel (faixa sul do deserto do Saara), os do Golfo da Guiné e do Chifre da África. A África Central constitui o segundo subsistema, que se estende do Cameroun ao Quênia, tendo como centro o Zaire (atual República Democrática do Congo), incluindo ainda os Estados da região dos lagos. O terceiro subsistema é o da África Austral, que engloba os antigos domínios de colonização inglesa e as ex-colônias portuguesas de Angola e Moçambique. A Tanzânia, situada no leste da África, pode ser considerada um país atuante nos dois últimos subsistemas.

A vida política africana, por sua vez, desenvolveu-se em seis fases bem definidas: 1) a ascensão à independência, 2) a formação de um sistema de Estados africanos, 3) os conflitos da Guerra Fria, 4) a “pacificação” e a marginalização, 5) a reinserção da África do Sul e o conflitivo reordenamento geopolítico da África Central e 6) a reafirmação africana. A primeira delas, que se inicia com as primeiras independências em 1956 e vai até a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963, caracterizou-se como um período de turbulência, devido às rivalidades e coalizões entre os governos dos novos Estados recém-independentes. Neste processo, a rivalidade principal ocorria entre os países moderados e os militantemente anti-imperialistas, estabelecendo-se, respectivamente, alianças como os grupos de Brazzaville e de Casablanca.

A segunda fase se estende de 1963 a 1975, podendo ser subdividida em dois períodos: 1963-70 e 1970-75. No primeiro, o estabelecimento da OUA criou uma certa autoridade capaz de aglutinar os jovens países na configuração de um sistema interafricano, em um quadro caracterizado pela busca de inserção internacional e gestão de crises como as do Congo (Zaire), Biafra e Rodésia. No segundo, a solidariedade interafricana cresceu e o

continente logrou certa autonomia na diplomacia mundial, devido à atuação dentro do Movimento dos Países Não Alinhados, à luta pela Nova Ordem Econômica Internacional e uma política anti-Israel, na esteira da crise do petróleo.

A partir de 1975, inicia-se uma terceira fase, que se estende até 1989, caracterizada por violentos conflitos na África Austral, Saara Ocidental e Chifre da África, em meio à crescente intervenção das grandes potências. Nessa fase, a África também sofreu com os efeitos da reorganização da economia mundial, que no continente pautou-se por uma crise profunda, a chamada “década perdida”. No fim dos anos 80, abre-se uma nova fase, em que o fim da Guerra Fria conduz à resolução da maior parte dos conflitos regionais herdados da fase anterior, à liberalização dos regimes políticos e à abertura e/ou à privatização das economias locais. Contudo, estes fenômenos conduziram à marginalização da África nos assuntos internacionais e à “tribalização” dos conflitos (que eram estratégicos durante a Guerra Fria), enquanto o *Apartheid* começa a ser desmantelado.

Em 1994, todavia, iniciou-se uma quinta fase, com a ascensão do governo Mandela na nova África do Sul, as mudanças geopolíticas decorrentes do conflito de Ruanda, Burundi e Zaire (que implicaram na marginalização da supremacia francesa), o ingresso sul-africano na SADC. Esse período é marcado por eventos que parecem apontar em direção à persistência do passado, com uma sensação de inviabilidade, na perspectiva do *afro-pessimismo*. Todavia, os africanos começaram a definir os novos contornos do continente a partir de uma correlação de forças locais.

Por fim, como resultado da movimentação de forças da fase anterior, em 2002 ocorreu a transformação da OUA em União Africana e o lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD). Tal tendência deu início a uma nova fase, na qual

os rearranjos da política interafricana talvez estejam produzindo a reafirmação do continente nos assuntos internacionais e na busca de novos paradigmas de desenvolvimento. Na mesma conjuntura da penetração norte-americana no continente no contexto da “Guerra ao Terrorismo”, surgiram Estados contestadores e a China, a Índia e, mesmo, o Brasil, se tornaram uma nova presença de peso na África.

Assim, na primeira década do século XXI, o inesperado ciclo de crescimento econômico e a postura mais protagônica na inserção internacional da África, sem dúvida, causaram perplexidade em muitos analistas. Depois do afro-pessimismo dos anos 1980 e 1990, quando o continente africano era considerado um “caso perdido”, ocorre uma nova tendência, que no caso brasileiro foi acompanhada pelo desenvolvimento de intensas relações e novas agendas. Mas, apesar da África ser o continente mais próximo do Brasil, da existência de imensas semelhanças humanas e naturais, de ter havido uma forte interação ao longo da história e de os afrodescendentes constituírem em torno de um terço de nossa população, existe um desconhecimento profundo de sua história, política e de nossas relações com ela.

A África, embora tenha uma população reduzida, pouco menos de 1 bilhão de habitantes (14% da população mundial), ocupa 20% da superfície terrestre (um dos mais extensos), posicionado “no centro do mundo”, se considerarmos os centros civilizacionais e os fluxos entre eles. O continente africano possui 53 Estados independentes, o que representa 27% dos membros das Nações Unidas. Da mesma forma, eles constituem um terço dos Estados-membro do Movimento dos Países Não Alinhados. A África, ainda que tenha uma baixa densidade demográfica, possui recursos naturais colossais e uma posição geopolítica que fez dela o centro da corrida imperialista e dos conflitos da Guerra Fria em sua fase final. Hoje, com o acelerado desenvolvimento asiático, a

busca por matérias-primas e fontes de energia fazem com que o continente seja objeto de intensas disputas. A novidade, contudo, é que a África está deixando de ser apenas “objeto”, para se tornar “sujeito”.

DAS GUERRAS MUNDIAIS À DESCOLONIZAÇÃO

A Primeira Guerra Mundial teve importante impacto na África. Como a marinha britânica bloqueou a frota alemã no Mar do Norte e impediu o acesso da Alemanha às suas colônias, elas foram conquistadas com relativa facilidade: o Togo ainda em 1914, o Sudoeste Africano em 1915 (onde contaram com o apoio de voluntários boers ressentidos com os ingleses) e o Cameroun em 1916. Mas na Tanganica houve combates navais nos lagos e o comandante alemão von Lettow-Vorbeck manteve a resistência até o fim da guerra na Europa, tendo mantido uma luta de guerrilhas e adentrado em Moçambique com sua coluna de Askaris (soldados africanos). Os turcos, por sua vez, embora tenham fracassado no ataque ao Canal de Suez, em sua estratégia contra a *Entente* motivaram o sultão mahadita a se rebelar contra os ingleses no Sudão e a irmandade Senussi contra os italianos na Líbia. Os mahaditas foram derrotados facilmente, mas os senussis não.

Mais importante que os conflitos, todavia, foi a mobilização de africanos para os combates ou trabalhos (2,5 milhões, ou seja, 1% da população). Frentes de trabalho nas colônias e, mesmo, nas metrópoles, foram mobilizadas, e muitos tiveram de substituir os europeus até em funções de certa relevância no continente africano. Além do recrutamento para as tropas coloniais, milhares foram engajados na Europa, especialmente pela França, como se pode observar nos milhares de túmulos muçulmanos nos cemitérios militares europeus. O impacto político, social, econômico e ideológico desse processo foi enorme.

Ao mesmo tempo em que os Quatorze Pontos do presidente Wilson e, em menor medida (no caso africano), a Revolução Soviética propagavam a ideia da autodeterminação e o colonialismo passava a ser um termo pejorativo, os vencedores, numa visão imediatista, dividiam as colônias alemãs entre si. Todavia, isso agora tinha de ser feito através do mecanismo “politicamente correto” dos Mandatos da Liga das Nações, que eram, em princípio, autorizações temporárias para administrar os territórios, mas sem uma data definida para o término. À França coube 2/3 do Togo e do Cameroun e o restante à Inglaterra, que também recebeu a totalidade da Tanganica. Os pequenos e densamente povoados de Ruanda e Burundi couberam aos belgas, enquanto o Sudoeste Africano ficou com a União Sul-Africana. Os italianos receberam compensações anglo-francesas na Líbia e na Somália.

As consequências da Primeira e da Revolução Soviética reforçaram o declínio europeu e os movimentos político-ideológicos favoráveis à emancipação dos povos coloniais. Esse processo foi ainda mais fortalecido pela Grande Depressão e pelo impacto e resultado da Segunda Guerra Mundial. A Depressão produziu um considerável impacto econômico e social no continente africano, devido ao acentuado declínio dos fluxos comerciais e financeiros internacionais, bem como ao aumento das tensões mundiais. Essas viriam a conduzir à Segunda Guerra Mundial, que afetou diretamente o norte e o Chifre da África.

Em outubro de 1935 a Itália fascista invadiu a Abissínia (atual Etiópia) a partir de suas colônias da Eritréia e da Somália. A Liga das Nações, da qual a Abissínia era membro, além dos tradicionais protestos verbais, aprovou um embargo comercial à Itália, por pressão de Londres, pois o controle da região por Mussolini poderia ameaçar a rota do canal de Suez e os interesses petrolíferos britânicos no Golfo Pérsico. Mas o embargo constituía apenas uma pressão limitada para impedir novos ímpetus expansionistas de

Roma, pois nada de concreto foi feito para defender o agredido. A dificuldade na conquista do país (só completada em maio de 1936), apesar da desproporção de forças, evidenciou a fragilidade italiana. Além do choque produzido na África pela ocupação do único país realmente independente do continente, gerando um elemento catalisador pan-africanista e uma contradição na política internacional (pois a Inglaterra defendia a independência de uma nação africana contra um poder europeu), Mussolini aproximou-se de Hitler para fazer frente ao embargo britânico, criando o Eixo Roma-Berlim em 1936.

O extenso bastião criado pelos italianos no Chifre da África deixou a Inglaterra de prontidão. Quando a guerra iniciou na Europa e a Inglaterra ficou debilitada pela queda da França (cujas colônias ficaram sob o controle do governo fascista de Vichy, aliado do Eixo), a Itália lançou sua expansão nos Bálcãs, na África do norte e oriental, atacando os britânicos e seus aliados. Os italianos atacaram o Egito a partir do território líbio, mas em dezembro o exército britânico empurrou as tropas fascistas de volta à fronteira. As forças italianas acantonadas na África oriental italiana, por sua vez, ocuparam a Somália britânica, um trecho do Quênia e algumas cidades além da fronteira sudanesa, todas as colônias britânicas, onde foram contidas. No início de 1941 o exército britânico ultrapassou a fronteira líbia e ocupou a Cirenaica, enquanto sua ofensiva na África oriental italiana derrotou completamente os fascistas em maio, com a rendição do Duque d'Aosta e o retorno do Imperador Haile Selassie.

Os alemães enviaram o *Afrika Korps* de Rommel em auxílio aos italianos e em 1942 avançaram até El Alamein, a 100 km do Cairo. A contraofensiva do Império Britânico empurrou os ítalo-alemães até a Tunísia, enquanto os norte-americanos e franceses livres desembarcavam no Marrocos e na Argélia, onde o regime de Vichy ofereceu pouca resistência, concluindo um armistício com

os aliados em novembro. Tendo recebido reforços, os ítalo-alemães ainda resistiram na Tunísia até maio de 1943. As colônias francesas na África deixaram de ser território do Eixo (anteriormente, apenas o governador da África Equatorial Francesa havia apoiado De Gaulle).

A partir de 1943 o recrutamento de soldados magrebinos, negros e brancos sul-africanos e de trabalhadores africanos foi acelerado, com significativa participação no teatro de operações europeu. Além disso, desde o início do conflito o aumento da produção de borracha e minérios mobilizou milhões de trabalhadores. Muitos dos futuros líderes das independências africanas foram soldados ou trabalhadores mobilizados na guerra. Além disso, a participação na derrota de regimes racistas europeus elevou a autoestima dos africanos, o que se somou ao enfraquecimento das metrópoles coloniais e o anticolonialismo americano, soviético e das Nações Unidas.

OS CAMINHOS PARA A INDEPENDÊNCIA E OS NOVOS ESTADOS

A Segunda Guerra Mundial afetou decisivamente a periferia colonial e aprofundou as tendências descolonizadoras, latentes desde o final da Primeira Guerra e da Revolução Soviética. As potências metropolitanas, durante a segunda guerra, viram-se obrigadas a lançar mão dos recursos humanos e materiais de suas colônias, bem como a mobilização de contingentes militares afro-asiáticos, o que gerou efeitos tanto político-sociais como ideológicos. Após séculos de inculcação de um sentimento de inferioridade, o mito do super-homem branco desmoronava, enquanto os povos coloniais começavam a despertar de seu torpor.

Nas zonas em que ocorreram operações bélicas durante a guerra, o processo foi mais profundo e imediato. Nas colônias europeias ocupadas pelo Japão, se formaram movimentos de

guerrilha, que oscilavam desde o nacionalismo anticolonial até formas socialistas. No Magreb (norte da África, ou África árabe-muçulmana) e no Machrek (Oriente Médio), o nacionalismo árabe atingira níveis elevados de consciência e mobilização popular. Tratava-se de um movimento amplo, profundo e irreversível, que ultrapassara largamente as expectativas dos Estados Unidos no tocante à eliminação das velhas formas de colonialismo.

Os fundamentos históricos do imenso processo de descolonização afro-asiático encontram-se no declínio dos velhos impérios coloniais, na atuação transnacional do capital (sobretudo norte-americano), e no amadurecimento dos movimentos de libertação nacional. O domínio autárquico das metrópoles sobre suas colônias enfraquecera, em decorrência das guerras mundiais e da ascensão dos EUA como novo e exclusivo centro do capitalismo mundial. Este país havia atingido um grande desenvolvimento durante a guerra, e necessitava exportar manufaturados e investir seu excedente de capital, bem como fomentar a expansão de suas empresas com capacidade de implantação e ação transnacional, tornando vital a abolição de qualquer forma de protecionismo que entravasse a livre circulação destes.

Desta forma, Washington manteve uma verdadeira disputa paralela contra seus aliados europeus, em plena vigência da Guerra Fria. A ideologia anticolonial, oficializada na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), tornava esta política um elemento ético-moral de base jurídica internacional desde o fim da guerra, constituindo-se em um instrumento permanente de apoio ao processo de descolonização. O terceiro componente de apoio à emancipação colonial foi a crescente mobilização e consciência anticolonialista dos povos dominados, um resultado do conflito, também reforçado pelo apoio da URSS e da China Popular por meio da propaganda política, da ação diplomática e, em alguns casos, da ajuda material.

O movimento de descolonização ocorreu em três grandes ondas, cronologicamente subsequentes, com características políticas e implantação geográfica específicas. A primeira delas ocorreu nos anos imediatamente subsequentes à guerra e início dos anos 1950 na Ásia oriental e meridional, onde se deu a luta contra o Japão e o maior enfraquecimento do colonialismo europeu. Nestas regiões o movimento de emancipação nacional foi marcado por grandes enfrentamentos armados e revoluções, adquirindo, sobretudo, um conteúdo socialista (China, Coréia e Vietnã) ou fortemente nacionalista (Índia e Indonésia).

No início da década de 1950 o epicentro do processo descolonizador deslocou-se largamente para o mundo árabe (Magreb-Machreck), onde o conteúdo dominante foi o nacionalismo árabe de perfil reformista (Egito, Iraque, Argélia), até a passagem dos anos 1950 aos 1960. A partir deste momento, a África subsaariana tornou-se o centro de uma descolonização grandemente controlada pelas ex-metrópoles europeias, adquirindo fortes contornos neocolonialistas. Até a segunda metade dos anos 60, a maioria dos países da África tropical havia obtido a independência. Restaram os regimes de minoria branca e as colônias portuguesas da África Austral, cujo processo de emancipação foi mais violento e radical, se estendendo da década de 1970 ao início dos anos 1990. Mas esta seria uma fase particular.

A Grã-Bretanha, baseada na experiência do *self government* e apoiada pela estrutura da *Commonwealth*, ou Comunidade Britânica de Nações; e a França, consciente de suas debilidades no pós-guerra e das dificuldades decorrentes da guerra do Vietnã, logo após o término do conflito, passaram a conceder uma autonomia limitada a algumas colônias. Essa política também dava uma satisfação às elites africanas no tocante às promessas feitas durante a guerra. A França, particularmente, sentia a necessidade desse tipo de política, depois de haver esmagado a revolta da

Cabilia na Argélia em 1945 (20 mil mortos), e a grande insurreição de Madagascar, iniciada em março de 1947, e que foi esmagada a um custo de 80 mil mortos. Essas experiências convenceram Paris de que era necessário cooptar as elites africanas para um novo esquema de relacionamento. A autonomia local, muitas vezes como Estados associados à União Francesa, foi complementada com uma representação política parcial na própria Assembleia Nacional francesa. O caso do então deputado senegalês Leopold Senghor foi o mais notável.

No Magreb, o nacionalismo árabe era o fator político mais importante. Os levantes antibritânicos no Egito questionaram a presença semi-colonial inglesa em um país formalmente independente, até que, em decorrência da *débâcle* egípcia durante a guerra de independência de Israel, em 1952, um golpe militar derrubou o Rei Faruk. O país tornou-se uma República, liderada pelo oficial nacionalista Gamal Adbel Nasser. Manifestações e levantes anticoloniais também ocorreram na Tunísia, Argélia e Marrocos, colônias francesas. Sudão, Tunísia e Marrocos tornaram-se independentes em 1956, mas na Argélia, onde havia expressiva implantação francesa, os colonos e a metrópole resistiram à descolonização. As primeiras manifestações populares, logo no final da II Guerra, haviam sido reprimidas com um banho de sangue pela França, como foi visto. Contudo, em 1954 a Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina lançou a luta armada, contra uma metrópole que não soubera extrair da derrota no Vietnã os devidos ensinamentos.

Paralelamente, a conjuntura internacional também se tornava favorável ao movimento de descolonização. No mesmo ano de 1954, realizou-se a Conferência de Colombo, autêntico signo de mudanças no cenário mundial. Nela, Índia, Paquistão, Indonésia, Birmânia (atual Mianmar) e Ceilão (atual Sri Lanka), discutiram a articulação de uma frente neutralista, como reação ao problema

da Indochina, em que os EUA substituíam a metrópole francesa na contenção da revolução vietnamita e criavam mais um bloco militar, a OTASE (Organização do Tratado da Ásia do Sudeste), que agrupava Austrália, Nova Zelândia, Grã-Bretanha, França, Filipinas, Tailândia, Paquistão e os próprios EUA.

As consequências da primeira onda descolonizadora não tardaram a fazer-se sentir. Em abril de 1955 reuniu-se em Bandung, Indonésia, uma conferência de 29 países afro-asiáticos, defendendo a emancipação total dos territórios ainda dependentes, repudiando a Guerra Fria e os pactos de defesa coletiva patrocinados pelas grandes potências, enfatizando ainda a necessidade de apoio ao desenvolvimento econômico. Apesar de suas limitações e ambiguidades, a Conferência de Bandung marcou a irrupção do Terceiro Mundo no cenário internacional.

Ao lado desse evento, a crescente influência dos países neutralistas contribuiu para consolidar essa nova tendência. Em 1961, após a realização de uma reunião preparatória no Cairo, reuniu-se em Belgrado, Iugoslávia, a I Conferência dos Países Não-Alinhados, na qual convergiram a política de Tito na busca de uma Terceira Via nas relações internacionais, o neutralismo, o afro-asiatismo de Bandung e o pan-africanismo de Nkrumah. Entre os 25 membros do novo movimento figuravam Cuba, Iugoslávia e Chipre, ao lado dos afro-asiáticos. Os Não-Alinhados manifestaram-se contra o domínio das grandes potências e mencionaram a necessidade de uma nova ordem política e econômica mundial. Nehru, Tito, Nasser, Sukharno e Nkrumah foram as figuras proeminentes na estruturação do não-alinhamento.

Em 1954, com uma onda de atentados, teve início a guerra de independência da Argélia. A FNL, através da utilização de um discurso reformista, progressista e pan-islâmico, mobilizou a população na luta armada, defendendo a organização de

uma sociedade socialista não marxista. A repressão francesa foi implacável, custando ao final do conflito a vida de quase um sexto da população do país. A descoberta de petróleo no Saara argelino, durante o conflito, reforçou a determinação francesa, cuja linha dura, representada pelo General Salan e pelos colonos europeus, criou a OAS (Organização do Exército Secreto), que chegou a tentar um golpe de Estado contra De Gaulle, visando a evitar concessões aos árabes. O movimento de libertação nacional argelino era apoiado pelo Egito nasserista, Cuba, Gana, e outros Estados africanos. A França não suportou o desgaste da guerra, acabando por conceder a independência à Argélia em 1962, de onde os colonos brancos retiraram-se.

A Guerra da Argélia teve grande influência na descolonização da África subsaariana, ou África Negra, seja enquanto estímulo à mobilização africana pela independência, seja condicionando a atitude das metrópoles européias e da Comunidade Econômica Européia (CEE), que decidiram adaptar-se aos novos tempos para conservar sua influência econômica no continente. A Europa já estava recuperada da guerra e em pleno “milagre”, enquanto os EUA encontravam-se mais ocupados em outros teatros da Guerra Fria. A derrota diplomática e a retirada militar anglo-francesa em Suez, durante a guerra de 1956, fez os países europeus tomarem consciência da necessidade de integrar-se (criando a CEE), como forma de manter alguma influência no âmbito internacional, bem como manter sua presença na África. Para tanto, desde o imediato pós-guerra, mas, sobretudo, nos anos 50, as metrópoles conferiram diversos graus de autonomia às colônias africanas, cooptando simultaneamente as elites locais.

Ao lado do nacionalismo árabe, tanto em sua versão nasserista como argelina, o Pan-africanismo e a Negritude (movimentos de origem extra-africana) serviram de catalisadores às vanguardas e elites africanas na luta pela independência. Contudo, na África

negra a mobilização popular era geralmente embrionária e esbarrava em problemas sérios. A luta dos poucos sindicatos e partidos era débil e as revoltas chefiadas por seitas secretas do tipo tradicional e/ou religioso, como a revolta dos Mau-Mau no Quênia (1952-59), redundaram em fracasso. Mas o carisma e o prestígio de líderes africanos como Kwame Nkrumah, Sekou Touré, Julius Nyerere, Mobido Keita e mesmo de um moderado como Leopold Senghor, preocupavam as metrópoles. Na formação de muitas das lideranças e movimentos africanos, foi extremamente importante o apoio de organizações intelectuais e políticas, especialmente o Partido Comunista Francês e o Partido Comunista Português.

Assim, as potências coloniais se anteciparam ao amadurecimento do protesto independentista, e puderam controlar em linhas gerais a descolonização. Estudantes oriundos das elites locais foram enviados para estudos superiores nas metrópoles, a administração tornou-se paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma burguesia e burocracia nativas previamente cooptadas. Os primeiros países africanos a libertarem-se, entretanto, foram os que mais lutaram para escapar a este tipo de dependência. Em 1957, Gana se libertou da Inglaterra e o primeiro ministro Nkrumah adotou uma política de neutralismo ativo, aproximou-se da URSS e da China Popular e declarou-se partidário do Pan-africanismo. No ano seguinte, Nkrumah organizou e sediou a I Conferência dos Estados Africanos Independentes, tentando acordar uma atuação política comum para os jovens países. No mesmo ano a Guiné separou-se da França, e o primeiro-ministro Sekou Touré recebeu apoio dos países socialistas por sua linha política próxima a de Nkrumah.

É interessante observar que o Pan-africanismo e a Negritude constituíam correntes político-ideológicas nascidas nas comunidades negras que viviam na Europa, Caribe e, em menor medida,

Estados Unidos (as quais sofriam um problema de identidade), sendo transmitidas para algumas elites africanas. O grosso da população escapava à sua influência, e a questão racial não constituía uma problemática que afetasse a maioria das nações africanas. Da mesma forma, a política integracionista supranacional preconizada pelo Pan-africanismo também esbarrava em obstáculos formidáveis, como a falta de complementaridade econômica entre as regiões e, principalmente, as necessidades intrínsecas à construção dos Estados nacionais. Tal situação também decorria, em larga medida, das políticas executadas pelas antigas metrópoles, bem como pelo privilegiamento das elites locais por parte destas. Neste sentido, as diversas tentativas de integração tiveram uma duração efêmera, pois dependiam essencialmente do voluntarismo político das lideranças, geralmente bastante instáveis. Em 1959-60 houve uma breve associação entre o Mali e o Senegal, e em 1960-63 a União de Estados Africanos (que englobava Mali, Gana e Guiné), articulada por Nkrumah. Assim, o processo de balcanização territorial africano foi a regra.

Em 1960, o *ano africano*, a maioria dos países do continente tornou-se independente da França e da Grã-Bretanha, dentro da linha “pacífica”, gradual e controlada: Camarões, Congo-Brazzaville (atual República Popular do Congo), Gabão, Tchad, República Centro-africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina-Faso), Niger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar (atual República Malgaxe), Somália, Mauritània e Congo-Leopoldville (depois Zaire e atualmente República Democrática do Congo). Entre 1961 e 1966 foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto. Todos os novos Estados localizavam-se na zona tropical africana e neles era limitado o número de colonos europeus, o que facilitou a transferência do controle formal dos diversos países à burguesia, burocracia e classe média negra.

Os Estados francófonos eram geralmente pequenos ou escassamente povoados, economicamente vulneráveis, e muitos deles mediterrâneos (sem saída para o mar). Desta forma, sua dependência em relação à antiga metrópole era muito acentuada. Com exceção da Argélia, praticamente não possuíam colonos brancos, o que facilitou a associação das novas elites dirigentes com Paris, numa perspectiva marcadamente conservadora. Já a Grã-Bretanha, tirou proveito de sua experiência de autonomia, de autogoverno e da existência prévia da estrutura da *Commonwealth*, conduzindo a descolonização sem sobressaltos, exceção feita aos países com fortes minorias brancas, como a Rodésia. Uma diferença fundamental entre estas duas metrópoles foi que a França necessitava manter suas ex-colônias sob sua influência econômica e política, como forma de manter sua posição internacional e europeia como potência. Já a Grã-Bretanha era movida por um cálculo essencialmente comercial, adotando políticas específicas conforme seus interesses materiais.

Nem tudo, entretanto, correu tão tranquilamente nesta fase da descolonização. No Congo-Leopoldville, os belgas abandonaram precipitadamente o país logo que eclodiram os primeiros distúrbios, em 1959. Kasawubu foi eleito presidente e Patrice Lumumba, líder nacionalista e progressista congolês, tornou-se primeiro-ministro, enquanto os quadros belgas abandonavam o país e parte do exército se amotinava. Em meio ao caos reinante, Moisés Tschombé, aliado às transnacionais europeia como a Union Minière du Haut-Katanga, proclamou a independência da rica província de Katanga (atual Shaba). Enquanto isto, os paraquedistas belgas atacaram outras regiões do país, obrigando Lumumba a solicitar ajuda à ONU, que exerceu um papel bastante ambíguo na crise congoleza. Em setembro de 1960 Lumumba foi derrubado pelo coronel pró-americano Mobutu Sese Seko, e assassinado em 1961, seguindo-se então uma cruenta guerra civil.

Para evitar que este tipo de conflito pudesse contaminar os frágeis países recém independentes, bem como neutralizar a campanha diplomática dos países afro-asiáticos e socialistas, em 1963 as forças internacionais da ONU, com apoio político das potências ocidentais, recuperaram a região de Katanga para o Congo, enquanto Tschombé fugia do país. Com a retirada da força de paz da ONU do país, Tschombé retornou ao país e foi nomeado primeiro-ministro. Com ajuda norte-americana e o apoio dos pára-quadistas belgas e de mercenários brancos, pode esmagar então os rebeldes simba e mulele (aliados de Lumumba) no leste do país, os quais haviam organizado um governo popular e contado com o apoio de Che Guevara e de alguns voluntários cubanos. Em 1965 o Coronel Mobutu desfechou um golpe de Estado, assumindo a presidência e mudando o nome do país para Zaire (uma denominação pré-colonial), visando camuflar com uma coloração africana o seu regime neocolonial.

O Ocidente conseguiu, assim, impor seus interesses econômicos e evitar a possibilidade de implantação no coração da África de um regime progressista e neutralista, que manteria boas relações com o campo socialista e influenciaria seus vizinhos. Além disso, se temiam os efeitos continentais da crise, que estava dividindo os países recém independentes em dois campos opostos, que propiciavam a ação das diplomacias soviética, egípcia e argelina; esses últimos fortemente militantes a favor dos movimentos de libertação nacional. O papel do secretário-geral da ONU, o sueco Dag Hammarskjold, em todo o episódio, foi claramente favorável aos interesses ocidentais, particularmente norte-americanos.

Os Estados africanos, confrontados com os problemas da descolonização, particularmente quanto à orientação político-econômica a seguir, tentaram associar-se em nível continental. Em 1961 formaram-se dois blocos englobando os novos países, o Grupo de Brazzaville e o Grupo de Casablanca. O primeiro,

fundado em dezembro de 1960, era integrado por vinte e um membros, a maioria francófonos, e seguia uma linha moderada, vinculada ao neocolonialismo (o senegalês Senghor e o tunisiano Bourguiba eram seus líderes). O segundo foi criado em janeiro de 1961 como reação ao primeiro, sendo integrado pelo Egito, Argélia (Governo Provisório no exílio), Líbia, Mali, Marrocos, Guiné e Gana, e propunha uma diplomacia neutralista e uma ruptura mais profunda com as metrópoles (Nasser, Touré e Nkrumah eram seus principais articuladores). Mas a questão mais imediata era a posição sobre a crise do Congo e a guerra da Argélia.

Nesse contexto de divisão continental, a Etiópia do Imperador Hailé Selassié encontrou espaço para se projetar politicamente no continente, defendendo simultaneamente seus interesses quanto à anexação da Eritréia em 1962 (ex-colônia italiana, muçulmana, federada com a Etiópia cristã desde 1952). Selassié, tirando proveito do prestígio do único Estado (e dinastia) que lograra resistir ao colonialismo, convocou uma nova conferência africana em 1963. Apesar das divergências existentes, deliberou a criação da Organização da Unidade Africana (OUA), com sede em Addis Abeba e integrada por comissões para arbitramento de conflitos, e comitês de libertação para os territórios ainda submetidos. A OUA aprovou, ainda, como regra para a África a manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo, face à absoluta falta de outros parâmetros para a delimitação das fronteiras dos novos Estados. Assim, a própria integridade territorial etíope era preservada.

A maioria dos países francófonos manteve vínculos com a ex-metrópole através da Comunidade Francesa de Nações, e os anglófonos com a Commonwealth britânica, como foi visto. Além disso, quase todos os demais assinavam acordos bilaterais com a antiga potência colonial, ou ocasionalmente com os EUA, abarcando várias áreas de cooperação. No campo militar, isto se efetivava através da venda de armas, treinamento de oficiais e

presença de assessores e missões, e algumas vezes bases militares. No plano cultural, o intercâmbio fazia com que, às vezes, até as cartilhas de alfabetização viessem da Europa, onde também estudavam os jovens da elite, futuros administradores do país.

Quanto à economia, não só a dependência externa enquanto países exportadores de matérias-primas e produtos primários implicava a manutenção de vínculos de subordinação, agora modernizados, como no plano interno permaneciam quase inalterados os sistemas de produção e preservavam-se os interesses estrangeiros. A carência tecnológica e a falta de técnicos tornavam esta subordinação estrutural. Finalmente, no tocante à diplomacia, a maioria das jovens nações africanas tinha pouca margem de manobra, devido à falta de recursos e à dependência externa. Estes fatores serviam para configurar uma relação tipicamente *neocolonial*.

A BUSCA DE UMA NOVA IDENTIDADE E LUGAR NO MUNDO

Durante a segunda metade dos anos 1960 e a primeira metade dos anos 1970, os novos países africanos procuraram consolidar-se e buscar o desenvolvimento econômico. Novamente, entretanto, encontraram-se divididos quanto à estratégia a seguir no tocante a essas questões. A clivagem entre reformistas e conservadores continuava sendo um traço estrutural da política africana. Apesar disso, esse período caracterizou-se como uma fase em que esses Estados logravam estabelecer algumas regras básicas de convívio no continente, através da OUA, das posições comuns face à descolonização da África Austral, e a conflitos como o de Biafra. Paralelamente, a conjuntura internacional permitiu que as nações africanas, apesar de sua debilidade, desenvolvessem uma crescente atuação internacional, seja através do clientelismo estabelecido com as ex-metrópoles, da ONU, do Grupo dos 77, da

OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e/ou do Movimento dos Não-Alinhados.

Os problemas africanos, contudo, eram imensos. As fronteiras dos novos países eram artificiais, tanto no que se refere ao mínimo critério de racionalidade geoeconômica como histórico-cultural. Grupos etnolinguísticos rivais eram reunidos dentro de um mesmo Estado, enquanto outros afins, muitas vezes o mesmo, encontravam-se separados por uma linha traçada à régua no mapa. O Estado antecedia à existência de uma nação. Na ausência de um idioma comum, oficializava-se o do ex-colonizador, enquanto a massa camponesa, majoritariamente analfabeta, continuava a utilizar os diversos dialetos tribais.

As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos colonizadores como forma de dominação, e deixavam uma herança trágica, expressa no problema das minorias e do “tribalismo”, além do antagonismo entre assimilados à cultura europeia e não assimilados. Muito das futuras guerras civis resultariam, sobretudo, da distorção de determinadas estruturas africanas tradicionais pelos colonizadores. Ou seja, eram o resultado não de um “tribalismo tradicional”, mas de sua apropriação pela modernidade europeia.

A ausência de médicos, engenheiros, administradores e professores se somava a uma estrutura de classes fragmentada, nos marcos de uma economia controlada de fora (exceto as extensas áreas ainda na fase da subsistência). A precaríssima rede de transportes ligava apenas os enclaves exportadores aos portos, inexistindo qualquer integração nacional. O domínio econômico-cultural da antiga metrópole aprofundava um processo de corrupção das elites a níveis inimagináveis (Mobutu, o ex-presidente do Zaire, era um dos homens mais ricos do planeta). Aliás, a assimilação cultural das elites revelou-se a base mais sólida

da dependência neocolonial. Assim, a maioria da população, após breve e limitada mobilização, voltou a mergulhar na apatia. As secas e fomes (sobretudo no Sahel e no Chifre da África), causadas por fatores ecológicos, socioeconômicos e/ou conflitos militares, completavam um quadro dramático com que as populações africanas tinham de se defrontar.

Para a maioria das elites, as neocoloniais, as estreitas relações com a ex-metrópole, especialmente a França, auxiliavam-nas na busca de legitimação interna e inserção na ordem internacional. O auxílio técnico, as relações econômicas privilegiadas, o estabelecimento de programas de ajuda, o tratamento pessoalizado dos dirigentes por Paris, a concessão de favores e o apoio em caso de crise interna e ameaça externa, eram vitais para os dirigentes e seus países, ambos caracterizados por uma debilidade estrutural. Em troca, o Ocidente obtinha votos na ONU, estabelecia bases militares e mantinha sua influência. Assim, as intervenções estrangeiras constituíam um fenômeno que era parte da própria política africana, solicitada por alguns de seus protagonistas em defesa de seus interesses, e não unicamente uma forma de ingerência contra os africanos em seu conjunto. Esta dimensão geralmente é ignorada pelos estudiosos e políticos.

A França desenvolveu uma megaestrutura burocrática, com notável continuidade político-institucional, para dar suporte a esta relação, constituindo-se na sua grande articuladora. E o Senegal de Senghor foi seu principal interlocutor no continente, ao defender conceitos como *francofonia* e *Euráfrica*. Devido ao refluxo dos interesses belgas, que se associaram subordinadamente aos franceses, à presença apenas seletiva da Grã-Bretanha e ao envolvimento dos EUA preferencialmente nas zonas estratégicas da Guerra Fria fora do continente, Paris logrou manter a África como sua área de influência (condição necessária a seu *status* de

potência mundial) e, através dela, da Europa. E isto durante a plena vigência do confronto Leste-Oeste.

Os Acordos de Yaoundé (1963 e 1969), e depois as Convenções de Lomé (a partir de 1975), e finalmente o estabelecimento da rede de cooperação da ACP (África, Caribe e Pacífico), permitiram à França institucionalizar os laços neocoloniais, ao tornar os países africanos cativos do mercado europeu integrado. Como a *Commonwealth* preocupava-se apenas seletivamente em manter canais de comércio e investimento para a Inglaterra, e este país em 1973 veio a integrar-se na CEE, Paris pode, inclusive, ampliar sua área de influência para países como Zaire, Ruanda, Burundi, Maurício, Serra Leoa e Libéria.

As intervenções militares francesas (e, às vezes, belgas), por sua vez, davam-se geralmente em situações de crise, como no Saara Ocidental, Chade e Zaire, ou de forma permanente em países de forte dependência econômica e extrema fragilidade, localizados em posições estratégicas, como Gabão, República Centro-africana e Djibuti (antiga Somália Francesa). Os principais adversários da projeção francesa sobre a África eram a Argélia, a Líbia e a Nigéria, como se verá adiante.

Na busca de desenvolvimento, destacaram-se dois caminhos básicos, o de orientação neocolonial e o de economia mista, de viés socialista e nacionalista. A primeira já foi analisada anteriormente, cabendo acrescentar que as lideranças conservadoras curvavam-se a tal subordinação devido às necessidades de manutenção de seu poder (reforçando o imobilismo) e à força das estruturas primário-exportadoras herdadas intocadas do colonialismo.

No segundo caso, os Estados reformistas procuravam desenvolver a economia nacional em novas bases, lançando mão da intervenção estatal (sobretudo no setor industrial e de infraestrutura) e da criação de um setor cooperativo para a

economia camponesa, ao lado da iniciativa privada nacional e transnacional. A sociologia soviética definiu este modelo como *orientação socialista*, ou *via não-capitalista de desenvolvimento*. Contudo, este caminho dependia do voluntarismo político das elites nacionalistas e esquerdistas, encontrando limitada ressonância na população, exceto em algumas situações específicas como a reforma agrária da revolução etíope. As dificuldades de superação da posição subordinada dentro da divisão internacional da produção, herdada do colonialismo, revelaram-se insuperáveis nos marcos de uma ação limitada ao plano nacional.

Para isto também contribuiu, neste período, o insuficiente apoio por parte do campo socialista. A URSS, apesar de implementar programas de ajuda econômica e de assistência técnica (em volume modesto), estava mais interessada em auxiliar os países africanos como forma de lograr reconhecimento internacional a seu *status* de superpotência. Sua principal atuação material foi como fornecedora de armas. Apesar de procurar compensar a presença norte-americana em algumas áreas e conjunturas, apoiando as forças anti-imperialistas, Moscou jamais teve um plano articulado ou procurou questionar o *status quo* regional, reconhecendo igualmente a primazia francesa sobre o continente (da mesma forma que os EUA), em troca do apoio de Paris na política europeia.

A República Popular da China, por sua vez, atuou inicialmente com um apoio militante aos movimentos de libertação nacional, passando em seguida à obsessão contra o “social-imperialismo”, quando eclodiu a rivalidade sino-soviética. Como parte desta estratégia, apoiou as forças anti-soviéticas, mesmo as mais conservadoras, embora mantivesse um apoio mais regular a países como a Tanzânia e a Zâmbia, construindo, por exemplo, a ferrovia Tan-Zan, que ligava estes países, dando ao último um acesso ao mar que evitava a dependência face aos países racistas.

Após a breve existência de estruturas políticas moldadas na democracia liberal parlamentar, as quais não passavam de uma caricatura despida de conteúdo efetivo, os golpes de Estado (sobretudo militares), implantaram grande número de regimes autoritários personalistas ou de partido único, que serviam de correia de transmissão do Estado para a sociedade (ver cronologia). Muitos presidentes permaneceram um longo período no poder, tanto no campo neocolonial-conservador como no nacionalista-progressista. Esse fenômeno não foi questionado pelas grandes potências, pois tais regimes asseguravam a estabilidade política, social e econômica do continente.

Todavia, muitos dos constantes golpes de Estado, perpetrados pelo exército, possuíam um caráter progressista e modernizador, pois a instituição era uma das poucas de expressão nacional, acima das divisões tribais e em contato com a realidade social do país. Embora a maioria deles não conseguisse implementar seu programa, alguns evoluíram para regimes socialistas de distintas matizes. Dentre os golpes que produziram regimes esquerdistas e anti-imperialistas merecem referência, em 1969, o do coronel Muammar Kadafi na Líbia (nasserista), e de Siad Barre na Somália, de Marien N’Gouabi no Congo, em 1972 de Mathieu Kérékou no Benin e dos militares em Madagascar (liderado por Ratsiraka desde 1975), e em 1974 dos militares na Etiópia (liderado por Mengistu Haile Mariam desde 1977), sendo que todos estes viriam a definir-se como marxistas-leninistas (exceto Kadafi).

Da mesma forma, a quase duplicação do número de Estados existentes em apenas uma década, apesar da fragilidade dos mesmos, não deixou de influir profundamente as relações internacionais, transformando o caráter da ONU e reforçando os Não Alinhados. Esta última organização, por sua vez, sediou várias reuniões de cúpula na África neste período, colocando o continente em um plano destacado da política mundial, como também

reforçando a posição dos mesmos frente aos regimes de minoria branca do sul. Neste sentido, a própria vulnerabilidade dos Estados africanos os obrigava a manter uma atuação coletiva através da OUA, dos Não Alinhados ou do Grupo dos 77, como ainda no âmbito da ONU (sobretudo a Assembleia Geral) e, especialmente, de suas organizações especializadas como UNESCO (educação, cultura e ciência), UNICEF (infância) e OMS (saúde), cujos programas foram importantíssimos para o desenvolvimento social e econômico do continente.

A debilidade econômica da maioria das jovens nações africanas, da mesma forma, não impediu que algumas delas, como Guiné, Gana, Zâmbia, Tanzânia e Argélia, entre outras, mantivessem por longo tempo uma diplomacia firme na luta pela emancipação política completa do continente e contra a dependência neocolonial. Muitos deles procuraram uma cooperação política e econômica com os países socialistas, o que permitiu em parte esta atitude relativamente autônoma. Entretanto, a ajuda econômica socialista, como foi visto, era modesta para as necessidades dessas nações, e a descontinuidade política das mesmas fazia com que o Kremlin mantivesse uma atitude cautelosa. De qualquer forma como os atores externos eram competitivos, os Estados africanos possuíam boa margem de manobra. Isto se dava tanto através de relações bilaterais com as potências extracontinentais, como da atuação multilateral em organizações internacionais, como foi visto.

A descolonização da África no início dos anos 1960 deixou de fora os chamados *bastiões brancos* do sul do continente. Portugal, que servia de testa-de-ferro aos interesses econômicos transnacionais, recusou-se a dar autonomia e independência a Angola e a Moçambique (onde havia colonos europeus), ou mesmo a conceder direitos políticos aos nativos. Para dar uma satisfação às pressões internacionais, o regime salazarista introduziu o conceito de Territórios Ultramarinos de Portugal, como forma

de mascarar os vínculos coloniais, o que não foi reconhecido pela comunidade internacional. A poderosa África do Sul, por sua vez, era governada pela minoria branca de origem anglo-holandesa (20% da população), e ocupava o Sudoeste Africano (atual Namíbia), em desrespeito às determinações das Nações Unidas. Esta rica e pouco povoada ex-colônia alemã, também era dirigida por um pequeno, mas poderoso grupo de colonos europeus, vinculados aos interesses mineradores sul-africanos.

A África do Sul, onde a segregação racial do *Apartheid* estava consagrada na Constituição, possuía grande força econômica e estava associada aos capitais estrangeiros e às empresas transnacionais. A África austral, em seu conjunto, detinha a maior parte das reservas de ouro, diamantes e minerais estratégicos fora da URSS e uma agricultura desenvolvida, além de gozar de uma posição geopolítica estratégica na rota entre os Oceanos Atlântico e Índico. O caráter fortemente anti-comunista e militarizado do regime, por outro lado, reforçava a importância do país no contexto da Guerra Fria, tanto no âmbito terrestre da África Austral, como marítimo em ambos os oceanos. A colaboração entre Pretória e Lisboa, neste contexto, não se dava apenas em função dos problemas regionais, mas também estratégico-globais, pois Portugal era membro da OTAN, projetando indiretamente o poder norte-americano no Atlântico Sul, geralmente em cooperação com ditaduras sul-americanas, como a da Argentina e a do Brasil.

Faziam parte desta região várias colônias inglesas sem saída para o mar, como a Rodésia do Norte (atual Zâmbia), do Sul (atual Zimbábue) e a Niassalândia (atual Malawi). Londres e os colonos brancos (5% da população na Rodésia do Sul) promoveram em 1953 a criação da Federação Centro-Africana (ou Federação Rodésia-Niassalândia), com uma perspectiva multirracial e o objetivo de contrabalançar o poder dos *Afrikaners* sul-africanos (os descendentes de holandeses), bem como de articular uma

vantajosa divisão de trabalho entre a próspera agricultura do sul, os recursos minerais do norte (sobretudo cobre) e a abundância da mão de obra da Niassalândia. Mas as crescentes divergências entre os brancos, cada vez menos dispostos a compartilhar o poder com os negros, produziram um impasse que levou à desagregação da Federação em 1963, com a independência da Zâmbia e do Malawi. O primeiro país, liderado por Kenneth Kaunda, combateria os regimes racistas, com apoio da Tanzânia, enquanto o segundo, chefiado por Hastings Banda, colaboraria com estes.

Os brancos da Rodésia (do sul) apoiaram, então, Ian Smith na proclamação unilateral da independência em 1965, com um regime de segregação racial e o estabelecimento de uma linha militar defensiva no Rio Zambeze, destinado a impedir a infiltração de guerrilheiros negros no Bastião Branco. A independência não foi reconhecida por Londres e pela comunidade internacional, que adotou sanções contra o novo país que, contudo, foi protegido pela África do Sul. Da mesma forma, os enclaves negros da Bechuanalândia (atual Botsuana), Basutolândia (atual reino do Lesoto) e o reino da Suazilândia, regimes neocoloniais encravados entre os Estados e colônias de liderança branca, ficaram independentes nesta fase e totalmente reféns de Pretória.

A impossibilidade dos movimentos anticoloniais meridionais em lograr a independência, um governo de maioria negra, multirracial, ou mesmo o direito de participação política, em decorrência da intransigência de Lisboa ou das minorias brancas, levou-os a desencadear a luta armada. O Congresso Nacional Africano (CNA) abandonou as posições moderadas após o massacre de manifestantes negros em Sharpeville (1960), aliou-se ao Partido Comunista sul-africano e iniciou uma guerrilha em condições difíceis, através de seu braço armado *Umkhonto we Sizwe* (Lança da Nação).

O Congresso Pan-Africano (CPA), que lutava por uma nação exclusivamente negra, também criou guerrilhas, enquanto o moderado Zulu Inkhata, liderado pelo populista Buthelezi, colaborava com o governo. Este, por sua vez, criou o sistema de bantustões, reservas indígenas com *status* de país, uma para cada um dos dez grupos negros, a maioria dos quais se tornava, assim, estrangeiros em seu próprio país. Os bantustões, dos quais apenas três chegariam a se tornar independentes, e que ocupavam as piores terras da África do Sul, não foram reconhecidos pela comunidade internacional, funcionando mais como reserva de mão de obra e instrumento de fomento do tribalismo.

Na Namíbia, a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO, de tendência marxista), iniciou um movimento guerrilheiro no norte em 1966, após a África do Sul recusar-se a devolver à ONU esse território que administrava em *fideicomisso*. Suas bases mais importantes encontravam-se na Zâmbia e no sul de Angola, mas suas operações ocorriam somente na estação das chuvas, quando a cobertura vegetal desta região semi-desértica protegia os guerrilheiros dos helicópteros sul-africanos. Na Rodésia, com a declaração da independência pelos brancos, os movimentos negros da ZAPU e da ZANU, respectivamente União Popular e União Nacional Africana do Zimbábwe, iniciaram a luta de guerrilhas. A ZAPU estava implantada principalmente na minoria Ndebele do sul e, apesar do apoio soviético, possuía um perfil mais moderado, enquanto a marxista ZANU representava a maioria Shona do norte, sendo apoiada pela China e pela Tanzânia.

Amílcar Cabral, ideólogo da luta armada de tendência marxista nas colônias portuguesas, lançou a guerrilha na Guiné-Bissau, enquanto nas colônias portuguesas insulares de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, face às dificuldades geográficas, a luta era política. Em Moçambique, os diversos movimentos fundiram-se na Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo, liderada por

Eduardo Mondlane e, após seu assassinato, por Samora Machel), também iniciando a luta no norte, com a retaguarda apoiada pela Tanzânia. Em Angola, com o massacre de dezenas de milhares de negros, na esteira das primeiras ações armadas, várias organizações também desencadearam a guerra contra os portugueses. Estes grupos aglutinaram-se progressivamente em três movimentos, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA, chefiada por Holden Roberto), o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA, liderada por Agostinho Neto) e, mais tarde, a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA, comandada por Jonas Savimbi).

A FNLA e a UNITA eram correntes moderadas e pró-Ocidentais de base étnica do norte (bakongos) e do sul (lunda, ambó e nganguela), respectivamente, e o MPLA de tendência marxista, de base urbana e inter-étnica, mas com predominância dos quimbundos e ovimbundos, da região central e litorânea. A primeira era apoiada pelo Zaire (Mobutu era cunhado de Holden Roberto), EUA e China, a segunda pela África do Sul, China e pelas próprias autoridades portuguesas, enquanto o terceiro movimento tinha um suporte cubano e soviético.

Durante o desenvolvimento da luta armada, houve várias crises no relacionamento dos três grupos, e o reconhecimento da OUA passou da FNLA para o MPLA, quando mais tarde foi descoberta a conexão da primeira com a CIA, embora os países moderados mantivessem seu apoio a esta e à UNITA. É preciso considerar ainda que o potencial militar de Portugal não era apenas o de um pequeno país, na medida em que se tratava de um membro da OTAN, a qual lhe forneceu apoio estratégico na repressão aos movimentos de libertação africanos.

Neste período projetaram-se também novos atores e conflitos regionais. Israel, para contornar seu isolamento pelos países árabes,

bem como a influência de Nasser no Oriente Médio e junto aos movimentos de libertação nacional na África, estabeleceu vínculos diplomáticos estreitos por meio da cooperação técnica, econômica e militar com os Estados conservadores africanos. Contudo, após a Guerra dos Seis Dias (1967), sua presença declinou rapidamente, pois os países da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) passaram a apoiar economicamente os países africanos, grande parte dos quais rompeu com Israel após a Guerra do Yom Kippur (1973). Desde então, a cooperação de Israel concentrou-se, de forma discreta, com regimes direitistas como o do Marrocos, e os racistas, como da África do Sul, em relação ao qual se desenvolveu uma verdadeira parceria estratégica, nas esferas econômica, de segurança (incluindo indústria bélica) e tecnológica (energia nuclear).

A diplomacia árabe, por sua vez, explorou múltiplos canais de cooperação. Oito Estados africanos são membros da Liga Árabe e muitos deles possuem populações muçulmanas, as quais passaram a participar em peso crescente nas peregrinações à Meca. A Arábia Saudita, a Argélia, a Líbia e, em menor medida, o Iraque, passaram a conceder financiamentos aos africanos, diretamente ou por meio de organizações como o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico, além da participação política de Estados africanos na Conferência Islâmica.

Os sheikessauditas procuravam combater a influência soviética e a dos árabes progressistas, apoiando os regimes monárquicos africanos e dando suporte a organizações fundamentalistas, paralelamente às relações diplomáticas oficiais. A Argélia conservou também seu protagonismo anti-imperialista no continente, da mesma forma que a Líbia (que manteria um prolongado conflito no Chade), após a ascensão de Sadat no Egito. Khadafi também era guiado por um anti-sionismo militante. Cuba, por sua vez,

desenvolveu um ativo apoio aos movimentos de libertação nacional na África Austral e a vários governos africanos.

Na Eritréia, anexada pela pró-norte-americana Etiópia, desenvolveu-se neste período em uma crescente atividade guerrilheira desde 1961, e que veio a se dividir numa ala islâmica e moderada, apoiada pelo Sudão e pela Arábia Saudita (Frente de Libertação da Eritréia-FLE), e em uma marxista, apoiada pelos países anti-imperialistas (Frente Popular de Libertação da Eritréia-FPLE). Além deste conflito, em 1967, teria início a trágica guerra civil de Biafra. Esta região nigeriana, povoada pela elite comerciante cristianizada dos Ibos, onde foram descobertas importantes jazidas petrolíferas, proclamou a independência, recebendo apoio da França, da Bélgica e de empresas transnacionais de petróleo. O governo federal da Nigéria, cuja soberania sobre Biafra era reconhecida pela OUA e pela quase totalidade da comunidade internacional, bloqueou a região, provocando uma fome generalizada que levou milhares de biafrenses à morte, conseguindo derrotar os rebeldes em 1970.

A anglófona Nigéria, o país mais povoado da África e exportador de petróleo, passou a desenvolver então uma diplomacia mais ativa, buscando tornar-se uma potência regional. Além da ameaça de desagregação interna (devido à sua diversidade étnico-histórico-religiosa: hausas islâmicos no norte, ibos cristianizados no leste e yorubas animistas no oeste), sentia-se cercada pela França, que controlava seu *hinterland* geográfico, composto por governos conservadores e francófonos. Para tal fim, empregou seus recursos financeiros e articulou a ECOWAS, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, como forma de enfrentar a projeção de Paris sobre a região. Outro país que tentou desenvolver, infrutiferamente, um maior protagonismo interafricano neste período foi o Zaire, com Mobutu aproximando-se dos países

socialistas, como forma de escapar da forte dependência frente aos países ocidentais.

OS CONFLITOS DA GUERRA FRIA E O RETROCESSO ECONÔMICO

Nos anos 1970, em função dos crescentes problemas econômicos e estratégicos, consubstanciados no desgaste da hegemonia americana, o presidente Nixon e o secretário de Estado Kissinger, preocupados em desengajar seu país do atoleiro vietnamita, bem como reduzir os custos político-econômicos da liderança internacional dos EUA, articularam a Doutrina Nixon. Além dos aspectos ligados ao Vietnã, ela atribuía aos aliados regionais um maior papel nas tarefas de segurança e, mais importante, o estabelecimento de uma aliança estratégica com a República Popular da China. A nova correlação de forças então criada gerou um desequilíbrio estratégico, claramente desfavorável à Moscou. Frente a este quadro, os soviéticos buscaram intensificar sua colaboração com os movimentos revolucionários e nacionalistas do Terceiro Mundo, sobretudo por meio de uma aproximação com Cuba. Potencializando esses movimentos, o grupo brejneviano esperava obter um reequilíbrio estratégico.

Este jogo, entretanto, extrapolou os limites habituais da confrontação EUA-URSS. O novo contexto mundial estava marcado pela multilateralização e pela propagação da crise econômica pela periferia, desencadeada pela desvinculação do dólar em relação ao ouro em 1971, pela reorganização da produção (nova divisão internacional do trabalho, globalização financeira e Revolução Científico-Tecnológica - RCT) e elevação dos preços do petróleo, desde 1971, mas especialmente após a guerra do Yom Kippur. Isto propiciou um elevado potencial de mobilização social pelas forças esquerdistas e nacionalistas. Essa conjuntura foi aproveitada pelos movimentos revolucionários e de libertação nacional do Terceiro

Mundo, que desencadearam uma verdadeira onda revolucionária na década de 70, com apoio às vezes ostensivo do campo socialista. Da Etiópia e Angola ao Vietnã em 1974-75, da Nicarágua ao Irã e Afeganistão em 1978-79, mais de uma dúzia de revoluções anti-imperialistas, e mesmo socialistas, abalaram um cenário internacional já marcado pelo desgaste do império americano e da economia mundial. A estes eventos somou-se a queda dos regimes ditatoriais europeus pró-americanos em 1974-75: Portugal, Espanha e Grécia.

A queda das ditaduras mediterrânicas perturbou o flanco sul da OTAN e afetou diretamente o cenário africano. Além disso, ela estava associada à onda revolucionária que afetou também o sudeste asiático, o chamado Arco das Crises (do Chifre da África ao Afeganistão) e, em seguida, a América Central. Em 1974 a Revolução dos Cravos (de contornos populares e esquerdistas) punha fim ao fascismo mais antigo no poder. A queda do salazarismo era fruto da estagnação portuguesa e do desgaste causado pelas guerras coloniais na África. No ano seguinte, após a morte de Franco, a Espanha era conduzida à redemocratização, sob impacto da penetração de um capitalismo moderno no país. Este último processo repercutiu diretamente sobre o remanescente do império espanhol da África, o Saara ocidental (a Guiné Equatorial havia obtido a independência em 1968).

Na iminência da descolonização, o Marrocos, que reivindicava na Corte Internacional de Justiça este território desértico pouco povoado e rico em fosfatos, desencadeou a Marcha Verde, um movimento de milhares de civis, que penetrou na colônia. Enquanto isto, o Rei Hassan secretamente enviava unidades militares e negociava um acordo com a Espanha e a Mauritânia, prevendo a repartição do país entre os dois vizinhos. Ele foi assinado poucos dias antes da morte de Franco, em novembro de 1975, frustrando as expectativas dos nacionalistas saarauis.

Organizados na Frente Polisário (Frente Popular de Libertação de Saguia al-Hamra e Rio de Ouro), eles proclamaram a independência em fevereiro de 1976 (República Árabe Saaraui Democrática-RASD), com reconhecimento e apoio argelino, desencadeando a luta armada. Em 1978 a Mauritânia, desgastada pelo conflito, assinou a paz com a Polisário e retirou-se do sul do território que, contudo, foi então ocupado pelo Marrocos. A luta prosseguiu e o impasse ainda permanece, com a maioria da população refugiada em Tindouf, dentro da fronteira da Argélia, enquanto os marroquinos intensificam a colonização do território e a construção de muros e fortificações defensivas no deserto (com apoio de Israel), para barrar a ação dos guerrilheiros. O reconhecimento da RASD produziu uma crise na OUA, enquanto a ONU não consegue mediar o conflito.

A independência de maior impacto internacional da África portuguesa, entretanto, foi a de Angola, país com maiores potencialidades econômicas (petróleo, ferro, diamantes, minerais estratégicos e produtos agrícolas) e com expressiva minoria branca. A divisão e o confronto entre os três grupos que lutavam pela independência, acirraram-se após a queda do fascismo português. Enquanto era negociada a formação de um governo transitório de coalizão, e se aproximava a hora da independência, a FNLA, apoiada por mercenários brancos e tropas do Zaire avançaram do norte para atacar a capital, Luanda, onde o MPLA era dominante. Kissinger, impossibilitado pelo Congresso de intervir, entregou fundos secretos da CIA ao movimento de Holden Roberto, que também recebia apoio chinês.

A invasão foi derrotada pelo MPLA, com apoio de instrutores cubanos que começavam a chegar ao país. A FNLA foi destruída, bem como as pretensões do Zaire de ter seus aliados no poder em Angola, ou ao menos anexar o norte do país e o enclave de Cabinda, rico em petróleo. O Zaire, aliás, em função da radicalização

da situação, voltou rapidamente a aliar-se ao Ocidente, sob a influência francesa, abandonando sua efêmera inflexão em direção aos Não Alinhados.

A atitude de Kissinger, por sua vez, revelava seu desconhecimento da realidade regional, e um enfoque caracterizado pela visão global de confrontação Leste-Oeste. Sua precipitação e erro de cálculo tiveram como consequência o desencadeamento de uma longa e violenta guerra na África Austral, ampliando involuntariamente a presença soviético-cubana na região. No quadro de desequilíbrio estratégico criado com a formação do Eixo Washington-Beijing (Pequim), acabou provocando uma firme reação soviética, em resposta à intervenção sino-americana no que não passava de um problema regional, que poderia ter sido solucionado pelos africanos.

Enquanto a FNLA era derrotada no norte, no sul a UNITA e o exército sul-africano desencadearam um ofensiva relâmpago contra o MPLA, que solicitou ajuda cubana. Iniciou-se então uma ponte aérea entre Havana e Luanda, com o envio de armas e vinte mil soldados. No centro do país as tropas cubanas (a maioria descendente de ex-escravos) e do MPLA derrotaram o exército sul-africano, um dos melhores do mundo. Assim, o movimento liderado por Agostinho Neto governaria sozinho o país, declarado uma República Popular de inspiração marxista-leninista. Contudo, enfrentava a guerrilha étnica da UNITA no sul, liderada por Jonas Savimbi, com apoio de Pretória e Washington. A África do Sul ocupou uma faixa do sul de Angola para defender seus aliados, desestabilizar o governo do MPLA e impedir a infiltração dos guerrilheiros da Organização Popular do Sudoeste Africano-SWAPO (apoiados por Luanda) na Namíbia. Os cubanos permaneciam um pouco ao norte dos sul-africanos, para impedir defender o centro do país das constantes ofensivas da UNITA e da África do Sul.

A situação dos novos Estados era difícil, pois a maioria dos colonos retirara-se, privando-os de capitais, técnicos e administradores, enquanto tinham de enfrentar o caos interno e as invasões externas. Contudo, o regime militar brasileiro, liderado pelo General Geisel, reconheceu imediatamente o MPLA e procurou cooperar com os novos países (particularmente com Angola), como forma de ampliar sua influência diplomático-econômica na África e equilibrar politicamente a presença cubana no Atlântico sul. O Zaire, por sua vez, continuava abrigando os guerrilheiros da UNITA em suas investidas contra Angola. Os angolanos e cubanos, em resposta a isto, apoiaram então os antigos rebeldes catanguenses, exilados em Angola, a invadir novamente a região de Shaba (a nova denominação de Katanga) em duas oportunidades, 1977 e 1978. Essas invasões só foram derrotadas com a intervenção de tropas marroquinas, egípcias e de paraquedistas franceses e belgas. Mobutu então negociou a normalização com Agostinho Neto, abstendo-se ambos a apoiar forças de oposição à outra parte.

Em Moçambique, após quinze anos de luta, a guerrilha também seria vitoriosa. A FRELIMO, que aglutinava movimentos de distintas orientações em uma única organização (menos homogênea ideologicamente, portanto, que o MPLA), já controlava parte do país, quando a Revolução dos Cravos em Portugal precipitou os acontecimentos. Com a fuga da maior parte da elite branca, Moçambique passou a ser governado por um movimento predominantemente negro, que se proclamava marxista-leninista, nas fronteiras da Rodésia e da África do Sul, países cujos movimentos de libertação passaram a receber apoio moçambicano. Contudo, os regimes racistas reagiram com incursões armadas fomentando a organização do movimento oposicionista RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) que, infiltrado a partir do Malauí, África do Sul e Rodésia, iniciou uma guerrilha (apoiada por comandos sul-africanos) contra os antigos guerrilheiros.

Assim como em Angola, o governo de Moçambique era apoiado por assessores militares e civis cubanos, soviéticos e do leste-europeu (sobretudo alemães orientais), mas não por tropas de combate, como no primeiro caso. Ambos países, apesar da cooperação existente com o campo soviético, mantiveram relações econômicas essencialmente voltadas para o Ocidente, inclusive com a África do Sul, devido à impossibilidade de emancipar a produção e o comércio exterior das estruturas herdadas do colonialismo, bem como à necessidade de evitar o completo isolamento diplomático desses países. Essa postura era tanto desejada pelo Kremlin como pelos novos países que, apesar de aliados de Moscou, jamais permitiram a instalação de bases navais soviéticas, permitindo apenas a escala da esquadras da URSS. Assim, os próprios Estados clientes mantinham sua autonomia política, apesar de necessitarem de ajuda militar, especialmente no caso de Angola.

Na África do Sul, em 1976 ocorreu o levante de Soweto, duramente reprimido pelo regime do *Apartheid*, e a mobilização negra e os atentados do CNA intensificavam-se, apesar da crescente repressão e militarização do Estado sul-africano. A guerra não declarada que este moveu contra seus vizinhos, obrigou-os a organizarem a chamada Linha de Frente, integrada por Tanzânia, Zâmbia, Angola, Moçambique, Botsuana e, depois de 1980, Zimbábue. A prioridade desses Estados era a segurança coletiva e o apoio aos movimentos de libertação nacional, face a seus poderosos vizinhos do sul. Após alguns anos de luta, o desgastado regime rodesiano tentou criar um governo multirracial fantoche, com um negro moderado na presidência, mas não teve sucesso.

Sem condições de derrotar a guerrilha negra, a minoria branca apelou para a mediação da ex-metrópole britânica. Por meio de eleições patrocinadas e controladas pela Grã-Bretanha, foi eleito o presidente marxista Robert Mugabe, da ZANU, que formou um governo de coalizão com a ZAPU. Mugabe teve a

habilidade de oferecer garantias aos brancos e a suas empresas, os quais permaneceram no país, mantendo a prosperidade do mesmo, o que permitiu ainda o encaminhamento de reformas favoráveis à maioria negra. O país adotou a denominação africana de Zimbábwe. A ascensão de um governo negro deixou a África do Sul isolada na região, embora este país castigasse os vizinhos com frequentes *raids* de comandos, sabotagens e atentados.

O passo seguinte foi a criação da SADCC (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral) em setembro de 1980, que congregava os seis países da Linha de Frente, mais Lesoto, Suazilândia e Malawi, tendo ainda como observadores o Zaire e os movimentos de libertação SWAPO e CNA. Esta organização procurou coordenar uma nova divisão do trabalho, atrair investimentos e ajuda externa, criar uma infraestrutura de transporte e energia, além de incrementar o comércio e a cooperação entre os vizinhos da África do Sul, como forma de superar a dependência face a esse país. Se é verdade que as possibilidades econômicas dos membros da SADCC eram limitadas frente ao poderio sul-africano, também é correto que ela privava Pretória de seu *hinterland* econômico. Ao cabo de alguns anos, a situação dos regimes negros era quase insustentável, mas a da África do Sul também era precária.

Na Etiópia, castigada pela miséria, seca e pelas guerrilhas muçulmanas e esquerdistas na Eritreia, na esteira de uma série de greves e de intensa mobilização popular na capital, o velho imperador pró-americano Haile Selassie foi derrubado em 1974 por um golpe militar, que proclamou a República. A junta militar (DERG) exprimia um populismo pouco definido, enquanto as oposições, o caos e as tendências centrífugas ameaçavam a existência do novo regime e a própria unidade do país.

Enquanto crescia a luta de facções dentro do grupo dirigente, o DERG ligava-se cada vez mais às correntes de esquerda e implementava uma ampla reforma agrária, mobilizava a população, rompia com os EUA e fechava as bases americanas, passando a enfrentar os movimentos de oposição conservadores. Em 1977 ascendeu à direção do DERG o Coronel Mengistu Haile Marian, que apoiou o Movimento Socialista Pan-Etíope (Meison), até que este entrou em choque com o governo e foi eliminado. Enquanto o regime definia-se pelo socialismo, as rebeliões separatistas ou autonomistas agitavam quase todas as províncias, especialmente a Eritreia e o Ogaden, povoado por somalis, que haviam criado uma guerrilha, apoiada pela Somália.

Neste momento a Somália atacou a região de Ogaden, em apoio aos guerrilheiros. A iniciativa somali foi claramente encorajada pela Arábia Saudita, Egito e EUA. Fidel Castro visitara os dois países em litígio e a Eritreia, tentando mediar o conflito através da proposta de formação de uma confederação entre as três entidades, que formalmente definiam-se como socialistas. Mas esbarrou com a negativa somali, que expulsou todos os assessores soviéticos do país. Moscou e Havana acolheram então o pedido de ajuda da Etiópia, montando uma ponte aérea que enviou armas, assessores soviéticos e alemães-orientais, além de dez mil soldados cubanos. A guerra encerrou-se com a vitória etíope-cubana contra as tropas somalis, treinadas pelo próprio Pacto de Varsóvia. A Etiópia consolidava então seus laços com o campo socialista, enquanto a Somália aliava-se aos EUA, que passou a ocupar a base naval de Berbera, construída pelos soviéticos. Os cubanos intervieram apenas contra a invasão somali, permanecendo no Ogaden, uma vez que sempre haviam apoiado o movimento de libertação eritreu, e consideravam este um problema interno do novo regime. Tanto na Eritreia como na província setentrional do Tigre, as guerrilhas continuaram ativas.

O conflito do Chifre da África prosseguirá por longos anos (até o presente), desgastando os países da região e afetando o conjunto da África, o Oriente Médio e a própria política internacional. Enquanto a Arábia Saudita, o Egito, o Sudão e os Estados Unidos (que possuíam uma base também no Quênia) apoiavam os inimigos da Etiópia, esta era defendida pela URSS, por seus aliados regionais e, ironicamente, por Israel, que desejava evitar que o Mar Vermelho e o estratégico estreito de Bab el-Mandeb fosse controlado exclusivamente pelos árabes. A Líbia, a Etiópia e o Iemen do Sul (socialista) criaram a Frente de Rejeição, como forma de lutar contra os Acordos de Camp David (entre Egito e Israel) e a influência dos árabes moderados na região. O regime etíope e o líbio, por sua vez, passaram a apoiar as guerrilhas negras do sul do Sudão, que lutavam contra o governo central dominado pelos árabe-islâmicos do norte.

Esta mesma clivagem, aliás, estava presente no Chade (com sinal invertido), onde a Líbia ocupava a faixa de Azou em litígio e apoiava os guerrilheiros árabe-islâmicos do norte (a FROLINAT-Frente de Libertação do Chade), contra o governo negro pró-francês do sul. A França e a Líbia interviriam diretamente nesse conflito, só solucionado após uma década. Da mesma forma, os franceses socorreram os marroquinos em dificuldade no Saara Ocidental, ampliando sua influência na África. O Marrocos era estratégico para o Ocidente, pois além de permitir o controle da entrada do Mar Mediterrâneo, possuía bases que eram usadas pela Força de Deslocamento Rápido dos EUA rumo ao Oriente Médio, e pela equivalente francesa rumo à África subsaariana. Assim, junto com a África Austral, a região do Chifre e, em menor medida, o Saara ocidental, constituiriam os principais focos de conflito africano, intensificados nos anos 80.

Na passagem da década de 80 para a de 90, a distensão internacional cedeu lugar à Nova Guerra Fria, especialmente com a

ascensão de Reagan ao poder nos EUA. A Casa Branca desencadeou uma corrida armamentista convencional e estratégica, cujo ponto alto era a militarização do espaço através da Iniciativa de Defesa Estratégica (IDE, ou projeto *guerra nas estrelas*), que a colocaria em uma posição de superioridade estratégica sobre a URSS. Ao mesmo tempo, a corrida armamentista abalaria a economia soviética, obrigando a URSS, já debilitada pelo aumento dos gastos militares e pelo embargo comercial dos EUA e aliados, a limitar seu apoio às revoluções do Terceiro Mundo, como contrapartida a uma redução da pressão militar americana contra si. Assim, Washington e seus aliados mais militarizados (como Israel, Paquistão e África do Sul) poderiam sufocar os movimentos e regimes revolucionários surgidos na década anterior, com um apoio americano que não envolvesse o envio de tropas de combate. Paralelamente, buscariam controlar seus aliados e rivais economicamente bem sucedidos (Europa e Japão), dividindo com eles o fardo dos gastos armamentistas.

Esse novo ciclo de confrontação Leste-Oeste tinha como um de seus componentes básicos o desencadeamento de uma vigorosa contra-revolução no Terceiro Mundo. Washington desenvolveu a estratégia dos Conflitos de Baixa Intensidade, que seriam travados em teatros limitados, visando a desgastar economicamente e enfraquecer politicamente os regimes revolucionários terceiro-mundistas, para derrubá-los. Sua eliminação poderia ocorrer por uma ação dos insurgentes domésticos, por uma invasão americana, ou de seus aliados regionais. Com os países socialistas na defensiva (devido à nova corrida armamentista e ao projeto Guerra nas Estrelas), essa tarefa não deveria ser muito árdua. Assim, dinheiro, armas e assessores, além de apoio de unidades especiais da CIA e de aliados como Israel, Paquistão e África do Sul, começaram a afluir legal ou ilegalmente aos movimentos anti-revolucionários (que

Reagan denominou de “paladinos da liberdade”), em uma tentativa de reverter nos anos 80 as revoluções ocorridas nos 1970.

Em Moçambique a direitista RENAMO atuava em conjunto com comandos sul-africanos, destruindo estradas, ferrovias e oleodutos e dispersando os camponeses, o que arrasou a agricultura e formou bandos de refugiados. Em Angola, o exército da África do Sul mantinha a ocupação do sul do país, apoiava a guerrilha da UNITA e também sabotava a infraestrutura do país. O Zimbábue e os vizinhos que acolhiam o CNA e a SWAPO eram igualmente vítimas de constantes *raids* sul-africanos. Em 1984 Angola e Moçambique foram obrigados a assinar acordos de não-agressão com Pretória, em que os primeiros comprometiam-se a expulsar os militantes destas organizações de seu território, e os últimos a não apoiar a UNITA e a RENAMO, respectivamente.

Obviamente, os primeiros, extremamente debilitados, cumpriram sua parte, mas Pretória não. Samora Machel, inclusive, veio a morrer em condições misteriosas, quando seu avião acidentou-se em território sul-africano. Os EUA, preocupados também em expulsar os cubanos da região, ampliaram seu apoio ao regime racista (inclusive levantando sanções econômicas) e aos movimentos de oposição aos regimes progressistas. Paralelamente a URSS, enfraquecida pela pressão e confrontação americana, tinha cada vez mais dificuldade em apoiar seus aliados.

No Chifre da África esse fenômeno era igualmente visível, com o reforço do poder de fogo das organizações opostas ao regime etíope. A Líbia, por sua vez, além de enfrentar os franceses no sul, na guerra do Chade, passou a sofrer pressões e provocações pela esquadra americana no Mediterrâneo. Em 1986 o país sofreu o primeiro ataque aéreo americano, seguido por outras demonstrações de força. A ideologia do anti-terrorismo fornecia legitimidade para as ações militares dos Estados Unidos

contra esses Estados. Paralelamente, a OUA conhecia uma crise aguda, pois as guerras no Saara, Chifre da África e África Austral, dividiram os Estados africanos mais profundamente que em outras épocas. A concessão de um assento para a RASD na OUA, particularmente, produziu um impasse, que levou o Marrocos e o Zaire a abandonarem a organização por um largo tempo. Além disso, o próprio Movimento Não Alinhado e as Nações Unidas encontravam-se sob forte pressão por parte da administração Reagan, perdendo grande parte de seu protagonismo internacional.

Paralelamente, os Estados africanos sofriam os devastadores efeitos da crise e da reestruturação da economia mundial iniciados na década de 1970, fenômenos que se aprofundaram nos anos 80 com a globalização financeira e a Revolução Científico-Tecnológica. O preço dos produtos primários sofreu forte deterioração, enquanto sua demanda também se reduzia, face ao crescente emprego de materiais sintéticos. As exportações foram igualmente prejudicadas pela crescente recessão e protecionismo dos países desenvolvidos. Nos anos 1980, a crise da dívida externa, motivada pelo brutal aumento das taxas de juro pela administração Reagan, bem como a financeirização da economia mundial, acabaram por derrubar as economias africanas, já desgastadas pelo acelerado crescimento demográfico, pelos desequilíbrios produtivos, sociais e ecológicos, bem como pelos conflitos armados e pela incompetência e corrupção da maior parte das elites. Para completar o quadro, o diálogo Norte-Sul e as posturas reformistas e assistencialistas nas relações internacionais foram abandonados, em um clima de afirmação dos postulados neoliberais.

Face à incapacidade dos países africanos em reagir de forma articulada, foi inevitável recorrer aos organismos financeiros mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Eles impuseram a todo um continente o mesmo receituário: desvalorização da moeda, redução das tarifas alfandegárias, corte

no orçamento e subsídios estatais (que afetaram principalmente os setores da educação, saúde e alimentação), a reforma da agricultura (desmantelando as cooperativas, as fazendas estatais e a produção aldeã), e promovendo a privatização das empresas públicas. O problema desta fórmula é que ela fora concebida para socorrer um pequeno número de países em dificuldade, no quadro de uma economia internacional equilibrada.

Nos anos 1980 as condições mundiais eram difíceis, e quarenta países negociaram os programas de ajuste apenas na África! O resultado foi a chamada *década perdida*, na qual a economia africana regrediu aos padrões de trinta anos antes. Em 1990 a dívida externa dos países africanos atingia 272 bilhões de dólares (90% do PIB), que era o dobro da de 1980. Mesmo os países exportadores de petróleo sofreram dramaticamente, devido à redução dos preços. Mesmo projetos de desenvolvimento industrial bem-sucedidos como o da Argélia, entraram em colapso.

As consequências sociais foram desastrosas, com o aumento da fome endêmica em algumas regiões, o retrocesso sanitário e alimentar generalizado, e o colapso das estruturas sociais em vários países. Estados como a Líbia, a Nigéria e a África do Sul, que empregavam milhões de trabalhadores dos países vizinhos, subitamente expulsaram a maioria deles, privando essas populações do seu sustento, e seus países de origem de uma renda importante. A situação nas cidades foi ainda mais dramática, pois a África vivia um significativo êxodo rural e acelerada e caótica urbanização: em 1984 a renda das famílias urbanas de Uganda era de apenas 9% da de 1972, enquanto no Zaire, no mesmo período, era de 3%. Em um continente em que a sociedade era ainda insuficientemente articulada, a ausência do Estado teve um efeito muito mais devastador que em outros lugares do mundo. E as grandes potências apenas sugeriam a austeridade, o esforço exportador e o controle de natalidade como soluções, em troca de

empréstimos apenas destinados a equilibrar as contas externas e internas desses países.

A maioria das privatizações gerou falências ou a formação de verdadeiros monopólios privados, ainda associados ao poder político, aumentando a corrupção e o descontentamento popular com esta prática. De qualquer forma, os governos perderam muito de sua capacidade de articulação sócio-política, sofrendo um desgaste que abria espaço para o caos. Enquanto os meios formais de subsistência econômica diminuam perigosamente, frequentemente os salários dos funcionários públicos e dos militares deixavam de ser pagos. Isso, associado aos aumentos de preço nos gêneros alimentícios e serviços, produziu levantes violentos e golpes de Estado. Por outro lado, não restava às lideranças outra alternativa senão lançar mão de um discurso político calcado na identidade étnica ou religiosa, buscando algum bode-expiatório, como forma de alcançar uma nova fonte de legitimidade. Assim, tiveram início as matanças dirigidas contra minorias étnicas, que atingiram as dimensões de genocídio nos anos 1990.

O IMPACTO DO FIM DA GUERRA FRIA

Na segunda metade dos anos 1980, as consequências dos conflitos africanos, da Nova Guerra Fria e da reestruturação da economia mundial continuavam a agravar a situação do continente. A União Soviética e os regimes revolucionários africanos, seus aliados, se encontravam numa posição cada vez mais difícil. Assim, quando o reformista Gorbachov chegou ao poder em 1985, procurou buscar um entendimento com os EUA, como forma de aliviar as tensões diplomáticas e deter a corrida armamentista e a corrosão econômica da própria URSS.

Contudo, é necessário destacar que o problema maior, apesar do impasse militar vigente nos conflitos regionais, se encontrava,

sobretudo, na posição estratégica da URSS. Se a Etiópia era incapaz de derrotar as guerrilhas eritreias e outras, estas também não tinham condições de derrubar o regime, tal como ocorria em Angola, em Moçambique, na Nicarágua, no Kampuchea (Camboja) e no Afeganistão. Em um primeiro momento, os EUA rejeitaram as propostas de negociação soviéticas. Contudo, com as crescentes dificuldades financeiras e econômicas dos próprios Estados Unidos (consubstanciada na crise das bolsas de valores em outubro de 1987), Reagan foi obrigado a negociar.

Em troca da redução da corrida armamentista e da retomada do processo de desarmamento nuclear, a URSS passou, em fins de 1987, a pressionar seus aliados regionais a buscar uma acomodação política, enquanto iniciava a redução da ajuda militar e econômica a esses. Essa inflexão, entretanto, encontrou resistência por parte dos aliados africanos e de Cuba. No Chifre da África, o regime etíope ficou na defensiva, mas permaneceu intransigente. Mas Moscou, na medida em que cede à Washington, mais perde em capacidade de negociação, a tal ponto que, no final da década, participará apenas no âmbito multilateral na resolução de conflitos envolvendo seus próprios aliados

Já na África do Sul, a situação foi mais complexa. Em 1988 as tropas cubano-angolanas derrotaram de forma esmagadora forças regulares sul-africanas e da UNITA em Cuito-Cuanavale, no sul de Angola, e a aviação cubana atacou a represa que fornecia energia para o norte da Namíbia. Ficava patente para a própria África do Sul, extremamente desgastada pela guerra, que chegara a hora de negociar. Os americanos propunham o princípio do *Linkage*: a retirada cubana em troca da independência da Namíbia, que Pretória acabou aceitando, ainda que buscando ganhar tempo.

Em 1989 os cubanos se retiraram de Angola (e do resto da África), no mesmo ano em que o muro de Berlim era aberto,

iniciando-se o difícil processo eleitoral na Namíbia, sob os auspícios da ONU. Depois de se estabelecer prerrogativas especiais para a minoria branca e para o capital internacional, ocorreram eleições, que foram vencidas pela SWAPO. Em março de 1990 a Namíbia tornou-se independente. Ao mesmo tempo os ventos democratizantes, associados ao reordenamento mundial, varriam a África. Regimes de partido único eram substituídos, frente a pressões internas e externas, por sistemas liberal-democráticos multipartidários, Estados em guerra civil como Angola (maio de 1991) e Moçambique (outubro de 1992) assinavam acordos de Paz e os demais regimes marxistas eram derrubados, como na Etiópia, em maio de 1991. A própria África do Sul anunciou, em fevereiro do mesmo ano, o fim do *Apartheid*, após a libertação do líder negro Nelson Mandela no ano anterior.

O fim da Guerra Fria, ainda que tenha trazido benefícios à África, como o encerramento de guerras convencionais, representou certa marginalização do continente, enquanto a globalização se tornava o vetor das relações internacionais. A implantação do liberalismo político e econômico, por sua vez, trouxe elementos disfuncionais para os Estados africanos, que conheceram um momento de regressão, dando força ao chamado discurso afro-pessimista. Epidemias, miséria e brutais conflitos identitários se desenvolveram, enquanto a atenção do mundo se concentrava da abertura do leste europeu, na democratização da América Latina, na expansão da União Europeia e no desenvolvimento asiático.

Todavia, o fim do *Apartheid*, a independência da Namíbia e a pacificação de Moçambique lançavam as bases de futuras transformações. A ascensão do CNA ao poder na África do Sul, ainda que por meio de um processo pactuado, representava um salto qualitativo, que foi complementado por sua reinserção na África meridional, que iniciava um movimento de integração econômica. Nesse sentido, mesmo a violenta guerra civil genocida

que atingiu Ruanda, Burundi e o Zaire, prenunciava alterações geopolíticas fundamentais para o futuro ressurgimento da África no cenário mundial.

BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, H. *Reflexões sobre a cultura nacional*. Angola: U.E. Angolanos, 1980.

CHALIAND, Gerard. *A luta pela África. Estratégia das potências*. São Paulo; Brasiliense, 1982.

CHAZAN, Naomi; MORTIMER, Robert; RAVENHILL, John; ROTCHILD, Donald. *Politics and society in contemporary Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992.

CLAPHAM, Christopher. *Africa and the international system. The politics of state survival*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COELHO, Pedro; MENDONÇA, Helio de (Orgs.). *Relações Brasil-África: um colóquio*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2002.

COQUERY-VIDROVITCH, C.; MONIOT, H. *África Negra de 1800 a nuestros dias*. Barcelona: Labor, 1985.

COSTA E SILVA, Alberto. *Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DAVIDSON, Basil. *A política da luta armada. Libertação nacional nas colônias africanas de Portugal*. Lisboa: Caminho, 1979.

DECRAENE, Philippe. *O Pan-Africanismo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

DEUTSCHMANN, David (Ed.). *Angola and Namibia: changing the history of Africa*. Melbourne: Ocean Press, 1989.

DÖPCKE, Wolfgang (Org.). *Crises e reconstruções*. Brasília: Linha Gráfica, 1998.

FAGE, J. D. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1995.

FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIELDHOUSE, D. K. *Los Impérios Coloniales desde el siglo XVIII*. Madrid: Siglo XXI, 1984.

GONZÁLEZ, Carmen (Ed.). *Cambio e contrarrevolucion en África Meridional*. La Habana: Ed. de Ciencias Sociales, 1987.

GRIFFITHS, Ieuan. *The atlas of african affairs*. London and New York: Routledge, 1994.

GROMIKO, Anatoli. (Ed.). *A Casa Branca e o continente negro*. Moscovo: Progresso, 1986.

HALLIDAY, Fred; MOLYNEUX, Maxine. *The Ethiopian Revolution*. London: Verso/ NLB, 1981.

HARBESON, John; ROTHCHILD, Donald (Ed.). *Africa in world politics*. Post-cold war challenges. Boulder: Westview Press, 1995.

HUGUENEY Filho, Clodoaldo. *A Conferência de Lancaster House: da Rodésia ao Zimbabue*. Brasília: FUNAG/ IPRI/ MRE, 1993.

ILIFFE, John. *Os africanos, história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

JONGE, Klaas de. *África do Sul: Apartheid e resistência*. São Paulo: Cortez/ EBOH, 1991.

KI-ZERBO, J. (Org.). *História Geral da África*. São Paulo: Ática/ UNESCO, 1987. 8 volumes.

KOHN, H.; SOKOLSKI, W. *El nacionalismo africano en el siglo XX*. BBAA: Paidós, 1968.

LEFORT, René. *Sudáfrica: historia de una crisis*. Mexico: Siglo XXI, 1978.

MANDELA, Nelson. *The long walk to freedom*. Braamfontein: Nalwazi Educational Publishers, 1994.

MIÈGE, Jean-Louis. *Expansión europea y descolonización, de 1870 a nuestros días*. Barcelona: Labor, 1980.

MORÁN, Fernando. *Revolución y tradición en África Negra*. Madrid: Alianza Editorial, 1971.

MOREIRA, Neiva; BISSIO, Beatriz. *Os cubanos na África*. São Paulo: Global, 1979.

NYONG'O, Peter Anyang' (Comp.). *La política africana y la crisis del desarrollo*. Mexico: El Colegio de Mexico, 1989.

N'KRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo, último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

PAÍSES da Linha de Frente. Lisboa: Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Internacional de Solidariedade com os Estados da Linha de Frente, 1983.

PERE, Garth le (Ed.). *China in Africa: mercantilist predator, or partner in development?* Johannesburg: Institute for Global Dialogue/ SAIIA, 2007.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

SCHUTZ, Barry; SLATER, Robert (Ed.). *Revolution and political change in the Third World*. Boulder: Lynne Rienner/ London: Adamantine, 1990.

SLOVO, Joe. *África do Sul: um só caminho*. Lisboa: Caminho Editorial, 1979.

SOW, Alpha, e outros. *Introdução à Cultura Africana*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco/ UNESCO, 1977.

STEPHAN, Harry. *The scramble for África in the 21st century*. Cape Town: Renaissance Press, 2006.

TAYLOR, Ian; WILLIAMS, Paul. *Africa in international politics*. London/ New York: Routledge, 2004.

URNOV, Andrei. *África do Sul contra África (1966-1986)*. Moscovo: Progresso, 1988.

VARELA Barraza, Hilda. *África: crisis del poder político*. Mexico: Nueva Imagem, 1981.

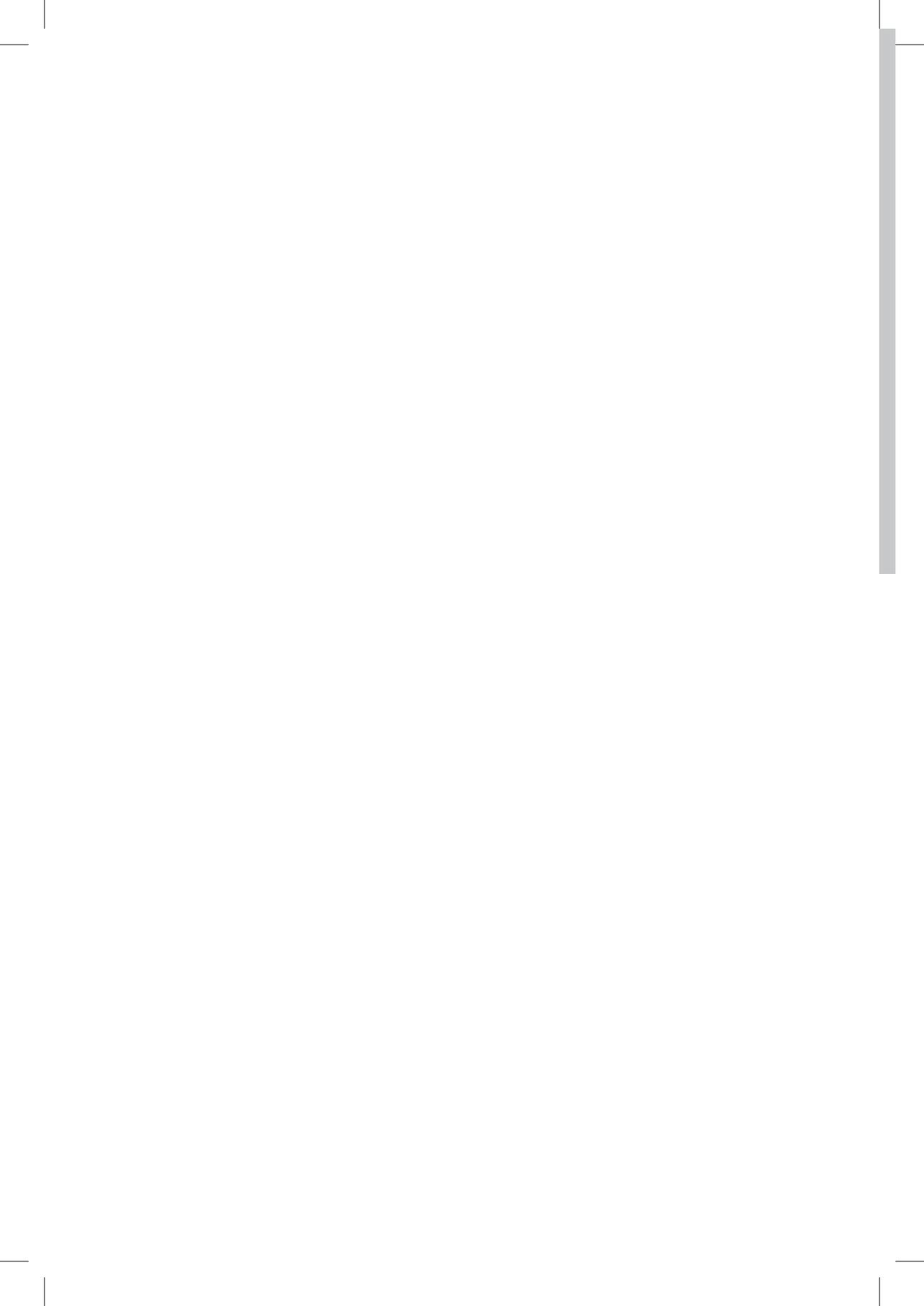
VISENTINI, Paulo, RIBEIRO, Luiz Dario, e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *História da África e dos Africanos*. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *A África na Política Internacional*. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. *A África e as Potências Emergentes: Cooperação Sul-Sul ou nova partilha?* Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA-UFRGS, 2013.

WILSON, Henry S. *African Decolonization*. London: Edward Arnold, 1994.

WRIGHT, Stephen (Ed.). *African foreign policies*. Boulder/ Oxford. Westview Press, 1999.



PAINEL 10
COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA
NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES SUL-SUL

Carlos Milani



Moderador – Dando continuidade ao seminário, informo que a próxima palestra terá como tema: “Cooperação entre o Brasil e a África no contexto das relações Sul-Sul”. A palestra será ministrada pelo professor doutor Carlos Milani. O professor Milani possui graduação em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é formado pelo Instituto Rio Branco no curso de preparação da carreira diplomática do Ministério das Relações Exteriores. Tem mestrado em ciência política pela Universidade de Paris, doutorado em estudos do desenvolvimento da Escola de Altos Estudos em Ciências, também de Paris. Possui pós-doutorado pela Universidade Federal da Bahia e pós-doutorado pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris. Foi funcionário internacional da UNESCO junto ao setor de ciências sociais e humanas em Paris e é professor convidado das seguintes universidades: Universidade de Montreal; Universidade de Colima; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Complutense de Madrid. Atualmente é professor adjunto no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Também é atualmente secretário-executivo da Associação Brasileira de Ciências Políticas. Atua nas seguintes linhas de pesquisa: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento como agenda de política externa; Atores e agenda da política externa brasileira; Potências emergentes e política externa em perspectiva comparada. Recordamos que o conteúdo da palestra é de responsabilidade do palestrante e não reflete necessariamente a posição oficial do Instituto de Relações Exteriores. Com a palavra, o professor Carlos Milani.

Sr. Carlos Milani (IESP-UERJ) – Bom dia a todas e a todos. Queria, antes de tudo, agradecer pelo convite, que muito me honra. O tema da palestra não é especificamente sobre história africana ou política do tão diverso continente africano. Eu não sou especialista de relações internacionais africanas, vou falar muito mais na perspectiva da política brasileira em relação à África e de como o continente africano entra nas agendas de cooperação para o desenvolvimento no âmbito da política externa brasileira. Eu não sou historiador, eu sou cientista político e especialista na área de relações internacionais, então nosso pensamento é menos indutivo – marcado pela precisão das datas e dos fatos – e mais dedutivo, tentando frequentemente – esse é um dos nossos grandes desafios – estabelecer correlações entre variáveis e buscar interpretações ou explicações para fenômenos políticos. Então digamos que a marcha disciplinar é distinta, embora o objeto possa ter evidentemente uma relação muito estreita com os fatos históricos.

Nesse contexto, para desenvolver o argumento de que só se entende a cooperação do desenvolvimento enquanto agenda de política externa, vou desenvolver dois caminhos: o primeiro deles, mais árido porque atravessado por um pouco mais de teoria. Nesse primeiro momento, vou tentar responder fundamentalmente à pergunta seguinte, por que os estados fazem cooperação para o desenvolvimento? Ou seja, por que o soberano, no âmbito da sua política externa, faz cooperação para o desenvolvimento? Como ela se torna um instrumento fundamental das agendas de política externa? Sempre há um fato, um fenômeno que chama muito a atenção dos estudiosos e dos pesquisadores que trabalham sobre a ajuda oficial pelo desenvolvimento – ou a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ou a ajuda pública para o desenvolvimento, pouco importa a terminologia – dentro do campo de estudos de cooperação internacional para o desenvolvimento, que é o simples fato de que montantes estão em jogo, ou seja, aquilo que os estados

e as agências multilaterais colocam na grande cesta, em termos de recursos financeiros e econômicos. No campo da cooperação, pífio quando comparado com outros grandes fluxos, a exemplo do comércio de armas, a exemplo dos investimentos estrangeiros externos, a exemplo dos grandes fluxos financeiros transnacionais ou das estimativas, que são sempre estimativas não oficiais, reais da economia política do tráfico internacional das drogas e de muitos outros tráficos ilícitos.

Se olharmos um pouco para o histórico da cooperação internacional para o desenvolvimento, vocês vão perceber que ela tem girado em termos de valores com os dólares constantes, em torno de 100, 110, 120, 90 bilhões de dólares anuais. Isso é nada do ponto de vista da sua materialidade para que justificasse tanto investimento institucional na construção de narrativas e na quantidade gigantesca de cursos de mestrado, de doutorado no campo do desenvolvimento, de publicações sobre cooperação para o desenvolvimento. Digamos que há um paradoxo que sempre me chamou muito a atenção, razão pela qual desde muito cedo eu me interessei pelo tema, que é um investimento muito pequeno em termos de materialidade do fenômeno, ou seja, do ponto de vista econômico conta muito pouco. Os países não se desenvolvem nacionalmente como efeito da cooperação internacional para o desenvolvimento. Mesmo o exemplo mais frequente apontado por muitos analistas com os seus respectivos vieses, tem-se a Coreia do Sul. Ninguém vai-me convencer de que a Coreia do Sul se desenvolveu graças à cooperação, mas sim graças aos investimentos que foram feitos e à própria política industrial sul-coreana em conjunção com os interesses estratégicos, econômicos e geopolíticos do Japão, evidentemente, mas também dos Estados Unidos. Ou seja, nós temos aí 60 ou 70 anos de experiências de cooperação institucionalizada no campo da cooperação internacional para o Desenvolvimento, mas não temos exemplos de países do eixo

Sul que tenham se desenvolvido, mudado de patamar graças à ajuda internacional para o desenvolvimento. Então o paradoxo é o seguinte: existe pouca materialidade econômica, ou seja, muito pouca materialidade histórica que justifique tamanho investimento institucional na construção de agências bilaterais, em um Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE, em um Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na quantidade impressionante de ONGs nacionais e internacionais atuantes no campo do desenvolvimento. Há muito discurso no sentido político, não apenas de pronunciamentos oficiais, mas de narrativas e de visões, do desenvolvimento a partir dos agentes de cooperação, e tão pouca materialização. É claro que o cientista político e o especialista em relações internacionais, perguntam-se por que os estados fazem tanto investimento? Em termos institucionais, por que tantas agências? Por que tantos relatórios? Por que tantas conferências no campo do desenvolvimento e da cooperação para o desenvolvimento? Acho que essa é uma pergunta que interpela um analista como interessado em explicar, em interpretar por que os estados cooperam nesse subsistema das relações internacionais, chamado cooperação internacional para o desenvolvimento. Eu acho que esse é um primeiro momento, que nos vai consumir algum tempo.

O segundo debate é sobre como a África entra nessas agendas de cooperação. Historicamente, no caso da cooperação brasileira, quando é que aparece? Por que aparece e qual é sua relevância mais recente? Sobretudo, quais são as contradições? Esse é o cerne do meu argumento da segunda parte: a falta de política institucionalizada no Brasil no campo de cooperação para o desenvolvimento. Há poucos estudos sobre a percepção dos africanos acerca da cooperação técnica, da cooperação educacional, da cooperação no campo da saúde ou no campo da agricultura. Um doutorando moçambicano, Francisco da Conceição, acabou de

defender tese exatamente comparando cooperação internacional entre Brasil e China em Moçambique, mas falta ainda muita pesquisa e análise empírica sobre como os africanos nos percebem. Não é tanto análise dos discursos, das práticas e das instituições brasileiras, mas de como os africanos nos veem quando é dito que estamos fazendo cooperação sul-sul, cooperação horizontal, cooperação estruturante, enfim; as terminologias são várias de acordo com as instituições políticas brasileiras que se mobilizam para atuar nesse campo. Sejam FIOCRUZ, Embrapa ou a própria ABC, a universidade no campo dos programas de cooperação no ensino superior; com seus programas de intercâmbio no campo da graduação, o PEC-G; ou da pós-graduação, o PEC-PG. São esses os dois momentos que eu queria discutir um pouco com vocês.

Primeiro, gostaria de situar a relevância ou o lugar político da cooperação sul-sul no âmbito mais extenso e abrangente da cooperação internacional para o desenvolvimento. Já disse que a cooperação internacional para o desenvolvimento na sua materialidade não é tão significativa no campo das relações internacionais, mas não é só materialidade que justifica a quantidade de pesquisas e de estudos feitos. Há um sistema bastante organizado, institucionalizado, muito tributário da ordem da guerra fria. Autores como Carol Lancaster, que foi diretora da USAID durante muitos anos, tem um livro publicado em 2006, ou 2007, sobre ajuda externa, que afirma que não teria havido o grau de institucionalização da cooperação norte-sul se não houvesse a ameaça comunista. Ela situa claramente os esforços de institucionalização da cooperação internacional para o desenvolvimento da AOD – Assistência Oficial para o Desenvolvimento –, no caso dos países do norte e suas agendas de política externa. Se não houvesse uma ameaça geopolítica – a ameaça comunista – se não houvesse uma competição de modelos de desenvolvimento, no sentido mais amplo do termo modelo

de desenvolvimento durante a ordem da guerra fria, certamente não haveria tanto investimento e tamanha institucionalização da cooperação norte-sul.

A cooperação sul-sul é mais ou menos contemporânea da cooperação norte-sul. Se lembrarmos dos primeiros esforços feitos a partir de Bandung em 1955, a partir da criação da UNCTAD, da CNOSED – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – em 1964, além do próprio movimento não alinhado que surge no bojo de Bandung. A gente vai perceber que há quase uma contemporaneidade entre cooperação sul-sul, relações sul-sul no sentido mais amplo, e os esforços de manutenção de uma lógica de dominação e de controle por parte das antigas potências coloniais em relação a suas antigas colônias. Há muitos autores que colocarão como marco histórico fundamental da cooperação norte-sul o famoso discurso que Harry Truman faz ao tomar posse da presidência da república nos Estados Unidos. Ele menciona o quarto ponto fundamental da sua plataforma política: a assistência técnica; a assistência para cooperação com países em desenvolvimento. É um discurso bastante político, eivado de etnocentrismo, com muitas marcas sobre quem somos na visão americana. É o Ocidente, como potência norte-americana, no início do processo de construção da hegemonia após a segunda guerra mundial: é como o país hegemônico enxerga os chamados países em desenvolvimento. Há várias frases interessantes no discurso: “*their food is inadequate*”, a comida ou a alimentação não é adequada, são áreas subdesenvolvidas, culturas atrasadas.

Há um documento da ONU, discutido na Assembleia Geral nos anos 1950, que reflete mais ou menos os mesmos padrões normativos com relação a quem são os países em desenvolvimento. Naquele momento, a ONU não era a ONU de 1990 ou dos anos 2000; era uma assembleia geral dominada pelos países fundamentalmente do norte. Não tinha ocorrido o processo

de descolonização e de emancipação política de muitos países em desenvolvimento, antigas colônias. Enfim, muitos autores vão situar o marco do discurso de Harry Truman, no final dos anos 40 e início dos anos 50, como pontapé inicial do processo de institucionalização dessa enorme parafernália de agências bilaterais e multilaterais de cooperação internacional para o desenvolvimento. Eu costumo dizer que o marco mais importante da cooperação internacional é bem anterior: são as experiências de colonização. Porque o discurso da cooperação internacional para o desenvolvimento na sua vertente norte-sul, *mutatis mutandis*, não mais na relação entre potências coloniais e colônias, mas entre países desenvolvidos e países considerados em desenvolvimento, países do norte e países do sul, vai manter mais ou menos o mesmo padrão discursivo e normativo de relações: o lugar do outro, um etnocentrismo na valoração daquilo que é considerado o bom desenvolvimento. Apesar de todas as críticas que serão construídas a partir dos anos 60 e nos anos 70 sobre esse tipo de experiência neocolonialista da cooperação norte-sul, ainda hoje se podem encontrar alguns traços, algumas marcas muito importantes nas práticas contemporâneas de muitas agências governamentais e não governamentais; bilaterais ou multilaterais de países do norte em países do sul. É muito frequente ainda que a ajuda oficial para o desenvolvimento seja majoritariamente bilateral, o que lhe dá uma capacidade de controle nas agendas de política externa dos estados doadores do norte, e que também tenha um alto índice de *tight aid*, de ajuda amarrada, ou seja: você recebe o apoio financeiro e tem de fazer as compras de consultoria, de material e de equipamentos no país fornecedor do apoio financeiro. É uma forma de amarrar aquela cooperação a quem forneceu os recursos econômicos para alavancar projeto ou programa. Portanto, a cooperação norte-sul tem então um marco histórico do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, embora ela tenha determinado ranço colonialista,

encontram-se leis de organização do império colonial britânico que já tratam do tema da cooperação e do desenvolvimento em suas colônias. Existe toda a projeção do império colonial francês, da ideia da *civilization*, de levar a civilização por meio da educação e de civilizar os povos atrasados. Tem-se de fazer uma mudança de quadros e de marcos interpretativos, porque a partir dos anos 1940, 1950 e 1960, a relação é entre soberanos, mas ainda assim permanece um ranço neocolonialista muito forte.

A cooperação sul-sul é mais ou menos contemporânea desses esforços dos anos 1950 e 1960, porém não vai conhecer o mesmo grau de institucionalização. Embora se encontrem promessas associadas e experiências práticas, a cooperação indiana ofertada nasce nos anos 1950; e a China começa a fazer política de cooperação – não estruturada e nem nos mesmos volumes e escala dos dias atuais –, já nos anos 1960. Após a revolução, Cuba inicia o seu programa de solidarismo internacional também nos anos 1960. Vai-se encontrar um número importante de experiências de cooperação sul-sul no âmbito da saúde, da educação, mas que não vai gerar o mesmo grau de institucionalização com agências no âmbito nacional, com uma política estruturada no âmbito nacional e, sobretudo, com esforços multilaterais de convergência e de construção de critérios e de padrões normativos comuns. O que vai ocorrer no caso da cooperação norte-sul, a partir da elaboração do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE, com sede em Paris? A partir dos anos 1970, o CAD vai promover uma série de mecanismos que eles chamam de *peer review*, ou seja, revisão pelos pares. São os próprios países doadores, monitorando a política dos demais países doadores e assim por diante.

Há um processo de institucionalização da cooperação norte-sul que é infinitamente superior; não há padrão de comparação com a cooperação sul-sul. Ainda hoje existe muita dificuldade para vários países do eixo geopolítico sul de definir em padrões comuns

o que para os analistas representa uma grande dificuldade em termos de comparação. O que é cooperação para o desenvolvimento para o Brasil? Há uma definição estatística clara no relatório publicado pelo IPEA em 2010, cobrindo os anos de 2005 a 2009. Nele, o instituto afirma com a ABC que cooperação seria somente aquilo que o Brasil ofertasse a fundo perdido, sem que esses mecanismos e transferências gerassem obrigação de retorno, ou seja, não se geraria dívida externa a partir da cooperação. É uma definição de 100% de concessionalidade; se nós tomarmos a mesma definição da cooperação norte-sul da CAD, é de pelo menos 25% de concessionalidade. Vejam que aqui há uma disparidade bastante grande em relação a um relatório brasileiro publicado em 2010. O novo relatório do IPEA, publicado em 2013, abandonou a definição estatística que desaparece do relatório, certamente por razões políticas e não só estatísticas, evidentemente.

Nós não temos no Brasil ainda hoje uma definição muito clara e institucionalizada dessa política de cooperação sul-sul, mas se olharmos a política indiana, mexicana, sul-africana e argentina, enfim, nossos vizinhos, encontraremos uma grande diversidade de práticas e de conceitos, inclusive estatísticos, que levam o analista a ter uma enorme dificuldade no momento da comparação. Alguns dados que apresentarei são reflexos dessa imperfeição, própria do objeto de estudo. No caso da CAD e da OCDE, o trabalho estatístico e o processo de institucionalização são tão mais avançados; chegaram a um comum acordo com relação à definição e à estatística do que é a OCDE, o que facilita a comparação entre os casos dos países do norte. Desse grau de institucionalização, estamos muito distantes de alcançar no caso da cooperação sul-sul. Para se ter uma ideia, a China considera cooperação sul-sul tudo que é promoção de comércio, mecanismo de facilitação de comércio, empréstimos subsidiados, vindos dos diversos bancos chineses que existem, inclusive da ala africana do

banco chinês de desenvolvimento. O Brasil não relaciona em seus dados públicos em matéria de cooperação os empréstimos dados a empresas brasileiras para fazer construção de infraestruturas em países africanos. Percebe-se uma grande disparidade. O México, por ser membro da OCDE, embora não seja membro do CAD, tem uma política de aproximação estatística e de definição de política que é muito clara; adota os princípios da Declaração de Paris sobre eficácia da ajuda e assim por diante. É importante quando a gente situa a cooperação sul-sul para o desenvolvimento; ela é uma esfera muito pequena das relações sul-sul. Existe muita cooperação estratégica, coalizão, construção de alianças, esforços multilaterais dos países do sul, com grande variação de política externa entre eles. A cooperação sul-sul para o desenvolvimento é uma parcela ainda menor dessa relação. É claro que, ao pensar a cooperação sul-sul *vis-à-vis* cooperação norte-sul, é importante ter claro em mente que existe uma enorme assimetria de quantidades de escala, de capacidade de impacto e assim por diante. Outro aspecto que é importante quando se está analisando os esforços de cooperação sul-sul diz respeito ao nível de análise que a gente pode privilegiar para pensar nesses esforços de cooperação sul-sul.

Estou terminando um livro sobre o tema em que proponho dois grandes níveis analíticos para se pensar a cooperação entre estados. Um primeiro nível, que alguns autores chamam de sistêmico ou estrutural, é onde se vai pensar em que medida os esforços de cooperação entre os estados trazem implicações sistêmicas para as relações internacionais. São interpretações da cooperação para o desenvolvimento, sejam elas norte-sul ou sul-sul, que estarão pensando em eventuais mudanças sistêmicas causadas por esses esforços de construção do que alguns autores vão chamar de um regime internacional, de um subsistema das relações internacionais. Eu não vou entrar no debate teórico sobre o que é uma coisa ou outra, mas quais são as implicações no âmbito

das relações internacionais, do ponto de vista da geopolítica, do ponto de vista das relações entre estados, das assimetrias entre coalizões, das formas de humilhação que o ocidente pode reproduzir nas práticas de cooperação norte-sul, e que os países do sul podem tentar evitar em suas práticas de cooperação sul-sul, embora haja enormes contradições que a experiência e a pesquisa de campo revelam acerca inclusive das práticas de cooperação sul-sul e também brasileiras.

Eu poderia ter começado a minha palestra falando sobre o emblemático caso do ProSavana, uma cooperação triangular entre Japão, Brasil e Moçambique de transferência de um programa, considerado por alguns bem-sucedido de implantação do agronegócio do cerrado brasileiro para a savana moçambicana, com todas as dimensões sociais, fundiárias e de existência evidentemente de camponeses e de dimensões ambientais associadas a esse programa. Para falar só de um programa que gera enormes debates nacionais e internacionais sobre a atuação da cooperação sul-sul, eu poderia falar dos inúmeros programas de infraestrutura da potência chinesa ou da potência indiana no continente africano, que também geram muitos debates, porque são reveladores de tensões entre interesses públicos e privados; entre interesses estatais, governamentais, públicos não governamentais e corporativos empresariais no campo da cooperação. Como se trata de uma cooperação sul-sul ainda muito pouco institucionalizada, essas tensões podem estar ainda mais presentes no campo, porque a capacidade de controle e de monitoramento de avaliação sobre essas políticas é ainda mais limitada do que em relação à cooperação norte-sul. Pode-se dizer que seja um primeiro nível macroestrutural, onde se vão encontrar algumas visões mais otimistas, algumas muito céticas e outras muito críticas do ponto de vista sistêmico. Vocês podem muito bem situar em teorias: teoria da dependência; uma teoria das relações

centro-periferia, muito mais crítica em relação ao papel que a CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – evidencia no plano das relações internacionais. Ela não promove emancipação, autonomia, desenvolvimento endógeno; o que ela promove são relações de dependência dos países inseridos na qualidade de beneficiários, receptores ou parceiros. As nomenclaturas são variadas.

Uma visão mais liberal das relações internacionais tenderá a responder que a cooperação sistemicamente promove mais integração comercial, econômica e, portanto, mais estabilidade e prosperidade. Os discursos otimistas sobre os produtos, os resultados da cooperação internacional para o desenvolvimento – vide um relatório do Banco Mundial ou do próprio PNUD –, algumas expressões empíricas e históricas desse tipo de visão sobre a *cooperação do bem*. Contribui para a construção e difusão de valores enormes, de direitos humanos, de promoção da democracia, de equidade de gênero e assim por diante.

No nível dos agentes; estou privilegiando os agentes estatais como os grandes arquitetos dessa agenda de cooperação no âmbito das suas respectivas políticas externas. As implicações podem ser vistas tanto para o próprio *estado doador*, porque a própria terminologia da doação é cheia de matizes e de conotações. A relação entre doador e beneficiário – aquele que recebe. Percebe-se que os olhares teóricos e os marcos interpretativos vão variar entre uma visão mais otimista, mais cética ou mais crítica acerca das implicações no nível do agente. O que eu acho importante nesse conjunto de leituras sejam elas mais otimistas, críticas ou céticas, ou ainda mais negativas em relação à cooperação como agenda de política externa, é que nos traz para um plano ao mesmo tempo externo e doméstico. Ou seja, as relações entre cooperação internacional para o desenvolvimento e política externa; eu necessariamente estou trazendo a cooperação para

o âmbito da política doméstica também. Esse nível analítico me permite enxergar o papel que podem desempenhar evidentemente os Ministérios das Relações Exteriores e suas agências bilaterais de cooperação. Entretanto, para além dos muros institucionais dos Ministérios das Relações Exteriores, outras instituições igualmente implicadas nessas agendas de cooperação em saúde, educação, cooperação técnica, etc. No caso brasileiro isso é particularmente importante, haja vista a pluralidade de atores e de instituições atuantes no campo da cooperação sul-sul, da cooperação estruturante, da cooperação técnica, enfim, as diferentes nomenclaturas que são adotadas por essas diferentes instituições. A exemplo da FIOCRUZ, da Embrapa, da própria ABC que coordena todos esses esforços com alguma dificuldade. A gente vai chegar a essas dificuldades a seguir. Há também entidades subnacionais que fazem suas cooperações sul-sul descentralizadas.

A análise da professora Emma Mawdsley, de Cambridge, sobre os efeitos sistêmicos, tenta comparar a cooperação nos moldes ocidentais com a dos moldes da cooperação sul-sul. Procura identificar onde haveria uma mudança de regime simbólico proposto pelos agentes estatais da cooperação sul-sul *vis-à-vis* aquilo que prometem e que constroem simbolicamente os países que fazem cooperação norte-sul. O simbólico é importante nesse âmbito porque é nesse regime que se vão construir padrões, normas e o tipo de discurso e de promessas anunciadas pelos países que fazem esse tipo de cooperação. Resumidamente, a cooperação norte-sul está muito marcada pela ideia de caridade, aquilo que Hannah Arendt chamou de política da piedade, e não por uma política de compaixão, como teria dito a própria Hannah Arendt – a ideia de um dever moral, a ideia do fardo do homem branco, do dever moral do mais rico ajudar em nome de valores humanitários, da experiência acumulada, para ajudar os outros países. Ou seja, um conjunto de elementos que seriam constitutivos desse regime

simbólico da cooperação norte-sul. O argumento que Emma Mawdsley vem desenvolvendo em seus trabalhos mais recentes é de que a cooperação sul-sul, sobretudo a partir do exemplo indiano, que ela estuda mais detalhadamente, vai propor novos marcos interpretativos acerca da cooperação, em que você tem ao mesmo tempo não a ideia de caridade, mas de oportunidade. Os países do Sul – Brasil, China, África do Sul, Índia, Turquia – não anunciam caridade, mas oportunidade de cooperação.

A China é muito explícita; fala de *win-win*. Inclusive a China tem de ganhar com isso. Atualmente o presidente Xi Jinping, em um retorno da sua viagem a Nova Iorque anunciou um grande pacote de cooperação no âmbito das Nações Unidas, depois da vergonha e da humilhação do TPP. Se Xi Jinping faz um convite curioso ao presidente Obama para participar da comemoração dos 70 anos da derrota do Japão no final da Segunda Guerra Mundial, o presidente Obama não vai. Ele convida o presidente Xi Jinping para ir aos Estados Unidos fazer uma visita de estado e Xi Jinping retorna à China. Uma semana depois, os Estados Unidos anunciam o início da assinatura e o fim do processo de negociação do TPP. Nos jornais chineses isso tem sido interpretado como mais uma forma de humilhação ocidental em relação à China. Xi Jinping volta às Nações Unidas e anuncia um grande pacote de medidas de cooperação multilateral e bilateral. Mas ele tem de justificar isso internamente, no momento de crise econômica, de dificuldades vividas pela potência chinesa, de aumento enorme nas desigualdades sociais e nas disparidades regionais chinesas. Em um país continental, com muitas dificuldades de integração e de coesão nacional, ele tem de justificar politicamente essa medida de apoio e de cooperação. A justificativa que dá à opinião pública, que está nos jornais, no discurso da agência oficial chinesa, é de que a China ganha com a cooperação. A cooperação é também uma oportunidade chinesa de abertura e de acesso a mercados

para exportação; de internacionalização de suas empresas. Não há um discurso de que a China promete caridade; a China quer oportunidade.

Essa é uma mudança simbólica de regime; digamos que é mais próximo da realidade dos estados capitalistas. É interestatal e capitalista fundamentalmente – não existem estados antissistêmicos. A cooperação sul-sul não é antissistêmica, mas não significa que seja igual em todos os seus parâmetros à cooperação norte-sul. Emma Mawdsley faz uma tentativa de parametragem da cooperação sul-sul à luz da dimensão do regime simbólico. A ideia da *expertise* compartilhada é muito evidente, porque você tem, afinal de contas, graus de desenvolvimento e problemas. O embaixador Celso Amorim, citando alguém durante a palestra de abertura do dia da África, comemorado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), disse que para todo problema africano haveria uma solução brasileira. Eu acho que isso é incorrer em um erro semelhante. Não é esse o regime simbólico ao qual se está referindo Emma Mawdsley. Existem problemas que podem ser semelhantes, mas as soluções não são necessariamente brasileiras, até mesmo porque nós estamos muito distantes de termos resolvido nossos problemas em termos de déficits sociais e democráticos.

Quando se faz pesquisa sobre essa agenda de política externa chamada cooperação para o desenvolvimento, os primeiros textos serão encontrados nos anos 1960 e 1970. Há três textos clássicos para quem quiser se aprofundar no tema: “A Political Theory of Foreign Aid”, publicado em 1962, de Hans Morgenthau, que é o primeiro autor realista de teoria das relações internacionais a escrever um texto sobre uma teoria política da ajuda externa. Há ainda dois textos de 1971, um do George Kennan, outro grande realista, e outro do Samuel Huntington, também realista. A dimensão que me interessa muito nessa literatura é trazer a

agenda da cooperação para a agenda estratégica dos estados. Digamos que é uma primeira aproximação, uma simples forma de se aproximar da cooperação, trazendo-a para mais perto da agenda de política externa. Nenhum deles propõe um modelo de análise para pesquisa empírica sobre a cooperação como uma agenda de política externa. Eles listam uma série de premissas políticas e filosóficas deles próprios para pensar as relações entre a cooperação e a política externa. Por exemplo, Morgenthau cita que haveria seis tipos de cooperação de *foreign aid*. Um deles é o suborno, ou seja, a cooperação funcionaria como uma forma de suborno. Outra seria a cooperação militar; outra seria a cooperação econômica. Ele cria tipologias, assim como fazem Samuel Huntington e George Kennan, mas nenhum dos três estabelece critérios muito claros na configuração dessas tipologias.

Apenas recentemente vão-se encontrar pesquisas que propõem modelos de análise para analistas ou para quem está fazendo pesquisa e não só construindo discurso ou visão sobre cooperação – mais interessados em produzir evidências empíricas e históricas dessa ferramenta de política externa que pode ser a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Carol Lancaster em seu livro *Foreign Aid: Diplomacy, Development, Domestic Politics*, publicado em 2006, propõe quatro eixos analíticos para se pensar a agenda de cooperação na política externa: o plano das ideias, quais são os princípios, as normas, os fundamentos, ou seja, o regime simbólico para colocar em diálogo com a Emma Mawdsley; quais são as normas e os princípios que animam essa agenda de cooperação. Como justificar, filosoficamente, a agenda de cooperação, seja no parlamento, para aprovar orçamentos, seja diante da opinião pública? Porque há de justificar o gasto de orçamento público em cooperação com outros países, isso é importante em qualquer país, sejam países desenvolvidos sejam países menos desenvolvidos. Tende-se a pensar que a população

brasileira, por exemplo, seria mais refratária à cooperação com outros países em desenvolvimento. Já que temos tantos problemas não resolvidos, por que cooperar com o Haiti, a Guiné-Bissau, Moçambique ou com o Cotton-4, no caso do desenvolvimento agrícola da cotonicultura? Como justificar isso internamente? Isso tem sido justificado também nos países do norte, há uma exigência do ponto de vista doméstico de justificativa. O segundo eixo é o das instituições, qual é o papel das instituições domésticas? Do parlamento? Da mídia? Das organizações da sociedade civil? Dos partidos políticos? Dos diferentes ministérios, para além do Ministério das Relações Exteriores? Enfim, no plano da cooperação ou da ajuda externa, ela está pensando em ajuda externa porque é americana. Os interesses são o terceiro eixo analítico proposto. Eles dariam uma pista explicativa ou interpretativa da racionalidade do estado para fazer aquele tipo de cooperação. O último seria o nível da burocracia, que ela chama de *organization*: como os estados se organizam para programar essa agenda? Por exemplo, em estudo publicado em 2009, a OCDE apresenta quatro modelos organizacionais dos seus países membros. Um ministério, só um Ministério das Relações Exteriores em que a agenda de cooperação está inserida dentro dos departamentos geográficos; então tem um departamento de África com uma subseção de cooperação; tem um departamento de Ásia e Oceania com uma subseção de cooperação; mas dentro dos departamentos geográficos. Tem outro modelo que é uma agência sem autonomia, um pouco como um outro departamento dentro do Ministério das Relações Exteriores; um outro modelo que seria uma agência com mais autonomia, inclusive orçamentária e administrativa, e um quarto modelo que seria um ministério paralelo de cooperação. Na França, por exemplo, houve um momento da sua história recente, quando Lionel Jospin foi primeiro-ministro, em que a França teve um ministério da cooperação separado. Vocês têm o caso dinamarquês

que é certamente mais intrigante, porque é um Ministério de Relações Exteriores e de Cooperação, com dois ministros, muito civilizados. Os dinamarqueses conseguem colocar dois ministros dentro de uma única pasta, mas cada pasta com a sua perna de política externa e a perna de cooperação. Essa última dimensão, primeira ideia, as instituições, interesses, *organization*, a burocracia, como é que os estados definem, se definem burocraticamente para atuar. Há um marco legal que define como é a agência, qual o grau de autonomia e se existe uma carreira de cooperantes.

São esses quatro eixos que a Carol Lancaster propõe. É um estudo, um modelo de análise que não estabelece nenhuma correlação entre variáveis. Carol Lancaster faz estudos de caso sobre a cooperação dinamarquesa, americana, japonesa, francesa e alemã – é uma superposição de estudos de caso –, todos seguindo os quatro eixos. É um estudo muito descritivo: mostra como funcionam as instituições, como se constroem as ideias, quais são os princípios que informam, quais são os interesses em jogo e qual é a burocracia formada, instituída para implementar a política de cooperação. O estudo do Maurits van der Veen, *Ideas, Interests and Foreign Aid*, publicado em 2011, propõe uma investigação bastante diferente; talvez seja o modelo de análise mais sofisticado que você vai encontrar na literatura atual para pesquisar política externa e agenda de cooperação. Qual é a proposta que o Maurits van der Veen faz? Ele define uma categoria que denomina de *aid friends*, marcos interpretativos da cooperação internacional para o desenvolvimento. Ele define sete marcos interpretativos em seu modelo de análise. O primeiro é segurança: o estado coopera para garantir a segurança; o segundo é o aumento do poder e a influência sobre outros estados ou no âmbito multilateral, ou para aumentar a riqueza, o interesse econômico próprio. O que ele está chamando de interesse próprio esclarecido, que em inglês é sempre uma categoria que mitiga o interesse, *in latent selfie states*, porque

são estados; não existe estado altruísta. Ele deixa de ser estado, vira ONG. O estado é um bicho político *sui generis*, evidentemente se não tiver interesse próprio, vai ter de se justificar perante seus cidadãos, que não estão ali só para fazer altruísmo, mas também para defender seus próprios interesses, as empresas, etc.

Onde Maurits van der Veen busca metodologicamente esses marcos interpretativos? Ele faz quatro estudos de caso: Noruega, Itália, Bélgica e Holanda, todos democracias parlamentares. Ele vai buscar esses marcos interpretativos no debate legislativo e parte de duas premissas: A primeira é a de que o representante é mais bem informado do que o representado. Ele está pegando os quatro estudos de caso que eu mencionei anteriormente. A segunda é que eles têm de aprovar orçamentos, então eles têm de justificar por que estão aprovando ou votando em direção A e não em direção B. Ele faz uma seleção metodológica que me parece bastante interessante e pertinente para quem tem interesse em fazer pesquisa. Promover bens públicos globais, porque haverá deputados que vão justificar seus votos em nome disso. Digamos que a expressão empírica da categoria é essa, e é no debate legislativo que se debate por reputação e autoafirmação, perdão, obrigação e dever, dever moral, por valores humanitários. Vejam que há uma gradação desde o interesse mais próprio do leviatã, a segurança, até uma vertente mais cosmopolita sobre a visão do estado nas relações internacionais. Mas o que tem de interessante nesse modelo de análise que ele propõe? Ele vai tentar estabelecer correlações, a pesquisa dele é quantitativa e depois qualitativa. A primeira parte da pesquisa dele é toda quantitativa em relação a correlações podem existir entre volumes e para onde vai essa cooperação – volumes e distribuição geográfica de acordo com o marco interpretativo. No marco interpretativo da segurança, ele vai definir que existe uma correlação positiva com os volumes alocados para aquela cooperação, diretamente proporcionais aos

esforços de defesa e às tensões internacionais. Com quem você vai fazer essa cooperação quando o marco interpretativo mais importante for segurança? Com regimes amigáveis ou com os vizinhos dos inimigos, uma forma de você controlar alianças.

Digamos que isso é outro tipo de modelo de análise na literatura que você vai encontrar hoje, sobre como fazer pesquisa no campo da cooperação. São duas formas bastante distintas: uma mais qualitativa de estudos de caso; e outra um pouco mais quantitativa tentando estabelecer correlações. No Brasil, há uma grande lacuna de estudos quantitativos em matéria de cooperação. Estive na banca de defesa de um estudante que fez uma dissertação de mestrado na Universidade Federal de Pernambuco e que hoje está fazendo estágio no IPEA. Ele fez uma abordagem quantitativa da cooperação brasileira. É interessante porque todo debate que a gente estava tendo na mídia por volta dos anos 2008, 2009 e 2010, o ápice dos orçamentos da ABC, por exemplo, o Brasil cooperando com países não democráticos, o Brasil cooperando com países autoritários, e será possível comprovar que não havia nenhuma correlação quantitativa entre cooperação do Brasil com países autoritários. Há um ponto fora da curva que é um pequeno projeto, uma atividade com o Zimbábue, em algum momento da história da cooperação brasileira. As duas correlações fortes da cooperação brasileira, quantitativamente falando em termos de volume, são a proximidade linguística ou cultural – CPLP, sobretudo os PALOPs – e a proximidade geográfica – países da América do Sul ou América Latina. São as únicas duas correlações que você pode estabelecer olhando para os valores de cooperação que o Brasil faz.

Nesse contexto, por que o Brasil coopera e por que o Brasil coopera com o continente africano? Acho que essa é a síntese à qual eu queria tentar conseguir direcionar nosso debate nessa segunda parte. Há um dado produzido por uma ONG de pesquisas britânicas que coloca lado a lado a relevância da cooperação norte-

-sul e da cooperação sul-sul. Muito se fala de cooperação sul-sul, mas ela é ainda muito pequena em termos quantitativos quando comparada com a cooperação norte-sul dos países membros do CAD e da OCDE. Ainda hoje em Moçambique, cerca de 40% do orçamento público fecha a conta graças ao apoio de 19 países doadores do CAD e da OCDE, que estabelecem condicionalidades. Cooperação norte-sul tem condicionalidade política; cooperação sul-sul, não. O que eu estou chamando de condicionalidade política? A obrigação de seguir determinado modelo de democracia, de padrão normativo de direitos humanos. Os países do Norte acham legítimo e justificável que isso seja usado; os países do Sul – pelo menos China, Índia, Brasil, África do Sul e México, que está se convertendo – não aplicam os princípios de condicionalidade política em suas práticas e programas de cooperação.

A cooperação sul-sul vem crescendo expressivamente ao longo dos anos. Isso é um reflexo da própria mudança geopolítica e da mudança da economia política internacional, independentemente da conjuntura política e econômica que atravessa o Brasil. Existem dados estruturais sobre o peso e a importância da economia brasileira no mundo e evidentemente da economia chinesa no mundo, da economia indiana e assim por diante. Isso se reflete, haja vista todos os estados capitalistas, evidentemente, no uso de uma ferramenta política chamada cooperação internacional para o desenvolvimento, no caso da cooperação sul-sul e em suas agendas de política externa. Huntington escreve no seu texto de 1971: “Os estados vão usar a cooperação como ferramenta política quando ela for mais eficiente do que outros instrumentos.” Claramente, se for mais barato fazer ajuda externa do que cooperação militar faz-se cooperação, porque é mais bem vista. Quer dizer, aquele que coopera vai ter um ganho simbólico político superior em termos de *soft power*, porque o país não vai fazer cooperação militar, que é vista com maus olhos. Se não resolver por meio de cooperação, tiver

de fazer cooperação militar, faz-se, qual é o instrumento eficiente? Tornar a cooperação um instrumento de política externa, essa é a proposta do Huntington.

Os estados do Sul estão fazendo isso cada vez mais sem julgamento de valor. Se isso é bom ou ruim, a questão não é essa. Se há contradições gigantescas é outra questão, mas os estados do sul usam também a cooperação como uma agenda de política externa. Os países que se destacam na cooperação, evidentemente China e Arábia Saudita, são os principais por razões totalmente diferentes; com padrões e critérios totalmente distintos; tipos de investimento e de destino geográfico totalmente diferenciados, mas são os dois países que se destacam. A Turquia recentemente ampliou muito sua política de cooperação, sobretudo em função da crise dos refugiados no Oriente Médio. Esses são os principais países que se destacam em termos quantitativos no cenário da cooperação sul-sul. O professor Vizentini mencionou Cuba, um caso muito claro de cooperação sul-sul. Antes de ser assim chamada, Cuba já fazia cooperação no campo da saúde, da educação, e também militar. Segue sendo muito atuante: se for a Moçambique hoje vai encontrar muitos agentes de saúde, muitos médicos cubanos. Vai encontrar médicos e agentes de saúde da Coreia do Norte. Você encontra todo o eixo do mal fazendo cooperação em Moçambique. Mas isso não aparece em termos quantitativos porque é uma cooperação muito barata, tem um viés ideológico e muito antigo, filosoficamente profundo de solidariedade com o país, enraizado e capilarizado na sociedade cubana. Há países que não aparecem nas quantidades, mas que não significa que qualitativamente não façam diferença no terreno. A grande maioria dos países, aqui vocês têm o foco geográfico, então a Arábia Saudita coopera fundamentalmente com países do Oriente Médio, tem sempre uma ênfase grande na proximidade geográfica. O caso do Brasil eu já falei: América Latina e países

africanos, sobretudo os países africanos de língua portuguesa, digamos a maior frequência do destino geográfico. A Turquia vai trabalhar muito com os países da Europa, dos Balcãs e da Ásia Central, onde há minorias turcófilas. A TICA foi criada em 1992, cinco anos depois de sua similar brasileira ABC, mas tem um grau de institucionalização bastante grande, está situada burocraticamente sob comando direto do primeiro ministro, com grande descentralização – tem cerca de 15 escritórios no mundo, nas regiões onde ela atua. A ABC não tem ainda essa prática de descentralização de escritórios.

As quantidades não expressam coisas semelhantes, são só números e os números são aqueles divulgados pelos próprios estados. No caso dos membros do CAD e da OCDE, existe uma parametragem estatística que os torna comparáveis; já no caso dos países do sul não existe essa mesma capacidade de comparação. Mas é interessante ver o patamar onde se situam esses países. Por mais importantes que sejam, por mais relevantes que se estejam tornando no cenário internacional, quando comparados em termos de valor da ajuda oficial para o desenvolvimento dos países do CAD, são valores pífios quando se compara uma economia política de um estado nacional e a quantidade de recursos destinados à cooperação para o desenvolvimento. É bem verdade que nos mecanismos de governança global também existem essas disfunções. Se nós olharmos para o Fundo Monetário Internacional, a Bélgica vota o dobro do Brasil, então digamos: a minha resposta para os colegas do norte, quando eles me trazem essa crítica: o dia em que o Brasil votar o que deve votar no Fundo Monetário Internacional, ele aumenta sua cota na cooperação, porque existe também uma discrepância muito grande nesses mecanismos de governança global, mas esse é outro tema.

Quanto à cooperação brasileira no mundo, os dados são lacunares. Há grande problema de transparência e de produção

regular e sistemática de dados. Não se trata aqui de apontar o dedo contra nenhuma instituição, não estou fazendo uma crítica institucional ou a pessoas. É uma questão doméstica. Acho que se fez um grande avanço quando o IPEA e a ABC se juntaram para produzir os dois primeiros relatórios, mas isso ainda é insuficiente: o último relatório de 2013 cobre somente o ano de 2010. Mesmo que tenha diminuído, isso tem de ser objeto do debate político, do debate acadêmico nacional. Mas digamos que esses são os destinos, só para corroborar um pouco a ideia de que o foco é a região da América Latina, sobretudo o Haiti, líder em atividades de cooperação, quando se analisa por estados beneficiários e pelo continente africano, sobretudo os cinco PALOP. Duas observações que eu gostaria de fazer sobre a importância do Fundo IBAS, que não decorre, no meu ponto de vista, da quantidade de recursos – nossa primeira tentativa de coalizão de países do sul para construir um esforço multilateral e institucional, com algum grau de transparência dentro do sistema das Nações Unidas, valorizando a dimensão e a natureza universal da ONU, particularmente porque o Fundo IBAS funciona junto ao PNUD. Com projetos implementados em alguns países africanos, no Haiti, no Timor-Leste e também em Bangladesh, há alguns países beneficiários, poucos; mas não é na quantidade que se pode enxergar alguma tentativa de construção de diferença, de distinção, mas no aspecto de coalizão de países semelhantes construindo institucionalmente seu modelo de cooperação sul-sul. Acho isso um esforço interessante, tem de ser acompanhado, tem pouco tempo de existência para saber exatamente se vai prosperar.

O papel da Embrapa em termos de cooperação técnica ofertada diminuiu muito. A Embrapa tem alguns escritórios no continente africano, tem alguns projetos de destaque, como o Cotton-4, um dos grandes casos bem-sucedidos de projeto de cooperação entre a Embrapa e países africanos. É claro que está

bastante ligado a outra agenda de política externa: a de negociação comercial multilateral. Permanecem os fundos e a capacidade de atuação do Brasil, do Instituto Brasileiro do Algodão, dentro do Cotton-4, mais especificamente 5(Five), porque os recursos vieram do resultado de um contencioso entre Brasil e Estados Unidos. Digamos que tem uma ligação muito clara entre a solução de um problema no âmbito da OMC favorável ao Brasil, que alavancou uma agenda de cooperação. Acho que deve ter sido pensado pelos diplomatas brasileiros, pois é um mecanismo de alavancagem da agenda de cooperação a partir de uma lógica de contencioso na OMC. Há também o caso do ProSavana, que mobilizou tanto a sociedade civil brasileira, japonesa e moçambicana, no sentido de revelar o outro lado da medalha. Quer dizer, o deslocamento obrigatório de populações. Geralmente se fala que 60% das terras aráveis do mundo se encontram no continente africano, mas elas têm dono, tem gente trabalhando nelas, tem camponês vivendo e produzindo alimentos nessa terra, não é terra de ninguém. Às vezes, existe inclusive um estatuto: constitucionalmente, a terra em Moçambique é coletiva, um sistema semelhante ao que havia no México antes do NAFTA, porque após o NAFTA isso muda constitucionalmente no México. Há uma ideia de propriedade coletiva da terra, evidentemente que tudo está *sub judice*. O Brasil e o Japão nessa cooperação, Moçambique talvez trazendo uma série de contradições de sua realidade rural, agrícola; alguns falam de dualidade; do meu ponto de vista não é exatamente dualidade, porque pressupõe alguma simetria entre os dois, e o que a gente tem no modelo agrícola brasileiro é uma hegemonia do agronegócio; não é um modelo exatamente de dualidade, mas é um modelo hegemônico do agronegócio, com algumas externalidades positivas sobre o modelo de agricultura familiar. Digamos que esse mesmo tipo de contradição se exporta por meio de uma agenda de cooperação.

A cooperação brasileira também é atravessada por tensões e por contradições de interesses públicos e privados que precisam ser debatidos e pesquisados. Os PALOP ocupam um lugar de proeminência e não poderia ser diferente, até por questões evidentemente históricas, linguísticas, culturais e de importância da própria CPLP para a política externa brasileira. Outro estudo que fiz para a UNESCO sobre a atuação do Brasil em cooperação educacional mostra a importância do programa PEC-PG e PEC-G. As duas regiões mais valorizadas, uma vez mais, são América Latina para pós-graduação e PALOP para graduação. Ainda hoje há certa divisão do trabalho, os latino-americanos vêm ao Brasil estudar mestrado e doutorado e os cidadãos dos PALOP, dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa, vêm fazer graduação majoritariamente, embora haja muitos, sobretudo moçambicanos, fazendo mestrado e doutorado no Brasil. Eu sempre brinco no antigo IUPERJ, atual IESP, que houve uma tradição de moçambicanos fazendo mestrado e doutorado em ciência política. Todos voltam para Moçambique e vão para o partido de oposição. A gente não está formando conformistas, isso é um problema. Imaginei que seria mais do mesmo, ou seja, o Brasil e os cinco PALOP, o que se revelou verdade ao desagregar dados e situá-los geograficamente em categorias precisas. Essa pesquisa mostra uma grande competição pela formação de elites entre Brasil e Portugal nos cinco PALOP. A antiga potência colonial segue disputando lado a lado com o Brasil a formação de elites. Um país em que o Brasil se destaca de longe em relação às grandes potências no campo da educação superior de cooperação é Guiné-Bissau. O Brasil tem uma enorme parcela de responsabilidade; aproximadamente 70% a 75% do total que é gasto em educação superior na Guiné-Bissau vêm do Brasil. Se algo der errado na futura geração de Guiné-Bissau, sabe-se também de onde vem a responsabilidade; a gente terá uma boa parcela de responsabilidade histórica. Quase a totalidade do que o

Brasil faz em cooperação educacional é educação superior (PEC-PG e PEC-G). O Brasil praticamente não faz cooperação em educação básica, em educação fundamental e ensino médio. Aqui o Brasil se destaca ao lado de Portugal, Coreia do Sul e Espanha.

Por que, o que alavanca e quais são as dificuldades dessa cooperação brasileira? Acho que a cooperação brasileira é muito tributária de uma institucionalidade forte do Ministério das Relações Exteriores. Não são muitos países que têm essa cobertura gigantesca, planetária de embaixadas, de delegações, de representações diplomáticas, com o número de funcionários diplomáticos e de outros tipos de funcionários, não necessariamente atrelados às prioridades de política externa. Washington tem que ser o primeiro posto em termos de quantidade, afinal de contas são os Estados Unidos; as Nações Unidas, o segundo – até aqui digamos que há muita coerência entre política externa e número de pessoas trabalhando nos postos - em terceiro lugar vem Paris – que não inclui a UNESCO. Parece que em alguns momentos há uma desconexão entre importância de política externa e quantidade de diplomatas e funcionários administrativos, além de oficiais de chancelaria trabalhando nos postos. Há algumas disfuncionalidades do diálogo entre a ABC e as embaixadas. Por exemplo, eu fiz uma entrevista com o representante do Brasil, ministro-conselheiro que estava representando a embaixada em Maputo, e naquele momento a ABC havia descentralizado uma funcionária para Maputo fazia seis meses. A primeira pergunta que eu fiz foi como estavam as relações com essa nova funcionária, como era sua avaliação. E a resposta do embaixador foi: essa menina chegou a Maputo há seis meses e eu ainda não a encontrei. É institucionalmente disfuncional que uma funcionária de uma agência brasileira de cooperação, que é um departamento do Itamaraty, chegue a uma embaixada não tenha sequer ido cumprimentar, saudar o representante brasileiro. Trabalhar, enfim, ela estava trabalhando no escritório da Embrapa.

Isso revela que não existe uma carreira estruturada dentro da ABC, não existe uma política de cooperação bem montada no Brasil para torná-la um efetivo, do meu ponto de vista, instrumento de política externa do Brasil. Acho que esse exemplo é revelador dessa disfuncionalidade.

Outra dimensão importante é a chamada diplomacia presidencial. É claro que a cooperação sul-sul brasileira não nasceu com o presidente Lula. A cooperação africana, a cooperação do Brasil com a África nasce nos anos 60; as primeiras tentativas de diálogo com o continente africano vêm da Política Externa Independente. Ganharam relevo no pragmatismo responsável, foram retomados os diálogos com o continente africano a partir da Nova República. A fundação da CPLP se dá no governo Fernando Henrique Cardoso, porém é nítida a densidade maior que foi dada à agenda de cooperação sul-sul no governo Lula. Ao mesmo tempo, a perda ou certa perda de relevância dessa agenda no governo Dilma. Isso é para dizer que a política externa muda de acordo com os governos. Há uma continuidade na política externa, mas ela também é uma política governamental, uma política pública *sui generis*. É normal que ela tenha colorações de coalizões partidárias que estejam governando. Essa coloração do governo Lula, com a ênfase na agenda sul-sul foi o que despertou tanto a atenção da academia brasileira internacional sobre o papel do Brasil nas agendas de cooperação sul-sul.

Outra variável complicadora é a internacionalização das empresas brasileiras, paralelo ao processo da cooperação pública; gera atenções, contradições, em alguns casos pode gerar benefícios. A Vale, por exemplo, financiou com cinco milhões de dólares o projeto da FIOCRUZ para criação da Sociedade Moçambicana de Medicamentos em Maputo. Não significa que a Vale seja desinteressada do minério de carvão em Moçambique, mas ela deu seu aporte de responsabilidade social. Mas existem evidentes

tensões entre interesses públicos e privados e, na falta de uma institucionalização maior dessa política de cooperação, as tensões tendem a ser maiores, mais opacas, o que também, do ponto de vista da institucionalidade democrática, parece-me um elemento grave para que a gente possa debater pública e politicamente. Isso não é um problema só do Brasil: em 2008, estava dando aula na Complutense de Madrid e o governo espanhol fez o lançamento do seu novo relatório, e qual era o primeiro destinatário da ajuda oficial espanhola em 2008? A China. Agora, desde quando a China precisa de cooperação espanhola para se desenvolver? É muito evidente que o que acompanhava a agenda de cooperação espanhola com o governo chinês era o seu processo de internacionalização, de abertura de mercados. Isso não é um elemento exclusivo, não é uma marca brasileira. O capitalismo produz contradições no Brasil e em vários outros países. A questão é qual o grau de institucionalidade dessa política para que se possa ter algum grau de controle democrático sobre os seus contornos, diálogos e avaliação dessa política. O discurso, o regime simbólico da cooperação sul-sul brasileira, aquilo que o Brasil anuncia e faz ou desfaz a cooperação, ressalta o legado histórico comum, não usa condicionalidades políticas, compartilha experiências, nega a ideia de doação e procura praticar a noção de parceria. Com responsabilidade, não intervenção em temas domésticos, cooperação entre estados; esses são elementos muito distintivos da cooperação sul-sul em relação à cooperação norte-sul. São cooperações entre estados, e têm seu viés positivo porque são não ingerência em temas domésticos; é o respeito pela soberania do outro. Por outro lado, isso tem seu viés negativo que pode estar eventualmente contribuindo para a manutenção de certos autoritarismos ou políticas de controle da sociedade civil e assim por diante. Então nada é preto ou branco evidentemente.

As dificuldades da política de cooperação são claras, muito embora se percebam os patamares aos quais se chegam em 2012, quando comparados com 2009; ou em 2013 quando comparado com 2008, e assim por diante. Os patamares vinham sendo mais elevados do que no início dessa política; são dados de 2005. Os desafios para a política de cooperação sul-sul no Brasil no continente africano consistem em: produção sistemática de dados, dados produzidos com clareza e regularidade, sem exclusão, porque hoje há boa parte da cooperação brasileira que não se sabe o que é, porque não estão nos dados. E sem dupla contagem, porque também é causa de problema: a transparência desses dados. A definição política de normas e objetivos; não se sabe muito claramente o que o estado brasileiro quer hoje com a cooperação sul-sul. A coordenação entre atores e grupos de interesse, atores institucionais, uma nova ABC são pontos de interrogação. Eu sei que isso está em discussão dentro do Itamaraty hoje, com recursos humanos próprios, com orçamento, marco legal. Boa parte da cooperação que se faz é feita de forma *ad hoc*. Não se têm parâmetros legais e jurídicos que propiciem a condução eficiente e efetiva dessa cooperação. Diálogo com a sociedade civil e eventual participação; há uma experiência acumulada em atores da sociedade civil brasileira, e que não são necessariamente mobilizados nos projetos, que são sobretudo conduzidos de estado a estado, e o Brasil faz muito uso de sua burocracia pública para fazer cooperação sul-sul. Não estou dizendo que seja necessariamente ruim, mas há talvez uma lacuna a ser aproveitada no âmbito das experiências disponíveis na sociedade civil brasileira. Um ponto de interrogação: qual é o papel para o setor produtivo, para o setor empresarial? A gente sabe que tem um papel, mas qual é o papel desejado e esperado das empresas na política de cooperação? E uma pedagogia junto à sociedade brasileira; eu prefiro usar sociedade ao termo opinião pública. Explicar o porquê, o como, ou seja,

construir uma ideia de legitimação social dessa política pública a ser construída de cooperação para o desenvolvimento do Brasil com os países africanos e com os países latino-americanos. Muito obrigado pela atenção de vocês.

Moderador – Gostaria em primeiro lugar de agradecer a aceitação do convite e elogiar pela palestra. Como coordenador do seminário não costumo fazer perguntas, nem intervenções ao final da palestra, até porque eu vou fazer uma palestra amanhã sobre a política externa brasileira para a África, quando vou expor minha opinião sobre vários dos pontos mencionados durante sua palestra, mas eu gostaria de fazer pelo menos uma observação que eu acho importante em relação à frase que é atribuída ao ex-ministro Celso Amorim. Como ex-assessor dele, sei exatamente de onde vem essa frase. Essa frase vem do professor Calestous Juma, queniano, da Harvard Kennedy School, africano e africanista. Há certa diferença entre essa frase ter sido dita por um ex-ministro brasileiro, fica parecendo enorme narcisismo para não dizer etnocentrismo, ou essa frase ser dita por um professor queniano, africanista, mesmo que estudando na OCDE. A frase exata que ele diz é: *For nearly every African agricultural challenge there is a Brazilian solution that could be shared*. Gostaria de saber se essa frase dita por um africano africanista muda ou não? Só para precisar exatamente a origem e pedir sua opinião se isso de alguma forma muda a sua visão sobre a frase. Obrigado.

Sra. Deise Moura (Universidade Federal de Pernambuco) – Bom dia. Eu sou Deise Moura da Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente coordeno o NEAB, que é o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro. Queria parabenizar pela excelente aula e dizer que fiquei muito provocada com sua colocação especificamente quando fala do caso de Guiné-Bissau. Em Pernambuco, a gente constata a presença de um nível constante e intenso de estudantes

guineenses, angolanos e de vários outros países. Mas os guineenses de certa forma têm uma presença bem incisiva. E quando você falou de nossa responsabilidade, dos processos de informação; eu queria que você discutisse um pouco mais. Em Pernambuco, temos essa preocupação. Principalmente no diálogo com os estudantes, quando eles falam da preocupação de retornar ao país na atual conjuntura política e também devido ao desemprego. Então a gente acompanha todo um processo de solidão e de dor por estar distante; de felicidade por estar-se formando, da construção realmente de bons quadros e a preocupação com o retorno. Que análise você pode trazer já que a responsabilidade também é nossa e você falou tão bem sobre isso? Atualmente, com a cooperação sul-sul e com a preocupação da construção de uma pedagogia junto à sociedade. Como de fato o Brasil vem cooperando especificamente em Guiné-Bissau? Temos uma preocupação em atuar também na mudança daquele quadro? Digo isso porque a conjuntura política é tão caótica e acompanho de fato a tristeza dos estudantes. Obrigada.

Sr. Rafael – Bom dia. Meu nome é Rafael. Eu queria fazer uma pergunta relacionada ao BRICS. Na verdade, eu queria saber se esse novo banco do BRICS e o Banco de Investimento de Infraestrutura da Ásia, liderado pela China trariam mudanças nesse aspecto da cooperação sul-sul, já que o aporte de investimentos previstos é de 50 bilhões, o que aumentaria bastante. Essas novas instituições trariam mudança no parâmetro da cooperação para, pelo menos em termos quantitativos, um aumento da cooperação sul-sul em relação à cooperação norte-sul?

Interlocutor não identificado – Professor, muito obrigado pela sua palestra. Na verdade, eu queria fazer uma pergunta, mais uma curiosidade do que uma pergunta consistente. Na sua palestra você trabalhou muito uma polarização entre cooperação sul-sul e cooperação norte-sul. Você inclusive citou o fórum IBAS como

modelo, de multilateralização da cooperação sul-sul, ou seja, um fórum onde isso pode acontecer. O que eu fiquei de perguntar é se na sua pesquisa você tem conhecimento de outras pesquisas que trabalhem justamente com modelos mistos. Estou pensando, por exemplo, no caso da CPLP, que você tem um país do norte, que é Portugal, e os outros todos são países do sul. Onde no fórum de cooperação você tem de trabalhar com as duas concepções. No caso da CPLP acaba que prevalecendo um pouco o modelo sul-sul porque há mais países do sul. Penso também nas organizações ibero-americanas, onde há dois países do Norte, e os outros são do Sul. Existe alguma pesquisa sobre como funciona essa dinâmica em “ambientes mistos”? Obrigado.

Sr. Carlos Milani (IESP-UERJ) – Muito obrigado pelas questões, comentários e ajustes. Admiro muito a passagem do embaixador Celso Amorim a frente do Ministério das Relações Exteriores. Acho que se houve política externa ativa e ativa, ele é um dos grandes responsáveis pela construção dessa narrativa, desse discurso de tamanha relevância para a inserção internacional do Brasil, de uma forma mais autônoma, menos tributária e submissa. Acho isso muito importante. Acho importante também ter feito esse ajuste de situar a origem da fala em um africano, embora professor de Harvard. Mas mantenho a minha crítica no sentido de que, mesmo que tenha vindo de um africano, acho que caberia a nós brasileiros matizar essa enorme expectativa. O excesso de expectativa depositado na capacidade brasileira de dar soluções para os problemas africanos. Acho que somos muito impulsivos às vezes nas promessas que a gente tende a fazer aos amigos, colegas e representantes de estados africanos. Falta-nos um diagnóstico geral da burocracia e do estado brasileiro e das capacidades estatais. Não se têm capacidades estatais de implementação de todas as promessas que fazemos. Caso se prometa encontrar uma

solução brasileira para cada problema africano, acho que não se vai fazer outra coisa a não ser pensar nisso. Eu acho que repetir a fala do professor africano de Harvard, mesmo que seja a fala de outro, poderia ser matizada com um pouco mais de modéstia, porque isso pode ser muito mal interpretado por nossos amigos, colegas e representantes dos estados africanos. Pode ser um pouco presunçoso imaginar que há uma solução para cada um dos problemas africanos. Talvez haja problemas africanos que a gente desconheça, porque existe uma realidade muito ampla, diversa e que se conhece pouco. Nós mesmos não conhecemos o nosso Brasil, conhecemos pouco nossas próprias realidades.

Deise Moura, de Pernambuco, não sei se tenho uma resposta para sua questão, mas acho que sim, existe uma grande responsabilidade nossa em termos de formação. É uma situação tremendamente contraditória de reconstrução do estado bissau-guineense. Acho que uma vez mais tem de haver muita modéstia da nossa parte. O Brasil não vai ser responsável pela construção do estado bissau-guineense. São eles que têm de se responsabilizar por essa construção, mas o Brasil pode fornecer elementos. Enquanto se mantiverem essas dificuldades da construção do estado de Guiné-Bissau, vai ser muito difícil impor que eles retornem, porque a gente não sabe qual é o tipo de vida que podem esperar esses estudantes ao terminarem o mestrado ou o doutorado aqui no Brasil. Acho que, ao criar as universidades federais da UNILA e da UNILAB e estabelecer que 50% do seu plantel sejam professores, no caso da UNILA, latino-americanos, e, no caso da UNILAB, de africanos. O governo brasileiro tenta um modo de se aproximar e de assumir uma parte da responsabilidade nesse processo de construção de diálogo com o continente africano. Eu acho que o Brasil coopera com o continente africano também por razões domésticas, porque a gente tem uma grande dificuldade de integração nacional brasileira, de percepção por parte de

determinados segmentos da elite de que o Brasil tem várias cores. A meu ver, essa aproximação com o continente africano também foi instrumental para legitimar e justificar políticas públicas nacionais. Esta é outra vertente analítica: buscar na política de cooperação uma fonte de legitimação de políticas públicas nacionais, por exemplo, as políticas de cota no campo do ensino superior no Brasil causaram um grande debate.

Sobre os BRICS, acho que a gente tem de esperar para ver o que vai ser o banco, do qual sabemos ainda muito pouco. O pouco que sabemos é o que o Paulo Batista Nogueira Júnior publica. Há pouca transparência sobre o andamento da construção institucional do banco dos BRICS. Existe muita preocupação sobre o que pode surgir em termos de critérios, mas definitivamente há um esforço de institucionalização de procedimentos para alocação desses recursos. É necessário definir procedimentos, relatórios de impacto ambiental e social; enfim, uma série de mecanismos procedimentais. No desenho institucional e no desenho dos procedimentos é que se vai poder eventualmente enxergar alguma distinção em relação a outros bancos.

Chegamos em um momento da pesquisa sobre cooperação sul-sul em que se pode fazer duas constatações importantes para definir agendas futuras. A primeira é de que é fundamental fazer pesquisa empírica sobre a percepção dos outros a respeito da nossa cooperação. Sabe-se pouco, superestima-se e subestima-se ao mesmo tempo, porque não há uma aferição precisa de como os outros percebem e constroem suas representações acerca do que fazemos em nome da cooperação. Acho que essa é uma primeira via de pesquisa importante a ser galgada nos próximos anos. A segunda diz respeito à necessidade de não mais dissociarmos cooperação pública para o desenvolvimento de investimentos e financiamentos. Um dos maus reflexos: a pesquisa na cooperação é que seguiu muito a definição oficial da cooperação brasileira,

que é a técnica, 100% a fundo perdido. Deixou-se de perceber, empírica e analiticamente, as tensões geradas pelas três avenidas que são paralelas, mas que em alguns momentos se entrecruzam: os financiamentos do BNDES, os investimentos das empresas brasileiras em processo de internacionalização e a cooperação para o desenvolvimento.

A CGIB que publica sobre a cooperação dos países do sul, não tem publicação sobre cooperação feita e comparações entre Espanha, Portugal e os demais países latino-americanos. Certamente seria interessante partir do pressuposto de que a socialização dos agentes em ambientes institucionais plurais pode provocar alguma mudança de comportamento nesses agentes. Partindo dessa premissa, seria interessante pesquisar se há mudança de comportamento de Portugal e Espanha em função do seu contato maior na CPLP ou, no caso da CGIB, com os países do sul ou, pelo contrário, “uma contaminação dos países do sul pelas normas e procedimentos dos países do norte”. Acho que isso acontece também nas formas de cooperação triangular. Já vi pesquisas sobre um viés para o norte da cooperação sul-sul a partir dessa vertente. Obrigado.

PAINEL 11

**A CONSTRUÇÃO DOS ESTADOS MODERNOS
AFRICANOS. A CRISE E CONFLITOS
PÓS-INDEPENDÊNCIA E SUAS ORIGENS.
AS DISTINTAS REALIDADES ECONÔMICAS DO
CONTINENTE AFRICANO PÓS-INDEPENDÊNCIA**

José Flávio Sombra Saraiva



Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Boa tarde, senhoras e senhores. Dando continuidade ao Seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento da África do Itamaraty, com o apoio do Instituto Rio Branco, informo que a próxima palestra terá como tema “A construção dos Estados modernos africanos. Crises e conflitos pós-independências e suas origens. As distintas realidades econômicas do continente africano pós-independência”. A palestra será ministrada pelo professor José Flávio Sombra Saraiva, titular do Curso de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília. O professor é graduado em Relações Internacionais pela UnB, mestre em História pelo Colegio do México, doutor em Humanidades na área de História das Relações Internacionais, pela University of Birmingham, e realizou seus estudos de pós-doutorado em Relações Internacionais na Universidade de Oxford. Dirigiu por mais de uma década o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, é vice-presidente da Comissão Internacional de Relações Internacionais. Tem experiência na área de História Contemporânea, Brasil Contemporâneo e Relações Internacionais. Escreveu e organizou 13 livros, editados no Brasil e em vários outros países. Atua principalmente nos seguintes temas: relações internacionais, política externa brasileira, história das relações internacionais, diplomacia, política internacional, processos de integração, América Latina e África. Assumiu em julho de 2014 a direção do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília com mandato até 2018. O conteúdo da

palestra, ressaltamos, é de responsabilidade do palestrante e não necessariamente reflete a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores. Com a palavra, o professor José Flávio Sombra Saraiva.

Dr. José Flávio Sombra Saraiva (Professor da UnB) - Gostaria de iniciar agradecendo o convite muito simpático do embaixador Nedilson, diretor do Departamento da África da nossa Chancelaria, a recepção do meu amigo de bons anos, o embaixador Gonçalo Mourão, diretor do Instituto Rio Branco, ao Jackson, que faz aqui a apresentação, animado com os temas africanos, e aos meus colegas. Observo professores, colegas nossos das lides acadêmicas, estudantes do Instituto Rio Branco; alguns aqui foram meus alunos por aqui ou por acolá; o pessoal da militância, os participantes advindos de setores das organizações sociais, de setores do governo brasileiro, de empresas que estiverem aqui. É realmente um passo extraordinário essa abertura crescente que coincide o pensamento e a ação. Certa vontade de retorno à África que vem se manifestando no Brasil, em quase todos os setores políticos, sociais e econômicos. Há um retorno à África em um momento importante para as relações Brasil-África. Em 1987, apresentei um livro chamado *Formação da África Contemporânea*. Era um conjunto de iniciativas de professores e de autores brasileiros para preparar o ano de 1988, centenário da Abolição da Escravidão no Brasil. Lilia Schwarcz, José Reis, Mourão e muitos outros. Eu era menino em 87, mas atrevido como aqueles que nascem nos sertões brasileiros, para falar em Campinas, na universidade e na Editora Contexto. Uma provocação, uma formação, olha que pretensão! Da África contemporânea. Mas eu tinha 26 anos, tive coragem e fiz parte daquele conjunto de elementos. De lá para cá, passando por esses lugares que foram citados aqui, pela África, em muitas viagens. Estudos desde a Inglaterra e depois em outros elementos de participação, tudo conformando uma coisa muito

interessante. Em 1996, eu creio, lancei o livro que conversava com o grande historiador José Honório Rodrigues, *Brasil e África – outro horizonte*, título sugerido por Guimarães Rosa a José Honório Rodrigues em 1960, quando se anunciava aquela movimentação da política externa independente, tanto na chancelaria quanto no meio intelectual brasileiro. As pressões já advindas dos anos 50, das primeiras leis da discriminação, da elevação do “Les Soleils des Indépendances” de 1960, quando a ONU modificou a Assembleia Geral, porque naquele ano entraram vinte e quatro países no sistema onusiano, modificando inclusive os mecanismos da Assembleia Geral das Nações Unidas, depois do desembarque dos novos estados africanos. Esses eram os estados emergentes. E tudo isso me levou a pensar um pouco nos anos 80 e 90, sobre qual era a evolução desse contato do Brasil com a África do ponto de vista político, diplomático, econômico, social e cultural, quais eram as pontes com o continente. José Honório Rodrigues foi um inventor disso, quase do ponto de vista da literatura. Por suposto que consideramos coisas muito antigas. Estou falando da formação do estado moderno, dos estados recentes da África. E aquilo foi muito interessante, muito importante. A relação Brasil-África; esse encontro. Eu considero aquele livro fundamental. Eu ainda considero aquele livro do professor algo extraordinário. *Brasil e África – outro horizonte*. É um livro clássico, muito importante, que mostra aquelas evoluções. Em 96, depois da volta da Inglaterra e tendo viajado muito pela África em 89, 90 e 91, atrevi-me a escrever um livro chamado *O lugar da África*. Esse lugar da África tem certa lógica: o estudo de períodos históricos desde os anos 60 até o governo do presidente Cardoso, que chamei de ir e vir, ou de oscilações de aproximação e desconhecimento da África. Essas oscilações de aproximação e de recolhimento do Brasil em relação aos interesses das relações políticas dos novos estados, do contato das elites, da diplomacia mais ativa no sistema internacional e

na própria interlocução do Brasil com esses estados que estavam nascendo. Disso surgiu o livro. Eu criei essa ideia de oscilante, que se aproxima, recua, aproxima-se, recua. Essa é uma hipótese ainda sujeita a comprovação, mas em todo caso percebe-se que há uma movimentação importante, sobretudo na última década, de retorno à África. Considero isso muito importante e desejaria que não seguisse a linha daquelas oscilações nas relações do Brasil com a África nos últimos 30 ou 40 anos. Por tal, esta é uma questão importante. Ponho isso de forma muito simples e tentei provar em alguns dos meus livros importantes que considero que advieram de pesquisas empíricas. É muito importante a relação, que evidentemente tem por diante o projeto do hoje, daquilo que foi vislumbrado, a formação daqueles estados a nossa frente, dos quais nos aproximamos e nos afastamos dialeticamente nas últimas décadas. Eu creio que a construção dos estados da África subsaariana, ou da África Negra, porque a África do Norte, ainda que seja África no seu conjunto, tem certa historicidade diferente. A África subsaariana é fonte, sobretudo nesses estudos de diversidade, de experimentos, de autonomias, de adaptação ao sistema internacional, também um ensaio zigue-zagueante, crescente e importante na linha do tempo do desenvolvimento. São três: a aspiração de que essa África contemporânea subsaariana que emerge do “*Les soleils des Indépendances*” dos anos 60 e que tem como ponto inicial histórico reconhecido a independência de Gana em 1957; as independências tardias, como diria Perry Anderson, no caso dos países de língua portuguesa oficial; e algumas independências ainda incompletas no próprio continente. Esses três elementos convergem: a diversidade; as formas múltiplas de construção dos estados modernos na África; os experimentos de tensão entre autonomia e a apropriação do poder político por governos e governança nem sempre democrática, além da linha do desenvolvimento. Parece um pouco com a construção também

de onde estamos. Pode-se falar que ainda não completamos no próprio Brasil as 20 décadas de independência. Ainda não se chegou ao ano 2022; não são ainda dois séculos completos. Por outro lado, a África completou agora 60 anos, se Gana for incluída e os inícios daquilo, elevando Bandung, já agarrada àquela consistência, já se pode falar de 70 anos ou até a existência de elementos comuns nessa fonte de diversidade; de construção de formas estatais e societárias. Os conceitos de autonomia decisória ou a busca de um caminho próprio não é contra ninguém. Nem são os modelos soviéticos, nem o *welfare state* norte-americano, ou inglês, ou as formas chinesas contemporâneas. A África teve seu próprio caminho, em diversidade. Não há um modelo de estado na África.

Creio que o primeiro conceito deve ser o entendimento de que, na África contemporânea, a formação dos modelos estatais emana de um mosaico complexo de diferentes tipologias de estados, ancorados em algumas convergências e em enormes diferenças culturais, étnicas e visões de mundo, que ajudam a entender, pelo menos, as disputas: em alguma medida as guerras sem fim; rebaixar a África a uma única e não múltipla clivagem é o primeiro erro de interpretação. O sujeito vai a Angola, estuda Angola, aprendeu Angola, e fala em África. Está falando de pouca África ainda, por mais interessante que seja Angola e que mais tenha a nossa comunicação. Isso também ocorre bastante com as visões por cima da América Latina. Em sociedades diversas, com países muito diferentes uns dos outros, embora busquem a coordenação, a integração, processos que permitam caminhar juntos. Prevalece então, esse mote. Moçambique, embora possa parecer Angola, não é Angola. A história pré-colonial e colonial desses dois estados recentemente criados, mas que são muito distintas; demonstra o quanto Angola é diferente de Moçambique. Cada vez mais os chineses percebem essas diferenças, mas também nesse caso estão os angolanos: as formas sociais anteriores à

independência, as formas de conflito e as formas econômicas, as culturas borbulhantes, o *swahili*, falado no norte de Moçambique e ausente em Angola. As lagostas africanas de Moçambique podem ser saborosas, mas não são como as do meu Aracati cearense. Quero demonstrar que o importante é a particularidade e a diversidade. Não existe a África de 30 milhões de quilômetros a ser encaixada em um modelo universal impositivo a ser dessa ou daquela forma. Não! Perdoem-me então as teorias de criação de regimes ideais para a sociedade africana, para a economia integrada em todos os seus sistemas e importação de modelos sociais que são perfeitos para tal. Pura conversa! Isto tem a ver, em grande parte, com um catálogo de experiências históricas e humanas dessas sociedades, que não são atavicamente amarradas à história, mas não há presente sem história. Então, há uma quantidade de teorias de política internacional a fazer certa normalização dos regimes africanos políticos. É a alegria da Chatham House, das grandes métricas políticas internacionais, Freedom House, que hoje já publicou a sua nota sobre as democratizações africanas. Dos 54 países, 21 estão em processo democrático! Muito bem, desejamos essas regras, claro, mas como se contabiliza isso se nem inflação a gente aceita? E nem sabe fazer a conta, que é mais métrica, que é matemática? Então os senhores me perdoem, minhas senhoras, meus amigos, isso é um pouco sincrético. Sem passar a mão na cabeça de ditadores, e muito menos de corruptores, é preciso compreender a formação, as tensões, as pessoas e suas histórias. Não estou fazendo defesa de regimes fechados na África; é muito importante agregar essa diversidade que está espalhada em alguns fatos muito importantes e endógenos. Mais do que de extração externa da sociedade internacional para a África, que advém, evidentemente, de fatos domésticos da diversidade africana na construção dos seus próprios estados. Eu tenho, não é uma tipologia, mas eu tenho umas quatro ou cinco narrativas, pequenas

histórias de alguns estados importantes da África, que são formados de bastante outras formas, como de um senhor, como de um líder africano, que foi o primeiro chefe de estado da África subsaariana a visitar o Brasil, convidado pelo Presidente da República. O primeiro estadista africano a visitar oficialmente a capital do Brasil, Brasília, em 1964, foi Léopold Sédar Senghor. Esse foi um projeto extraordinário, altamente altruísta, ativo, propositivo, que explica, em parte, certo desaparecimento do Senegal na história, porque não é desgraça, é altruísmo, de certa continuidade política, econômica, cultural, com um líder extraordinário, que não preferia abraçar Moscou e nem a Freedom House. É o pensamento e o desenvolvimento de uma corrente teórica narrativa, que é a Negritude, em língua francesa. Dacar não é mais a Dacar dos anos 50 ou 60, mas tem muito de 50 e 70 em Dacar ainda hoje, com todas as suas diferenças. Quero dizer com isso que foi um projeto liberal, de corte liberal, quase sempre retirado do estudo da formação desses estados, relativamente integrado ao sistema internacional e a lideranças importantes. Qual era o conjunto conceitual de Senghor na independência do Senegal? Aqui tem a diversidade étnica e das sociedades, mas para conversarmos, precisamos ter uma língua franca, alguma economia, e alguma solidariedade interna na organização das instituições. Esse foi um modelo muito importante. Senghor, naqueles anos, trafegou por todo o mundo como um símbolo de uma nova África em transição para novas formas de estado e de organização. Não expulsava o mercado, não expulsava as empresas francesas e não aboliu o francês. Ao contrário, os dados dos anos 70 até 80, ou até o início dos 90, os dados educacionais da educação pública básica do Senegal eram melhores do que os do Brasil, como fez Nyerere do outro lado da África, o outro grande *founding father* dessas independências, da formação dos estados. Estou falando da Tanzânia. Ninguém sabe o que é a Tanzânia porque o país não

aparece na televisão todos os dias e também não é cópia de ninguém, senão do mualimo, o mestre, o professor, quem? Tanzânia? Nyerere? Foi o homem que traduziu *The Tempest*, de Shakespeare, para o swahili. Há uma coincidência histórica muito importante na Tanzânia, onde há uma língua franca que vem do final da idade média, cruzamento do árabe falado na África Oriental com linhas bantus que permitiram que o norte de Moçambique, a Tanzânia, o Quênia, e parte dos lagos tenham essa língua franca. As crianças são educadas igualmente em swahili e em inglês. Conflito, sim! Mas ninguém fala desse modelo. Isso é muito importante. Foi outro que não precisou, em alguma medida, romper com os grilhões da economia inglesa, que em alguma medida, precisava do chá da Tanzânia. Por onde esse homem passou e até os anos 1990 e início de 2000, quando morreu, é uma referência na ONU, em todas as comissões de que participou, como a de pacificação na África, etc. É outro modelo altivo, de normalização, de adaptação à sociedade internacional. É claro que, voltando para o Atlântico, bem perto de Senghor, houve outro modelo: o próprio modelo do Krugman, em 1957, que haveria escrito o seu livro sobre o *Imperialismo*, como a última fase do neocolonialismo e do próprio imperialismo, provavelmente copiado de Lenin e do Marxismo Ortodoxo. Nem ele fez esse modelo em Gana, mas pouco mais perto dali, um arquipélago de língua portuguesa, Cabo Verde, além de Guiné Bissau, que evidentemente mais tarde, já não nos anos 60, mas nos anos 70, tornar-se-iam independentes com *La ligue de la Liberación*. Esta sim, a forma argelina, ao modelo de Frantz Fanon, que é não apenas o acento no estado, mas o acento na riqueza e na propriedade, que é um pouco nosso Frantz Fanon de *Les damnés de la Terre*. Aqui seguiremos em mais 20 tipologias de formação de estados na África, com essas pequenas narrativas. Eu diria que houve fatores domésticos, diversidades e formas múltiplas nessa constituição, inclusive uma que Perry Anderson chamava de tardias

independências. Há um livro chamado *Later Independence*, de um marxista inglês, publicado nos anos 70, às vésperas da independência dos países de língua portuguesa na África, chamadas assim: independências tardias. Estão claramente mergulhadas no contexto da Guerra Fria. Evidentemente trouxe nova tonalidade a esta primeira argumentação, que é a mais importante e a parte do livro da qual eu tinha me afastado muito nessas conversas sobre a formação das formas diferenciadas de construção das independências na África. Fui lendo aquilo, coisas antigas, estranhas. Penso ter ficado velho, mais triste, mais animado; ou fiquei mais crítico, ou mais bobo, mas certamente mudei. A minha aula sobre a formação dos estados, quando estava aqui na UnB nos anos 80, quando comecei as aulas, não era desse jeito, era mais orgânica. Hoje se vai ficando mais velho, aprecia mais contar história, e a exposição fica menos organizada. É assim a vida, é o que nos faz. Então, eu levanto a hipótese de diversificação de expressões diversas da formação do estado, em contraposição a apenas um modelo de formação estatal na África. Essa é a proposição. O segundo ponto que o embaixador Nedilson me pediu para abordar, assinalo que não vou abordar o assunto. Sou ruim nesse negócio, sou de paz. Não gosto de falar de conflito, impacto, confusão, mas esse é o segundo ponto. Esses conflitos também perpetuam verdadeiros holocaustos. Assistimos o matar o outro que não nos pertence. A boa notícia é que em alguma medida, saltando as métricas, há uma diminuição desses eventos, o que não quer dizer que não venham outros. Depois de Ruanda, todos pactuaram que não iriam mais animar esse tipo de política de extinção do outro para a criação de novos estados. Houve melhora, mas não se sabe onde estão as razões e como delinear essa história. Eu acho que existem elementos endógenos e exógenos à indução interna: o trauma que setores nacionais, étnicos, econômicos e políticos fizeram em torno de certo revisionismo territorial, além

de uma identidade étnica transnacional que amplia sua hegemonia política sobre outros estados. Em Ruanda, isso aconteceu. Mas a outra vertente muito importante são também as condições externas e contextuais da própria região africana, como aqui. Eu creio que ainda há uma base importante para superar esses últimos conflitos, há uma base crescente, e se reconhece que a governança, se não plenamente democrática, tem melhorado na África subsaariana. Agora eu falo dos dados que nem sempre utilizo, mas há certo consenso crescente nas próprias agências de *ratings* de democracia. Há a anotação de que há uma evolução relativamente positiva no que tange à constituição dessa nova governança. Na nossa região, digo da língua portuguesa na África, a superação de Angola da sua grande guerra foi uma coisa muito importante para a normalização, para a retomada de uma internacionalização desejada. Cabo Verde quase sempre esteve em paz, e a Guiné-Bissau teve suas dificuldades. São Tomé e Príncipe está ali. Creio, portanto, que as lutas de independência, as estruturas dos estados diferenciados, a violência e a guerra civil, os clássicos casos como o caso do Zaire, como da expressão tardia à independência e das guerras nossas, atenderam a uma terrível transição provocada pelas elites locais, pelo contexto internacional e pelas resistências em grande parte das próprias metrópoles para se manterem hegemônicas em casos de intervenções e de arranjos políticos, que muitas vezes são administrados pelo próprio Conselho de Segurança da ONU. Há muito estudo sobre isso, mas eu não gosto de falar muito de guerra e conflito. Acho que a evolução dos estados e das sociedades africanas, com esse cuidado inicial de diversidade, avançou. Agora gostaria de comentar a nível mais conceitual, que considero haver uma transição positiva para um patamar de inserção no mundo hodierno. Nem sou defensor daquela África que a gente se surpreende a cada vez que certos regimes retornam ao uso da força. Entretanto, acho que há três linhas de observação

e de criação positiva, do ponto de vista político, econômico e cultural. Diria que se trata do reconhecimento de que há um avanço gradual de processos de governança nesses regimes políticos que vêm contendo os conflitos armados. Isso é mais ou menos ponto pacífico na literatura contemporânea sobre as guerras na África. Elas perderam quantitativamente, cada um pode dizer seus números. A África nunca foi esse continente diverso, nunca esteve só, sempre teve suas ligações mediterrâneas, atlânticas, asiáticas, intra-africanas. Nessas conexões internas, tanto do ponto de vista político quanto econômico, adaptou-se e está em grande movimento. Esse é o segundo ponto, em grande movimento de adaptação ao desempenho macroeconômico, considerado satisfatório e alicerçado na responsabilidade fiscal e na preocupação social. Nesse momento, é possível dizer: você está falando de onde? Da África? Ou está falando da América Latina, ou dos novos estados asiáticos, ou da Europa Oriental, ou do próprio Brasil? Essa frase serviria para o Brasil, obviamente. Há uma transformação que não é africana, mas que na verdade é global. A necessidade de acoplar a sobrevivência econômica e política das elites governantes dos países africanos exige a adaptação aos desempenhos macroeconômicos satisfatórios da grande regulação internacional, centrada sobre o sistema financeiro internacional. Trata-se da própria economia política global. Emergem a África, o Brasil e a América Latina, em uma integração mais viva e mais próxima da economia global. E qual foi a saída histórica dessa deficiência do crescimento econômico africano, causa de muitos conflitos? Não está separado do problema político. Aquilo que em parte levou ao crescimento econômico brasileiro entre 2002 e 2010, resultado da exportação de commodities, cumprindo certo papel que não foi empurrado apenas para a África, com seus minerais e com suas capacidades de participar da partilha global. Quando se leem os relatórios do Banco Mundial, do FMI e das

agências de *ratings* em 97, 98, ou 99, parece que não há destino para a África. Quando se chega a 2002 e 2003, tudo muda, acontecendo o mesmo com o Brasil, com implicações nas governanças internas dos estados africanos, em suas realidades políticas, com a presença crescente da economia global sobre os regimes políticos africanos. Esse não é o grande governante, não é o grande *hegemon*? É algo para se pensar também. Há claramente uma elevação de riqueza, de prosperidade. Nos anos 80, a média de crescimento estava na faixa de 1.5% ao ano para todo o continente africano. Nos anos 90, o crescimento ficou em torno de 1,2%. Entrou em 2002 e 2003, e de lá para cá, o cálculo médio do PIB de 54 estados é de 5.2% a 5.3%, de crescimento econômico ao ano. Isso levou a que nessas sociedades emergissem setores importantes: uma classe média com o conceito de consumo, estudo, e de trabalho. Há indicadores, não sei como é que se faz essa conta, mas há indicadores de que há pelo menos 300 a 350 milhões de africanos que se parecem um pouco com esses que aqui também na era Lula, em alguma medida, ficou também evidente a emergência dessas sociedades. Penso que isso é muito importante porque conheço muita gente dessa sala; muitos que sabem mais do que eu; e estão indo mais para a África. Não são só os jovens diplomatas, mas os colegas, professores, gente que anda mais por lá agora. Essa garotada é igual a nossa aqui em Luanda, em Abuja; todos com seus celulares, todos com suas motocicletas. Há uma urbanização crescente; cidades imensas, aumentando; carro em cima de carro; bicicleta; aquela bagunça nas grandes cidades, nas grandes metrópoles. É gente em emergência, em ascensão. Isso é muito importante, porque cria pressões típicas à normalização da sociedade nacional por conta do acesso, algo que me parece importante. Por último, e aí vou às conclusões, para poder conversar. Sempre sou criticado quando apresento isso, porque eu já escrevi na RBPI; nos livrinhos; está nesse último agora que inventei um negócio aqui:

um *pocket book*. Nunca havia escrito esse livrinho assim, mas eu achei bom, porque em vez de a gente encher de adjetivo, de tabela, de citações; sou eu sozinho e pronto, é a minha loucura, é a minha loucura de Dante, *mi ritrovai per una selva oscura*. O primeiro título foi “A África do século XXI”, só tem 140 páginas, pequenino, um ensaio acadêmico. Sou eu falando porque já estou ficando velho, já posso dizer alguma coisa. Então disse aqui algumas dessas coisas, uns não gostam, outros gostam, não tem problema. Os meus amigos me conhecem, eu amo a África, vim menino de lá. Fui um dos primeiros professores desses rapazinhos dos anos 60 e 70. Comecei com a independência de Angola, quando estudava na UnB, e nascia o curso de Relações Internacionais. Só havia aula de guerra fria, de balística, e a política externa do Brasil só preocupada com os despachos e os ofícios do século XIX. Eu pensei que haveria alguma coisa mais interessante para estudar além da guerra fria. Conversei com o professor Brandi Aleixo, filho do vice-presidente. Disse: professor, o senhor sabe tudo sobre a guerra fria, é até jesuíta, e eu gosto muito do senhor. Minha família está cheia de jesuítas, agora não dá para a gente olhar aqui as nossas fronteiras? Depois dessa conversa, começou Rodó, começou Martí, e começou um bocado de coisas, entre elas as aulas de relações internacionais na América Latina. Em 1975 e 1976, aconteciam independências na África e seguindo minhas conversas com o professor, concluímos que precisávamos realizar um seminário sobre África na UnB. Pensei que, quando terminasse a graduação, buscaria o continente. Hoje não precisa mais da CIA, nem do serviço secreto israelense. Tudo está dito, todo mundo sabe antes que se fale. Enfim, acho que há três avanços graduais importantes que modificam a discussão sobre a formação do estado africano clássico: a internacionalização dos estados após a prosperidade alcançada com o desenvolvimento das *commodities*; a agregação de valor ocorrida na África do Sul e parte da Nigéria – setores que se estão desenvolvendo, com melho-

ras na superação de conflitos; e a elevação da autoconfiança das elites africanas por meio de novas formas de renascimentos culturais e políticos. Há maior integração, pressionada também pela emergência de novas classes médias. Se minha apresentação está muito seca é porque os sonhos são maravilhosos, sobretudo aqueles do verão shakespeariano, em que se descrevia a moça mais bela para depois concluir que era um sonho. No dia seguinte, veio outra coisa, veio a *The Tempest*. As dificuldades e as possibilidades africanas, do ponto de vista da inserção, da governança, da prosperidade, e da formação de uma sociedade completa são também nossos problemas, talvez mais agravado aqui e lá em alguns setores. Em síntese, nunca gostei de singularizar a África, porque ela também se parece conosco, e nós com ela. O Brasil tem uma mitologia em torno do africanismo, que, muitas vezes, retira os elementos que chamo de comuns à existência da formação da sociedade de estados, dos conflitos, da possibilidade da paz, da construção da democracia. Para mim, a África avança na medida em que as formas de organização da sociedade internacional evoluem em sua diversidade, tornando-se mais sincrética. Não se trata apenas da ONU, nem dos regimes que são acertados nas capitais dos grandes países, não é apenas a COPE, mas seria por devoção à vida civil, aos direitos e aos deveres. Esse seria, portanto, o anseio universal. Portanto, dessa seletividade do continente africano em relação ao sistema, tratada como coitadinha, dela estou fora. Não defendo esse debate. Foi o pouco que aprendi desde minha primeira aula de África em 1977, passando depois pelo gosto do estudo da África e por esses livrinhos que procurei fazer. Eu não tenho mais nada a trazer de surpresa, ou de novidade; as ideias estão já postas nesses livrinhos, mas quando o professor fala, aprendi com minha mãe, professora, diretora de Escola Normal, e dela trago essas observações que tive dos professores. É o meu cuidado com a seletividade específica da África ainda como

exotismo. Queremos para a África o que queremos para o Brasil e para a sociedade internacional: paz e prosperidade. Era essa a mensagem porque o que não falei está escrito e eu resolvi não ler. Há muitos amigos aqui e gente conhecida que precisavam ouvir assim porque é uma forma de quase se despedir da África dos anos 1960 e 1970, muito diferente do continente hodierno. Hoje a África está integrada. Esses meninos que estão nas escolas do Cairo, de Dar es Salaam, de Durban ou ainda na Universidade de Luanda são pessoas iguais a qualquer outra. Fazem perguntas que nunca foram melhores do que as que ouvi em Oxford. Meus colegas africanos nos tempos de Birmingham, no final dos anos 1980, época do doutorado, eram todos brilhantes. Há problemas nas elites, há problemas econômicos que também temos, mas o desafio da África é o mesmo do Brasil: buscar seu lugar ao sol na agregação de riqueza humana e democrática; inclusão social no seu sentido perfeito. Temos de pelo menos tentar isso, esses programas estão funcionando em muitos estados africanos. Tenho uma visão bastante altruísta sobre as possibilidades, e não tenho medo da China na África. Há hoje pessoas que advogam cuidado com a China, mas sabe-se que a China sempre volta ao seu lugar, sempre para aonde foi o lugar dela. Há um diplomata colega de vocês que fez uma tese extraordinária sobre o século inglês, que começou em 1823, 1824. Baseado em estudos econométricos, é possível dizer que o século inglês começou na terceira década do século XIX e terminou por volta da I Guerra Mundial, quando os Estados Unidos assumiram a liderança com o maior PIB mundial. A Inglaterra é um país que admiro, onde tenho amigos e onde estudei. É um pequeno estado nacional e multiétnico. Há uns quatro ou cinco anos, fiquei impressionado com minha ignorância ao ler o livro do Kissinger acerca da China (*On China*): a explicação que esse homem, conhecedor da China em tempos difíceis, oferece agora para a relação sino-americana é uma beleza. Quando começaram os reinos

na Europa e as hierarquias nobiliárquicas, a China já as tinha 1500 anos antes. As burocracias estatal, fiscal, de exportação, de produção científica, de criação tecnológica já existiam muito antes. O Renascimento perto disso não era nada. Isso aí eram os móveis e a China hoje é um móvel central importante. A China foi para a África para ficar. Porque eu noto às vezes os colegas dizerem que o Brasil se afastou. A China entrou em tudo, basta atravessar aqui a Argentina. Muito obrigado.

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Dando continuidade, em nome do Departamento da África, do Instituto Rio Branco, eu gostaria de agradecer ao professor Sombra Saraiva e, depois dessa estimulante palestra proferida de uma maneira que nos estimula a pensar a África de forma diversa, vou abrir para perguntas.

Sr. Ernesto (IRBr)– Eu me chamo Ernesto, sou aluno do Instituto Rio Branco, da turma de 2014. Eu estava vendo recentemente que se está falando em Nairóbi sobre a construção de uma espécie de vale do silício africano. Já estão lá Google, Intel, IBM, Nokia e Motorola. A IBM criou agora o primeiro laboratório de pesquisas na África, e eu acho que isso vai um pouco ao encontro daquilo que o senhor estava falando desses jovens brilhantes que existem na África e dessa nova classe média. As novas tecnologias móveis permitem que eles possam se conectar entre eles e com o mundo. Eu queria que o senhor falasse um pouco dessas perspectivas futuras de inserção africana a partir dessa nova matriz tecnológica que a gente está vendo aí hoje.

Sr. Victor – Voltando lá nas guerras de independência, é perceptível nas décadas de 1950 e 1960 um trabalho muito atuante de africanos que não estão na África em razão da diáspora e que fomentaram esses movimentos de independência por meio de encontros

internacionais, como o encontro de intelectuais e de artistas negros em Paris em 1955. Minha pergunta vai nesse sentido, como o senhor vê esse trabalho atuante da diáspora? Esse é um dado da questão. E o outro é a percepção de que muitos artistas africanos não se limitam somente a uma militância dentro da sua área de arte mas também dentro da sua área política. O senhor citou, sobretudo, o Léopold Sédar Senghor, que foi o primeiro chefe de estado, também filósofo, a visitar o Brasil. A Miriam Makeba também fez um trabalho extraordinário na África do Sul com o planisfério contra o *apartheid*. Fela Kuti também com Sivuca.

Sr. José Flávio Sombra Saraiva (Professor da UnB) - Sivuca foi durante sete anos, ou seis anos e meio, chefe da banda da Makeba. Ele era o produtor. O nosso Sivuca.

Sr. Victor – E como o senhor vê tanto a questão da diáspora, militando em prol da independência, quanto o vínculo da arte que não se separa da política. Usando a cultura para impedir essa imposição de uma cultura colonial, faço menção a Frantz Fanon, citado pelo senhor, do condenado da terra.

Sr. José Flávio Sombra Saraiva (Professor da UnB) – Isso era Makeba e nosso Sivuca atrás. Os maiores músicos, enfim, vamos voltar para cá. Muito importante o que Ernesto traz, que tem sua bonança, sua riqueza, suas possibilidades, que são a agregação de valor, modificando o modelo das commodities e pondo ciência e tecnologia no chamado corredor oriental da África. Há uma base educacional, da qual falei quando citei Nyerere e há a linha do Quênia até Moçambique, onde existem historicamente boas escolas desde o período colonial, governos relativamente tendentes, como foi o caso do Quênia e da Tanzânia, além de haver um corredor oriental que junta gás, petróleo, minerais e universidades. A universidade de Durban já vinculada a esse projeto, o banco do Brics,

consolidado na penúltima reunião em Fortaleza, deu uma linha de financiamento para o desenvolvimento desse vale do silício no sentido de aproveitar programas, pós-graduação e tudo o mais. Do outro lado está a Índia, também muito interessada. Hoje esse corredor se aponta como uma possibilidade importante de ter a base mineral, além do gás e do petróleo. Interessa igualmente aproveitar certa conexão importante dos engenheiros indianos com as universidades da África Oriental, da África do Sul e passando por Moçambique. Acho tudo isso muito importante; é uma dimensão de que esses grandes estados não podem ser apenas exportadores de produtos naturais, porque é complicado do ponto de vista da renda e do desenvolvimento. Há certa mudança discursiva, mesmo nos documentos, nos ministros de fazenda e de desenvolvimento dos países do corredor oriental. Essa mudança é muito viva, pouco diferente do que ouvíamos há dez anos. As universidades estão sendo equipadas para essas operações pelos indianos; nosso pessoal nas embaixadas da região sabe disso. Isso é positivo. O que seria negativo? Essa base tem outra parte que é justamente a natureza. Diz-se que nesse corredor oriental há muita depredação e extração mineral e de gás. Tudo feito com pouco cuidado do ponto de vista do meio ambiente. Ouvem-se algumas pequenas peças de estudos de empresas ali presentes, também brasileiras. Temos empresas muito importantes na região, há várias e é preciso definir o que queremos para a África e para nós. Há também pressões sobre o descontrole das questões ambientais provocado por essas empresas em torno desse novo vale do silício ligando Moçambique, África do Sul, Tanzânia e Quênia, além dos lagos. Ainda veremos os desdobramentos dessa questão aqui abordada. Ali há relativa paz, um escoamento muito rápido e fácil pelo Índico e as duas potências próximas, que são a Índia e a China.

Ressalto o projeto da Fiocruz, depois de toda a evolução de grande investimento brasileiro na fábrica de antiretrovirais, com

idas e vindas. É digno de nota que os chineses apresentaram projeto em 2012, e depois o Brasil ofereceu pela metade. Aquelas coisas de negociações, mas apareceu recentemente a proposta da Índia sobre o assunto. A única escola de farmácia existente em Maputo é dirigida praticamente só por brasileiros, com estudantes moçambicanos; e a única empresa que agrega valor aos remédios e comprimidos que não se destinam apenas para o combate ao HIV. A Fiocruz está lá e é a única fábrica farmacêutica. Agora os indianos vão botar a deles lá. Agora o que vai haver? O Brasil não será dono da África. O importante é que haja cooperação entre esses atores para a vida cidadã e para o desenvolvimento. Nós não queremos a África para nós, a África é dos africanos. Aliás, é a frase que eu nem pensei pronunciar, mas gostaria de fazer uma homenagem ao meu professor, e que é autor e organizador do oitavo e último número da história geral da África, que trata da história contemporânea – de 1930 até a formação dos estados. Se alguém quiser alguma coisa mais organizada, leiam essas 977 páginas. Fica mais interessante; não é delírio de cearense. Este senhor foi meu primeiro professor, porque não havia no Brasil curso de África propriamente dito. E em busca de pós-graduação, todos foram para os Estados Unidos e para o México. Criou-se no Colegio del Mexico um mestrado em estudos africanos, que era a própria Unesco, com duas universidades americanas e o Colegio del Mexico. Ali Mazrui foi o primeiro professor. Sem dúvida, na BBC em Londres, assistia a muitos programas feitos por ele sobre o fim do *apartheid*. Considero-o o maior professor de história contemporânea africana. Como escrevi o livrinho aqui também para ele, e ao mesmo tempo dedico esse livro a dois representantes do renascimento africano: ao sul-africano Nelson Mandela e ao queniano Ali Mazrui. Tão logo escrevi isso, faleceu o primeiro, e em 2014 faleceu Ali Mazrui. Esse último foi meu professor, um dos intelectuais mais importantes do mundo contemporâneo, pilar do pensamento da África moderna,

subiu aos céus em fins de 2014. O livro saiu em janeiro de 2015. Mesmo no tempo do *apartheid*, quando pisei pela primeira vez na África do Sul, percebi como pessoas especiais moldam a história. Nos dias atuais, quando a hipótese de elevação do continente africano no sistema internacional se faz, há de se lembrar das simples e eternas mensagens de Mandela e de meu professor Ali Mazrui: prover consciência aos atos. Avançar a África na combinação da cidadania e do desenvolvimento, que é também nosso problema. E aí me perdoe o pessoal mais pan-negrismo, eu tenho de dizer o que penso. Aqui também pus: *saber que a cor da pele não é condição natural e automática para a libertação humana*. A UNESCO aqui no Brasil fez um trabalho muito importante de tradução com apoio do MRE e da Universidade Federal de São Carlos. Isso foi muito importante, difícil, caro, e o livro foi lançado em Belo Horizonte. O último volume, que estava em inglês e francês e só tinha dois ou três capítulos em português, circulou pela África nos anos 80. Foi uma grande contribuição ao desenvolvimento dos estudos da África contemporânea no Brasil. É uma coleção importante que elenca autores brasileiros aqui e acolá, os grandes autores africanos, há trabalhos muito importantes. Então, eu diria que o corredor é bom, mas há de prover consciência aos atos. No que tange ao Victor, a lembrança é importantíssima e é até falha minha na exposição. Quero dizer que há uma fonte identitária fora da África muito importante para se entender as independências africanas. Eu até lembrei nesse *pocket* aqui. Veja bem, como em 1963 criou-se a organização da unidade africana, OUA, ela fez agora em 2013 os 50 anos. Muito bem, já não mais como OUA, mas como União Africana (UA). Eu fui, houve lá o seminário acadêmico intelectual, chamado pan-africanismo. Foi muito bom e importante lembrar o que eu acho que tinha desprezado aqui na exposição, que é justamente a força telúrica que tem a ver com os pilares do renascimento africano, de sua autonomia decisória. Isso começa

com gente interessantíssima; começa já no século XIX, e começa no Caribe. Quando eu e o embaixador Mourão estávamos naquelas animações do embaixador Samuel Guimarães lá no Rio de Janeiro, naquelas conferências de dois dias, lembro-me de que o embaixador Mourão fez um comentário de fundação filosófica, e de pensamento político. A questão era se o Caribe tinha contribuído nesse conjunto de raízes intelectuais a respeito das questões de independência. Aqui eu pus uma coisa pequena, muito antes de *Senghor*, que são esses *Emessizer*, que considero fundamental. Edward Blyden saiu da Libéria, naquela constituição de protetorado, com seu pai, ainda criança e converteu-se no pai do protestantismo. Sua volta à Libéria para escrever um livro e fazer provavelmente a primeira *ode* à Independência Continental da África, digamos, ainda 20 ou 25 anos depois do Congresso de Berlim. Esse rapaz de 22 anos escreve o livro *Christianity, Islam and the Negro Race* e constrói um ensaio extraordinário sobre a convivência das três raízes que seriam o futuro da África. Não se podiam cortar as raízes da África, que se chamavam *Negro Race*. O Islã era parte constitutiva, sobretudo no sul do Saara, com toda a sociedade já constituída com o Níger e o Timbuktu e as escolas corânicas. Aquilo foi importantíssimo na formação moderna da África, na formação do Reino do Mali, por exemplo. Foram os primeiros estados de inspiração islâmica, sem radicalismo. Blyden disse então que precisávamos evoluir no encontro dessas três raízes libertadoras do continente. Esse trabalho é uma ode à liberdade, mas também à tolerância e à convivência mútua nas diferentes sociedades africanas. Há um contato internacional das lideranças responsáveis pelas independências africanas; um ementário intelectual que vinha afirmando a igualdade de raça negra, de todas as raças, a liberdade dos povos e de seus descendentes, o controle das terras africanas por seus habitantes originais, conceito este muito utilizado no caso do Fanon. Além disso, discutia-se a abolição dos trabalhos

forçados e dos impostos sucessivos, a abolição no sentido político e econômico de todas as distinções raciais e de classe, que é mais ou menos a bandeira do último grande congresso pan-negrista e pan-africanista: liberdade de comunicação no interior da África ao longo de suas costas; liberdade de associação, de imprensa e de expressão; reconhecimento dos direitos à educação e dos direitos sindicais. Eu acho que o pan-africanismo, em grande medida, foi migrando também de outra linha europeia. Nos congressos pan-africanos de 1919, 1921, 1923, e 1927 observaram-se debates acalorados em torno da questão racial e das identidades, além da proposta do ódio como instrumento de luta. Foi um debate muito grande, uma alternativa cultural à força. Eu vou ler um trecho sobre Blyden: “Já no século XIX ou no início do XX emergiram os principais autores do renascimento africano; ponho isso aí como o início do renascimento africano; postularam correntes de pensamento acerca da cultura e da vida social e material no continente dos baobás”. Uma das primeiras é exatamente o Blyden, que morreu em 1912, há pouco mais de um século. Por meio de seu projeto de explicação da riqueza cosmopolita das culturas africanas, Blyden, um dos pais do pan-africanismo, nasceu em São Tomás e morreu em Serra Leoa. Não morreu na miséria. Foi a Londres e voltou, por conta de seu livro *Christianity, Islam and the Negro Race*. Elaborou uma teoria do humanismo africano, sustentada na ideia de que os africanos deveriam assimilar saberes modernos, eram adaptativos, não eram contra, mantinham-se configurados nas transformações do tempo, em particular aquelas que advinham de novas culturas que perfilavam a África na passagem do século XIX para o século XX. Essa assimilação, no entanto, não significava a negação das diversas matrizes culturais, históricas e das experiências dos povos africanos. Isso é de uma elevação de pensamento difícil de encontrar hoje em filósofos ditos sofisticados. Blyden propôs uma articulação original do cristianismo com

o islamismo e com as cosmogonias africanas. Imagine a coragem de enfrentar uma proposição dessa qualidade. Blyden, intelectual revolucionário, sugeriu o renascimento africano em que a cor da pele não fosse objeto de análise. É por isso que eu sempre volto à questão da negritude: sua proposição era o cosmopolitismo cultural e a convivência consonante de contrários. Seu tema central foi o confronto positivo dos discursos humanistas; cada um deles vale para a África, mas não poderiam ser impostos como única forma de pensar e de construir instituições, normas sociais e políticas no continente africano. É incrível perceber a atualidade dessas proposições. Sobre a perspectiva política, Blyden já anunciava a boa governança democrática na África. Essa proposição é minha, não é de Blyden, fui eu que inventei, não estava escrito. Eu tenho de fazer alguma ligação, arrumar as coisas. Ao observar as condições dramáticas na sociedade liberiana, na qual Blyden se estabeleceu após a diáspora americana no início do século XX. Em especial, criticou a luta contra o conceito desdenhoso e opressivo de massas camponesas na África. Ele tinha horror a isso. Não se chamavam massas, são gente. Não há massas. Blyden anunciou, lamentou e criticou aspectos negativos da futura formação dos estados africanos. Não contei para vocês sobre a manipulação e a exploração das massas trabalhadoras por estruturas econômicas e políticas voltadas para a exploração. Aí vai Blyden. Como Blyden ninguém sabe quem é. Pode ser que alguém abra o Google e encontre. É isso que eu tenho para dizer, Victor. Mas eu gostei mesmo foi do pata, porque eu sempre gostei de Makeba, e eu ainda a assisti e esse último trabalho feito sobre o Sivuca, em 1900. Em 2009 ele morreu, mas em 2007 tocou naquele belíssimo teatro Ouro Preto em João Pessoa, e também no Teatro Santa Rosa. Quem é Santa Rosa? Santa Rosa foi o último presidente da província em que você nasceu. Então é o seguinte: Gadelha está regendo a orquestra, não foi a paraibana, foi a orquestra filarmônica de Recife, não sei mais sua

esposa, não sei quem. Aí eles vão fazer uma homenagem a minha referência, aos anos em que ele foi o maestro, o organizador da banda. Andaram o mundo todo, foi aí que eu conheci o mundo, e foi assim que eu voltei à minha sanfona nordestina, meu sonho. Eu também estou voltando para o nordeste. Daqui a pouco eu vou embora, mas eu apresentei Blyden, por isso eu estou feliz. E nesta sala, que para mim é sagrada, o Mourão sabe bem das minhas paixões, da admiração pela nossa diplomacia, pela história brasileira de construção de importante profissionalização nos negócios externos. Essa é uma força profunda do Brasil que se admira: a escola, e aqui é a escola, em que hoje ele é o diretor. Tenho muita estima e essa reunião tem uma transcendência: é uma semana da África; com essa vida e com tanta gente. Claro, um mais partidário, outro menos, outro mais independente, e outro mais prático, outro mais filosófico, outro mais nas lidas, outros mais interessados em outras coisas. Essa diversidade de percepções e de defesas; sei que disse um bocado de coisa dura aqui, mas eu aprendi com minha mãe: diga docinho quando for apertar.

Sr. Alexandre - Eu me chamo Alexandre. Sobre a consolidação das fronteiras no continente africano, se a gente considerar o contexto sul-americano, em que o Brasil, depois de mais de seis décadas da independência, ainda estava em processo de conformação das fronteiras aqui na América do Sul. E como o senhor disse, considerando que Bandung tem quase 60 anos desde as independências africanas, pergunto: se por um lado é inegável o papel fundamental que o “soleil des independances” teve na conformação dos estados nacionais como modelos de formação estatal distintos, por outro lado também não se pode desconsiderar a influência que existe desde a conferência de Berlim, oposto do respeito à autodeterminação dos povos, fronteiras extremamente artificiais. Hoje existe um continente africano com menos de um

século desde a independência, cada vez mais institucionalizado com a União Africana e a integração também com outros blocos – a África se apresentando como um bloco uniforme de alguma maneira. Queria saber qual que é sua opinião em relação à etapa de consolidação das fronteiras; o senhor acha que já é um processo concluído, ou há alguma previsão de mudança.

Sr. José Flávio Sombra Saraiva (Professor da UnB) - O velho e eterno contexto das fronteiras e do território em relação à sociedade e aos povos. Isso veio da antiguidade, das primeiras sociedades. No caso africano já é regra pétrea. Não se toca, e isto eu tenho de dizer com clareza. É um garante, apesar das dificuldades ocorridas em muitos conflitos nessas transições; é um garante de que se mantenha a paz. Há reivindicações aqui e acolá, há dificuldades, mas foi mais importante a manutenção das linhas de Berlim, do que uma reorganização em que cada um tem o seu mapa, cada um tem a sua fronteira. Achei isso muito importante em Addis Abeba em 2013: a pacificação das lideranças de 54 países presentes, Secretário-Geral da ONU, presidente da China, muitos presidentes. A presidente Dilma foi. Do ponto de vista histórico, há realmente situações em que as populações são muitas vezes segregadas em sociedades em que certas etnias predominam sobre outras em determinados territórios. O quadro clássico da Nigéria, todo entrecortado. No entanto, não se percebe vontade de rever. Esse é o entendimento das lideranças e da responsabilidade evidentemente dos grandes líderes, dos intelectuais, dos universitários. Esse é considerado um debate praticamente encerrado.

Participante não identificado - Persistente no tema da África, minha primeira aula na graduação, ainda nas catacumbas de história, foi com o senhor falando sobre a África. Acho que essa conferência aparentemente errática esconde uma intimidade, senão um notório saber sobre o tema. Foi isso que me motivou

estar aqui hoje. Minha pergunta vai ser um pouco mais objetiva, e se refere aos anos Lula, dos quais o senhor – lembro seus artigos no Correio Braziliense e em outras fontes – de forma um tanto entusiástica com a aproximação com a África, e de fato é reconhecida pelos governos africanos aquela aproximação. E o senhor mencionou também duas coisas importantes nesse samba meio do crioulo doido, mas que deu para perceber alguma coisa: o senhor falou duas coisas que eu poderia destacar: não pensar a África no singular, mas sempre no plural, isso é fundamental.

A segunda menção é não isolar tanto as variáveis. Às vezes o fazemos por conta da didática e por conta da análise, mas sempre tem de ver o que está ao redor.

A questão dessa aproximação que o senhor saudou tanto, apresenta uma variável: a questão dos direitos humanos. Fomos muito criticados pelo fato de se aproximar de governos ditatoriais; violadores dos direitos humanos, conhecidos mundialmente; e de uma forma um tanto pragmática, pergunto ao senhor, não como um mero amigo do Instituto Rio Branco, mas como um intelectual, como o senhor avalia esse pragmatismo? É válido se aproximar mesmo em situações em que os fins justificariam os meios?

Sr. José Flávio Sombra Saraiva (Professor da UnB) - Eu sabia que você viria com um assunto difícil para mim. Eu vou direto e com clareza, pelo menos o que penso. Eu não posso dizer que fui indiferente ao retorno de forma mais ativa e mais angulada da política externa brasileira para a África no governo do presidente Lula. Eu não estive estranho a esse movimento, ao contrário, eu colaborei com muita alegria, porque eu tinha escrito o livro que falava sobre essas oscilações, idas e vindas, trabalho difícil, foi minha tese doutoral, com quatro a cinco anos mexendo em tudo que existia na imprensa, em debates parlamentares, nas documentações, nos ofícios e despachos do Itamaraty, em entrevistas com jornalistas,

entrevistas com quem veio e com quem voltou, com quem não sei mais o quê; tudo foi a minha tese de doutorado. Essa tese tinha esse movimento desde o período da política externa independente, espécie de ir e vir, inclusive demonstrando que em determinado momento do regime militar, sobretudo a fase do ministério Geisel, de Gibson a Azeredo. Houve um ativismo muito importante de busca da África. Quando emergem as proposições de um retorno mais ativo, e como é que eu uso? Escrevendo sobre isso, estudando sobre isso, eu desejo, é óbvio, o desenvolvimento da África. Então, fiquei muito contente e produzi papéis, livros, artigos, e mandei um caderninho de umas 15 páginas para o Lula, dizendo o que ele tinha de fazer. Claro! Eu sou um intelectual do Brasil, um estudante da matéria, sou respeitado internacionalmente por essa matéria, então não vou me esconder, podia ser Lula, podia ser Joaquim, podia ser Maria, podia ser João Raimundo Saraiva, meu pai, podia ser dona Alice, minha mãe, professor, não interessa. Não abraço muito o poder, mas ele existe, precisa. Se eu sou, já que tem esse negócio, então vamos lá. Eu achei isso muito importante, essa aproximação, retomada, de forma estrutural. Isso é um ponto. Os direitos humanos, eu também sou dos direitos humanos, é óbvio, eu sinceramente não gostei das aproximações com esses governos que maltratam a vida humana. Como classificar? Como comprovar? Escrevi tantos artigos de entusiasmo de uma retomada da linha Atlântica com a África, como também escrevi artigos, um dos últimos foi já nesse ano de 2015. O senhor pode abrir o Correio Braziliense de fevereiro ou março, eu apertando os financiamentos daquela escola de samba que ganhou no Rio de Janeiro, como chama? A primeira classe, com recursos que vinham de um desses países. Estava lá o sujeito, aparentemente, eu digo, não foi essa a retomada, os objetivos da retomada da política brasileira da África do Brasil. Eu escrevi também, quer dizer, tanto estimei e defendi a reanimação da política africana. Os livros do Amorim,

os discursos do Lula, dos chanceleres, do Departamento da África e tudo, então tudo bem, como é que eu podia, se eu passei a vida desejando isso, e se chega o bolo, eu não vou comer o bolo? Vou, gostei. Agora não gostei evidentemente e, por exemplo, essa de 2015, anota perfeitamente a minha crítica. Também escrevi contra a aproximação desse mesmo país para a CPLP. A linha democrática exigida pela CPLP, como foi assinado em 1996 lá no Palácio em Belém, um dos objetivos da CPLP é a convergência democrática. Tanto aticei e fiquei feliz com esse movimento e fui à África várias vezes, inclusive com o presidente Lula, nas primeiras viagens. Problema nenhum. Achei até correto o convite, porque tinha pouca gente como eu para poder dizer alguma coisa para ele. É a utilização de uma massa crítica do seu próprio país; não precisou chamar americano, russo ou francês para dizer o que era a África. Nunca tinha subido em avião presidencial, fui duas vezes, e gostei. O que eu posso fazer? Eu vivo do meu salário, sou professor, tenho meu imposto de renda tudo certinho, tenho pai e mãe vivos, vários amigos. Claro que eu que tinha de fazer isso. Ruim é o sujeito se esconder quando pode e tem meios para dizer ao presidente. Ele sentou a minha frente por cerca de meia hora e disse: o senhor fica aí quieto que eu vou contar umas coisas. Igual ao que fizemos aqui hoje. Alguém tinha de falar. Havia quatro ou cinco brasileiros da academia que poderiam fazer aquilo: o Costa e Silva com quem certamente ele conversou; o Mourão da USP; digo professores, como é o caso do Costa e Silva, também embaixador, mas que não é intelectual e mais umas quatro pessoas. Éramos poucos os que tinham estudado realmente a África, a verdade é essa. Você não tem ideia do que era ser professor de história da África nos anos 1970. Respondi bem? Gostei de ir, realmente como dizer que não vale? O ministro Celso Amorim, diante dessas perguntas que foram feitas mil vezes a ele, dizia que temos de falar com o mundo. O mundo é diverso e sincrético, e não é só o que queremos, é também

o que os outros são. Houve certa interpretação nesse sentido, mas a minha não é essa. A minha são dos dois artigos desse ano que saíram direitinho, educados; eu sempre procuro a melhor palavra, não sei falar nome feio, mas sou independente nessas coisas. Agora eu gostei de ter ajudado nisso aqui. Tenho algumas críticas hoje sobre algum aspecto aqui e acolá. Se você ler isso aqui direitinho até o final, vai ver que Saraiva é sabido, porque eu amo isso, eu amo o meu país. Aqui estão meus amigos, a diplomacia é boa, é claro que tem problemas, é claro que tem defeitos, há dificuldade de financiamento. É confusão de sobra, e todo mundo sabe, mas o pessoal está aí do mesmo jeito que na universidade. Não busco viver das agruras da universidade pública federal durante 30 anos de professor, nunca deixei de dar aula, há 20 anos eu não tiro uma licença, nem por um dedo quebrado há algum tempo. Não entrei de licença porque o dedo não atrapalha a aula. Agora tem professor que chega e que, na segunda semana, começa com uma queixa aqui, outra ali. Eu amo isso, é verdade: tenho um paletó desse e outro preto. Dá para vir para cá vez ou outra e estou feliz. Está faltando isso também no Brasil, sabe? É preciso ter coragem cívica, responsabilidade e amor. É o que eu faço. Como me esconder se eu gosto da África? Como vou me esconder? Eu falei “não senhor”, eu digo, “é melhor o senhor ir para cá, não ir para ali, que ali é meio conturbado, disse tudo direitinho”, mas não sou Presidente da República, sou um professor universitário, socrático, aristotélico, sem partido. Meu partido é a pessoa humana, a leitura, o estudo, o contraditório bem tratado. As pessoas têm de respeitar. Cada um faz seus caminhos, o meu está bem direitinho, já estou arrumando a rede para balançar, estou feliz, mas eu vou sair bonito. Quem me conhece sabe disso: o amor à África é real. Há um movimento para a África e a gente não vai abraçar um negócio desse? E ainda tem um cidadão de um país de 200 milhões de habitantes, é isso mais ou menos? E aí tem um sujeito, um cearense que sabe alguma

coisa desse negócio. Então eu vou ficar mais uns 15 minutos com o senhor aqui. Presta atenção, porque eles andaram um bocado aí, mas eu sei mais, e aí o presidente entendeu. Aí ele ficou quietinho, digamos que fez 70% ou 80% do que eu disse. Claro que os outros 30% eu não gostei. Está bom.

Participante não identificado - Durante o *apartheid*, a imprensa nunca condenou o apoio que o regime do *apartheid* recebia. É estranha a postura que surgiu, e que para mim soa bastante hipócrita, dessa questão da Beija-Flor, porque eu não vi ninguém protestar quando a Joana foi cantar na África do Sul e o *apartheid* estava condenado. E o Brasil fazia um boicote. Ela saiu da África do Sul e cantou na Rede Globo. Não vi ninguém protestar.

Participante não identificado - Quando o Nelson Piquet correu na última corrida na África do Sul, quando a Fórmula-1 passou a boicotar, ele disse: “não tenho nada a ver com esses negros”; e correu, enquanto o Ayrton Senna procurou o movimento negro no Brasil para pedir desculpas, porque ele ainda era um corredor iniciante e queria correr. Eu estava na reunião com o empresário dele para se justificar. Agora fica uma coisa assim: “se você está apoiando a África, não pode dar apoio a todos os governos da África do Sul, mas pode apoiar Israel, que massacra os palestinos sem problema algum”. Pode ter um monte de outros governos ditatoriais, que não respeitam direitos humanos, como o próprio governo norte-americano, governado pelo Obama, que ainda mantém Guantánamo e ninguém diz nada. Acho que é necessária uma visão mais ampla. Óbvio que sou contra um regime que seja contra os direitos humanos, que afronta os direitos humanos, mas que procure ser coerente. É preciso ponderar a indignação. Agora há um ditador lá no meio do além e se faz um barulho estrondoso.

Sr. José Flávio Sombra Saraiva (Professor da UnB) - Aceito plenamente o argumento e concordo parcialmente, mas muito desse desequilíbrio de tratamento é visível. A gente sabe disso, foi muito boa sua lembrança. Eu estou ficando mais calado, agora eu pergunto se teve aqui até agora uma sala assim tão animada igual a minha. Teve? Não, então pronto. Já estou satisfeito, porque uma semana aqui é um negócio extraordinário; realmente cabe felicitar a turma que teve essa iniciativa. Como vem gente de todas as formações, o professor deve abrir o espaço para a possibilidade de trazer percepções diversas; e eu digo que o privilegiado sempre é o professor, aprende-se mais do que se ensina. Cada aula tem uma novidade e tudo traz a verdade: o conjunto de interlocuções.

Sr. Elmer - Boa tarde a todos, eu sou Elmer, sou da Guiné-Bissau. Ele citou a questão da divisão dos territórios na África, isso não se passa apenas pelo aspecto de uma situação geopolítica. Se olharmos bem pelo contexto e pela localização propriamente dita da população africana, percebe-se uma pessoa que vive na Nigéria com semelhanças com outra que vive em Serra Leoa. As culturas são quase idênticas. Se olhar quem vive no Benin, tem aquela mesma semelhança com a pessoa que vive na Guiné-Bissau.

Sr. José Flávio Sombra Saraiva (Professor da UnB) - Sim.

Sr. Elmer - O tratado de Berlim fez a divisão de território, mas a população imigrou forçosamente para outro território, mas não perdeu a raiz que tinha na África. Isso perdurou e permaneceu, e vai permanecer. Agora a questão que o professor citou da ditadura é só uma nomenclatura, que eu entendo também. O caso do presidente da Guiné Equatorial, que fez a doação a Beija-Flor; fez por achar que havia uma necessidade no país. Suponhamos uma doação da rainha Elizabeth II. Todo mundo elogiaria. Por quê? Porque a Inglaterra tem uma qualidade de vida boa, mas a história nos mostrou que

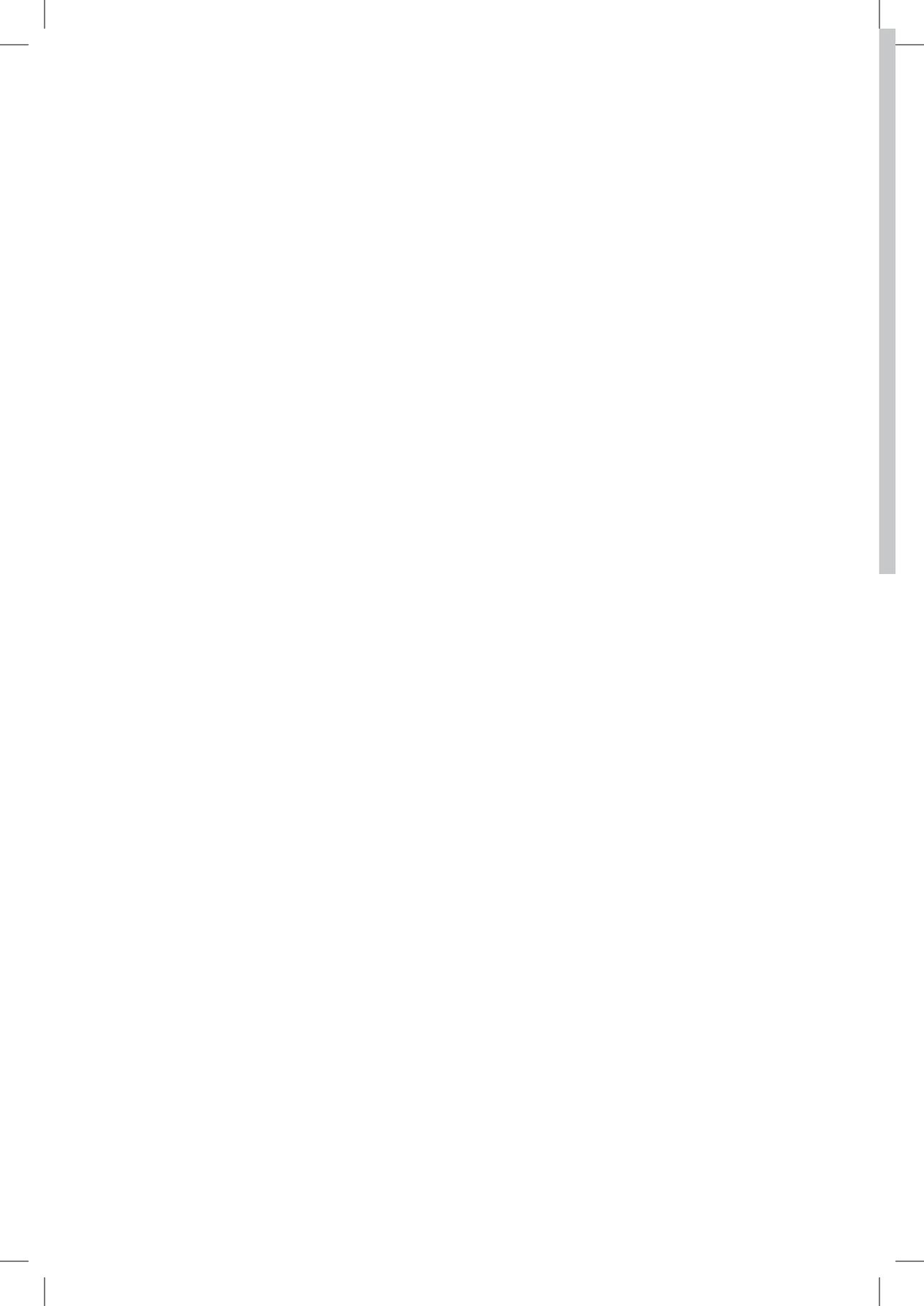
aquele país chegou e saqueou a África da forma que puderam, e a França até hoje faz isso. Fizeram com o Gabão há pouco tempo, e foram lá passar com avião de caça; simplesmente as forças armadas reagiram. O que a França fez? Atacou militarmente e criou uma guerra. Para olhar essa questão de ditadura, a supremacia que a França revelou perante o mundo; ninguém conseguiu coibir isso e não foi punido por isso, mas se fosse um país africano a fazer, todos diriam que a África faz guerra, e a guerra na África, que saibam, é na mão. Fisicamente. Ninguém vai tirar uma arma de fogo. As armas de fogo foram levadas e a África não inventa arma de fogo, adquirem das grandes potências. Vendem as armas e falam que a África faz a guerra. Agora vejamos bem, quem é o culpado aqui?

Sr. José Flávio Sombra Saraiva (Professor da UnB) - Está certo, eu acho sua exposição muito adequada. Isto está anotado, está muito bem. Por se consolidar como regra pétrea, os territórios e as fronteiras não significam que as sociedades, as etnias e as relações entre as mesmas raízes históricas das sociedades africanas não tenham saudade do contato originário com seu próprio povo. Por isso muitos desses estados apresentam-se como multiculturais e multinacionais. Porque são várias nações, várias etnias, não é isso? Gostei muito.

Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Eu queria pedir uma salva de palmas para o professor Saraiva. E mais uma vez, agradeço em nome do Instituto Rio Branco e do Departamento da África a presença de todos e lembrar que amanhã temos o professor Kabengele Munanga e o Pio Penna. Convido todos porque amanhã, depois das 17h, o ministro de Estado de Relações Exteriores vai concluir nosso seminário. Aqueles que puderem ficar para a apresentação do ministro serão mais do que bem-vindos. Até amanhã.

QUINTA PARTE

BRASÍLIA, 23 DE OUTUBRO 2016



PAINEL 12
PASSADO E PRESENTE NAS
RELAÇÕES ÁFRICA-BRASIL

Kabengele Munanga



Moderador – Bom dia, senhoras e senhores. Sejam bem-vindos, mais uma vez, ao último dia do Seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento da África do Itamaraty, com o apoio do Instituto Rio Branco. O tema da palestra é: “Passado e Presente nas Relações África-Brasil”. A palestra será ministrada pelo professor doutor Kabengele Munanga. O professor Munanga possui graduação em Antropologia Cultural pela Universidade Oficial do Congo em Lubumbashi, doutorado em Ciências Sociais e Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo e professor visitante sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Tem experiência na área de antropologia com ênfase em antropologia das populações afro-brasileiras, atuando principalmente nos seguintes temas: racismo, identidade, identidade Negra, África-Brasil. Recordamos que o conteúdo da palestra é de responsabilidade do palestrante, e não reflete necessariamente a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores. Com a palavra o professor Kabengele Munanga.

Sr. Kabengele Munanga (Antropólogo, Professor Visitante Sênior na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Professor na USP) – Bom dia a todos e a todas. Primeira palavra de agradecimento ao Instituto Rio Branco, na pessoa do senhor embaixador Nedilson Jorge, para poder participar desse seminário. O tema que eu proponho debater hoje é: “Presente e Passado nas Relações África-Brasil”. É um assunto que tem várias entradas,

dependendo da área de especialização; creio que um especialista em relações internacionais e preocupado com questões econômicas, teria um enfoque mais econômico. Uma pessoa preocupada com as relações políticas ou diplomáticas teria outro enfoque e um historiador teria ainda outro enfoque. Estou aqui apenas como um antropólogo que não tem formação em relações internacionais, mas que pertence a uma certa geração dos africanos colonizados, que tem uma certa bagagem em termos de leitura sobre o assunto.

As relações entre o Brasil e a África podem ser desenhadas e configuradas em diversos contextos históricos: do tráfico negreiro, da escravidão, do período colonial, das independências e no contexto atual. Em cada um desses contextos, essas relações tomaram rumos de significados internos diferentes: econômicos, políticos, culturais e psicológicos. Esses contextos tiveram também desdobramentos no que diz respeito aos estudos e às pesquisas brasileiras sobre a África. Entendemos por relações entre países não somente as relações entre estados, mas também as relações econômicas internacionais, como as trocas comerciais, os movimentos de capitais, as migrações de mão de obra, etc. Nesse sentido, o continente africano se relaciona com o restante do mundo; árabe, europeu e asiático, desde os tráficos árabes e transatlânticos. As relações econômicas internacionais podem-se situar em diversos níveis e tomar formas diferentes. Por um lado, elas podem-se realizar entre os estados, como por exemplo: um estado define só política alfandegária. Por outro lado, as relações podem se estabelecer a título individual como por exemplo: um empreendedor de fundos a uma empresa estrangeira, ou um trabalhador migrado que vive em outro país. Ou ainda a título de grupos de interesses, como os banqueiros ou os indivíduos que decidem investir em um país estrangeiro.

Diferente das relações diplomáticas que se estabelecem necessariamente entre estados, as relações econômicas, embora

atreladas às condições políticas entre estados, podem ocorrer sem ficar totalmente presas aos limites políticos. Os intercâmbios econômicos internacionais se referem resumidamente a três domínios: 1) os intercâmbios humanos, migrações de populações a curto e longo termos, com a finalidade de ganhos profissionais e de melhores condições de conhecimentos tecnológicos etc.; 2) os intercâmbios de mercadorias que se encontram facilmente contabilizadas em balanços comerciais dos estados por meio de importações e exportações; 3) os movimentos de capitais a curto e longo termos, tomando aspectos diferentes, como aplicações em fundos públicos, aplicações em bolsa ou investimentos diretos.

Nas relações que se estabeleceram entre a África e o mundo por meio do tráfico negreiro, houve certamente uma deportação das populações africanas para o mundo árabe, asiático e para as colônias europeias nas Américas, para abastecê-las de mão de obra escravizada e necessária ao desenvolvimento das regiões envolvidas. Embora não se tratem de migrações voluntárias das populações com a finalidade de ganhos profissionais ou de melhoria das condições de vida, houve sem dúvida transferência de mão de obra dos países africanos para outros países ou estados. Às vezes acompanhadas de transferência de tecnologia, como aquela trazida pelos africanos escravizados no campo das minerações e das agriculturas nas Américas, ou mesmo o conhecimento das plantas e das ervas medicinais.

Do meu ponto de vista, há aqui um caso *sui generis* de relações econômicas internacionais envolvendo a força humana de trabalho na época em que os seres humanos executavam pesadas tarefas, hoje reservadas às máquinas. Afinal, o que é o tráfico negreiro? Certamente um intercâmbio de mercadorias humanas africanas, contra mercadorias da manufatura ocidental, em um complexo de relações envolvendo a violência física e simbólica, como a desumanização do africano. Os estados africanos pré-coloniais, por meio

de seus reis, príncipes e imperadores, participaram do tráfico não necessariamente com base nas relações diplomáticas entre estados, mas sim como cúmplices intermediários dos traficantes árabes e ocidentais. Tiveram lucros e acumularam riquezas para o fortalecimento de seus estados em conflitos com outros, em busca da mercadoria humana. Hoje isso é uma realidade indiscutível, incontestável, das testemunhas históricas. Aliás, bem antes do tráfico nos séculos XIV e XV, as relações mercantilistas já existiam entre o mundo árabe, o ocidente e a África subsaariana. As caravanas árabes atravessavam o Saara rumo aos países da África ocidental, por eles conhecidos como Sudão – país de negros – para vender suas mercadorias como o sal, e comprar produtos africanos, como ouro e marfim.

O Oceano Índico constituiu outra rota comercial que levava os mercadores árabes à África Oriental. Os contatos eram tão intensos que os árabes deixaram notáveis contribuições para a língua. Os comerciantes portugueses, espanhóis, holandeses e outros contornavam a costa atlântica africana a caminho das Índias, trocando mercadorias africanas – ouro, marfim, panos da costa, plumas de avestruz, óleo de dendê, entre outros – com mercadorias ocidentais. Infelizmente, essas trocas mercantilistas, materiais e envolvendo mercadorias humanas, não foram objeto de balanças comerciais como as que temos hoje. Se fossem, teríamos esteticamente uma ideia nítida de suma importância para as relações comerciais internacionais entre a África e o restante do mundo antes da colonização.

As relações entre o Brasil e as regiões da África datam historicamente do tráfico negreiro. Deve-se lembrar que todos os africanos levados ao Brasil por meio da rota transatlântica no fim do século XV e início do século XVI são oriundos geograficamente de três áreas: a) África ocidental, de onde foram trazidos homens e mulheres dos atuais Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Togo, Benin,

Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Guiné, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, África Central, de onde foram trazidos homens e mulheres; b) dos atuais Angola, República do Congo, República Democrática do Congo, Cameroun, Gabão, República Centro-Africana; c) África austral, envolvendo os povos atuais de Moçambique, África do Sul e Namíbia. Do lado africano, as consequências do tráfico foram nefastas. Apesar dos lucros embolsados por alguns reis e chefes, houve perdas enormes de vidas humanas como força de trabalho e como fator econômico de desenvolvimento.

A diáspora negra no Brasil foi numericamente a mais importante de todas as diásporas africanas nas Américas; de todos os países do continente americano, foi o país que recebeu o contingente numericamente mais importante dos escravizados africanos entre os séculos XVI e XIX. De todos os negros da África deportados para as Américas, 30% a 40% tiveram o Brasil como destino. Entre os séculos XVII e XVIII, os negros africanos e seus descendentes mestiços chegaram a representar quase 70% da população, tão grande o volume do tráfico. Hoje, negros e mestiços representam quase a metade da população brasileira, ou seja, cerca de 80 milhões de brasileiros. Eles participaram de modo significativo no povoamento do país, na formação étnica de sua população e na construção da economia colonial, modelando a identidade cultural-nacional do Brasil. Grosso modo, eu diria que os aportes ou contribuições dos africanos e seus descendentes são de quatro ordens: econômico, democrático, cultural e política.

No plano econômico, os negros serviram como força de trabalho, fornecendo a mão de obra necessária às lavouras de cana-de-açúcar, algodão, café e mineração. Uma mão de obra escravizada é tratada de maneira desumana e com condições de vida muito precárias; e foi graças a esse trabalho gratuito do negro escravizado que foram produzidas as riquezas que ajudaram na construção da base econômica do Brasil colonial. No plano

democrático, os africanos ajudaram no povoamento do país de tão intenso que era o volume do tráfico negreiro. A título de exemplo, a evolução demográfica, segundo alguns autores, mostra que até 1830 os negros constituíam 60% da população total, os brancos 16% e os mestiços 21%, ou seja, negros e mestiços somavam 84% da população total. A partir de 1850, data da abolição do tráfico negreiro, acompanhado da extinção formal da escravatura em 1888, a população negra começou a decrescer sensivelmente por causa das más condições de vida em que se encontraram e da mestiçagem com brancos e índios.

No plano cultural, destacam-se notáveis contribuições de negros africanos na língua portuguesa do Brasil, no campo da religiosidade, na arte visual, na dança, na música e na arquitetura. No plano da língua, os africanos introduziram um vocabulário desconhecido no português original, e que faz parte hoje do linguajar brasileiro. Muitas palavras das línguas africanas são cotidianamente utilizadas pelos brasileiros sem consciência de que são palavras africanas aportuguesadas: acarajé, afoxé, agogô, angu, axé, bagunça, balagandã, bimba, banzo, berimbau, bobo, bunda, caçamba, cacimba, caçula, cafuné, candomblé, capanga, caruru, cantiga, cuíca, dendê, fubá, ginga, marimbondo, mocambo, munguzá, moqueca, orixá, oxalá, quenga, quiabo, quitanda, sacana, samba, senzala, soba, sunga, tanga, vatapá, vodu, xereca, xoxota, zabumba, zumbi, etc. No que diz respeito à religiosidade, os africanos legaram ao Brasil algumas de suas religiões populares, tais como o candomblé, a umbanda e a macumba, que fazem parte do patrimônio religioso brasileiro. Na arte, eles deixaram suas marcas nas artes em madeiras, nos objetos de ferro, nos instrumentos musicais como os tambores, a cuíca, o berimbau. Na mineração introduziram a bateia. Na música e na dança, os congados, coco, jongo e maculelê, maracatu, bumba-meu-boi, samba, um dos gêneros musicais populares mais conhecidos e que

constitui uma das facetas da identidade brasileira. Na arquitetura deixaram o mocambo ainda vivo no nordeste do Brasil, em alguns isolados rurais.

No plano da resistência política, destaca-se a formação dos quilombos. De acordo com os dados da Fundação Cultural Palmares, foram levantadas cerca de 750 comunidades remanescentes dos quilombos em todo o país. No entanto, o Centro de Cartografia aplicada à Universidade de Brasília informa ter catalogado 2.228 comunidades quilombolas que abrigam uma população de cerca de 2,5 milhões. Todas essas comunidades constituem o Centro de Resistência da Cultura Negra na diáspora. Cruzando o Brasil de norte a sul e de leste a oeste, passando pelo centro, encontraremos por toda parte diversas marcas da resistência negra da diáspora, como ilustrado pelo candomblé da Bahia, o batuque do Rio Grande do Sul, o xangô de Pernambuco, os congados de Minas Gerais, o bumba-meu-boi de Maranhão, o maculelê do Recife, o jongo de São Paulo e outras manifestações musicais, culinárias e esportivas. Somadas, todas essas manifestações culturais constituem umas das matrizes fundantes da cultura nacional, que deveria fazer parte da educação brasileira no que diz respeito à formação do cidadão. Aqui se coloca justamente o problema, porque essa cultura da diáspora negra não ocupou posição igual às heranças europeias no sistema de ensino nacional. Penso que não se educa um cidadão sem colocar-lhe uma consciência crítica das raízes culturais que contribuíram na formação de sua nacionalidade.

A cultura negra no Brasil, apesar de estar presente no cotidiano de todos os brasileiros, não faz parte integrante do sistema educacional, sempre eurocêntrico. Graças às reivindicações das entidades e organizações dos movimentos sociais do movimento negro, o Brasil promulgou as Leis 10.639 e 11.644, que tornam obrigatório o ensino da história e da cultura negra no Brasil e dos povos indígenas na educação básica. As relações entre Brasil e

África na contemporaneidade, remetem à colonização dos países africanos pelas potências coloniais ocidentais: Grã-Bretanha, França, Portugal, Espanha, Bélgica, Alemanha, Itália. Depois da Conferência de Berlim, passaram-se apenas três anos para o Brasil abolir a escravidão em 1888, deixando de ter contato direto com a África, apesar de ter sido o último país a abandonar o tráfico e a escravidão. Impossível imaginar outras formas de relações diretas entre o Brasil e as regiões africanas sob o domínio colonial ocidental. Teria sido também com a Libéria, com a Etiópia, o único país independente da África negra nessa época? Não aconteceu não sei por que. De qualquer modo, durante o regime colonial e a colonização, o Brasil se afastou totalmente da África. Essa falta de contato direto mudou total e completamente a visão que o Brasil e os brasileiros teriam sobre a África.

O novo Brasil que não participou do tráfico começou a ver a África somente por meio do olhar ocidental estereotipado e racializado, vinculado pela historiografia colonial ocidental. Olhar esse que persiste até hoje no imaginário coletivo e nas representações da África pela maioria dos brasileiros, entre eles, os descendentes de africanos não politizados e conscientizados das representações enviesadas da África na ideologia ocidental. A partir da descolonização e da libertação dos países africanos do jugo colonial, o Brasil começa a retomar os contatos diretos com aquele continente. Esses contatos começam paulatinamente no plano da diplomacia pela abertura de representações diplomáticas africanas no Brasil e vice-versa, e vão-se estender timidamente com as reações econômico-comerciais, principalmente a partir dos anos 1960. Tudo começou com o pioneirismo do então presidente Jânio Quadros, que cria em dezembro daquele ano a primeira missão diplomática brasileira em Acra, capital de Gana, primeiro país da África subsaariana a se libertar do jugo colonial britânico em 1957. O diplomata Raimundo de Souza Dantas, um negro, foi nomeado

pelo presidente Jânio Quadros para chefiar a primeira missão diplomática brasileira permanente em um país africano. Críticas positivas e negativas foram feitas em relação à iniciativa de Jânio Quadros, ora lisonjeado por ter imprimido na diplomacia brasileira a verdadeira vocação africana, ora dilacerado por ter intenções subimperialistas e oportunistas. Não entraremos na análise dessas críticas nessa exposição, não é o assunto da exposição.

Com a independência tardia dos países africanos de colonização portuguesa, como Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, entre 1973 e 1975, o Brasil entra em uma nova fase de suas relações com a África, baseada no parentesco linguístico com os países recém-independentes, colonizados pela mesma potência ocidental que colonizou o Brasil. Aliás, o Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer oficialmente a independência de Angola, antes mesmo de muitos países do mundo. Esse reconhecimento se fez no contexto da Guerra Fria, caracterizado pela divisão bipolar entre o bloco socialista, liderado pela União Soviética, e o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos. Sendo a independência de Angola sustentada militarmente pelo apoio da União Soviética e de Cuba, o Brasil – ainda sob o regime militar – não se intimidou a reconhecer a independência de Angola antes de muitos países do bloco capitalista. As contribuições histórico-culturais que os países da África deram ao Brasil estão presentes em todos os discursos antigos e novos. Elas são invocadas para dar legitimidade histórica, quase natural, das relações do Brasil com a África a serem construídas. Eu creio que essas relações serviriam se forem positivamente reinterpretadas e reaproveitadas como base de um ponto de partida das relações internacionais com o Brasil. Creio que os dirigentes brasileiros hoje entendam a necessidade de construir novas relações com os países africanos e relações divorciadas das relações coloniais, caracterizadas pelo tráfico e pela escravidão. Nesse sentido, entende-se hoje a urgência

do presidente Fernando Henrique Cardoso em perdoar parte da dívida externa de Moçambique com o Brasil, quando aquele país africano foi flagelado por enchentes anos atrás. Entende-se também o porquê de o presidente Lula intensificar, como nunca havia sido feito antes, o esforço de aproximação do Brasil com os diversos países da África subsaariana por meio das relações diplomáticas diferenciadas da diplomacia ocidental.

O Brasil, como os demais países do mundo globalizado, tem todo o direito de buscar novos mercados para vender seus produtos manufaturados, comprar matérias-primas, oferecer serviços e produtos de sua tecnologia. Devemos considerar isso como normal e deixar de ver na nova aproximação do Brasil com a África uma espécie de novo imperialismo? Ou um simples oportunismo do mercado sem solidariedade? É do interesse dos próprios países africanos terem novos parceiros comerciais em um contexto multilateral, para se libertar das relações bilaterais com as antigas metrópoles colonialistas que continuam a alienar suas soberanias. Não existem relações comerciais ou outras formas de cooperação ou de intercâmbios divorciados de interesses. Os interesses existem de ambos os lados: do lado do Brasil e dos países africanos, mas se misturam com o sentimento de solidariedade e de respeito mútuo. No entanto, apesar dos interesses, vejo praticamente certa diferença de comportamento nas relações diplomáticas entre o Brasil atual e os países africanos. Hipotética ou praticamente, devido ao fato de o Brasil não ter sido um país colonizador da África; pelo contrário, foi colonizado pela mesma potência que colonizou Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe; o Brasil não entraria na África para vender ou para comprar, munido do complexo de superioridade e da prepotência do descolonizador – uma questão simplesmente psicológica.

Do mesmo modo, os países africanos não deveriam sofrer o complexo dos descolonizados em sua maneira de tratar com os

parceiros comerciais brasileiros. Coloca-se aqui uma questão que tem a ver com mentalidades coletivas ou com a psicologia da relação entre os colonizadores de ontem e os descolonizados de hoje. Pode acontecer que um cooperante ou um comerciante brasileiro vá à África com cabeça imbuída do complexo da superioridade branca, que faz parte do racismo à brasileira. Pela minha experiência, os africanos continuam a olhar diferentemente os brasileiros, mesmo porque muitos não sabem que existe racismo no Brasil graças ao chamado discurso da democracia racial brasileira, que foi além das fronteiras nacionais. Os laços históricos culturais podem também produzir certa flexibilidade na comunicação humana e nas relações interessadas. Apesar da força financeira que acompanha a penetração maciça dos chineses na África, creio que o brasileiro, no lugar do chinês, teria mais aproximação humana e mais capacidade de comunicação graças aos laços histórico-culturais já mencionados. Em uma das viagens do presidente Lula à África, assistimos pela televisão a recepção oferecida à comitiva brasileira em um dos países africanos, o Cameroun, onde aparecem os então ministros da Cultura, Gilberto Gil e o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, trajados em túnicas africanas e dançando com um gosto estampado no rosto ao ritmo musical local. Ambos pareciam totalmente à vontade e tinham ginga no corpo. A mim me surpreenderia ver um ministro das Relações Exteriores das antigas metrópoles colonizadoras dançando publicamente com gosto e ritmo aquela música africana, como fez o ministro Celso Amorim. Isso me leva a crer que a diplomacia brasileira atual na África é diferenciada e feita com o coração, e não apenas com interesse e racionalidade. Creio que há duas maneiras de oferecer esmola, embora não se trate disso: a maneira humana, que respeita a condição humana do mendigo; e a outra desumana, humilhante, que não vê o mendigo como ser humano digno de consideração e respeito. Pode ser apenas intuição ou ingenuidade da minha parte,

mas continuo a acreditar que em se tratando de aproximação com a África, no governo atual existe certa solidariedade que ultrapassa os interesses comerciais reais e verdadeiros.

Gostaria de contar um episódio de anos atrás no qual eu mesmo estive envolvido. Em 1983, fui entrevistado por um jornalista da Folha de São Paulo, de cujo nome não me lembro. A matéria foi publicada no Caderno Folhetim, que circulava aos domingos junto com a entrevista do então ministro das Relações Exteriores do Brasil, o senhor Saraiva Guerreiro, sobre o mesmo assunto. Essa matéria, com minha fotografia estampada ao lado da fotografia do ministro Guerreiro, tendo como título “O ministro das Relações Exteriores do Brasil e o professor da USP Kabengele Munanga falam das relações Brasil-África”. Deu-me uma notoriedade que na realidade eu não tinha, pois era apenas um jovem doutor em início de carreira na universidade de São Paulo. No dia seguinte, um ilustre desconhecido me liga e queria conversar sobre o conteúdo da entrevista. Marcamos um encontro às 10h do dia seguinte na minha sala da diretoria do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Esse senhor, que aparentava uns 70 anos, chegou já bravo na minha sala, apresentou-se em francês impecável como professor de Economia e de Relações Internacionais na Universidade Charles de Gaulle em Paris, e de Jerusalém em Israel. Diz que não gostou nada da minha entrevista, porque o Brasil nada tem a oferecer aos países africanos, a não ser uma tecnologia inferior à dos países ocidentais e produtos manufaturados de péssima qualidade. Finalizou sem me deixar nenhum espaço de resposta ou de diálogo, dizendo que eu não deveria mais repetir o conteúdo da minha entrevista. Fiquei assustado e amedrontado. Na minha situação de fugitivo do regime do ditador Mobutu Sese Seko e diante de um desconhecido que parecia possuir informações sobre mim. Mas hoje eu repetiria as mesmas coisas que eu disse naquela entrevista de 32 anos atrás,

pois continuo a acreditar que o Brasil tem condições positivas para estabelecer relações de comércio e de cooperação diferenciadas com os países africanos.

Essas relações diferenciadas seriam fundamentadas, como já disse, no cimento histórico-cultural, nas características do ecossistema brasileiro, semelhante ao africano, em termos de solo, subsolo, fauna e flora, a partir dos quais o Brasil desenvolveu e desenvolve pesquisas científicas, técnicas agrícolas e inovações no domínio da mineralogia e do agropecuarismo; que seriam muito bem absorvidas pelos países africanos em nome dessas semelhanças. Em nome também dessas aproximações de ecossistemas, as pesquisas realizadas na farmcopeia da flora brasileira podem muito bem, no contexto da cooperação técnico-científica, serem melhor aproveitadas pelos países africanos do que pesquisas feitas nos países do hemisfério norte, cujo ecossistema é completamente diferente. As mesmas considerações se aplicariam aos domínios da medicina e da saúde pública, pois o Brasil, sendo um país tropical, lida com algumas doenças tropicais e com alguns problemas de saúde pública semelhantes aos dos países africanos. Há pesquisas avançadas nessa área que poderiam ser facilmente capitalizadas pelos países africanos. Pode-se alargar a lista, incluindo a geologia e outras realizações técnicas e tecnológicas adaptadas aos países do hemisfério sul. Os progressos hoje realizados pelo Brasil nas campanhas preventivas contra a AIDS são mundialmente reconhecidos e poderiam, caso fossem minimamente enriquecidos de informações sobre as culturas africanas, dar melhor resultado na África do que campanhas vindas de países culturalmente diversos.

As questões internas brasileiras no que diz respeito às desigualdades raciais, cujos negros são as maiores vítimas, poderiam prejudicar as relações internacionais Brasil-África? É simplesmente uma pergunta, uma indagação. A curto prazo, não creio que isso possa acontecer, até porque o entendimento da

democracia racial brasileira é tão forte por meio das imagens de futebol, carnaval e samba, além, das personalidades míticas como Pelé, que a maioria dos povos africanos e até dirigentes intelectuais não têm uma consciência esclarecida sobre o racismo brasileiro. Mesmo se soubessem, não tomariam nenhuma atitude que pudessem prejudicar as relações com o Brasil devido à fragilidade política dos países africanos, individual e coletivamente. Qual deles ousou criticar os Estados Unidos durante o *apartheid*? Alguns países africanos, como o Zaire de Mobutu Sese Seko comercializam tranquilamente com a África do Sul e seu regime do *apartheid*; alguns poderão até recorrer à ideologia de não ingerência nos assuntos internos. Mas de qualquer modo, coloca-se ao Brasil uma questão, antes de ser de direitos humanos, uma questão moral: como socorrer a África de fora e fechar os olhos à África de dentro, que lhe deu o sangue e a cultura, que contribuiu na formação do seu povo, de sua economia e de sua identidade? É apenas uma indagação.

São ainda numerosos os brasileiros presos ao mito de democracia racial. Um livro recente de Ali Kamel, diretor da Globo, diz: *Não somos racistas*. Esse livro é uma ilustração da forma inicial da construção da *democracia racial*. Com certeza não é o caso dos responsáveis da casa onde fui recebido, do Instituto Rio Branco, do próprio ministério das Relações Exteriores do Brasil, que vem limpando o caminho para que os estudantes negros possam ingressar nesse Instituto por meio da inserção de bolsa de estudos que ajudam nos estudos preparatórios ao concurso de ingresso para o Instituto Rio Branco. Raimundo Souza Dantas foi o primeiro embaixador negro na história do Brasil, quase meio século depois dele, conta-se nos cinco dedos da mão o número dos embaixadores negros brasileiros. Outra questão que se coloca com acuidade é a de conhecimento mútuo entre brasileiros e africanos: como estabelecer relação diplomática de cooperação com países que mal

conhecemos, por meio da imprensa ocidental? Daí a necessidade de desenvolver no Brasil estudos sobre a África, principalmente a África subsaariana de onde foram transportados os antepassados dos afrodescendentes.

Os estudos sobre a África subsaariana no Brasil nascem de dois contextos diferentes, embora historicamente aparentados. No primeiro, que podemos situar entre 1900 e 1960, seu nascimento está relacionado aos estudos afro-brasileiros. Nesse contexto, a África serve como pano de fundo cultural para captar os fenômenos de continuidade e de inovação das culturas africanas no Brasil e para interpretar os fenômenos de sua resistência e de seus aportes ao país. No segundo contexto, que começa na década de 1960 e se prolonga até hoje, esses estudos ressurgem no quadro da solidariedade dos países chamados de terceiro mundo. Se no primeiro contexto esses estudos dependeram de interesses sócio-individuais de alguns pesquisadores; no segundo, eles têm uma origem institucional. Essa última fase recebeu esforços das críticas dirigidas nas duas últimas décadas contra o modelo de desenvolvimento centrado nas relações norte-sul e, conseqüentemente, pela necessidade de se criarem novas alternativas de desenvolvimentos que privilegiem as relações sul-sul. Vista sobre esse ângulo, a necessidade de cooperação cultural técnica e científica, os interesses de intercâmbio econômico e comerciais, todos concorreram para que esses países pudessem se conhecer melhor. Daí a importância dos estudos sobre a África, até então abandonados à curiosidade de alguns estudiosos. Evidentemente, na retórica oficial, a importância de conhecer a África subsaariana é justificada pela necessidade de reforçar os laços de parentescos históricos, resultados da escravidão e da colonização que marcaram os mundos latino-americanos e africanos.

Outro reforço nesses estudos nas últimas duas décadas e de ordem ideológico-política demonstram como afro-latino-americanos atravessam uma fase de renascença cultural, caracterizada pelo fenômeno de reconstrução das identidades cultural e racial. Estas não podem ser resgatadas sem efetuar um retorno simbólico à África. Retorno esse que exige concretamente reconhecimento científico do continente em sua complexidade histórica, religiosa, política, econômica e social. Esse conhecimento é minimizado no Brasil comparativamente aos estudos sobre a Europa, Ásia e sociedades indígenas. A jovem geração de afrodescendentes politicamente mobilizados exerce pressão sobre os responsáveis no Brasil para que a África seja ensinada nas escolas no mesmo pé de igualdade. Essa reivindicação encontra um apoio forte na voz de alguns estudiosos que pensam que não se pode entender o Brasil a partir de uma leitura discriminatória, daquelas que privilegiam apenas as contribuições ocidentais em detrimento das contribuições africanas e indígenas. Todas essas vozes reforçam a necessidade de uma nova abordagem epistemológica da África, que romperia com as ideias preconcebidas e recebidas da herança intelectual colonialista. No âmbito dessa aproximação, vejo a importância da Universidade de Integração Luso Afro-Brasileira (UNILAB), cuja sede central foi fixada em Redenção, pequena cidade no sertão do Ceará, cidade conhecida como a primeira a abolir a escravidão. Grosso modo, a percepção das relações Brasil-África no discurso brasileiro foi dominada por duas posições extremadas: uma pessimista e a outra otimista.

Os pessimistas pregavam o afastamento do Brasil da África arcaica, que nada teria para oferecer ao Brasil no seu processo de expansão econômica, e insistiam para se aproximar cada vez mais dos parceiros tradicionais ocidentais em suas relações econômicas e comerciais. Esse afastamento se reforça definitivamente na década de 1990, quando o chamado ‘afropessimismo’ tão aventado

na imprensa capitalista internacional, leva a política exterior do Brasil a esquecer da África, que surtiu efeito com a obliteração nas universidades, no parlamento e nos setores empresariais do país. A África não serviria mais aos grandes cenários que o Brasil fazia de si no mundo, pensavam os pessimistas. O governo brasileiro assentiu passivamente, mesmo quando países ocidentais, americanos e europeus não se desgrudaram da África e mantinham bases de conhecimento e de interesse naquele continente. Os otimistas com diferentes tendências passando ora pelo romantismo daqueles que querem ressuscitar o Brasil – o Jardim do Éden que jamais ensinou história da África – ora pelos que vêm no continente africano apenas as matérias-primas: o petróleo que serviria ao projeto desenvolvimentista brasileiro; ora aquele que queria, como no projeto do governo de Jânio Quadros nos anos 1960, se aproximar da África para transformar o Brasil em um ponto entre a Europa e a África.

O ziguezague nas posições do Brasil nas comissões de verificação da ONU na África, a competição dos produtos africanos e brasileiros no mercado internacional, do café e do cacau, entre outros registros, esboçaram, mesmo de forma atabalhoada, uma certa vontade política de conversar com a África. Mesmo com o advento do regime militar, não se exclui aquele continente dos interesses estratégicos no Atlântico Sul. Com a crise energética, o petróleo do golfo de Nigéria e de Angola começou a pesar na crescente vulnerabilidade externa do modelo nacional de desenvolvimento brasileiro. Os desafios de reinserção internacional do Brasil e o mundo confuso ameaçavam os avanços de uma posição de busca de autonomia do país nos espaços do poder internacional. Daí o reconhecimento do governo de Angola quando era apoiado pelos soviéticos, colocando os interesses do estado à frente do alinhamento ideológico. Esboçavam no Brasil um lugar na nova partilha africana, que buscava a posição de afirmação da ideia de

que o Brasil tinha uma política global, universalista e independente, capaz de desafiar certos interesses norte-americanos na região. O Brasil ensaiava na África um programa de ação que envolvia empreiteiras, estatais e uma diplomacia empresarial-cultural, que contrariava o imperialismo europeu e norte-americano naquele continente de acordo com José Flávio Saraiva.

Com o advento do governo Lula, a política africana no Brasil tende a se definir a partir de novos parâmetros, sem abrir mão dos interesses que movem todas as economias do mundo globalizado. O Governo Lula tentou alargar o campo de aproximação, além dos interesses econômicos estratégicos, queria evitar a redução dessa aproximação a apoio automático aos países africanos, à ambição brasileira à condição de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Essa nova política de reencontro com a África exige coragem do Brasil de romper com o assistencialismo internacional, disfarçado nos mecanismos da chamada cooperação bilateral, que atava os países africanos às antigas metrópoles colonizadoras, para uma nova política baseada no princípio de solidariedade entre os povos, capaz de contribuir com o processo de desenvolvimento da África. A retórica culturalista fundamentada na contribuição cultural da África para a identidade brasileira, ou para a africanidade brasileira, é considerada como insuficiente. Desse encontro, de que os africanos não querem apenas se contentar desse passado histórico e cultural que os liga ao Brasil, não querem receber do Brasil apenas o perdão histórico pela escravidão, mas querem nesse reencontro falar do futuro, das possibilidades que o Brasil lhes ofereceria como contribuição ao seu processo de desenvolvimento sustentável.

Essa nova abordagem das relações Brasil-África vem à tona nos debates em torno do Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio, que reuniu em Fortaleza agentes dos governos e representantes da sociedade civil, intelectuais, políticos e diplo-

matas dos países africanos no final de maio de 2003. Quais são as políticas sociais, econômicas, comerciais, educacionais, culturais, reexaminadas e discutidas à luz dos problemas da África contemporânea e das metas do novo milênio e desenhadas pela União Africana? Foram inventariadas e diagnosticadas as necessidades e dificuldades de ambos os lados em busca de conciliação entre palavras, gestos e ações. A título de exemplo, a agricultura foi identificada de maneira particular como uma das áreas prioritárias para os governos do Brasil e dos países africanos. Com atenção à questão de acesso a mercados, foi ressaltada a necessidade de maior cooperação ao elaborar estratégias comuns, informes multilaterais, como na OMS. É indicada a possibilidade de se aprofundar a cooperação em ciência e tecnologia, em particular com vistas a minorar os efeitos excludentes do avanço tecnológico e a tornar as economias brasileira e africana mais competitiva. No contexto desse projeto de reencontro com a África, o presidente Lula fez três viagens aos países da África austral, central e do Atlântico Norte em 2003 e 2004, com grande visibilidade na África subsaariana: Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Gabão, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Fez-se acompanhar de uma grande comitiva composta de ministros, empresários e acadêmicos. Essas visitas foram observadas com euforia e reservas. Alguns as consideraram gestos simbólicos para lançar novas relações com os países do Atlântico sul. Outros observaram as escassas possibilidades do Brasil para intervir em um continente flagelado pelas tragédias e atrasado em seu processo de desenvolvimento socioeconômico.

Esses constrangimentos aprisionariam a política africana do Brasil. Segundo o professor José Flávio Sombra Saraiva: “Deve-se reconhecer que as visitas presidenciais na África, apesar da continuidade com gestos anteriores realizados por outros governos, apresentam situações e possibilidade inéditas de reconciliação

duradoura com o continente”. Acrescenta ele: “Que mesmo os observadores menos atentos aos temas internacionais terão notado certas mudanças na política exterior empreendida pelo presidente Lula, com especial lugar dedicado à África”. Algumas intervenções dos debates travados no fórum de Fortaleza enfatizaram a posição privilegiada ocupada pelos afrodescendentes no processo de revitalização e de formulação da política brasileira para a África, para impulsionar a relação bilateral, não somente em seu caráter cultural, mas também em seus aspectos políticos e econômicos. Para nossa reflexão sobre a relação Brasil-África, concluo essa aula com a citação de José Flávio Sombra Saraiva: “Para aquele que vê nos gestos africanistas do presidente Lula apenas um apelo populista ao propalar a africanidade brasileira, vale recordar que há certo consenso no país em relação à dívida histórica do Brasil em relação à África. A dívida é reconhecida não apenas pelo presidente, mas por grande parte da sociedade brasileira, e se está a demandar outra forma de fazer política internacional no Brasil. A renovada política para a África necessita ser específica, eminentemente pública e legitimada por consenso social e político, no seio da sociedade brasileira por meio de instituições como o parlamento, as universidades, os grupos afro-brasileiros, as empresas e os atores mais interessados na opinião pública”. Agradeço a atenção de vocês e me coloco a disposição se tiverem algumas perguntas e dúvidas. Obrigado.

Sr. Ernesto (Estudante) – Bom dia, professor. Eu me chamo Ernesto Manuel, sou aluno aqui do Instituto Rio Branco, da turma de 2014. Primeiramente gostaria de agradecer pela presença do senhor, pelo seu trabalho e pela apresentação para a gente nessa manhã. Chamou minha atenção em sua fala a observação de que para muitos africanos há um desconhecimento sobre esse racismo à brasileira. Falo isso porque meu pai é africano, de Guiné-Bissau,

veio para o Brasil nos anos 70 e se radicou aqui. Em 2010, eu tive a oportunidade de ir à Guiné-Bissau para conhecer minha família. Na época o carnaval era transmitido pela televisão. E os meus familiares e amigos lá na Guiné estavam falando: “Olha que legal o carnaval no Brasil: os brancos e os negros, todo mundo junto”. E eu falei: “Olhem com mais cuidado e vejam esse cordão de isolamento aqui”. Aí, em um segundo olhar, eles perceberam que havia uma diferença, uma separação, não evidente em um primeiro olhar. Isso é só uma ilustração para que se entenda que esse mito da democracia racial é muito forte e reverbera do outro lado do Atlântico. Era só esse comentário que eu queria fazer.

Sr. Alejandro Barrios – Bom dia, meu nome é Alejandro Barrios, trabalho com Moçambique na Universidade de Brasília, em um doutorado em Relações Internacionais. Também me senti muito tocado pela fala do senhor; agradeço também sua palestra porque tocou em dois assuntos que dizem respeito às pessoas que pesquisam a África no Brasil. A primeira delas é a falta de conhecimento que o Brasil tem em relação à África: como pesquisador, no doutorado, a gente acaba sendo obrigado a recorrer a literatura em inglês, mesmo que o trabalho seja com Moçambique. Quer dizer, a gente acaba passando por aquela biblioteca ou acervo colonial, do qual o Yves Mudimbe se refere ao estudar a África vista do Brasil, por meio de uma ex-metrópole. Queria perguntar para o senhor: como trabalhar essa questão? E também comentar que, em relação ao desconhecimento da África no Brasil, penso que faz parte de um quadro maior de desconhecimento do Brasil em relação ao mundo, porque a gente não conhece nem os nossos vizinhos. A Bolívia, por exemplo, que é o país com que o Brasil tem maiores fronteiras, o que se conhece de Bolívia aqui? Sem falar dos outros vizinhos da América do Sul e muito menos da América Central – Nicarágua, Guatemala – o que se fala desses países aqui? Esse é o comentário.

Quem estuda a África, essa aproximação entre o Brasil e a África, estuda muito o lugar da cooperação internacional e do comércio do Brasil em relação à África. Mas o discurso da cooperação é historicamente uma via de duas mãos; quer dizer, o país que se propõe a oferecer alguma coisa também tem algo a aprender. Eu não vejo reflexão no Brasil sobre o que tem sido aprendido na África nesses vários anos de cooperação. Então gostaria de perguntar para o senhor: o que o Brasil pode aprender com os países africanos?

Sr. Carlos Ivair (Professor) – Bom dia, sou o professor Carlos Ivair, parceiro, amigo de tantas e tantas batalhas. Essa conversa contigo seria longa, se a gente pudesse falar de cada parágrafo. Nós teríamos assunto para conversar durante muito tempo. Você tocou em um ponto muito delicado: a figura do Raimundo de Souza Dantas. Se você perguntar para qualquer estudante do Rio Branco quem foi Raimundo de Souza Dantas, ninguém vai saber. O Raimundo de Souza Dantas foi um jornalista importante e deixou várias obras de literatura. Entre os livros que ele escreveu, há um em que ele relata a passagem que teve em Gana. É um livro amargo, sofrido, porque ele não recebeu apoio do Brasil para poder efetivamente realizar seu trabalho como embaixador. Quando você falava, eu sentia na sua fala um olhar pan-africanista, quase que poético em relação aos africanos no mundo. Você acredita de fato que possa existir essa solidariedade entre os povos da diáspora e os povos africanos? Você acredita mesmo que esse lado de solidariedade pan-africanista pode sobreviver à relação do capitalismo tão selvagem como está instalado hoje? Você não pode ignorar que as grandes empreiteiras têm uma presença na África pelo Brasil, como a Vale e a Odebrecht, que essa conversa de pan-africanismo não chega nem perto? O que interessa ali é negócio. Obrigado.

Sr. Kabengele Munanga (antropólogo, Professor Visitante Sênior na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e

Professor na USP) – Acho que nós não temos respostas a todas as perguntas. O carnaval é uma cultura de inversão, é todo mundo na rua, não dá para ver o príncipe, o súdito, é todo mundo trajado, cada um brincando, inversão dos valores, com uma cultura muito rica. Mas quem não conhece o Brasil e vê o carnaval vai pensar que não há racismo no Brasil; que não há discriminação racial no Brasil: essa é a imagem que o carnaval nos traz. Eu conheci o Brasil pela primeira vez por meio do carnaval do Rio de Janeiro, que passou em um filme com legenda francesa e, naquele contexto, ainda não pensava que poderia passar o resto da minha vida aqui. Para nós, naquela imagem não há racismo no Brasil; racismo só existia nos Estados Unidos e na África do Sul. A imagem do Pelé, em vários países africanos, é a imagem que o Brasil passa de um país sem preconceito em relação ao negro. E como ele mesmo nunca se pronunciou a respeito, os países africanos acham que é isso mesmo. Durante a 2ª Conferência Mundial dos Intelectuais da África e da Diáspora, em Salvador, em plena sessão, houve uma manifestação dos alunos, acho que da UFBA, que invadiram o plenário reclamando cotas. Eu estava ao lado de intelectuais de vários países africanos, que me olharam: “Mas o que está acontecendo? Por que eles estão reclamando cotas?” Porque para eles o Brasil não tem problema, eles não entendiam, tive que explicar para eles que os negros são invisíveis nas universidades brasileiras e que há uma proposta de oferecer cotas nas universidades públicas. Todos ficaram com olhos arregalados porque não sabiam. É tão forte que muitos países africanos não sabem que alguma coisa acontece nesse país em termos de preconceito. Alguns estão se dando conta somente agora. Muitos angolanos de classe média alta que vêm fazer compras no Brasil, quando chegam a alguns supermercados de alto padrão, não são bem recebidos, e começam a se dar conta de que alguma coisa está errada. O problema não é o Carnaval, o problema é a leitura que se faz do Carnaval; o problema não está

nas contribuições culturais brasileiras; o problema está na leitura ideológica que se faz disso. É como você pegar um embaixador, um dirigente africano, em uma visita oficial ao Brasil, levar em um terreiro de candomblé em Salvador, para dizer: “Olha, aqui não somos racistas, aqui está cheio de branco e de negro”. Então é essa utilização, essa manipulação, que são o problema; não é a cultura nem a resistência em si.

Sobre o conhecimento da África no Brasil, acho que as coisas estão começando a andar. Na época em que eu cheguei em 1975, há 40 anos, as pessoas me perguntavam: “Mas você é de que país?” Eu dizia: “Eu sou do Zaire. “E onde fica o Zaire?”. Mas isso não é problema do Brasil, os americanos também não conhecem a África. Acho que tudo é um problema de formação em relação aos países do terceiro mundo da África. São simplesmente colocados em um plano inferior, porque são ideológicos. Isso está mudando, porque não há como continuar nesse discurso, passando pela literatura ocidental repleta de preconceito para entender a África. A gente tem de ter relações direto com a África, o que obrigou o Brasil a trabalhar hoje com a história da África, em todas as escolas, em algumas universidades, em alguma faculdade. Na história já tem professores especialistas em história da África. Na época que eu entrei na Universidade de São Paulo, não havia História da África na formação dos historiadores, em uma das maiores universidades do país. Eu participei do processo de contratação e de seleção de três professores que entraram – inclusive fui até membro da banca de seleção porque não havia historiador. Não havia pessoa que conhecesse a África na Universidade de São Paulo. Esse processo está mudando, acredito que as pessoas da nova geração, que é a da maioria do auditório aqui, terão um olhar completamente diferenciado da África. E as relações! Aí tomo a pergunta do Ivair, perspectiva do pan-africanismo mesmo, a solidariedade, ninguém desenvolve sozinho, é só na solidariedade. O desenvolvimento

da diáspora está relacionado ao desenvolvimento do continente africano, de onde são oriundos esses latino-afro-americanos dos países da América do Sul. Por isso mesmo o pan-africanismo é de solidariedade. Aí você me pergunta assim: Será que esse pan-africanismo vai sobreviver diante de um capitalismo tão selvagem? Os africanos estão construindo e retomando a partir do princípio construído no pan-africanismo. Foi o pan-africanismo que guiou a formação da unidade africana; foi o pan-africanismo, os princípios do pan-africanismo, que estão sendo retomados hoje. O pan-africanismo a partir das ideias, mas o pan-africanismo africano principalmente defendido por um Cruma. Os países africanos estão-se dando conta cada vez mais de que sozinhos, com essa fragilidade individual de cada país, não há como se desenvolverem. A ideia da união, da solidariedade, e a partir de alguns valores, da solidariedade tradicional interpretada, porque os valores culturais têm de ser reinterpretados, porque tudo está em plena evolução. Então acho que os ideais do pan-africanismo não morreram, pelo contrário, eles estão sempre retomando. Tudo o que chamam hoje de renascimento da África - a África tem de simplesmente não ficar chorando todo o tempo, culpando os antigos colonizadores. Temos também nossas responsabilidades, vamos juntar nossas próprias forças partindo dos valores da solidariedade que vêm já mesmo dos princípios do pan-africanismo. Nesse sentido, eu acho que a diáspora é importante no desenvolvimento africano. Quando falo de diáspora, de que falo? Do Brasil, não apenas dos negros brasileiros, o Brasil faz parte da diáspora; é um país que nasceu do encontro das culturas e das civilizações ocidentais, africanas, indígenas, asiáticas, etc. E tudo faz parte dessa diáspora chamada Brasil. Os países africanos colocaram isso: tudo bem, as relações culturais no passado são importantes, mas nós queremos também traduzir em atos e ação, não simplesmente em palavras. Não adianta eu pedir perdão pela escravidão, não adianta você aceitar a culpa,

não é isso. Nós queremos atos concretos na política de cooperação, é isso que os países africanos estão exigindo. Creio que a UNILAB foi criada com a intenção de aproximação com a África no processo de desenvolvimento dos países africanos a partir da formação universitária. Porque quem vem estudar na UNILAB entre nós não são alunos da burguesia africana, são alunos do povo, mas pelo menos alunos que têm a possibilidade de se formar em um país que ofereça solidariedade e a possibilidade de voltar para seus países com certa formação. Por isso muitos são da área de tecnologia; são poucos que fazem a área humana. Eu acho que a gente tem de continuar a acreditar na solidariedade, nas relações sul-sul, mas tem de ficar claro que são relações de interesse; não existem relações sem interesse. Até entre nós não tem relação sem interesse. A questão é saber como construir essas relações respeitando o outro, vendo o outro pela história mais próxima de mim. Tenho certeza de que, se o Brasil tivesse o poder econômico que a China tem, o Brasil seria imbatível no continente africano. Tem de ver quando se vai a qualquer país africano o que se diz do Brasil: é diferente, não há como negar o sentimento humano de aproximação. O embaixador Raimundo de Souza Dantas, muito conhecido pelo fato de não ter sido embaixador de carreira, foi nomeação política. Ele não passou pela carreira de embaixador com a formação das pessoas que estão no campo da diplomacia. Era nomeação política em uma época difícil e ficou só em Gana, não foi para outros países. Depois de Gana acabou; acho que ele não ficou muito conhecido. Eu o conheci pessoalmente porque participei de alguns encontros com ele quando ele ainda era vivo. Não era embaixador ainda. Ele contava de sua experiência em Gana, como foi recebido e tudo o mais. Ele acreditava muito nessa relação de solidariedade entre o Brasil e os países africanos. Eu acredito que o pan-africanismo não morreu, não vai morrer, que os países africanos têm de construir a sua solidariedade. Muitas vezes é o que ele dizia: “Mas eles são tão

diferentes”. Você conhece a expressão “na África é tudo diferente?” Como eles vão construir a solidariedade; a unidade? Os outros vão dizer: “Mas é tudo igual”. São duas: tudo diferente e tudo igual. Os africanos estão trabalhando com o conceito de unidade e de diversidade, diversidade na unidade, unidade na diversidade. Apesar das diferenças, há questões comuns que se devem resolver. A própria questão do desenvolvimento tem um passado histórico como outros países colonizados, contudo, ao preço de alienação da própria humanidade: os africanos que vêm da colonização. São dados da africanidade e têm patrimônio, apesar da diversidade cultural, têm semelhanças fundamentais que você só encontraria entre os africanos e não encontraria em lugar algum. Você entra em um museu de arte, em qualquer lugar do mundo, você vai ver que as obras de arte africanas, apesar da diversidade de estilo, não conseguem ser confundidas com obras de arte de outros países. Por ser uma obra de arte de Angola ou da África do Sul, você bate o olho, você diz: “isso aqui é africano”. Apesar da diversidade de estilo, há certa unidade que é a fisionomia coletiva do continente africano, e os africanos constroem a solidariedade com essas similaridades.

Sr. Batista – Eu queria só me solidarizar com o Ivair de Souza Dantas. A postura enfática é porque durante muito tempo; vocês que estudam no Instituto Rio Branco não tinham negros aqui. Nós tivemos um embate muito grande para conseguir esse espaço. Ontem nós estávamos falando com o embaixador de que era inimaginável até os anos 1980 ir ao Instituto Rio Branco e ver mesas compostas por negros; palestras de negros, falando sobre a questão dos negros. Na verdade nós estamos conquistando e avançando, e às vezes não se percebe o quanto se avançou. Outro aspecto que eu queria colocar é a visão do Brasil na África, principalmente na África de língua portuguesa, com as novelas brasileiras.

O jornalista Carlos Comitini escreveu um livro na década de 1980, “África Arde”, onde ele descrevia todas as lutas de independência; a luta contra o racismo que existia na África naquele período. Enfim, por isso ele foi chamado para fazer várias palestras em universidades. E as perguntas que as pessoas faziam para ele em grande parte em cursos de humanas eram: “Onde ficava a África? Qual a capital da África? Que língua se fala na África?”. Assim, ele escreve o livro “África, o Povo”, para mostrar para as pessoas que a África era um continente. Agora, mudou em vista da nossa luta, da nossa discussão. Essa questão de solidariedade que você tem dentro do Brasil é vista naquela discussão sobre cotas. As pessoas diziam: “Não tem racismo no Brasil; quem está trazendo o racismo são vocês que estão defendendo cotas”. E muita gente acreditava; acreditou nesse pessoal.

Sr. Victor (Historiador) – Boa tarde a todos. Meu nome é Victor, sou historiador e faço doutorado em Direitos Humanos em África. E a pergunta é para o professor Kabe. Lembro-me que uma agência de notícias fez uma entrevista por amostragem na sociedade brasileira. As questões eram bem simples. A primeira perguntava se você era racista. Nenhuma pessoa se considerou racista. A segunda pergunta era se a pessoa conhecia alguém racista; 98% das pessoas conheciam. Os outros 2% talvez até conhecessem, mas não queriam falar, enfim. Diante desse silenciamento sobre você conhecer, mas não reconhecer em si, aproximaria o racismo no Brasil de um crime perfeito?

Sra. Deise Moura – Bom dia, meu nome é Deise Moura, eu sou da Universidade Federal de Pernambuco. Queria aproveitar para parabenizar pela excelente aula; é sempre bom reencontrá-lo. Sua fala reafirma o desejo de continuar lutando contra o racismo no Brasil e pela afirmação da identidade negra entre outras questões. Minha pergunta vai nessa direção. Eu gostaria que o senhor falasse

um pouco mais sobre o processo de construção da identidade étnica, da identidade racial, da complexidade de afirmação da identidade racial no Brasil. O senhor problematizou o mito da democracia racial, creio eu que também seja esse um dos elementos, mas quais são, na sua perspectiva, as outras implicações para que o negro no Brasil tenha tanta dificuldade de se afirmar e de compreender esse legado, sua ancestralidade e os elementos da ancestralidade africana? Esse não seria também um dos elementos para que a gente pudesse estabelecer relações mais solidárias e de cooperação entre o Brasil e o continente africano?

Sr. Kabengele Munanga (Antropólogo, Professor Visitante Sênior na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e Professor na USP) – A União Africana decretou a diáspora africana como a sexta região da África: há a África do Norte, a Ocidental, Central, a Oriental e do Oceano Índico, a Austral, e a diáspora seria a sexta parte da África. Só que a África não conhece essa diáspora, o que faz com que, no projeto da história geral da África, o nono volume seja dedicado à história da diáspora. Na última reunião da qual eu participei em maio do ano passado em Adis Abeba, havia começado no ano anterior a se construir o projeto do nono volume da história geral da África, que versaria sobre a diáspora. Os africanos se dão conta de que a África não pode falar de sua diáspora como parte do continente africano sem conhecer sua própria parte. Isso era um projeto da história geral da África que ainda não foi cumprida. Mas o que é interessante, e isso eu descobri mesmo na reunião da UNESCO em Adis Abeba, é que o Brasil foi o primeiro país a dar contribuição financeira para elaborar o nono volume da história da África, antes dos países africanos.

A União Africana pedia que a história da África fosse ensinada em todas as escolas, mas com o mesmo conteúdo. E os africanos historiadores estão construindo o conteúdo dos livros didáticos

a ensinar nas escolas africanas. O Brasil já teve essa lei antes da própria África. Eu descobri que nos Estados Unidos não há uma lei federal que obrigue a ensinar história da África na escola. Alguns estados fazem isso, mas não há lei federal. E isso é um avanço muito grande aqui no Brasil; a questão é fazer com que essa lei não se torne letra morta. Muitos africanos não conhecem sua diáspora e estão se conscientizando. É impossível falar de uma diáspora que é a sexta parte da África, sem conhecer sua própria diáspora. Essas relações passam pelo conhecimento da África no Brasil a partir dos próprios africanos do sul da América do Sul, da América Latina de um modo geral; os africanos têm consciência disso.

Eu costumo dizer que todos os racismos são abomináveis, não tem um melhor ou pior do que o outro. Cada um faz suas vítimas a sua maneira, e as consequências são diferentes em países como os Estados Unidos e a África do Sul, onde o racismo era institucionalizado pelas leis. As vítimas tinham mais consciência do que no Brasil e em muitos países da América do Sul onde o racismo não era institucionalizado. Racismo que alguns chamam, até certo momento, de sutil em sua expressão, mas não é tão sutil hoje quando se vê o que acontece em nossas vidas cotidianas. Uma das consequências do racismo à brasileira levou algumas pessoas a dizer essa frase: “O racismo à brasileira é um crime perfeito”. É o silêncio, que tem um Nobel da Paz, aliás, ele diz que “o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda vez pelo silêncio”, o não dito. Isso prejudica a conscientização de um problema da sociedade, tanto para as vítimas do racismo, quanto para todos os membros da sociedade; tanto brancos como negros não se conscientizaram da gravidade das manifestações do racismo na sociedade brasileira, porque o silêncio torna esse racismo um crime perfeito. Você mata fisicamente a vítima e mata sua consciência, a consciência dos membros da sociedade. É nesse contexto que essa frase foi

pronunciada por alguns de nós que participam do Movimento Negro Intelectual.

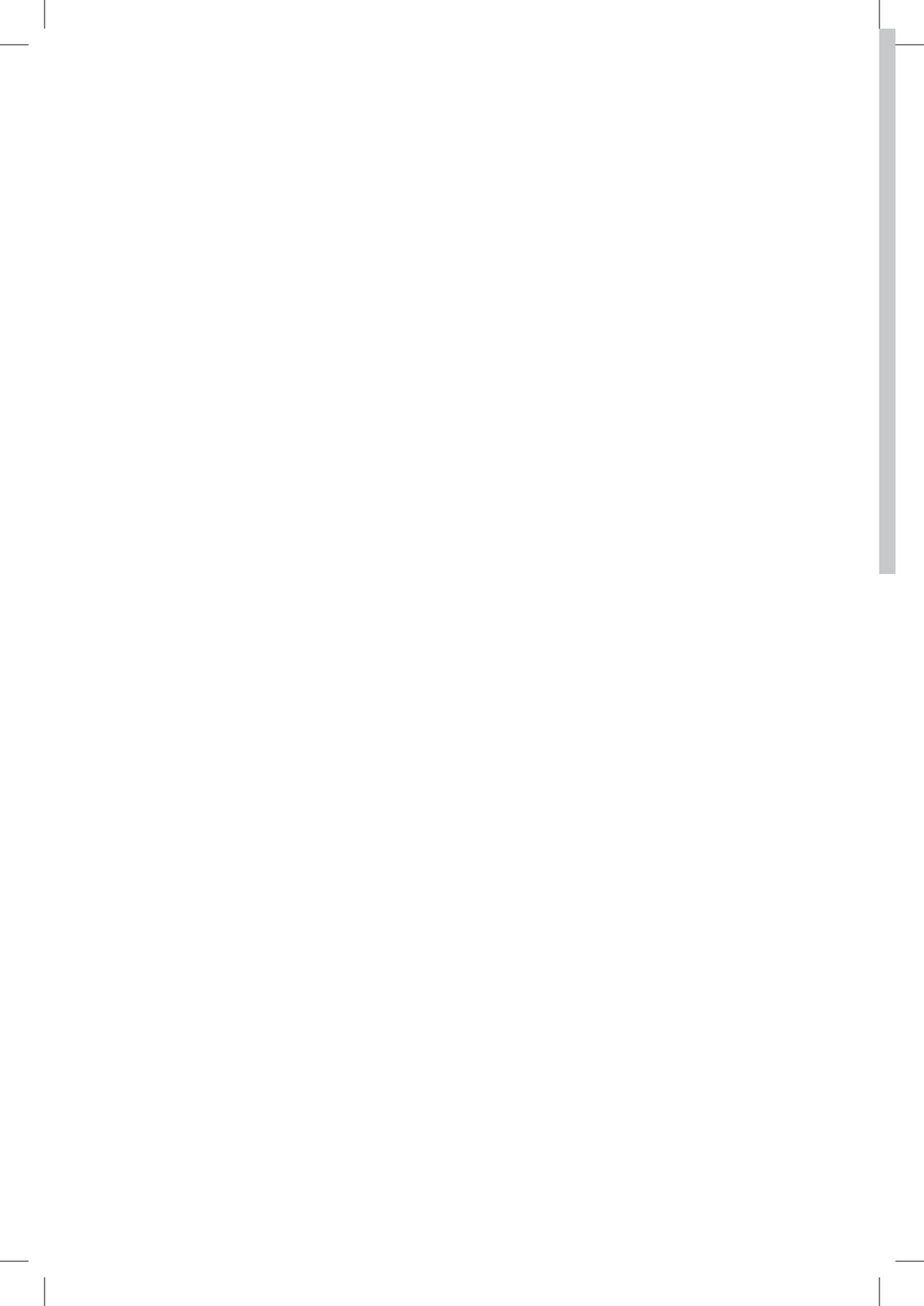
Muitas pessoas já ouviram falar disso, de que o Brasil tem tudo para ser uma grande potência, não sei se os países que se tornaram grande potência como a China, tornaram-se um projeto a alcançar. Vamos trabalhar para construir o país, porque se tornar grande potência é simplesmente um projeto do país para sua construção, um projeto social que levou o país a se tornar grande potência. A gente conhece a história da China, do tempo de Mao Tse Tung, a miséria, as questões sociais; como eles conseguiram lutar por meio de uma Revolução Cultural, com todas as acusações que se faz a Mao Tse Tung, e chegaram aonde chegaram hoje. Se o Brasil, em seu projeto de desenvolvimento, fosse se projetar no mundo como uma das potências, como a Índia ou como a África do Sul também poderiam, tudo é possível, é o futuro que vai dizer. Mas não sei se há uma proposta declarada do Brasil para se tornar uma das grandes potências. Pode ser simplesmente uma consequência, deve vir de um processo, de um projeto e de uma sociedade voltada para aquele objetivo.

Para se tornar grande potência, faz parte conhecer dos outros. Os americanos conhecem a África mais do que qualquer outra nação do mundo. Os melhores centros de pesquisa sobre a África e publicações são encontrados nos Estados Unidos. O Brasil tem de investir também no conhecimento dos outros, dos outros povos, além de conhecer a si mesmo. Não há desenvolvimento que feche os olhos às questões nacionais, aos problemas da própria sociedade. É claro, os americanos continuam a viver com os guetos, guerra nas estrelas. O problema social está lá, não está resolvido. Isso poderia, com tudo que têm de recursos, resolver as questões sociais, mas se prefere gastar dinheiro em pesquisa para se tornar grande potência. E se essa for uma ambição do Brasil; teremos de investir muito nessas áreas do conhecimento para chegar lá. Os africanos querem

ver o Brasil como um país solidário, que tenha boas intenções para contribuir no processo de desenvolvimento daqueles países, para também sair da dependência das relações bilaterais com as antigas metrópoles. É isso que os africanos querem. Mas se nesse processo o Brasil se tornar uma nova experiência de imperialismo, vai depender do futuro.

Todos os países do mundo têm problemas. O racismo é um dado universal, não é simplesmente uma realidade brasileira. As questões sociais estão em toda parte; o mais importante é reconhecer que essas questões existem e tentar resolvê-las por meio de políticas macrossociais são também diferenciais. Não há como simplesmente dizer que tudo é social; há uma receita para resolver os problemas da mulher, o problema da criança. Para resolver o problema do negro com uma mesma receita é difícil. As receitas têm de ser diferenciadas de acordo com os problemas. É por isso que quando entramos no debate sobre a questão da presença do negro na sociedade brasileira, o que ouvimos dizer é: “O senhor tem de ser universalista”. Mas o que é ser universalista? “Ah, melhorar a escola pública”. Tudo bem, os negros querem a escola pública melhor também; ninguém está contra, mas enquanto isso não acontece: “como ficamos? De braços cruzados?” “Quantos anos para melhorar a escola pública?” A sociedade se conscientizou, temos hoje política de cotas nas universidades federais e em algumas universidades estaduais. Outros ainda são resistentes em nome da excelência e da meritocracia, como a minha universidade. Tudo indica que o Brasil está em processo de mudança; todo mundo reconhece que temos problemas, que a sociedade tem que enfrentar isso. É nesse sentido que eu vejo o Brasil hoje, com seu racismo oficialmente assumido pelo estado brasileiro, mas ainda com resistência em alguns meios acadêmicos e jornalísticos no campo da comunicação.

Quando cheguei aqui em 1975, falar de racismo era um crime. Não se podia dizer que havia racismo no Brasil. Hoje é uma realidade, todo mundo concorda com isso. A pesquisa a qual se referiu, que foi publicada no livro *Racismo Cordial*, fazia essa pergunta: “Você já discriminou alguém?” A pesquisa revelou uma certa consciência, porque antigamente era muito difícil perguntar a um brasileiro se existia racismo no Brasil. Era uma pesquisa que incomodava muito e que faz parte da estratégia da ideologia do não dito. Mas a pesquisa revelou outra coisa: quando perguntaram às pessoas que dissessem se conhecem a pessoa que discrimina, foram perguntados: “Você aceitaria que sua filha casasse com um negro?” Aí tudo mudou, as pessoas não viam de bons olhos o casamento inter-racial. Por quê? Quem vai nascer em casamentos inter-raciais? Brasileiro mestiço; essa pessoa não quer ter netos mestiços, ter a consciência de que os mestiços também são vítimas da discriminação racial, em um país onde se faz a apologia da mestiçagem. Não tem negro, não tem branco, todo mundo é mestiço; as pessoas não querem ter neto mestiço, isso faz parte da realidade do racismo à brasileira.



PAINEL 13
A NOVA ÁFRICA:
CRESCIMENTO ECONÔMICO E
ESTABILIDADE POLÍTICA.
NEOCOLONIALISMO: DEPENDÊNCIA E
INTERDEPENDÊNCIA AFRICANA

Pio Penna Filho



Mediador – Mais uma vez, bom dia, senhoras e senhores, dando continuidade ao seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento da África do Itamaraty, com o apoio do Instituto Rio Branco. Informo que a próxima palestra terá como tema “A Nova África: Crescimento Econômico e Estabilidade Política; Neocolonialismo; Dependência e Interdependência Africana”. A palestra será ministrada pelo professor Pio Penna Filho. O professor Pio Penna concluiu o doutorado em história das relações internacionais pela Universidade de Brasília. Foi professor efetivo da Universidade Federal do Mato Grosso e da Universidade de São Paulo. Atualmente é professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília; publicou cinco livros; um em coautoria com Alfredo Mota Menezes. Atua nas áreas de história, relações internacionais, segurança internacional, com ênfase na América Latina e na África. Atualmente é diretor-geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais; tem como atual projeto de pesquisa a inserção internacional da África após a Guerra Fria. Recordamos que o conteúdo da palestra é de responsabilidade do palestrante, e não necessariamente reflete a posição oficial do Ministério de Relações Exteriores. Com a palavra, o professor Pio Penna.

Sr. Pio Penna Filho (Professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB e Diretor-Geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais) – Bom, em primeiro lugar eu gostaria de louvar a iniciativa do Itamaraty com relação a este Seminário

sobre história da África e relações com o Brasil. Eu acho que é uma iniciativa importante, porque coloca uma perspectiva de debate mais permanente da África para o Brasil. Eu sei que o Jackson foi um dos grandes mentores desse seminário, além do embaixador Nedilson Jorge. Estendo a todo o Itamaraty essa louvável iniciativa.

Nós temos aqui primeiro uma discussão sobre “A Nova África: Crescimento Econômico e Estabilidade Política”. E o outro tema, que é paralelo, sobre “Neocolonialismo: Dependência e Interdependência Africana”. Como é que eu organizei a minha exposição? Em cinco fases. Primeiro uma apresentação do tema, que acho que já no último dia do seminário vocês passaram a semana inteira discutindo África e muito desse objeto de estudo foi abordado em outras apresentações. Vou ser até breve nessa questão. Depois, vou contextualizar a questão da nova África, aquilo que entendemos por nova África. Isso parte de uma perspectiva anterior do que existia, digamos assim, a antiga África em oposição a essa nova África, pautada pelo “afropessimismo”. Vou contextualizar um pouco sobre o afropessimismo, depois eu vou falar também, claro, do afrootimismo. Em terceiro lugar, uma discussão sobre o crescimento econômico no continente. Vamos tentar entender melhor esse crescimento econômico da África e problematizá-lo, porque não adianta ficar repetindo que os países africanos crescem há uma década a taxas de 5% ou 6% ao ano. Por último, ponderações sobre o crescimento africano e uma apreciação geral. Nesse roteiro que apresentei, vou inserir a questão do neocolonialismo, da dependência e também da interdependência africana.

Nós estamos falando de um continente com 54 países, várias regiões. É muito difícil singularizar a África, isso é algo que sempre repito. Toda vez que falo de África tento colocar isso na cabeça das pessoas: generalizar sobre África é perigoso. A diversidade se revela em diferentes campos: cultural, étnica, linguística, econômica,

política, religiosa. São várias Áfricas dentro desse continente. Não apenas há diferenças entre países, entre regiões, mas também entre países vizinhos. A África é um objeto de estudo que tem de ser pensado na dimensão de suas diversidades. É muito frequente no Brasil e em outras partes do mundo haver preconceitos, ideias preconcebidas em relação à África. Um exemplo banal que me ocorre nesse momento foi a última epidemia de ebola, restrita a três países e a uma região, no entanto, o ebola estava na África. Gente escreveu para mim porque queria ir para a África do Sul, perguntando se eu recomendaria; nunca conheci a pessoa, nunca tinha visto, recebi um e-mail perguntando o que eu achava. Ela encontrou o meu nome em algum lugar na internet; o que eu achava? Se ela poderia ir para a África do Sul? Ela estava com medo por causa da crise do ebola que estava acontecendo a milhares de quilômetros de distância, sem nenhuma conexão com a África do Sul. Esse é o senso comum que existe dessa generalização da África. Isso serve para várias outras questões também. Acho também muito importante enfatizar isso, por exemplo, no próprio tema que eu estou trabalhando: o crescimento econômico e a estabilidade política – não se pode pensar em dimensão tão continental, porque alguns países crescem mais, outros crescem menos. A estabilidade política virou uma tendência, mas há também ainda a persistência de conflitos, há também instabilidade política.

É difícil tratar a dimensão continental da África sem incorrer em erro. Isso se aplica também à América Latina: “O que é a América Latina?” “Que identidade latino-americana é essa que dizem que temos?” Basta cruzar a fronteira do Brasil com a Bolívia que rapidamente vai-se perceber que não há identidade nenhuma, uma identidade muito construída de fora para dentro. Assim como uma espécie de identidade africana, existem problemas comuns aos continentes, existem desafios comuns, existe uma perspectiva global que generaliza os africanos principalmente na questão racial.

Até mesmo a primeira divisão do continente, a mais elementar delas, separa a África Subsaariana da África do Norte. Antigamente se usava uma expressão assim: África branca em oposição à África negra. É isso que seria o contorno de uma África vista de fora, mas não precisa nem de lente de aumento potente para identificar as diversas realidades africanas nesses dois conjuntos, entre a África do Norte e a África Subsaariana.

Com relação à ideia de um afropessimismo, que nova África é essa de que se fala? Os organizadores sugeriram que se fizesse exposição dessa temática, porque eles pensaram o seminário em uma perspectiva total. Quando se fala em nova África, a referência é a mudança significativa que ocorreu no final dos anos 1990 em termos gerais, porque a inserção internacional do continente africano nesta configuração que conhecemos é relativamente recente. Ela vem do final da 2ª Guerra Mundial e do processo de descolonização, quando surgiram novos estados africanos. Observe que a gente não pode confundir países com nações. No caso da África são novos estados ou países, não são novas nações. Eles surgem no pós-Segunda Guerra Mundial, no contexto da descolonização e há a inserção internacional da África durante a Guerra Fria, condicionada pelos parâmetros da Guerra Fria. Com o fim da Guerra Fria, há uma mudança significativa na inserção internacional da África. Com a eliminação daqueles condicionantes da Guerra Fria, a África se vê um tanto mais livre, mas também abandonada pela dita comunidade internacional. Os países que antes participavam mais ativamente dos assuntos africanos passam por uma política de retração. Por exemplo, com a desintegração da União Soviética, a Rússia não conseguiu manter a política africana que a União Soviética tinha antes. Os Estados Unidos promovem também um afastamento da África, principalmente depois daquele episódio ocorrido na Somália em 1992. Os americanos também se distanciam. Os países europeus, tradicionais participantes da

política africana, também se retraem. Mesmo a França, que tem uma política africana muito ativa na Europa, passa por um período de indefinição, até que depois retoma sua política africana, um tanto até agressiva. Até o Brasil, que vinha de uma política nos anos 1970 e nos anos 1980 de espectro continental vai passar nos anos 1990 por um processo de seletividade: identifica atores específicos na África e vai trabalhar com eles, ou seja, diminui a dimensão continental. A Índia e a China continuaram, mas a passos lentos. A China é um fenômeno diferente; continuou presente e ao longo da década de 1990 foi aumentando.

Enfim, aquilo que ocorre na África com a redefinição da ordem internacional no período de transição é uma situação no continente africano de crise; crise generalizada. Mas não era todo o continente em crise. Nós temos processos curiosos que indicavam as duas coisas: alguns países saindo de uma crise e outros países entrando em uma crise, no mesmo ano, por exemplo. Em 1994, no mesmo mês de abril, estava ocorrendo o genocídio em Ruanda e a transição na África do Sul, com a eleição do Nelson Mandela. Temos processos de estabilização: Moçambique, nos anos 1990 sai de uma guerra terrível, que custou mais de um milhão de vidas para o país nos anos 1980; Angola, perspectivas de melhora; Namíbia surge como país em 1990. Por outro lado, alguns países conheceram a porta do inferno, como foi o caso de Ruanda, Serra Leoa, Libéria, a República Democrática do Congo, cuja guerra se estendeu e continua até hoje. Foi o conflito mais mortífero depois da 2ª Guerra Mundial. Nessa guerra civil na República Democrática do Congo, que envolveu não só o Congo mas também vários outros países africanos com conexões externas, morreram de cinco a seis milhões de pessoas: mais que na Guerra da Coreia, muito mais que na Guerra do Vietnã, mais que qualquer guerra depois da 2ª Guerra Mundial. Houve em tempos recentes dois genocídios na África, um

reconhecido e outro não, que são o genocídio de Ruanda e o de Darfur.

Os anos 1990 foram anos difíceis para parte do continente africano: nós estigmatizamos a África com base na visão de que a mídia internacional transmitia com imagem predominantemente negativa e pessimista. Só se destacava a questão de doenças, epidemia, fome, miséria e guerra. A África era muito mais do que isso, mas nós tínhamos uma visão radical, extrema, negativa. Essa situação começou a ser superada no final dos anos 1990. É muito curioso como foi superada, porque se pensa muito no sistema ONU, missões de paz, comunidade internacional. A comunidade internacional é um fato, em minha opinião, menos decisivo para a superação desses conflitos africanos. Eles foram superados muito mais internamente, seja por exaustão dos beligerantes que não aguentavam mais a guerra (cenário que lembra muito a Guerra dos 30 anos que precedeu Vestfália na Europa, no século XVII). Esses conflitos africanos de uma forma ou de outra se resolveram. Aliás, eu tenho uma tese de que a interferência externa prolongou uma série de conflitos. A comunidade internacional se omitiu muito diante desses fenômenos de violência que ocorreram na África. A questão do genocídio em Ruanda é o exemplo do absurdo: todos sabiam exatamente o que estava acontecendo, *just in time*.

No final dos anos 90, há uma exaustão desses conflitos, há uma renovação do pensamento africano e de um pensamento que não acontece em uma única região ou em um único país. É um processo difuso que se passa a chamar de renascimento africano, vocês já devem ter ouvido essa expressão. Os africanos começam a pensar a África com suas próprias cabeças, começam a se libertar um pouco da dependência com relação ao mundo exterior. Surge daí uma perspectiva de que os problemas africanos têm de ter soluções africanas – “parem de nos ajudar, nós queremos encontrar o nosso caminho”. Isso é um processo que abarca a África inteira, por um

lado com a renovação de algumas lideranças africanas; por outro lado, pela persistência de antigos líderes africanos que continuam no poder até hoje.

O relacionamento com os africanos foi tão importante que vai promover, em minha opinião, uma redefinição não só das relações entre os estados africanos, por exemplo: a criação da União Africana em substituição à Organização da Unidade Africana. Ela vai repensar sociedades africanas, como o papel da mulher nessas sociedades. Os estados africanos se comprometeram, a partir desse renascimento africano, a buscar melhorar a inserção da mulher na sociedade. Vocês podem ver que em vários países há resultados, porque em termos políticos as mulheres africanas participam muito mais da política do que no Brasil, por exemplo. Nós temos uma presidente eleita na Libéria. No Parlamento de Ruanda se destaca grande quantidade de mulheres – é simplesmente impossível comparar a participação das mulheres no cenário político em relação ao Brasil. Outras questões também surgiram com essa dimensão do renascimento africano.

Devagar começa a surgir a nova África, aquela que vai levar para o outro extremo do “afrootimismo”. É como se, de repente, todos os problemas se tivessem resolvidos e a África encontrado o caminho do paraíso. Começam a atrair investimentos, os países começam a redescobrir a África, a investir no continente todo o dinheiro gasto com os conflitos. Guerra é cara. Todo o dinheiro investido, na verdade desperdiçado em guerras, passa também a ser convertido em termos de desenvolvimento econômico, de investimento em infraestrutura. Agora, ainda era insuficiente, mas a África entra em um novo ciclo nos anos 2000, pautado pela atração de investimentos externos, por um novo interesse por parte de países de fora da África. Quem assumiu a liderança disso foi a China, que começa a investir bastante na África em termos de infraestrutura, de investimentos diretos e de aproximação

com os países africanos. A China vai com tudo para o continente africano, despertando até outros países que tinham se retraído e se afastado momentaneamente da África. Os europeus vão voltar, os Estados Unidos gradativamente vão buscar uma aproximação com a África também. Quando o Lula assume, recria uma política africana de âmbito continental, até chegar ao final do seu segundo mandato com uma rede de embaixadas grande no continente: 37 embaixadas. Maior até do que aquela que tínhamos no auge do período da política africana dos anos 1970 e 1980. A Índia, sem muito estardalhaço, vai penetrando no continente africano também; e a Rússia busca por sua vez retomar uma política africana.

Então vejam: aí se despertou o interesse geral com relação à África, isso ajudou a mudar a imagem do continente. Mas foi uma mudança muito radical. Vejam só *The Economist*: em dez anos, já é uma África colorida em franco processo de crescimento, tudo bem, tudo certo. Essas visões extremadas, é claro, estão ambas equivocadas: assim como eu disse que na primeira visão do afropessimismo nem tudo era ruim, existem processos de estabilização política, de crescimento, de redefinição de determinadas sociedades. Na época do afrootimismo dos anos 2000, temos também regiões e países da África com sérios problemas que não foram encaminhados. Se o cenário africano fosse um cenário como aquele pregado pela mídia afrootimista, que contaminou todo o mundo, nós não veríamos essas cenas insanas e tristes dos fluxos migratórios da África em direção à Europa principalmente. Fazendo essas viagens assim extremamente inseguras, milhares de pessoas morreram no Mediterrâneo e no Atlântico Norte; nunca saberemos o número exato de mortos. Só sabemos que morreu muita gente. Então existem vários problemas nesse balanço de afropessimismo e afrootimismo. Penso que a solução é o caminho do meio – um “afrorrealismo”. Os principais argumentos dos afrootimistas: a África cresce, o primeiro ponto é

o crescimento econômico, cresce constantemente acima da média mundial desde 2003. O PIB dos 48 países da África subsaariana nesse período cresceu entre 5% e 6% ao ano, em média geral. A expectativa de crescimento é de 6% em média ao ano nos próximos 20 anos. Terceiro, o PIB africano crescerá de 1,6 trilhão, em 2013, para 2,6 trilhões de dólares em 2020. Seis das dez economias que mais crescem no mundo estão no continente africano. Para esse ano de 2015, a expectativa era de sete em 10. Dois terços do crescimento africano vêm de outros setores que não a de exportação de *commodities*, também uma notícia extremamente otimista. Há forte expectativa de crescimento nas exportações de petróleo e gás, outro ponto do discurso afrootimista. Eu não estou dizendo que é mentiroso, a gente vai problematizar isso aí. A nova classe média no continente amplia o mercado interno e contribui para o crescimento econômico; de fato houve o crescimento de uma nova classe média africana, estimada hoje em 300 milhões de pessoas mais ou menos em todo o continente, que tem cerca de um bilhão de habitantes.

O crescimento populacional é outro ponto: o continente é jovem. Terá 1,1 bilhão da força de trabalho em 2020. A população africana cresce rapidamente a taxas elevadas. Estima-se que um país como a Nigéria terá 440 milhões de habitantes em 2050 e 800 milhões em 2100. Agora, o crescimento africano é interessante porque é baseado em estatísticas, projeções de longo prazo, muita coisa pode acontecer pelo caminho. Esses censos demográficos costumam acertar quando não há uma catástrofe muito grande. Agora, projeções para 100 anos como historiador, eu fico com um pé atrás, um não, dois. Vejam só, aqui mostro a projeção de crescimento do continente africano, que cresce até mais do que a Ásia, embora a Ásia tenha muito mais gente. Mas já aconteceu uma mudança no processo. Vejam aqui esse gráfico de cima que mostra a população em 2013. No caso dos países africanos,

percebam que a Nigéria está cá embaixo. Na projeção para 2050, a Nigéria já está em terceiro lugar. As populações da Índia e da China tendem a estabilizar e até a diminuir. Em alguns países africanos, a tendência é que o crescimento demográfico aumente, enquanto em outros países há também estabilização na taxa de fertilidade. De toda forma, trata-se de um dado relevante a projeção do crescimento populacional do continente africano, porque isso tem uma série de implicações. Em 2050, 1/5 da população global vai viver na África. Veja aqui os países: a Nigéria é o que de longe mais cresce; a Etiópia cresce muito, o Egito, a República Democrática do Congo têm também uma projeção de crescimento fantástica. Tanzânia, Sudão, Quênia, Uganda, Gana, Moçambique. Também e depois vai diminuindo: Côte d'Ivoire, Madagascar, Cameroun. Mas todos crescendo, a população do Brasil, por exemplo, não vai acompanhar isso daqui, pelas estatísticas. E isso aqui, ao mesmo tempo, é algo que pode sinalizar para uma perspectiva promissora, mas também é um grande desafio, um enorme desafio para os africanos. E aqui há outro processo, até mais difícil de lidar porque se trata do crescimento da taxa de urbanização. Veja só como ela cresce em alguns lugares de forma assustadora, e esse crescimento é desordenado, é um crescimento em que as cidades vão crescendo sem um plano diretor, sem nenhuma estratégia de estabilização ou de um crescimento ordenado. É algo como o crescimento das periferias e de grande número de excluídos. Mas vamos voltar aqui ao discurso do afrootimismo. Essa questão da força de trabalho, do crescimento populacional a longo prazo, amplia o mercado consumidor, dependendo do crescimento dessas economias, mas também apresenta desafios, como a necessidade de aumentar a produção de alimentos para diminuir a insegurança alimentar. A questão da agricultura na África ainda é uma questão muito sensível.

Outro aspecto do discurso é a capacidade de atração de investimentos externos. A África consegue atrair muitos investimentos, por quê? Pelas altas taxas de retorno, os investidores vão para a África. Ao mesmo tempo é interessante para a África. Por outro lado, se os investidores tiverem tendo retorno muito elevado significa que pouca coisa fica por lá. É o caso, por exemplo, da *Vale*, que estava operando em Moçambique. A *Vale* deixava um valor irrisório em termos de impostos para o governo moçambicano. Até me parece que foi feita uma revisão disso, mas era uma coisa ridícula o que ficava para os africanos dos investimentos externos. Isso é uma coisa meio delicada, porque tem de ser devidamente pensada. Outro aspecto é o interesse de grandes corporações internacionais no mercado africano. Quando se fala de grandes corporações internacionais, não são só a indústria da mineração. Temos observado movimento de grandes empresas, como IBM, Walmart, Apple, Carlile, Grupo Sinopec e outras, que se vão dirigindo para o continente africano, descobrindo oportunidades por lá. Empresas grandes, médias e pequenas, por exemplo, no mercado de franquias; o Brasil já tem algumas atuando, como o Boticário. Outro ponto positivo: crescimento, mesmo que moderado, do comércio intrarregional na África. Isso é extremamente alvissareiro, mas ainda é muito modesto, porque há baixa complementaridade entre as economias africanas. Geralmente não tem muita complementaridade, mas cresceu, isso é importante. Outro aspecto positivo também do pensamento afrootimista é o estratégico. Sessenta por cento das terras não cultiváveis ou subcultiváveis, com possibilidade de ampliar o cultivo, estão localizadas no continente africano. Há uma fronteira agrícola enorme para o desenvolvimento dessas atividades no continente africano. Temos de pensar nisso em relação ao crescimento da população mundial. Não é só para a

África, há uma questão a que estamos assistindo: o ser humano prolifera muito.

Outro aspecto do discurso afrootimista é a drástica redução dos conflitos. Sim, houve uma diminuição dos conflitos. Aumento dos regimes democráticos, mais ou menos, mas houve. A questão é discutir o que é democracia porque aí muda de figura completamente. Aliás, é interessante a posição do Brasil com relação à democracia, aos direitos humanos. Você observa o que anda acontecendo na Venezuela? Eu não ouvi falar nada, aqui do lado, na Venezuela. O que acontece em Angola? Há 15 jovens que estão presos desde junho, tem um que está há 32 dias em greve de fome; ele vai morrer se continuar nesse pique. Eles foram presos porque protestaram contra o governo do José Eduardo dos Santos, que está no poder desde 1979, e é amigo do Brasil. Eu estou aqui no Itamaraty, mas não sou diplomata, eu posso falar. A gente deveria ter uma posição em relação a isso. Por que os europeus podem criticar e isso não abala a relação dos europeus com eles, com os africanos? E o que a gente tem feito? Eu não vi, mas pode até ter saído uma nota, alguma coisa assim, mas eu não vi nenhuma. E Angola não é o tal país irmão africano? Não é nossa conexão direta com a África? Não é aquele país com que temos grande afinidade e identidade? Ou seja, é com o país e não com os angolanos. O José Eduardo está no poder desde 1979. Então, essa questão de aumento dos regimes democráticos é relativa; por exemplo, tem um mapa da Freedom House. Não é para questionar os critérios da Freedom House, mas de toda forma, vejam aqui o continente africano. Ainda existem regimes não livres na classificação da Freedom House. São democracias periclitantes, democracias de aparência. Há uma situação que não é nada confortável para o continente africano. Essa é outra discussão, que mereceria um momento específico. Eu não sou desses que acreditam que democracia é panaceia para todo mundo. Você imagina exportar

democracia. Isso é loucura, insanidade; a democracia é um modelo específico europeu-americano, que eles acham que tem de ser implementado pelo mundo afora, sem considerar as realidades locais. Minha opinião em relação à democracia passa por uma rediscussão conceitual do que é democracia, de que tipos de democracia estão-se falando. Não estou aqui de jeito nenhum pregando exportar democracia para a África, de jeito nenhum. Também a inserção internacional positiva, sem dúvida nenhuma está ligada também à estabilidade política do continente. Outro aspecto: maior *accountability* dos governos africanos. Os governos africanos têm de lidar agora com uma série de pressões externas. Não todos, mas há certa vigilância sobre o que fazem e isso aumentou muito. Não existia antes devido à corrupção. Quem somos nós brasileiros para falar em corrupção? Basta atravessar a rua aqui. Não é que eu esteja apontando o dedo. O interesse internacional sobre a África com parcerias externas com a China, a Índia, os Estados Unidos, a União Europeia, o Brasil e a Rússia. Os africanos começaram a aproveitar essas parcerias e tirar proveito, o que é interessante para eles. Há maior proatividade da União Africana e isso é outro ponto importante dessa renovação, dessa nova África, desse pensamento otimista. Agora vêm as ponderações, mas quando se vai ver todos os argumentos dos afro-otimistas, temos de tomar alguns cuidados. Vamos pegar aqui, indagar, pensar um pouquinho sobre o que é esse crescimento econômico africano. Em primeiro lugar: é sustentável? Esse crescimento está baseado em quê? Quais setores econômicos estão apontando para o crescimento econômico? Quais os que mais crescem? Promovem inclusão social? Promovem distribuição de renda e a superação da pobreza? Minha proposta foi crescimento econômico e estabilidade política; não fala de desenvolvimento. Porque aí temos uma questão: uma coisa é crescimento, outra coisa é desenvolvimento. A gente observa os países africanos em processo de crescimento econômico,

sem dúvida nenhuma, mas esse crescimento está levando ao desenvolvimento? Há um processo de desenvolvimento social? Promove inclusão? Promove emprego? Promove uma melhoria na vida das pessoas no geral? Quando a gente começa a pensar, fica-se meio com o pé atrás com o crescimento africano, porque os países que mais crescem, como regra, são exportadores de petróleo, são os estados petrolíferos, ou aqueles que têm alguns minerais estratégicos. Aqueles que mais se beneficiam justamente nesses casos dessa riqueza são as elites. Ela avança muito pouco para o social, para a perspectiva da sociedade. A redução da pobreza nesses países exportadores de petróleo, gás e alguns minerais estratégicos, é muito mais lenta do que o processo de desenvolvimento social. É interessante aqueles que têm investido em agricultura, os que não têm, portanto, recursos minerais e energéticos, vêm apresentando crescimento menor, porém distribui mais renda, inclui mais pessoas e produz mais alimentos. Guiné Equatorial, Gabão, Nigéria, todos são países petrolíferos africanos que apresentam características nefastas. Não são só os africanos, isso é algo muito geral, de um distanciamento muito grande entre estado e sociedade. Por exemplo, no caso da Nigéria, na região do delta, região que produz muito petróleo, há um quadro de pobreza generalizada. As condições de vida pioraram dramaticamente no delta do Níger, ao mesmo tempo em que aquilo gerava uma riqueza impressionante para o país: fato que levou a disputas e a conflitos locais. O Gabão é um país absurdo, porque exporta petróleo há décadas, tem uma população pequena, e no país se convive com essas diferenças gritantes dos que têm e dos que não têm. Angola é a mesma coisa. Guiné Equatorial, que agora entrou para a CPLP, é algo que me intriga – a questão da democracia de novo. Eu tenho de conversar com um diplomata, ainda não o encontrei, para conversar e entender um pouco como a Guiné Equatorial entrou na CPLP. Porque está ali, eles estudam a CPLP e

acham que é normal, mas ainda não consegui entender pelo ponto de vista dos princípios. A CPLP diz que tem de respeitar os direitos humanos. A CPLP diz lá que é uma questão democrática, e sem contar que tem de falar português. Ainda tem isso, que é uma comunidade de países de língua portuguesa. A Guiné Equatorial não segue esses critérios. O Obiang está no poder há 40 anos. Ele está ganhando do José Eduardo. Esses estados como a Guiné Equatorial eram como se cada cidadão fosse fazer uma distribuição de renda, ganhando na Mega-Sena, entendeu? Com prêmio acumulado. Mas é claro que isso não se reflete na vida de muitas pessoas; por isso a questão de acusar o regime do Obiang de violação dos direitos humanos, manter ainda parte da população em uma situação de muita restrição econômica. Esse é um aspecto. A questão da agricultura, por exemplo, que é estratégica, mas ainda é muito pouco privilegiada no contexto africano. Aliás, há até abordagens problemáticas com a agricultura, porque existem basicamente duas perspectivas: alguns que pregam a entrada do agronegócio para produzir *commodities*, e inserir naqueles países agricultura em escala no mercado internacional agrícola. Existe outra visão menos radical, que considera mais importante dar ênfase à agricultura familiar – fazer programas que permitam que os africanos aumentem a produção e a produtividade agrícola, que ainda são na maior parte muito rudimentares no continente, onde há pouco investimento estatal e pouca técnica também. De toda forma, em um ou em outro caso, a agricultura ainda é um setor que merece atenção no contexto africano. Uma coisa não exclui a outra; pode e deve continuar a exploração dos recursos energéticos e minerais, mas a agricultura precisa ter uma atenção maior. Outro aspecto também que nos faz refletir sobre o afrootimismo tem a ver com a questão da infraestrutura, muito precária na maior parte da África. Muitos desses investimentos vêm de fora para construir

infraestrutura, justamente para drenar recursos africanos. Daí a ideia de neocolonialismo e de dependência, que estão associados à essa questão do crescimento. Por exemplo, a China é vista por muitos como emblemática nesse sentido: o que a China quer da África? Aquilo que a China quer da África é o mesmo que o Brasil quer da África, o mesmo que a Índia quer da África, o mesmo que todo mundo quer da África. Essa visão romântica, sobretudo com relação ao Brasil, de que somos diferentes, é bobagem. Vai ver o que a Vale está fazendo no continente africano; a Odebrecht também. Não estão indo lá para levar o desenvolvimento. O que temos de pouco diferente são programas de cooperação com a África, que merecem ser até mesmo melhor avaliados, melhor estudados, mas o comportamento do Brasil é o mesmo de um ator internacional que quer também explorar oportunidades onde elas existem. No caso da África, é uma área que oferece oportunidades para empresas brasileiras. Mas então há um déficit de infraestrutura muito grande no continente. Outro aspecto que dificulta o desenvolvimento africano ainda é o déficit energético que existe na África. Precisa também de investimento nesse campo e os exploradores vão para lá criar parques energéticos que permitam também a exploração desses recursos. O Brasil teve planos de construir uma hidrelétrica em Moçambique, nesse contexto de maior aproximação. O outro aspecto de que falei anteriormente é da questão que constrange muito a África e que é um grande problema: a corrupção. Não é só na África, corrupção é um fenômeno mundial, está em todo o mundo, mas o problema com relação à corrupção na África é que ela é particularmente mais nefasta para os pobres, atinge-os de forma mais cruel. Uma coisa é a corrupção nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. Outra coisa é a corrupção em um país pobre, até aqui no Brasil. Vocês viram que o descalabro a que chegamos agora vai afetar os programas sociais do governo. Em parte vem dessa crise moral e dessa

corrupção desenfreada. É inevitável que atinja os mais pobres, de uma forma muito mais dura. No caso da África, a corrupção é mais nefasta ainda – o caso de Angola de novo é um paradigma. Lá tomaram conta do petróleo do país, tomaram de assalto, mais ou menos como fizeram com a Petrobras aqui. Só que lá é uma coisa de mais longo prazo. Outro aspecto: altas taxas de desemprego: isso é um problema sério para a África. A taxa de crescimento mais rápida e a taxa de fertilidade maior geram mais gente. A população jovem é muito grande e a abertura de postos de trabalho não acompanha o crescimento demográfico. Gera-se um contingente enorme de excedentes, enquanto se assiste aos documentários – não na mídia oficial, mas na mídia alternativa – que são possíveis de encontrar na internet. A maior parte dos documentários mostra não exatamente refugiados, mas migrantes que saem da África e vão para a Europa em busca de melhores condições de vida, porque não têm possibilidades de inserção no mundo do trabalho no continente africano. Isso demonstra como essa questão do desemprego é muito alta, sempre estou falando no geral. Por exemplo, outro aspecto econômico também: há um mercado informal muito grande no continente africano. O Brasil é um país de muitos direitos. Nós temos um estado que tem uma cobertura social grande. Não temos aposentadoria no caso africano, e ainda assistência social, saúde pública ou educação pública como no Brasil. Esse mercado informal traz insegurança para as pessoas, porque elas não têm assistência do estado formal. Têm de trabalhar até o fim da vida, e viver em condições precárias. A classe média, por exemplo, de que eu falei aqui no pensamento afrotimista, é preciso problematizá-la também. Falei em mais ou menos 300 milhões de pessoas. Agora, alguns autores sugerem que essa classe média está inflacionada, está acima da real classe média do país, como é aqui no Brasil. Aqui no Brasil, quase todos meus alunos da UnB que têm 18, ou 19 anos de idade são classe média. Porque

nosso parâmetro é mil reais. Com mil reais se está na classe média. Tiramos todo mundo da pobreza com um decreto. Então você tem, no caso da África, um número inflacionado da classe média, porque muitos deles não têm uma renda elevada, mas para os governos é bom dizer que têm classe média. A questão é que nem todos os 300 milhões são de classe média, mas boa parte deles é de classe média. Como aqui no Brasil, classe média quer consumir. Isso é algo que ativou muito o consumo nas cidades africanas e atraiu para lá muitos interesses externos de que vamos explorar o mercado de consumo – está crescendo a África. Motocicleta, televisão, telefone celular, eletrodomésticos, automóvel; estão chegando também, vai ser uma desgraça. Eles vão ter os mesmos problemas que nós temos. A única diferença ainda com relação à África, e que acho uma grande vantagem para eles, é que ainda não entraram naquela vida a crédito. No Brasil, há um ano e meio entrava-se em uma revenda de automóvel e era difícil sair de lá com um carro na mão, entendeu? Não havia dinheiro, mas o crédito estava ali: é a vida a crédito. Aqui no Brasil mudou, mas nos anos 1970 não era assim. Quando eu era criança tinha a história da poupança: tinha-se que juntar o dinheiro para depois comprar. Agora não, compra-se para depois pagar, e aí fica-se atrelado à vida a crédito que Zygmunt Bauman fala como uma das características desse mundo que vivemos nos anos 90. O comportamento africano ainda não é assim, talvez porque falte crédito. O africano é igual a qualquer outro ser humano e também tem interesse legítimo de consumo, qualquer um tem. Por enquanto, estão salvos disso aí. São interessantes também as diferenças da África em relação ao Brasil. Meus alunos africanos me ensinam muita coisa. Lá na África tem vários países, o professor enquadra os alunos, palmatória, puxão de orelha, solavanco ainda existem. Eles vêm para cá e ficam achando a coisa mais estranha do mundo, porque aqui o aluno bate no professor. E eles falam assim: “Que

mundo é esse?”. É uma coisa curiosa, interessante. São vários países de línguas diferentes, que reportam a mesma coisa. Na Côte d’Ivoire, tinham me falado que sexta-feira era o dia. Os professores chegavam para extravasar em cima dos alunos. Angola tinha disso, Gana também. Um aluno contava semana passada que levou na palmatória aquele modelo antigo brasileiro: “Estende a mão aí”. A polícia ainda faz isso aqui, com um pouco mais de “finesse”. O professor faz isso lá nas escolas africanas. Outra coisa que mostra que o afrootimismo deve ser repensado é a persistência de altos índices de pobreza. Vejam só que dados relevantes e assustadores: 61,7% da população urbana vivem em favelas. Como falei, o crescimento rápido das cidades gerou um cenário de crescimento desorganizado e a transferência de comunidades nos interiores; pessoas que foram se agrupando no interior em favelas, sendo que 61% dos africanos ainda vivem abaixo da linha de pobreza. A linha de pobreza é a de quem ganha menos de dois dólares por dia. Há persistência da pobreza, a qual está associada à fome, à falta de perspectiva de desenvolvimento, à desagregação familiar. A pobreza embute em si uma série de questões comprometedoras para o desenvolvimento humano. Outra coisa de que os afrootimistas pouco falam, e que falei aqui no começo da minha exposição, é a persistência de alguns conflitos e o surgimento de novos desafios em termos de segurança regional e continental. Diminuíram os conflitos, mas eles persistem e alguns novos surgiram. Eu coloco nessa exposição várias questões de segurança, mas não vou ficar passando os diapositivos aqui. Nós temos a ação de terroristas em algumas regiões da África, sobretudo na área do Sahel, que é uma coisa nova: esses movimentos jihadistas transpuseram a África do norte para a África subsaariana. Há na região uma enorme faixa de transição de grupos que atuam dos dois lados, como o Boko Haram, que recebe uma grande influência do jihadista Al-Shabaab também na Somália, e que acaba

repercutindo em países como o Quênia, sem contar o contexto da África do norte e de todo o Sahel. Temos uma situação de crise no Mali, no Chade, na República-Centro-Africana, em Uganda, que ainda continuam com problemas. A República Democrática do Congo está encaminhada, mas ainda persistem problemas. A Côte d'Ivoire vive ali no fio da navalha de voltar à guerra civil. Então, temos de fato algumas situações conflitivas que mostram que essa estabilidade política não é algo já consolidado na África. E essa insegurança se revela também em outros contextos, por exemplo: a insegurança marítima cresceu muito nas costas africanas. Primeiro era só no litoral da Somália, agora, na África Ocidental, no Golfo da Guiné; aumentou substancialmente a insegurança marítima do lado de cá, com assalto a cargas de navios. No caso da África Ocidental não são ataques de piratas, mas muitos incidentes marítimos na zona costeira africana; e isso é importante porque por ali passam a riqueza e o comércio da África. Isso tem implicações, aumenta o seguro, aumenta o custo do transporte, aumenta a insegurança local; tudo está ligado a uma fragilidade na terra; então há persistência. Bem, eu vou finalizar, não deu para falar de tudo. Sobretudo não deu para fazer a relação com o tema do neocolonialismo. A expressão neocolonialismo é uma expressão muito forte e não sei se ela seria uma expressão adequada. Acho que há um comportamento inerente àquele de explorar os territórios e as riquezas africanas. Muitos falam da China como seguindo um padrão neocolonialista. Eu tenho minhas dúvidas. Acho que a China não faz nada diferente em relação aos outros. Quem é neocolonialista para mim na África é a França. A França é neocolonialista, aliás, melhor: colonialista. Os franceses não conseguiram superar a mentalidade colonialista do século XIX de missão civilizatória, que tinham quando construíram um império francês na África. As intervenções francesas no continente africano, o descalabro que eles provocaram lá: bases militares

permanentes, atrocidades, uma coisa de que quase ninguém fala. Madame Habyarimana mora em Paris e foi uma das perpetradoras do genocídio em Ruanda, e o governo de Ruanda pediu para que a julgassem. Os franceses disseram: “Madame fica, Madame não vai”. Depois inventaram um processo com ela na França, mas uma daquelas coisas para inglês ver. E outros genocidas resgatados pelos franceses naquele contexto do genocídio em Ruanda apareceram como bonzinhos. O filho do ex-presidente François Mitterrand ficou preso por tráfico de armas na África. Há muitas fortunas de corruptos africanos na França. Colonialistas para mim são os franceses que não se libertaram disso; e fazem interferência na África, mandam soldados, dizem que a segurança na Europa está ameaçada – é sempre interessante. É claro que eles não fazem isso sozinhos, porque se dá em uma relação de conluio com as lideranças africanas, com as elites dos países africanos de língua oficial francesa, que se aproveitam dessa relação com os franceses para se perpetuarem no poder. Não estou dizendo que os africanos são coitadinhos; as elites desses países são tão culpadas quanto os franceses porque se aliam a estes em benefício próprio, em detrimento da sociedade. Dependência e interdependência são um fenômeno global. Eu não tive como explorar essas questões. Agora, finalizando, nem afrootimista, nem afropessimista, a abordagem tem de ser mais moderada. Eu sou um afrootimista, mas não sou também um desses entusiasmados, crentes, movidos pela fé. A gente tem de pensar, identificar o problema. É inegável o crescimento das economias africanas, sem dúvida alguma, e a estabilidade política também reduziu os conflitos, entretanto persistem problemas. Tudo indica que essas economias africanas continuaram crescendo, mas são vulneráveis, principalmente a fatores externos. Por exemplo, a diminuição do crescimento da China vai afetar as relações com a África. Essa diminuição certamente já afetou as relações do Brasil com a África, a manu-

tenção dos programas de cooperação, por exemplo, e outras iniciativas brasileiras no continente africano. São muito suscetíveis a variações no mercado internacional, principalmente de *commodities*. Existem enormes desafios para os dirigentes africanos, que têm a ver com transformar esse conhecimento econômico em desenvolvimento e em inclusão social. Não existe solução para esses problemas africanos fora da África; são os africanos que têm de lidar com isso. A história já ensinou que deu errado ajudar a África de fora. Minha última ideia é nesse sentido: os africanos são competentes, são capazes, têm demonstrado ter tomado atitudes cada vez mais de assumir a condução de seus países e de seus desafios. O máximo que a comunidade internacional pode fazer é ajudar em outro sentido, mas não encontrar soluções para os problemas africanos.

Eu termino dizendo para não ficarmos muito iludidos quando a gente lê essas coisas de que tudo é maravilhoso, aquela imagem da *The Economist*. Devemos ter uma posição mais equilibrada. Enfatizando, eu acho que a situação na África já mudou muito para melhor, mas os africanos ainda têm um longo caminho para percorrer, assim como nós. Acho que se eles conseguirem fazer alguma coisa diferente do Brasil vão estar bem. Se eles conseguirem evitar uma sociedade polarizada e desigual como a nossa, já terão feito uma grande coisa. Porque a situação do Brasil de 500 anos de história, e de 192 anos como país independente, nossas instituições são essas que vocês conhecem. Obrigado pela paciência.

Mediador – Antes de abrir para perguntas, a gente queria agradecer em nome do Departamento de África do Instituto Rio Branco a brilhante apresentação do professor Pio. Vamos abrir para o primeiro bloco de três perguntas, já temos dois candidatos ali.

Sr. Rafael – Bom dia, professor, meu nome é Rafael. Queria agradecer a excelente exposição. Durante a palestra, o senhor me pareceu um pouco pessimista em relação ao papel de organismos multilaterais na solução de problemas de crescimento e de desenvolvimento social e econômico dentro do continente. A minha pergunta é com relação ao pleito que a União Africana tem para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Seria essa uma solução africana dentro de um organismo multilateral? O senhor acha que isso poderia trazer algum tipo de solução ou algum tipo de otimismo para o futuro das organizações internacionais no continente africano?

Prof. Pio Penna Filho – Os africanos têm uma grande desconfiança com relação aos organismos multilaterais porque, por exemplo, o Tribunal Penal Internacional, só tem africano entre os réus, além dos sérvios. Parece que mais ninguém no mundo comete crime contra a humanidade. Por isso, os africanos ficam ressentidos. As ações do FMI e do Banco Mundial na África foram um desastre, como foi em praticamente todos os lugares. O que a FAO faz de concreto? A FAO tem enormes limitações, bem como a própria OMC. Eu acho que os africanos querem participar em um plano de igualdade, querem que não se olhe para a África como se fosse um continente repleto de países inferiores. Acho a União Africana muito boa porque interage com a comunidade internacional. Os africanos já aprenderam como isso funciona. Isso é interessante porque tem levado indiretamente ao desenvolvimento de instituições multilaterais no continente africano, o que melhora a governança. Mas as organizações multilaterais, mencionadas anteriormente, não têm condições de solucionar os problemas africanos, a maior parte das vezes elas mais atrapalharam do que ajudam.

Sr. Vinícius (Estudante de Relações Internacionais na Universidade Católica) – Professor Pio Penna, eu gostaria primeiramente de agradecer pela excelente exposição. Meu nome é Vinícius, sou estudante de Relações Internacionais na Universidade Católica. A minha pergunta é para saber qual sua percepção acerca de uma afirmação que o professor Flávio Sombra Saraiva colocou em um artigo publicado em 2010. Ele falava que a crise econômica de 2008 permitiu que a África mostrasse sua capacidade de resistir a uma crise econômica nesse novo período, exatamente porque ela já não dependia excessivamente dos países do norte. E há a participação de outros países, por exemplo, o Brasil e a China, que tiveram mais capacidade de resistir àquele período de crise. E também a Copa do Mundo de 2010, que ocorreu na África do Sul, foi um exemplo de que a África passava por novo momento. Eu gostaria de saber a opinião do senhor a respeito dessas questões. Obrigado.

Sr. Pio Penna Filho (Professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB e Diretor-Geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais) – Sem querer contradizer o professor Flávio Saraiva, mas essa história da resistência em 2008 é muito fácil de explicar: a baixa coletividade da África no mercado internacional não é por que os africanos estavam preparados para a crise, porque não estavam. A questão é quanto menos conectado com a economia global, menos se é afetado pela crise. Mas de alguma forma, eles foram afetados pela crise também, vários países. Agora a gente volta àquela questão da dimensão generalista da África. Por exemplo, muitos países que têm remessa de dinheiro de emigrantes como componente importante da sua renda, perderam. A questão do Brasil, coloco ainda como secundária, mas a China naquele período de fato foi importante porque continuou importando muita matéria-prima, muitas *commodities* africanas.

A questão da crise em 2008 não é que os africanos estavam preparados, mas porque não estavam conectados a essa economia, mas de uma forma interdependente. A mesma coisa aconteceu na crise de 1929, os países menos ligados à economia global foram os menos afetados. A primeira vez que a copa foi na África, isso muda a imagem. Eu acho que nada é melhor para quebrar preconceitos quando você estabelece um contato direto com o outro. Tenha certeza de que muitos brasileiros que foram para a África do Sul voltaram com outra ideia. Eu acho que a Copa foi importante nesse sentido.

Interlocutor não identificado – Caro mestre Pio, eu sempre vou ouvi-lo com sua honestidade e independência peculiares. Estive a conversar aqui com o amigo diplomata sul-africano, estava aqui há pouco lamentando todo esse quadro de crise múltipla que vivemos no Brasil. Ele falou: “Pelo menos vocês estão conseguindo sair às ruas e tal. Lá a gente não tem isso”. Você consegue prever algum tipo de primavera africana? Abstraindo a questão da Tunísia, mesmo considerando a questão da classe média, a exigência de serviços públicos melhores, a questão da própria corrupção, que é endêmica como aqui, consegue ver algum início de processo que possa apontar para uma certa primavera africana?

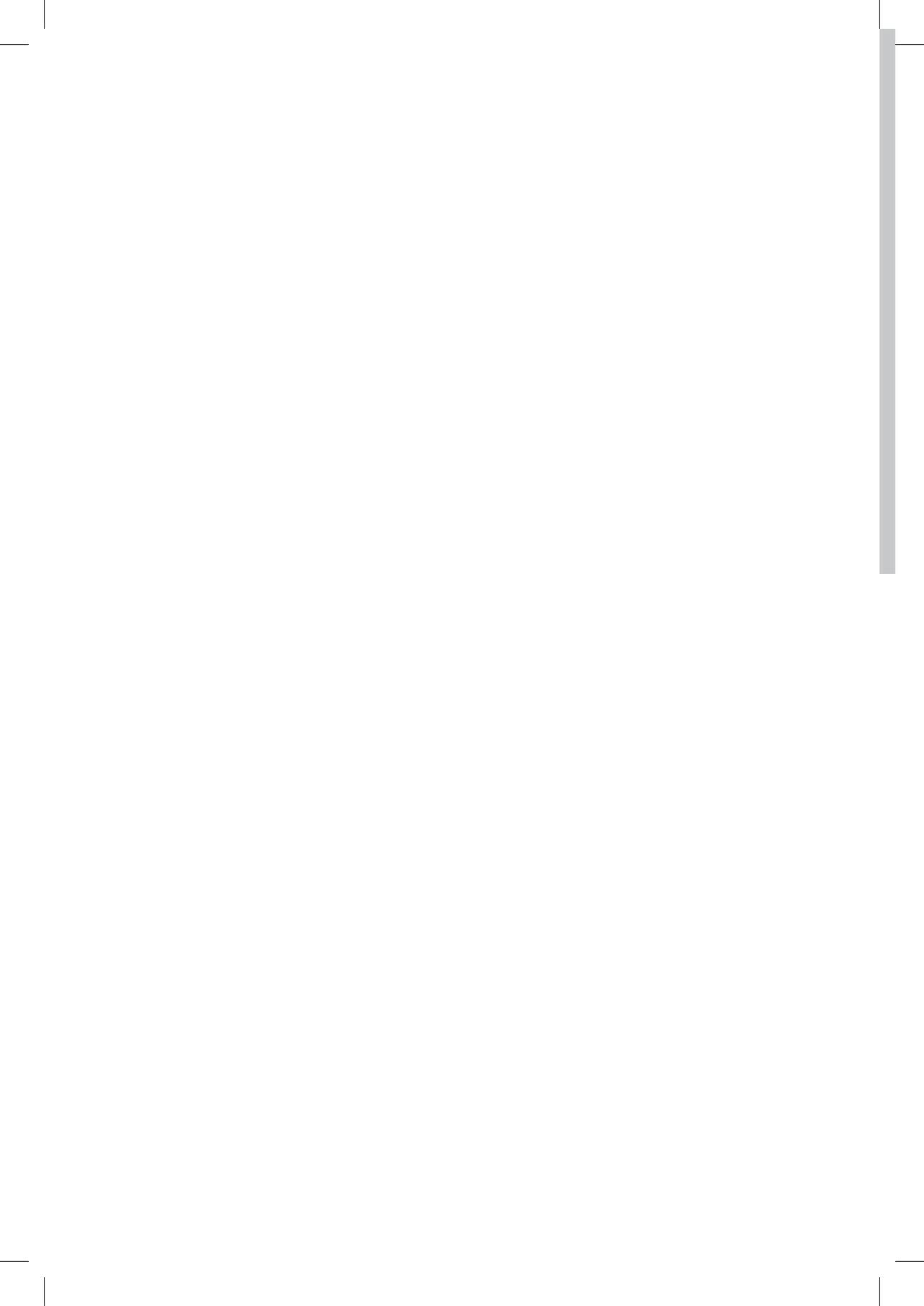
Sr. Pio Penna Filho (Professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB e Diretor-Geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais) – Primavera eu não diria porque não houve primavera coisa nenhuma; foi uma coisa midiática. Agora, no caso da África, nós temos sinais claros disso daí. O fato dos meninos estarem presos lá em Angola, as manifestações de jovens na Nigéria, a manifestação dos *black blocs* em Moçambique, foram antes das nossas aqui. Quando eu digo *black blocs* é porque eles saíram lá e quebraram o pau contra a taxa de inflação e de desemprego, mobilizando-se por SMS, interessante lá que não foi

nem por *Facebook* ou essas redes sociais, foi SMS. Você tem nas principais cidades africanas uma insatisfação cada vez mais clara por parte dos jovens. Isso é interessante; começam a protestar contra aquele estado de coisas. Esse de Angola é fantástico. E essa notícia tem repercutido mundialmente, e também no âmbito do continente africano, entendeu? Na Nigéria eu já vi manifestações de jovens quebrando o pau na rua contra a situação, contra a insatisfação; eles são reprimidos, mas estão começando a se colocar. Acho que a África está entrando em um ciclo novo, principalmente com a juventude. E isso contamina, ela espalha. É claro que tem repressão, que é pesada, os africanos ficam ainda presos a regimes brutais e têm medo e receios. Eles conversam assim, quase cochichando com relação a determinados assuntos, entendeu? Mas isso vai mudando devagarzinho. Agora não é sem razão, porque sobre Angola, eu estava comentando com o Ivair ontem. Há pouco tempo eu li um livro chamado *Purga em Angola*. Eu não sabia daquela história, o governo do Agostinho Neto matou de 30 a 60 mil pessoas em um verdadeiro massacre, um extermínio. E sabe qual era a acusação? Eles eram pró-soviéticos, olha só, eram pró-soviéticos, não era nem acusando os caras de serem colonialistas, de serem de direita. Depois disso também a violência continua em Angola e Moçambique; tem ainda a ditadura lá na Nigéria. A memória deles é muito mais fresca do que a nossa em relação à ditadura que terminou há 30 anos. A imprensa não é tão livre; o que tem contribuído muito para a liberdade são as redes sociais, alternativas de organização social: internet e redes sociais.

Sr. Armando Vieira – Professor, bom dia. Gostaria de parabenizá-lo pela palestra, meu nome é Armando Vieira. Minha pergunta é sobre sua citação sobre Guiné Equatorial e Angola, cujos regimes democráticos e políticas redistributíveis são questionáveis. O que o senhor acha de cooperar com esses países? Fazer cooperação

social, vamos dizer assim, em áreas de desenvolvimento social, mesmo mantendo esses regimes dessa forma. O que o senhor acha do Brasil, além da Vale e de outras empresas brasileiras que têm outro viés?

Sr. Pio Penna Filho (Professor do Instituto de Relações Internacionais da UnB e Diretor-Geral do Instituto Brasileiro de Relações Internacionais) – Eu nunca refleti muito sobre isso, mas não vejo com bons olhos também a política europeia de impor restrições à cooperação com regimes não democráticos ou com baixo grau de democracia. Em minha opinião, eu não vejo problema. Isso não impede que o Brasil tome determinadas atitudes consoantes a seus princípios inscritos em nossa Constituição. A gente pode cooperar e deve cooperar, aliás, a posição do Itamaraty sempre foi de não isolar um país e de não se afastar, porque pensa que é muito mais útil participar. Isso não impede que a gente tenha também claramente as nossas opiniões, porque isso nos dá um respaldo moral. O que eu acho que aconteceu aqui, principalmente no Governo Lula, foi uma política pragmática, desenfreada, livre de restrições morais com relação a alguns países africanos. Chegou a um ponto em que o Brasil estava associado diretamente com o Obiang, com o Bashir do Sudão. Nesse sentido vi algo positivo quando a Dilma chegou e deu uma freada nessa política agressiva do Brasil.



PAINEL 14
POLÍTICA EXTERNA:
RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA

Nedilson Jorge



Sr. Jackson Luiz Lima Oliveira (Moderador) – Boa tarde, senhoras e senhores. Dando continuidade ao seminário História da África e Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento da África do Itamaraty, com o apoio do Instituto Rio Branco, informo que a próxima palestra terá como tema: “Política Externa: Relações Brasil-África”. A palestra será ministrada pelo Embaixador Nedilson Jorge. O Embaixador Nedilson Jorge graduou-se em direito pela Universidade Cândido Mendes; ingressou na carreira diplomática em 1987; e entre outras funções, atuou como assessor e subchefe do Gabinete do ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. Desde 2010 é diretor do Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores e professor titular do Instituto Rio Branco na disciplina Técnicas de Negociação. Recordamos que o conteúdo da palestra é de responsabilidade do palestrante e não reflete necessariamente a posição oficial do Ministério das Relações Exteriores. Com a palavra, o Embaixador Nedilson Jorge.

Sr. Nedilson Jorge (Embaixador MRE) – Muito obrigado. Em primeiro lugar, boa tarde. Eu agradeço a todos pela presença, em particular aos embaixadores africanos, mas também a todos os meus colegas, e aos representantes da sociedade civil. Um dos objetivos desse seminário é justamente permitir um diálogo mais fluido entre profissionais da diplomacia, estudantes, pesquisadores, acadêmicos ou cidadãos comuns interessados no tema África. Por essa razão, na palestra de hoje, eu vou procurar ir além do que, como diretor de Departamento, falo sobre o assunto e, por essa

razão, é preciso esclarecer que não necessariamente tudo que eu vou dizer aqui reflete a posição oficial do Itamaraty.

Eu sei que alguns temas são recorrentes, e pretendo responder a algumas perguntas antes mesmo que vocês as façam, como, por exemplo: “o Brasil se relaciona com ditadores ou com regimes que não são considerados democráticos? Por quê?” Ou mesmo a pergunta recorrente: “isso foi uma fase do Presidente Lula, agora que ele não é mais presidente a política externa para a África perdeu prioridade?” Ou observações do tipo: “bom, agora que não tem mais verba para fazer cooperação, então acabou a política externa para a África?” E outra também de cooperação, que escuto muitas vezes: “há tantos problemas no Brasil, por que a gente faz cooperação? É uma doação, é um favor?”.

Quero tratar esses temas com vocês com a liberdade que é necessária para esclarecer o meu ponto de vista. Eu não sou dono da verdade, não estou aqui para impor a minha visão a ninguém, mas sim para transmitir as minhas ponderações sobre alguns desses temas.

Naturalmente, esses temas não podem ser tratados de maneira isolada. Então, o primeiro esclarecimento importante é a divisão geográfica das unidades que estão subordinadas ao meu departamento. Nós temos de ter sempre presente a diversidade da África. Falamos de maneira corriqueira sobre relações Brasil-África, mas evidentemente a África é plural, no sentido de que possui diversas características e situações muito distintas no seu interior, tanto em termos de desenvolvimento humano e econômico, como também em termos culturais.

Uma primeira divisão mais óbvia, que inclusive vem de muito tempo, é essa separação entre a África árabe e a África negra, que já na época da colonização se chamava Sudão, uma expressão de origem árabe que significa “o país dos negros”, “a terra dos negros”.

Nessa divisão colonial já se fazia essa distinção entre a África subsaariana e a África do Norte, de cultura árabe e berber. Mas o Departamento da África trata de todo o continente, que vai do Egito à África do Sul.

Dentro da África negra, há muita diversidade, e seria um engano achar que apenas essa divisão geográfica explica as diferenças: há muita diversidade, muitas línguas diferentes; há países mulçumanos, países de religiões predominantemente africanas, cristãs, evangélicas, para mencionar apenas o aspecto religioso; há ainda milhares de etnias diferentes, com culturas e línguas distintas. Então temos de estar o tempo todo recordando que não estamos falando de uma África una, nós estamos falando de uma África diversa – e essa é uma das dificuldades.

São indissociáveis da política externa brasileira os laços culturais históricos. O que eu quero frisar como relevante para a política externa brasileira é a influência do Brasil na chamada “África negra”, sobretudo em relação aos retornados. Depois da abolição da escravatura no Brasil, houve um fluxo importante de retornados que voltaram para a África e levaram consigo elementos culturais que tinham absorvido aqui no Brasil e acabaram influenciando a sociedade local – assim como, ao serem trazidos à força pela escravidão, trouxeram consigo elementos culturais que foram fundamentais na formação da cultura brasileira.

Isso é muito fácil de ilustrar e de explicar em quatro países, embora não se limite a eles: Benin, Gana, Nigéria e Togo. São países onde houve um fluxo maior de retornados brasileiros e onde, por isso, torna-se um pouco mais fácil identificar essa influência cultural levada do Brasil para lá. Por exemplo, nós temos no Benin os Agudás, com várias festas, e em Porto Novo no Benin, há, inclusive, uma festividade trazida do Brasil que imita uma festa baiana.

Na arquitetura isso é igualmente muito presente. A Mesquita do Porto Novo do Benin tem todas as características de uma arquitetura luso-colonial-brasileira, absorvida e levada para a África.

Por que isso é relevante para a política externa? Porque essa é uma razão adicional de semelhança que nós temos com esses países. Não apenas temos enormes características que os africanos nos deixaram aqui, mas também essas pequenas características, essas pequenas influências culturais, na arquitetura e em outras áreas, que foram levadas para lá. A influência também se faz presente nos costumes e cria uma sensação de semelhança, uma sensação de proximidade entre o Brasil e muitos países africanos. Em Gana, por exemplo, nós temos a comunidade Tabom, cujo nome vem, aliás, do português, porque eles praticamente não falavam mais a língua nativa e o que os ganenses ouviam era um falando para o outro: “Tá bom, tá bom, tá bom”. E denominaram esses retornados brasileiros como a comunidade Tabom, que hoje tem um papel importante dentro de Gana.

Outro aspecto que às vezes é negligenciado é o das telenovelas brasileiras. Um caso exemplar foi a novela *Roque Santeiro*, que, nos anos 80 e muito antes de qualquer nova política brasileira de maior presença na África, acabou originando e dando apelido para o que durante certo momento foi considerado o maior mercado aberto da África, o mercado Roque Santeiro em Luanda. Esse mercado não existe mais hoje, mas durante cerca de 30 anos foi um dos maiores do continente. Agora, por que uma produção cultural brasileira tem mais impacto do que uma produção cultural de outro país? Por exemplo, mais do que um filme de Hollywood ou um filme francês? Eu diria, sem medo de errar, que parte da influência das novelas brasileiras é por causa da sensação de semelhança: quando um africano assiste a um filme de Hollywood, sabe que aquilo é uma realidade totalmente diferente da sua; mesmo que,

evidentemente, considere aquele filme interessante, com ótima produção. Uma novela brasileira, no entanto, muitas vezes toca mais a alma do africano, porque há a sensação de que esses dramas e essas situações corriqueiras das novelas são situações conhecidas, pois há uma semelhança étnica; uma semelhança física entre as pessoas; entre duas realidades de países em desenvolvimento.

Sobre a expansão da presença brasileira na África, faço um primeiro esclarecimento. Às vezes, as pessoas me perguntam: “Mas as relações do Brasil com a África não existiam antes de 2003?” Claro que existiam, o Brasil tinha uma presença histórica na África na época colonial, tanto que na época da independência houve um forte movimento em Cabo Verde e em Angola para se somar ao Brasil. Essa conexão e a relação entre o Brasil e a África foram interrompidas após o processo de formalização da colonização africana em que as metrópoles passaram a dominar a relação do Brasil com esses países; e tivemos que fazer esse triângulo pelas metrópoles. Mas é logo após o início do processo de descolonização africana, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, em particular, que o Brasil imediatamente retoma o contato mais direto com a África.

Então existia sim uma presença brasileira importante na África; havia 18 embaixadas no final de 2002, o que tornava o Brasil o segundo país latino-americano com a maior presença na África.

A moderna política externa brasileira para a África após o processo de independência dos países africanos começa então no início dos anos 1960, com o estabelecimento de várias embaixadas. Era uma relação um pouco mais tradicional com os países africanos: havia poucas visitas, um número limitado de embaixadas brasileiras na África – embora 18 embaixadas não seja

um número desprezível, ainda era um número menor do que 1/3 da quantidade de países africanos.

E o que acontece em 2003? Há um processo que eu chamo de expansão da presença brasileira na África, quer dizer, é um processo de intensificação das relações com a África por uma série de razões. E aí vem a resposta àquela primeira pergunta. Foi um voluntarismo? Foi uma vontade própria? A minha resposta é: não, foi uma avaliação da nova realidade. Em primeiro lugar, no Brasil, parte importante do que está por trás da expansão da política externa brasileira para a África e da presença brasileira no continente tem relação com a crescente conscientização da “africanidade” brasileira e de um crescente interesse da própria sociedade brasileira pela África.

Esse maior interesse da sociedade brasileira pela África se mostra em dois aspectos concretos. Há uma enorme e clara tendência de crescentes estudos, teses e dissertações acadêmicas sobre África, que comprova o que estou falando. Não é uma coisa da imaginação, do puro romantismo de achar que os brasileiros começaram a se interessar mais pela África.

Outro aspecto que mostra esse maior interesse é o fluxo de turismo, que aumentou pouco no sentido África-Brasil, mas aumentou bastante no sentido Brasil-África entre os anos 2005 e 2013.

A crescente conscientização da africanidade na sociedade brasileira é um dos fundamentos da decisão política tomada em 2003 de aprofundar nossas relações com a África, torná-la prioridade na política externa brasileira e expandir a presença na África.

Há outros fatores: essa não é a única explicação. Em primeiro lugar, houve uma percepção de que havia sido superada a fase mais intensa das guerras de independência, das guerras civis e,

com o fim da Guerra Fria, também havia sido superada uma das principais causas de conflitos bélicos dentro da própria África. De modo geral, as interferências externas raramente ajudaram a trazer estabilidade e paz. Na prática, geralmente acabavam trazendo mais conflitos e mais guerras do que estabilidade.

Desde o início do ano 2000, havia uma avaliação da diplomacia brasileira de crescente estabilidade política na África, crescente avaliação positiva das instituições locais e governamentais e da própria participação da sociedade. Eu trago aqui um dado que, normalmente, não se utiliza oficialmente no Itamaraty, porque não reconhecemos o direito de uma ONG, muito menos de um governo, de avaliar os outros governos, mas a Mo Ibrahim é uma fundação que tem uma boa reputação de fazer avaliação do índice de governança. O índice Mo Ibrahim, menos econômico e mais político e de desenvolvimento humano, é composto por quatro elementos: desenvolvimento humano, participação nos direitos humanos, segurança do estado de direito e oportunidades econômicas sustentáveis. Um aumento no índice reflete uma melhoria em vários sentidos. Entre 2000 e 2003, houve uma evolução positiva na média de todos os índices da África. E entre 2003 e 2008, até o início da crise financeira internacional, houve uma evolução positiva ainda maior, muito significativa. Havia sim, portanto, a avaliação de que o momento político na África era um momento de estabilidade e favorável para uma maior presença brasileira.

Havia também uma avaliação muito positiva sob a perspectiva econômico-comercial, e não é preciso procurar muito para encontrar. Em primeiro lugar, o índice de crescimento dos países: dos dez países que mais crescem no mundo, sete são africanos, em qualquer dado momento – pode-se ter de um ano para o outro apenas uma variação de países. Eu costumava brincar dizendo que não sabia por que no Brasil se falava tanto de taxa chinesa de

crescimento, porque o país que mais tinha crescido entre 2001 e 2010 era Angola. Pesquisas do Banco Mundial, FMI e mesmo os mais conservadores institutos que avaliam perspectivas econômicas estão de acordo no sentido de que, no século XXI, o continente que mais vai crescer e que mais vai abrir oportunidades comerciais e de investimento é a África. Essa também foi a avaliação feita no Brasil e que, portanto, acrescentou um peso a mais na decisão de expandir a presença brasileira na África.

Também foi avaliada a questão da própria posição geográfica. A gente muitas vezes esquece que, do ponto de vista geográfico, a África é a nossa fronteira do leste logo depois do Atlântico, por mais que alguns discordem da frase do Embaixador Costa e Silva de que “é um rio chamado Atlântico”. Por mais oceano que seja, é a nossa fronteira natural ao leste. Seja em termos geoestratégicos de segurança dos mares, o Atlântico é nossa principal via de comunicação marítima. É também considerado ponto de expansão natural para as empresas brasileiras de comércio e de investimentos, além de plataforma de expansão dessa atuação geográfica brasileira. Depois da América do Sul, a África seria o continente natural de expansão brasileira. Todos esses fatores contribuíram para as perspectivas econômicas, políticas e sociais favoráveis, além de posição estratégica importante para o Brasil.

Um ponto muitas vezes esquecido, e que tem relação direta com a maior presença brasileira na África, é a crescente conscientização da africanidade brasileira. Curiosamente isso acontece não apenas no Brasil, mas também do outro lado. Não foi só o Brasil que se deu conta dos laços de proximidade que tinha com a África; os países africanos foram também se dando conta do que tinham ao lado, ao lado oeste nesse caso, um país em desenvolvimento, que tinha muitos problemas semelhantes aos seus, típicos dos países em desenvolvimento, e que tinha superado

uma parte desses problemas, e com quem poderiam cooperar e compartilhar experiências.

Vou mostrar de maneira muito clara que não é um movimento unilateral; não é que o Brasil resolveu se tornar mais presente na África, quer ela quisesse ou não. Houve uma enorme receptividade; percebeu-se um enorme interesse dos países africanos em uma maior presença brasileira e esse foi o impulso que faltava para que se acelerasse ou se intensificasse a presença brasileira no continente africano. Como isso se deu? Em primeiro lugar, com os mecanismos clássicos de política externa: a abertura de embaixadas, que é o lado mais visível, e por vezes o mais criticado, mas também uma das expressões mais claras de vontade política de presença em determinado país. Essa é a face mais visível. Abriram-se ou reabriram-se 19 embaixadas brasileiras na África, ou seja, havia 18 abertas entre 1960 e 2002, e foram abertas 19 outras, mais do que o dobro em um período de 8 anos. Atualmente, há 37 embaixadas e há dois países em que há tanto embaixada quanto consulado geral, que são a Nigéria e a África do Sul. Isso não foi um movimento unilateral. Até 2015, houve exatamente o mesmo número, 19, de novas embaixadas africanas abertas em Brasília. Havia também uma enorme vontade africana de se fazer presente no Brasil, de cooperar, de ver quais são as experiências brasileiras que obtiveram resultados positivos. Havia 16 embaixadas africanas em 2002 e foram abertas 19 embaixadas entre 2003 e 2015. O mapa de embaixadas africanas em Brasília é hoje muito semelhante àquele da rede de embaixadas que mantemos na África.

Além da abertura de embaixadas, há visitas de alto nível, tanto presidencial quanto ministerial e de altos emissários; assinatura de acordos; missões empresariais e técnicas. Um dado preliminar: apenas entre 2003 e 2015, mais de 520 atos internacionais foram assinados entre o Brasil e a África, nas mais variadas áreas: cooperação técnica; cooperação educacional; cooperação cultural;

acordos de livre comércio; acordos de isenção de visto; acordos de cooperação em defesa e outros instrumentos de natureza bastante variável.

Vamos para as visitas, que geram bastante atenção e polêmica. O presidente Lula fez um número de viagens muito acima da média, muito acima do que acredito que qualquer outro chefe de estado tenha feito nesse mesmo período. Em oito anos, houve visitas a 23 países africanos diferentes, em um total de 28 visitas feitas pelo presidente Lula. Nesse mesmo período, em 2003 e 2010, houve 28 países africanos que vieram com seus chefes de estado ou seus chefes de governo ao Brasil em um total de 48 visitas. Isso significa que muitos desses países vieram mais de uma vez com seus presidentes ou com seus chefes de estado. Esse número impressionante de visitas de chefes de estado e de chefes de governo africanos nos dois mandatos do presidente Lula mostra o interesse dos africanos em ter mais contato com o Brasil.

Outro dado muito impressionante são as visitas do ex-chanceler Celso Amorim: realizou 67 visitas a 33 países africanos, praticamente uma visita para cada mês e meio de governo, ao longo de oito anos. Duvido que algum outro chanceler tenha nesse mesmo período feito tantas visitas oficiais à África quanto o ministro Celso Amorim. Se nós considerarmos não apenas visitas de ministros de Relações Exteriores, mas de ministros de estado em geral, esse número sobe muito, tanto daqui para lá, quanto de lá para cá.

A presidente Dilma, no seu primeiro mandato, até 2013, também realizou várias visitas ao continente africano. Em 2014, foram realizadas a Copa do Mundo e eleições e, em 2015 vivemos um processo que tem demandado enorme atenção em termos de política interna. É muito compreensível, portanto, que, em 2014 e 2015, não tenha sido feita nenhuma viagem oficial. E daí vem

uma das perguntas que muitas vezes me fazem: “Comparada com o presidente Lula, a presidente Dilma viajou pouco, isso quer dizer que a África deixou de ser prioridade?”. Bom, vamos primeiro fazer uma ponderação. O critério de comparação é injusto, porque realmente o Presidente Lula viajou muito e em um período de abertura de embaixadas, de expansão da nossa presença, uma fase de expansão em que as visitas presidenciais eram essenciais para o engajamento dos próprios Ministérios, do setor privado brasileiro, da burocracia em geral. Assim, a partir do momento em que essa expansão já tinha sido realizada, havia menos necessidade de visitas presidenciais e mais a necessidade de dar continuidade ao que já estava acontecendo.

Em 2011, início do período que eu chamo de “consolidação das relações com a África”, a relação já havia se adensado de tal maneira – 520 acordos, 19 embaixadas, inúmeras visitas – que não dispúnhamos de condições para gerenciar todas as novas iniciativas que estavam sendo implementadas. Nesse contexto, havia menos necessidade de visitas presidenciais para expandir a presença brasileira, abrir mercados ou embaixadas, porque isso já não se colocava mais.

Ainda assim, nenhum outro presidente brasileiro, exceto o presidente Lula, viajou tanto à África, quanto a presidente Dilma. Se olharmos as visitas dos ministros de Relações Exteriores, dos ministros Patriota e Mauro Vieira, é possível verificar um número muito considerável: 25 visitas em quatro anos e dez meses não é um número desprezível. Só o ministro Mauro Vieira, por exemplo, já visitou neste ano oito países e na semana que vem visitará mais um, em apenas dez meses desse primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma. O que se percebe é que a África continua a ser prioridade da política externa brasileira.

Paralelamente à implantação desses mecanismos clássicos (visitas, expansão de embaixadas, missões empresariais e acordos), houve necessidade de criação de novos mecanismos para responder às próprias demandas dos países africanos. Nesse sentido, foram sendo desenvolvidos alguns mecanismos específicos para tentar adequar-se às demandas dessa nova política externa. São políticas mais ativas e mais presentes na África, à luz da demanda recebida. Entre esses novos mecanismos, há a presença brasileira em organizações africanas. Ao mesmo tempo em que indicamos embaixadores em países onde há organismos regionais ou subregionais, imediatamente o indicávamos também para serem observadores junto aos organismos regionais. Passamos a ter embaixadores junto à União Africana, à SADC, à CEDEAO, e a todos os demais organismos e suborganismos regionais em que se considera importante ter a presença brasileira. Foram criados, igualmente, Mecanismos Birregionais, como a Cúpula América do Sul e a África (ASA); e América do Sul e países Árabes (ASPA), que abrange dez países africanos. As pessoas às vezes não se dão conta, mas o maior número das nossas embaixadas em países árabes está na África.

Para tentar responder a essas novas necessidades identificadas, foram criadas as chamadas coalisões de geometria variável: IBAS, BRICS, BASIC – na área de meio ambiente – e o G20 na OMC. Na medida em que havia a identificação de uma necessidade que os mecanismos clássicos não atendiam, tentava-se adaptar e criar novos mecanismos, de maneira a responder àquela situação.

Sobre diálogos setoriais, deve-se fazer uma menção rápida a alguns dos países, algumas das organizações regionais e sub-regionais. A CPLP não é uma organização africana, mas tem entre seus membros maioria de africanos: seis no total desde o ano passado com a entrada da Guiné Equatorial, além de Portugal, Brasil e Timor-Leste. Também tem sido um mecanismo importante

da diplomacia nessas novas necessidades, nessa nova política brasileira. Na área de diálogos setoriais, realizaram-se algumas reuniões de acordo com o próprio interesse africano. Uma das repercussões mais significativas foi o estabelecimento do diálogo entre Brasil e países africanos em matéria de segurança alimentar, combate à fome e desenvolvimento rural realizado em 2010, com a presença de cerca de 40 ministros e vice-ministros africanos de agricultura, e que gerou alguns projetos específicos, como o Mais Alimentos África e depois o Mais Alimentos Internacional, gerados exatamente a partir do diálogo setorial.

Há também a Zopacas (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), formada por países sul-americanos e africanos da costa do Atlântico e que também foi reativada pelo Brasil.

Eu queria agora falar um pouco sobre os fundamentos da política externa brasileira para a África, porque, ao mesmo tempo em que se fez essa expansão, precisamos pensar um pouco como seria a relação entre o Brasil e a África.

Eu me permito recordar quais são os princípios que regem as relações internacionais do Brasil. Eles estão expressos no artigo 4º da Constituição Federal: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações pelos seguintes princípios: “independência nacional” – não há o que explicar. “Prevalência dos direitos humanos”: tema importante, sobre o qual eu vou já conversar com vocês. “Autodeterminação dos povos”. Bem, e se a prevalência dos direitos humanos colidir com a autodeterminação dos povos? Como é que se resolve isso? “Princípio da Não Intervenção”, muito importante na diplomacia brasileira ao longo da história, juntamente com a autodeterminação dos povos. O quinto é “Igualdade entre os estados”. Qual é a decorrência natural desse princípio da igualdade entre os estados? Primeiro, é de que nenhum estado pode se sentir superior para impor o seu ponto de vista ao

outro; quer dizer, essa é uma visão que se tem naturalmente, nem precisava estar na Constituição, mas que é muito importante. Não se pode pensar em relações internacionais com um país achando que sabe mais do que o outro, e que diz ao outro o que é melhor para ele. Do nosso ponto de vista isso não existe, muito menos é compatível com a Constituição Federal. Se há igualdade entre os estados, também há igualdade entre as opiniões, quer dizer, precisam ser respeitadas as opiniões dos outros estados, precisa ser respeitado o ponto de vista deles e não pensar que estamos certos e que eles têm de alguma maneira de fazer o que se quer. Esse entendimento é muito importante. Outra derivação do princípio da igualdade entre os estados é o princípio da reciprocidade, ou seja: se os estados são iguais é natural que procurem agir e se tratar de maneira igual, ou seja, de forma recíproca. Isso tem sido utilizado também como uma das bases da política externa brasileira – o tratamento da reciprocidade – tanto no que se refere à emissão de vistos, mas em uma série de outras questões envolvendo política externa.

“Defesa da paz” e “solução pacífica dos conflitos” são dois itens que praticamente se juntam. Isso está em parte por trás de toda a política brasileira de sempre favorecer o diálogo e de não acreditar na visão de que às vezes as pessoas têm de levar a paz por meio da guerra. Esses dois princípios são muito importantes também do nosso ponto de vista: defesa da paz e solução pacífica dos conflitos, bem como o princípio seguinte, de “repúdio ao terrorismo e ao racismo”. Mais do que natural e também não chega a ser nenhuma surpresa. E a “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”, aí já vem uma primeira dica da importância da cooperação, prevista na própria Constituição e que indica que o País vai cooperar para o progresso da humanidade, mas sem desrespeitar nenhum daqueles princípios. Então não se pode cooperar entre desiguais. Há ali a igualdade entre os

estados de uma forma recíproca, respeitando a autodeterminação, respeitando o princípio da não intervenção, mas ao mesmo tempo a paz, a solução pacífica, a prevalência dos direitos humanos.

Como isso se reflete? Em primeiro lugar, se reflete na visão existente da relação entre o Brasil e a África como uma relação de parceria entre estados iguais, não de dependência ou de subordinação, ou de quem sabe mais e de quem sabe menos. Isso não existe, não é essa nossa visão e nem seria compatível com esses princípios. A partir daí, temos de pensar como é que se dá a relação de cooperação entre os estados que devem ser vistos de maneira igual.

Permito-me fazer uma divagação, na medida em que o Brasil começou a assumir um pouco mais de presença global, começou a ter um pouco mais de voz na comunidade internacional, é preciso fazer uma reflexão: o que queremos como país, como ator global? Mudar ou ser mudado pelo mundo? Queremos novas práticas com novos parceiros, não velhas práticas com novos parceiros. Essa é uma visão que não queremos para a política externa brasileira: assumir um papel de ator global para simplesmente substituir quem está no poder sem mudar as práticas.

As contradições na política externa têm efeito nas pessoas. Como se está representando o Estado brasileiro? Precisa-se pensar no efeito que esse tipo de contradição tem na atuação do Estado. Eu vou dar um exemplo muito claro: nos anos 1990, entrou muito em moda os famosos APPIs, aqueles Acordos de Proteção e Promoção de Investimentos entre os estados, e muitos países, sobretudo os mais desenvolvidos do Norte, diziam que eram acordos essenciais para que os investidores tivessem segurança para investir nos países em desenvolvimento. Houve uma série de países que assinaram, inclusive muitos países do Mercosul. O Brasil não aceitou os termos desses APPIs, por quê? Porque,

para soluções de controvérsia, continham cláusula investidor-estado, com desapropriação direta e que autorizava o investidor a recorrer a uma Corte Internacional, caso tivesse seu investimento afetado por alguma política governamental. O Brasil não aceitou, como receptor de investimentos, esse tipo de cláusula. Passa-se um tempo, o Brasil começa a ser investidor em muitos países, inclusive, em países africanos. Não achamos que esse seja o tipo de política externa que queríamos ter; ou seja, com os países do Norte não se aceitou uma cláusula que nos prejudicava, como agora a usaríamos para impor aos nossos parceiros essa mesma cláusula? De jeito nenhum. Demorou alguns anos para que se desenvolvesse essa visão, mas nós criamos um novo tipo de acordo chamado ACFI, o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, que, ao invés de cláusula investidor-estado, com desapropriação direta, o que se prevê é uma solução de controvérsias levada a cabo pelos governos de ambos países, de maneira a respeitar a igualdade entre os dois estados, se houver diferenças nesse tipo de investimento.

Ao tratar da maior presença brasileira na África, é preciso fazer uma avaliação de consciência de que tipo de relação se quer construir, partindo do que não se quer fazer com nossos parceiros africanos. Esse tipo de contradição é importante para entender porque não vemos a África como uma expansão brasileira. Enxerga-se a África realmente como uma fonte de parceiros internacionais que tem muito a oferecer e de onde há muito a receber. Há uma relação benéfica para os dois lados. Ao mesmo tempo, também se defende cada vez mais um princípio compatível com os da Constituição Federal, que é o de que cabe aos próprios africanos encontrar soluções africanas para os problemas africanos e não esperar, muito menos ter de aceitar, intervenções externas como maneira de resolver os seus próprios problemas. Essa é uma consequência também desses princípios para favorecer cada vez a ideia de que os próprios africanos têm de saber quais são as

soluções que eles veem para várias situações que enfrentam no continente. E não é simplesmente alguém de fora se julgar superior para avaliar: “não, o que vocês precisam fazer para resolver essa questão, é isso”. Não é essa a visão brasileira, não é isso que se quer.

Aqui aproveito para fazer aquela pausa, e falar da provocação que sempre ouço: “Ah, o Brasil se relaciona com ditadores?” Aliás, geralmente essa pergunta vem assim: “O Brasil se relaciona com ditaduras africanas?”. Primeira coisa que eu pergunto: “Por quê? Se forem não africanas não tem problema? O problema é só se for ditadura africana?”. Infelizmente a verdade é que muitas vezes ouço essa pergunta dessa maneira: como se o ditador africano fosse, por natureza ou situação geográfica, mais sanguinário ou problemático do que outros ditadores. Em muitos casos, sinto, e não quero trazer essa discussão agora, mas sinto certo preconceito, certa visão estereotipada, como se um ditador africano fosse de uma maneira e tivesse de ser tratado de outra maneira diferente dos demais, como ameaça maior à paz, aos direitos humanos e à democracia.

Em primeiro lugar, acho muito interessante essa conversa de o Brasil se relacionar com ditadores, porque a primeira coisa que eu pergunto é: “Bom, do que estamos falando? Porque o país X ou o país Y, todos os demais países se relacionam com eles, a gente não pode se relacionar por quê?” O que é preciso então para não ter relação com um país que tem relações normais com todos os seus pares ou relações com praticamente todo o Ocidente? Eu cansei de ir a países africanos que são criticados no Brasil e, quando se chega lá, você vai ao supermercado e encontra vários produtos franceses, americanos; firmas de construção alemãs e de outros países. O Brasil tem de ser mais realista, por quê? Por que temos de tratar o país X ou Y de maneira diferente daquela que outros países tratam? Essa é a primeira pergunta que a gente precisa fazer.

Outra pergunta muito interessante é: “Com base em que índice de democracia avalia-se se determinado país é uma ditadura ou não? Qual é o grau de veracidade ou de precisão de qualquer índice de democracia? Ou é um índice pessoal?” Em qualquer índice de democracia que se observe, ao lado de países africanos há outros com os quais ninguém pensa em romper relações; ou alguém pensa em romper relações com todos os países que estão naquela lista? Por que, em uma lista onde, às vezes, uma ONG faz, com 50 países considerados ditaduras, há uma demanda para que o Brasil não se relacione com alguns desses países africanos? E os outros países não africanos que são considerados ditaduras por esses índices? Qualquer um de vocês pode olhar na Internet e pesquisar essas fundações, essas ONGs famosas, baseadas nos Estados Unidos, e ver ali considerados como ditaduras países com os quais ninguém pensa em romper relações. Por que essa discriminação? Alguns países ditatoriais merecem ser tratados de maneira diferente de outros? Quem deu autoridade para que essa ONG ou esse governo avalie os outros governos? É uma discussão interessante, porque é possível inclusive conversar sobre padrões de democracia.

É impossível qualquer um não ser influenciado pelas crenças ou pelos valores da sociedade em que se está. O que se espera que o Brasil faça ao romper relações com o país considerado ditatorial? Isso vai ajudar em quê? Caso se queira de alguma maneira que o Brasil promova a democracia, os direitos humanos, os padrões que nós consideramos corretos, como é que se fará isso pelo “não diálogo”?

Essa é a pergunta. Isso é algo absolutamente irrealista; achar que o rompimento do diálogo ou o rompimento de relações vão levar a democracia a outro país. Eu não consigo entender isso muito bem.

Nós temos essa visão de autodeterminação dos povos, de igualdade entre os estados, de não interferência, e procuramos passar essa visão, não de uma relação de superioridade, não de uma relação de quem sabe mais, porque nós não acreditamos nisso. A ideia é de uma relação de diálogo entre amigos. O Brasil está pronto para dialogar sobre todos os assuntos, com os países com os quais há relação de um modo geral; há muita franqueza, muita transparência; e existe a capacidade de conversar sobre todos os assuntos, inclusive democracia, direitos humanos, práticas econômicas, governança global e quaisquer outros temas que se queira conversar.

Aí me vem uma pergunta que também eu faço: “em muitos casos, o objetivo é realmente ajudar o outro país a melhorar suas práticas, ou é simplesmente marcar uma posição para um público interno, ou para uma demanda interna? Por quê?” Às vezes, é preciso se perguntar qual interesse está por trás de uma grande crítica à prática de outro país. Isso vai realmente ajudar a melhorar aquela prática? Vai de alguma forma ajudar a influenciar? Ou a tendência será justamente o inverso? É preciso ter em mente que muitas dessas declarações públicas, sejam de caráter pessoal, sejam de caráter estatal, são muito mais para marcar uma posição com o público interno, do que realmente com uma expectativa de influenciar positivamente quem quer que seja. Não se deveria ter por hábito a postura de criticar publicamente, criticar para aparecer, para satisfazer demanda do público doméstico, mas apenas quando há espaço para o diálogo. Fazemos isso de maneira bilateral, de maneira mais sincera, discreta, porque essa é a essência da diplomacia, não é fazer declarações públicas para satisfazer seu jogo interno, mas sim compartilhar uma experiência que se considera positiva e que pode ajudar nossos parceiros.

Além do mais, as interferências estrangeiras na África têm historicamente criado mais problemas e mais prejuízo do que

ajudado. Raramente essa interferência externa ajudou países africanos a chegarem ao consenso nacional ou a avançar em termos de promoção de suas práticas internas. Não se acredita na pregação de se dizer ao outro o que tem de ser feito. Acredita-se muito na influência pelo exemplo, não pela condenação; pela inclusão, e não pela exclusão. É preciso conversar e não acusar e, a partir daí, muita coisa positiva sai.

Do ponto de vista específico dos direitos humanos, há uma postura clara no Itamaraty, baseada em uma avaliação de que o foro para tratamento de Direitos Humanos é multilateral. O Brasil aderiu a convenções internacionais, procurou, na medida do possível, promover essas convenções internacionais, e o Conselho de Direitos Humanos da ONU é um foro excepcionalmente adequado para tratar dos temas de direitos humanos. Com certeza, não necessariamente pela via bilateral, muito menos pela publicidade, o que acaba sendo mais contraproducente.

Feita essa digressão, quero falar um pouco de cooperação com base em tudo que falei. Vocês viram que cooperação faz parte dos princípios de relações internacionais do país e tem de ser compatível com os próprios princípios brasileiros: a autodeterminação, a não intervenção e a igualdade entre os estados. Presta-se cooperação técnica em várias áreas diferentes. Aqui se tem um dos setores mais ativos: agricultura, segurança alimentar, educação, políticas sociais, saúde, formação profissional, mas há muitas outras, como direitos humanos, formação prática do estado, sempre dentro dos princípios basilares. Quais são esses princípios da nossa cooperação, que decorrem da própria orientação do artigo 4º da Constituição Federal? É uma cooperação sob demanda, porque se considera que estados são iguais e não se tem de dizer a eles o que precisam. Isso é uma visão compatível com a igualdade entre os estados. Queremos que os parceiros africanos nos digam quais são suas prioridades. Não se faz em nenhuma hipótese cooperação

contra a orientação do governo local; é sempre sob demanda, sem condicionalidades, perfeitamente compatível com a visão de não intervenção e de respeito à determinação dos povos, e sempre estruturante.

O que quer dizer estruturante? Sem a dependência de relação permanente, isso é uma coisa que o Brasil reclamava quando era principalmente receptor de cooperação e que ainda se verifica em muitos países africanos. É uma cooperação que não transfere tecnologia nem cria autonomia; cria dependência. Institutos de pesquisa que dependem do parceiro para bancar desde o porteiro à gasolina, até evidentemente aos pesquisadores e às máquinas. Obviamente, no momento em que a cooperação é cortada, aquele instituto de pesquisa estará fechado de um momento para outro. Esse é o tipo de cooperação que cria dependência. Nossa cooperação quer ser e tentar ser estruturante, quer dizer, criar no país cooperado um sistema de autogestão, com transferência de tecnologia, para que depois de determinado tempo, geralmente em torno de no máximo cinco anos, o país possa passar a gerenciar o próprio projeto de maneira autônoma, sem depender de recursos externos.

Também na cooperação, há a ideia de universalização; não se pensa em excluir nenhum país. É lógico que há valores diferentes e projetos de importâncias diferentes, mas a ideia é ser uma cooperação também universal, que não exclua, a princípio, nenhum país dessa presença. O Mais Alimentos África é um dos projetos que resultou justamente dessa visão. Não foi uma invenção brasileira do nada, foi resultante de um diálogo com os países africanos sobre o assunto e que identificou essa necessidade e essa demanda por um projeto que integrasse financiamento para máquinas apropriadas para a pequena e média agricultura com cooperação para treinamento para operar essas máquinas. Por questões de recursos, limitamo-nos a cinco países na fase inicial.

Há muitos outros países africanos que já manifestaram interesse em fazer parte desse programa em momento de disponibilidade de recurso. Foi um programa que demorou um pouco para sair pelas dificuldades da própria legislação brasileira, mas que finalmente, na medida em que vai acontecendo, tem sido bem recebido pelos países.

O projeto Cotton-4, que depois passou a ser Cotton-4 mais Togo, foi realizado com recursos oriundos do contencioso com os Estados Unidos sobre o algodão na OMC; com o consentimento do setor privado brasileiro e da diplomacia brasileira, sugeriu-se que fossem usados boa parte daqueles recursos para beneficiar países africanos que tinham apoiado o Brasil na OMC. O projeto tem tido resultados tão positivos que foi expandido para dois novos projetos: o Cotton Victoria e o Projeto Baixo Shire-Zambeze.

Aqui se faz outra pergunta: “a gente coopera com a África e só a África ganha?” Infelizmente ouço essa pergunta como se o investimento brasileiro fosse uma doação. Cooperação é uma cooperação solidária, que traz benefícios mútuos. Em primeiro lugar, o técnico brasileiro que vai para um projeto na África ou em qualquer país do mundo é um técnico que cresce muito, que ganha com as novas experiências adquiridas no terreno. Não tenham dúvidas de que os técnicos brasileiros que participam de projetos internacionais se tornam melhores técnicos e ganham conhecimento. Há, muitas vezes, a ideia de que a cooperação é de um lado só, a gente vai e leva uma tecnologia que a gente tem. A cooperação se fundamenta pelo menos em uma base, mas há muito conhecimento a ser adquirido também; há práticas locais, por exemplo, em países africanos, que os nossos técnicos da Embrapa, ao tomarem conhecimento, absorveram e que influenciaram pesquisas futuras aqui mesmo no Brasil. Por exemplo, nesse projeto do Cotton-4, há estudos no Brasil sendo realizados acerca de patógenos específicos, encontrados em território africano

pela Embrapa, e que ainda não chegaram ao Brasil. Com base na identificação de patógenos, realizam-se pesquisas com a ideia de produzir mecanismos de manejo e de controle, caso um dia seja necessário. Só a parte técnica em si já representa um ganho mútuo e isso é muito claro. Apenas isso já justificaria a ideia de que há benefícios mútuos.

Outra coisa importante é que a cooperação internacional gera enorme crescimento das instituições que prestam cooperação. As instituições brasileiras que mais avançaram em termos de estrutura, conhecimento, capacidade e recursos humanos são aquelas que prestam cooperação técnica internacional. Em muitos casos, têm de se adaptar, de se ajustar às novas demandas e crescer com a realização do projeto e com a experiência adquirida no exterior. Cooperação não é favor, é uma geração de benefícios que gera benefícios mútuos.

Não há dúvida de que é mais difícil fazer cooperação com menos dinheiro, e que seria muito melhor ter mais recursos e mais disponibilidade para realizar projetos. O que se evita pouco a pouco são grandes projetos, vultosos em termos de recursos financeiros, pois há uma certa dificuldade não só para implementar os que já estão em curso, mas sobretudo criar novos. Nossa prioridade é sempre a realização do que já está em curso e, portanto, evita-se fazer novos compromissos, sobretudo de projetos de grande vulto.

O que se percebe pouco a pouco é a reorientação para projetos menores e mais localizados, mais específicos e com mais agilidade para gastos, até onde haja disponibilidade de recursos. Há projetos em nossa fila, e cada vez mais com forte incentivo de participação do setor privado, tanto brasileiro quanto local. Há também forte impulso de conseguir terceiros parceiros, sejam de outro país, sejam de organizações internacionais ou de algum próprio agente financiador no país local. Não estamos

parando de fazer cooperação; o que se está fazendo é reajustar as prioridades: a forma mais imediata de fazer cooperação é adequar-se à realidade orçamentaria; cada vez mais se mantém um diálogo franco com nossos parceiros. Há um projeto em particular, com determinado país, que previa aporte maior de recursos brasileiros. Houve interesse do país em dar continuidade e conseguiu-se que esse país contribuísse com mais de um milhão de dólares para o êxito do projeto. É um projeto bastante exitoso na área de gemas, com um forte apoio do país local. Antes, como falei, havia uma previsão de muito mais custos por parte do Brasil. Na medida em que essa realidade orçamentária foi apresentada, o próprio país se voluntariou para assumir uma maior parte dos encargos financeiros prometidos, previstos no projeto.

Enquanto não houver novos recursos disponíveis em quantidade significativa, cumpre dar prioridade à execução de projetos já existentes; como resposta, procura-se, então, parceiros internacionais para projetos bilaterais, tanto países como organismos internacionais; e incentiva-se cada vez mais uma participação do governo local no financiamento do projeto ou no envolvimento do setor privado. É claro que temos tido de aprender a gerenciar a escassez. A ausência de um orçamento generoso não impede, porém, que se continue a fazer cooperação, apenas limita alguns caminhos a serem traçados, com ajustes à nova realidade.

Em relação a comércio e a investimentos, uma das avaliações que se fazia em 2003 era de que havia grande potencial nessa área, de que a África seria o continente que mais cresceria. Em 2002, o comércio total Brasil-África era de 5 bilhões de dólares. Esse número vai crescendo rapidamente, até chegar em 2008 a quase 26 bilhões. Com a crise financeira internacional, evidentemente, houve uma enorme queda, da qual logo se recuperou e atingiu novos patamares, com o máximo de 28,5 bilhões em 2013. Agora, temos uma situação econômica difícil no Brasil, mas acredita-se que

o potencial de comércio ainda esteja longe de ser atingido e ainda há muito por explorar. Acredito que mesmo que haja dificuldade de superar esse novo patamar em função da situação econômica brasileira, em breve haverá novos recordes de comércio bilateral.

Os principais parceiros comerciais na África são: Nigéria, por causa do petróleo; Argélia, seguida por Egito, Angola, África do Sul, Marrocos, Guiné Equatorial e Namíbia. Assim, como houve uma universalização da presença brasileira – em termos de embaixadas brasileiras lá e de embaixadas africanas aqui – houve também presença maior do setor privado brasileiro em toda a África, não mais limitada a parceiros tradicionais, como é o caso de Angola e de outros países lusófonos, uma vez que a língua realmente favorece o comércio e o investimento bilateral. A distribuição da atividade das empresas concentra-se na maior parte em construção civil, mas há estações industriais, como autopeças, por exemplo.

Quero abordar, agora, os principais desafios das relações Brasil-África. O primeiro é realmente a parte de rotas marítimas. Há poucas rotas diretas; a maior parte delas ou vai para a Europa, ou vem de lá, rumo à China. Essa é uma dificuldade da qual se ressentem as exportadoras brasileiras para África, ou uma exportadora de mercadoria africana para o Brasil, que devem pagar o mesmo valor do frete como se o produto fosse para a China ou para a Europa. Esse é um dos gargalos nas perspectivas de incremento do comércio no curto prazo. Há hoje em curso uma iniciativa de um grupo de empresários brasileiros de criar uma linha direta entre o nordeste do Brasil e Cabo Verde, que provavelmente poderia também servir a alguns países vizinhos, como Senegal e Mauritânia, ou ainda a alguma outra região vizinha. Espera-se que seja o prenúncio de futuras rotas, mas como o Brasil não tem companhia estatal marítima ou aérea, não há capacidade de exercer nenhum tipo de atividade no sentido de criação de rotas. Há de se esperar o próprio setor privado se dar conta, em algum momento,

do enorme potencial que existe se houver rotas marítimas mais diretas.

Em relação aos voos, há enorme carência. Mesmo assim, há novidades: a inauguração de voos para a Etiópia e para o Marrocos, em 2013. Não faz muito tempo, havia apenas três voos diretos entre África e Brasil, sendo que o único realmente capaz de oferecer conexão significativa era o voo para África do Sul. Na maioria dos outros casos, por exemplo, uma rota Recife-Dacar, acabava-se tendo de fazer um voo pela Europa de 27 horas, quando o voo direto entre as duas cidades demoraria apenas cerca de quatro horas.

Outro desafio é a própria imagem da África. Essa é uma questão que às vezes converso com as embaixadas africanas. Infelizmente, há muita dificuldade de ter informações precisas da África. Todas as vezes que vejo informação na imprensa sobre um assunto que conheço, a informação está errada, incompleta ou de alguma forma pouco confiável. Por quê? Porque não há quase correspondentes brasileiros no continente. Os jornais brasileiros de modo geral repetem notícias que vêm, sobretudo, da imprensa europeia e norte-americana. É muito difícil ter confiança na informação veiculada no Brasil sobre o que acontece na África. A partir dessas notícias equivocadas, incompletas ou pouco confiáveis, vai-se formando uma imagem muitas vezes difícil de ser superada, que infelizmente ainda é divulgada de modo geral pela mídia, como sendo de um continente com problemas, guerras, subdesenvolvido, liderado por vários ditadores, e onde a corrupção é ubíqua. Muitas vezes, pergunto: “Qual é a informação que você tem? Qual é a sua fonte? É o *Washington Post*? O *New York Times*? O *London Times*? Você tem alguma fonte local? Algum jornal local? Você procurou na internet alguma informação? Essa informação que você tem é confiável?”.

Nas mídias sociais, o que se vê é uma barbaridade inacreditável. Há uma tendência enorme de repetir, de repassar *posts* que não são

verdadeiros ou que têm uma data já ultrapassada e que continua sendo repassado como atual. Isso gera uma série de problemas. Um exemplo muito recente, que acabou afetando a África toda, por uma questão de desinformação, foi a crise do ebola. De repente, a mídia toda passou a reportar que a epidemia era causada por uma nova geração do vírus que afetava toda a África. Houve total desinformação, que acabou gerando efeitos espantosos como o dos haitianos que chegavam ao Brasil e, só porque eram negros e falavam francês, eram hostilizados e ameaçados por serem confundidos com africanos trazendo ebola. Na realidade, a crise do ebola afetou apenas alguns países e foi controlada. É um assunto muito sério, mas é preciso ter confiabilidade na informação para saber o que fazer com ela, senão o que se produz é apenas desespero.

Há também o desafio do conhecimento mútuo. Ainda há um grande desconhecimento de parte a parte das oportunidades. Como disse, há muitas Áfricas. Por exemplo, a estrutura fundiária é muito diferente de um país para o outro. Muita gente na verdade, sendo sincero, em particular quem não trabalha com a África o tempo todo, tem dificuldade de localizar, às vezes até geograficamente, onde fica tal país. Você não sabe se o Benin está a leste do Togo, ou se a Namíbia está ao sul do Benin; onde fica Angola? Nesse ponto, as embaixadas africanas em Brasília ajudam muito. Esse problema é muito mais presente fora de Brasília, mais do que na capital. De modo geral, as empresas que têm representantes em Brasília têm um bom conhecimento dos investimentos que fazem, mas há certa ignorância que leva, muitas vezes, ao receio de tentar expandir atividades e investimentos na África pelo desconhecimento.

A verdade é que o Brasil ainda é um país essencialmente monoglota, e há uma dificuldade de se fazer presente, sobretudo, e nós estamos falando do setor privado, em países que não são de língua portuguesa. Muito frequentemente se veem encontros de missões africanas que têm dificuldade de comunicação porque os

interlocutores brasileiros só falam português. Há necessidade de intérpretes, há uma série de complicações. Mesmo na formulação de projetos de cooperação há certa dificuldade inerente à própria língua. A barreira linguística não tem solução a curto prazo, mas eu não quero deixar de apontar que tem sido um desafio a ser superado no incremento das relações com a África.

O último ponto tem a ver não apenas com a questão orçamentária, mas com a fase de consolidação da presença brasileira. Houve um aumento da expectativa da atuação brasileira acima da nossa capacidade de responder a todas essas demandas, tanto por questões de recursos humanos quanto por questões orçamentárias. É um dos desafios que nós temos: o de ter mais capacidade de resposta às demandas e expectativas dos países africanos. Ressalto novamente a questão de expectativas e demandas por parte dos países africanos porque não é, repito, uma atitude brasileira unilateral a de entrar na África contra a vontade africana. Já ouvi de mais de um chefe de estado africano que ele quer empresas brasileiras no seu país para explorar o produto X, ou o produto Y. Por quê? Não é necessariamente porque a empresa brasileira é melhor tecnicamente, mas porque, em muitos casos, há mais identificação, há maior facilidade de contato e maior confiança. Não é só porque o Estado brasileiro muitas vezes supervisiona para assegurar que a empresa não vai causar dano à imagem do país, mas em particular porque há uma visão em muitos países africanos de que ela não atuará para jogar os preços das *commodities* para baixo, de maneira a tentar explorar da melhor maneira possível os recursos naturais do país. Esses investimentos brasileiros não são feitos contra a vontade dos países africanos. De modo geral, as empresas brasileiras são bem recebidas. São empresas que se preocupam em ter mão-de-obra local, em ter uma parceria, pela própria maneira de atuar das empresas brasileiras no Brasil, com muita terceirização, com muita relação horizontal entre empresas.

Por isso, elas acabam tendo boa aceitação no mercado africano, que pede essa presença.

Essa falta de capacidade de resposta às demandas não é só do setor público, é também muitas vezes do setor privado, que percebe o interesse africano e não tem muitas vezes condição, por uma série de questões, ou por ignorância, ou por ter outras prioridades, de dar uma resposta imediata.

Tentei responder a algumas perguntas mais comumente feitas sobre esse tipo de assunto, mas eu estou aberto a novas perguntas, em particular da sociedade civil, que nem sempre tem a oportunidade de dialogar com o Itamaraty. Estou à disposição de todos. Muito obrigado.

Sr. Vinícius – Olá, senhor Embaixador, muito obrigado pela exposição. Bom, meu nome é Vinícius, sou aluno de relações internacionais na Universidade Católica de Brasília. Venho desenvolvendo meu trabalho de conclusão de curso acerca dos pontos de conexão entre as relações econômicas e o desenvolvimento da cooperação sul-sul entre Brasil e Angola no período do Governo Lula, de 2003 a 2010. Na sua exposição, o senhor tentou mostrar um pouco os benefícios que o Brasil pode vir a ter na cooperação, e colocou aqui que boa parte desses benefícios estão relacionados à capacitação dos técnicos brasileiros, expatriados para promover a cooperação. Acredito que há certas ressalvas quanto a esse benefício. Tive uma entrevista com Carlos Canesin, responsável pela cooperação na Embrapa, e ele me disse que o custo de repatriação de um técnico é muito alto, tendo em vista o fato de que ele sai do Brasil, deixa seu posto, e a Embrapa tem certa perda. Ele afirma que a produtividade de um técnico no Brasil é de quase 100 dólares por dia. Seria interessante se o Brasil valorizasse um pouco mais os benefícios indiretos da cooperação em relação às relações econômicas, com os países que recebem a

cooperação brasileira. Por exemplo, de 2003 a 2010, período em que houve aumento da cooperação entre Brasil e Angola, houve também um crescimento nas relações econômicas, sobretudo, do investimento brasileiro direto. Obrigado.

Sr. Israel – Boa tarde, Embaixador. Em primeiro lugar, gostaria de parabenizá-lo pela exposição tão didática e clara, objetiva, talvez a melhor nesse sentido que eu vi nesses dois dias em que estou participando do seminário. Gostaria, no entanto, de insistir na questão dos direitos humanos que o senhor já adiantou, até porque ontem, por exemplo, coloquei essa pergunta para o professor Sombra Saraiva, e hoje também foi referida pelo professor Pio. Eu me referi, por exemplo, à ditadura africana, por razões óbvias, até porque o seminário é sobre África, mas o senhor tem toda razão em dizer que essa realidade não está circunscrita à África, é muito mais ampla, e foi muito interessante colocar a questão dos princípios basilares da nossa carta magna que rege as relações internacionais: prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os estados, etc. Os pontos que o senhor colocou são interessantes para reflexão, eu os anotei e acho que devem ser levados em consideração na análise. Como o senhor mencionou, a diplomacia discreta não teria de fazer uma crítica pública. O problema é que já ouvi vários analistas declararem que essa atuação seria um tanto seletiva, às vezes até oportunista, e o que é pior, incoerente. Se considerarmos como uma questão ampla, daria dois exemplos básicos: a questão de Honduras, em que houve certa ingerência nos assuntos internos do país, e a questão de Israel, que foi pública. Onde está a autodeterminação dos povos, a não intervenção, a igualdade entre os estados? Até o país levou o apelido de “anão diplomático”. Por um lado, tem-se o cuidado de o relacionamento não ter um rompimento total, mas níveis de relacionamento. Ao mesmo tempo a política externa conserva essa

incoerência, em uns casos sim, em outros não. Se está na moda falar mal de um país, então vamos falar. A questão que se coloca não é só da contradição, mas da incoerência.

Sr. Mauricelo – Olá, meu nome é Mauricelo, sou do programa de ciências sociais da PUC de São Paulo. Minha pergunta é um pouco parecida com a do colega que acabou de falar, não no sentido de crítica. Por exemplo, estamos pesquisando a troca de saberes entre Brasil e Moçambique, estivemos em Moçambique em 2013, foi uma loucura, foi um choque, eu falava: “Ah, eu sou brasileiro”. A primeira pauta era Lula, sempre, bem mais que o Neymar. Era uma coisa muito forte a figura do Lula e a passagem dele por Moçambique. Há muitos elogios, mas há críticas também. Mas a população conhece muito porque foi muito divulgada em Moçambique a parceria entre Brasil e Moçambique. Agora entra minha pergunta. Aqui no Brasil é o contrário; pouco se divulga o Ministério, o próprio governo como um todo, pouco se divulgou essa viagem, essas do Lula, as parcerias, as trocas e tudo o mais. E tem um exemplo bom que o MEC está fazendo agora, que o Juca Ferreira está passando por Angola e Moçambique e estão divulgando entrevistas entre ele e o Mia Couto, e outros artistas, a gente está tomando conhecimento até de material para pesquisa. O que parece que acontece no senso comum, quem ganha a narrativa dessas viagens, são revistas como a VEJA e a Folha, que sempre atacam principalmente as parcerias com a África, os negócios escusos, com denúncias do tipo Lula foi lá e fez *lobby*. O que me parece é que falta ao Ministério falar mais, defender mais as políticas, até como resposta a essas reportagens feitas para atacar. Também queria saber se o senhor não concorda que falta divulgar mais, compilar esses materiais para quem pesquisa, como nós, por exemplo.

Sr. Nedilson Jorge (Embaixador MRE) – Primeiro, a questão de Angola. Vamos deixar uma coisa bem clara: nós não queremos, e

no que depender do Itamaraty não iremos fazer cooperação do tipo toma lá, dá cá. Esse é um tipo de cooperação que criticamos nos países desenvolvidos e que não aceitamos que seja feito conosco e assim nós não queremos fazer. Quando você faz esse tipo de cooperação vinculada, obtém um benefício direto, quer dizer, você faz uma cooperação desde que você contrate a empresa de consultoria tal, desde que você compre tal produto, desde que você adote a tecnologia tal, que muitas vezes não é a melhor opção para aquele país. Não há nenhuma intenção de fazer isso com a cooperação brasileira e em grande parte por acharmos que não é um tipo de cooperação saudável entre parceiros, o que não quer dizer que a cooperação não traga outros benefícios. Eu mencionei o benefício do conhecimento técnico, que você contra-argumentou, mas que eu mantenho. Acho que o benefício do conhecimento técnico é importante. O técnico da Embrapa ganha produtividade, mas não é mais do mesmo, quer dizer, ele está continuando a fazer o que sabe, cada vez melhor. Quando vai e se depara com novas realidades, com novos desafios e situações, ele cresce e aprende como técnico. É lógico que não se fala em deixar um técnico da Embrapa cinco anos na África. Ele vai lá passar poucos meses em um projeto, que traz benefícios concretos. Lógico que a cooperação traz benefícios indiretos, mas não em uma correlação direta de benefícios econômicos, que eu refuto e me recuso a aceitar como parte da cooperação brasileira. Esclareço que eu não sou diretor da Agência Brasileira de Cooperação, então eu estou falando como diretor do Departamento da África, mas eu sei que é uma política do Itamaraty não aceitar esse tipo de cooperação vinculada, como se recusava no passado, em parte por essa vontade de não querer aplicar as mesmas coisas que nós criticávamos em outros parceiros. Mas há outros benefícios sim. É claro que quando você faz cooperação com um país, você está, primeiro, indiretamente levando uma série de práticas que podem abrir caminhos para empresas, para vendas,

para um melhor relacionamento, mas a relação é muito diferente. Uma coisa é você ter projetos de cooperação desinteressados nesse sentido, ou seja, sem condicionalidades. A partir daí, você criará uma relação positiva, com base na qual o outro país acaba por naturalmente se interessar por produtos brasileiros ou por apoiar o Brasil em determinados foros. Isso é muito diferente do que fazer uma cooperação condicionada a um tipo de apoio, a um tipo de compra ou um tipo de benefício. Eu não tenho nenhuma dúvida. Eu mencionei o aspecto técnico apenas porque me pareceu mais óbvio, e eu tenho concretamente esse dado do Cotton-4 aqui na mão. A cooperação traz uma série de benefícios porque estreita relacionamentos. Ao estreitar relacionamentos, facilita uma série de contatos, uma série de interações entre os países.

Com relação à pergunta do Israel, eu não concordo com essa visão de que estamos sacrificando princípios. Infelizmente, por não tratar da relação com esses países no Departamento da África, eu não tenho condição de, com base em informações concretas, contra-argumentar no caso específico de Honduras e no caso específico de Israel. Mas o que eu sinto no seu discurso é uma crítica vaga sem sugestão concreta porque, se o rompimento de relações é geralmente mais contraproducente, o que exatamente se preconiza em prol da defesa dos direitos humanos? Eu tenho muita confiança no que eu acabei de falar. O Brasil promove direitos humanos em consonância com o artigo 4º da Constituição nos foros multilaterais onde se conversa abertamente sobre problemas e críticas. O senhor não acha que isso é um dado importante? Saber se um país é criticado por quase todos os países do mundo, ou saber se ele não é criticado por ninguém, não é um ponto importante? A meu ver é. Isso é um fator que no caso da África temos muito presente. Qual é a posição da União Africana? Qual é a posição dos seus pares? Nós seguimos muito a posição da União Africana no caso de relações com os países da África. Quando há

um governo ilegítimo, um golpe de estado, uma troca de poder, que a União Africana considera ilegítima, indevida ou espúria, use o termo que quiser; e se aquele país é suspenso da União Africana, o Brasil segue essa visão, porque acho que temos de superar a idéia de que sabemos mais do que os outros. Nós não iremos à África apontar o que eles estão fazendo de errado; nós temos de ouvir o que eles dizem. Nós temos de ouvir o que os próprios vizinhos africanos dizem, se os vizinhos africanos aceitam aquele país, aquele chefe de estado, aquela prática como normal na convivência do continente, como um governo legítimo, como um governo que tem assento na União Africana, que tem o direito de falar, de receber cooperação, inclusive de países europeus. O Brasil tem de ser mais realista do que o rei? Ir lá e pregar? Essa não é a maneira brasileira de promover direitos humanos.

Entendo que possa haver visões diferentes, há gente que acredita na promoção dos direitos humanos pela condenação, pela exclusão, pelas sanções, mas eu acredito em uma maneira de promoção de direitos humanos pelo bom exemplo, pela inclusão. Aliás, eu diria que se sanções internacionais promovessem direitos humanos e democracia, vocês poderiam imaginar quais seriam os campeões de democracia e direitos humanos hoje no mundo: países que sofrem com sanções há décadas. Eu não acho que essa seja nossa visão de diplomacia. Temos confiança de que representamos a visão majoritária na sociedade brasileira, de que temos de promover direitos humanos por intermédio do diálogo, dos organismos multilaterais, da inclusão, do exemplo e não da sanção e da exclusão. Eu me permito discordar dos adjetivos, eu não acho que haja incoerência, eu acho que é a forma de promoção dos direitos humanos que decidimos fazer. É lógico que a gente auscultou a sociedade, lógico que há visões divergentes. Assim como há países que, na verdade, precisam muito mais de uma

declaração pública para o seu público interno do que da promoção da democracia e dos direitos humanos.

Não concordo que haja nem incoerência nem sacrifício dos nossos princípios. Nós promovemos a democracia, promovemos direitos humanos. Há vários exemplos que se poderiam dar: nós fazemos cooperação de direitos humanos com alguns países africanos, não por imposição, mas pelo fato de que muitos países africanos vêm e nos pedem cooperação. Vêm conhecer, por exemplo, como é o nosso diálogo com a sociedade civil. Por exemplo, com o consentimento de todos os países da CPLP, fizemos um fórum da sociedade civil justamente para mostrar como os governos podem ver a sociedade civil como fonte de inspiração, como fonte de sugestões e não como uma oposição que deve ser reprimida ou evitada. Essa experiência foi muito bem-sucedida e há confiança de que, por intermédio de experiências como essas e outras, pelo diálogo, por vários mecanismos multilaterais, estamos promovendo os direitos humanos e a democracia; é o que consideramos como boas práticas, sempre dentro desse princípio da igualdade entre os estados. Nós não achamos que somos mais por sabermos mais do que outros países. É preciso ter a demanda de querer ver a nossa experiência, para saber se ela é aplicável, e se ela pode ser de alguma forma utilizada lá.

Por que o Brasil vai romper relações ou ser mais duro com determinado país se os outros países da comunidade internacional não são? Ao mesmo tempo, se todos os países consideram aquele país como tendo práticas pouco recomendáveis na comunidade internacional, eu acho que isso é uma justificativa para o Brasil ter uma atitude mais proeminente naquele assunto. Vou dar um exemplo muito ilustrativo sobre isso; é claro que a gente respeita a autodeterminação e a igualdade dos estados, mas no caso do *apartheid* não dava para deixar de se posicionar publicamente sobre a questão, porque era algo tão odioso, tão condenável, que

toda a comunidade internacional condenava. Nesse caso, não condenar pareceria que nós estávamos discordando da comunidade internacional. Não era uma questão de moda condenar o *apartheid*, era uma questão de que realmente havia uma visão inequívoca da comunidade internacional. Eu tenho muita confiança de que a maneira como o Brasil age é compatível com os demais artigos da Constituição Federal, e com a visão majoritária encontrada na sociedade brasileira.

Com relação ao comentário do Mauricelo, acho a crítica válida, no sentido de que, em alguns casos, deve-se pensar novas formas de divulgação, para que se tenha mais repercussão. Eu só estou apontando que em muitos casos se tentou e o que houve foi uma total falta de interesse, porque se considerava que certo tipo de cooperação não dava notícia. Mas eu acho que, à medida que a coisa foi evoluindo, a gente foi também desenvolvendo novas maneiras de fazer divulgação.

Nesse momento, já estamos com a presença do Ministro de Estado, que vai encerrar o seminário, então eu prefiro parar por aqui. Mas estou à disposição para depois, se houver mais interesse de diálogo, continuarmos o debate. Obrigado.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO



Embaixador Gonçalo Melo Mourão – Bom dia a todos, excelentíssimo senhor ministro de Estados das Relações Exteriores, embaixador Mauro Viera, excelentíssimo senhor embaixador Fernando Abreu, subsecretário-geral político para África e Oriente Médio, excelentíssimo senhor embaixador Nedilson Jorge, diretor do Departamento de África, excelentíssimos senhores embaixadores que nos honram aqui com suas presenças. Participantes desse seminário, senhoras e senhores. Para o Instituto Rio Branco, é sempre uma honra e acredito que, para os participantes desse seminário, além de uma honra, é um privilégio extraordinário. Senhor ministro, contar com a sua presença aqui nessa sessão de encerramento é uma honra, de maneira que com muita satisfação passo a palavra a vossa excelência para encerrar os trabalhos do seminário.

Sr. Embaixador Mauro Viera (MRE) – Muito obrigado, senhor diretor do Instituto Rio Branco, embaixador Gonçalo Melo Mourão; excelentíssimos senhores embaixadores; senhor embaixador do Zimbábue e decano do corpo de embaixadores africanos; embaixador Fernando Abreu, subsecretário-geral de Política III; embaixador Nedilson Jorge, diretor do Departamento da África. Caros colegas africanos e brasileiros, representantes do movimento negro, dos núcleos de pesquisa sobre a África aqui presente, senhoras e senhores. É com muita satisfação que presido a cerimônia de encerramento do Seminário História da África e

Relações com o Brasil, organizado pelo Departamento da África, com o apoio do Instituto Rio Branco.

Ao longo dessa semana, as senhoras e os senhores assistiram palestras de professores universitários e autoridades governamentais, como a da ministra das mulheres da igualdade racial dos direitos humanos do Brasil Nilma Lino Gomes, e o ministro do Ensino Superior de Ciência e Inovação de Cabo Verde António Correia e Silva. A África foi, por décadas, pouco enfatizada na educação brasileira, sua história era ensinada apenas em um contexto geral, inserida na atuação europeia no continente, como se a isso pudesse ser reduzida. Felizmente a sociedade brasileira tem valorizado cada vez mais sua origem africana e mostrado crescente interesse pelo continente. Aproximadamente 53% dos brasileiros enxergam em nossos vizinhos do leste suas raízes, o que torna o Brasil o país com a maior população afrodescendente do mundo. E esse reconhecimento da importância da África na formação da nossa identidade se reflete na busca de conhecimentos mais profundos sobre sua história.

A produção acadêmica brasileira sobre temas africanos cresce dia a dia. Nesse ano, teve início a Década Internacional dos Afrodescendentes, proclamada por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, que tem como objetivo promover o respeito, a proteção e as liberdades fundamentais dos afrodescendentes. Estou certo de que esse seminário, que buscou incrementar nosso conhecimento sobre a África e conseqüentemente sobre nós mesmos, é mais uma contribuição do Brasil para cumprir os objetivos propostos pelas Nações Unidas. Senhoras e Senhores, o continente africano constitui área de permanente e prioritário interesse para a política externa brasileira.

A intensificação das relações do Brasil com a África traduz os anseios dos mais variados setores da sociedade brasileira e avança

em paralelo ao aumento do interesse por nossa herança africana. Além dos vínculos culturais, importantes fatores econômicos e políticos nos unem à África, os quais fundamentam o interesse recíproco do Brasil e de seus vizinhos ali no Atlântico, em fortalecer cada vez mais suas relações nas mais diferentes áreas. Neste século, testemunhamos uma intensificação de contatos e de iniciativas conjuntas baseadas em três dimensões inseparáveis: o diálogo político, a cooperação e as relações econômico-comerciais. Temos buscado construir uma relação horizontal fundada em vantagens mútuas e valores compartilhados, passamos a contar com novos mecanismos de aproximação e de diálogo e esse movimento é universalista; ele abarca todo o continente africano e não se restringe a este ou àquele grupo de países. O Brasil mantém relações diplomáticas com todos os países africanos, a partir das atuais 37 embaixadas brasileiras no continente. Dezenove foram abertas ou reativadas ao longo dos 12 últimos anos. Esse movimento tem encontrado correspondência nos países africanos, que no mesmo período abriram 19 embaixadas residentes em Brasília.

Essa dinâmica de expansão continua. Três países africanos abriram embaixadas em Brasília durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, a Etiópia em 2011, o Burundi em 2012, e o Togo em 2015. A embaixada togolesa é a 35ª missão africana residente. A Libéria já enviou missão ao Brasil em agosto desse ano para dar início aos procedimentos de abertura de sua embaixada, o que deve ocorrer em breve. Outros três países africanos, Gâmbia, Níger e Sudão do Sul, anunciaram intenção semelhante. Em minha gestão, realizei até o momento duas viagens à África. Em março visitei Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. No final de agosto, Cabo Verde, Cameroun, República Democrática do Congo e Senegal. Na próxima semana, visitarei a Argélia. Os laços que unem brasileiros e africanos continuaram a ser intensificados.

Trabalharemos juntos para conformar um sistema internacional mais adequado às demandas dos países em desenvolvimento.

O aperfeiçoamento da governança global, inclusive, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, é um objetivo que compartilhamos. O Conselho de Segurança não será suficientemente representativo enquanto não contar com membros permanentes africanos. Senhoras e senhores, esse seminário contribuiu para um maior conhecimento da história da África, continente que tanto colabora para a formação da sociedade e da identidade brasileira. Não houve em tão curto tempo a pretensão de esgotar o tema, e sim de aprofundar o conhecimento a respeito desse continente plural, complexo e diverso. A África foi e continuará a ser uma prioridade da política externa brasileira. Como costuma afirmar a presidenta Dilma Rousseff, nosso engajamento com a África é de longo prazo. Agradeço muito a todos a participação nesse seminário e renovo meus agradecimentos ao Instituto Rio Branco por ter recebido este evento em sua sede. E me congratulo com o chefe de Departamento da África, embaixador Nedilson Jorge, pela sua organização. Queria dizer a todos que para mim é uma grande honra poder estar presente nesse ato de encerramento. Mais uma vez agradeço a todos a presença, muito obrigado.

Embaixador Gonçalo Melo Mourão – Agradecendo mais uma vez a presença e a participação de todos, declaro encerrado esse seminário. Muito obrigado.







Formato	15,5 x 22,5 cm
Mancha gráfica	12 x 18,3 cm
Papel	pólen soft 80 g (miolo), cartão supremo 250 g (capa)
Fontes	Gentium Book Basic 14/15 (títulos), Chaparral Pro 11,5/15 (textos)